

# iscte

INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

## **Coesão Social na União Europeia. O cidadão faz a união?**

João Paulo Vicente Henriques

Doutoramento em Sociologia

Orientadores:

Doutor Nuno Filipe Pombo Soares Nunes, Professor Auxiliar,  
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Maria do Carmo Botelho, Professora Auxiliar,  
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2023



---

Departamento de Sociologia

## **Coesão Social na União Europeia. O cidadão faz a união?**

João Paulo Vicente Henriques

Doutoramento em Sociologia

Júri:

Doutora Madalena Ramos, Professora Catedrática,  
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Doutor José Virgílio Borges Pereira, Professor Catedrático,  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Doutor Filipe Carreira da Silva, Professor Convidado,  
ICS-Universidade de Lisboa

Doutor Manuel Carlos Silva, Professor Catedrático,  
ICS-Universidade do Minho

Doutor Luís Manuel Antunes Capucha, Professor Catedrático,  
Iscte- Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Maria do Carmo Botelho, Professora Auxiliar,  
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2023



## **Reconhecimentos**

Este trabalho foi apoiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação Portuguesa para a Ciência e Tecnologia, I. P. (Portugal), no âmbito da Bolsa de doutoramento SFRH/BD/137223/2018





## **Agradecimentos**

Expresso os meus sinceros agradecimentos aos meus orientadores científicos, o Professor Doutor Nuno Nunes, e a Professora Doutora Maria do Carmo Botelho.





## Resumo

Este estudo debruça-se teórica e empiricamente sobre a coesão social. O principal objetivo é o de mapear e explicar o espaço de coesão social na UE (CS-UE), a partir da perspetiva dos cidadãos, de baixo para cima.

Através duma metodologia quantitativa, com dados do Eurobarómetro 95.1, de 2019, a CS-UE foi operacionalizada em quatro dimensões: 1) relações horizontais (cidadão-cidadão); 2) relações verticais (cidadãos – instituições europeias), 3) pertença, e 4) práticas transfronteiriças. Para explicar e compreender a CS-UE, esta foi analisada à luz da sua relação com a estrutura social: as desigualdades sociais e o bem-estar subjetivo como caracterizadores das condições de vida; os valores e as representações da UE como espaço ideacional; e a coesão social nacional como espaço intermédio entre os cidadãos e a UE.

Os resultados mostram que a CS-UE é um espaço diferenciado entre cidadãos e entre Estados-Membros, e que as relações formais são mais fortes que as informais.

A vertente subjetiva de CS-UE, atitudes e a pertença, é mais explicada pelo espaço ideacional das representações da UE e dos valores. Representações positivas da UE promovem a coesão social, enquanto representações negativas a erodem. Salienta-se a relação positiva entre a CS-UE e os valores de democracia e direitos, e de pluralidade, e a relação negativa com os valores de individualidade e protecionismo.

A vertente objetiva de CS-UE, as práticas transfronteiriças, é mais explicada pelas desigualdades sociais e pelo bem-estar subjetivo, a favor das categorias sociais mais bem posicionadas na estrutura social e de maior bem-estar.

**Palavras-chave:** coesão social, União Europeia, cidadãos, representações da UE, desigualdades sociais, valores.



# Abstract

This study focuses theoretically and empirically on social cohesion. The main objective is to map and explain the space of social cohesion in the EU (EU-SC), through a bottom-up approach, that is, from the citizens perspective.

Using a quantitative methodology, with data from Eurobarometer 95.1, from 2019, EU-SC was operationalised in four dimensions: 1) horizontal relations (citizens-citizens); 2) vertical relations (citizens - European institutions), 3) belonging, and 4) cross-border practices. The EU-SC was analysed through the relationship with the social structure: social inequalities and subjective well-being as features of living conditions; values and the representations of the EU as an ideational space; and national social cohesion as an intermediate space between citizens and the EU.

The results show that the EU-SC is an heterogenous space, both between citizens and between member states, and that formal relations are stronger than informal ones.

The subjective aspect of EU-SC, attitudes and belonging, is best explained by the ideational space of the representations of the EU and values. Positive representations of the EU promote cohesion, while negative representations erode it. This study found a positive relationship between EU-SC and the values of democracy and rights, and plurality, and a negative relationship between EU-SC and the values of individuality and protectionism.

The objective aspect of EU-CS, cross-border practices, is more explained by social inequalities and subjective well-being, in favour of social categories better positioned in the social structure and with greater well-being.

**Keywords:** social cohesion, European Union, citizens, representations of the UE, social inequalities, values.



## ÍNDICE

Resumo.....	i
Abstract .....	iii
Lista de figuras .....	xi
Lista de quadros .....	xv
Glossário.....	xix
Introdução.....	1
Parte I .....	5
TEORIA .....	5
1. Coesão Social e teoria sociológica.....	7
1.1 Dos fundadores da sociologia .....	8
1.2 O ressurgimento do conceito de coesão social na literatura sociológica .....	10
1.3 Coesão social como integração social.....	10
1.4 Para uma compreensão do discurso político .....	13
1.5 Para a construção de um discurso académico .....	16
1.5.1 A influência do conceito de capital social.....	17
1.5.2 Coesão social como conceito autónomo .....	19
1.6 Reflexão ontológica .....	23
1.7 Coesão social e a sua relação com outros conceitos sociológicos .....	24
1.7.1 Sistema cultural.....	25
1.7.2 Desigualdades sociais.....	27
1.7.2.1 Capital e o espaço de diferenciação social.....	29
1.7.2.2 A multidimensionalidade das desigualdades sociais.....	31
1.7.3 Ação social .....	33
1.7.4 Bem-estar .....	35
1.8 Para uma definição de coesão social.....	38
1.8.1 Pertença.....	39
1.8.1.1 Identidade.....	39
1.8.1.2 Sentimento de pertença.....	40

1.8.2	Confiança .....	43
1.8.3	Definição de coesão social .....	45
1.8.4	Modelo teórico-conceitual.....	47
1.9	A União Europeia como objeto sociológico .....	48
1.9.1	A União Europeia como objeto de coesão social .....	49
1.9.2	A União Europeia e o espaço social europeu .....	51
Parte II.....		57
METODOLOGIA .....		57
2.	Fundação da pesquisa.....	59
2.1	Questões de investigação e hipóteses.....	59
2.2	Pesquisa empírica sobre coesão social.....	63
2.3	Método .....	65
3.	Dados e operacionalização de conceitos e dimensões .....	67
3.1	Fonte de dados .....	67
3.2	Operacionalização do conceito de coesão social na União Europeia.....	69
3.2.1	Relações Horizontais.....	69
3.2.2	Relações Verticais .....	70
3.2.3	Pertença .....	72
3.2.4	Práticas transfronteiriças .....	73
3.3	Operacionalização dos conceitos sociológicos relacionais .....	74
3.3.1	Desigualdades sociais.....	74
3.3.1.1	Desigualdades macrossociais.....	81
3.3.2	Bem-estar subjetivo.....	82
3.3.3	Valores.....	83
3.3.4	Representações da União Europeia .....	86
3.3.5	Coesão social nacional .....	88
3.4	Modelo de análise .....	90
3.5	Estratégia de análise de dados.....	91
Parte III.....		95

COESÃO SOCIAL NA UNIÃO EUROPEIA.....	95
4. A configuração da Coesão Social na União Europeia.....	97
4.1 Relações horizontais .....	100
4.1.1 Reconhecimento .....	101
4.1.2 Aceitação.....	102
4.1.3 Clusters de relações horizontais .....	103
4.2 Relações verticais.....	106
4.2.1 Confiança .....	107
4.2.2 Legitimidade .....	109
4.2.3 Filiação.....	111
4.2.4 Clusters de relações verticais .....	113
4.3 Pertença.....	114
4.4 Práticas transfronteiriças .....	118
4.4.1 Práticas não integrativas.....	118
4.4.2 Práticas integrativas.....	119
4.4.3 Clusters de práticas transfronteiriças.....	120
4.5 Clusters de Estados-Membros.....	122
4.6 Síntese do capítulo .....	123
5. Condições de vida e coesão social na União Europeia .....	127
5.1 Desigualdades sociais .....	127
5.1.1 Desigualdades sociais na União Europeia.....	127
5.1.2 Desigualdades sociais entre Estados-Membros.....	136
5.2 Bem-estar subjetivo .....	140
5.2.1 Bem-estar subjetivo na União Europeia .....	141
5.2.2 Bem-estar subjetivo nos Estados-Membros .....	146
5.2.2.1 A distinção da filiação.....	149
5.3 Entre as condições de vida objetivas e subjetivas.....	154
5.4 Síntese do capítulo .....	156
6. O espaço ideacional e a coesão social na União Europeia .....	159

6.1	Valores no espaço da União Europeia.....	159
6.1.1	Valores socio-humanos.....	161
6.1.2	Valores socioeconómicos .....	165
6.1.3	Valores sociopolíticos.....	170
6.2	Valores nos espaços nacionais.....	172
6.3	Representações da União Europeia.....	174
6.3.1	Representações da União Europeia na União Europeia .....	175
6.3.2	Representações da União Europeia nos Estados-Membros.....	180
6.4	Entre os valores e as representações .....	183
6.5	Síntese do capítulo .....	185
7.	De coesão social a coesão social: dos Estados-Membros à União Europeia .....	187
7.1	Coesão social nacional na União Europeia .....	187
7.2	Coesão social nacional nos Estados-Membros .....	192
7.2.1	A distinção da filiação .....	195
7.2.2	Confiança nas instituições nacionais.....	200
7.3	Síntese do capítulo .....	202
8.	Dimensões relacionais de coesão social na União Europeia numa perspetiva multidimensional .....	203
8.1	Modelos de regressão de coesão social na União Europeia.....	204
8.1.1	Modelos de regressão unidimensionais.....	205
8.1.2	Modelos de regressão multidimensionais.....	206
8.1.2.1	Relações horizontais .....	208
8.1.2.2	Relações verticais.....	209
8.1.2.3	Pertença.....	211
8.1.2.4	Práticas transfronteiriças.....	212
8.1.2.5	Discussão .....	213
8.1.3	A pertença e as práticas na base da coesão social na União Europeia?.....	215
8.1.4	A questão da filiação .....	218
8.2	Clusters de coesão social na UE: análise transnacional .....	221



8.2.1	Descrição dos clusters de coesão social .....	221
8.2.2	Caracterização dos perfis dos clusters .....	223
8.3	Síntese do capítulo .....	230
Parte IV	.....	233
CONCLUSÃO	.....	233
9.	Discussão final .....	235
9.1	Sobre o conceito de coesão social.....	235
9.2	Das dimensões relacionais de coesão social na União Europeia .....	238
9.3	Pistas para investigações futuras.....	241
9.4	Políticas públicas e desafios para a União Europeia.....	243
Referências bibliográficas	.....	245
ANEXOS.....	.....	273
Anexo A.....	.....	275
3. Dados e operacionalização de conceitos e dimensões.....	.....	275
Anexo B.....	.....	281
4. Coesão social na União Europeia.....	.....	281
Anexo C.....	.....	287
5. Condições de vida e coesão social na UE .....	.....	287
Anexo D .....	.....	291
6. O espaço ideacional e a coesão social na UE .....	.....	291
Anexo E.....	.....	299
7. De coesão social a coesão social: dos Estados-Membros à UE .....	.....	299
Anexo F .....	.....	303
8. Dimensões relacionais de coesão social na UE numa perspetiva multidimensional.....	.....	303



## Lista de figuras

Figura 1.1 – Modelo teórico-conceptual .....	47
Figura 3.1 – Modelo de análise .....	90
Figura 4.1 – Médias de reconhecimento das relações horizontais de coesão social na UE, segundo os Estados-Membros .....	102
Figura 4.2 – Distribuição da aceitação das relações horizontais de coesão social na UE, segundo os Estados-Membros .....	102
Figura 4.3 – Diferencial entre o reconhecimento e a aceitação das relações horizontais de coesão social na UE, segundo os Estados-Membros .....	103
Figura 4.4 – Clusters das relações horizontais de coesão social na UE, segundo os Estados-Membros .....	104
Figura 4.5 – Médias de confiança das relações verticais de coesão social na UE, segundo os Estados-Membros .....	108
Figura 4.6 – Médias de legitimidade das relações verticais de coesão social na UE, segundo os Estados-Membros .....	111
Figura 4.7 – Distribuição da filiação das relações verticais de coesão social na UE, segundo os Estados-Membros .....	111
Figura 4.8 – Diferencial entre a confiança e a filiação das relações verticais de coesão social na UE, segundo os Estados-Membros .....	113
Figura 4.9 – Médias de pertença de coesão social na UE, segundo os Estados-Membros.....	117
Figura 4.10 – Médias de práticas transfronteiriças não integrativas de coesão social na UE, segundo os Estados-Membros .....	119
Figura 4.11 – Médias de práticas transfronteiriças integrativas de coesão social na UE, segundo os Estados-Membros .....	120
Figura 4.12 – Clusters das práticas transfronteiriças da coesão social na UE, segundo os Estados-Membros .....	121
Figura 5.1 – Médias de coesão social na UE, segundo o género.....	128
Figura 5.2 – Médias de coesão social na UE, segundo o tipo de área de residência .....	128
Figura 5.3 – Médias de coesão social na UE, segundo a origem .....	129
Figura 5.4 – Médias de coesão social na UE, segundo as faixas etárias .....	129
Figura 5.5 – Médias de coesão social na UE, segundo os grupos socioeconómicos.....	131
Figura 5.6 – Médias de coesão social na UE, segundo a escolaridade.....	131
Figura 5.7 – Médias de coesão social na UE, segundo a condição perante o trabalho.....	132
Figura 5.8 – Médias de coesão social na UE, segundo a privação monetária .....	132
Figura 5.9 – Médias de coesão social na UE, segundo a privação material .....	133

Figura 5.10 – Médias de coesão social na UE, segundo o uso de internet .....	133
Figura 5.11 – Descritiva macrossocial segundo os clusters de coesão social na UE dos Estados-Membros .....	137
Figura 5.12 – Descritiva macrossocial segundo os clusters de práticas transfronteiriças dos Estados-Membros .....	140
Figura 5.13 – Médias de coesão social na UE, segundo o grau de satisfação com a vida .....	142
Figura 5.14 – Médias de coesão social na UE, segundo o bem-estar subjetivo pessoal .....	142
Figura 5.15 – Médias de coesão social na UE, segundo o bem-estar subjetivo nacional.....	143
Figura 5.16 – Médias de coesão social na UE, segundo o bem-estar subjetivo europeu .....	144
Figura 5.17 – Descritiva de bem-estar subjetivo nos clusters dos Estados-Membros.....	148
Figura 5.18 – Médias de coesão social na UE, segundo os clusters de bem-estar subjetivo dos Estados-Membros .....	148
Figura 5.19 – Média de filiação de coesão social na UE, segundo o bem-estar subjetivo individual e por Estados-Membros .....	150
Figura 5.20 – Média de confiança de coesão social na UE, segundo o bem-estar subjetivo individual e por Estados-Membros .....	151
Figura 5.21 – Média de filiação de coesão social na UE, segundo o bem-estar subjetivo pessoal e por Estados-Membros .....	151
Figura 5.22 – Média de confiança de coesão social na UE, segundo o bem-estar subjetivo pessoal e por Estados-Membros .....	152
Figura 5.23 – Média de filiação de coesão social na UE, segundo o bem-estar subjetivo nacional e por Estados-Membros .....	152
Figura 5.24 – Média de confiança de coesão social na UE, segundo o bem-estar subjetivo nacional e por Estados-Membros .....	153
Figura 5.25 – Média de filiação de coesão social na UE, segundo o bem-estar subjetivo europeu e por Estados-Membros .....	153
Figura 5.26 – Média de confiança de coesão social na UE, segundo o bem-estar subjetivo europeu e por Estados-Membros .....	154
Figura 6.1 – Médias de coesão social na UE, segundo a distância/proximidade de valores entre Estados-Membros .....	160
Figura 6.2 – Distribuição dos valores socio-humanos no espaço da UE.....	162
Figura 6.3 – Distribuição dos valores socioeconómicos no espaço da UE .....	165
Figura 6.4 – Médias de coesão social na UE, segundo os valores de Estado social.....	167
Figura 6.5 – Médias de coesão social na UE, segundo os valores de liberalismo.....	167
Figura 6.6 – Médias de coesão social na UE, segundo os valores de empreendedorismo .....	168
Figura 6.7 – Médias de coesão social na UE, segundo os valores de proteccionismo .....	168
Figura 6.8 – Médias de coesão social na UE, segundo os valores sociopolíticos .....	170

Figura 6.9 – Descritiva dos valores segundo ps clusters de Estados-Membros .....	172
Figura 6.10 – Descritiva de coesão social na UE, segundo os clusters de Estados-Membros de valores .....	173
Figura 6.11 – Representações sobre a UE.....	176
Figura 6.12 – Médias de coesão social na UE, segundo as representações positivas da UE .....	176
Figura 6.13 – Médias de coesão social na UE, segundo as representações negativas da UE.....	177
Figura 6.14 – Médias de coesão social na UE, segundo o nível de integração europeia .....	177
Figura 6.15 – Médias de coesão social na UE, segundo a representação de semelhança entre europeus .....	178
Figura 6.16 – Médias de coesão social na UE, segundo a representação da UE como projeto democrático e de direitos .....	179
Figura 6.17 – Clusters de Estados-Membros de representações da UE .....	181
Figura 6.18 – Coesão social na UE segundo os clusters de Estados-Membros das representações da UE .....	182
Figura 7.1 – Médias de coesão social na UE, segundo o grau de satisfação com o funcionamento da democracia no estado-membro .....	188
Figura 7.2 – Médias de coesão social na UE, segundo o grau de confiança nas instituições nacionais .....	189
Figura 7.3 – Médias de coesão social na UE, segundo o grau de felicidade em viver no país.....	189
Figura 7.4 – Médias de coesão social na UE, segundo o sentimento de ligação ao país.....	190
Figura 7.5 – Médias de coesão social nacional nos clusters de países .....	193
Figura 7.6 – Médias de coesão social na UE, segundo os clusters de coesão social nacional .....	194
Figura 7.7 – Médias de filiação de coesão social na UE dos Estados-Membros, segundo o grau de satisfação com o funcionamento da democracia no país .....	196
Figura 7.8 – Médias de legitimidade de coesão social na UE dos Estados-Membros, segundo o grau de satisfação com o funcionamento da democracia no país .....	196
Figura 7.9 – Médias de filiação de coesão social na UE dos Estados-Membros, segundo o grau de confiança nas instituições nacionais .....	197
Figura 7.10 – Médias de confiança de coesão social na UE dos Estados-Membros, segundo o grau de confiança nas instituições nacionais .....	197
Figura 7.11 – Médias de filiação de coesão social na UE dos Estados-Membros, segundo o grau de felicidade em viver no país .....	198
Figura 7.12 – Médias de legitimidade de coesão social na UE dos Estados-Membros, segundo o grau de felicidade em viver no país .....	198
Figura 7.13 – Médias de filiação de coesão social na UE dos Estados-Membros, segundo o sentimento de ligação ao país.....	199

Figura 7.14 – Médias de pertença de coesão social na UE dos Estados-Membros, segundo o sentimento de ligação ao país .....	199
Figura 7.15 – Médias de filiação de coesão social na UE dos Estados-Membros, segundo o grau de confiança nas instituições políticas nacionais.....	200
Figura 7.16 – Médias de confiança de coesão social na UE dos Estados-Membros, segundo o grau de confiança nas instituições e administração pública nacionais .....	201
Figura 7.17 – Médias de confiança de coesão social na UE dos Estados-Membros, segundo o grau de confiança nas instituições de justiça e segurança nacionais .....	201
Figura 8.1 – Descrição dos clusters de indivíduos de coesão social na UE .....	222

## Lista de quadros

Quadro 3.1 – Dimensões e subdimensões de coesão social na UE .....	69
Quadro 3.2 – Subdimensões das relações horizontais de coesão social na UE.....	70
Quadro 3.3 – Subdimensões das relações verticais de coesão social na UE .....	71
Quadro 3.4 – Subdimensão da pertença de coesão social na UE .....	72
Quadro 3.5 – Subdimensões das práticas transfronteiriças de coesão social na UE .....	73
Quadro 3.6 – Indicadores de desigualdades sociais .....	76
Quadro 3.7 – Operacionalização dos grupos socioeconómicos/classes .....	80
Quadro 3.8 – Indicadores e dimensões das desigualdades sociais .....	81
Quadro 3.9 – Indicadores de bem-estar subjetivo .....	82
Quadro 3.10 – Indicadores de valores socio-humanos .....	84
Quadro 3.11 – Indicador de valores sociopolíticos .....	85
Quadro 3.12 – Indicadores de valores socioeconómicos.....	86
Quadro 3.13 – Indicadores das representações da UE.....	88
Quadro 3.14 – Indicadores de coesão social nacional.....	89
Quadro 4.1 – Correlações entre as subdimensões de coesão social na UE .....	98
Quadro 4.2 – Médias da vertente subjetiva de coesão social na UE, segundo as práticas transfronteiriças.....	99
Quadro 4.3 – Correlações entre as médias de coesão social na UE segundo os Estados-Membros ....	99
Quadro 4.4 – Distribuição dos indicadores de reconhecimento das relações horizontais .....	101
Quadro 4.5 – Descritiva das relações horizontais nos clusters de Estados-Membros .....	105
Quadro 4.6 – Correlação entre os indicadores das subdimensões de confiança e de legitimidade e a subdimensão de filiação .....	107
Quadro 4.7 – Distribuição dos indicadores da subdimensão de confiança das relações verticais.....	107
Quadro 4.8 – Distribuição dos indicadores da subdimensão de legitimidade das relações verticais ..	110
Quadro 4.9 – Descritiva das relações verticais nos clusters de Estados-Membros .....	113
Quadro 4.10 – Distribuição dos indicadores de pertença .....	116
Quadro 4.11 – Médias de coesão social na UE, segundo a autocategorização .....	117
Quadro 4.12 – Distribuição dos indicadores de práticas transfronteiriças não integrativas de coesão social na UE .....	118
Quadro 4.13 – Distribuição dos indicadores de práticas transfronteiriças integrativas de coesão social na UE.....	119
Quadro 4.14 – Descritiva das práticas transfronteiriças nos clusters de Estados-Membros.....	121
Quadro 4.15 – Descritiva dos clusters de Estados-Membros de coesão social na UE .....	122
Quadro 5.1 – Correlações entre a coesão social na UE e as desigualdades sociais.....	134

Quadro 5.2 – Coeficiente de variação de coesão social na UE segundo as desigualdades sociais.....	135
Quadro 5.3 – Descritiva das desigualdades macrossociais de acordo com os clusters de coesão social na UE segundo os Estados-Membros.....	137
Quadro 5.4 – Correlações entre as médias de coesão social na UE e as desigualdades macrossociais de cada Estado-Membros.....	138
Quadro 5.5 – Caracterização das desigualdades macrossociais segundo os clusters de práticas transfronteiriças dos Estados-Membros.....	139
Quadro 5.6 – Correlações entre os indicadores de bem-estar subjetivo.....	141
Quadro 5.7 – Médias de bem-estar subjetivo.....	141
Quadro 5.8 – Correlações entre a coesão social na UE e o bem-estar subjetivo.....	145
Quadro 5.9 – Coeficiente de variação de coesão social na UE, segundo o bem-estar subjetivo.....	146
Quadro 5.10 – Correlações entre os níveis médios de bem-estar subjetivo dos Estados-Membros e a média de coesão social na UE.....	149
Quadro 5.11 – Comparação entre as correlações de condições de vida objetivas e subjetivas ao nível micro e a coesão social na UE.....	155
Quadro 5.12 – Comparação entre as correlações das condições de vida objetivas e subjetivas ao nível macro com a coesão social na UE.....	156
Quadro 6.1 – Correlações entre a crença na proximidade de valores entre Estados-Membros e a coesão social na UE.....	160
Quadro 6.2 – Coeficiente de variação de coesão social na UE, segundo a proximidade de valores entre Estados-Membros.....	161
Quadro 6.3 – Indicadores de valores socio-humanos.....	162
Quadro 6.4 – Descritiva da coesão social na UE, segundo os valores socio-humanos.....	164
Quadro 6.5 – Correlações entre os valores socio-humanos e a coesão social na UE.....	164
Quadro 6.6 – Correlações entre os valores socioeconómicos e a coesão social na UE.....	169
Quadro 6.7 – Coeficiente de variação de coesão social na UE, segundo a os valores socioeconómicos.....	170
Quadro 6.8 – Correlações entre os valores sociopolíticos e a coesão social na UE.....	171
Quadro 6.9 – Coeficiente de variação de coesão social na UE, segundo os valores sociopolíticos....	171
Quadro 6.10 – Correlações entre os níveis médios de valores de cada estado-membro e a respetiva média de coesão social na UE.....	174
Quadro 6.11 – Correlações entre os indicadores de representações da UE.....	175
Quadro 6.12 – Médias de coesão social na UE, segundo as representações positivas da UE.....	178
Quadro 6.13 – Médias de coesão social na UE, segundo as representações negativas da UE.....	179
Quadro 6.14 – Correlações entre a coesão social na UE e as representações da UE.....	180
Quadro 6.15 – Correlações entre as médias das representações da UE de cada estado-membro e a respetiva média de coesão social na UE.....	182



Quadro 6.16 – Comparação entre as correlações dos valores socio-humanos e das representações da UE, ao nível micro, com a coesão social na UE.....	183
Quadro 6.17 – Comparação entre as correlações dos valores e das representações da UE, ao nível macro, com a coesão social na UE.....	185
Quadro 7.1 – Média dos indicadores de coesão social nacional .....	188
Quadro 7.2 – Correlações entre os indicadores de coesão social nacional.....	188
Quadro 7.3 – Correlações entre a coesão social na UE e a coesão social nacional.....	190
Quadro 7.4 – Correlações entre a coesão social na UE e a confiança nas instituições nacionais .....	191
Quadro 7.5 – Coeficiente de variação da coesão social na UE, segundo a coesão social nacional.....	192
Quadro 7.6 – Correlações entre as médias de coesão social na UE e as médias de coesão social nacional dos Estados-Membros.....	194
Quadro 8.1 – Correlações entre a coesão social na UE e as dimensões relacionais.....	203
Quadro 8.2 – Percentagem de variação explicada de coesão social na UE por dimensão relacional..	205
Quadro 8.3 – Adequabilidade e variação explicada dos modelos de regressão multidimensionais de coesão social na UE .....	206
Quadro 8.4 – Coeficientes de regressão dos modelos de regressão multidimensionais de coesão social na UE.....	207
Quadro 8.5 – Percentagem de variação explicada de coesão social na UE, segundo a pertença e as práticas transfronteiriças .....	215
Quadro 8.6 – Adequabilidade e variação explicada dos modelos de regressão multidimensionais de coesão social na UE, com controlo da pertença e das práticas.....	216
Quadro 8.7 – Coeficientes de regressão dos modelos de regressão multidimensionais de coesão social na UE com controlo da pertença e das práticas.....	217
Quadro 8.8 – Variabilidade de coesão social na UE explicada dentro e entre países .....	218
Quadro 8.9 – Percentagem de variação explicada da filiação à UE por subdimensão de CS-UE.....	220
Quadro 8.10 – Modelo de regressão multidimensional da filiação à UE segundo as subdimensões de coesão social na UE .....	220
Quadro 8.11 – Perfis dos clusters de indivíduos de CS-UE.....	223
Quadro 8.12 – Caracterização dos perfis de clusters de coesão social na UE, segundo as condições de vida.....	224
Quadro 8.13 – Caracterização dos clusters de indivíduos de coesão social na UE, segundo o espaço ideacional .....	227
Quadro 8.14 – Caracterização dos clusters de indivíduos de coesão social na UE, segundo a coesão social nacional.....	228
Quadro 8.15 – Distribuição dos clusters de indivíduos de coesão social na UE dentro dos Estados-Membros.....	229



## Glossário

BCE – Banco Central Europeu

CE – Comissão Europeia

CS-UE – coesão social na União Europeia

CS-nacional – coesão social no(s) estado(s)-membros(s)

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

NMS13 – novos Estados-Membros, últimos 13 Estados-Membros a aderir à União Europeia <sup>b)</sup>.

PE – Parlamento Europeu

PIB – Produto Interno Bruto

TUE – Tratado da União Europeia

UE – União Europeia

UE15 – primeiros 15 Estados-Membros da União Europeia <sup>a)</sup>

Lista de siglas dos Estados-Membros:

FR – França	GB – Reino Unido	AT – Áustria	MT – Malta
BE – Bélgica	GR – Grécia	CY – Chipre	PL – Polónia
NL – Países Baixos	ES – Espanha	CZ – Chéquia	SK – Eslováquia
IT – Itália	PT – Portugal	EE – Estónia	SI – Eslovénia
LU – Luxemburgo	DE – Alemanha	HU – Hungria	BG – Bulgária
DK – Dinamarca	FI – Finlândia	LV – Letónia	RO – Roménia
IE – Irlanda	SE – Suécia	LT – Lituânia	HR – Croácia

Notas:

a) França, Bélgica, Países Baixos, Itália, Luxemburgo, Dinamarca, Irlanda, Reino Unido, Grécia, Espanha, Portugal, Alemanha, Finlândia, Suécia, Áustria.

b) Chipre, Chéquia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, Eslováquia, Eslovénia, Bulgária, Roménia, Croácia.



# Introdução

A União Europeia (UE) poderá ter nascido do rescaldo e das consequências da II Guerra Mundial, e por algum tempo essa memória poderá ter sido um dos principais impulsionadores do projeto europeu. Mas como Judt (2011) argumentou, a União Europeia terá de ser mais do que uma resposta à história. A memória da II Guerra Mundial não é suficiente para manter o projeto de integração europeia, é preciso olhar não só para a história, mas principalmente para o presente.

O interesse do espaço da UE como objeto sociológico deve-se ao desenrolar dos acontecimentos mais recentes no espaço geopolítico da UE, quer motivados por questões intrínsecas quer extrínsecas à UE, mas com impacto significativo no mesmo. Esses factos datam, pelo menos, desde a crise económica e financeira de 2008. Foi nesse momento que se iniciaram clivagens relevantes e visíveis entre Estados-Membros, isto pouco depois de consumada a adesão de um conjunto de novos membros, predominantemente a Leste. Os efeitos da crise e a forma como esta foi lidada pelos agentes políticos nas esferas europeias e nacionais, criou a perceção de injustiça em muitos cidadãos europeus. O afastamento das instituições europeias face aos reais problemas dos seus cidadãos foi um facto para muitos. Problemas posteriores, da crise dos refugiados, que ainda hoje se materializam e se sentem, o voto do Brexit, o crescendo de partidos populistas e anti-UE, são outros acontecimentos que marcaram, e marcam, a relação das instituições europeias com os seus cidadãos, além de aprofundarem algumas divisões entre Estados-Membros. Foi nessa fase que surgiu a ideia deste estudo. Tornava-se preponderante avaliar se o projeto de integração europeia tem ou não uma base social estável, se os cidadãos estão ou não ligados ao projeto, se estão ou não ligados uns aos outros. E daqui surgiu a ideia do conceito de coesão social.

A crise económica e financeira de 2008 não foi apenas um fenómeno de dimensões económicas, mas desencadeou efeitos sociais profundos, repercutindo-se de maneira desigual entre os Estados-Membros. O aumento do desemprego, a austeridade e as disparidades económicas acentuaram as divisões e desigualdades sociais, contribuindo para a emergência de narrativas divergentes e desconfianças no seio dos cidadãos.

A crise dos refugiados, desencadeada por conflitos regionais e instabilidade política em diversas partes do mundo, tem sido um catalisador de mudanças sociais e políticas na UE. O fluxo de refugiados para os Estados-Membros gera debates sobre solidariedade, identidade, assim como sobre o impacto nas oportunidades de vida.

A União Europeia (UE) enfrenta o desafio do crescimento de partidos políticos críticos à integração europeia em ambos os parlamentos dos Estados-Membros e Europeu. Este fenómeno reflete não apenas divergências políticas, mas também um questionamento mais profundo sobre as atitudes e apoio dos

cidadãos à união. Ou, pelo menos, que tipo de união os cidadãos querem. É importante ter em mente que são os cidadãos que votam e constroem a democracia.

Um outro acontecimento resultante do referendo realizado no Reino Unido em 2016, o Brexit, é um fenómeno que não só redefiniu as dinâmicas políticas na Europa, mas que também suscitou questões profundas sobre a legitimidade das instituições europeias, e em particular sobre o suporte social dos cidadãos à união. A decisão britânica de deixar a UE não pode ser encarada isoladamente, mas como um reflexo de dinâmicas sociais mais amplas e de atitudes dos cidadãos em relação à integração europeia. O Brexit pode ser indicativo de uma possível lacuna no apoio popular ao projeto europeu, um sintoma de insatisfação, de descontentamento, ou mesmo de uma desconexão entre os cidadãos e as instituições europeias. A importância deste tema não se restringe apenas ao contexto britânico, mas estende-se a toda a UE, uma vez que o Brexit pode servir de alerta para outras regiões.

Foi em pleno cenário de negociações do Brexit que a ideia deste projeto de investigação surgiu. A noção de que a opinião dos cidadãos não estaria a ser ouvida pelas instituições europeias, ou que não estaria a ser tomada com a devida consideração no desenho do projeto europeu. A aparente desconexão entre cidadãos e instituições europeias levantou a questão do quanto da integração europeia se estaria a consumir em coesão social. Coesão social ao nível dos cidadãos, de ligação entre os próprios cidadãos da união, e de ligação entre os cidadãos e as instituições europeias. Se, por um lado, é verdade que as instituições europeias falam e discutem a coesão social, por outro lado, o sentido que atribuem ao conceito situa-se num plano macro, predominantemente de convergência económica e territorial entre Estados-Membros e regiões. Assim, um dos principais desafios iniciais desta tese foi o de demonstrar que, aqui, quando se fala em coesão social não se atribui o mesmo sentido que o dado pelas instituições europeias. Este trabalho funda numa perspetiva sociológica, e o conceito de coesão social está alicerçado nas mesmas preocupações e considerações que o levaram a ser empregue por um dos fundadores da disciplina sociológica, Émile Durkheim.

Entretanto, já após iniciada esta investigação, outros acontecimentos no espaço europeu e mundial sucederam e não menos relevantes para o tópico em estudo, nomeadamente a crise pandémica da COVID-19 e o conflito armado na Ucrânia.

A pandemia de COVID-19 teve um impacto significativo nas relações entre os Estados-Membros da UE, reconfigurando dinâmicas políticas e sociais. As iniciativas de resposta à pandemia tentaram não apenas lidar com as suas consequências sanitárias, mas também mitigar os impactos económicos e sociais, demonstrando uma tentativa de solidariedade e coesão no seio da UE. Por exemplo, poder-se-á dizer que em certa medida houve alguma solidariedade e igualdade dentro da união no acesso às vacinas. Assim, apesar da pandemia ter agravado algumas desigualdades existentes, também proporcionou oportunidades para fortalecer a solidariedade europeia.

Mais recentemente, o conflito armado na Ucrânia teve repercussões significativas na relação entre os Estados-Membros, e provavelmente nas atitudes e sentimentos dos cidadãos face à UE. O conflito na Ucrânia suscitou debates sobre a segurança europeia e a necessidade de uma abordagem unificada para

lidar com ameaças externas, sublinhando as complexidades na definição de uma postura unida perante desafios de segurança. Neste sentido, o conflito na Ucrânia poderá ter tido implicações nas atitudes dos cidadãos europeus sobre a relevância da UE para manter a paz na região, reavivando memórias que fundaram o projeto europeu.

À medida que a UE enfrenta novos desafios, incluindo o impacto das transformações tecnológicas, e em particular a digital, nos sistemas económicos e sociais, com impactos profundos em dimensões estruturantes das sociedades europeias, como o trabalho, a família, as redes de sociabilidade, é imperativo a reflexão sobre a coesão social no espaço da UE. Só através da compreensão do que os cidadãos da UE pensam e querem da união é possível garantir a sustentabilidade e a legitimidade do projeto europeu.

Em suma, pelo menos desde a crise económica e financeira de 2008 que a UE tem enfrentado desafios que testam a resiliência das suas instituições europeias. Mas, mais importante, é necessário lembrar que as instituições europeias são um projeto democrático alicerçado na vontade dos cidadãos.

Compreender a coesão social no espaço da UE requer uma análise sociológica profunda a partir da perspetiva dos cidadãos europeus. Ao focar nas atitudes e práticas dos cidadãos, esta abordagem de estudo destaca a importância da perspetiva de baixo para cima (*bottom-up*) na análise da coesão social. A partir dessa perspetiva, esta tese visa captar a diversidade de atitudes, práticas e sentimentos que moldam a coesão social na UE, e em como esta se distribui pelas diferentes categorias sociais. Compreender como os cidadãos vivenciam a integração europeia, e como se distribui segundo a diferenciação social, fornece uma base sólida para o desenvolvimento de políticas mais alinhadas com as necessidades e aspirações dos cidadãos, contribuindo assim para um reforço efetivo da coesão social na UE.

A relevância desta abordagem também reside na sua capacidade de captar as diversidades existentes dentro da UE. Os diferentes contextos socioculturais e socioeconómicos, as condições de vida e de existência, podem manifestar-se nas atitudes e práticas dos cidadãos. Cada país, região e comunidades locais possuem características socioeconómicas e socioculturais específicas, logo bases sociais distintas, que influenciam a coesão social na UE.

Em termos científicos, o recurso ao conceito de coesão social demonstrou-se pertinente para abordar os problemas e as questões levantadas, permitindo responder às perguntas geradas pelas inquietações expostas. As mudanças e dinâmicas sociais contemporâneas têm proporcionado um ressurgimento do interesse da comunidade científica pelo conceito. Porém, é um conceito não consensual na literatura, apesar de existirem avanços significativos na sua definição. A pertinência do conceito deve-se não só à sua capacidade de mapear a qualidade das relações sociais, mas também ao de se associar a outros conceitos sociológicos de relevo, como as desigualdades sociais e os valores, elementos estruturantes da vida social. Este detalhe é essencial, no sentido em que para compreender a coesão social na UE é

imprescindível relacioná-la com a estrutura social. Só assim é possível compreender o que funda a coesão social, além de que permite enquadrá-la nas dinâmicas e processos sociais contemporâneas.

Como objetivos gerais esta tese procura, em primeiro lugar, contribuir para o avanço teórico sobre o conceito de coesão social na disciplina sociológica. Em segundo lugar, pretende aprofundar o conhecimento empírico sobre a coesão social na União Europeia, em particular operacionalizando dimensões teórico-analíticas, que permitam captar a sua multidimensionalidade e complexidade social, identificando assim novas perspectivas para a delimitação de políticas públicas que contribuam para fortalecer a coesão social na UE, ou seja fortalecer a ligação entre cidadãos e entre cidadãos e as instituições.

Como objetivos específicos pretende-se, de modo mais holístico, mapear a configuração do espaço de coesão social na UE. De um prisma mais focado, o objetivo é o de explicar e compreender a relação entre a coesão social na UE e um conjunto de dimensões relacionais, que podem ser fatores e/ou consequências da coesão social. Essas dimensões relacionais são as desigualdades sociais, o bem-estar subjetivo, os valores, as representações da UE e a coesão social nacional (dos Estados-Membros). Então, pretende-se relacionar os níveis de coesão social na UE com aspetos da estrutura social, quer de cariz distributivo e das condições de vida, quer com aspetos socioculturais.

Da interseção entre os objetivos gerais e específicos acredita-se que será possível contribuir para o cumprimento de dois objetivos da Agenda 2030 das Nações Unidas: o 10, de reduzir desigualdades e promover a inclusão social e igualdade de oportunidades; e o 16, de promover sociedades inclusivas, assegurando a participação e representatividade de todos e a transparência das decisões e instituições.

A estrutura da tese divide-se em quatro partes. Na Parte I, o capítulo 1 discute a revisão de literatura sobre a temática da coesão social. A Parte II constitui-se da apresentação da metodologia, albergando o capítulo 2 onde se apresentam os alicerces da pesquisa, incluindo as perguntas de investigação, e o capítulo 3 que desenvolve o método e a operacionalização. Segue-se a Parte III, a mais extensa, constituída por cinco capítulos de análise e discussão dos resultados. O primeiro, capítulo 4, apresenta os mapeia os níveis de coesão social na UE em termos globais, ao nível transnacional, e ao nível comparativo nacional. O segundo, capítulo 5, aborda a relação entre a coesão social na UE e as condições de vida, nas quais se incluem as desigualdades sociais e o bem-estar subjetivo. O terceiro, capítulo 6, debruça-se sobre a relação entre a coesão social na UE e o espaço ideacional, composto por valores e representações da UE. O quarto, capítulo 7, aborda a relação entre diferentes níveis de coesão social, a nacional dos Estados-Membros com a da UE. O capítulo 8, que fecha a Parte III, apresenta uma leitura integrada da coesão social na UE, e das relações entre a última e as dimensões relacionais. Esta tese termina com a Parte IV, a conclusão, onde são discutidos e sumarizados os principais resultados, e apresentadas pistas de investigação futuras e de políticas públicas.



Parte I

**TEORIA**



# 1. Coesão Social e teoria sociológica

Atualmente não existe uma definição consensual de coesão social. Apesar do contributo inicial de Émile Durkheim para a centralidade do conceito na teoria sociológica clássica, posteriormente foi um conceito pouco debatido, mas que a partir da última década do século XX ressurgiu na literatura da disciplina. As atuais definições de coesão social não embebem somente do campo da Sociologia, mas são permeáveis aos debates e abordagens de várias disciplinas sociais e humanas, tais como a Psicologia, Ciência Política, Geografia Humana, Economia, Antropologia, entre outras. Se por um lado esta pluralidade nutre a indefinição do termo, por outro lado esta transversalidade, incluindo ontológicas e epistemológicas, enriquece a sua discussão sociológica. De facto, o conceito de coesão social necessita de uma clarificação do seu estatuto ontológico. O mais comum é ser entendida ora como um estado da situação, uma característica societal, ou um processo que pode implicar a chegada a um estado da situação ou a uma característica desejáveis ou ideais. Estes entendimentos estão ligados ao ressurgimento do termo mais no âmbito do desenho e implementação de políticas públicas (Jenson, 1998), pelo que o seu reaparecimento na Sociologia é mais alavancado por essa via. Desde então poder-se-á considerar como um termo dual, com um eixo de carácter político e outro de carácter académico (Chan et al., 2006). A apropriação política do termo é demais evidente, pois um conjunto alargado de instituições sociopolíticas aplicaram-no no desenho e orientação de políticas públicas, entre elas a Comissão Europeia (CE), o Conselho da Europa, a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial (BM), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e estados como o Canadá, Austrália e Reino Unido. Em parte, é devido à politização e às dissonantes visões e preocupações dos agentes e campos políticos que coesão social permanece um conceito impreciso (Schiefer, & Van der Noll, 2017). A esta constatação acrescenta-se uma outra, de que parte das perspetivas sobre coesão social, em ambos os discursos político e académico, recorrem a um conjunto de conceitos transdisciplinares, pelo que em demasiados casos é difícil divisar a que referencial corresponde cada uma das visões apresentadas. Tal é demonstrado pela existência de equipas de investigação transdisciplinares a trabalhar o tópico. Outra confusão é que coesão social é por vezes utilizada como sinónimo de outros conceitos sociológicos, tais como capital social, bem-estar, solidariedade, inclusão/exclusão sociais, estabilidade/instabilidade sociais. Por estes motivos, considera-se que em Sociologia o conceito de coesão social tem sido trabalhado à margem de um enquadramento metateórico, algo surpreendente face às suas origens sociológicas, mas também às dimensões de análise que convoca. Acredita-se que esse enquadramento favorece a compreensão sociológica, e também axiológica, sobre coesão social, sem prejudicar a sua transdisciplinaridade.

## 1.1 Dos fundadores da sociologia

O conceito de coesão foi usado pelos precursores e fundadores de Sociologia, com um sentido muito próximo ao seu significado etimológico: coesão deriva de *cohaesio* (adesão), e de *adharere* (aderir, colar), pelo que é compreensível que os autores aplicassem o termo para explicar o que une os indivíduos e o que os mantém unidos. Ainda hoje, alguns autores e instituições descrevem de modo abreviado coesão social como “*the glue that holds societies together*”<sup>1</sup> (Leininger et al, 2021; Bertelsmann Stiftung, 2017; Gregersen, 2013). Assim, emergem, pelo menos, as seguintes interrogações: o que é que une, o quanto une, e como une?

É apenas com Émile Durkheim (1999) que o termo surge pela primeira vez associado a social, coesão social, distinguindo assim o social de outras esferas, o que delimita o objeto. Porém, Durkheim não definiu coesão social, entendendo esta como “o que une” e “o estado de união dos indivíduos”. O autor focou o estudo dos fatores de coesão, segundo ele a solidariedade, ou seja, o que impele os homens uns para os outros. Segundo Green e Janmaat (2011), a distinção ou a sobreposição dos conceitos de coesão social e solidariedade é das primeiras imprecisões conceptuais a envolver o debate sociológico. Os autores consideram que na sociologia francesa solidariedade social é sinónimo de coesão social. De facto, não é totalmente compreensível a distinção entre os dois conceitos, nem etimologicamente, nem sociologicamente. Etimologicamente solidário deriva de *sólido*, pelo que, apesar de distintos são conceitos próximos. Gregersen (2013) diz que Durkheim utilizou o termo solidariedade e que só mais tarde é que traduções padronizadas aplicaram o conceito de coesão social.

Em *Da divisão do trabalho social* Durkheim (1999) propôs que nas sociedades subsistem dois tipos de solidariedade<sup>2</sup>, a mecânica e a orgânica, que na realidade não existem em estado completo em qualquer sociedade. Mas a tendência é que nas sociedades primitivas prevaleça a solidariedade mecânica e nas mais complexas a orgânica. A solidariedade mecânica caracteriza-se por pequenas comunidades, onde existe uma consciência coletiva (ou representações coletivas) fundada em representações simbólicas, valores comuns e específicos de pertença ao grupo e que têm um forte sentido coercivo. Nestas sociedades a individualidade é praticamente inexistente, e, pelo contrário, existe um forte sentimento de semelhança. A principal dimensão de coerção social é cultural, pelo que a coesão social é alcançada pela existência de valores e normas comuns num conjunto de indivíduos, a sociedade.

---

<sup>1</sup> Ao longo de todo o texto usa-se o critério de manter as citações na língua em que foram escritas, em concreto a língua inglesa. Esta opção permite manter o significado original das citações, eliminando quaisquer enviesamentos decorrentes da tradução própria.

<sup>2</sup> Para o autor, a solidariedade é o que impele os indivíduos uns para os outros, contribuindo para a integração da sociedade. É um fenómeno social imaterial, que só se pode conhecer pelos seus efeitos e existe em várias formas (doméstica, profissional, nacional, etc). A coesão social é alcançada através da solidariedade, pelo que o autor focou o seu estudo na análise dos mecanismos que geram solidariedade, ou seja, nos elementos cuja função é produzir solidariedade. Porém, o autor é impreciso quanto à relação de sentido entre solidariedade e coesão, pois admite que cada uma delas podem produzir a outra, mas não encontra uma resposta a esta questão.

No oposto, à medida que a população cresce e as profissões se diferenciam os indivíduos estão mais dispersos, pelo que as representações de carácter mais abstrato e geral adquirem proeminência, não se limitando a laços locais e comunitários, pois têm a capacidade de abranger maior heterogeneidade de indivíduos (Giddens, 2000). As sociedades modernas caracterizam-se por uma maior preponderância da individualidade, sendo a cooperação num conjunto alargado de relações sociais do trabalho, e a consciência do indivíduo dessa interdependência da divisão do trabalho social, um sistema de direitos e deveres, que gera solidariedade. Por outras palavras, a divisão do trabalho social, que é, em certa medida, um modo de integração das partes diferenciadas, tem uma função que é a de gerar solidariedade entre indivíduos, contribuindo para a coesão social. Logo, os dois modos de solidariedade caracterizam dois modos de integração que ao gerar solidariedade criam coesão. Ao momento, compreenda-se por integração o mesmo sentido que lhe foi atribuído por Durkheim, o de inclusão das partes num todo, o de incorporação entre as partes. Raciocinando de modo análogo a Durkheim, coesão é um estado que resulta da integração das partes e caracterizado por tipos de ligação, ou seja, tipos de solidariedade.

Os modos de solidariedade propostos por Durkheim são muito próximos ao que Tönnies e Weber denominaram de relações sociais. O próprio Tönnies argumentou que a vida real orgânica era a essência da comunidade e que a construção de uma relação ideal ou mecânica era a definição de sociedade (Tönnies, 2013 [1987]). Ou seja, diferentes tipos de solidariedade caracterizam-se por diferentes tipos de relações sociais que mantêm as pessoas ligadas (Philips, 2008). Para Weber (1978) as relações sociais caracterizam-se por comunitárias, quando baseadas num sentimento subjetivo de pertença afetivo ou tradicional, e por associativas, baseadas numa orientação racional e na união de interesses. Os tipos de relações, comunitárias ou associativas, caracterizam um tipo de vínculo social, seja dentro de um grupo ou entre partes. Na definição de relação social está implícito, e explícito, o que liga os indivíduos uns aos outros, ou seja, as pistas para a compreensão da coesão social. Neste sentido, é possível estabelecer pontes entre a sociologia de Marx e a de Weber, pois para o primeiro são os interesses económicos que criam a união de coletivos sociais, as classes (Marx, 1975a). Essa união reflete um tipo de relação social associativa do ponto de vista weberiano. Se é possível retirar outras elucidações dos textos de Marx sobre coesão social, é a de que para se falar de coesão tem que existir um grupo, ou seja uma unidade de análise. E para o autor a principal unidade de ação coletiva, na sua contemporaneidade, é a classe.

A ideia de coesão social está mais ligada à tradição funcionalista que favorece o consenso, as normas, os valores e o equilíbrio, e menos relacionada com o conflito e oposição de interesses. Por este motivo Berman e Philips (2004) alertam para o perigo de divisar coesão social como a homogeneidade do grupo, citando o exemplo da Alemanha do Terceiro Reich. Logo, para se compreender a coesão social também é importante discuti-la sobre a perspectiva do conflito.

A relevância da unidade de análise é mais proeminente nos escritos de Simmel, através dos seus textos sobre díades e tríades. O autor foca a influencia do tamanho dos grupos na qualidade das relações entre membros, por outras palavras, nas suas formas de interação (Simmel, 1923). Para Simmel o grau

mais baixo de associação são duas pessoas, é esse o tamanho mínimo de um grupo, e, portanto, a unidade mínima para se estudar a coesão. Mas, tal como Durkheim, Simmel assume que a sociedade é mais que a mera soma de todos os indivíduos, pelo que considera que existem diferentes tipos de relações sociais consoante as características dos grupos.

Em suma, os autores clássicos da sociologia apresentam as bases com que ainda hoje se discute o conceito de coesão social, sendo que o mesmo surgiu associado às tentativas de compreensão e explicação da ordem social. Retiram-se quatro conclusões principais, que ainda hoje guiam o debate sobre coesão social. Em primeiro lugar, por definição implícita, coesão implica um coletivo ou grupo que delimita o objeto. Em segundo lugar, envolve vários níveis de análise, o estrutural (macro), nomeadamente ao nível cultural, o interacional (micro), e entre grupos (meso). Em terceiro lugar, tem de ter em consideração ambas as teorias do consenso e do conflito. E em quarto lugar, também pode ser encarada de um ponto de vista da qualidade das relações e dos vínculos sociais.

## **1.2 O ressurgimento do conceito de coesão social na literatura sociológica**

Após o uso do termo pelos precursores e fundadores da sociologia, o mesmo foi pouco utilizado até à década de 1990. No seu reaparecimento, surge mais como um conceito periférico, algo paradoxal face aos estatutos centrais ou menos periféricos de algumas das dimensões com que é relacionado na contemporaneidade, tais como desigualdades sociais, bem-estar, exclusão e inclusão social, entre outros. No ressurgimento do termo no final do século XX, e já sob uma certa influência da esfera política, Bernard (1999) classificou-o como um “*quasi-concept*”, um construto mental híbrido, que por um lado é baseado na análise de uma situação real que lhe confere uma certa legitimidade científica, mas que por outro lado mantém uma imprecisão e flexibilidade útil à ação política. Algumas publicações na década de 1990 utilizaram o conceito no seu título. Em *The Limits of Social Cohesion. Conflict and Mediation in Pluralist Societies* (org. Berger, 1998), a coesão social é discutida no panorama da solução de conflitos normativos (e. g. conflitos religiosos, étnicos, etc), mas o conceito nunca é definido. Apresenta, contudo, um avanço substantivo: o estudo do conflito entre grupos, e da sua resolução, é também relevante no estudo da coesão social em sociedades pluralistas, isto é, culturalmente heterogêneas. Em segundo lugar, ao relacionar o conflito entre grupos (nível meso) com o plano normativo (nível macro) é apresentada uma perspetiva em como coesão social se pode relacionar entre níveis metateóricos.

## **1.3 Coesão social como integração social**

Em 1999 Gough e Olofsson (organizadores) publicam um livro intitulado *Capitalism and Social Cohesion. Essays on Exclusion and Integration*, que também não define coesão social. O debate centra-se ao nível sistémico, abordando as questões da integração sistémica, da integração social e da exclusão social. Apesar da discussão profícua e profunda os conceitos mencionados não são relacionados com coesão social, com exceção do contributo de David Lockwood. Na década de 60 do

século XX o autor já tinha proposto os conceitos de integração sistémica e integração social. A primeira corresponde à relação entre as partes do sistema e a segunda às relações entre atores. Mas é apenas na definição de integração social que o autor distingue entre integração cívica e coesão social (Lockwood, 1999). Enquanto integração cívica é inclusão e participação dos cidadãos na ordem institucional do plano macro (estrutura institucional), coesão social refere-se às redes sociais a nível pessoal e comunitário, portanto assenta no plano micro e meso, leitura partilhada por Mouzelis (1991). E, tal como mencionado pelo próprio Lockwood, a sua visão de coesão social é próxima à perspectiva de capital social de Putnam e Coleman.

Lockwood (1999) entende coesão social numa perspectiva dicotómica, sendo dissolução social o seu oposto. O autor propõe um grupo de indicadores para medir a coesão social/dissolução social, constituintes de três subdimensões: associações voluntárias e redes sociais, crime, e desorganização familiar. Do lado das associações voluntárias e das redes sociais Lockwood foca aspetos positivos de ligação, como por exemplo a confiança nos outros e a vontade em ajudar. Por outro lado, o foco em aspetos sociais negativos como o crime (roubo, furto, violência contra a pessoa, tumultos urbanos, protestos) e a desorganização familiar (famílias desestruturadas e instáveis) funda no pressuposto de que a coesão social estaria a diminuir, pelo decréscimo da participação cívica (associações voluntárias), e pelos aumentos de famílias desestruturadas e do crime. Esta perspectiva reforça a necessidade de discutir o estatuto ontológico de coesão social. Pode coesão social ter dois polos, um negativo e um positivo? Ou não? Por outro lado, definindo coesão social nos planos micro e meso, de interação e de grupos, como avaliar a coesão social se o objeto de estudo se situa no plano macro? É viável analisar a coesão social no plano macro através do somatório ou da média da coesão social tal como definida nos planos micro ou meso? Por exemplo, se o crime é alto numa determinada comunidade, o que isso nos diz sobre a relação entre esse e outros grupos, ou entre os sujeitos dessa comunidade e o país, as instituições nacionais? E o que nos diz a média ou o somatório de indicadores de redes sociais nos planos micro e meso quando a unidade de análise é o país? Ou em particular, sobre a Europa ou a União Europeia? Assim, devem ser discutidas as relações entre os vários planos de análise assim como a relação entre cada um dos planos e o objeto face ao qual se está a tentar compreender o nível de coesão social.

Em rigor, Lockwood apenas mede indiretamente coesão social, pois o próprio autor considera que crime e desorganização familiar são fatores e consequências de coesão social, e apenas as redes sociais são um indicador direto de coesão social. Esta perspectiva revela, contudo, a vantagem de debater coesão social no âmbito alargado de uma metateoria sociológica, que torna compreensível a relação entre planos de análise e a distinção entre fatores, consequências e coesão social *per se*. Ao nível da integração sistémica, Lockwood estabelece uma relação entre as alterações no plano macro, em particular entre as relações de produção capitalista e as relações laborais, com o aumento das desigualdades sociais, em

particular de rendimento<sup>3</sup>. Apesar da vantagem de estabelecer uma relação causa-efeito, pelo menos teoricamente, esta abordagem foca o conflito e a heterogeneidade estritamente como fontes de dissolução social, que impedem a coesão social. Assim, a indistinção que por vezes se encontra entre os termos de estabilidade/instabilidade social e coesão social<sup>4</sup> deve-se a que por vezes coesão social é analisada mais em termos dos seus fatores e/ou consequências, e a uma interpretação de sentido negativo da relação entre o conflito e coesão social.

Um outro sociólogo que analisa coesão social em estrita ligação com integração social é Delanty (2002). A proposta do autor é pertinente e incontornável não só porque discute o conceito de coesão social, mas principalmente porque o discute à luz da integração europeia e numa perspetiva transnacional, algo *sui generis*. Para Delanty a coesão social tem de ser analisada em termos do espaço social europeu, *i.e.*, nas relações transnacionais entre atores não estatais, em particular entre cidadãos (Delanty, 2006). Na opinião do autor, na Sociologia não existe uma definição, nem o debate, sobre o que é a integração social europeia, o que, por conseguinte, dificulta a análise de coesão social na UE. Deste modo, Delanty resgata o referencial teórico de Karl Deutsch, um cientista político. O ponto central da teoria de Deutsch (1978) é o de que o aumento das interações entre cidadãos europeus contribui para a construção de valores comuns, o que por si se traduz num sentimento de pertença entre europeus. Uma vez alcançada uma determinada compatibilidade de valores e uma identidade comum é possível integrar diferentes comunidades políticas. Apesar de não estar enquadrado numa teoria sociológica, o que Deutsch apresenta é uma perspetiva do processo de construção de um conjunto de valores compartilhados e de identidade coletiva, por outras palavras integração social. No caso da UE, Delanty vê os países como a principal unidade de análise entre as quais se deve avaliar a interação entre coletivos, pois as nacionalidades são os principais grupos que estruturam o espaço social europeu, além das suas inter-relações. Por integração social Delanty considera a intensidade, frequência, e a qualidade das interações, sendo constituída por uma dimensão quantitativa e qualitativa. Na vertente quantitativa, que Delanty denomina de Relevância Mútua (transações), incluem-se as práticas transfronteiras, redes amicais transfronteiriças, casamentos binacionais e migrações. A vertente qualitativa, denominada de coesão social, considera a entajuda transfronteiriça, comportamentos e atitudes positivas perante

---

<sup>3</sup> “*This essay attempts to clarify what might be meant by the term 'social cohesion'- and its putative decline - in the context of recent changes in capitalist production relations...*” (Lockwood, 1999). O capitalismo conduz a maior concorrência e maior individualismo, e consequentemente à diminuição do altruísmo, da confiança e da solidariedade, logo menor coesão social segundo o autor. Em segundo lugar, com o aumento das desigualdades sociais as redes sociais fragmentam-se, com separação de classes no plano meso, e quebra de laços nas redes amicais e familiares no plano micro. Assim, a confiança social, entre indivíduos, e a confiança das pessoas nas instituições sociais diminuem, resultando em protestos e instabilidade social, sintomas de menor coesão social.

<sup>4</sup> “*The fact that what this term [social cohesion] stands for and encompasses is far from clear has not prevented almost everyday speculation about the causes of what is held to be a state of increasing social instability.*” (Lockwood, 1999).



outros cidadãos da UE (incluindo a confiança), e identidade europeia. Porém, ao definir coesão social como componente de integração social, Delanty cria alguma ambiguidade, até porque na sua perspetiva, e na de Deutsch, integração conduz a coesão social, *“As a process, European social integration can be defined as increasing levels of mutual relevance between and cohesion among the different UE nationalities.”* (Delanty, 2006). Como pode coesão social tanto constituir parte da sua definição como do seu resultado? No máximo, coesão social poderá ser um retrato momentâneo do estado do processo de integração, mas isto não é claro no texto do autor. De facto, os indicadores propostos por Delanty para coesão social são resultados ou fatores, desse processo. Por exemplo, a confiança noutros cidadãos da UE, e a identidade europeia, poderão ser resultados do processo ou instigar maior integração social, mas não caracterizam nem definem o processo em si. Poderão no máximo serem indicadores indiretos do estado do processo. Porém, assumir que existe uma relação entre coesão social e integração social não implica que a primeira seja componente da segunda.

#### 1.4 Para uma compreensão do discurso político

*“...social cohesion is largely a “catchword” for incorporating the most pressing social issues of the day: unemployment, poverty, discrimination, exclusion, disenchantment with politics, together with any problems that a policymaker sees fit”. (Chan et al., 2006)*

Segundo Jenson (2002) na década de 1990 em alguns setores da sociedade canadiana persistia a insegurança cultural e a nostalgia pelo “antigo Canada”, que conseqüentemente estaria a reduzir a tolerância e a compaixão, pelo que o termo de coesão social foi utilizado para estabelecer uma ligação ao momento passado de suposta harmonia social (Jenson, 2002). As instituições de governança canadianas mostraram preocupação com a suposta evolução da coesão social, definindo-a como *“the ongoing process of developing a community of shared values, shared challenges and equal opportunity within Canada, based on a sense of trust, hope and reciprocity among all Canadians”* (Policy Research Committee, Government of Canada, 1999: p. 22). Coesão social é encarada como um processo que pretende alcançar vários objetivos. Jenson (1998) sugeriu cinco dimensões de coesão social, que são independentes, mas que se podem reforçar mutuamente: 1) Pertença/isolamento (ou seja, valores compartilhados, identidades coletivas); 2) inclusão/exclusão económica (nomeadamente no mercado de trabalho), (3) participação e envolvimento dos membros da sociedade nos assuntos públicos, (4) reconhecimento/ rejeição da diversidade e pluralismo e; (5) (i)legitimidade das instituições sociais. Ora, como se verifica, esta é uma abordagem dicotómica, tal como a de Lockwood. Todavia, julga-se que esta dicotomização é apresentada pela própria visão de coesão social como processo, ou seja, o objetivo é distanciar-se de um dos polos e alcançar o lado oposto, em particular identidade, inclusão, participação, reconhecimento, legitimidade. Das cinco dimensões, é questionável se subsistem ou não algumas contradições, principalmente entre a primeira, que estipula um conjunto de valores compartilhados, de

semelhança entre indivíduos e identidade, e a dimensão quatro que estipula o reconhecimento da diversidade e do pluralismo. O que se depreende é que os valores de pluralismo e aceitação da diversidade são um conjunto de valores compartilhados, mas que permitem concomitantemente a coexistência de valores distintos numa mesma sociedade. Segundo Jenson a coexistência de valores distintos é possível com a mediação das instituições sociais, quer formais ou informais, públicas ou privadas, sendo necessário as nutrir para manter o reconhecimento da diferença (Jenson, 1998). A autora coloca, deste modo, a importância da legitimidade e da capacidade das instituições sociais, quer formais ou informais para gerar ordem social. Daí a necessidade de incluir a dimensão cinco, da legitimidade das instituições sociais, concretamente das instituições no plano macro capazes de mediar os conflitos. Concorde-se que, a estabilidade das sociedades modernas assenta não num consenso total, mas num consenso mínimo sobre alguns valores e na capacidade de se gerirem de forma pacífica os conflitos. As instituições que não sejam consideradas legítimas pelos cidadãos não terão o seu apoio e serão difíceis de manter (Bovens et al., 2020).

Bernard (1999) considera que as cinco dimensões representam três domínios, o económico, o político e o sociocultural, e ainda o tipo de envolvimento social (atitude ou comportamento). Pode-se argumentar que esses domínios estão relacionados com a estrutura distributiva, a participação cívica e a instituições de governança, e com uma vertente ideacional cultural, respetivamente.

É interessante notar que Jenson constatou que coesão social é estudada principalmente a dois níveis: o da comunidade local e o da *whole community* (adiante referida por societal, portanto ao nível da Federação do Canadá ou dos Estados/Províncias). Para a autora o nível é relevante e distingue as componentes substantivo-analíticas de coesão social. Da sua revisão de literatura sobre projetos de coesão social estrita ao Canadá, a autora constatou que comparativamente à escala societal, a análise de coesão social ao nível da comunidade local foca mais as dimensões de participação e envolvimento público local e de inclusão/exclusão económica. Noutro sentido, mais do que ao nível da comunidade local, os estudos de coesão social ao nível societal focam mais a legitimidade das instituições sociais, o reconhecimento/rejeição, e a pertença/isolamento. A interpretação aqui dada é a de que ao nível da comunidade local prevalece uma perspetiva próxima de capital social e de consenso, talvez por esta ser vista como mais homogénea, enquanto ao nível societal prevalece uma perspetiva de gestão do conflito, talvez por esta ser vista como mais heterogénea. Outro aspeto importante que a autora salienta é que ao estudar a coesão social ao nível da comunidade local o sentimento de pertença que se estuda é o local, enquanto no estudo da coesão ao nível societal prevalece a cidadania. Ou seja, as componentes analíticas das dimensões de análise focam o mesmo nível de análise. Porém, considera-se que continua a existir na literatura recente uma determinada confusão entre os níveis de análise e os indicadores analíticos utilizados, o que não deixa de ser curioso face ao carácter antecedente do trabalho desenvolvido por Jenson, referenciado na grande maioria dos estudos posteriores. No fundo, o que se está a defender é que para estudar coesão social é também necessário conhecer o seu objeto, ou seja o grupo/coletivo face ao qual se está a estudar a coesão social. É necessário conhecer as suas características e especificidades,

e enquadrá-lo num modelo de análise que considere os níveis de análise. Apesar de poderem existir relações entre coesão social aos níveis local e societal, são objetos distintos, e o estudo deve refletir um modelo (meta)teórico-analítico coerente. Por exemplo, em 1998 Jenson questionou: *does social capital aggregate?* (ao nível nacional). Se na altura a autora não encontrou evidências científicas para responder afirmativamente a esta questão, debruçando-se inclusive sobre várias definições de capital social, num trabalho publicado em 2010 pela mesma autora a resposta continuava em suspenso (Jenson, 2010). Da análise de literatura realizada, acredita-se que não é possível afirmar que capital social pode agregar. Mesmo que exista uma relação entre os níveis médios de capital social de um país e a sua performance económica, como vários estudos sinalizam, tal, nada nos diz sobre coesão social ao nível societal. Para o demonstrar exemplificam-se os casos recentes das regiões/nações com movimentos independentistas na Catalunha, País Basco e Escócia, apenas para citar exemplos de países que pertencem ou pertenceram à UE. Em termos de PIB e de PIB per capita a Catalunha e o País Basco são das regiões mais ricas de Espanha<sup>5</sup>, mas isso nada disso nos diz sobre a relação entre cada uma dessas regiões e o resto da Espanha, entre os catalães e os restantes espanhóis, ou entre bascos e os últimos, e sobre a resolução de conflitos entre estes respetivos grupos/coletivos. Coesão social não é estritamente uma média ou agregado de capital social, pelo menos, quando analisada a partir da perspectiva dos cidadãos, pois é definida em termos das atitudes e comportamentos face ao objeto de análise de coesão social. Contudo, esta perspectiva não invalida, em nada, que subsista uma relação entre valores agregados ou médios de capital social das comunidades locais e coesão social ao nível societal. A relação entre capital social e coesão social será debatida mais adiante, incluindo as definições do primeiro.

A segunda abordagem sobre coesão social dentro das políticas públicas reflete a perspectiva europeia. Em 1995 Dahrendorf et al. definiram que coesão social “...comes in to describe a society which offers opportunities to all its members within a framework of accepted values and institutions. Such a society is therefore one of inclusion. People belong; they are not allowed to be excluded” (Dahrendorf et al. 1995). Fundada sobre a proposta de Dahrendorf e colegas, Berger-Schmidt, num relatório promovido pela Comissão Europeia, considera que coesão social é um atributo da sociedade e que em última instância é suportada pelos comportamentos, atitudes e avaliações dos seus membros. Para a autora o conceito de coesão social incorpora *two societal goals dimensions*, ou seja, coesão social é entendida como um objetivo a alcançar no estado das relações sociais, uma perspectiva idêntica às instituições políticas canadianas, embora substantivamente distintas. A primeira dimensão considera a redução das desigualdades e da exclusão social, e a segunda dimensão considera o fortalecimento das relações sociais, interações e laços, isto é, capital social no prisma da autora. Berger-Schmidt esclarece que as duas dimensões são independentes uma da outra, com o argumento que laços fortes numa comunidade podem levar à exclusão de quem não pertence à comunidade, mas não explica ou debate como essa

---

<sup>5</sup> Página da internet do INE de Espanha, acessado em janeiro de 2023.

relação entre comunidades se relaciona com coesão social ao nível societal. Na sua definição, coesão social também se confunde com bem-estar, pois *“Social cohesion can be conceived as a societal quality which is experienced by individuals in their daily lives, for example in the form of the perceived inequality or the social climate at the working place, at school or in the neighbourhood, and thus also refers to the individual quality of life....a broad conceptualisation of quality of life encompassing not only individual characteristics of the life situation but also societal qualities.”* (Berger-Schmidt, 2002a: 7). A perspetiva de Berger-Schmidt torna-se ambígua quando a autora define que coesão social é um atributo da sociedade, pois contrasta com o processo de alcançar um determinado objetivo.

No aspeto estrutural, a autora define a redução das desigualdades, nomeadamente das disparidades entre regiões, da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, gerações, estratos sociais, e grupos de cidadãos. Esta conceção engloba vários níveis e escalas de análise, várias dimensões de desigualdade, mas não explana nem discute as relações entre níveis e planos de análises teóricos, nem entre diferentes dimensões de desigualdade e coesão social. No que concerne à dimensão das relações sociais, é necessário fortalecer o capital social, entre os quais, redes sociais, participação em atividades sociais e políticas, qualidade das relações sociais, qualidade das relações institucionais, e a nível europeu também as relações entre países. Do ponto de vista empírico é evidente que Berger-Schmidt entende que capital social pode ser agregado, ou que, pelo menos, o estudo de coesão social a escalas superiores às comunidades locais pode ser entendido como a agregação do capital social das últimas.

A visão das próprias instituições da UE foca mais o termo de coesão do que o termo social. Coesão tem por base a solidariedade entre Estados-Membros, para financiamento de políticas nos estados e regiões mais pobres, pelo que, coesão é o processo de convergência macroestrutural. Se inicialmente essa política focava estritamente a diminuição das desigualdades económicas, atualmente as políticas de coesão abrangem as dimensões económica, social e territorial. O objetivo é criar emprego, apoiar a competitividade empresarial, o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável com vista a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Os principais indicadores de coesão são a riqueza dos países, as taxas de emprego e de pobreza, a competitividade, a evolução demográfica, as qualificações, o desenvolvimento sustentável e a qualidade ambiental, entre outros. Comparativamente, enquanto as instituições canadianas privilegiam uma visão que privilegia o sistema cultural, as entidades da UE focam a coesão de um ponto de vista da estrutura distributiva e de recursos, apesar de também realçarem que a diversidade cultural pode afetar a coesão social (União Europeia, 2017), seja por migrações intra ou exo europeias. A visão de inclusão e integração de comunidades migrantes como coesão social é mais proeminente no Reino Unido (Saggar et al., 2012; Demireva, 2019; Lessard-Phillips, Fajth & Fernández-Reino; 2020), e nos Países Baixos (Jennissen et al., 2023)

## **1.5 Para a construção de um discurso académico**

Se o discurso político apresenta uma visão estrutural, quer cultural ou distributiva no plano macro, da coesão social, por outro lado no discurso académico são mais proeminentes as abordagens a partir do

plano de interação, micro e meso, incluindo as suas relações com o plano macro. Assim, antes de apresentar algumas definições de coesão social propostas na academia, é importante esclarecer as perspectivas que consideram coesão social como capital social.

### **1.5.1 A influência do conceito de capital social**

Na Sociologia são três os autores que denominam as principais abordagens ao conceito de capital social: Bourdieu e Coleman sociólogos, e Putnam um cientista político. Esclarece-se que o conceito de capital social de Bourdieu, mais associado a uma perspectiva teórica da estrutura social e a uma lógica de capital como recurso, não é vulgarmente associado ao conceito de coesão social. Capital social, como coesão social, é mais interpretado numa perspectiva microsociológica, em particular a partir da teoria das escolhas racionais (TER), e é considerado “como uma característica das comunidades, com impacto no seu bem-estar e desenvolvimento económico” (Vasconcelos, 2012: 9).

Na década de 1970 Granovetter (1973) apresentou uma abordagem simmeliana à questão da coesão, estudando redes sociais a partir de tríades. O autor constatou que os laços fracos, indivíduos conhecidos e contactos não próximos, portanto, nem familiares nem amigos chegados, têm um papel na coesão social ao nível macroscópico, em particular da comunidade. Logo, o autor estabelece uma relação entre uma perspectiva micro, interacional, e uma consequência macro, embora aqui se entenda por macro o nível da comunidade. A hipótese lançada pelo autor é a de que quanto mais *bridges* existam, maior será a coesão social da comunidade. Em segundo lugar estabelece a importância da confiança na construção e funcionamento dessas redes, encarando estas últimas como fator de coesão social. Esta visão seria mais tarde desenvolvida por Coleman (1988) e Putnam (2000).

Para Coleman (1988) capital social refere-se às relações entre pessoas, relações essas facilitadoras da ação. Constitui-se de obrigações, expectativas, canais de informação, normas e sanções efetivas. Defensor da TER, teoria que parte do pressuposto de que os indivíduos agem de forma racional e utilitarista e que as estruturas sociais são os resultados agregados e não intencionais de ações intencionais dos agentes, Coleman não descarta, portanto, a existência de uma estrutura e a relevância das normas na ação do indivíduo. A imposição de restrições nas opções da ação diminui as externalidades negativas, ou seja, os efeitos colaterais não desejados. Por tal, as normas são relevantes na previsibilidade da ação, e essa previsibilidade é importante na confiança. Assim, tal como Granovetter, também Coleman considera a confiança como um elemento importante para o desempenho do grupo. Mas o conceito de capital social de Coleman é mais abrangente, pois também vê capital como um conjunto de recursos para atingir objetivos. Capital social apresenta uma dupla característica: a primeira é a de que é um dos atributos da estrutura, no sentido de normas e redes sociais, e, a segunda é a de que é um meio facilitador da ação e tem uma função. Como função, capital social apenas apresenta uma face benéfica, é instigador de cooperação para vantagem mútua, tanto por grupos privilegiados e não privilegiados. Assim, ao contrário de Putnam e Bourdieu, para Coleman capital social apenas tem

um lado positivo, sendo que grupos e comunidades fechados têm maior capital social. Esta perspectiva é estritamente comunitária, não sendo possível agregar o capital social para medir a totalidade de capital social em escalas superiores a esses grupos fechados. Segundo Vasconcelos, Coleman usou o conceito da capital social para ultrapassar algumas das limitações da TER, ou seja, “para explicar formas de organização social que não são suficientemente explicadas pelas teorias económicas” (Vasconcelos, 2012: 21) pois as últimas são incapazes de captar na totalidade a agência humana (Cannone, 2009).

Para Putnam (2000), capital social refere-se a redes sociais e a normas de reciprocidade e confiança que resultam das primeiras, ou seja, centra a sua abordagem nas conexões entre indivíduos. Uma sociedade implica indivíduos conectados uns com os outros e não isolados. Daqui a relevância da reciprocidade e confiança, que permitem estabelecer interações repetidas em benefício de todas as partes, diminuindo, numa perspectiva da troca, os custos das transações sociais. Confiança e reciprocidade permitem estabelecer ligações de cooperação, pois regulam a qualidade e quantidade das interações sociais, ou seja, a sua eficiência. No fundo, as ligações sociais entre indivíduos têm consequências e efeitos para ambos os indivíduos e a comunidade (Portes, 2000). Para Putnam capital social está associado tanto a aspetos positivos como negativos, apesar de realçar mais os primeiros. Se, por um lado promove o apoio mútuo, a cooperação e a eficácia institucional, por outro lado também cria sectarismo, etnocentrismo e corrupção. O autor propõe duas principais formas de capital social, o *bridging* e o *bonding*. O primeiro corresponde a uma forma de capital social mais inclusiva e o segundo a uma forma mais exclusiva. Em parte, *bridging*, corresponde aos laços fracos, e o *bonding* a laços fortes, tal como proposto por Granovetter (1973). O *bridging* permite ligar o indivíduo a redes externas e permite gerar identidades mais alargadas entre grupos heterogéneos, enquanto o *bonding* se limita a grupos mais homogéneos, e reforça identidades exclusivas. É por este motivo que o *bonding* poderá criar antagonismo e divisão entre grupos, aumentando as externalidades negativas, ou seja, os efeitos colaterais nefastos. Não deixa, no entanto, de ser uma importante forma de ligação entre indivíduos.

Putnam também distingue entre dois níveis de relações: as relações entre indivíduos e as relações entre os indivíduos e as instituições sociais. Confiança nas outras pessoas não é o mesmo que confiança no governo, ou em outras autoridades, como a polícia, o sistema judicial, etc. Embora, o autor assuma que poderá existir ou não uma relação entre ambas. Do ponto de vista empírico, Putnam propõe duas dimensões de capital social: compromisso cívico, e conexão social. A primeira inclui indicadores de participação em votações/eleições, participação política, leitura de jornais, e participação em associações locais. A segunda considera indicadores de laços sociais informais, tolerância e confiança.

Se capital social e coesão social estão relacionados então é conveniente debater as interligações entre as várias formas de capital social e coesão social. Por exemplo, como mais exclusivo, será o *bonding social capital* aplicável à escala e ao nível da comunidade local ou do país? E como mais inclusivo, qual a abrangência do *bridging social capital*? E ainda, para referir a sua forma menos referenciada e que reporta aos laços mais fracos e redes mais dispersas, a do *linking social capital*? Quando se considera coesão social como capital social é fundamental discutir a última à luz das várias formas de capital. Uma

das exceções encontradas e que faz essa discussão é a proposta de Schmeets e Coumans (2013, 2015). Debatendo coesão social sobre a perspectiva da inclusão e exclusão social os autores consideram que esta é constituída por três dimensões: participação, confiança e integração. Embora tenham proposto um modelo algo ambíguo, pois as duas primeiras dimensões são duas subdimensões da integração, os autores defendem que a incorporação da dimensão de integração como constituinte de coesão social é relevante pois associam-na ao *bridging social capital*, ou seja, vêem a integração como a coesão entre grupos. Por outro lado, na subdimensão de participação, o *bonding social capital* seria relevante no caso dos contactos sociais de maior proximidade. Existe, então, uma separação analítico-concetual, e empírica, entre as duas formas de capital e a sua relação com diferentes dimensões de coesão social.

Reflexão: em primeiro lugar, se coesão social for encarada como capital social, então é essencial relacionar as formas de capital social ao objeto de análise de coesão social, daqui também se defender que coesão social tem de ser analisada e medida face a esse objeto. Em segundo lugar, se coesão social for encarada na perspectiva de uma unidade sociopolítica, tal como proposto por Dragolov *et al.* (2016), então é mais difícil defender coesão social como capital social. Segundo Portes (2000), “enquanto propriedade de comunidades e de nações, em vez de indivíduos, o capital social é simultaneamente uma causa e um efeito. Leva, por um lado, a resultados positivos, tais como ao desenvolvimento económico e a uma menor incidência criminal, mas a sua existência é inferida desses mesmos resultados” (Portes, 2000: 150), estando-se perante uma tautologia. Em terceiro lugar, segundo Vasconcelos (2012) as perspectivas acionalistas de Putnam e Coleman não consideram a diferenciação do espaço social, considerando que tal “é ocultar que a participação dos agentes em redes sociais, dentro de um mesmo espaço social, não é homogénea e, portanto, não produz os mesmos efeitos para todos os agentes (Vasconcelos, 2012: 10). Segundo o autor capital social deve ser definido segundo a visão de Bourdieu, respeitando o significado etimológico do termo capital.

Assim, independentemente da posição ontológica e epistemológica sobre capital social, o que importa reter são as dimensões que podem estar associadas ou mesmo ser constituintes de coesão social, nomeadamente a pertença, a confiança, as redes sociais e a participação cívica.

### **1.5.2 Coesão social como conceito autónomo**

Chan e colaboradores (Chan et al., 2006) consideram coesão social como um “*state of affairs concerning how well people in a society “cohere” or “stick” to each other*”, e antes de proporem uma definição e as suas dimensões constituintes, estabeleceram três critérios: 1) os indivíduos podem confiar, ajudar e cooperar uns com os outros; 2) partilham um sentimento de pertença e identidade, e; 3) esses dois sentimentos subjetivos manifestam-se em comportamentos objetivos. Por exemplo, ajuda e cooperação numa situação específica humanitária não implica sentimento de pertença e identidade, coesão social só existe numa unidade espacial-específica (sociedade ou comunidade política) em que subsistam interações repetidas num período longo e não esporádico. No fundo, tem de existir uma ordem

estabelecida e um conjunto de instituições formais. Em segundo lugar, coesão social não é só sobre sentimentos ou estado psicológico é também sobre certos atos de pertença, confiança, ajuda e cooperação, tem uma dimensão subjetiva e outra objetiva. Então, “*Social cohesion is a state of affairs concerning both the vertical and the horizontal interactions among members of society as characterized by a set of attitudes and norms that includes trust, a sense of belonging and the willingness to participate and help, as well as their behavioural manifestations.*”. (Chan et al., 2006). Por membros de uma sociedade consideram os indivíduos, grupos, organizações e instituições, justificando a distinção entre interações horizontais, entre grupos e/ou indivíduos, e interações verticais, entre indivíduos/grupos e as instituições. Coesão social é um atributo da sociedade, apesar de poder ser medida em termos de dados individuais e grupais. Defendem que coesão social deve ser analisada à escala do estado nação, como unidade política, pois o estado ainda é a unidade mais relevante, como se constata com a cidadania e a identidade. Mas rejeitam que a coesão social ao nível societal e da comunidade política seja uma soma ou uma média dos níveis de coesão das comunidades ou de entidades de menor nível. Admitem, contudo, a análise de coesão, sem mencionar social, em unidades como grupos e comunidades.

Do exposto considera-se que a proposta de Chan e colaboradores apresenta três vertentes relevantes. A primeira é a de distinguir inequivocamente planos de análise, relações horizontais e relações verticais. A segunda é a de distinguir aspetos subjetivos de aspetos objetivos, atitudes e sentimentos de comportamentos e atos. A terceira é de terem refletido ontologicamente sobre o conceito de coesão social, considerando-a como um estado.

Uma segunda proposta académica de relevo é a da equipa de Dragolov e Delhey (Dragolov et al., 2014; Delhey et al. 2018). Dragolov e colaboradores estabelecem três dimensões nucleares de coesão social: relações sociais, *connectedness*, e bem comum. Cada uma destas três dimensões é composta por outras três subdimensões. A primeira dimensão refere-se a ligações horizontais entre indivíduos e/ou entre grupos, refletindo as redes sociais, a confiança nos outros, e a aceitação da diversidade como valor. A segunda refere-se a relações verticais entre os indivíduos e as instituições, e é constituída pela identidade, confiança nas instituições e perceção de justiça. E a terceira intersecta as relações horizontais e verticais incorporando atitudes e comportamentos relacionados com solidariedade, respeito pelas regras sociais e participação cívica (Dragolov et al., 2014). A orientação para o bem comum é essencial uma vez que uma sociedade coesa precisa de um grau mínimo de compromisso para com a comunidade e algum grau de subordinação das necessidades pessoais ao bem-estar geral (Schiefer & van der Noll, 2017). Segundo Dragolov et al., coesão social é “*the quality of social cooperation and togetherness of a collective, defined in geopolitical terms, that is expressed in the attitudes and behaviors of its members. A cohesive society is characterized by resilient social relationships, a positive emotional connectedness between its members and the community, and a pronounced focus on the common good*” (Delhey & Dragolov, 2016: 6). Como os autores sublinham a discussão de coesão social tem assumido a liberdade política num ambiente não coercivo, e talvez por isso os autores realçam uma ligação emocional positiva e a qualidade da cooperação e ligação. No fundo esta qualidade e tipo de ligação faz eco dos tipos de



vínculos sociais e relações sociais. A referência direta a coesão social no âmbito de sociedades não baseadas na coerção, total, mas num consenso, que também assume relações de conflito, é sublinhada na definição de coesão social proposta por Green, Janmaat e Han (2009).

Ambas as equipas de Chan e de Dragolov defendem que coesão social é substantivamente diferente de capital social, argumentando que o segundo foca o nível individual e grupal, mas não foca as relações entre grupos nem entre indivíduos e instituições. *“High amounts of social capital need not imply a high level of social cohesion. In a highly ethnically segregated society, for example, individuals may maintain large amounts of networks with members of the same ethnic group even though there may be no inter-ethnic social ties at all. However much social capital there may be within ethnic groups, such a society cannot be considered cohesive.”* (Chan et al., 2006). Quem diz grupos étnicos diz quaisquer outros grupos. E quem fala em família ou amigos chegados, está a falar de *bonding social capital*. No entanto, ambas as equipas incorporaram indicadores ao nível local no estudo empírico de coesão social. Indicadores tais como, *“How often do you help your neighbors/friends on matters like household work, financial problems and emotional problems?”* (Chan et al., 2006), e *“Support if needed advice on serious personal or family matters”, “have relatives or friends you count on to help”,* (Dragolov et al., 2016). O problema destas questões é o saber até que escala de análise são válidas como indicadores de relações horizontais. Até à escala local, do município, da região, do país, da Federação ou União?

Após uma revisão da literatura académica, Leininger et al, (2021) argumentam que as dimensões de coesão social são relativamente consensuais subsistindo divergências nos atributos que as definem. Segundo estes autores nem desigualdades sociais nem bem-estar são dimensões de coesão social. Os autores sumarizam três pontos essenciais sobre coesão social (Leininger et al, 2021), que são, aliás, próximos ao discutido nas propostas apresentadas pelas equipas de Chan e Dragolov: i) refere-se principalmente às relações entre diferentes tipos de atores que constituem uma sociedade; ii) é caracterizada por comportamentos e atitudes de indivíduos e grupos; e iii) incorpora duas dimensões, uma horizontal (relação entre indivíduos/grupos dentro de uma sociedade) e uma vertical (relação entre indivíduos/grupos e o estado/outras instituições públicas). Assim, propõem que *“Social cohesion refers to the vertical and horizontal relations among members of society and the state that hold society together. Social cohesion is characterised by a set of attitudes and behavioural manifestations that includes trust, an inclusive identity and cooperation for the common good.”* (Leininger et al., 2021). A equipa de Leininger assumiu que a definição pretende ser universal, aplicável a qualquer contexto, não distinguindo sociedades europeias de asiáticas, africanas, americanas, etc. A sua proposta apresenta, de facto, o conjunto de indicadores mais parco, mas porventura mais transversal e não contextual.

Em síntese, das perspetivas académicas abordadas o quadro analítico de coesão social constitui-se da interceção entre as componentes objetivas (comportamentos e práticas) e subjetivas (atitudes e identidade) com as relações horizontais e verticais.

Schiefer e van der Noll (2017), resumiram as propostas sobre coesão social, incluindo ambas os discursos académico e político, em três dimensões nucleares: relacional, ideacional e distributiva. A componente relacional inclui as relações sociais e as desigualdades sociais, a ideacional inclui a identidade, o sentimento de ligação, a orientação face ao bem comum e valores partilhados, e a dimensão distributiva considera as desigualdades sociais e a qualidade de vida/bem-estar. Os autores assumem que existe uma relação forte entre a identidade/sentimento de ligação e as relações sociais, mas, ao contrário das equipas de Chan e Delhey, não a colocam nessa dimensão, argumentando que envolve diferentes mecanismos psicológicos e símbolos mais abstratos, invocando a teoria da identidade social de Tajfel e Turner. Esta sintetização completa a proposta de Moody (2003), que sinalizou duas dimensões de coesão social, a ideacional (identificação, orientação para o bem comum e valores) e a relacional (redes sociais, confiança, participação, no fundo capital social no prisma de Putnam). Realça-se que apesar de Schiefer e van der Noll (2017) resumirem três dimensões de coesão social na literatura, os autores não concordam que a dimensão distributiva seja de facto uma componente, podendo ser uma causa ou consequência.

Na verdade, pouco se sabe sobre as condições que promovem ou erodem a coesão social (Delhey et al., 2018). Esta assunção deve-se pelas preocupações do crescimento da diversidade étnico-cultural (Delhey et al., 2018), do aumento das desigualdades, e da alteração das relações no paradigma da sociedade digital. Através do referencial teórico de Lockwood, Giardiello (2014) realizou das poucas reflexões teóricas sobre a geração ou erosão de coesão social<sup>6</sup>. Contudo as suas reflexões partem de um pressuposto: a coesão social está a erodir, evocando novamente as assunções da quebra de laços, da individualização, do crime, entre outros.

Também a relação entre desigualdades sociais e qualidade de vida com as outras dimensões não está explanada, porque as desigualdades sociais podem ser uma base estrutural que enformam as relações sociais. De facto, a base da estrutura social no sentimento de pertença está demonstrada, em particular à escala europeia (Fligstein, 2008; Recchi, 2015; Scalise, 2015; Kuhn, 2012). E como demonstraram Almeida, Machado e Costa (2006) os próprios valores sociais têm uma base social em parte ancorada na estrutura de desigualdades.

---

<sup>6</sup> O autor sugere que as normas e valores sociais estão em constante alteração, moldados pela interação social. Mudanças sociais ou a redefinição dos membros do grupo podem colocar em causa essas normas e valores. Deste modo, a coesão social e integração cívica são processos em andamento, e que exigem esforços coletivos contínuos para criar e defender as normas e valores partilhados. Giardiello (2014) enfatiza a importância da inclusão nos processos geradores de coesão social e integração cívica. Os grupos sociais devem demonstrar abertura a diversas perspetivas e experiências. Só desta forma será possível gerar normas e valores sociais mais abrangentes e inclusivos. A inclusão leva a um sentimento de pertença e de comunidade, gerando maior coesão social e participação cívica, pois identidades exclusivas podem surgir na ausência de espaços públicos.

## 1.6 Reflexão ontológica

Do exposto, constata-se que coesão social é um termo polissémico. E é constituído por dois termos, o primeiro é o de “coesão”, e o segundo o de “social”. O segundo termo define o objeto e delimita o primeiro. Este poderá ser um dos motivos por que as equipas de Chan e Delhey delimitam coesão social a uma unidade geopolítica, clarificando a sua distinção face às abordagens do estudo da coesão ao nível de grupos e/ou comunidades.

Em segundo lugar é necessário compreender os planos de análise e as suas relações quando se fala do social. Por exemplo, quando se fala de integração sistémica, refere-se à integração num plano macro entre as partes de um sistema, enquanto a integração social se situa num plano micro e meso de integração dos indivíduos. Então, a que planos ou planos se refere a coesão social? E qual a relação entre planos? Esta resposta também foi dada quando discutidas as propostas académicas de coesão social. Coesão social tem vindo a ser discutida cada vez mais num conjunto de relações horizontais nos planos micro e meso e de relações verticais entre os últimos dois planos e o plano macro.

Relativamente ao primeiro termo, etimologicamente coesão deriva de *cohaesio* (adesão), e de *adharere* (aderir, colar). No dicionário da Porto Editora, do ponto de vista social, coesão significa “solidariedade entre elementos de um todo; união”, e na física “a força com que se atraem mutuamente as moléculas de um corpo”. No dicionário de Oxford, coesão é “*the act or state of keeping together*”. Daqui conclui-se que coesão é um ato, um estado ou uma força que une. Da origem etimológica das palavras é evidente que existe uma distinção entre coesão e integração. Coesão social não é um processo ao contrário da integração. De facto, a palavra integrar deriva do latim *integer* – o todo -, no dicionário da Porto Editora significa o “processo de tornar inteiro ou completo”, e no dicionário de Oxford é o “*process of combining two or more things so that they work together*”. Isto não significa que coesão e integração não estejam relacionadas. Falar de coesão implica uma relação entre partes de um mesmo conjunto, pelo que previamente teve de existir algum tipo de integração, e como demonstrado por Durkheim terá de existir algum nível de coesão. Todavia, integração e coesão são fenómenos distintos. A dúvida que permanece é como ambas se relacionam, e como uma afeta a outra. A perspetiva de encarar coesão social como um estado é partilhada por Chan et al. (2006) e Dragolov et al. (2014).

Por outro lado, se coesão é um estado ou um ato de se manter o todo, então, no primeiro caso é necessário saber que atributos o caracterizam, e no segundo caso envolve algum comportamento que mantém a integridade do todo. Por outras palavras, da sua origem etimológica coesão engloba tanto uma dimensão de caracterização como outra de ação, mas não processo.

Ao longo da revisão de literatura foram sublinhados alguns aspetos que devem ser considerados aquando de uma proposta de definição de coesão social. Em primeiro lugar, ontologicamente, ao referir-se ao que liga, ao que mantém unido, é um conceito de conotação positiva pois define o que aproxima ou o quanto unidos estão os indivíduos e não o que os afasta ou o quanto estão afastados. Por este motivo julga-se que coesão social deve ser definida em termos positivos e que os seus indicadores

devem refletir essa direção. Tal não implica que coesão social não tenha relações com fenômenos de carácter negativo. Neste ponto considera-se que o conflito tanto pode ter situações em que é negativo como outras em que é positivo. Acredita-se que coesão social deve ser definida em sentido positivo e não num prisma dicotómico tal como proposto por Lockwood. Em segundo lugar, a definição deve estabelecer as componentes essenciais do termo e não as suas condições ou fatores (Chan et al, 2006: Gregerson, 2013), ou os valores que a promovem, que podem ser perigosos no discurso democrático (Gregerson, 2013). Uma definição sem valores específicos permite uma comparação transversal, além de eliminar o problema da questão: que valores? Para um trabalho sociológico rejeitam-se as perspetivas do paradigma político de coesão social. E concorda-se com Chan et al. (2004), quando argumentam que o conceito perde valor analítico se for sinónimo de “*good society*”. Coesão social não é uma situação idealizada do estado das relações sociais, nem é um fim em si, nem tem um máximo a alcançar, nem é um processo. A definição deve separar as suas componentes do estado da situação, pelo que se rejeitam os indicadores de qualidade de vida, e logo de bem-estar, como coesão social. Estes são ou condições ou causas de coesão social, mas não a definem (Chan et al, 2006, Dragolov et al., Delhey et al., 2018).

Enquadrando a discussão precedente num quadro sociológico, sublinham-se os pontos seguintes:

- 1) Ao considerar as relações entre indivíduos e as relações entre grupos, coesão social engloba as relações de interação no plano micro e meso.
- 2) considerar os valores comuns e/ou as (des)igualdades sociais como coesão social, ou como propriedades da mesma, implica que coesão social se sobreponha à própria estrutura social, em particular à estrutura externalizada. Ou seja, coesão social é entendida como homogeneidade cultural e/ou distributiva, o que pressupõe orientações e condições de ação não diferenciais entre os indivíduos e entre grupos.
- 3) considerar coesão social como capital social do ponto de vista de Putnam ou Coleman, implica que a mesma é entendida numa perspetiva acionalista, sem prejuízo de ser compreendida como estrutura relacional morfológica, as redes sociais construídas a partir do plano de interação.

## **1.7 Coesão social e a sua relação com outros conceitos sociológicos**

Com o objetivo de apresentar a definição de coesão social defendida neste trabalho, é importante clarificar quais as dimensões componentes de coesão social. Com o objetivo de enquadrar sociologicamente o conceito, de seguida discutem-se os conceitos de cultura (incluindo valores), desigualdades sociais, ação social, e as suas relações com coesão social. Também se discute a relação com o conceito de bem-estar. Ressalva-se, ainda, uma outra explicação: como já se argumentou, subsiste alguma confusão entre o problema da ordem e coesão social, pelo que esta deve ser a primeira distinção a clarificar<sup>7</sup>. O problema da ordem é um dos problemas centrais da sociologia, no sentido de

---

<sup>7</sup> Para exemplificar, “...only some theoretical approaches identify social cohesion - defined as shared values and commitment to a community - as the foundation stone of social order. Other traditions privilege other

compreender a ordenação e as regularidades da vida social. Ou seja, tenta responder à questão da previsibilidade nas relações e interações que se estabelecem entre indivíduos e entre grupos de indivíduos. A confusão surge porque Durkheim ao tentar compreender a ordem social, deu um estatuto central na sua tese ao conceito de coesão social, mas são conceitos distintos.

### 1.7.1 Sistema cultural

A cultura que as pessoas partilham é a base das instituições de uma comunidade ou sociedade, e constitui-se das representações simbólicas que as pessoas partilham, como por exemplo, as crenças, as ideias, os sentimentos e os símbolos. Inclui o conhecimento comum e as várias ideias e valores que fornece ao indivíduo os princípios básicos da ação e regras de comportamento. Por estes motivos, segundo Durkheim, o sistema cultural gera coesão, mas não é a coesão em si. Esta confusão é bem expressa nas palavras de Kearns e Forrest (2000), ao afirmarem que “*A socially cohesive society is one in which the members share common values which enable them to identify common aims and objectives, and share a common set of moral principles and codes of behaviour through which to conduct their relations with one another*” (Kearns and Forrest, 2000: 997). Segundo esta afirmação, implicitamente terá que se assumir que a diferenciação dos valores em sociedades plurais erode a coesão (Beauvois e Jenson, 2002), hipótese para a qual ainda não se encontra evidência empírica. Não quer isto dizer que em sociedades plurais não tenha de existir um conjunto compartilhado de valores mais abstratos sob os quais seja possível gerir conflitos e/ou gerar consensos (Pires, 2012). Por outras palavras, pluralidade pode coexistir com um conjunto de valores comuns mais abstratos.

Apesar de raramente utilizar o conceito de coesão, Parsons foi um dos autores que desenvolveu o estudo do sistema cultural e da sua articulação com o sistema social, procurando colmatar a limitação das teorias utilitaristas da ação, elaboradas pela disciplina económica. Segundo Parsons os meios da ação para atingir um objetivo são escolhidos não só devido ao benefício da troca, mas também face a valores e normas culturais. Porém, para o autor o sistema cultural tem um certo controlo sobre o sistema social, Se as comunidades, as sociedades, são caracterizados por distintos valores, normas e instituições, então, a questão que se coloca é se essa distinção caracteriza diferentes tipos de coesão e/ou se pode influenciar os níveis de coesão, ou seja, a intensidade dessa coesão. Green, Janmaat e Han (2009), produziram um estudo focando exatamente os atributos valorativo-institucionais de várias sociedades, distinguindo entre as liberais, as republicanas, as sociais-democratas e as asiáticas. Essa é, contudo, uma análise de nível macrossocial, em certa medida paradoxal face aos autores concordarem que a definição de coesão social não deve ser ideológica. Têm, porém, o mérito de afastar o conceito de coesão social

---

*mechanisms. Some put the accent on democracy or stress conflicting interests more than values. The second reminder is that just as democratic societies have always in the past debated how to achieve social order, we should expect to find such debates taking place in our own era of turbulence and restructuring.”* (Jenson, 2002)

de capital social, tanto conceptualmente como empiricamente, assumindo que coesão social é uma propriedade societal e não a agregação de propriedades de comunidades ou outros níveis de análise.

Por outro lado, as instituições sociais definem-se como padrões normativos nas relações sociais, entendendo-se por norma um caso particular de regra de comportamento partilhada por um conjunto de pessoas, e que definem numa determinada sociedade o que é legítimo, e o correto modo de agir, orientando o comportamento. Só a partir da instituição é que a prática se torna culturalmente padronizada e as ações são reguladas. A institucionalização de normas sociais pode não ser unânime, e um subgrupo, ou mais, da sociedade, não concordar com a prática vigente. Neste caso, as práticas e as normas a seguir refletem uma relação de poder que se concretiza pela afirmação de quem tem mais poder. As instituições sociais são erguidas das expectativas recíprocas que as pessoas constroem nas suas interações, podendo dizer-se que, de certa forma, orientam a ação social. Assim, as instituições são como a cultura, são adquiridas e apropriadas pelo indivíduo através da socialização. Não podem ser alteradas por um indivíduo, apresentando relativa estabilidade e rigidez. São algo inatingível, subjetivo, das quais o indivíduo tem noção, mas não possuem matéria física. Não são, no entanto, estáticas, podendo ser transformadas e transgredidas. É a expectativa comportamental e partilhada pelos indivíduos de uma sociedade que gera estabilidade nas relações sociais. E é também a estabilidade social que por vezes é encarada como sinónimo de coesão social. Apesar de aqui se assumir que existe uma relação entre ambos os fenómenos, também se entende que ambos são conceitos distintos. Estabilidade e instabilidade social remetem para os processos de reprodução ou mudança social e estão relacionados com a gestão e resolução dos conflitos, o que não impede a coesão social, pelo menos quando não radicalizados.

Para Archer o sistema cultural é o espaço das ideias e das relações lógicas entre proposições (1996a). Apesar de admitir que este sistema distribui similaridades pela população e desenvolve uma comunidade de representações partilhadas, a autora argumenta que tem de ser reconhecido ao sistema cultural a existência de inconsistências e contradições e que este não é incompatível com a existência de alguma diferenciação na população. Através desta abordagem Archer colmata alguma das limitações do modelo Parsoniano onde a cultura é interpretada como algo homogéneo, dentro de uma comunidade, abrindo portas a que conflito e cultura sejam compatíveis, ou seja, um sistema cultural não implica exclusivamente consenso. Como Turner (2014) argumenta a sobrevalorização do consenso e subvalorização das desigualdades e do conflito é uma das críticas mais comuns ao funcionalismo.

Uma clarificação é necessária: estudar situações, contextos e relações de conflito, normativo ou distributivo, ou situações de consenso não implicam necessariamente estudar situações de não coesão ou de coesão, respetivamente. Primeiro porque o conflito não implica necessariamente rutura e pode até ser uma das formas de chegar a uma nova situação de consenso, ou a novas alianças entre grupos (Ritzer, 2011). Segundo, porque a coesão pode ser analisada dentro dos próprios grupos em conflito. Terceiro, porque conflito pode implicar pelo menos duas unidades de análise, dois grupos ou coletividades, que estão incluídas dentro de uma outra coletividade comum, ou seja, pode ser apenas uma questão de diferenciação, sendo que relações intragrupais reforçam a solidariedade e apoio ao grupo e as relações

intergrupais serão mais relevantes para a coesão social de grupos e coletividades de maior dimensão (Blau, 2006). O que se conclui é que a unidade e o nível de análise poderão influenciar a forma como se estuda e enquadra o conceito de coesão social, ou pelo menos influenciar as dimensões de coesão que podem ser mais ou menos preponderantes. Assim, é fundamental proceder ao enquadramento teórico concetual das desigualdades sociais para compreender a argumentação da coesão face às relações inter e intra grupais.

### 1.7.2 Desigualdades sociais

Etimologicamente desigualdade é a negação de igualdade, que por sua vez deriva de *aequalitas* (igual, similar, idêntico, uniforme, simétrico), e de *aequus* (imparcial, justo). De *aequalitas* questiona-se: que atributos ou propriedades se comparam socialmente para averiguar a similitude? Em segundo lugar, se justo deriva de *justus* (legal, legítimo, correto), e de *jus* (lei e direito), a (des)igualdade terá uma matriz social, jurídica, e eventualmente moral. De facto, os valores, e num prisma mais alargado a cultura, poderão legitimar as desigualdades (Weber, 1989). As características sociais mais valorizadas são dependentes de fatores culturais e contextuais, diferem de sociedade para sociedade. Ainda sob o referencial weberiano, as desigualdades são diferenças que se efetivam em diferentes (desiguais) possibilidades de vida, pelo que estruturam as alternativas e as oportunidades de vida. Segundo Therborn (2013) subsistem três formas de distinguir entre diferença e desigualdade: 1) uma diferença é horizontal, não há melhor ou pior, enquanto a desigualdade é vertical, envolve uma classificação hierárquica; 2) as diferenças são apenas uma questão de gosto ou de categorização, enquanto as desigualdades violam a norma moral de igualdade entre seres humanos (*e.g.*, de direitos humanos, cidadania); e 3) para uma diferença se tornar desigualdade tem de se tornar também anulável. No fundo, quando uma diferença envolve critérios ou julgamentos que criam verticalidade, tornam-se em desigualdade.

A estratificação é uma das dimensões de desigualdade que produz um conjunto de efeitos causais sobre a ação social. De acordo com Almeida (1986, p.57) um sistema de estratificação consiste “*numa estrutura de desigualdades regularizadas, numa «estrutura hierárquica contínua ao longo da sua dimensão vertical»*”. Existem vários sistemas de estratificação consoante as sociedades e o tempo histórico, como por exemplo a escravatura e as castas, que se podem caracterizar como um sistema de desigualdades existenciais, e as classes, que se podem caracterizar predominantemente, mas não apenas, por um sistema de desigualdades de recursos económicos. Serão estas desigualdades estruturadas entre partes da sociedade que caracterizam a estrutura social como princípio de organização social, e a partir das quais emergem os sistemas. Uma das perspetivas sobre classes é a de que nas sociedades orgânicas, modernas, a classe funda-se em diferenças individuais de interesses económicos, enquanto nas sociedades mecânicas, tradicionais, a distinção por *status* separava grupos com diferentes estilos de vida e diferentes identidades políticas. O conceito de classe é assim originário de uma nova configuração social e económica, baseada na divisão social do trabalho e na ação coletiva.

Segundo Almeida “as classes funcionam enquanto instrumento conceptual, como uma, mediação entre o conjunto das estruturas sociais e um conjunto de práticas socialmente significativas.... sem perder de vista que elas próprias são socialmente produzidas, que constituem efeitos, em termos de clivagens sociais, de estruturações históricas complexas.” (Almeida, 1986: pp). Falamos assim de protagonistas sociais que produzem e reproduzem a sua identidade e condições de existência.

Logo, na perspectiva marxista, na sociedade moderna as distinções de classe são determinadas “*only by their money, their property and their labour*” (Scott, 2004 [1996]: pp.55), tornando a situação de classe predominante em detrimento da honra e prestígio comparativamente à estratificação social.

Para Weber, o *status* refere-se essencialmente a julgamentos morais de posição social e a diferentes estilos de vida e, mais do que classes, existe uma estratificação social baseada numa escala de prestígio atribuído a certos estilos de vida. Segundo Weber as três principais dimensões da estratificação social são: 1) Classe, segundo critérios de desigualdade económica; 2) *Status*, segundo critérios de desigualdades sociais de prestígio, honra e estilos de vida, e 3) Partidos, segundo critérios de desigualdades de poder. Estas três dimensões detêm uma autonomia relativa na distribuição de poder no interior de comunidades organizadas politicamente, apresentando uma abordagem pluridimensional para a questão da estratificação. Quando o poder envolve relações sociais estáveis e duradouras Weber denomina-o de dominação. Assim, interpretando Weber, Scott define que (*ibidem*, p. 25) “*Class relations are relations of domination by virtue of a constellation of interests; status relations are relations of domination by virtue of prestige.*” Voltando ao conceito de classe Weber distingue entre situação de classe e classe social. A situação de classe é determinada pelas possibilidades em relação ao mercado, concretamente, “*dada uma ordem económica, decorre da amplitude e da natureza do poder e da disposição sobre bens ou qualificações para o desempenho de serviços, e da natureza específica da sua utilizabilidade para a obtenção de rendimentos ou proveitos*” (Weber, 1972a; 729). No mesmo sentido a situação de *status* são as possibilidades de vida determinadas pelos fatores de honra e prestígio, ou seja, os privilégios de apreciação social.

Ao contrário das classes os *status* podem ser comunidades, sustentados num modo de vida de natureza específico, restrito do ponto de vista social e não sujeito a fins económicos ou comerciais. (Weber, 1972a). A profissão poderá deste modo também ser *status* se a ela se associar uma certa honra social através do modo de vida condicionado ou proporcionado pela mesma. Por último os partidos são grupos organizados de indivíduos que se associam por interesses comuns, coincidindo, ou não, com a situação de classe e/ou a situação de *status*.

Tanto Weber como Marx evidenciam a importância da constituição de partidos, ou associações organizadas, cujos objetivos seriam de efetivar politicamente os interesses dos seus membros. A diferença é que em Marx esses partidos são definidos pelos membros de classe e em Weber não necessariamente, pois a classe não leva necessariamente à constituição de partidos nem os membros dos partidos têm de pertencer à mesma classe.



Para os funcionalistas a hierarquia dessas posições sociais é estabelecida de acordo com a importância funcional de tais posições para a sociedade. As diferentes posições são recompensadas de forma diferente consoante a sua importância, necessidade e escassez de indivíduos qualificados para a respetiva função, de forma a motivar os indivíduos adequados e competentes a exercer as suas funções eficazmente. Depreende-se que a teoria funcionalista e a institucionalização da estratificação legitimam a existência de desigualdades consideradas essenciais. Assim, as posições sociais regem-se essencialmente pela dimensão cultural pois são avaliadas de acordo com os valores, as normas, e a importância atribuída a uma função e não a quem ocupa essa função. As desigualdades sociais são neste sentido um mecanismo que assegura o preenchimento criterioso das posições mais importantes numa sociedade pelos mais qualificados e capacitados, resultando num prestígio e *status* legítimos. Parte das abordagens funcionalistas são baseadas num estruturalismo-funcionalismo pois consideram que “*os suportes da organização social não se encontram primariamente ligados à consciência dos indivíduos, mas formam entidades «objectivas» que transcendem o tempo e o espaço individuais...*” em Ferreira, et. al. (2013: 463).

Sucintamente a distinção entre classe e *status* é que a primeira distingue desigualdades de poder económico e o segundo diferenças de prestígio e honra (Weber, 1972a). As teorias da estratificação e das classes permitem abordar a explicação da ordem social a partir da sua dimensão relacional de cariz externo e social. Falar em estrutura de classes é apresentar uma perspectiva relacional das “*posições relativas nos espaços estruturados e multidimensionais das condições sociais de existência e das práticas sociais...*” (Costa, 2008: p. 210).

### 1.7.2.1 Capital e o espaço de diferenciação social

O referencial teórico de Pierre Bourdieu é relevante no tópico em análise porque apresenta pistas para uma interpretação mais objetiva da relação entre um espaço de desigualdades e as relações entre grupos e coletivos. O autor estuda o mundo social como um espaço multidimensional de diferenciação, onde a cada uma dessas dimensões corresponde um volume de capital. O objetivo de cada indivíduo é aumentar e acumular capital, ou seja, é um jogo de interesses. Mais do que pretender refutar o modelo das teorias económicas, Bourdieu pretende complementá-las através da consideração de outros fatores envolvidos na troca, que não estritamente os económicos (Turner, 2013). Para o autor capital é um conjunto de recursos, um meio, que possibilita a apropriação de outros recursos, e não somente uma capacidade. Poder-se-á entender como um tipo específico de recursos que podem ser trocados, acumulados, transferidos e convertidos, o que não é aplicável a todos os tipos de recursos.

Esclareçam-se as quatro formas de capital propostas por Bourdieu (1986). O primeiro tipo, capital económico corresponde literalmente ao volume de recursos económicos, e aproxima-se da sua definição económica. O segundo tipo, capital cultural corresponde a um conjunto de recursos qualitativamente mais vasto, pois pode existir na sua forma objetivada, incorporada e institucionalizada: a) a forma

objetivada corresponde a bens materiais em si, como por exemplo, livros, objetos de arte, etc; b) a forma incorporada corresponde a um conjunto de disposições da mente e do corpo, e pode incluir, entre outros, modos de expressão linguística e de expressão corporal; e c) a forma institucionalizada corresponde a um tipo específico de capital objetivado, que está também institucionalizado, como por exemplo diplomas escolares. O terceiro tipo, capital social corresponde ao conjunto de recursos associados a redes de relações mais ou menos institucionalizadas de carácter durável e de inter-reconhecimento. Por último, o quarto tipo, capital simbólico remete para o prestígio, reconhecimento e institucionalização das outras formas de capital. Poder-se-á questionar se todos os tipos de capital são trocáveis, transferíveis ou convertíveis, no sentido de o agente deter, no fim, um outro tipo de capital em vez do tipo de capital inicial (por exemplo: os recursos ligados a redes sociais não se trocam em termos de posse, mas mobilizam-se). É nesta lógica que se entende que o conceito de capital social de Bourdieu se afasta das definições propostas por Putnam e Coleman. Capital social é um recurso, um meio, e por tal não diretamente associado ao conceito de coesão social.

Ao propor várias formas de capital Bourdieu é explícito ao afirmar que pretende ultrapassar a unidimensionalidade Marxista que atribui todo o poder ao capital económico. Todavia, considera-se que Bourdieu partilha com a perspectiva Marxista o facto de as posições sociais serem definidas pela posse de capital, complementando esta visão com uma perspectiva Weberiana multidimensional do espaço social. Indivíduos que se localizam próximos no espaço social (em termos de tipos e de volumes semelhantes de capital) tendem a dispor das mesmas oportunidades e possibilidades de vida, pois, à partida, dispõem de semelhantes condições de existência. A posição no espaço social, apesar de ser estabelecida objetivamente, não é determinística, pelo que a indeterminação subjacente remete para a subjetividade do indivíduo, como por exemplo para as representações sobre o mundo social, mesmo que estas sejam o âmbito de lutas exteriores no campo<sup>8</sup> social, e em particular pelo campo do poder político.

No fundo, Bourdieu fala de um espaço social que explica as diferenças entre indivíduos e os fatores de diferenciação, assim como as relações sociais inerentes. Indivíduos numa mesma posição do espaço social têm condições de existência e de vida semelhantes e por isso as hipóteses de se associarem como unidade coletiva ou grupo de forma a assegurarem a manutenção dos seus capitais é maior. Os grupos são orientados por um interesse, e a sua classificação é uma luta política fruto de construção simbólica, sendo este o modo como se constroem as identidades sociais<sup>9</sup>. Dado que o espaço social é relativamente indeterminado, vários critérios são percebidos pelo sujeito (etnia, religião, económicos,

---

<sup>8</sup> Os campos são subespaços sociais de configurações específicas de capital (*e.g.*, os campos educacional, artístico, político, etc), onde ocorrem as lutas do jogo, tem as suas próprias regras e cada indivíduo age estrategicamente para melhorar a sua posição, ou mantê-la caso tenha uma posição.

<sup>9</sup> A utilização de conceitos tais como percepção e identidades sociais, comuns na Psicologia Social, poderá ser um indicador de autor também pretende realçar a componente subjectiva do espaço social.

profissionais), o que evoca os círculos de pertença de Simmel (2013). No entanto, a construção de grupos ou coletividades é uma luta desigual pois a distribuição de capital é também ela desigual.

Em resumo, o modelo de um espaço social criado por Bourdieu, permite estabelecer uma relação teórica entre desigualdades e coesão. Em primeiro lugar, as desigualdades podem ser um fator causal de formação de grupos, e em segundo lugar, a desigualdade ser uma consequência da coesão, ou seja, coloca-se a hipótese da coesão de grupo estar associada à (re)produção das desigualdades, isto para proteção dos interesses do grupo. Por outro lado, é difícil argumentar que a (des)igualdade é uma das componentes de coesão. O dilema é semelhante ao dos valores: dizer que (des)igualdade é componente de coesão implica saber que grau de heterogeneidade ou de homogeneidade, em termos de recursos e de atributos, do grupo ou da coletividade, se associam a maiores ou menores níveis de coesão. E se a desigualdade é legitimada pelos valores, então, podem subsistir diferentes sociedades com diferentes níveis de desigualdade, sem esta ser considerada injusta ou gerar conflito radicalizado. Esta é também a visão de Archer (1996b), segundo a qual a ausência de solidariedade consubstancia-se em grandes desigualdades sistêmicas estruturais o que só é possível por crença cultural. Este argumento reforça a visão de que as desigualdades podem ser fatores e/ou consequências da coesão, mas não uma componente em si. A posição de Archer é semelhante às de Weber, Parsons e Bourdieu: fatores culturais legitimam as desigualdades coexistindo sempre um sistema de estratificação com um sistema de valores.

#### 1.7.2.2 A multidimensionalidade das desigualdades sociais

Se as desigualdades fossem consideradas componentes de coesão social, seria necessário colocar a seguinte questão: que desigualdades constituem essa componente? Esta questão não tem sido levantada, mas é essencial discuti-la para quem defende essa perspectiva. Poder-se-á depreender que, por exemplo, para a UE as desigualdades mais relevantes de coesão social, dada a sua matriz de convergência, são as de recursos. Por outro lado, ao assumir que as desigualdades sociais são fator / consequência da coesão social, então a questão que se coloca é: que desigualdades se relacionam com a coesão social? Esta resposta só pode ser dada através de um maior enquadramento teórico das desigualdades sociais.

Não se pretende, aqui, realizar uma discussão profunda sobre as desigualdades sociais, tal não é o âmbito deste trabalho. Mas é importante conhecer as perspectivas teóricas mais influentes do seu debate contemporâneo para que se possa estabelecer um enquadramento face à coesão social e à sua operacionalização.

Em primeiro lugar, é importante compreender que apesar de as classes e a estratificação serem uma dimensão estruturante das desigualdades, não são fenómenos unidimensionais, não devendo reduzir-se o seu enquadramento a essa discussão. Pelo contrário, as desigualdades sociais são um fenómeno multidimensional (Costa, 2012). Um autor contemporâneo que demonstrou essa multidimensionalidade foi Therborn (2006), Em linha com o discutido anteriormente, o autor considera que uma desigualdade é uma diferença considerada injusta e criada pelo Homem, logo, não é natural, e propõe quando uma

diferença pode constituir uma desigualdade: 1) a violação de uma norma de equidade, de direitos humanos, de cidadania; 2) uma desigualdade excessiva, que limite as possibilidades de vida dos mais desfavorecidos; 3) vantagens que se estabelecem imerecidamente (Therborn, 2006:4). Novamente, a componente valorativa é relevante, dado que se deve questionar, como é que se estabelece o critério do merecer. Por exemplo, será algo que se alcança pelo esforço, pela dedicação, ou por outro lado, pela capacidade? Assim, além de uma medida valorativa, é imprescindível uma abordagem cognitiva e analítica que alcance rigor e cientificidade. Para Therborn existem três dimensões de desigualdade: 1) as vitais, que considera desigualdades de vida e de morte, incluindo a saúde (*e.g.*, indicadores: esperança de vida à nascença, taxa de mortalidade infantil, prevalência de certas doenças, etc); 2) as existenciais, que considera a liberdade e o reconhecimento igual como indivíduos (*e.g.*, a escravatura, o sistema de castas, o racismo, migrantes, etc); 3) as de recursos e de oportunidades, que considera a pobreza e a riqueza, as qualificações escolares e profissionais e acesso a redes sociais (*e.g.*, indicadores: rendimentos, escolaridade, etc) (Therborn, 2006, 2013).

Em segundo lugar, os indicadores exemplificados para a tipologia de desigualdades de Therborn, em particular nas desigualdades existenciais e de recursos, demonstram que as oportunidades são distintas consoante a classe categorial a que se pertence. Por exemplo, entre migrantes e não migrantes, entre detentores de ensino superior e outros graus de ensino, respetivamente. Assim, o entendimento que Charles Tilly dá a classe categorial é a de um “*cluster*” de indivíduos que possui maior afinidade e ligação do que com outros indivíduos (*e.g.*, a idade, género, etnia, classe social, qualificações profissionais, identidade cultural) (Tilly 2005: 21). A colocação das desigualdades em termos categoriais levanta a questão: desigualdades entre quem? Entre que categorias? Esta é a questão fundamental para a operacionalização das desigualdades sociais

É importante ressaltar que as desigualdades são um fenómeno a várias escalas, entre indivíduos, entre grupos, entre regiões, entre países, entre outros. As possibilidades de vida resultam da interseção das desigualdades substantivadas em diferentes dimensões de vida e a diferentes níveis de análise. Por exemplo, não é só a família onde se nasce, a classe social a que se pertence, mas também a região ou o país do mundo onde se vive. Este pormenor, que pode parecer simples, é importante na conceptualização das desigualdades e na sua operacionalização, por tal, não é de mais lembrar. No fundo, a estrutura distributiva está substantivada na multidimensionalidade da vida social em todos os seus níveis, o que explica a transversalidade dos indicadores de desigualdades exemplificados na tipologia de Therborn. Como Weber já tinha demonstrado, as desigualdades envolvem tanto aspetos objetivos, como os recursos, e subjetivos, como o status. Em parte, a tipologia de Therborn atualiza o leque de desigualdades multidimensionais apresentado por Weber. Por exemplo, status enquadra-se nas desigualdades existenciais de Therborn. Neste sentido, apesar de estruturais, ou seja, como relações de carácter duradouro e não ocasional, as desigualdades também são contextuais e dinâmicas, no sentido em que a própria estrutura se reconfigura face a mudanças sociais. As desigualdades não são estáticas, pelo que a questão, que desigualdades são mais ou menos relevantes, é uma questão aberta.

### 1.7.3 Ação social

Nas seções anteriores discutiu-se a relação do estrato estrutural, cultural e relacional, com a coesão social, concluindo que não deve ser tido como componente da última. Assim, é importante discutir a relação entre o estrato social, de interação, com a coesão social, pois as definições contemporâneas apontam para a última ser definida a partir de uma perspectiva *bottom-up*.

A sociologia compreensiva de Max Weber, cujo intuito é o de interpretar as razões subjetivas da ação num quadro de relações sociais, foca mais a ação dos indivíduos do que a estrutura. A ação social é encarada através das possibilidades (*chances*) e possibilidades de vida (*life chances*), ou seja, através da averiguação das diferentes alternativas, capacidades e oportunidades para a ação. A ação social não é pré-determinada, mas verificam-se padrões de comportamento associados a diferentes probabilidades de ação. A ação apenas é social, e não estritamente individual, se for realizada com um sentido a um outro. O autor define quatro tipos de ação social: a) ação racional orientada por valores, tais como éticos e religiosos; b) a ação racional instrumental orientada por fins - *e.g.* os económicos; c) a ação afetiva, baseada nas emoções e nos sentimentos; d) e a ação tradicional, baseada em hábitos e costumes.

Caso se verifique uma pluralidade de atores, sejam individuais ou coletivos, que realizem ações sociais não só em orientação a um outro, mas que também considerem a ação do outro, ou seja, de orientação mútua e apreendida de significado, está-se perante uma relação social. Por outras palavras, as relações sociais constituem-se por probabilidades significativas de ação social padronizadas. Podem ser de natureza cooperativa ou não, o que abre portas a uma sociologia abrangente, tanto do consenso como do conflito. As relações sociais podem caracterizar-se por: a) comunitárias, baseadas num sentimento subjetivo de pertença, quer afetivo ou tradicional; b) e associativas, baseadas numa orientação racional e na união de interesses.

A importância da síntese apresentada é a de que na definição de relação social estão implícitos, e também explícitos, os vetores de solidariedade que ligam os indivíduos, ou seja, as pistas para a compreensão da coesão social. Os tipos de relações, comunitárias ou associativas, caracterizam o tipo de vínculo social seja dentro de um grupo seja entre partes, e fundam no tipo de ação social. Por exemplo, para Weber (1978), a coesão dentro de uma família é definida por um tipo de solidariedade baseada na afetividade e nas emoções, enquanto a coesão de um país, como unidade política, é baseada na afetividade e no sentimento de pertença, mas também em interesses racionais de benefício.

Alexander (1987) considera que existem duas subdimensões da ação social propostas nas correntes teóricas sociológicas: a ação racional e a ação interpretativa. Com base nessa proposta Pires (2007) elaborou uma árvore conceptual que sintetiza os diferentes tipos de ação social, discutindo os contributos de Homans, Boudon, Harbemas, Goffman, Garfinkel, Coleman, entre outros.

A ação social racional tem duas vertentes: 1) é instrumental quando orientada pelo interesse, e 2) é subjetiva quando orientada pela crença (Pires, 2007). Por sua vez a ação racional instrumental pode ser estratégica ou paramétrica. Segundo Pires (2007: 20), “no primeiro caso, a escolha dos meios mais

adequados para atingir um determinado fim é feita sem tomar em consideração as escolhas de outros agentes; no segundo, como a escolha depende da reação de outros, essa reação tende a ser incorporada no processo inicial de decisão.” Por outro lado, a ação social subjetiva é axiológica quando orientada por valores, baseia-se em como o mundo “deve ser”, e cognitiva quando orientada por representações de como o mundo “é” (Pires, 2007: 20).

Quanto à ação interpretativa, fundada na organização simbólica, é moral quando condicionada pela moral em consequência das características situacionais da interação, e comunicativa quando alicerçada na ordenação e interpretação nos contextos de interação (interacionismo simbólico).

A relevância dos vários tipos de ação social prende-se por auxiliarem a compreensão da coesão social a partir da subjetividade do sujeito. São principalmente relevantes os tipos de ação racional uma vez que podem caracterizar parte das atitudes e de comportamentos face à UE. No caso em estudo é menos relevante a ação social interpretativa uma vez que a ação interpretativa moral tem forte relação com a estrutural social externa cultural, e a ação social interpretativa comunicativa está ancorada em quadros de interação não alcançáveis pela abordagem metodológica extensiva que será empregue.

A perspectiva acionalista apresenta outras contribuições interessantes para a questão da coesão social, e reveladoras da relação micro-macro. Se partirmos da questão da solidariedade, por vezes entendido como sinónimo de coesão, poderá referenciar-se a proposta de Hetcher. Defensor da TER, o autor estudou a solidariedade em grupos, embora a definição de solidariedade se distinga da sua conotação clássica (Ferreira et al., 2013). Para Hetcher a solidariedade é o grau de disposição que um indivíduo demonstra para fornecer bens privados para a causa pública (Hetcher, 1983). Aqui, a ligação entre solidariedade e coesão é a de que o autor reconhece que a estrutura social, na sua vertente de estrutura externa relacional e cultural, embora não tenha utilizado concretamente estes termos, são fatores que contribuem para a solidariedade de grupo. Segundo o autor, “*Normativists recognize that the key to solidarity lies in the obligation to comply with group norms, but they fail to explain the conditions under which compliance is likely to occur. Structuralists recognize the importance of common interest in the generation of solidarity, but they fail to explain how rational actors are dissuaded from free riding.*” (Hetcher, 1988). Aqui, não interessa tanto debater as falhas que o autor aponta às perspetivas estruturalistas, o que seria útil na discussão do problema da ordem, mas constatar que implicitamente é assumido que o sistema cultural e a estrutura de desigualdades são fatores de coesão, caso se encare a solidariedade como coesão, pois no primeiro caso solidariedade reside na obrigação de cumprir as normas do grupo e no segundo caso, interesses comuns são importantes na geração de solidariedade. Recordando as definições académicas contemporâneas de coesão social (Chan et al., 2006; Dragolov et al., 2014; Schiefer & van der Noll, 2017; Leininger et al., 2021) nota-se a similitude em invocar o respeito pelas normas e regras como dimensão de coesão social.

Na disciplina da Psicologia Social, e com base na teoria da troca, segundo a qual os indivíduos procuram obter o maior benefício das relações sociais ao menor custo, Lawer, Yoon e Thye (2013) testaram a hipótese Simmeliana de que as trocas numa tríade geram maior coesão do grupo do que as

trocas ao nível de uma diáde. A teoria de coesão relacional tenta compreender como as trocas conduzem a um compromisso na relação. Por compromisso entende-se a ligação (*attachment* em língua inglesa) que um indivíduo sente perante um coletivo (grupo ou organização). As conclusões apontam que a ligação inclui aspetos instrumentais, emocionais e/ou normativos. O primeiro refere-se a aspetos racionais de análise de custo/benefício, o segundo a aspetos afetivos, e o terceiro a aspetos estruturais de pertença normativa ou obrigatória. As conclusões dos tipos de compromisso devem ser consideradas, até porque se aproximam dos tipos de relações sociais, e de ação social, de Weber. Também se deve considerar o seu nexos face às conclusões dos estudos sobre identidade europeia e apoio ao projeto Europeu. Em certa medida, a identidade europeia é descrita através do binómio utilitarismo e afetividade (Citrin & Sides, 2004), subsistindo fatores associados a cada um dos polos no apoio à UE, como o benefício de pertença do respetivo país (McLaren, 2006; Di Maio, 2015), a ameaça aos recursos do país, e a ameaça de identidade cultural (McLaren, 2006). Neste sentido, as TER podem ser úteis para o objeto em análise, pois o utilitarismo e instrumentalismo é considerado prevacente no tipo de ligação existente entre os europeus e a UE (Citrin & Sides, 2004; Spannring, Wallace & Datler; 2008; Udrea, 2013). Considerando que a relação com a UE pode estar associada, em parte, a um conjunto de interesses, quer individuais, quer coletivos, a teoria da troca permite colocar a seguinte questão: como se relacionam esses interesses com a coesão social na UE?

#### **1.7.4 Bem-estar**

Se o conceito de coesão social é por vezes intermutável com o de capital social, o mesmo acontece com o de bem-estar. O último adquiriu relevo quando se compreendeu a necessidade de avaliar o desenvolvimento e as condições reais de vida para além dos indicadores de produção de riqueza, em concreto através do PIB. É nesse seguimento que a ONU apresentou o IDH, que inclui as componentes de rendimentos, educação e saúde. Entretanto muitos outros índices e abordagens foram propostas.

A confusão entre bem-estar e coesão social reside no facto de, para uma parte significativa de autores, organizações e instituições, ambos serem entendidos como um estado desejável da caracterização das sociedades. Também a contribuir para essa sobreposição é o facto de, tal como já visto para o conceito de coesão social, o conceito de bem-estar se encontrar intrincado às suas causas e/ou consequências. Esses dois aspetos são principalmente visíveis na abordagem de Berger-Schmidt (2002). Não é objetivo desta tese proceder a um debate profundo sobre o conceito de bem-estar, mas é essencial um enquadramento teórico-analítico, e apresentar uma definição que molde a sua relação com os outros conceitos chave num modelo de análise.

Segundo o INE de Portugal, “O conceito de bem-estar abrange, não só as condições materiais de vida, mas também outros fatores explicativos do nível de qualidade de vida, nomeadamente relacionadas com o enquadramento ambiental, com a saúde robusta, bom nível educacional, equilíbrio no uso do

tempo, em particular no balanço vida-trabalho, vitalidade da vivência em sociedade, bom nível de participação democrática e o acesso e participação em atividades culturais e de lazer.”<sup>10</sup>.

A primeira conclusão, através da interpretação do IDH, é que, quando medido por este indicador, bem-estar representa uma dimensão objetiva à escala societal, ou seja, é uma caracterização macrossocial. Na proposta do INE de Portugal as condições materiais de existência (que inclui indicadores económicos, de emprego, pobreza, trabalho, entre outros) correspondem a parte dessa caracterização.

Por outro lado, a qualidade de vida (balanço vida-trabalho, saúde, educação conhecimento e competências, ambiente, segurança pessoal, relações sociais e bem-estar subjetivo, participação cívica e governação) corresponde tanto a aspetos de nível societal como individual, objetivos e subjetivos. Por exemplo, o índice de bem-estar na saúde é composto por indicadores de esperança de vida à nascença, um indicador objetivo ao nível societal, assim como pela autoavaliação do estado de saúde pessoal (em termos agregados), um indicador subjetivo ao nível individual. Mais exemplos poderiam ser citados. Outras organizações consideram também o sentimento de pertença (Social Wellbeing Agency, 2018), além da relação entre o indivíduo com as instituições (confiança, funcionamento das instituições), também consideradas pelo INE de Portugal. Assim, a segunda conclusão é a de que o bem-estar também inclui uma dimensão subjetiva, de avaliação do estado da situação ou de atitudes. A terceira conclusão é que bem-estar envolve vários níveis de análise: o individual, o interacional (níveis micro e meso) e o societal (nível macro).

Do exposto é evidente que algumas das dimensões de bem-estar são também dimensões de coesão social, sendo que o primeiro é um conceito mais abrangente. Para distinguir e estabelecer a relação entre os dois conceitos, considera-se que o debate sobre o que é o bem-estar, tal como se procedeu para a coesão social, deve refletir sobre o seu estatuto ontológico, enquadrando-o num modelo teórico-analítico que distinga e estabeleça as relações entre níveis de análise, as propriedades das suas componentes, e distinga as últimas das suas causas e consequências. A definição apresentada pela Organização Mundial de Saúde é sintomática da afirmação precedente, atribui o mesmo estatuto ontológico ao indivíduo e à sociedade: “*well-being is a positive state experienced by individuals and societies.*” (World Health Organization, 2021a: 10).

O bem-estar subjetivo tem sido particularmente estudado no campo da Psicologia, e “refere-se à perceção e à avaliação que as pessoas fazem de si próprias e das suas vidas” (Lima & Novo, 2006: 148). Subclassificações de bem-estar subjetivo (individual), bem-estar psicológico e bem-estar social, remetem respetivamente para estados afetivo-emocionais, o funcionamento psicológico, e o funcionamento social (*ibidem*, 148). Como indicadores de bem-estar subjetivo individual são comumente apontados a satisfação com a vida e a felicidade. O bem-estar psicológico corresponde “ao produto do desenvolvimento e da realização da pessoa humana” (*ibidem*,: 148). Assim, o bem-estar subjetivo individual funda na teoria do hedonismo e o bem-estar psicológico numa abordagem

---

<sup>10</sup> Página da internet to INE de Portugal, acedido a 15 de junho de 2022



eudemónica (Gallagher, Lopez & Preacher, 2009). Quanto ao bem-estar social “pretende representar... a satisfação dos indivíduos no desempenho das tarefas sociais (e.g., como vizinhos, cidadãos ou trabalhadores)” (Lima, e Novo, 2006: 148), e representa, “desafios que os indivíduos encontram como seres sociais, na relação com as estruturas sociais e comunitárias” (Lima, e Novo, 2006: 149).

É interessante analisar a proposta de Keyes (1998), pois ela funda numa perspetiva psicossociológica. Segundo o autor o bem-estar social inclui cinco dimensões: integração social, contribuição social, coerência social, aceitação social, e realização social. O autor considera que a integração social consiste na avaliação da qualidade das relações sociais entre o indivíduo e a comunidade e a sociedade, enquanto a aceitação social considera a qualidade do construto sobre o outro, admitindo que indivíduos que demonstram aceitação social tendem a confiar nos outros. A contribuição social consiste na avaliação do valor pessoal na sociedade, ou seja, no sentimento de que o que fazemos é valorizado e contribui para o bem comum. Indicador de integração social é, entre outros, o sentimento de pertença; e indicador de aceitação social inclui, também entre outros, a confiança nos outros; um dos indicadores de contribuição social é a autoavaliação do próprio contributo para a comunidade e sociedade. Ora, esta abordagem é muito próxima ao que se considera em parte o conceito de coesão social. Por outro lado, a atualização social consiste na avaliação do potencial da evolução positiva da sociedade, e da capacidade da mesma em progredir através das suas instituições e cidadãos. Finalmente, a coerência social consiste na perceção na qualidade do funcionamento da sociedade e na capacidade de entender o mundo. Estas duas dimensões respeitam, portanto, a uma relação mais vertical, indivíduo-instituições, e teoricamente também podem ser associadas a coesão social. Assim, esta proposta de Keyes (1998) encontra semelhanças à abordagem de coesão social, tal como tem sido desenvolvida neste trabalho, confirmando parte da sobreposição entre os conceitos de bem-estar e coesão social. Há, contudo, um ponto a esclarecer: Keyes incluiu a dimensão de bem-estar social porque considera que é um critério relevante que os indivíduos usam para avaliar a qualidade das suas vidas (Keyes, 1998). Por tal, subsistem dúvidas se a avaliação subjetiva dos aspetos sociais, na vertente de relações verticais, está mais relacionada com as experiências de vida do próprio do indivíduo, ou se por outro lado considera a avaliação de aspetos sociais que não influenciam a vida direta do indivíduo. Por exemplo, questionar se o indivíduo está satisfeito com o seu emprego é diferente de questionar se está satisfeito com o panorama do emprego em geral na sociedade, e as respostas podem ser distintas.

Do prisma da dimensão subjetiva, uma diferença entre bem-estar e coesão social é que o primeiro envolve mais uma avaliação do estado da situação e a segunda uma atitude. A avaliação do estado da situação pode ser da situação individual e/ou grupal/societal. Por exemplo, o grau de satisfação com a economia ou com os serviços de saúde num determinado país avaliam o estado da situação segundo a subjetividade do indivíduo, mas não estabelecem uma atitude, uma orientação ou opinião para a ação, perante a economia, os serviços de saúde ou o país. Uma outra diferença entre bem-estar e coesão social é que o primeiro, ao contrário do segundo, envolve mais do que relações com as instituições

representativas. Por exemplo, coesão social refere-se a uma relação vertical estrita com o objeto (aqui defendida), as instituições representativas e a unidade política, enquanto o bem-estar também pode incluir a avaliação de um conjunto multidimensional de dimensões caracterizadoras da vida societal, tais como os sistemas económicos, de saúde, de educação, os serviços públicos, entre outros, e essa avaliação ser independente da relação com o objeto, embora possam estar relacionados. Por exemplo, algumas operacionalizações propuseram medir a coesão social ao nível societal através das perceções da qualidade dos serviços públicos, incluindo cuidados de saúde, sistema de educação, transportes públicos, sistemas de pensões (Whelan & Maître, 2005; Vergolini, 2011a) apresentou indicadores de perceção da qualidade dos serviços públicos. Ora, essa proposta é mais um exemplo da confusão existente entre coesão social e bem-estar subjetivo societal, uma vez que os indicadores mencionados se referem à avaliação da qualidade dos serviços prestados por alguns dos principais subsistemas sociais e não às atitudes perante os mesmos.

Em suma, considera-se, neste trabalho, que bem-estar subjetivo remete para a avaliação do estado da situação das condições de vida pessoais e/ou sociais, ou seja, definem-se dois níveis de bem-estar subjetivo, o individual e o societal. O bem-estar individual inclui as subdimensões de hedonismo, eudemonismo, e social, esta última de influência direta na vida do indivíduo (na perspetiva de Keyes, a integração social, a aceitação social, e a contribuição social). O bem-estar societal, apesar de também consistir numa avaliação subjetiva, considera aspetos mais generalistas do funcionamento social, sem impacto necessariamente direto na vida do indivíduo, tendo algumas semelhanças com as subdimensões de atualização e coerência sociais. No fundo, o que se está a argumentar, é que é viável avaliar o bem-estar societal subjetivamente. Para evitar confusões analíticas, propõe-se distinguir bem-estar social, que envolve a proximidade das relações e das condições de vida do indivíduo, do bem-estar societal, avaliação do funcionamento geral dos sistemas e que pode consistir na avaliação das dimensões objetivas identificadas, por exemplo pelo INE de Portugal.

Por último, apesar de existirem algumas reflexões e estudos empíricos sobre a relação entre bem-estar e coesão social, se o primeiro influencia a segunda ou vice-versa, não se julga pertinente debater aqui o sentido da relação. Primeiro porque exigiria uma discussão teórica sobre bem-estar mais aprofundada, e em segundo por requeria analisar as definições e os indicadores empíricos de bem-estar e coesão social aplicados em cada um dos estudos. Facto é que algumas relações têm sido encontradas em ambos os sentidos, e inclusive de mediação (Portela, Neira, & Salinas-Jiménez, 2013; Rodríguez-Pose & Berlepsch, 2014; Helliwell, Huang & Wang, 2016; Akaeda, 2022).

## **1.8 Para uma definição de coesão social**

Da discussão realizada até ao momento ressaltam-se os seguintes pontos:

- 1) Desigualdades sociais e valores, como estrutura social externalizada relacional e cultural, são fatores e/ou consequências de coesão social, condicionam e orientam a relação dos agentes face à UE;

- 2) Os valores incorporam teoricamente e concetualmente a análise da ordem social como estrutura social e como ação social, em particular a estrutura externalizada cultural, e o sentido da ação racional subjetiva, respetivamente;
- 3) A relação entre os indivíduos e a UE também pode ser caracterizada por um tipo de relação instrumental baseada na ação racional instrumental, sujeita aos interesses dos próprios agentes, assim como por uma relação afetiva;
- 4) Coesão social não é sinónimo de capital social, apesar de poderem subsistir dimensões comuns entre ambos, entre os quais a confiança, o sentimento de pertença e identidade, e as redes sociais.
- 5) Coesão social e bem-estar não são sinónimos, o primeiro corresponde mais a um conjunto de atitudes e o segundo à avaliação da situação, embora possa subsistir alguma sobreposição de indicadores, pois algumas das dimensões de análise coincidem.

Nesta fase, do exposto no quarto ponto é relevante proceder à compreensão dos fenómenos mencionados, confiança e sentimento de pertença. Os aspetos teóricos mais relevantes associados às redes sociais já foram debatidos ao longo das seções anteriores, nomeadamente nos tipos de laços entre indivíduos, formas de capital social, faltando discutir as suas componentes empíricas, o que será realizado na Parte II.

### **1.8.1 Pertença**

É comum persistir alguma confusão entre sentimento de pertença e identidade, como se fossem sinónimos e intermutáveis. De seguida argumenta-se que na disciplina sociológica são conceitos distintos, pois o primeiro remete para uma dimensão estritamente subjetiva e o segundo inclui uma dimensão subjetiva e outra objetiva. Contudo, estão relacionados, e apesar de o sentimento de pertença remeter somente para uma dimensão subjetiva não implica que não esteja relacionado a aspetos objetivos. Mais uma vez, é importante distinguir o que fomenta e as consequências do fenómeno da sua definição, e, por conseguinte, estabelecer o seu estatuto ontológico. Como aspetos comuns de análise teórica, ambos são fenómenos relacionais e culturais, e os seus processos geradores envolvem dimensões simbólicas, afetivas e valorativas. Se as identidades coletivas implicam fronteiras, significando a existência tanto de relações internas entre os membros do grupo como de relações externas com não membros do grupo (Costa 2008), o mesmo se aplica ao sentimento de pertença.

#### **1.8.1.1 Identidade**

Etimologicamente, a palavra identidade refere-se a *identitāte*, «qualidade de idêntico», ou seja, representa uma semelhança, a qualidade de ser semelhante, pelo que uma identidade (coletiva, social) implica atributos que caracterizem essa similitude. Archer (1996a) reconhece que o sistema cultural distribui semelhanças entre indivíduos, pelo que uma outra forma de interpretar as distinções culturais

é reconhecê-las como traços estruturais de identidade coletiva. De facto, as identidades coletivas envolvem representações, valores, normas, significados simbólicos e afetividade (Costa, 2008). E subsistem vertentes de autorrepresentação e heterorrepresentação dos agentes, baseados na partilha de atributos identitários (Pires, 2003), ou seja, a relação entre o “nós” e os “outros” (Costa, 2008).

A relevância dos sistemas culturais, como geradores de solidariedade mecânica na coesão das coletividades foi demonstrada por Durkheim (1999), e debatida nas seções prévias. Logo, se os enquadramentos culturais são um atributo dos coletivos, a relação entre coesão social e identidade é explícita. Esta é a vertente objetiva de identidade, no sentido em que é possível mapear um conjunto de símbolos associados ao grupo/coletivo. É também possível mapear um conjunto de valores e representações associados a essa identidade, que apesar de serem propriedades subjetivas são atributos caracterizadores da identidade, logo objetiváveis, não se reduzem à subjetividade do indivíduo.

A abordagem das identidades coletivas à questão da coesão não se cinge a ver a primeira de um prisma estrutural, como característica objetiva no plano macro. Os interacionistas focam os aspetos identitários num plano micro e na sua vertente subjetiva. As identidades são consideradas como a ligação entre o micro e o macro, entre o indivíduo e a estrutura social, são designações e categorizações de como os indivíduos se vêm na estrutura social, e dos seus papéis, posicionando-os (Stryker, 1980). Esta abordagem envolve o autorreconhecimento de pertença ao grupo/coletivo.

#### 1.8.1.2 Sentimento de pertença

Weber (1978) considerou o sentimento de pertença como o autorreconhecimento de pertença a um grupo/coletivo, e esse sentimento estaria associado aos tipos de relações sociais. Por exemplo o sentimento de pertença à nação e à família fundar-se-iam mais no tipo de relação comunal, baseadas no afeto e tradição, enquanto o sentimento de pertença a uma empresa se associaria a relações sociais associativas, baseadas na racionalidade e no interesse. Se o sentimento de pertença for uma dimensão de coesão social então poder-se-á dizer que estas podem caracterizar diferentes tipos de coesão social.

Segundo Halse (2018), o conceito de pertença tem sido pouco teorizado e ainda é muito vago. Por exemplo, quando se diz que “*belonging involves an emotional or ontological attachment of feeling ‘at home’ and in a ‘safe space’*” (Yuval-Davis, 2011), o que significa exatamente? Em primeiro lugar, o termo “sentimento” remete para aspetos subjetivos interiores ao indivíduo. Em segundo lugar, de acordo com o dicionário da Porto Editora (2023) “pertença” implica “fazer parte de”, e segundo o dicionário de Oxford é “*the feeling of being comfortable and happy in a particular situation or with a particular group of people, and being treated as a full member of the group*”. Então, o sentimento de pertença é um estado subjetivo de ligação (*attachment* na denominação anglo-saxónica), que pode ter como objeto um lugar, (*e.g.*, cidade, bairro, país), um espaço social, ou seja grupos ou coletivos definidos face a um espaço ou território, ou um grupo social não geográfico (Hurtado & Carter, 1997), e envolve um sentimento de aceitação pelo grupo e respetiva inclusão (Macmillan & Chavis, 1986). Então, é um estado subjetivo

que remete para processos de ligação, autoreconhecimento e de aceitação por parte dos restantes membros.

A pertença inclui várias dimensões: 1) pertença formal, por exemplo no aspeto legal de cidadania; 2) pertença informal, no sentido de ser aceite pelo grupo e de participar; e 3) ligação emocional (*attached*), no sentido de sentir um conjunto de valores, crenças e/ou experiências compartilhadas (Anthais, 2018; Halse, 2018). De acordo com Halse (2018), estes modos, formal, informal, e emocional, dependem do tipo de relação entre o indivíduo e o objeto, logo depreende-se que podem subsistir sentimentos de pertença sem verificação das três componentes propostas.

Por outro lado, é difícil distinguir se as componentes são fatores ou o fenómeno em si. Por exemplo, o reconhecimento formal das instituições é condição para o indivíduo sentir que pertence ao coletivo, por exemplo ao país? E a aceitação por parte dos outros membros não será antes um fator para o indivíduo sentir essa pertença? Antonsich (2010) listou cinco pontos que promovem o sentimento de pertença: i) o percurso de vida e as experiências pessoais, que ligam um indivíduo ao lugar; ii) aspetos relacionais pessoais, de redes sociais; iii) aspetos culturais, como a linguagem e a religião, entre outros, que evocam o sentimento de comunhão e de estar entre próximos; iv) fatores económicos que ajudam a criar um sentimento de segurança e sustentam as condições materiais de vida; e v) fatores formais legais, como cidadania que também instalam um sentimento de segurança, e criam oportunidades. Como se constata estes fatores estão relacionados com os modos de pertença propostos, e correspondem nada mais nada menos que ao exposto teoricamente da relação entre coesão social e as dimensões de diferenciação do espaço social, assim como a percursos individuais.

Então, qual a relação entre sentimento de pertença e identidade? Se identidade, na sua vertente subjetiva, corresponde à forma como os indivíduos se vêem a si próprios e se autoidentificam ou autocategorizam, então, esse autorreconhecimento é uma das dimensões do sentimento de pertença (Halse, 2018; Yuval-Davis, 2011), “...*identity narratives reflect who individuals believe they are but also who they desire to be. That is, their emotional investments in belonging and being attached to particular places, spaces, objects and social solidarities, and the identity they attribute to or desire for these*” (Halse, 2018: 9). Logo, aceitação por parte dos outros é um aspeto importante a analisar, porque distingue identidade de sentimento de pertença. A primeira, quando considerada no seu aspeto subjetivo, remete para “com quem” ou “com o quê” é que os indivíduos se identificam, como se veem, mas não implica pertença ao grupo (Halse, 2018; Anthias, 2018). Se o agente não pertence ao grupo, mas se se identificar num conjunto de valores, normas, comportamentos, poder-se-á falar de grupos de referência, tal como proposto por Hyman (1942), e mais tarde por Merton (1970), sendo esse um grupo a que o agente aspira integrar. Então, para o sentimento de pertença a inclusão é relevante, tal como são o acesso aos recursos do grupo, o sentimento de segurança e a participação (Anthias, 2018). Por estes motivos considera-se que a identidade subjetiva, como autocategorização, é uma das vertentes do sentimento de

pertença, pois o último envolve não só a aceitação dos outros membros do grupo/coletivo mas também o autorreconhecimento dessa pertença.

O projeto da UE é um bom exemplo, e um bom caso de estudo, do desenvolvimento de novos tipos de pertenças coletivas. É também um bom exemplo para a tese de Simmel (1923) de que na modernidade os indivíduos têm pertenças múltiplas, mas não exclusivas enquanto os círculos de pertença forem sucessivos e não concêntricos. De facto, a inclusividade entre identidades nacionais e supranacionais na sua relação vertical, e em particular no caso europeu, já está provada (Pollman, 2007; Huici, Gómez & Bustilhos, 2010; Genova, 2016).

O interessante da análise teórica do sentimento de pertença é o de que envolve aspetos constitutivos de relações horizontais e verticais que podem ser caracterizadores de coesão social. As principais conclusões e reflexões são plasmadas nos seguintes pontos:

- 1) Se o sentimento de pertença implica a aceitação informal por parte dos outros membros, a última é uma componente relevante das relações horizontais e, portanto, da coesão social.
- 2) A pertença pode implicar ou não, dependendo do tipo de grupo/coletivo, o reconhecimento formal por parte das organizações e/ou instituições regionais/locais/supranacionais, entre outras representativas. Trata-se de uma relação vertical, mas neste caso de sentido contrário, de cima para baixo. Duas questões subjacentes a este e ao ponto anterior são:
  - i. poderá haver aceitação informal (horizontal) sem haver reconhecimento formal/legal das instituições (vertical)?
  - ii. Se existir reconhecimento formal/legal, poderá verificar-se ou não aceitação informal (horizontal)? E sem aceitação informal, será que poderá subsistir reconhecimento horizontal dessa pertença, ou seja, os pares não aceitam o indivíduo, mas reconhecem a sua legalidade e respetivos direitos, e eventualmente contestando-os?
- 3) Na sua vertente de relações verticais coesão social tem vindo a ser definida de baixo para cima, ou seja, o agente autorreconhece essa pertença. O mais relevante pode estar na distinção entre autorreconhecimento formal e informal. Por exemplo, será possível o agente autorreconhecer a sua pertença a cada uma dessas dimensões autonomamente?
  - i. No primeiro caso reconhecer a sua cidadania ou sentir-se cidadão sem se sentir pertencer ou não identificar com o coletivo;
  - ii. No segundo caso simplesmente sentir-se pertencer ou identificar-se, mas sem usufruir do estatuto de cidadão. Poderá, por exemplo, representar agentes que ainda não usufruem do estatuto de cidadão, mas que o procuram obter, podendo subsistir um sentimento de pertença estritamente informal, neste caso de ligação ao país como espaço físico ou de caráter identitário. Neste caso, nas relações verticais de baixo para cima é necessário distinguir entre um sentimento de pertença associado à formalidade, por exemplo sentir-se cidadão, a dois outros associados à informalidade, sentir-se ligado emocionalmente por experiências de vida e/ou autoidentificar-se.

4) Se o sentimento de pertença inclui a ligação a um lugar, e/ou a um espaço ou a um grupo/coletivo social, também é necessário distinguir entre vários tipos de ligação vertical que podem diferenciar a coesão social. Os indivíduos podem sentir-se ligados a um lugar como espaço físico e território (*e.g.*, à aldeia, cidade, país, etc), ao espaço como meio social e que remete para a distinção de categorias sociais, e ao grupo/coletivo face às instituições que o representam. Por exemplo, sentir-se ligado ao país por experiência de vida, é diferente de sentir-se ligado à categoria social representativa desse país (nacionalidade) ou outras que a caracterizem, assim como esses dois sentimentos são distintos de um sentimento de ligação às instituições nacionais.

Do exposto constata-se que o sentimento de pertença tem pontes com as relações horizontais e verticais de coesão social. No prisma das relações horizontais os fatores de sentimento de pertença relevantes são a aceitação, mas também poderá ser eventualmente avaliado o reconhecimento, se se proceder a uma distinção entre informalidade e formalidade, respetivamente. Quanto às relações verticais, diferentes tipos de relações sociais de ligação ao grupo/coletivo, podem estar associados a diferentes tipos de coesão, mas também à ontologia do objeto de coesão social. Avaliar a coesão social num país pode remeter para a ligação ao país como lugar, como espaço social (e indiretamente à relação horizontal de ligação aos outros membros), e/ou como entidade representada por instituições formais. Esta distinção nas relações verticais e na sua associação com o objeto foi captada por Jenson (1998), na sua análise histórica de estudos empíricos de coesão social quando verificou que parte dos estudos ao nível da comunidade local utilizavam o indicador de ligação ao lugar (*place attachment*) para testar a identidade, e que estudos ao nível societal focavam mais os aspetos de cidadania.

## 1.8.2 Confiança

Na Sociologia, Simmel foi dos primeiros autores a dissertar com alguma profundidade sobre o conceito de confiança<sup>11</sup>, embora na terminologia anglo-saxónica subsista alguma discussão sobre a distinção entre “*trust*” e “*confidence*”. Embora o autor tenha debatido sobre confiança no âmbito da discussão sobre o papel e função do dinheiro, é interessante notar que mesmo nesse cenário a sua conclusão é abrangente, pois “*without the general trust that people have in each other, society itself would disintegrate*” (Simmel, 1978).

O conceito de confiança entrou na Sociologia mais através das teorias das escolhas racionais e da troca. Estas perspetivas abordam a confiança como elemento essencial para o estabelecimento de

---

<sup>11</sup> No dicionário da Porto Editora confiança significa uma “crença firme na fiabilidade, honestidade, eficácia, lealdade, etc., de alguém”, e confiável é aquele em que “se pode acreditar”. No dicionário da Oxford, confiança (*trust*) engloba não só alguém mas também alguma coisa, “*the belief that somebody/something is good, sincere, honest, etc. and will not try to harm or trick you*” e “*the belief that something is true or correct or that you can rely on it*”, como por exemplo em sistemas ou instituições sociais.

transações, pois estas exigem reciprocidade e previsibilidade da ação do outro. Mais tarde, por intermédio das perspetivas de Coleman e de Putnam sobre capital social, a confiança ganhou novo protagonismo sociológico, como propriedade emergente desse conceito. Assim, inicialmente a confiança esteve mais associada a abordagens micro, e do individualismo metodológico.

A confiança é importante por não existir certeza, absoluta, sobre a ação do outro, o que implica uma expectativa da ação, pelo que a confiança é orientada face ao futuro (Weber & Carter, 2003; Uslaner, 2018). Por este motivo, alguns autores salientam que a confiança envolve tornar-se vulnerável ao outro, pois implica expectativas de que o outro agirá para o melhor, ou pelo menos não prejudicará, o agente que confia, (Schilke, Reimann & Cookthat, 2021). Segundo Inglehart (1991), *“Trusting others means viewing them in a positive way and expecting them to behave in a predictable and friendly manner.”*

Nas ciências sociais são comumente consideradas três tipos de confiança: a social, a interpessoal, e a política (Uslaner, 2018). A confiança social consiste em confiar de modo geral em todos, mas ninguém em particular. Pelo contrário, a confiança interpessoal diz respeito a confiar naqueles que nos são próximos e que pertencem aos nossos círculos de pertença mais chegados. Neste caso, a confiança também tem uma relação com a identidade, pois tendemos a confiar naqueles que nos são semelhantes, no grupo de pertença (Lernard, e Miller, 2018). As confianças social e interpessoal dizem, portanto, respeito a relações horizontais. Por outro lado, a confiança política consiste na confiança nas instituições de poder executivo, legislativo, judicial, burocrático/administrativo e forças policiais (Uslaner, 2018), emerge, portanto, de uma relação vertical. Contudo, Newton, Stolle e Zmerli (2018) distinguem dois tipos de confiança vertical: a confiança nas instituições políticas de governação, e a confiança nas instituições neutras e imparciais como as forças armadas, o poder judicial, e os serviços públicos/administrativos (segurança social, serviço de saúde, etc).

A relação entre a confiança horizontal e vertical é ambígua. Enquanto Uslaner (2018) argumenta que não existe relação, pois a confiança política é influenciada pela performance económica e a perceção do nível de corrupção, logo mais volátil, enquanto a confiança social tende a ser estável ao longo de tempo. Por outro lado, Immerfall, Prillel e Delhey (2010) argumentam que ambas estão interligadas. Por exemplo, no caso da UE, o apoio à integração europeia é maior quanto maior a confiança nos outros Estados-Membros e nos europeus (Delhey, 2008). Esta divergência de argumento poderá estar relacionada a um aspeto que não é claro, que é a fronteira entre as confianças interpessoal e social. Qual o limite do grupo de pertença para se considerar confiança interpessoal? Se a confiança está relacionada com a identidade, e a identidade com a pertença, então o sentimento de pertença a uma comunidade, ou a um território, ou a um país, onde se reconhece um “nós” que envolve proximidade e semelhança, e onde se incluem pessoas com quem nunca contactamos diretamente, é uma confiança interpessoal ou social? Então, as perspetivas de Uslaner, e de Immerfall, Prillel e Delhey podem convergir se se considerar que a confiança nos outros de um grupo/coletivo contem propriedades híbridas, uma parte de confiança social e uma parte de confiança interpessoal.



Segundo Delhey e Newton, a confiança social tanto depende de fatores individuais como sociais. No primeiro caso a confiança social é considerada uma propriedade individual, associada a características individuais, quer psicológicas quer de caracterização social, como a idade, a educação, a classe social, género, etc (Delhey, & Newton, 2008). No segundo caso, a confiança social é vista como uma propriedade societal, ou seja, é um fenómeno cultural e promovida pelas instituições, sendo uma propriedade emergente das relações sociais. Do prisma sociológico, então, também deve ser debatido o estatuto ontológico do conceito de confiança. A confiança como propriedade emergente das relações sociais, ou seja, como algo não substantivo mas que se manifesta na própria relação e interação pode ser considerada em qualquer das perspetivas sociológicas, individualistas ou coletivistas. Previsibilidade é um elemento importante nas teorias da ação, mas é também relevante na compreensão, e na própria definição, do problema da ordem. A ordem implica previsibilidade, pelo que a confiança é importante na manutenção e viabilidade das relações sociais (Barbalet, 2019), sejam estas interpessoais ou entre coletivos. Inclusive, definições como a de Weber e Carter (1998) focam o elemento orientador da confiança na ação (social), *“Our definition emphasizes trust as an orientation between self and other whose object is the relationship. Trust’s premise is the belief that the other will take one’s perspective into account when making a decision and will not act in ways to violate the moral standards of the relationship.”*. Se coesão social for definida por um conjunto de atitudes, a confiança é uma das atitudes mais relevantes. Nas palavras de Simmel (1978), *“[trust/confidence is a] fundamental attitude toward the other”* (Simmel, 1978).

### **1.8.3 Definição de coesão social**

A definição aqui proposta de coesão social segue a tendência recente do meio académico, não inclui nem as suas condições nem consequências. E também se julga adequado que a definição seja o mais transversal e universal possível, sem incluir dimensões ideológicas.

Coesão social refere-se à qualidade positiva das relações verticais e horizontais entre os indivíduos, os grupos, e entre ambos e as instituições, e é definida em termos geopolíticos. É caracterizada por uma vertente subjetiva, um conjunto de atitudes, e outra objetiva, que se manifesta em comportamentos e ações face ao objeto, as práticas. Incluiu a pertença, a confiança, e o foco no bem comum, envolvendo, o reconhecimento e a aceitação dos outros, inclusive de grupos, e a legitimidade das instituições. Em termos objetivos envolve as redes de sociabilidade e a inclusão/participação.

Esta definição parte da proposta mais recente de Leininger et al (2021), que se considera simples, mas não contextual. E incorpora aspetos relevantes da definição de Delhey e Dragolov (2016), em concreto o esclarecimento do estatuto do objeto de coesão social, e o sentido positivo das relações sociais. Há um terceiro aspeto que se julga importante acrescentar e que é omissa em qualquer uma das definições presentes na literatura consultada. Para tornar inequívoco a relação entre os níveis e as escalas/unidades de análise, coesão social deve ser definida e medida em relação ao objeto. Ou seja,

para evitar que coesão social seja a soma ou a média dos indicadores a escalas inferiores ao objeto de análise (*e.g.*, medir a coesão social de um país como a soma ou a média das componentes às escalas locais), a sua definição deve incluir a relação direta ao objeto. Por exemplo, para a coesão social num país, o indicador subjetivo de confiança deve captar a confiança dos indivíduos nas instituições nacionais e não nas locais ou regionais. No mesmo sentido, para a vertente objetiva de coesão social, as ações devem refletir uma ligação ao nível do país e não a ações estritas ao nível da comunidade ou região<sup>12</sup>.

Em suma:

- Coesão social tem uma vertente subjetiva, de atitudes, e outra objetiva, de práticas;
- Coesão social considera relações horizontais e verticais;
- Coesão social deve ser analisada e medida em relação ao objeto;

Realça-se que a pertença e a confiança são das principais subdimensões subjetivas de coesão social, mas também devem ser consideradas a aceitação e o reconhecimento. Confiar em alguém não implica necessariamente que esse alguém pertença ao grupo, ou que seja reconhecido ou aceite no grupo. Poderá subsistir confiança sem aceitação nem reconhecimento, poderá existir reconhecimento sem aceitação e sem confiança, embora as três possam estar relacionadas.

Nas relações verticais concorda-se com as equipas de Leininger e de Jenson, as instituições que regulam e monitorizam a ordem social devem ser consideradas legítimas pelos cidadãos. Embora a confiança seja por vezes um indicador de legitimidade, considera-se possível subsistir legitimidade sem necessariamente confiar nas instituições. É possível que se reconheça a legalidade e os direitos à intermediação de conflitos e decisão das instituições sem se confiar nas mesmas, e vice-versa.

Na vertente objetiva consideram-se relevantes as redes de sociabilidade no contexto e à escala do objeto, assim como a participação em termos de inclusão ou integração dos agentes na vida dos sistemas sociais. Não se considera a participação em associações ou movimentos sociais porque essas associações podem não estar diretamente ligadas a objeto nem ao interesse de todos e do bem comum, podem defender interesses particulares e contra a união de todo o grupo. Adicionalmente, Delhey (2008) não encontrou relação empírica entre a pertença a associações e movimentos cívicos e o nível de confiança social. É mais relevante analisar o quanto os indivíduos participam ou se integram em subgrupos, (*e.g.*, no caso de Espanha em outras regiões Autónomas, no caso da UE em outros países), o que mede a penetração intergrupais, e o reconhecimento e usufruto formal dos direitos de cidadão.

---

<sup>12</sup> No exemplo da Catalunha e Espanha: devem ser analisadas as redes sociais dos catalães à escala de Espanha, e não somente na Catalunha. E deve ser considerada até que ponto os catalães participam e estão incluídos na vida social e nos subsistemas funcionais (economia, educação, saúde, etc) de outras comunidades autónomas, isto como relações intergrupais que sinalizam o reconhecimento formal, a inclusão e integração em outras comunidades como cidadãos de pleno direito. Esta abordagem clarifica e mede a qualidade das relações intergrupais segundo as principais subunidades de análise, as Comunidades Autónomas de Espanha.

Por último, concorda-se que a definição deve focar o aspecto positivo do bem comum, mas discorda-se que deva incluir o respeito pelas regras. Tal envolve questionar que tipo de regras. É preciso respeitar todas as regras e normas? Ou existe um conjunto de regras e normas que pode ser contestado, ou que, uma vez não respeitadas, não têm influência na coesão social? Se a mudança social implica a mudança de regras, normas e/ou instituições sociais, tal não é necessariamente negativo. O raciocínio é análogo ao do conflito. Se o último não implica necessariamente falta de coesão, também a quebra de, pelos menos, algumas regras/normas/instituições sociais não implica que a ação não foque o bem comum. Em prol do bem comum, pode acordar-se um novo consenso das regras sem conflito radicalizado, pelo que inserir “o foco no bem comum” é a condição fundamental. Esta visão é próxima à de Schiefer e van der Noll (2017) que sumarizam três dimensões de coesão social: 1) relações sociais (redes sociais, participação, confiança e tolerância); 2) pertença; e 3) foco no bem comum, onde se incluem como indicadores o respeito pelas regras e a ordem social, e a solidariedade.

### 1.8.4 Modelo teórico-conceitual

Estabelecidas a definição de coesão social e as suas relações com os outros conceitos sociológicos, apresenta-se o resultado dessas relações no modelo teórico-conceitual da Figura 1.1.

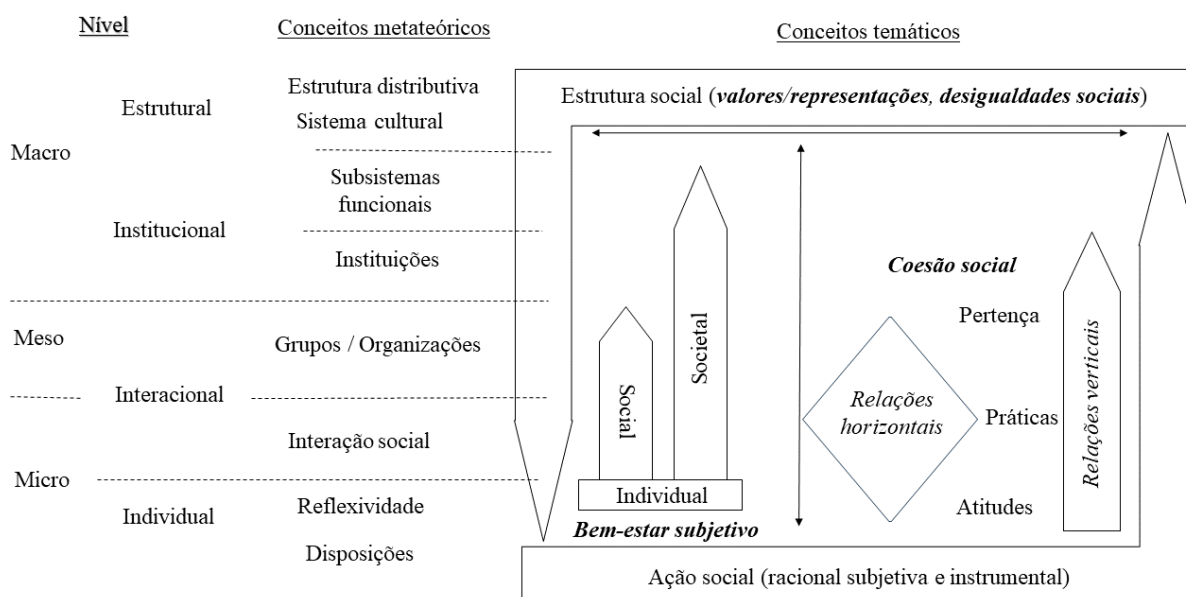


Figura 1.1 – Modelo teórico-conceitual

O sistema cultural e as desigualdades são colocados como estrutura externalizada que condiciona e orienta a ação, e não como componentes caracterizadores de coesão social ou de bem-estar. É, portanto, importante apresentar um mecanismo de intermediação entre essa estrutura no nível macro e o indivíduo num plano subjetivo, e em particular o agente, ou seja, que interligue condições objetivas e subjetividade. Bourdieu propôs o conceito de *habitus*, como “um sistema de disposições duradouras e

transponíveis, que, integrando todas as experiências passadas, funciona em cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações...” (Pires, 2007: 37). Serão os lugares de classe que tendem a inculcar nos agentes os sistemas de disposições, estas definidas “como mecanismos generativos das interpretações e das ações com o formato de esquemas acionáveis por analogia” (Pires, 2007: 37). Por outras palavras, é a estrutura internalizada. Deste modo, os membros de uma mesma classe produzem importantes elementos comuns de socialização e de experiência que incorporam (Scott, 2006) e cristalizam em *habitus*, tendo assim maior probabilidade de pensar e agir de forma semelhante do que em relação a membros de outras classes (Almeida, 1986: p. 87). Ao resultar de um processo de socialização primário o *habitus* é essencialmente inconsciente (Casanova, 2004, 13). Porém, segundo Casanova (*ibid.* : 3) “o *habitus* pode constituir um obstáculo à avaliação da capacidade verificável dos homens refletirem e agirem pró-activamente sobre si próprios...”, pois Bourdieu não tratou as relações entre disposições e reflexividade. Sendo que a última consiste na capacidade de os indivíduos examinarem os seus próprios motivos para agir, a reflexividade pode influenciar o que fazem ou pensam em determinada situação, sendo um mecanismo mediador entre estrutura e agência (Archer, 2003a; 2003b). Para Archer a estrutura não é substantiva em si mas emerge através dos seus efeitos causais na ação, sendo esta interação mediada pela reflexividade, pelo que a estrutura não tem uma influência determinística, mas limita ou capacita. Tal implica que existe um certo grau de liberdade de ação face aos condicionamentos sociais, de criar e inovar, ou seja, os indivíduos têm capacidade de agência. Ao fazê-lo tornam-se agentes. Assim, a ação não se deve estritamente à influência da estrutura, mas também à capacidade reflexiva, e, por conseguinte, da agência (Pires, 2007). Se a proposta de Bourdieu permite explicar a forma como as estruturas assumem uma forma interiorizada, a proposta de Archer permite introduzir a influência de processos interiores, criativos e inovadores, que resultam num certo grau de liberdade do indivíduo, ou seja, “reporta-se à capacidade de os atores, face a uma mesma situação, poderem conscientemente agir de forma diferente, tendo por referência os seus objetivos e projetos pessoais” (Caetano, 2011: 5). Assim, as propostas de Bourdieu e de Archer são complementares porque tratam duas dimensões distintas com influência na ação, a primeira mais relacionada com aspetos inconscientes e a segunda mais relacionada com aspetos conscientes da vida interior (Caetano, 2011). Por conseguinte, a ação é o resultado dos processos, em medida variável, disposicionalistas e reflexivos, e é a partir de ambos que se estabelece a intermediação entre o sistema cultural e as desigualdades sociais com os conceitos de bem-estar subjetivo e de coesão social, ou seja, medeiam as ideias e as práticas dos agentes.

## **1.9 A União Europeia como objeto sociológico**

Um dos pontos mais discutidos sobre coesão social foi o da unidade de análise em estreita ligação com a escala e o nível de análises. Para ressaltar esse facto, coesão social foi definida em termos de uma unidade geopolítica. Portanto, interessa nesta secção clarificar a viabilidade de estudar a coesão social na UE, ou seja, que a UE é um objeto legítimo para a avaliação de coesão social. Em segundo lugar,

uma vez que a definição de coesão social aqui proposta parte da perspectiva dos cidadãos, considerando relações horizontais e verticais, é importante compreender a UE como espaço social.

### **1.9.1 A União Europeia como objeto de coesão social**

Segundo Borchardt (União Europeia, 2017), as diversas associações entre estados europeus classificam-se em três tipos consoante os seus objetivos: as organizações transatlânticas, as organizações intraeuropeias de cooperação, e as organizações de integração. As primeiras correspondem à cooperação entre estados europeus e da América do Norte, e são constituídas pela aliança euro-atlântica de defesa, Organização do Atlântico Norte (OTAN), e pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). As segundas correspondem a organizações compostas estritamente por estados europeus, cujo objetivo único é o de cooperação tradicional entre estados, o Conselho da Europa composto por 47 países, incluindo os da UE, e a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, OSCE, constituída por 57 países. Por fim, o terceiro tipo, ao contrário dos anteriores, corresponde a um conjunto de países europeus que aceitou abdicar de parte da sua soberania em favor da UE, “tendo conferido a esta poderes próprios e independentes dos Estados-Membros” (União Europeia, 2017: 15), o que confere à UE o poder de emitir legislação atuante nos seus Estados-Membros, dentro de “domínios de atividade na sua globalidade essenciais para a existência dos estados” (União Europeia, 2017: 49).

Mais do que descrever a evolução das organizações e instituições europeias desde o pós-guerra de 1945, o relevante é compreender as suas configurações atuais. A UE foi formalmente constituída em 1992 pela assinatura do tratado de Maastricht que assentou em três pilares. O primeiro correspondia ao conjunto de instituições formadas no rescaldo da segunda guerra mundial, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), as Comunidades Económicas Europeias (CEE), mais tarde denominada de Comunidade Europeia (CE), e a Comunidade Europeia de Energia Atómica (CEEA ou Euroatom), articulando-as num principal objetivo de cooperação económica. O segundo e terceiros pilares correspondiam a novas dimensões de cooperação entre estados, no caso do segundo pilar contemplando a política externa e a segurança comum, e no caso do terceiro os domínios da justiça e dos assuntos internos (União Europeia, 2017). Estes pilares viriam a ser abandonados pelo tratado de Lisboa em 2007, permanecendo, contudo, “em vigor os procedimentos especiais no domínio da política externa e de segurança comum” (União Europeia, 2017: 20).

Do ponto de vista da UE, o conceito de integração “transcende a noção tradicional de que a soberania dos estados é inviolável e indivisível” (União Europeia, 2017: 39). “As soberanias nacionais juntam-se para criar uma soberania comum, a um nível mais elevado”, ou seja, “numa comunidade supranacional” (União Europeia, 2017: 39), preservando as estruturas dos estados nacionais. A UE assenta num modelo entre o dos estados nacionais e o de uma confederação, tendo sido solicitado aos Estados-Membros que abdicassem voluntariamente de parte da sua soberania, em domínios específicos, transferindo parte dessas competências e tarefas. Esta repartição de soberania dificulta a compreensão, pelo menos ao

cidadão comum, de quem tem as responsabilidades de fazer o quê, os Estados-Membros ou a UE. Na UE estão delegadas parte de algumas das competências económicas, sociais e políticas. É de realçar que na grande maioria dos casos essas competências não tem o objetivo de estabelecer uma política europeia, mas sim o de coordenar e compatibilizar as várias políticas nacionais. Segundo a UE, as suas responsabilidades passam mais pelos assuntos que extravasam a capacidade nacional de os resolver, entre os quais “o desemprego, o crescimento insuficiente, a segurança do aprovisionamento energético e a poluição ambiental” (União Europeia, 2017: 27), ao qual se acrescenta certamente o da paz, princípio basilar da construção europeia, e saliente no atual contexto europeu e mundial. Assim, o orçamento da UE contempla seis áreas distintas: 1) crescimento sustentável e recursos naturais; 2) coesão económica, territorial e social; 3) competitividade para o crescimento e emprego; 4) Europa global; 5) segurança e cidadania; e 6) custos administrativos. A política da UE está presente no dia a dia do cidadão, nomeadamente através da aplicação prática de regras e legislação ao nível transnacional.

A coordenação e cooperação transnacionais foram, e são, visíveis nos acontecimentos recentes da pandemia Covid e do conflito armado no Ucrânia. As vacinas contra a covid foram adquiridas pela UE e distribuídas pelos Estados-Membros, tendo as instituições europeias criado um certificado digital de vacinação reconhecido no seu espaço. De facto, no setor da saúde a UE coordena a resposta a ameaças transfronteiriças graves, as pandemias e doenças infecciosas. Os cidadãos europeus dispõem ainda do Cartão Europeu de Seguro de Doença que permite obter tratamentos em caso de adoecerem enquanto visitam outro país membro, assim como também beneficiam de uma legislação para cuidados de saúde transfronteiriços em caso de cuidados planeados. Com a atual guerra na Ucrânia, foi particularmente evidente a atuação e coordenação na política da energia.

Contudo, a forma mais visível da relação entre os europeus e a UE é o estatuto de cidadania que esta confere. “Qualquer pessoa que detenha a nacionalidade de um país da UE é automaticamente um cidadão da UE” (União Europeia, 2018), estatuto concedido pelo artigo 9º do Tratado da União Europeia (TUE). Assim, qualquer cidadão de um dos Estados-Membros beneficia também dos direitos consagrados no TUE e na Carta dos Direitos Fundamentais, ou seja, a cidadania da UE não substituiu a cidadania nacional, mas acresce à última. Entre os direitos consagram-se os de circular e de permanecer em qualquer país da UE (viajar, estudar, trabalhar, residir), o de voto (nas eleições para o Parlamento Europeu e para as autarquias), à proteção diplomática em países terceiros, à proteção e defesa enquanto consumidor, assim como um conjunto de direitos de relação com as instituições europeias<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Direitos à transparência e a aceder aos documentos das Instituições Europeias, apresentar uma Iniciativa de Cidadania Europeia, de petição ao Parlamento Europeu, apresentar uma queixa à Comissão Europeia e ao Provedor de Justiça Europeu (nos casos de má administração das Instituições, agências ou órgãos europeus), e à Boa Administração. (<https://eurocid.mne.gov.pt/cidadania-europeia/cidadania-e-cidadania-europeia> acessado a 19/07/2023).

A cidadania europeia representa um reconhecimento formal das instituições europeias do estatuto dos cidadãos nacionais dos Estados-Membros, estabelecendo uma relação vertical formal. Os seus direitos, principalmente o de circular e permanecer em outros Estados-Membros promove também a interação horizontal entre cidadãos da UE.

Do exposto, a UE tem algumas características normalmente inerentes aos estados, e é uma unidade geopolítica de relevo. É constituída por um conjunto de instituições formais e legítimas do ponto de vista do direito, e com um direito próprio, daí a criação do Tribunal de Justiça da UE. É uma unidade geopolítica com impacto significativo na vida dos seus cidadãos, subsistindo uma relação vertical formal entre instituições e cidadãos. Além do mais, influencia e regula práticas transfronteiriças, promovendo a interligação entre cidadãos europeus com consequência no desenvolvimento de relações horizontais formais e informais. Por conseguinte é uma unidade geopolítica viável e pertinente para a avaliação de coesão social dentro do seu território.

### **1.9.2 A União Europeia e o espaço social europeu**

Após a revisão de literatura teórica, interessa confrontar a mesma com a evidência empírica produzida. É importante conhecer o espaço social... europeu. Os três pontos têm um propósito. Parte da produção científica intrica os conceitos de UE e de Europa. Por um lado, o estudo das relações verticais, entre cidadãos e instituições europeias, tem como objeto as instituições criadas no âmbito da UE e, portanto, dentro do enquadramento deste trabalho. Por outro lado, a grande maioria dos estudos consultados ao nível das relações horizontais e das práticas transfronteiriças têm como delimitação a Europa, ou parte desta sem coincidir necessariamente com a UE. Como exemplo dessa indistinção citam-se, em particular, os casos do estudo da mobilidade intraeuropeia e da identidade europeia, esta última, podendo, teoricamente, envolver ambas as dimensões horizontais e verticais, como visto. Estudar os espaços europeu e da UE envolve processos teórico-metodológicos distintos porque são objetos distintos. O espaço Schengen, de livre circulação, que inclui países como a Noruega, Suíça, Islândia, Liechtenstein, e não inclui Irlanda, Roménia, Bulgária, Chipre os últimos três Estados-Membros da UE, é um bom exemplo. Também não incluía o Reino Unido quando este ainda era membro da UE. Se, para o caso da mobilidade intraeuropeia na sua relação com a estrutura social distributiva, se pode colocar a hipótese de parte do conhecimento produzido ser transferível de um objeto para o outro, pois as desigualdades objetivas de oportunidade têm influência na capacidade de concretização das práticas, para o caso da problemática de estudar a relação entre europeus e a UE com a identidade europeia a mesma hipótese é controversa, pois envolve também uma dimensão cultural substantiva. Mesmo no espaço de mobilidade é preciso considerar diferentes possibilidades decorrentes de diferentes cidadanias. No caso da identidade europeia, se se podem associar um conjunto de representações predominantemente culturais, cívico-políticas, e geográficas (European Commission, 2004; Bruter, 2005; Hooghe & Marks, 2008; Cores-Bilbao, Méndez-García & Fonseca-Mora, 2020; Henriques, 2020),

tal implica que a UE como componente da dimensão cívico-política é uma das representações da Europa. A modo difuso como ambos os termos se interligam, UE e Europa, é também demonstrável na própria argumentação exposta. Quando falamos de cidadãos da UE falamos de europeus, os europeus. Enquanto existe um termo para definir a relação formal entre a UE e os cidadãos, cidadão da UE, não há um termo para definir a relação dos cidadãos da UE com o seu território. Os suíços, noruegueses, albaneses, sérvios, os cidadãos da UE, entre outros, são todos europeus. A questão a ressaltar é a de que do ponto de vista de produção científica é preciso ter rigor na utilização de cada um dos termos, nas interpretações e conclusões, estudar a UE não é estudar a Europa como objeto, é prudente desarticular os dois conceitos (Mol et al., 2015; Henriques, 2016).

A transferência de soberania nacional em alguns domínios e a institucionalização da cidadania da UE reformularam o espaço de oportunidades dos seus cidadãos. A cidadania da UE confere alguns direitos iguais a todos os seus cidadãos, dos quais se realçam as liberdades em circular, estudar, viver e trabalhar noutros Estados-Membros. Teoricamente, esta é uma alteração significativa nas possibilidades de vida dos europeus, é o nivelamento de algumas desigualdades existenciais, de liberdade e reconhecimento. Outra questão, é se essas liberdades são ou não efetivamente e igualmente usufruídas por todos, assim como se reconhecimento é ou não uniforme no espaço da união. Por outro lado, também teoricamente, através da política de coesão a UE ambiciona convergir os níveis de desenvolvimento dos seus Estados-Membros. A transferência de fundos de uns estados para outros teria, segundo esse pressuposto, impacto nas desigualdades entre países, minorando-as. Outra questão é se na prática se está ou não a verificar essa convergência. No fundo, o que se está a argumentar é que as ações da UE têm reestruturado, ou pelo menos pretendem reestruturar, o espaço social europeu, impactando as possibilidades e as condições de existência e de vida dos seus cidadãos. Além dos valores constantes do tratado da UE, o sistema cultural também tem sido reformulado em particular no domínio simbólico, com a institucionalização de uma bandeira, de um hino, assim como a própria moeda única, o euro (Forñas, 2012), embora não existam evidências de que esses símbolos estejam a reconfigurar o espaço de identidade europeia (Nelsen & Guth, 2016; Buscha, Muller & Page, 2017).

Existe um volume considerável de estudos que abordam algumas das componentes objetivas e subjetivas que compõem a coesão social. Por isso, encontram-se estabelecidas algumas relações entre algumas das componentes de coesão social e parte das dimensões relacionais aqui exploradas.

Do prisma da dimensão objetiva da coesão social, somam-se evidências empíricas das relações entre a estrutura externa distributiva, as desigualdades sociais, e essa dimensão de coesão. A estrutura relacional tem efeitos no conjunto de práticas transfronteiriças. São as categorias sociais de maiores capitais que mais práticas transfronteiriças realizam, tais como viajar para outro país da Europa e socializar com outros europeus (Fligstein, 2008; Recchi & Favell 2009; Recchi 2015). O efeito da estrutura revela-se não só dentro de cada um dos países, mas também entre países, evidenciando que é um fenómeno multinível (Delhey, Deutschmann & Cirlanaru 2015; Henriques, 2017). O espaço de práticas transfronteiriças é estratificado e limitado (Fligstein 2008; Kuhn 2015; Henriques, 2021).



Assim, apesar de a liberdade de circulação dentro da UE ter reformulado as possibilidades e os padrões de mobilidade intraeuropeia, apenas tem beneficiado uma parte das categorias sociais mais bem posicionadas na estrutura social. Por outro lado, se anteriormente as migrações eram caracterizadas principalmente por motivos económicos, passaram a incluir motivos não económicos entre os quais a autorrealização profissional e educacional, os estilos de vida alternativos, o amor, e a busca de melhor qualidade de vida (Gaspar, 2012; Koelet & de Valk, 2014). Estes novos modos de mobilidade resultaram na reestruturação do espaço de mobilidade intraeuropeia, passando a incluir as faixas etárias mais novas para estudar, as mais velhas para viver na reforma, assim como as mulheres. Tal é relevante no sentido em que os migrantes intraeuropeus tendem a revelar maiores níveis de identidade europeia (Recchi & Favell 2009; Kuhn, 2012; Recchi 2015). Se o estatuto de migrante envolve uma estadia prolongada no país de residência, também trabalhar ou estudar noutro país está associado a maior autoidentificação como europeu (Henriques, 2021). Segundo Henriques para avaliar a relação entre práticas transfronteiriças e identidade europeia é relevante distinguir um conjunto de aspetos que atuam de modo interligado, citando, a duração da estadia, o nível de integração em sistemas funcionais (económico e educacional), sistema social, e a temporalidade (presente ou passado) (Henriques, 2021). Por outras palavras, potenciais subdimensões de CS-UE encontram-se interligadas e intrincadas na configuração do espaço socioestrutural europeu.

Apesar da inclusão de novas categorias sociais nos padrões de mobilidade, esta continua estratificada e limitada. Por exemplo, segundo Sigalas (2010), os alunos Erasmus tendem a já ter viajado e vivido noutro país, assim como falar mais línguas estrangeiras, antes do Erasmus, revelando à *priori* um conjunto de disposições incorporadas e maiores níveis de capitais, pelo menos cultural. De facto, o campo de mobilidade de alunos Erasmus é estruturado, com os alunos a realizar o programa mais em países de proximidade cultural, económica e geográfica (Mol & Ekamper, 2015). Neste sentido os resultados do efeito do programa na identidade europeia são contraditórios. De um lado limitado e fraco (Mol, 2018), com outras investigações a revelarem impactos significativos (Mitchell, 2015). Neste último caso realçam-se mecanismos de mobilização cognitiva (Inglehart, 1970) onde aspetos como o tomar conhecimento sobre a Europa e a exposição a notícias europeias contribuem para esse impacto (Mitchell, 2015; Luhmann, 2017). As componentes objetivas de coesão social na UE, têm, assim, também uma relação com o espaço ideacional. O trabalho qualitativo de Scalise (2015) demonstrou que o grau de abertura ou fechamento face à Europa é determinado, em parte, pela estrutura distributiva de capitais económico, cultural e social, pela exposição a meios de comunicação social, redes de sociabilidade transnacionais, participação na vida sociedade civil europeia, e as experiências internacionais (Scalise, 2015). Daqui resulta que as representações sobre a Europa também estão relacionadas com a dimensão objetiva de coesão social, em concreto as práticas.

Do prisma da dimensão subjetiva da coesão social, as evidências empíricas têm sido produzidas tanto na disciplina sociológica como na ciência política. Fligstein (2008) demonstrou que as categorias sociais

de menor faixa etária, maior capital cultural educacional, e os grupos socioeconómicos de maior capital económico e situados no topo da hierarquia funcional, tendem a evidenciar mais sentimentos, representações e atitudes positivos face à Europa, e são as que mais se identificam como europeus. Os resultados em termos de identidade europeia foram confirmados por estudos posteriores (Kuhn, 2012; Recchi, 2015; Scalise, 2015). É também conhecido que as representações e atitudes sobre a Europa emergem a partir da intermediação dos contextos políticos, culturais, económicos e institucionais, e concebem-se a partir de narrativas multinível, surgindo da articulação entre os contextos e instituições locais, regionais, nacionais e transnacionais (Scalise, 2015). De facto, as instituições nacionais (McLaren, 2006; Verhaegen & Hooghe, 2013; Di Mauro & Memoli, 2015) e a satisfação com o funcionamento da democracia no país (McLaren, 2006) intermediam a relação entre os cidadãos e a UE. Quanto maior a confiança nas instituições nacionais maior a confiança nas instituições europeias, e maior o nível de sentimento de identidade europeia (Munoz et al., 2011; Armingeon & Ceka, 2014; Di Mauro, e Memoli, 2015; Ruelens, 2019). O mesmo sentido da relação é encontrado para a satisfação com o funcionamento da democracia no país. Ora, confiança nas instituições nacionais e satisfação com o funcionamento da democracia são duas das dimensões de coesão social nos países, ressaltando-se que a satisfação com a democracia também pode ser considerada como componente de bem-estar subjetivo. O que isto implica é que a UE não é vista propriamente como antagonista às instituições nacionais, o que de certa forma é análogo à evidência de que as identidades europeia e nacionais não são exclusivas mas de nível.

Existe, porém, alguma controvérsia na intermediação descrita acima. Alguns autores encontraram resultados divergentes, que dão lugar a dois tipos de intermediação. Por um lado, a intermediação acima descrita, de relação direta e de sentido positivo entre confiança nas instituições nacionais e europeias, é considerada como a hipótese da congruência (Muñoz, Torcal & Bonetz, 2011; Persson, Parker & Widmalm, 2019). Por outro lado, também existe a hipótese, com algumas evidências empíricas, de uma relação de compensação: quanto menos os cidadãos confiam nas instituições nacionais mais tendem a confiar nas instituições europeias (Muñoz, Torcal & Bonetz, 2011; Persson, Parker & Widmalm, 2019). Subsistem, então, evidências que sustentam ambas as hipóteses (Persson, Parker & Widmalm, 2019).

A evidência empírica da relação entre a confiança nas instituições europeias e desigualdades sociais é, contudo, ambígua. Ao nível macrossocial a revisão de literatura realizada por Ruelens (2019) é contundente: subsistem dados contraditórios e inconsistentes na literatura, alguns indicadores de desigualdade têm uma relação positiva e outros negativa, com diferenças entre os mesmos indicadores. Uma hipótese plausível é que a influência dos dados macrossociais, e principalmente socioeconómicos, como o PIB e a taxa de desemprego, tem uma relação dinâmica com os ciclos económicos. Por exemplo, entre vários estudos subsiste uma contradição na relação, às vezes positiva e outras vezes negativa, entre a taxa de desemprego e os níveis de apoio e confiança nas instituições europeias (Ruelens, 2019). Porém, os resultados são mais consistentes ao apontarem que quando a taxa de desemprego aumenta o apoio e a confiança diminuem (Gomes, 2015; Drakos, Kallandranis, & Karidis, 2019; Ruelens, 2019).

Quando o apoio às instituições europeias depende em parte do benefício da filiação do país à UE, os fatores associados denominam-se de utilitarismo sociotrópico (McLaren, 2006). Por outras palavras, diferenciação macrossocial tem na literatura da Ciência Política uma designação muito similar a utilitarismo sociotrópico. Por outro lado, quando o apoio de filiação do país à UE se relaciona com benefícios individuais, mais relacionados com as propriedades dos agentes, tal denomina-se de utilitarismo egocêntrico ou egotrópico (McLaren, 2006). Se por vezes são utilizadas questões diretas sobre as atitudes, outras vezes o utilitarismo egocêntrico é averiguado por intermédio das categorias sociais, como a escolaridade, grupos socioeconómicos ou rendimentos. Para que essa estratégia seja válida é necessário provar ou assumir quais são as categorias sociais mais ou menos beneficiadas pela integração europeia. De facto, como visto, do ponto de vista das práticas transfronteiriças os dados apontam para que sejam as categorias sociais mais favorecidas a beneficiar da integração europeia. Contudo, tal não exclui que outras categorias também sejam beneficiadas e que tenham essa perceção face a outros indicadores. Antes da crise económica e financeira de 2007/2008, McLaren (2006) encontrou relações modestas de utilitarismo egocêntrico entre os grupos socioeconómicos e os rendimentos com a perceção de benefício de filiação à UE, e concluiu que o utilitarismo sociotrópico terá maior preponderância. Todavia, muito se alterou no contexto económico com as consequências dessa crise, também se iniciou a crise dos refugiados, e aconteceu o Brexit, a crise pandémica covid e a guerra na Ucrânia.

É também importante destacar que uma das distinções mais usadas na ciência política para avaliar a relação vertical cidadãos instituições caracteriza-se entre apoio específico e apoio difuso (Easton, 1975). O primeiro considera a satisfação e apoio a políticas específicas e à situação contextual momentânea, não colocando em causa o regime e as instituições, mas políticas específicas. O segundo remete para o apoio ao regime e ao sistema, pois *“the briefest way of describing the primary meaning of diffuse support is to say that it refers to evaluations of what an object is or represents - to the general meaning it has for a person - not of what it does”* (Easton, 1975: 444), envolvendo uma relação de confiança vertical, entre cidadãos e instituições. Contudo, como Easton argumenta, se no apoio difuso o indivíduo está disposto a tolerar aspetos que sejam contrários ao seu benefício, ao contrário do apoio específico (Easton, 1975), e se a relação com a UE é maioritariamente utilitarista, presume-se que o apoio às instituições europeias tenha contornos híbridos de difuso e específico.

Dada a inconsistência dos dados de desigualdade macrossociais na explicação da relação entre cidadãos e UE, um conjunto de investigadores optou por confrontar as situações objetiva e subjetiva, comparando indicadores de PIB mas também da perceção da situação económica do país. É no seguimento dessas abordagens que se constata indícios de que a perceção do estado da situação poderá ser mais relevante que a situação em si, *“the perception of benefits is much more important than real life indicators”* (Verhaegen, Hooghe & Quintelier, 2014). O grau de identidade europeia e o apoio ao projeto europeu são menores quanto mais negativa é a avaliação da situação económica do país, sendo

a relação mais intensa com o caso do apoio ao projeto europeu (Verhaegen, Hooghe & Quintelier, 2014; Di Mauro & Memoli, 2015). Estas conclusões atribuem relevo à perspectiva utilitarista sociotrópica da relação entre cidadãos e UE, mas também constroem uma base para debater a relação entre desigualdades sociais com o bem-estar subjetivo, o último uma avaliação do estado da situação. De facto, estudos apontam que os votantes do Brexit pertencem maioritariamente à classe operária, aos menos qualificados, aos mais velhos, e sem antecedentes migratórios, mas também a quem demonstra menores níveis de bem-estar subjetivo (Goodwin & Heath, 2016; Alabrese et al., 2018). Porém a influência das propriedades dos agentes terá tido menor efeito no voto do Brexit que determinantes culturais (Alabrese et al., 2018; Abreu & Oner, 2020).

A bibliografia sobre a temática da UE é vasta e dificilmente se esgota, mas julga-se que o essencial está exposto e que é possível estabelecer uma conclusão principal e sintética desta seção, que confrontou o debatido nas seções teóricas com alguns resultados de investigações. Em síntese, a relação dos cidadãos europeus com a UE apresenta uma teia complexa de relações, quer entre dimensões distintas da vida social, quer entre diferentes níveis de análise, quer na interligação entre dimensões e níveis. Envolve aspetos objetivos e subjetivos das condições de existência e de vida, desigualdades sociais nas suas várias dimensões, aspetos culturais como as representações e valores, a intermediação de contextos e instituições locais, regionais, nacionais, e transnacionais e bem-estar. Em conclusão, esta breve revisão vai de encontro ao referencial teórico mobilizado na identificação das dimensões relacionais mais relevantes com as dimensões de coesão social na UE.

Parte II

# **METODOLOGIA**



## **2. Fundação da pesquisa**

Este capítulo reveste-se de particular importância no sentido em que estabelece os princípios metodológicos que vão orientar o trabalho empírico. A partir das questões de partida discutidas na introdução desta tese, e após revista a principal literatura sobre coesão social, e clarificado o estatuto do objeto sobre o qual se propõe avaliar a coesão social na União Europeia (CS-UE), é possível estabelecer as questões de investigação finais que guiam o trabalho empírico e avançar com as hipóteses de trabalho. Após essa etapa, é importante rever os principais aspetos metodológicos que guiaram os estudos mais recentes sobre coesão social, momento após o qual se estará em condições de apresentar o método de pesquisa proposto.

### **2.1 Questões de investigação e hipóteses**

Chegados a esta fase, a principal questão de investigação colocada de início mantém-se, ou seja, é legítimo avaliar a coesão social no espaço geopolítico da UE, pelo que o que se pretende saber é o grau de CS-UE e qual a sua configuração. Em segundo lugar, no capítulo 1 foi debatida a relação entre coesão social e algumas dimensões sociológicas de relevo, entre as quais, as desigualdades sociais, o bem-estar subjetivo, e o sistema cultural.

As desigualdades sociais constituem-se como as condições de existência e de vida objetivas que condicionam, limitam e capacitam a ação. Por outro lado, o bem-estar subjetivo, definido como a avaliação de uma situação, capta como as condições de vida são avaliadas pelo próprio sujeito. Então, do ponto de vista teórico-analítico, desigualdades sociais e bem-estar subjetivo integram a análise das relações entre a CS-UE e as condições de vida.

Na relação entre coesão social e o sistema cultural é predominante a referência à importância dos valores, uma vez que é frequente definir a primeira em termos de valores partilhados. Porém, uma vez que nesta tese é argumentado que os valores em si não definem a coesão social, mas que a promovem ou que são seu resultado, é útil incluir outros aspetos do sistema cultural na avaliação da coesão social. Refere-se em particular as representações sobre a UE, que permitem analisar diretamente o espaço ideacional com ligação direta ao objeto de coesão social. Assim, valores e representações da UE, constituem-se como uma parte do espaço ideacional do sistema cultural úteis para a análise da coesão social.

Além das condições de vida e do espaço ideacional, acrescenta-se uma terceira dimensão, a coesão social nacional (CS-nacional), uma vez que a relação entre os cidadãos e a UE é mediada pelos países (Di Mauro, 2015). É importante avaliar essa relação dado que os países são as principais subunidades constituintes da UE.

Em suma, as perguntas que orientam esta investigação são:

1. Como se configura e caracteriza a CS-UE?
2. Como se caracterizam as relações entre a CS-UE e as condições de vida objetivas e subjetivas?
3. Como se caracterizam as relações entre a CS-UE e o espaço ideacional dos valores e das representações?
4. Como se caracterizam as relações entre a CS-UE e a CS-nacional?

As hipóteses que de seguida são avançadas para cada uma das perguntas resultam da revisão de literatura do capítulo 1 e da revisão que será apresentada no capítulo 3. Por questões organizativas, apesar do capítulo 3 ser procedente julga-se útil avançar desde já com a lista de hipóteses, apresentando-se uma síntese dos principais argumentos.

Para responder à primeira pergunta são colocadas três hipóteses de trabalho (hipóteses 1a, 1b, e 1c).

Em primeiro lugar, a definição de coesão social defendida nesta tese estabelece que a mesma é caracterizada por um conjunto de relações verticais e horizontais entre os indivíduos, os grupos, e entre ambos e as instituições. Essas relações envolvem atitudes e práticas, e a pertença. Logo, é encarada como um fenómeno multidimensional, que tem tido evidência empírica (Dickes & Valentiva, 2012; Dragolov et al., 2012; Janning, 2016a; Janning, 2016b; Klavehn, 2016; Delhey et al., 2018). Então a primeira hipótese de resposta à pergunta 1 é:

*Hipótese 1a: A coesão social é um fenómeno multidimensional*

Em segundo lugar, os estudos sobre coesão social ao nível nacional demonstraram que os níveis de coesão social são distintos entre os países que compõem a UE28 (Dickes & Valentiva, 2012; Dragolov et al., 2012; Janning, 2016a; Janning, 2016b; Klavehn, 2016), o que resulta na elaboração de segunda hipótese de trabalho à pergunta 1:

*Hipótese 1b: a coesão social na UE tem configuração heterogénea no espaço europeu, sendo possível a definição de segmentos diferenciados a dois níveis: segundo os Estados-Membros e os cidadãos europeus.*

Em terceiro lugar, não foram encontrados estudos que comparem diretamente a influência de cada uma das dimensões relacionais. Mas Delhey et al. (2018) compararam a influência de aspetos de desigualdade social, bem-estar subjetivo, e valores ao nível societal, tendo concluído que dentro de cada uma dessas dimensões o efeito é distinto consoante os indicadores. Logo:

*Hipótese 1c: a coesão social na UE relaciona-se de modo variável com as dimensões relacionais das condições de vida, do espaço ideacional e da coesão social nacional.*



Para responder à segunda pergunta de investigação são estabelecidas duas hipóteses de trabalho. A primeira (hipótese 2a) diz respeito à relação entre as desigualdades sociais e a CS-UE, e a segunda (hipótese 2b) estabelece a relação entre bem-estar subjetivo e CS-UE.

Sabe-se que os níveis de identidade europeia são superiores nos mais qualificados, nas classes sociais de maior capital económico, nos homens, nos mais jovens nos imigrantes (Fligstein, 2008; Kuhn 2012; Recchi, 2015; Scalise, 2015). E também se sabe que essa caracterização é muito semelhante à dos votantes do Brexit (Goodwin & Heath, 2016; Alabrese et al., 2018), além de serem as categorias sociais que mais tendem a realizar práticas transfronteiriças no espaço europeu (Fligstein, 2008; Recchi & Favell 2009; Kuhn 2012; Kuhn, 2015; Mol & Ekamper, 2015; Recchi 2015; Mol, 2018; Henriques, 2021).

Numa ligação mais direta ao objeto de estudo, também subsistem evidências que a coesão social é maior nas classes sociais de maior hierarquia funcional e económica, e de menor vulnerabilidade e privação económica (Goubin, 2018; Vergolini, 2001a; Vergolini, 2011b).

Então, estabelece-se a seguinte hipótese:

*Hipótese 2a: a coesão social na UE tende a ser maior nos cidadãos pertencentes a categorias sociais de maiores posses de capitais, melhor posicionados na estrutura social, em menor privação, nos mais jovens, nos homens, nos imigrantes, e em residentes em áreas urbanas.*

É conhecido que os níveis de bem-estar tendem a ser maiores em sociedades de menor desigualdade social e em categorias sociais com maiores capitais (Moortel et al., 2015; Richard & Paskov, 2016; Lipps & Oesch, 2018; Akaeda, 2022; Benny et al., 2022).

E sabendo que foram encontradas evidências de que entre os votantes do Brexit se incluem os indivíduos com menor bem-estar subjetivo (Goodwin & Heath, 2016; Alabrese et al., 2018), além de que existe uma relação de sentido igual entre bem-estar subjetivo e alguns dos indicadores de coesão social, como a confiança interpessoal e nas instituições, e as redes de sociabilidade (Portela, Neira, & Salinas-Jiménez, 2013; Rodríguez-Pose & Berlepsch, 2014; Helliwell, Huang & Wang, 2016; Akaeda, 2022) estabelece-se a segunda hipótese de resposta à pergunta 2:

*Hipótese 2b: a coesão social na UE tende a ser maior quanto maior o bem-estar subjetivo.*

Para responder à terceira pergunta de investigação também são estabelecidas duas hipóteses de trabalho (hipóteses 3a e 3b).

Como defendido ao longo da revisão de literatura, diferentes valores podem estar associados a diferentes tipos de coesão social (Green, Janmaat & Han, 2009). Este argumento ganha força sabendo que nos países europeus maiores níveis de coesão social estão associados a valores democráticos e

pós-materialistas, e menores níveis de coesão social associam-se a valores religiosos e materialistas (Delhey et al., 2018). Segundo os mesmos autores nas sociedades asiáticas a coesão social é gerada por outros tipos de valores, como por exemplo de autoritarismo. O exposto conduz à seguinte hipótese:

*Hipótese 3a: a coesão social na UE está relacionada com valores, mas o sentido da relação depende do tipo de valores.*

Sabe-se que entre os europeus subsistem diversas representações do que significa a Europa: entre as principais listam-se as culturais, cívico-políticas e geográficas (Comissão Europeia, 2004; Bruter, 2005; Huyst, 2008; Holmes, 2009; Mihalcea et al., 2013; Royuela, 2020). Da relação entre as representações e os indicadores de coesão social, sabe-se que o nível de identidade europeia é superior quando predominam representações afetivo-culturais e cívico-políticas face a aspetos instrumentais (Henriques, 2020), o que dá lugar à seguinte hipótese:

*Hipótese 3b: a coesão social na UE está relacionada com as representações da UE, e tende a ser maior quanto mais associada a representações culturais e cívico-políticas, e menor quando associada a representações instrumentais.*

Para tentar responder à pergunta quatro desta investigação, alguns estudos apontam para a intermediação da relação entre os cidadãos e as instituições nacionais na relação entre os cidadãos e as instituições europeias (McLaren, 2006; Verhaegen & Hooghe, 2013; Di Mauro & Memoli, 2015). Contudo, a relação pode ter sentido distinto, sendo encontradas relações de congruência, o mesmo sentido, e de compensação, sentidos opostos (Muñoz, Torcal & Bonetz, 2011; Persson, Parker & Widmalm, 2019). Teoricamente também se pode argumentar que demasiada coesão social pode levar ao fechamento do grupo, como por exemplo elevados níveis de identidade nacional (Berman & Philips, 2004). Então, a relação entre a CS-nacional e a CS-UE não será linear, pelo que:

*Hipótese 4: a relação entre a coesão social na UE e a coesão social nacional não é linear e demonstra configurações distintas.*

Uma vez delineadas as perguntas de investigações e as hipóteses, para desenhar a pesquisa empírica que tentará responder essas questões, a seção 2.2 apresenta uma discussão dos métodos empregues em outros estudos de coesão social, e a seção 2.3 explana o método, os instrumentos e ferramentas que norteiam a pesquisa.

## 2.2 Pesquisa empírica sobre coesão social

Os estudos mais recentes de coesão social têm privilegiado uma abordagem quantitativa e uma perspectiva comparativa nacional, sendo, portanto, os estados nacionais a principal unidade de análise. Os instrumentos e as ferramentas aplicados dependem da definição de coesão social, em particular das suas dimensões constituintes. Por outras palavras, as fontes de dados e os métodos e técnicas de análise dependem das variáveis em estudo. Em todos os estudos consultados os dados recolhidos são secundários. Variáveis de caracterização societal, como as desigualdades sociais, crime, desenvolvimento, riqueza, entre outros, são coletadas de fontes administrativas, tais como das Nações Unidas, Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Organização Internacional do Trabalho (OIT), institutos nacionais de estatística, entre outros, tratando-se de variáveis macrosociais. Ao nível europeu são também usados dados do Eurostat, do *European Working Conditions Surveys* (EWCS), *European Quality of Life Survey* (EQLS), *UE Statistics on Income and Living Conditions* (UE-SILC), *UE Labour Force Survey* (UE-LFS), etc. Por outro lado, as variáveis representativas das dimensões de atitudes, valores e práticas tendem a ser coletadas de inquéritos internacionais, entre os quais o *World Values Survey* (WVS), *International Social Survey Programme* (ISSP), *Gallup World Poll* quando realizados em âmbito mundial, mas também o *European Social Survey* (ESS), *European Values Study* (EVS), Eurobarómetro, Afrobarómetro, Asiabarómetro, entre outros, quando realizados em termos de regiões-mundo, sendo os indicadores agregados aos níveis nacionais. Esta diferenciação de fontes e de tipo de dados, macro e micro, enforma os métodos e técnicas estatísticas utilizadas.

Propostas que incluem a conjunção de microdados agregados, provenientes de inquéritos e de dados administrativos são as de Berger-Schmidt (2002), Berman e Philips (2004), Green et al. (2009), Bertelsmann Social Cohesion Radar (Dragolov et al., 2012), Leininger et al. (2021). Exemplos de autores que propuseram somente trabalhar microdados de inquéritos internacionais são as de Chan et al. (2006), Acket et al. (2011), Dickes & Valentiva (2012), Schmeets e Coumans (2013), Langer et al. (2017).

Uma das propostas, e única encontrada na bibliografia, de medição de coesão social que foca a UE é a do *EU Cohesion Monitor*. Em linha com o entendimento sobre coesão social das instituições europeias, esta é composta por dois tipos, coesão social estrutural e coesão social individual. A primeira consiste nas relações entre países, portanto coesão ao nível macroestrutural<sup>14</sup>. A segunda consiste em

---

<sup>14</sup> A coesão social estrutural inclui cinco dimensões: resiliência, laços económicos, financiamento, integração de políticas, segurança. A resiliência corresponde a uma caracterização nacional de riqueza, dívida pública, pobreza, desemprego e desigualdade de rendimentos. Os laços económicos consideram as trocas comerciais e de serviços dentro da UE, e o peso dessas trocas no PIB. O financiamento corresponde à contribuição do país para o orçamento da UE e aos fundos da UE transferidos para o país. A integração de políticas considera o número de *opt-outs*, a transposição da legislação da UE na legislação nacional e o número de infrações ao mercado único.

coesão social tomando em consideração o espaço social da UE, mas não exatamente a perspectiva dos cidadãos. Inclui cinco dimensões: as experiências e a participação que correspondem à vertente objetiva de coesão social; e, as atitudes, a aprovação e as expectativas, que correspondem à vertente subjetiva.

A dimensão das experiências inclui tanto a configuração macro do espaço de mobilidade europeia, ou seja, a percentagem de cidadãos de outros países da UE a viver no país, a população a viver perto de fronteiras da UE, a participação em intercâmbios de estudantes na UE, viagens a outros países da UE, a socialização com outros cidadãos europeus, assim como o ranking na liberdade de imprensa do país. Ora, logo a partir desta dimensão compreende-se que tanto existem macrodados como microdados agregados, assim como variáveis de caracterização dos países e das práticas dos cidadãos. Subsiste alguma confusão entre níveis de análise e na própria relação teórica entre indicadores. Por sua vez, a dimensão da participação inclui a taxa de participação nas eleições para o PE, mas também a percentagem de votos em partidos anti UE em eleições europeias e nacionais. Aqui, considera-se útil a distinção na qualidade do voto, e não somente a medição da taxa de votação, o que é consistente com o argumento de que a medição da coesão social a partir da participação pública deve ter em consideração a qualidade, os objetivos, e a ligação com o objeto da mesma.

Na dimensão das atitudes são considerados a confiança na UE, a imagem da UE, a defesa dos interesses nacionais na UE, identidade europeia, o sentimento de ligação à UE, e a satisfação com a democracia na UE. Todos são potenciais indicadores na dimensão das relações verticais entre cidadãos e instituições, segundo a perspectiva da tese aqui apresentada. A quarta dimensão proposta pelo *EU Cohesion Monitor*, a aprovação, mede o apoio dos cidadãos da UE em aspetos de integração, como a área de comércio livre, a união monetária, a política comum externa, a política comum de defesa e segurança, e a política de migrações. Ora, como visto no capítulo anterior estas são quatro subdimensões de integração europeia onde os estados nacionais aceitaram transferir parte da sua soberania para as instituições europeias. Por último, a dimensão das expectativas constituiu-se das expectativas na vida em geral, na situação do emprego pessoal, na situação financeira do agregado familiar, na situação económica do país, na situação económica da UE e no otimismo em relação ao futuro da UE. O primeiro aspeto a analisar é o de que os indicadores correspondem a três níveis distintos, pessoal, nacional e europeu. O segundo aspeto é que os indicadores correspondem à avaliação da situação de sistemas sociais funcionais como a economia ou o mercado de trabalho, podendo confundir-se com bem-estar subjetivo. A exceção é o otimismo no futuro da UE. São, aliás, indicadores de bem-estar segundo a argumentação apresentada no capítulo teórico, com a distinção de que em detrimento de avaliar a situação atual avaliam a expectativa do futuro.

Conclui-se que o *EU Cohesion Monitor* apresenta um conjunto de dimensões e de indicadores de CS-UE relevantes, úteis, mas que devem ser aplicados com maior rigor empírico-analítico,

---

Por último, a segurança corresponde a indicadores de participação e envolvimento em ações conjunta no âmbito da NATO, NU, OSCE, entre outros.

nomeadamente na relação entre níveis de análise, e entre as unidades de análise a que os indicadores respeitam. Também se verifica que pelo menos a dimensão de resiliência da coesão social estrutural pode ser uma das dimensões relacionais, fatores ou consequência, de maior ou menor coesão social ao nível dos cidadãos. Neste sentido, é útil a distinção entre coesão social estrutural e individual, pois permite analisar as relações entre ambas. Por último menciona-se que os indicadores subjetivos são recolhidos do Eurobarómetro, enquanto os da vertente objetiva têm fontes variadas, além do Eurobarómetro, também o Eurostat, o Conselho Europeu, os *Reporters Without Borders*, entre outros.

Dado os exemplos teóricos e empíricos da operacionalização de coesão social, é importante refletir epistemologicamente se a coesão social é um fenómeno real, não observável em si mas latente e que se manifesta num conjunto observável de características (e.g. confiança, identidade), ou se, por outro lado, é uma construção teórica (Janmaat, 2011). Janmaat (2011) e Dragolov et al. (2012) denominam a primeira abordagem de reflexiva, que, no fundo, recorre a um conjunto de técnicas estatísticas para determinar o fator comum entre um conjunto de variáveis correlacionadas. Por este motivo, a principal técnica empregue é a Análise Fatorial Exploratória (AFE), cujo objetivo é o de captar a estrutura de um conjunto de dados e construir escalas de medida desses fatores que sintetizem essa estrutura (Marôco, 2014). Por outro lado, no segundo caso, de construção teórica, apenas a combinação das suas subdimensões forma o fenómeno. Neste caso, de acordo com Janmaat (2011) uma vez que os indicadores não precisam de estar correlacionadas a coesão social pode ter configurações distintas de sociedade para sociedade, distinguindo-se perfis de coesão social. Porém, é possível a concomitância de ambas as perspetivas numa mesma abordagem empírica ao fenómeno de coesão social, tal como foi elaborado por Dragolov et al. (2014), o que leva à construção de fatores de primeira e de segunda ordem através de critérios distintos.

## **2.3 Método**

Esta investigação tem seguido uma abordagem dedutiva, ou seja, partiu de uma revisão e construção teórica que orientam a construção das questões, e hipóteses, de trabalho e do desenho de pesquisa. É importante ressaltar que a escolha do método de pesquisa é efetuada com os principais critérios de responder aos objetivos propostos e de se ajustar aos recursos disponíveis, não tendo por base uma preferência epistemológica.

Tal como para os estudos mais recentes, precedentes e consultados, sobre coesão social o método aplicado neste trabalho é o quantitativo, método privilegiado numa abordagem de investigação dedutiva (Bryman, 2012). Recorre-se a dados secundários, o que se adapta aos recursos disponíveis, pois seria impossível recolher dados primários à escala em estudo. Esta opção permite a recolha de dados face ao objeto em análise, a UE, e segundo os principais grupos de interesse, os Estados-Membros-. ou seja, também se enquadra aos objetivos propostos. Entre os objetivos realça-se identificar e quantificar padrões de CS-UE e as relações entre as suas várias dimensões, assim como com as desigualdades

sociais, o bem-estar subjetivo, a CS-nacional, as representações da UE e os valores. Também se pretende a generalização dos resultados à população, e não apenas à amostra, o que exige o recurso a métodos e técnicas estatísticas, não só de carácter descritivo, mas também de carácter inferencial, logo é fundamental o acesso a uma amostra representativa. Em particular, o tipo de desenho de pesquisa é transversal, o que permite divisar relações entre variáveis, ou seja, padrões de associações (Bryman, 2012), justificando a sua adequabilidade aos objetivos do estudo.

Porém, o método quantitativo também tem limitações e algumas desvantagens. Por exemplo, a avaliação da validade de um questionário não é consensual nas ciências sociais. No caso de uma abordagem quantitativa, onde o questionário é padronizado, a interpretação das perguntas, e das possibilidades de resposta, é livremente realizada pelos inquiridos. Segundo Iarossi, “a forma como uma pergunta é formulada pode levar o respondente a uma ou outra resposta”, sendo que “esse efeito pode ser significativo, na ordem de até 30% de mudanças de atitude” (Iarossi, 2011: 23-24). No caso de uma abordagem qualitativa, onde o questionário é flexível, estabelece-se um diálogo entre entrevistador e entrevistado, tentando-se transmitir o mesmo significado da pergunta a diferentes entrevistados (Iarossi, 2011: 262). Adicionalmente, o recurso a dados secundários recolhidos através de questionários concebidos para finalidades não exatamente coincidentes com os objetivos da investigação, levanta sempre a reflexão do quanto os indicadores selecionados refletem o conceito que realmente estão a medir (Bryman, 2012). Acresce que em inquéritos internacionais e transnacionais os questionários são traduzidos para cada uma das línguas oficiais dos países onde são realizados, pelo que a própria tradução e o significado de cada conceito em cada um dos idiomas pode não ser necessariamente coincidente. Qualquer escolha de método não é, portanto, uma solução perfeita, mas a mais adequada. O importante é que a opção tomada seja a que conduza ao benefício mais equilibrado face às alternativas, sendo igualmente relevante a consciência das suas limitações.

Se a escolha do método não é uma preferência epistemológica, também não é influenciada por uma posição ontológica da realidade social. O próprio modelo de análise considera dimensões de realidade objetivas e exteriores ao indivíduo que se relacionam com a CS-UE, mas também considera a realidade subjetiva, o que está por trás da decisão de medir coesão social a partir da perspetiva do indivíduo. Embora o método quantitativo seja padronizado, a construção das próprias questões e das opções de respostas é sempre um processo em atualização fundando também no conhecimento adquirido pelos resultados obtidos por pesquisas que empregaram metodologias qualitativas, bebendo, portanto, de perspetivas epistemológicas interpretativistas e ontológicas construtivistas.

### 3. Dados e operacionalização de conceitos e dimensões

Este capítulo discute os aspetos operatórios e analíticos da investigação. Em primeiro lugar são apresentadas as fontes de dados, e em segundo lugar são explanadas as operacionalizações dos conceitos de CS-UE e das dimensões relacionais, respetivamente. Em último lugar, são discutidos o modelo de análise e a estratégia de análise de dados, onde se incluem várias etapas.

A informação adicional técnico-estatística referente à operacionalização da CS-UE e das dimensões relacionais, em particular os quadros e figuras, encontra-se no anexo A.

#### 3.1 Fonte de dados

Nos estudos recentes de coesão social os dados têm sido de natureza administrativa, ou de inquéritos internacionais ou transnacionais à população. Ora, como a definição de coesão social aqui adotada parte da unidade básica do indivíduo, a principal escolha recai por recolher dados ao nível dos inquéritos por questionário. Também se recolhem dados administrativos para um conjunto de variáveis macrossociais.

O inquérito por questionário é um instrumento de recolha de dados que pode possibilitar uma generalização dos resultados (Ghiglione & Matlon, 1992). Para escolher o inquérito, foram analisadas as questões de vários inquéritos à escala europeia, ESS, EVS, Eurobarómetro, e mundial, ISSP, WVS, concluindo-se que o mais abrangente das dimensões de análise de CS-UE, tal como proposta neste estudo, é o Eurobarómetro. Acresce que o Eurobarómetro é realizado em todos os países da união, pelo que permite incluir todos os principais grupos de interesse, o que não se verifica nos outros dois inquéritos. A grande maioria dos estudos que convocam as dimensões em análise de CS-UE, no contexto europeu, também recorrem maioritariamente a este inquérito pelo que potencia a comparabilidade das metodologias e dos resultados. O recurso a um inquérito transnacional apresenta também a vantagem de ser um instrumento testado e validado ao longo de várias versões do inquérito. O Eurobarómetro é um inquérito para o qual a consistência dos resultados é testada, à partida é fiável. Adicionalmente a realização diacrónica do inquérito permite corrigir e reforçar essa fiabilidade. Contudo, ao recorrer-se a um instrumento não desenhado propositadamente para esta investigação, e para o qual se desconhece o processo que levou à chegada das questões colocadas aos inquiridos, apenas é tangível avaliar em parte da sua extensão a qualidade da consistência interna dos resultados uma vez que se desconhece se algumas questões pretendem ou não medir o mesmo conceito (Bryman, 2012; Iarossi, 2011).

O Eurobarómetro é um inquérito de opinião sob a tutela da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu, e realizado nos Estados-Membros e países candidatos à UE desde 1974, e esporadicamente noutros territórios. Pretende captar as opiniões e atitudes face à UE e às suas instituições, a assuntos políticos e sociais. Atualmente é composto por quatro modelos de inquérito: o regular (*standard*), o especial (*special*), o *flash* e o qualitativo. Os mais relevantes são o regular e o especial, sendo o regular

realizado duas vezes por cada ano civil, na primavera e outono, com o objetivo de captar a evolução diacrónica das principais atitudes face à UE e a assuntos sociopolíticos. Foram analisados os inquéritos do Eurobarómetro entre 2016 e 2020, e efetuada uma lista de potenciais indicadores de CS-UE. Sendo que nem todas as questões estão presentes em todas as versões do inquérito, foi escolhida a versão mais equilibrada, que disponha de um maior número de indicadores possíveis, mas que também incluía as questões mais frequentes no inquérito de modo que a análise e os resultados possam ser explorados e comparados face a versões posteriores ou mesmo anteriores. Por outras palavras, um dos critérios de seleção da versão do questionário foi o de replicabilidade do estudo, não para obter resultados semelhantes, mas para os confirmar por parte de outras equipas de investigação ou para analisar a sua evolução.

A versão selecionada é a do Eurobarómetro 91.5<sup>15</sup>, onde o trabalho de campo foi realizado entre sete de junho e um de julho de 2019. O universo é definido pelos indivíduos com cidadania da UE e residentes nos Estados-Membros, com pelo menos 15 anos de idade. O inquérito também é aplicado nos países candidatos a juntarem-se à união (Turquia, Macedónia do Norte, Montenegro, Sérvia, Albânia e Chipre Turco). Não obstante, nem todas as questões aos residentes de países membros são colocadas aos residentes nos países candidatos, o que eliminou qualquer hipótese de refletir sobre a possibilidade de abranger os últimos no estudo.

A amostra é probabilística, e desenhada através de um método de estratificação, sendo retiradas amostras aleatórias independentes de cada estrato por intermédio de amostragem aleatória simples ou sistemática, sendo representativa e permitindo a generalização dos resultados ao nível de cada estado-membro. A principal variável de estratificação é a região, NUTS I ou NUTS II consoante os Estados-Membros. A unidade de análise é o indivíduo. A técnica de recolha é presencial, através de entrevista por questionário. No total foram validados 32 524 casos (indivíduos entrevistados), totalizando todos os países, dos quais 27 464 são de Estados-Membros, constituindo estes últimos a amostra utilizada neste estudo. A amostra mínima por país é de 1000 casos, com exceção de Malta, Luxemburgo e Chipre com uma amostra mínima de 500 casos. Também se ressalva a especificidade da Alemanha, onde são entrevistados pelo menos 1000 casos no território da antiga República Federal Alemã (Alemanha Ocidental), e pouco menos de 500 na zona da antiga República Democrática Alemã (Alemanha Oriental). Até 2018 a amostra do Reino Unido era separada entre os territórios da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, mas a partir do Eurobarómetro 89.2 e até à saída do Reino Unido da união, passou a aplicar-se uma única amostra para os dois territórios.

---

<sup>15</sup> Acedido *online* a partir da plataforma GESIS (<https://www.gesis.org/en/eurobarometer-data-service/home>)



## 3.2 Operacionalização do conceito de coesão social na União Europeia

A CS-UE é operacionalizada por intermédio de um conjunto de dimensões, teoricamente orientadas, que representam a multidimensionalidade do problema. Após a seleção de um conjunto vasto de variáveis potencialmente indicadores de CS-UE, foram efetuadas análises de componentes principais (ACP) categoriais (ACPCat). Esta técnica permite reduzir a multidimensionalidade, criando novas variáveis compósitas, baseado nas correlações existentes e detetar/excluir as variáveis não correlacionadas, otimizando o problema da redundância e do volume de informação. Em linha com os objetivos do inquérito o maior número de variáveis reporta a relações verticais, cidadãos-instituições, e a variáveis de carácter subjetivo. Foi, contudo, também possível operacionalizar as relações horizontais, assim como aspetos subjetivos e objetivos de coesão social. Para facilitar a compreensão, o resultado da operacionalização da CS-UE é apresentado no Quadro 3.1.

Quadro 3.1 – Dimensões e subdimensões de coesão social na UE

<b>Dimensão</b>	Relações horizontais	Relações verticais	Pertença	Práticas (transfronteiriças)
<b>Subdimensões</b>	Reconhecimento Aceitação	Confiança Legitimidade Filiação	Pertença	Não integrativas Integrativas

Para um entendimento da classificação das dimensões e subdimensões de CS-UE, que será usado ao longo da tese, esclarece-se o seguinte:

- a) a vertente subjetiva de CS-UE é composta pelas relações horizontais, as relações verticais e a pertença;
- b) dentro da vertente subjetiva as relações horizontais e verticais correspondem a atitudes, mas não a pertença. Portanto, a vertente subjetiva compõe-se por atitudes e pela pertença;
- c) a vertente objetiva de CS-UE corresponde às práticas transfronteiriças.

### 3.2.1 Relações Horizontais

A dimensão horizontal de coesão social é operacionalizada através de duas subdimensões, o reconhecimento e a aceitação, Quadro 3.2.

Quadro 3.2 – Subdimensões das relações horizontais de coesão social na UE

	Questão	Tipo de variável	Categorias
<b>Reconhecimento</b>			
QB5	Para cada uma das seguintes afirmações, diga-me se pensa ser uma coisa boa, uma coisa.		
QB5.1	O direito dos cidadãos da UE de viver em todos os Estados-Membros da UE	Ordinais de 3 pontos	Má; Nem uma coisa boa nem má; Uma coisa boa.
QB5.2	O direito dos cidadãos da UE de trabalhar em todos os Estados-Membros da UE		
QB5.3	O direito dos cidadãos da UE de viver no “país”		
QB5.4	O direito dos cidadãos da UE de trabalhar no “país”		
<b>Aceitação</b>			
QB3	Diga-me se cada uma das seguintes afirmações lhe transmite uma sensação positiva ou negativa.	Ordinal de 4 pontos	Muito negativa; Negativa; Positiva; Muito positiva.
QB3.1	Imigração de pessoas provenientes de outros Estados-Membros da UE		

Fonte: Eurobarómetro 95.1

O reconhecimento é uma subdimensão resultante de uma ACPCat e composto por quatro variáveis que questionam a opinião sobre os direitos dos cidadãos europeus de outros países a viver ou trabalhar na UE ou no próprio país. Questionando sobre o direito, ou seja, a perspetiva perante a lei e a cidadania, esta subdimensão representa o lado formal, denominando-se por isso de reconhecimento. A subdimensão é calculada pela média aritmética das respostas às quatro variáveis, com um mínimo de três respostas válidas, ou seja, apenas é permitido uma não resposta ou valor omissivo. A opção pela média aritmética em detrimento das pontuações da ACPCat prende-se a dois motivos: o primeiro é o de manter a legibilidade da ordem de grandeza da subdimensão numa escala interpretável, e o segundo é teórico, pois considera-se preferível atribuir o mesmo peso a todas as variáveis, uma vez que teoricamente nenhuma tem protagonismo sobre as outras. A escala é uniformizada de 0 (Não reconhece) a 1 (Reconhece totalmente).

A segunda subdimensão das relações horizontais, ao questionar se é positiva ou negativa a imigração de outros cidadãos da UE, envolve mais uma perspetiva informal de relação horizontal. A subdimensão de aceitação é operacionalizada através de uma única variável.

Infelizmente o Eurobarómetro só tem questionado em edições especiais se os indivíduos tendem ou não a confiar nos outros cidadãos da UE. Esta seria uma subdimensão de CS-UE importante neste estudo. Ressalva-se que as subdimensões de reconhecimento e aceitação, apesar de horizontais, também captam a relação entre membros de diferentes grupos, neste caso entre países.

### 3.2.2 Relações Verticais

A dimensão das relações verticais de coesão social é operacionalizada através de três subdimensões: a confiança, a legitimidade e a filiação, Quadro 3.3.

Quadro 3.3 – Subdimensões das relações verticais de coesão social na UE

Questão	Tipo de variável	Categorias
<b>Confiança</b>		
QA6a	Nominal dicotómica	Tende a não confiar;
QA6a.10		Tende a confiar.
QA14	Nominais dicotómicas	Tende a não confiar;
QA14.1		Tende a confiar.
QA14.2		
QA14.3		
<b>Legitimidade</b>		
QA7	Ordinal de 5 pontos	Muito negativa; Negativa; Neutra; Positiva; Muito positiva.
QA19	Ordinal de 4 pontos	Muito pessimista; Pessimista; Otimista; Muito otimista.
QA17b	Ordinal de 4 pontos	Nada satisfeito; Pouco satisfeito; Satisfeito; Muito satisfeito.
QA18a	Ordinal de 4 pontos	Discorda totalmente;
QA18a.2		Tende a discordar; Tende a concordar; Concorda totalmente.
<b>Filiação</b>		
QA18a	Ordinal de 4 pontos	Discorda totalmente;
QA18a.5		Tende a discordar; Tende a concordar; Concorda totalmente.

Fonte: Eurobarómetro 95.1

A confiança corresponde à confiança nas instituições europeias mais importantes e conhecidas. De um conjunto inicial de seis instituições (UE, CE, PE, BCE, Conselho Europeu, Conselho da União Europeia) listadas no Eurobarómetro 95.1 selecionaram-se quatro. O critério de seleção foi efetuado através de uma outra questão: se os inquiridos já tinham ou não ouvido falar de cada uma dessas instituições, tendo sido eliminadas as que tinham elevado número de respostas negativas e não sabe/não responde, em concreto o Conselho Europeu e o Conselho da UE. Este exercício resultou na seleção da confiança na UE, na CE, no PE e no BCE. Uma vez comprovada a correlação e unidimensionalidade destes quatro itens através da ACPCat, a subdimensão de confiança foi calculada pela soma do número de itens, resultando numa variável ordinal de cinco pontos, tendo sido uniformizada numa escala de 0 (tende a não confiar) a 1 (tende a confiar).

A subdimensão da legitimidade resulta do índice compósito constituído pela imagem da UE, o funcionamento da democracia na UE, se os interesses do país são defendidos na UE, e o otimismo em relação ao futuro da UE. Estes indicadores são também utilizados no *EU Cohesion Monitor*, como verificado, sob a dimensão de atitudes, à exceção do otimismo em relação ao futuro da UE onde está

incluída na dimensão das expectativas. Contudo, a ACPCat demonstra que as variáveis representam uma mesma dimensão, que neste trabalho se entende denominar por legitimidade. Uma vez que as variáveis ordinais têm escalas distintas não é verosímil aplicar à subdimensão de legitimidade o critério da média aritmética. Por tal, optou-se por usar as pontuações da ACPCat, onde o valor zero representa a média aritmética das respostas.

O indicador que questiona se o respetivo país poderia enfrentar melhor o futuro fora da UE, é a questão mais próxima a um indicador da atitude, e da intenção de voto, para o país permanecer ou abandonar a união. Trata-se, portanto, de um indicador importante, na medida em que reflete a predisposição para a ação, denominando-se por filiação esta subdimensão de CS-UE, de relação vertical. Para refletir a opinião de que o país ficará melhor dentro da UE, ou seja, que se pretende a filiação na UE, a escala desta questão foi invertida e uniformizada, de 0 (Discorda totalmente) a 1 (concorda totalmente).

### 3.2.3 Pertença

A terceira dimensão de CS-UE operacionalizada é a Pertença, composta por quatro variáveis: sentimento de ligação à UE, sentimento de ligação à Europa, sentimento de cidadania da UE, sentimento de felicidade em viver na UE, Quadro 3.4.

Quadro 3.4 – Subdimensão da pertença de coesão social na UE

Questão		Tipo de variável	Categorias
<b>Pertença</b>			
QD1a	Em que medida se sente ligado(a) a...	Ordinais de 4 pontos	Nada ligado; Pouco ligado; Ligado; Muito ligado.
QD1a.3	À Europa		
QD1a.4	À União Europeia		
QD2	Diga-me por favor em que medida corresponde ou não à sua opinião pessoal.	Ordinal de 4 pontos	Não, certamente que não; Não, em parte não; Sim, em parte sim; Sim, certamente que sim.
QD2.1	Sente-se cidadão da UE.		
QD12	Em que medida concorda ou discorda com...?	Ordinal de 4 pontos	Discorda totalmente; Tende a discordar; Tende a concordar; Concorda totalmente;
QD12.1	Está feliz a viver na UE?		

Fonte: Eurobarómetro 95.1

De acordo com a ACPCat, uma quinta variável, a autocategorização, também é parte subdimensão desta dimensão. Contudo, uma vez que as primeiras quatro variáveis são ordinais e a autocategorização é nominal<sup>16</sup>, optou-se por excluir a última, o que permitiu construir uma subdimensão de pertença com base na média aritmética das outras quatro questões. A média foi calculada de acordo com os mesmo

<sup>16</sup> A questão é: “Como é que se vê?” Opções de resposta: Unicamente ‘nacionalidade’; Primeiro ‘nacionalidade’ e depois europeu; Primeiro europeu e depois ‘nacionalidade’; Unicamente europeu; Nenhum; Recusa; Não sabe/não responde.

critérios e motivos mencionados para as subdimensões de reconhecimento e de confiança. A escala é uniformizada de 0 (pertença baixa) a 1 (pertença alta).

### 3.2.4 Práticas transfronteiriças

A vertente objetiva de coesão social foi operacionalizada em duas subdimensões, práticas transfronteiriças não integrativas e práticas transfronteiriças integrativas, Quadro 3.5. Adiante, por simplicidade, serão mencionadas como práticas não integrativas e práticas integrativas, respetivamente.

Quadro 3.5 – Subdimensões das práticas transfronteiriças de coesão social na UE

Questão	Tipo de variável	Categorias
QD11	-	-
<b>Práticas transfronteiriças não integrativas</b>		
QD11.1		
QD11.2	Nominais	Não beneficiou;
QD11.3	dicotómicas	Beneficiou.
QD11.5		
<b>Práticas transfronteiriças integrativas</b>		
QD11.4		
QD11.6	Nominais	Não beneficiou;
QD11.7	dicotómicas	Beneficiou.
QD11.8		

Fonte: Eurobarómetro 95.1

As práticas não integrativas correspondem a quem beneficiou de itens que não implicam necessariamente viver, trabalhar, estudar ou ter cuidados de saúdes noutros estado-membro, pois estes aspetos caracterizam as práticas integrativas. Assim, as práticas não integrativas incluem quem beneficiou de menor controlo de fronteiras, melhoria dos direitos dos consumidores na UE, custos mais baixos das comunicações na UE, e direitos no transporte aéreo. Esta categorização das práticas transfronteiriças resultado da ACPCat também tem sustentação teórico-empírica que será debatida nos resultados. Ambas as subdimensões foram calculadas pela soma do número de itens uma vez que não existem valores omissos em nenhuma das variáveis, resultando em duas subdimensões ordinais de cinco pontos, tendo sido uniformizados de 0 (nenhuma prática) a 1 (máximo de práticas). Infelizmente, nesta versão do Eurobarómetro não está presente a questão, “Relacionou-se socialmente com pessoas de outro país da União Europeia”, que seria o indicador mais próximo a redes de sociabilidade transfronteiriças. Esta questão foi questionada em 2017 no Eurobarómetro 87.3. Apesar de não identificar se a sociabilidade teria ocorrido no próprio país do entrevistado ou num outro estado-membro, a questão “Nos últimos 12 meses o Sr./Sra. visitou outro país da União Europeia?” poderia complementar, em parte, a leitura do tipo de práticas. Adicionalmente, a questão, “Utilizou a internet para comprar um produto ou um serviço de outro país da UE” poderia também complementar a leitura das práticas

transfronteiriças medindo uma prática formal de índole comercial, instrumental. Deste modo, neste trabalho não é possível medir diretamente e com rigor a participação em redes de sociabilidade, mas é possível obter uma aproximação a práticas que envolvem interação com pessoas de outros Estados-Membros.

Além do critério técnico-estatístico a tipologia de práticas escolhida encontra semelhanças e pontos de contacto a outras tipologias presentes na literatura, como a de Recchi que propôs uma tipologia de mobilidade baseada em “*high permanence*”, estadias de longo e médio termo (trabalhar, estudar, viver), e “*low performance*”, estadias de curta duração e visitas sem pernoita (férias, compras, etc) (Recchi, 2014; Rechhi, 2015; Recchi & Salamońska, 2019). As primeiras sobrepõem-se em larga medida às práticas integrativas, e as segundas a práticas não integrativas. Adicionalmente, a tipologia proposta nesta tese foi operacionalizada por Henriques, com ligeiras distinções, revelando capacidade explicativa e relacional com outras dimensões de CS-UE (Henriques, 2021).

### **3.3 Operacionalização dos conceitos sociológicos relacionais**

De acordo com as perguntas que orientam esta investigação, serão testadas as relações entre a CS-UE e cinco dimensões relacionais: as desigualdades sociais, o bem-estar subjetivo, os valores, as representações da UE, e a CS-nacional.

#### **3.3.1 Desigualdades sociais**

Do prisma teórico, como estrutura relacional e distributiva, as desigualdades sociais têm um lugar de relevo num modelo de análise metateórico da teoria social. No âmbito particular desta tese, considera-se que essa estrutura externa se relaciona com o objeto em estudo, a CS-UE. Sendo um fenómeno social multidimensional (Costa, 2012), a operacionalização das desigualdades sociais envolve uma primeira questão: que desigualdades se relacionam com a CS-UE? Para obter uma primeira resposta adota-se a proposta de desigualdades categorias de Charles Tilly, onde as desigualdades se manifestam entre diferentes categorias sociais (Tilly, 2005). Porém, esta resposta levanta uma outra questão: entre que categorias? Além de substantiva a escolha também tem de respeitar as categorias presentes no questionário ou as categorias passíveis de construir. Um conjunto dessas categorias enquadra-se nas desigualdades de recursos e oportunidades, tal como definido por Therborn (2010; 2013). Entre elas, encontram-se as classes através dos grupos socioeconómicos, a escolaridade, a condição perante o trabalho, privação monetária, privação material, e uso de internet. Enquanto as classes representam um eixo fundamental da estrutura social, e são o indicador mais próximo de capital económico presente no questionário, a escolaridade é um indicador de capital cultural, embora este último também com uma relação relevante com o capital económico. Ambas sinalizam a posição na estrutura social, captando contextos de vida. Estudos que focaram o conceito de coesão social, embora por vezes a partir de operacionalizações que suscitam algumas dúvidas como debatido no capítulo 1, demonstram que em

países europeus subsiste uma relação positiva entre coesão social e as classes sociais de maior hierarquia funcional e económica (Vergolini, 2011a; Vergolini, 2011b). No sentido oposto verifica-se uma relação negativa entre coesão social e vulnerabilidade económica e privação económica (Vergolini, 2011a; Vergolini, 2011b; Goubin, 2018). De um ponto de vista macrosocial Delhey e outros (2018), concluíram que a relação entre coesão social com o PIB é positiva e transversal a várias sociedades no mundo, enquanto a desigualdade de rendimento dentro dos países tem relação negativa nas sociedades europeias, mas não nas asiáticas, ou seja, fatores culturais medeiam essa relação. Adicionalmente nas sociedades europeias a coesão social também tem relação positiva com o *Knowledge*<sup>17</sup> do Banco Mundial, revelando uma ligação com o tipo de estrutura económica (Delhey et al., 2018).

Importante para a análise empírica é a capacidade explicativa das categorias construídas. A categorização do social é uma ferramenta teórico-operatória, não é a realidade em si. O Quadro 3.6 apresenta os indicadores de desigualdades sociais selecionados.

A origem pretende averiguar a distinção nos resultados de CS-UE entre nativos e migrantes intraeuropeus. Intrinsecamente ambos detêm trajetórias de vida distintas, que envolvem diferentes experiências de vida. É expectável uma relação positiva e significativa entre a origem e as práticas transfronteiriças. Da literatura revista no capítulo 1, é conhecida a relação entre as experiências de mobilidade e outros indicadores de CS-UE, nomeadamente a identidade europeia. Os migrantes tendem a demonstrar maiores níveis de identidade europeia. Neste trabalho, quando os indivíduos residem no mesmo país da sua nacionalidade são classificados de nativos, e quando os dois países são diferentes são classificados de migrantes.

As faixas etárias é um dos indicadores mais usados em desigualdades sociais. Não só sinalizam diferentes fases de vida, que moldam as oportunidades, como também têm demonstrado capacidade explicativa em estudos de mobilidade intraeuropeia e de identidade europeia. As faixas etárias operacionalizadas são: dos 15 aos 24 anos, dos 25 aos 34 anos, dos 35 aos 44 anos, dos 45 aos 54 anos, dos 55 aos 64 anos, 65 ou mais anos.

O tipo de lugar de residência capta a relação da CS-UE com o espaço físico-social. Esse espaço poderá limitar e capacitar diferentes possibilidades de práticas, como por exemplo nas cidades será mais provável as práticas de interação social com cidadãos estrangeiros. Neste trabalho as categorias originais são reclassificadas: zona rural ou aldeia é categorizada como zona rural; cidade pequena ou vila é classificada como zona semiurbana; e, cidade grande é classificada como zona urbana.

---

<sup>17</sup> O *Knowledge Index* mede o progresso económico numa perspetiva estrutural e tecnológica, procurando captar a sociedade do conhecimento. É constituído por indicadores de educação, inovação, tecnologias da informação e comunicação (Delhey et al., 2018)

Quadro 3.6 – Indicadores de desigualdades sociais

Questão		Tipo de variável	Categorias originais
<b>Origem</b>			
	Nacionalidade País de residência (país do inquérito)	Nominais	País
<b>Género</b>			
D10	Sexo	Nominal	Feminino; Masculino.
<b>Faixas etárias</b>			
D11		Quantitativa	-
<b>Tipo de lugar</b>			
D25	O (A) Sr. (a) diria que vive numa ...?	Nominal	Zona rural ou aldeia; Cidade pequena ou vila; Cidade grande.
<b>Escolaridade</b>			
D8	Que idade tinha quando terminou ou interrompeu os seus estudos a tempo inteiro?	Quantitativa	-
<b>Grupo socioeconómico (classes)</b>			
D15a	Qual é a sua ocupação / profissão atual?	Nominais	5 a 18 <sup>a)</sup>
D15b	Já exerceu uma atividade profissional remunerada anteriormente? Qual foi a última?		
<b>Condição perante o trabalho</b>			
D15a	Qual é a sua ocupação / profissão atual?	Nominal	1 a 4 e 19 – Inativos <sup>b)</sup> 5 a 18 – Empregados <sup>a)</sup>
<b>Privação monetária</b>			
D60	Nos últimos doze meses, diria que teve dificuldades em pagar as suas contas no final do mês...?	Ordinal de 3 pontos	A maioria das vezes; De vez em quando; Quase nunca/nunca.
<b>Privação material</b>			
D43a	Possui um telefone de casa?	Nominais	Não; Sim.
D43b	Possui um telemóvel pessoal?		
D46	De entre os seguintes bens, quais são os que tem? <sup>c)</sup>		
<b>Uso de internet</b>			
D62	Poderia dizer-me se...?	Ordinais / Nominais	Todos os dias ou quase todos os dias; Duas ou três vezes por semana; Cerca de uma vez por semana; Uma ou duas vezes por mês; Menos frequentemente; Nunca; Sem acesso à internet.
D62.1	Usa a Internet em casa, na sua casa		
D62.2	Usa a Internet no seu local de trabalho		
D62.3	Usa a Internet no seu dispositivo móvel (computador portátil, smartphone, tablet, etc.)		
D62.4	Usa a Internet noutro local (escola, universidade, cyber-café, etc.)		

Notas:

a) *Empregados por conta própria:*

Agricultor; Pescador; Profissional liberal (advogado, médico, economista, arquiteto, contabilista, ...); Comerciante, artífice ou outro trabalhador; Industrial, proprietário (na totalidade ou em parte) de uma empresa;

*Empregados por conta d'outrem:*

Profissional liberal por conta de outrem (médico, advogado, economista, arquiteto, contabilista, ...); Quadro superior, diretor ou administração (administradores, diretor-geral, outros diretores); Quadro Médio (Chefes de Departamento, Gerentes, Professores, Técnicos Especializados, ...); Empregados escrivães trabalhando principalmente à secretária, empregados de escritório; Empregados não escrivães mas viajando (vendedores, condutores, representantes de vendas, ...); Empregados não escrivães mas tendo uma função de serviços em hospitais, restaurantes, polícia e bombeiros ...; Supervisores de trabalhadores manuais; Trabalhador manual qualificado; Outros trabalhadores manuais ( não qualificados, empregados domésticos);

b) *Inativos:*

Responsável pelas compras e pelas tarefas domésticas ou NÃO exercendo qualquer atividade profissional; Estudante; Desempregado / temporariamente sem emprego; Reformado ou incapacitado por doença prolongada; Nunca exerceu atividade profissional remunerada.

c) Televisão; DVD; leitor de CD áudio; computador de secretária; computador portátil; tablet; smartphone; ligação à internet, carro, nenhum.

Fonte: Eurobarómetro 95.1



A escolaridade e os grupos socioeconómicos são, respetivamente, indicadores de capital cultural e económico das classes sociais. E correspondem à posição dos indivíduos na estrutura social. Em primeiro lugar é apresentada a operacionalização do indicador de escolaridade enquanto a descrição dos grupos socioeconómicos/classes, pela sua maior extensão, é apresentada no final.

Infelizmente o Eurobarómetro só começou a questionar diretamente o nível de educação completado em 2020. Até 2019, apenas questionava com que idade os indivíduos terminaram os estudos a tempo completo. Em todos os estudos que usaram este inquérito esta variável tem sido utilizada como indicador do nível de escolaridade, utilizando categorias definidas na própria base de dados. Assim, para quem terminou os estudos até aos 15 anos é considerado que tem escolaridade até ao ensino básico, para quem terminou os estudos entre os 16 e 19 é considerado que tem educação média, e para quem terminou a partir dos 20 considera-se educação superior. Com maior rigor, o que se estabelece é que os indivíduos frequentaram os ensinos básico, secundário, e superior, respetivamente. Claro que esta aproximação contém uma margem de erro, mas a consulta da literatura permite afirmar que é uma categorização que produz resultados explicativos significativos, e em linha com o expectável teoricamente.

Outros três indicadores pretendem avaliar a relevância da situação de vida objetiva atual do indivíduo: condição perante o trabalho, privação monetária e privação material. A situação de vida é encarada como a situação atual, ou seja, ao momento da recolha de dados do questionário. Pretende apresentar uma outra perspetiva comparativamente à posição na estrutura social, a última menos dinâmica.

Usar a classe social não capta a situação de desemprego uma vez que esta é calculada com a caracterização do último emprego. Assim, é importante avaliar a condição perante o trabalho, operacionalizada em cinco categorias: empregado, estudante, doméstica, reformado ou incapacitado, desempregado. As três primeiras correspondem a indivíduos ocupados, as duas últimas a inativos.

A privação monetária é operacionalizada diretamente com as categorias da variável D60, compondo-se por três categorias de privação: baixa (quase nunca/nunca), média (de vez em quando) e alta (a maioria das vezes).

A privação material é operacionalizada através da construção da soma de todos os itens listados da variável D46, com exceção do DVD. Adicionalmente é somado um item, caso disponha de telefone fixo ou telemóvel<sup>18</sup>. O produto final é uma variável de nove itens, que é categorizada em três categorias para ser comparável à privação monetária (baixa – 0 a 3 itens, média – 4 a 6 itens, e alta – 7 a 9 itens).

---

<sup>18</sup> Estes critérios resultam de análises exploratórias estatísticas à pertinência da categorização, como por exemplo averiguando a sua distribuição de acordo com a posição na estrutura social dos indivíduos (grupos socioeconómicos e escolaridade), e segundo as faixas etárias. Foram testadas variações com todos os itens da variável D46, incluindo o DVD, e somando os itens das variáveis D43a e D43b. Também foi simulado retirar o item *smartphone* quando a resposta à pergunta D43b fosse positiva. Realizaram-se outras operações, tais como retirar à vez cada um dos itens. O produto final é uma variável constituída por nove itens.

Por último, o uso de internet operacionaliza as competências e inclusão na sociedade digital. Após alguns testes à distribuição das variáveis D62.1 a D62.4, tanto univariada como bivariada com os grupos socioeconómicos, escolaridade e faixas etárias, concluiu-se que os quatro modos de uso de internet podem ser agregados, ou seja, mede-se o a frequência do uso de internet independentemente do modo. A frequência selecionada é a maior entre os quatro modos. Adicionalmente, foram agregadas as frequências de uso Nunca e Sem acesso. A operacionalização resulta em três categorias de frequência do uso de internet: nunca/sem acesso, frequentemente/às vezes, e todos/quase todos os dias.

Quanto à operacionalização dos grupos socioeconómicos/classes sociais, a mesma é mais extensa e substantiva. Testaram-se duas possibilidades, a tipologia ACM (Almeida-Costa-Machado), e a tipologia EGP (Erikson-Goldthorp-Portocacero). Almeida, Costa e Machado (Costa, 2008]) propuseram uma tipologia baseada num indicador socioprofissional, que resulta da combinação de outros dois: situação na profissão e categoria profissional. O primeiro (Costa, 2008]: 201) “operacionaliza de maneira simples e agregada o conceito de localização nas relações sociais de produção, de raiz marxista.” Por outro lado, a importância das qualificações, de raiz weberiana, e as conotações de prestígio profissional enfatizadas pelos funcionalistas resultou na incorporação do segundo indicador que é agregado em diversos níveis. Os lugares de classe propostos por esta tipologia constituem-se através de uma matriz de correspondência entre os dois indicadores descritos. De um ponto de vista individual caracterizam-se sete lugares de classe: Empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL); Profissionais técnicos e de enquadramento (PTE); Trabalhadores independentes (TI); Agricultores independentes (AI); Empregados executantes (EE); Operários (O); e Assalariados agrícolas (AA) (Costa, 2008]): Em suma, apresenta-se uma perspetiva relacional das “posições relativas nos espaços estruturados e multidimensionais das condições sociais de existência e das práticas sociais...” (Costa, 2008]: p. 210). A ordenação do prestígio social efetua-se através das ocupações socioprofissionais dos indivíduos, definindo-se a situação de classe por intermédio dos lugares na divisão social do trabalho. De acordo com Costa (2008) o indicador socioprofissional apenas abrange parcialmente as clivagens sociais. Assim, de forma a complementar a análise, é aplicado o indicador das qualificações educacionais, medido pela escolaridade, e explanado em cima. Como segunda opção testou-se construir a tipologia de Erikson-Goldthorp-Portocarero (EGP), na sua versão mais recente (Erikson & Goldthorp, 1992). O esquema de classes EGP foca a estrutura de classes, na perspetiva marxista, e a hierarquia social, do ponto de vista weberiano. A primeira separa as classes de acordo com a posse ou não dos meios de produção e a segunda assenta na hierarquização do prestígio, status e recursos económicos (Bergman, 2005). Assim, é tão importante se o trabalho é por conta própria ou por conta d’outrem tal como é importante a distinção entre trabalhadores manuais e não manuais no segundo caso, e a hierarquia dentro de cada uma das últimas duas categorias. No esquema final de estrutura de classes, a principal distinção é entre trabalhadores manuais e não manuais, e ainda trabalhadores agrícolas. Trabalhadores manuais subdividem-se em qualificados e não qualificados. Incluindo os seus supervisores. Os trabalhadores não manuais subdividem-se em pequena burguesia, (pequenos empregadores e trabalhadores por conta

própria sem trabalhadores a cargo) e trabalhadores de colarinho branco (*white-collar workers*) que por sua vez se subdivide em outras duas categorias, a “*Service Class*” (profissionais liberais, diretos, administradores e grandes proprietários), e “*Routine non-manual workers*”, que inclui o pessoal administrativo e intermédio. Ou seja, a tipologia EGP tem uma primeira divisão através da caracterização do trabalho, manual ou não manual, e de seguida estratifica essas duas categorias através de hierarquias de comando e de posse dos meios de produção.

Tal como os autores da tipologia ACM, também Goldthorp e Erikson reconhecem que o esquema de classes é analítico, não é a realidade em si, assumindo que o número de classes existentes na sociedade é “*as many as it proves empirically useful to distinguish for the analytical purposes in hand*” (Erikson & Goldthorpe, 1992: 46). O importante é a capacidade explicativa. Porém, mesmo que explicativa do prisma estatístico, a capacidade interpretativa dessas relações quantitativas exige a compreensão da teoria por de trás das tipologias, daí a apresentação das duas propostas. As duas tipologias têm bastantes pontos em comum, mas também algumas distinções. Da análise dos dados do Eurobarómetro, não obstante a ocupação profissional estar recodificada em algumas das categorias de classes EGP mas não todas, optou-se por construir um próprio esquema de grupos socioeconómicos. O principal motivo para não construir nenhuma das tipologias ACM ou EGP é que não é possível distinguir trabalhadores por conta própria (TCP) com empregados ou sem empregados a cargo, nem o número de empregados a cargo, no caso da ACM. E para ambas, qualquer construção seria sempre uma aproximação porque as categorias do Eurobarómetro não são categorias socioprofissionais em si, mas sim uma classificação das mesmas. Porém, é útil no âmbito deste trabalho compreender o racional por de trás da operacionalização de ambas as tipologias, uma vez que a tipologia de grupos socioeconómicos proposta nesta tese é muito próxima a ambas. A opção tomada substantivamente foi testada a partir de resultados estatísticos entre categorias, com a operacionalização final a ser apresentada no Quadro 3.7.

De acordo com a correspondência atribuída, existem algumas similitudes entre os grupos socioeconómicos criados e as tipologias de classes ACM e EGP.

A maior diferença com a tipologia ACM é que os grupos socioeconómicos aqui apresentados possibilitam uma distinção entre posse e não posse dos meios de produção. Assim, nos grupos socioeconómicos os quadros superiores, dirigentes e administradores são colocados no mesmo grupo que os profissionais liberais por conta de outrem, ao contrário da tipologia ACM onde seriam colocados com os industriais e proprietários de uma empresa e com os profissionais liberais por conta própria.

Na tipologia EGP os quadros superiores, dirigentes e administradores além de estarem na mesma classe que os profissionais liberais por conta própria, os industriais e proprietários de empresas, estão também com os quadros médios e os empregados escriturários trabalhando principalmente à secretária, empregados de escritório.

Quadro 3.7 – Operacionalização dos grupos socioeconómicos/classes

<b>Categorias <sup>a)</sup></b>	<b>Grupo socioeconómico</b>	<b>Equivalência da tipologia ACM</b>	<b>Equivalência da tipologia EGP</b>
TCP - Agricultor	API - Agricultores e Pescadores independentes	AI - Agricultores Independentes	IVc+VIIb <i>Farm workers</i> <sup>c)</sup>
TCP - Pescador			
TCP - Comerciante, artífice ou outro trabalhador independente	PTI - Pequenos Proprietários e outros Trabalhadores Independentes	TI - Trabalhadores Independentes	IVa+b <i>Petit Bourgeoisie</i>
TCP - Industrial, proprietário (na totalidade ou em parte) de uma empresa	GPL - Grandes Proprietários e Profissionais Liberais	EDL - Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	I+II <i>Service Class (White collar workers)</i>
TCP - Profissional liberal (advogado, médico, economista, arquiteto, contabilista, ...)			
TCO - Quadro superior, diretor ou administração (administradores, diretor-geral, outros diretores)	DPT - Dirigentes e Profissionais Técnicos	PTE - Profissionais Técnicos e de Enquadramento	
TCO - Profissional liberal por conta de outrem (médico, advogado, economista, arquiteto, contabilista, ...)			
TCO - Quadro Médio (chefes de departamento, gerentes, professores, técnicos especializados, ...)	PAS - Pessoal Administrativo e dos Serviços	EE - Empregados Executantes	III - <i>Routine No Manual Workers (White-collar workers)</i>
TCO - Empregados não escriturários, mas viajando (vendedores, condutores, representantes de vendas, ...)			
TCO - Empregados não escriturários, mas tendo uma função de serviços em hospitais, restaurantes, polícia e bombeiros ...	TM - Trabalhadores Manuais	O - Operários <sup>b)</sup>	V+VI - <i>Skilled Manual Workers</i>
TCO - Supervisores de trabalhadores manuais			
TCO - Trabalhador manual qualificado			
TCO - Outros trabalhadores manuais (não qualificados, empregados domésticos)			VIIa - <i>Non-skilled workers</i>

Notas:

- TCP: trabalhadores por conta própria; TCO: trabalhadores por conta d'outrem.
- Na tipologia ACM, por questão de simplificação e por vezes técnicas (*e.g.*, número reduzido de casos), os assalariados agrícolas podem ser colocados na mesma categoria dos operários (O), daqui a apresentação com seis categorias.
- Na tipologia EGP, por questão de simplificação e por vezes técnicas (*e.g.*, número reduzido de casos), os assalariados agrícolas (VIIb) podem ser colocados na mesma categoria dos pequenos agricultores por conta própria (IVc), daqui a apresentação com seis categorias.

Fonte: produção própria

Em síntese a maior clivagem entre os grupos socioeconómicos apresentados com as tipologias ACM e EGP é na clara distinção da posse dos meios de produção. Como referido anteriormente, esta opção apenas se deve ao facto de não ser possível comprovar que os industriais, proprietários (na totalidade ou em parte) de uma empresa, são de facto grandes empregadores ou se incluem proprietários com poucos ou nenhum trabalhar a cargo.

Para sumarizar, o Quadro 3.8 apresenta os indicadores de desigualdades sociais utilizados e a sua classificação em dimensões de desigualdade social, tal como será usado neste trabalho.

Quadro 3.8 – Indicadores e dimensões das desigualdades sociais

Dimensão de desigualdade	Indicador
-	Origem
-	Género
Fase de vida	Faixas etárias
Espaço físico-social	Tipologia do lugar de residência
Posição na estrutura social	Escolaridade
	Grupos socioeconómicos
Situação de vida	Condição perante o trabalho
	Privação monetária
	Privação material
Inclusão na sociedade digital	Uso de internet

### 3.3.1.1 Desigualdades macrossociais

Também é importante atentar que as desigualdades sociais manifestam-se a diferentes escalas, pelo que além das propriedades dos agentes também as desigualdades entre países têm relação com as dimensões de coesão social. Por este motivo, também serão testadas as relações entre os níveis de CS-UE dos países e as desigualdades a esse nível. Os dados do PIB per capita, o coeficiente de Gini do rendimento disponível, e os rácios de rendimentos S80/S20 são retirados do Eurostat<sup>19</sup> (Eurostat, 2022). O primeiro mede desigualdades económicas entre países e dois últimos dentro dos países. Também do Eurostat (acedido em janeiro de 2022) recolhem-se dados da taxa de desemprego, e da percentagem da população em risco de pobreza em cada país, pretendendo-se captar as dimensões de exclusão e privação<sup>20</sup>. Através do IDH, das Nações Unidas, pretende-se avaliar a desigualdade de desenvolvimento (UNPD, 2019). Os dados reportam ao ano de 2019, salvo exceções de omissão de dados para as quais foram usados dados de 2018.

<sup>19</sup> O coeficiente de Gini “*is defined as the relationship of cumulative shares of the population arranged according to the level of equivalised disposable income, to the cumulative share of the equivalised total disposable income received by them.*” (Eurostat, 2022).

O rácio S80/S20 é o quociente entre os rendimentos recebidos pelos 20% da população com maiores rendimentos e os 20% da população com menores rendimentos. (Eurostat, 2022).

<sup>20</sup> A taxa de desemprego “*is the number of unemployed persons as a percentage of the labour force based on International Labour Office (ILO) definition.*” (Eurostat, 2022).

A população em risco de pobreza “*are persons with an equivalised disposable income below the risk-of-poverty threshold, which is set at 60 % of the national median equivalised disposable income (after social transfers).*” (Eurostat, 2022).

### 3.3.2 Bem-estar subjetivo

Nesta tese, o bem-estar é considerado apenas na sua vertente subjetiva, o que apresenta vantagens e desvantagens. Analisar o bem-estar a partir da sua vertente subjetiva remete para o bem-estar percebido pelo próprio indivíduo, ou seja, pode envolver referenciais distintos entre indivíduos, pelo que é importante contrastar os resultados face a indicadores mais objetivos, e vice-versa. Considera-se que o bem-estar subjetivo pode ser visto como uma autoavaliação das próprias condições de vida, pelo que é relevante contrastar a avaliação subjetiva dessas condições face às condições objetivas captadas pelos indicadores de desigualdade social. Então, o bem-estar subjetivo remete para a autoavaliação das condições de vida atuais, ao momento da recolha de dados do questionário. Existe também evidência empírica da relação significativa entre bem-estar subjetivo individual e coesão social, pelo menos nas sociedades europeias (Delhey et al., 2018).

Por uma questão de simplificação, o bem-estar subjetivo será por vezes denominado só por bem-estar.

Das questões do Eurobarómetro é possível operacionalizar o bem-estar em dois níveis de análise, o individual e o societal, Quadro 3.9. O bem-estar individual é decomposto em duas subdimensões, uma que representa estritamente o nível individual, em concreto o hedonismo através do indicador de satisfação com a vida, e outra que representa aspetos pessoais e familiares de condições de vida. Por outro lado, o bem-estar societal é decomposto em bem-estar nacional e bem-estar europeu. Esta estrutura de bem-estar foi comprovada com a realização de várias ACPCat. Em linha com o procedimento adotado, as subdimensões foram calculadas através da média aritmética.

Quadro 3.9 – Indicadores de bem-estar subjetivo

Questão		Tipo de variável	Categorias originais
<b>Bem-estar individual</b>			
D70	De uma maneira geral, está muito satisfeito, satisfeito, não muito satisfeito ou nada satisfeito com a vida que leva?	Ordinal de 4 pontos	Nada satisfeito; Pouco satisfeito; Satisfeito; Muito satisfeito.
<b>Bem-estar pessoal</b>			
QA1a	Como avalia a situação atual em cada um dos seguintes domínios...	Ordinais de 4 pontos	Muito má; Má; Boa; Muito boa.
QA1a.4	A sua situação profissional		
QA1a.5	A situação financeira do seu agregado familiar		
<b>Bem-estar nacional</b>			
QA1a	Como avalia a situação atual em cada um dos seguintes domínios...	Ordinais de 4 pontos	Muito má; Má; Boa; Muito boa.
QA1a.1	A situação 'no país' no geral		
QA1a.2	A situação da economia 'do país'		
QA1a.6	A situação do emprego 'no país'		
QA1a.7	A oferta de serviços públicos 'no país'		
<b>Bem-estar europeu</b>			
QA1a	Como avalia a situação atual em cada um dos seguintes domínios...	Ordinal de 4 pontos	Muito má; Má; Boa; Muito boa.
QA1a.3	A situação da economia europeia		

Fonte: Eurobarómetro 95.1.

### 3.3.3 Valores

Além das considerações teóricas entre coesão social e valores, a sua relação tem evidências empíricas. De acordo com Delhey e colegas, nas sociedades europeias maior coesão social está associada a regimes mais democráticos, enquanto nas sociedades asiáticas é maior em regimes autoritários (Delhey et al., 2018). Segundo os mesmos autores nos países europeus a coesão social está também associada negativamente com religião e valores materialistas, e positivamente com valores pós-materialistas (Delhey et al., 2018). Estes resultados demonstram que é pertinente questionar que tipo de valores contribuem ou promovem a coesão social. A coesão social pode assentar em diferentes valores (Green, Janmaat & Han 2009). Se Delhey e colegas obtiveram uma resposta empírica parcial a esta questão, por outro lado, a hipótese a testar poderia encontrar-se no próprio Tratado da União Europeia (TUE), no seu artigo 2º:

“A União funda-se nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de Direito e do respeito pelos direitos do Homem, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias. Estes valores são comuns aos Estados-Membros, numa sociedade caracterizada pelo pluralismo, a não discriminação, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a igualdade entre homens e mulheres.” (União Europeia, 2017: 25).

Para Habermas (Biró-Kaszás, 2010; Fuchs, 2011; Lysoňkova, 2017) a identidade europeia teria suporte em alguns destes valores, em concreto a democracia e o estado de direito. O autor propôs alicerçar a identidade europeia num conjunto de valores universais e mais abstratos, através de uma cultura política democrática e por intermédio de uma constituição da UE (Biró-Kaszás, 2010; Fuchs, 2011; Lysoňkova, 2017). Mas não existem evidências empíricas de que os valores listados no TUE e propostos por Habermas estejam associados a quaisquer uma das dimensões de coesão social, porque uma questão são valores que definem a configuração do espaço ideacional europeu, outra questão é se esses valores se associam ou não a maiores ou menores graus de CS-UE. Segundo Henriques, a presença de valores cívico-políticos e culturais a uma maior escala de abstração, tais como os direitos humanos, estão relacionados com maior autoidentificação como europeu, ressalvando-se que o estudo focou a identidade europeia (Henriques, 2020).

Das questões presentes no questionário os valores são operacionalizados em três dimensões: valores socio-humanos, valores sociopolíticos e valores socioeconómicos. Quadro 3.10.

Quadro 3.10 – Indicadores de valores socio-humanos

	<b>Questão</b>	<b>Tipo de variável</b>	<b>Categorias originais</b>
QD6	Da seguinte lista, quais são para si os três valores mais importantes?		
<b>Democracia Direitos</b>			
QD6.1	Estado de Direito		
QD6.3	Direitos Humanos	Dicotómicas	Sim; Não.
QD6.5	Democracia		
<b>Inclusão</b>			
QD6.8	Solidariedade		
QD6.7	Igualdade	Dicotómicas	Sim; Não.
<b>Pluralidade</b>			
QD6.9	Tolerância		
QD6.12	Respeito por outras culturas	Dicotómicas	Sim; Não.
<b>Individualidade</b>			
QD6.4	Liberdade Individual		
QD6.11	A satisfação pessoal	Dicotómicas	Sim; Não.
<b>Outros valores</b>			
QD6.2	Respeito pela Vida Humana		
QD6.6	Paz		
QD6.10	Religião	Dicotómicas	Sim; Não.
QD6.13	Nenhum		

Fonte: Eurobarómetro 95.1.

A operacionalização dos valores pode seguir dois caminhos: o primeiro é o de usar os valores constantes do tratado da união, e o segundo é o de construir classificações de valores de acordo com tipologias já testadas na literatura científica. Para esta última opção é, contudo, necessário que as questões de valores presentes no questionário, e o tipo de variáveis, permitem essa operacionalização. Entre as tipologias para as quais se averiguou essa possibilidade estão a teoria de valores humanos básicos de Schwartz (2005, 2006) e a teoria da (pós)modernização, valores materialistas e pós-materialistas, de Inglehart (1997).

Ora, o Eurobarómetro questiona sobre os valores mais importantes para o indivíduo, sendo que a lista apresentada coincide em parte com os valores constantes do artigo 2º do TUE, acrescentando alguns outros. As variáveis são dicotómicas, ao que acresce que a uma lista de 12 valores solicita-se para serem selecionados apenas os três mais importantes, portanto, uma resposta múltipla limitada. Com esta configuração é difícil replicar tipologias de valores propostas e testadas na academia, e é limitativo realizar um exercício estatístico que agregue valores em conjuntos que representem a sua estrutura. Deste modo, opta-se por avaliar a CS-UE de acordo com cada valor listado no questionário. Adicionalmente, uma vez que a Análise de Correspondências Múltiplas (ACM), adequada a variáveis categoriais dicotómicas, não produz, neste caso, resultados que permitam divisar a multidimensionalidade simplificada das relações entre valores, optou-se por uma combinação de técnicas. Em detrimento de analisar diretamente as dimensões produzidas pela ACM, que não produz qualquer conclusão, optou-se por realizar uma ACPCat e transferir a matriz de componentes principais para uma análise de clusters, procurando encontrar a estrutura dessa matriz. Cada dimensão da matriz é uma variável na análise de clusters, e os valores são os casos, pedindo para agregar estes últimos. Foi então possível compreender parte da estrutura de valores, resultando em quatro indicadores: democracia e direitos, inclusão, pluralidade e individualidade. Os valores de



religião, paz e respeito pela vida humana, mantêm-se isolados. Os indicadores foram calculados através da soma do número de itens selecionados. O comentário a este resultado e à sua nomenclatura são elaborados na parte de análise de resultados.

Em segundo lugar, o Eurobarómetro questiona os valores sociopolíticos e socioeconómicos. Os primeiros são avaliados a partir de uma única questão ordinal, de 10 pontos, onde 1 é um posicionamento totalmente à esquerda, e 10 totalmente à direita. A base de dados disponível, tanto apresenta a resposta original, como duas opções categorizadas: a primeira em cinco categorias (1 e 2 Esquerda, 3 e 4 Centro-esquerda, 5 e 6 Centro, 7 e 8 Centro-Direita, e 9 e 10 Direita), e a segunda em três categorias (1, 2, 3 e 4 Esquerda, 5 e 6 Centro, 7, 8, 9 e 10 Direita). Opta-se por usar a codificação a cinco categorias, que permite distinguir a esquerda e direita moderadas, das respetivas posições mais afastadas do centro, Quadro 3.11.

Quadro 3.11 – Indicador de valores sociopolíticos

	<b>Questão</b>	<b>Tipo de variável</b>	<b>Categorias</b>
D1	A propósito de política, as pessoas falam de Esquerda e de Direita. O Sr(a) pode situar a sua posição nesta escala?		1 – Esquerda 10 - Direita
	Esquerda	Ordinal de 10 pontos	1 e 2
	Centro-esquerda		3 e 4
	Centro		5 e 6
	Centro-direita		7 e 8
	Direita		9 e 10

Fonte: Eurobarómetro 95.1.

Quanto aos valores socioeconómicos, o Eurobarómetro questiona a opinião face a um conjunto de dimensões socioeconómicas, pelo que se opta pela captação dessa estrutura, através de uma ACPCat. Os indicadores são construídos através do cálculo da média entre itens, com o mínimo de mais de metade dos itens sem resposta nula ( $n^\circ$  de itens / 2 +1), pelos mesmos motivos mencionados para as subdimensões de reconhecimento, confiança e de pertença. As escalas são uniformizadas de 0, pontuação nula, a 1, pontuação máxima, nas respetivas subdimensões. O comentário a este resultado e à sua nomenclatura são elaborados na parte de análise de resultados. Realça-se que o protecionismo é um valor isolado, apesar de ter maior correlação com a estrutura de valores de liberalismo, e que o empreendedorismo tanto é capaz de incorporar a estrutura de valores de Estado social como de liberalismo, optando-se por o operacionalizar individualmente. O Quadro 3.12 apresenta os indicadores dos valores socioeconómicos.

Quadro 3.12 – Indicadores de valores socioeconómicos

	Questão	Tipo de variável	Categorias
QA8	Para cada uma das expressões seguintes, poderia indicar se para si esta transmite algo de muito positivo, razoavelmente positivo, razoavelmente negativo ou muito negativo.	-	-
<b>Estado Social</b>			
QA8.8	Solidariedade	Ordinais de 4 pontos	Muito negativo; Negativo; Positivo; Muito positivo.
QA8.6	Estado Providência		
QA8.7	Segurança		
QA8.13	Serviço público		
QA8.5	Pequenas e médias empresas		
QA8.12	Sindicatos		
<b>Liberalismo</b>			
QA8.1	Comércio livre	Ordinais de 4 pontos	Muito negativo; Negativo; Positivo; Muito positivo.
QA8.2	Globalização		
QA8.10	Liberalização		
QA8.11	Concorrência		
QA8.4	Grandes empresas		
<b>Outros valores</b>			
QA8.3	Protecionismo	Ordinais de 4 pontos	Muito negativo; Negativo; Positivo; Muito positivo.
QA8.9	Empreendedorismo		

Fonte: Eurobarómetro 95.1.

### 3.3.4 Representações da União Europeia

Apesar de estudos realizados sobre as representações da Europa e da UE, pouco se tem analisado sobre a sua relação com as dimensões de coesão social. Apesar de Bruter (2005) ter demonstrado a prevalência de duas grandes categorias de representações associadas a identidade europeia, cívicas e culturais, perspectiva que tem dominado o debate sobre identidade europeia (Holmes, 2009) e que tem evidência empírica (European Commission, 2004; Bruter, 2005; Huyst, 2008; Mihalcea et al., 2013; Royuela, 2020), Schroedter e outros (2015) alertaram para a possibilidade de essa relação estar subvalorizada do ponto de vista da sua influência, ou seja, a qualidade da representação é relevante no grau de identidade. De facto, segundo Henriques (2020) a autoidentificação como europeu é maior quando as representações da Europa privilegiam aspetos afetivo-culturais face a aspetos políticos e instrumentais. O autor concluiu que o efeito das representações no nível de autocategorização como europeu é qualitativo, estratificado pelo tipo de representações, mas que também é cumulativo, maior quanto maior o número de diferentes representações (Henriques, 2020). As representações de proximidade cultural, em vez de multiculturalismo, e da Europa como um projeto político-cívico associado a valores de alta abstração também se associam a maior autocategorização como europeu (*ibidem*). Por outro lado, quando a Europa é mais representada por aspetos históricos, geográficos ou instrumentais (liberdade de circulação, euro) o nível de autocategorização com europeu tende a ser menor (*ibidem*).

Todavia, é necessário salvaguardar que os estudos citados abordam as representações da Europa e não da UE em particular. Permitem, porém, por analogia, estabelecer a hipótese de que existe uma

relação entre as representações da UE e pelo menos algumas das subdimensões de coesão social. A questão é: que representações estão relacionadas com maior ou menor níveis de CS-UE?

As representações da UE são operacionalizadas através de cinco indicadores, Quadro 3.13: representações positivas, representações negativas, integração europeia, semelhança entre europeus, e a UE como projeto de democrático e de direitos.

O primeiro e segundo indicadores são constituídos por itens de uma pergunta que questiona exatamente o que a UE representa. O terceiro corresponde a uma questão que averigua se os indivíduos concordam ou não com uma lista de aspetos de integração europeia. Estes três primeiros indicadores resultaram da aplicação de várias ACPCat.

O quarto corresponde a uma questão direta presente no questionário, e avalia a representação dos europeus como semelhantes, ou seja, uma representação identitária.

Os indicadores de representações positivas, representações negativas, e de integração europeia operacionalizados são variáveis quantitativas, conseguem captar com melhor rigor a relação quantitativa entre a CS-UE e as representações. Mas ao agregar os itens perde-se a leitura das qualidades positivas e negativas, e dos aspetos de integração que mais se relacionam com a CS-UE. Assim, para compreender a qualidade da relação entre CS-UE e as representações da UE, também são analisadas as representações face aos valores que a UE representa. A lista de valores é semelhante à dos valores socio-humanos mais importantes, analisada na seção anterior. Tal como essa questão, esta resposta é múltipla limitada a 3 itens no máximo. A análise multivariada demonstra que para o caso dos valores que representam a UE é ainda mais complicado divisar uma estrutura de valores. Por este motivo, opta-se por apenas construir uma escala de valores de democracia e direitos, que incluiu a democracia, o estado de direito e os direitos humanos, porque as análises exploratórias demonstraram que poderá ter alguma capacidade explicativa na sua relação com a CS-UE. É, contudo, acrescentada à escala um outro item de uma outra questão: *“Na sua opinião, dos seguintes temas, quais são os que criam mais o sentimento de comunidade entre os cidadãos da UE?”*, adicionando-se a opção Estado de Direito à construção do indicador de valores de democracia e direitos. As análises exploratórias demonstraram o aumento da capacidade explicativa do indicador.

Quadro 3.13 – Indicadores das representações da UE

Questão		Tipo de variável	Categorias		
<b>Representações positivas</b>					
QA9	O que é que a União Europeia representa para si pessoalmente?				
QA9.1	A paz				
QA9.2	A prosperidade económica				
QA9.3	A democracia				
QA9.4	A proteção social	Nominais dicotómicas	Não; Sim.		
QA9.5	A liberdade de viajar, estudar e trabalhar em qualquer parte da UE				
QA9.6	A diversidade cultural				
QA9.7	Uma voz mais forte no Mundo				
QA9.8	O Euro				
<b>Representações negativas</b>					
QA9	O que é que a União Europeia representa para si pessoalmente?				
QA9.9	O desemprego				
QA9.10	A burocracia	Nominais dicotómicas	Não; Sim.		
QA9.11	A perda de identidade cultural				
QA9.12	Mais criminalidade				
QA9.13	Não existir controlo suficiente de fronteiras externas				
<b>Integração europeia</b>					
QA16	Qual é a sua opinião sobre cada uma das seguintes afirmações? Diga-me por favor, para cada afirmação, se é a favor ou contra?...				
QA16.1	Uma união económica e monetária europeia com uma moeda única, o euro				
QA16.2	Uma política externa comum aos 28 Estados-membros da UE				
QA16.3	O alargamento da UE a outros países nos próximos anos				
QA16.4	Uma política de defesa e segurança comum dos Estados-Membros da UE	Nominais dicotómicas	Não; Sim.		
QA16.5	A política comercial comum da União Europeia				
QA16.6	Uma política europeia comum sobre a migração				
QA16.7	Uma política energética comum entre os Estados-Membros da UE				
QA16.8	Um mercado único digital dentro da				
QA16.9	Uma livre circulação de cidadãos da UE, que lhes permita viver, trabalhar, estudar e fazer negócios em qualquer parte da UE				
<b>Semelhança entre europeus</b>					
QD9	Em que medida concorda ou discorda com cada uma das seguintes afirmações?			Ordinal de 4 pontos	Discorda totalmente; Tende a discordar; Tende a concordar; Concorda totalmente.
QD9.6	As pessoas que pertencem à UE têm muito em comum				
<b>Democracia e direitos</b>					
DQ7	Da seguinte lista, quais os valores que melhor representam a União Europeia?				
DQ7.1	Estado de direito				
DQ7.3	Direitos humanos	Dicotómicas	Sim; Não.		
DQ7.5	Democracia				
QD5	Na sua opinião, dos seguintes temas, quais são os que criam mais o sentimento de comunidade entre os cidadãos da UE?				
QD5.6	Estado de direito				

Fonte: Eurobarómetro 95.1.

### 3.3.5 Coesão social nacional

A operacionalização da CS-nacional segue os mesmos critérios que a operacionalização da CS-UE. Contudo, uma vez que o inquérito do Eurobarómetro é mais direcionado para o contexto europeu e as instituições europeias, os indicadores de CS-nacional são mais escassos, Quadro 3.14.

Quadro 3.14 –Indicadores de coesão social nacional

	Questão	Tipo de variável	Categorias originais
QA17.a	De uma maneira geral, está muito satisfeito, satisfeito, não muito satisfeito ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia em Portugal?	Ordinal de 4 pontos	Nada satisfeito; Pouco satisfeito; Satisfeito; Muito satisfeito.
<b>Confiança nas instituições</b>			
QA6a	Gostaria de lhe perguntar em que medida confia em alguns meios de comunicação e instituições. Para cada um dos seguintes meios de comunicação e instituições, diga-me se tende a confiar ou a não confiar no mesmo.		
QA6a.1	A comunicação social	Nominais dicotómicas	Tende a não confiar; Tende a confiar.
QA6a.2	Os partidos políticos		
QA6a.3	A Justiça / o sistema judicial 'nacional'		
QA6a.4	A polícia		
QA6a.5	O exército		
QA6a.6	A administração pública no 'país'		
QA6a.7	Autoridades públicas regionais e locais		
QA6a.8	O governo 'nacional'		
QA6a.9	A Assembleia da República		
<b>Pertença</b>			
QD1a	Em que medida se sente ligado(a)...	Ordinais de 4 pontos	Nada ligado; Pouco ligado; Ligado; Muito ligado.
QD1a.2	Ao 'país'		
QD12	Em que medida concorda ou discorda com cada uma das seguintes afirmações?	Ordinais de 4 pontos	Discordo totalmente; Tende a discordar; Tende a concordar; Concorda totalmente.
QD12.1	Está feliz a viver em Portugal		

Fonte: Eurobarómetro 95.1

O indicador de satisfação com o funcionamento da democracia é colocado nesta dimensão de CS-nacional, em detrimento do bem-estar nacional, para ser coerente com a inclusão do mesmo indicador relativo à UE na subdimensão de legitimidade das relações verticais de CS-UE.

À semelhança da CS-UE, é construído um indicador de confiança nas instituições nacionais. No total são utilizadas as nove instituições listadas na questão QA6a, que incluem instituições políticas, forças de segurança, administração pública, justiça, meios de comunicação. A análise ACPCat revela que pertencem a uma mesma estrutura, e que a remoção de qualquer um dos itens diminui a consistência interna do constructo.

No caso nacional opta-se por se manterem isolados os indicadores de sentimento de ligação ao país e de felicidade em viver no respetivo país. Lembre-se que para o caso da UE, estes dois indicadores mais os de sentimento de cidadania da UE e de ligação à Europa constituem a subdimensão de pertença. Todavia, uma vez que os outros dois indicadores análogos não estão disponíveis para a escala nacional não é possível saber se as mesmas questões resultariam ou não na construção de um indicador semelhante.

### 3.4 Modelo de análise

A operacionalização apresentada na seção precedente resultou do modelo de análise da Figura 3.1.

Ao comparar e articular o modelo de análise ao modelo conceptual apresentado no capítulo 1, Figura 1.1, é preciso clarificar dois pontos essenciais:

- 1) os principais conceitos temáticos estão operacionalizados nas dimensões relacionais e na CS-UE;
- 2) o modelo de análise aplica-se a ambas as abordagens micrometodológica e macrometodológica;
  - i. a primeira avalia diretamente a CS-UE a partir dos indivíduos (microdados), das suas disposições e da sua reflexividade;
  - ii. a segunda avalia a CS-UE no plano macro através das estruturas das condições de vida, do espaço ideacional e da CS-UE dos Estados-Membros.

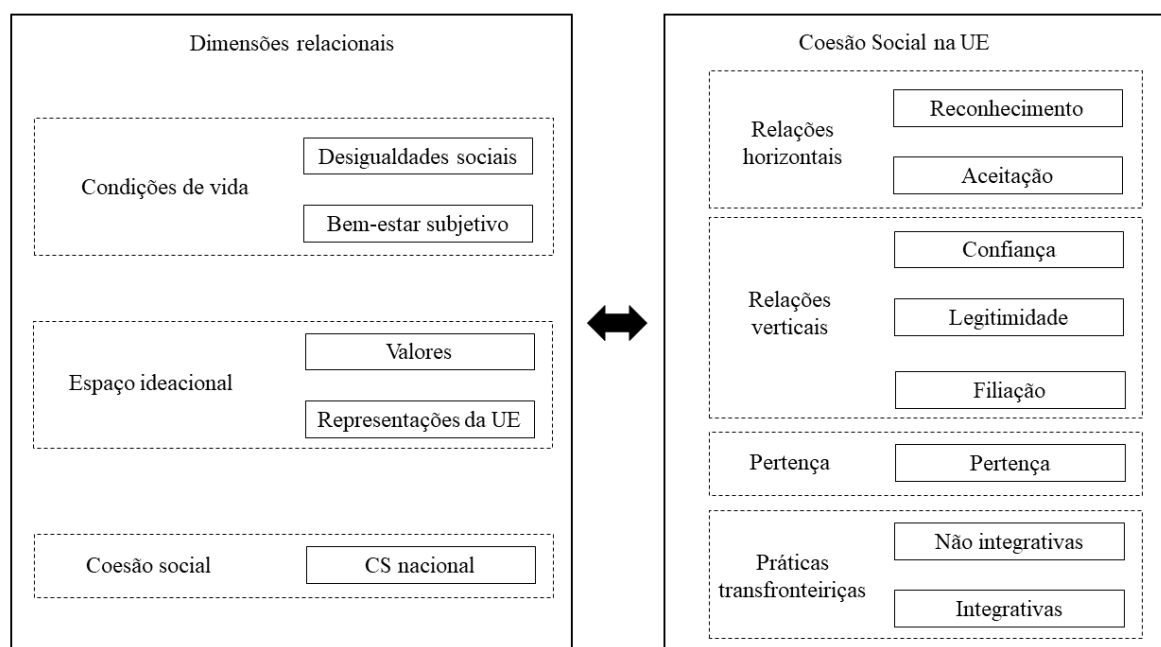


Figura 3.1 – Modelo de análise

A abordagem micrometodológica pretende captar as disposições e a reflexividade, tendo como unidade de análise os indivíduos. As disposições são avaliadas através das desigualdades sociais, enquanto o bem-estar subjetivo, os valores, as representações da UE, e a CS-nacional podem envolver ambos os processos disposicionalistas e reflexivos.

Em particular, quando se analisam os valores pretende-se saber se na base da CS-UE está uma ação social racional subjetiva axiológica. E quando se avaliam as representações da UE tenta-se saber até que ponto a CS-UE se funda na ação social racional subjetiva cognitiva. Mas a avaliação de um caso específico de representações de carácter instrumental, como o benefício de pertencer à UE por permitir maior liberdade para viajar, trabalhar, estudar ou viver noutro estado-membro, indiretamente poderá sinalizar atitudes de carácter utilitarista, ou seja, de ação racional instrumental.

Do lado da CS-UE, as relações verticais captam as atitudes entre os planos micro e macro, enquanto as relações horizontais abrangem as atitudes entre os planos micro e meso. As práticas também podem abranger relações horizontais e verticais, mas dada a sua vertente objetiva são autonomizadas. A pertença é um caso particular que não é atitude nem é prática, e é tanto relação horizontal como relação vertical, como se demonstrará no capítulo 3. Daí a sua autonomização.

Por último a abordagem macrometodológica pretende avaliar a relação entre a estrutura do espaço social e a estrutura do espaço de CS-UE, portanto, num plano macro, tendo como unidade os Estados-Membros.

### **3.5 Estratégia de análise de dados**

A estratégia metodológica sintetiza-se em três pontos principais:

- 1) Proceder a uma análise a duas escalas:
  - i. transnacional, através do ponderador da UE28;
  - ii. nacionais, através do ponderador por Estados-Membros.
- 2) Análise descritiva bivariada da relação entre a CS-UE e as dimensões relacionais isoladamente, em ambas as escalas (transnacional e nacional).
- 3) Análise multivariada, transnacional, que controle e articule os efeitos e as relações das cinco dimensões relacionais com a CS-UE, num todo.

Em termos gerais, dos pontos 1) e 2) resulta que a análise à escala transnacional corresponde a:

- a) análise descritiva univariada das pontuações médias de CS-UE;
- b) análise descritiva bivariada entre as subdimensões de CS-UE e as dimensões relacionais;
- c) as correlações estatísticas entre CS-UE e as dimensões relacionais.

Por outro lado, também dos pontos 1) e 2), a análise às escalas nacionais acomoda:

- d) análise descritiva e comparativa das pontuações médias na CS-UE entre Estados-Membros;
- e) análise da relação entre a CS-UE e as dimensões relacionais:
  - i. para simplificar, os Estados-Membros são agrupados em clusters. Por outras palavras, criam-se grupos de Estados-Membros com perfis próximos na caracterização segundo cada uma das dimensões relacionais em estudo, com exceção das desigualdades sociais;
  - ii. a exceção deve-se à complexidade do espaço das desigualdades sociais, que incorpora variáveis de nível micro e macro. Por tal, para as desigualdades sociais opta-se por complementar a análise com a introdução da relação entre indicadores macrossociais e a CS-UE;
  - iii. para as restantes dimensões relacionais, o bem-estar subjetivo, os valores socio-humanos, as representações da UE e a CS-nacional, todos os clusters são produzidos através de

modelos hierárquicos com recurso ao método de Ward. As variáveis de entrada correspondem às pontuações médias, microdados agregados, de cada Estado-Membro em cada um dos indicadores das respetivas dimensões relacionais. Através desta metodologia é possível mapear as estruturas dos espaços de bem-estar subjetivo, de valores socio-humanos, das representações da UE, e da CS-nacional no território da UE.

Relativamente ao ponto 3), análise multivariada, detalha-se que:

- a) recorre-se a modelos de regressão lineares, onde as subdimensões de CS-UE são as variáveis dependentes e os indicadores das dimensões relacionais são variáveis independentes:
  - i. um primeiro momento onde se avalia a preponderância de cada uma das dimensões relacionais isoladamente, criando 8 (nº de subdimensões de CS-UE) x 5 (nº de dimensões relacionais) modelos de regressão unidimensionais, portanto 40 modelos;
  - ii. um segundo momento onde os efeitos são controlados, todas as dimensões relacionais são incluídas num mesmo modelo de regressão multidimensional para cada uma das subdimensões de CS-UE, resultando em oito modelos;
  - iii. um terceiro momento onde são reconstruídos e adaptados os modelos do momento anterior de acordo com as conclusões retiradas e eventuais questões remanescentes;
- b) para mapear a configuração do espaço da CS-UE segundo os cidadãos, e para obter uma leitura integrada de como as várias dimensões relacionais se articulam, os indivíduos são agrupados em perfis de CS-UE:
  - i. o espaço de CS-UE é estudado segundo as pontuações dos cidadãos, ou seja, é realizada uma análise de clusters construindo perfis de CS-UE. Os dados de entrada são as pontuações de cada cidadão nas subdimensões de CS-UE. O método passa por, em primeiro lugar efetuar um modelo de clusters hierárquicos com método de Ward para a indicação do número de clusters, e em segundo lugar aplicar um método de otimização *k-means* para a obtenção da solução final de agregação de indivíduos
  - ii. Os perfis de CS-UE são descritos, e caracterizados de acordo com a distribuição dos indicadores das cinco dimensões relacionais.

Uma vez explicitados os procedimentos metodológicos orientadores, a análise, a apresentação e a discussão dos dados é estruturada em cinco capítulos de resultados.

Em primeiro lugar, o capítulo 3, “A configuração da coesão social na UE”, mapeia a estrutura da CS-UE, quer no espaço transnacional quer nos espaços nacionais, logo, apresenta os resultados da operacionalização da CS-UE em ambas as escalas. Em particular, são discutidos os resultados descritivos dos indicadores originais que estão incluídos em cada uma das subdimensões de CS-UE, a sua consistência interna, as correlações entre as subdimensões de CS-UE, e as suas pontuações médias. São ainda construídos clusters de Estados-Membros para cada uma das dimensões de CS-UE com mais



de uma subdimensão: as relações horizontais, as relações verticais e as práticas transfronteiriças. A pertença é uma dimensão com uma única subdimensão e por tal não se constroem clusters. O capítulo termina com o agrupamento dos Estados-Membros em clusters de CS-UE, de acordo com as pontuações médias em todas as subdimensões de CS-UE. Para a construção dos clusters os dados de entrada são as pontuações médias em cada subdimensão de CS-UE de cada um dos países (casos), microdados agregados.

Uma vez conhecida a configuração global da CS-UE, o capítulo 4, “Condições de vida e coesão social na UE”, tem o objetivo de estudar as relações entre a CS-UE e as condições objetivas e subjetivas de vida. A análise funda predominantemente em estatística bivariada. Num primeiro momento são apresentadas e discutidas as relações entre CS-UE e as condições objetivas de vida, as desigualdades sociais. Num segundo momento são apresentadas as relações entre a CS-UE e as condições subjetivas de vida, o bem-estar subjetivo. No caso das desigualdades sociais também é avaliada a relação entre o espaço de desigualdades macrosociais entre os países e a CS-UE. No caso do bem-estar subjetivo são construídos clusters de bem-estar no espaço da UE segundo os Estados-Membros, comparando-se esse espaço com a configuração da CS-UE. Para a construção dos clusters os dados de entrada são as pontuações médias de cada país em cada um dos indicadores de bem-estar, microdados agregados.

O capítulo 5, “O espaço ideacional e a coesão social na UE”, aborda a relação entre a CS-UE e os fatores socioculturais, sendo composto por duas dimensões: os valores e as representações da UE. A abordagem metodológica é semelhante à do capítulo 4 para o caso do bem-estar. É elaborada uma análise bivariada ao nível transnacional, seguindo-se o agrupamento de Estados-Membros segundo os valores socio-humanos e as representações da UE. São usados microdados agregados, avaliando-se, em momentos distintos, a relação entre cada um desses dois espaços com o espaço da CS-UE.

O capítulo 6, “De coesão social a coesão social: dos Estados-Membros à UE”, estuda a relação entre a CS-nacional e a CS-UE. A abordagem metodológica é semelhante à efetuada para o bem-estar, os valores e as representações da UE.

Devido aos dados apresentados nos capítulos 4, 5 e 6 serem de natureza descritiva bivariada, ou seja, sem controlo do efeito dos outros indicadores, o capítulo 7, “Dimensões relacionais e coesão social na UE numa perspetiva multidimensional”, tem como objetivo averiguar as relações entre os indicadores das dimensões relacionais e a CS-UE em análises multivariadas. Neste capítulo apresenta-se também uma leitura articulada entre a configuração do espaço da CS-UE ao nível do agrupamento de indivíduos e a distribuição das dimensões relacionais.

O exposto é o esqueleto da estratégia metodológica entre e em cada um dos capítulos. Porém, não é, nem foi, uma estratégia rígida nem fixa. Em todos os capítulos surgem resultados que merecem maior ou menor atenção, maior ou menor discussão, mais ou menos esclarecimentos. Assim, os procedimentos de análise de dados foram sempre adaptados às descobertas e aos resultados. Cada um desses momentos, e principalmente os não previstos no plano metodológico inicial, são explicitados ao longo do respetivo

capítulo. Esta opção é justificada: trata-se de honestidade científica. Por outras palavras, procedimentos e análises que não estavam previstas na estrutura inicial deste plano metodológico devem-se às descobertas e aos resultados obtidos ao longo da investigação, sendo por isso explanados e justificados com o próprio avanço na investigação. Então, a elaboração desta investigação, para não dizer de todas, não é um percurso linear, mas caracteriza-se por ciclos de interdependência e reformulação entre a teoria, o objeto, o modelo de análise e o método. Considera-se que esta abordagem flexível favorece a obtenção de resultados mais fiáveis e uma compreensão mais profunda do fenómeno em estudo.

## Parte III

# COESÃO SOCIAL NA UNIÃO EUROPEIA

Nesta segunda parte da tese procede-se à apresentação, análise e discussão dos resultados. A sua organização reserva um capítulo para cada das quatro perguntas de investigação apresentadas na seção 2.1, do capítulo 2.

Em primeiro lugar, com o objetivo de responder à primeira pergunta desta investigação, o capítulo 4 apresenta e discute os resultados da operacionalização da CS-UE, descrevendo-a e caracterizando-a. A configuração da CS-UE é estudada e apresentada num panorama transnacional e outro comparativo entre estados nacionais.

O capítulo 5 inicia o estudo da CS-UE com as suas dimensões relacionais. Em particular, debruça-se sobre a segunda pergunta de investigação que norteia esta pesquisa, procurando evidências da relação entre CS-UE e as condições de vida, quer objetivas, desigualdades sociais, quer subjetivas, bem-estar.

Na sequência, o capítulo 6 apresenta e discute os resultados da relação entre o espaço ideacional, valores e representações da UE, e a CS-UE, enquanto o capítulo 7 se debruça sobre a relação entre a coesão social nacional e a CS-UE.

A apresentação e discussão de resultados termina com o capítulo 8, que corresponde à leitura integrada das relações apresentadas nos capítulos precedentes, em modelos multivariados de regressão e de agrupamento. Neste sentido, completará a pesquisa sobre a primeira pergunta da investigação, que questiona a configuração e a caracterização a CS-UE, que foi iniciada no capítulo 4.

Os capítulos seguem uma estrutura semelhante, onde numa primeira fase são apresentados os resultados obtidos, com descrição detalhada e discussão pontual dos mesmos, terminando com uma síntese onde são sumarizados os principais resultados e discutidos os principais pontos na sua interligação com a teoria, as hipóteses de trabalho, e os capítulos precedentes.

A informação apresentada em cada um dos capítulos é ainda complementada com a apresentação de alguns dados em anexo referenciados oportunamente.



## 4. A configuração da Coesão Social na União Europeia

A operacionalização do conceito de coesão social, e em particular na UE, é um processo técnico-estatístico complexo, dado que a mesma é um fenómeno multidimensional. Através de um exercício orientado teoricamente foi pré-selecionado um conjunto vasto de potenciais indicadores que capturem as várias dimensões e subdimensões de CS-UE. Após essa seleção foi preciso comprovar estatisticamente a existência das dimensões teóricas, e reduzir o número de variáveis às que realmente são manifestações observáveis de CS-UE. Como se verá, os resultados estatísticos através de operações como a ACPCat, análise de correlações bivariadas e multivariadas, consistência interna, entre outras, dão evidência empírica ao essencial do referencial teórico e à definição de coesão social proposta.

As operações resultaram na construção de quatro dimensões de CS-UE, três de carácter subjetivo e uma de carácter objetivo. A vertente subjetiva é constituída pelas relações horizontais, relações verticais e a pertença. É importante destacar a separação da pertença face às outras duas, o que será discutido adiante na seção respetiva. A vertente objetiva é composta pelas práticas transfronteiriças. Cada uma destas dimensões é ainda formada por subdimensões, apresentadas no capítulo 3.

Nas relações horizontais encontram-se as subdimensões do reconhecimento e da aceitação, e nas relações verticais a confiança nas instituições europeias, a sua legitimidade e a filiação à UE. A pertença é composta unicamente pela pertença, embora se autonomizem para debate outras subsubdimensões. As práticas compõem-se das práticas não integrativas e das práticas integrativas.

A análise de componentes principais<sup>21</sup>, num modelo que inclui todas as variáveis selecionadas que formam as subdimensões de CS-UE, tem uma consistência interna alta (alpha de Cronbach=0,908). Considerando apenas as variáveis de carácter subjetivo (relações horizontais, relações verticais e pertença), a consistência interna também é alta (alpha de Cronbach=0,907).

Adicionalmente, a análise de segunda ordem às subdimensões construídas, ou seja, a ACPCat tendo como variáveis de entrada as oito subdimensões de CS-UE, tem uma boa consistência interna (alpha de Cronbach=0,819). Só as práticas integrativas não têm peso superior a 0,500, mas acima de 0,350. Caso se retire as práticas integrativas a consistência interna é praticamente igual (alpha de Cronbach=0,825).

Estes resultados demonstram que as subdimensões podem, de facto, ser aspetos observáveis de uma única dimensão a CS-UE. O Quadro 4.1 apresenta as correlações entre as várias subdimensões de CS-UE numa perspetiva transnacional.

Ao nível transnacional, considerando a população da UE28 no seu todo, as correlações entre subdimensões são de sentido positivo e significativas ( $p < 0,01$ ), exceto a correlação entre a subdimensão de filiação e a subdimensão das práticas integrativas, que é inexistente.

---

<sup>21</sup> Os dados complementares às operações estatísticas realizadas neste capítulo são apresentados no anexo B.

Quadro 4.1 – Correlações entre as subdimensões de coesão social na UE

	Relações horizontais		Relações verticais		Pertença		Práticas	
	Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Integrativas	Não Integrativas
Aceitação	1	0,431**	0,320**	0,394**	0,246**	0,440**	0,164**	0,268**
Reconhecimento		1	0,294**	0,343**	0,312**	0,412**	0,064**	0,225**
Confiança			1	0,681**	0,312**	0,526**	0,143**	0,275**
Legitimidade				1	0,303**	0,607**	0,215**	0,316**
Filiação					1	0,377**	-0,010	0,171**
Pertença						1	0,230**	0,359**
Práticas Integrativas							1	0,594**
Práticas Não Integrativas								1

Nota:

- a) correlação Rho de Spearman
- b) \*\*\* p < 0,001; \*\* p < 0,01; \* p < 0,05.

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Destacam-se os seguintes aspetos:

- i. as correlações entre as subdimensões de dentro da mesma dimensão tendem a ser mais intensas do que com as subdimensões das restantes dimensões, o que era expectável;
- ii. na dimensão das relações verticais a correlação entre a confiança e legitimidade é quase forte, perto de 0,7. Porém as correlações com a filiação são fracas, na ordem dos 0,3. Tal está em linha com a análise de componentes principais que determinou a autonomização da última;
- iii. a dimensão da pertença é a que apresenta as correlações mais intensas com as restantes dimensões de CS-UE, o que a consubstancia como a dimensão mais transversal da CS-UE, e a que melhor capta a globalidade da CS-UE;
- iv. quanto à dimensão das práticas, as práticas integrativas têm correlações fracas a inexistentes com as outras dimensões.

No que ao último ponto (iv) diz respeito, é conveniente interpretar os resultados com alguma prudência. Essa menor correlação não significa que a realização de práticas integrativas tenha uma menor preponderância nos níveis de CS-UE. Como constatado por Henriques (2021), viver, estudar ou trabalhar num outro país da UE está relacionado com um maior sentimento de pertença europeu comparativamente a quem apenas realizou práticas não integrativas. Segundo o autor, indivíduos que realizaram pelo menos uma dessas três práticas têm um maior sentimento de identidade europeia. Ou seja, um determinado grau de integração (nos sistemas educacional, económico ou social) e estadias de longa duração estão relacionados com maiores níveis de identificação europeia (*ibidem*). Porém, o que os dados aqui apresentados revelam é que o incremento do número de práticas integrativas realizadas poderá ser menos relevante do que a qualidade de realizar pelo menos um desse tipo de práticas. Por outras palavras, mais do que medir quantas práticas integrativas foram realizadas, o mais relevante poderá ser a ocorrência de algum tipo de prática que a caracteriza, o que é avaliado no Quadro 4.2. No quadro são comparadas as pontuações na vertente subjetiva de CS-UE segundo as práticas transfronteiriças.

Facilmente de observa que quem tem um nível de práticas não integrativas médio a alta, pelo menos 2 a três, tende a pontuar tanto quanto os indivíduos que realizaram pelo menos uma prática integrativa. E quem realizou o máximo de práticas não integrativas pode pontuar igual ou mais do que quem realizou o máximo de práticas integrativas. Quer isto dizer que ambos os tipos de práticas conduzem ao mesmo resultado, mas por caminhos diferentes. Nas práticas não integrativas o aumento do número de ocorrências é mais relevante do que nas práticas integrativas. Nas últimas o salto mais distintivo para maiores níveis de CS-UE é entre quem não as realizou e quem realizou pelo menos uma.

Quadro 4.2 – Médias da vertente subjetiva de coesão social na UE, segundo as práticas transfronteiriças

		Relações horizontais		Relações verticais		Pertença		
		Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	
Práticas	Não integrativas	Zero	0,53	0,78	0,46	0,66	0,57	0,52
		Uma	0,58	0,83	0,53	0,69	0,62	0,59
		Duas	0,61	0,86	0,62	0,73	0,66	0,63
		Três	0,65	0,91	0,66	0,76	0,70	0,68
		Quatro	0,67	0,92	0,75	0,78	0,76	0,72
	Integrativas	Zero	0,58	0,82	0,49	0,68	0,62	0,59
		Uma	0,66	0,86	0,62	0,75	0,70	0,69
		Duas	0,65	0,80	0,55	0,74	0,61	0,67
		Três	0,69	0,86	0,62	0,76	0,64	0,72
		Quatro	0,69	0,90	0,65	0,79	0,56	0,74

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Passando a uma análise à escala nacional, as correlações entre as pontuações médias de cada um dos Estados-Membros nas subdimensões de CS-UE são apresentados no Quadro 4.3.

Quadro 4.3 – Correlações entres as médias de coesão social na UE segundo os Estados-Membros

		Relações horizontais		Relações verticais		Pertença	Práticas		
		Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Integrativas	Não Integrativas
Relações horizontais	Aceitação	1	0,566**	0,450*	0,642**	0,335	0,660**	0,042	0,194
	Reconhecimento		1	0,435*	0,459*	0,555**	0,559**	0,004	0,183
	Confiança			1	0,818**	0,705**	0,592**	0,045	0,408*
Relações verticais	Legitimidade				1	0,504**	0,742**	0,202	0,378*
	Filiação					1	0,486**	-0,236	0,298
Pertença	Pertença						1	0,330	0,528**
Práticas	Integrativas							1	0,683**
	Não Integrativas								1

Notas:

- correlação Rho de Spearman
- \*\*\* p < 0,001; \*\* p < 0,01; \* p < 0,05.

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Tal como para a análise transnacional, na análise entre Estados-Membros as correlações tendem a ser de maior intensidade entre subdimensões de uma mesma dimensão, o que consubstancia a diferenciação das dimensões de CS-UE.

Em segundo lugar, também é a dimensão da pertença a que capta de modo mais transversal as restantes dimensões de CS-UE. Porém, é a subdimensão de confiança nas instituições europeias que tem maior correlação com a subdimensão de filiação, o que não acontece na análise transnacional. Aliás, a confiança e legitimidade, das relações verticais, são, a seguir à pertença, as que mais se relacionam com as restantes subdimensões, o que está em linha com as correlações ao nível transnacional.

No que respeita à dimensão objetiva de CS-UE, as práticas integrativas não têm uma relação significativa com as restantes subdimensões, à exceção da relação com as práticas não integrativas.

Em suma, a análise à escala nacional reforça os resultados da análise transnacional. Estes primeiros resultados apontam no sentido em que a pertença e as relações verticais tenham um estatuto mais preponderante na compreensão mais alargada da CS-UE.

Uma vez apresentados os resultados da operacionalização da CS-UE, as próximas secções deste capítulo apresentam e discutem os resultados obtidos para cada uma das suas dimensões e respetivas subdimensões. Procurar-se-á responder à primeira questão que orienta esta investigação: como se configura e caracteriza a CS-UE?

#### **4.1 Relações horizontais**

As relações horizontais resultaram em duas subdimensões, o reconhecimento e a aceitação. A primeira mede a legitimidade que os cidadãos da UE atribuem aos cidadãos dos outros Estados-Membros em viver e trabalhar no respetivo país, ou seja, o reconhecimento da igualdade de direitos formais atribuídos pela cidadania europeia, em particular em se integrarem no sistema económico e na sociedade recetora, em supostas condições de igualdade. Enquanto o reconhecimento capta a perspetiva formal do estatuto de cidadania, a outra subdimensão de CS-UE, a aceitação, capta uma perspetiva mais informal da ligação entre cidadãos, ou seja, se a imigração de cidadãos de outros Estados-Membros da UE é positiva ou negativa.

As variáveis das relações horizontais têm uma alpha de Cronbach de 0,886, ou seja, uma boa consistência interna, embora o indicador de aceitação faça diminuir a consistência. Em certa medida, este resultado confirma que existe uma distinção substantiva entre aceitação e reconhecimento. Como mencionado em cima, essa distinção passa por o reconhecimento medir uma relação de formalidade e a aceitação de informalidade.



### 4.1.1 Reconhecimento

Para se compreender em termos reais a magnitude do reconhecimento de outros cidadãos da UE, o Quadro 4.4 apresenta a distribuição das respostas para cada um dos indicadores que compõem a subdimensão de reconhecimento.

Quadro 4.4 – Distribuição dos indicadores de reconhecimento das relações horizontais

O direito dos cidadãos da UE...								
	de viver em todos os Estados-Membros da UE		a trabalhar em todos os Estados-Membros da UE		de viver no país		de trabalhar no país	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Uma coisa má	1921	7,0	1815	6,6	2315	8,4	2432	8,9
Nem bom, nem mau	3922	14,3	3591	13,1	4324	15,7	4123	15,0
Uma coisa boa	21129	76,9	21563	78,5	20293	73,9	20387	74,2
NS/NR	492	1,8	495	1,8	532	1,9	522	1,9
Total	27464	100,0	27464	100,0	27464	100,0	27464	100,0

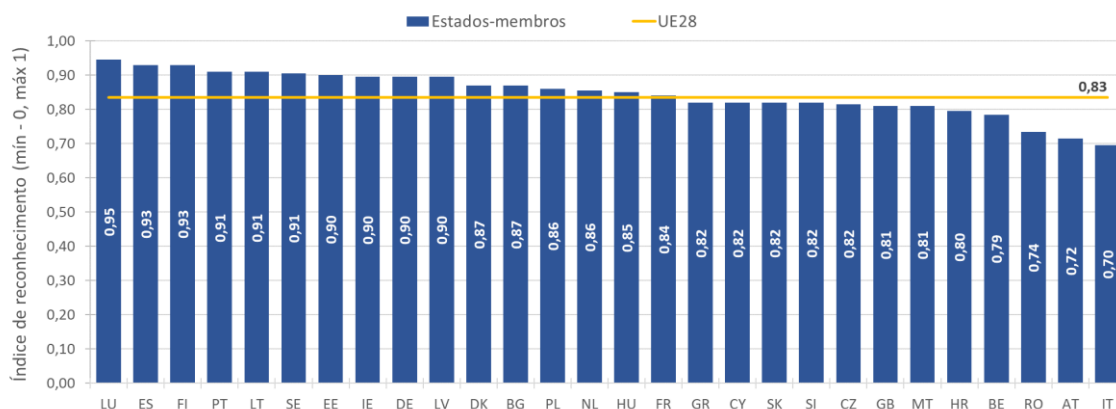
Fonte: Eurobarómetro 95.1

O padrão e a ordem de grandeza das respostas são muito semelhantes entre as quatro questões. A larga maioria dos cidadãos da UE, três quartos dos inquiridos, reconhece o direito dos cidadãos da UE a viver e a trabalhar noutra estado-membro e no respetivo país de residência. Contudo, a percentagem é ligeiramente inferior no caso do reconhecimento ao direito a viver e a trabalhar no país de residência do inquirido em comparação ao direito de viver e trabalhar nos Estados-Membros da UE. Menos de um em cada dez dos inquiridos considera esses direitos como uma coisa má.

Em conclusão, a cidadania europeia é largamente reconhecida como legítima, assim como os direitos de integração em cada um dos sistemas económicos nacionais e sistemas sociais, sendo baixa a discrepância entre reconhecer esse estatuto formal em todo o território da UE e de também reconhecer no próprio país.

Os indicadores de reconhecimento têm uma consistência interna elevada (0,931), e a solução da ACPCat explica 78% da variância. Em termos médios no espaço transnacional o grau de reconhecimento é positivo (0,83), acima do ponto central (0,5), Figura 4.1.

Relativamente aos espaços nacionais, o valor máximo é alcançado no Luxemburgo (0,95) e o mínimo em Itália (0,70). Além deste último, Áustria e Roménia são os outros dois países mais afastados da média da UE28, com um valor médio inferior a três quartos da escala (0,75). Os maiores graus de reconhecimento são encontrados nos países do Norte da Europa (Finlândia, Suécia, Dinamarca, Irlanda, Alemanha, Países Baixos e Luxemburgo), nos países do Báltico (Letónia, Lituânia e Estónia), na Península Ibérica (Espanha e Portugal), e ainda em alguns dos países do Leste-Centro (Bulgária, Polónia e Hungria), embora estes últimos se encontrem próximos do valor da UE28.



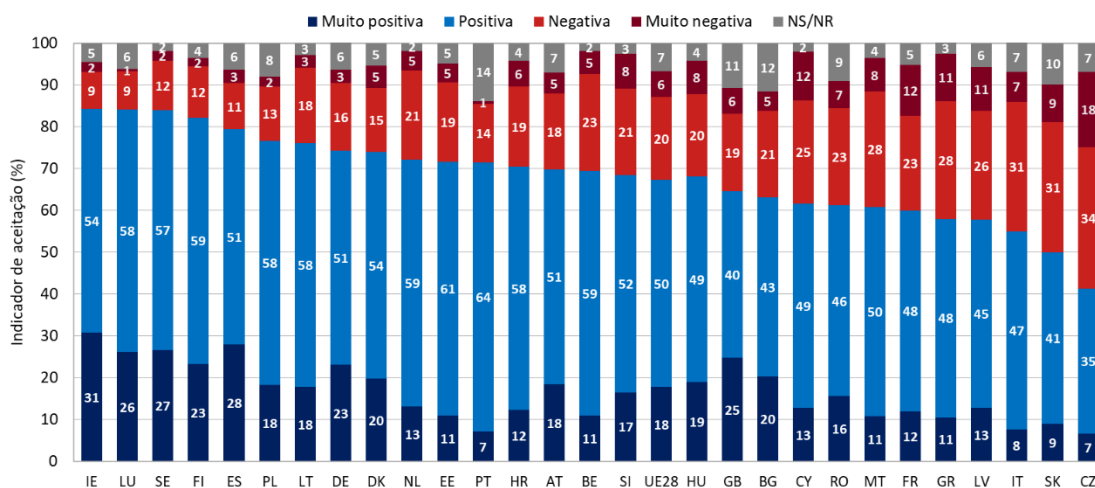
Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 4.1 – Médias de reconhecimento das relações horizontais de coesão social na UE, segundo os Estados-Membros

Do lado oposto o grau de reconhecimento tende a ser menor nos países do Sul (Grécia, Chipre, Malta, Itália) e do Centro-Leste (Eslováquia, Eslovénia, Chéquia, Croácia, Roménia, Áustria) e ainda no Reino Unido e Bélgica. A França está no meio igualando praticamente o valor transnacional.

#### 4.1.2 Aceitação

Quanto à subdimensão de aceitação da CS-UE a Figura 4.2 apresenta a distribuição das respostas segundo os Estados-Membros.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 4.2 – Distribuição da aceitação das relações horizontais de coesão social na UE, segundo os Estados-Membros

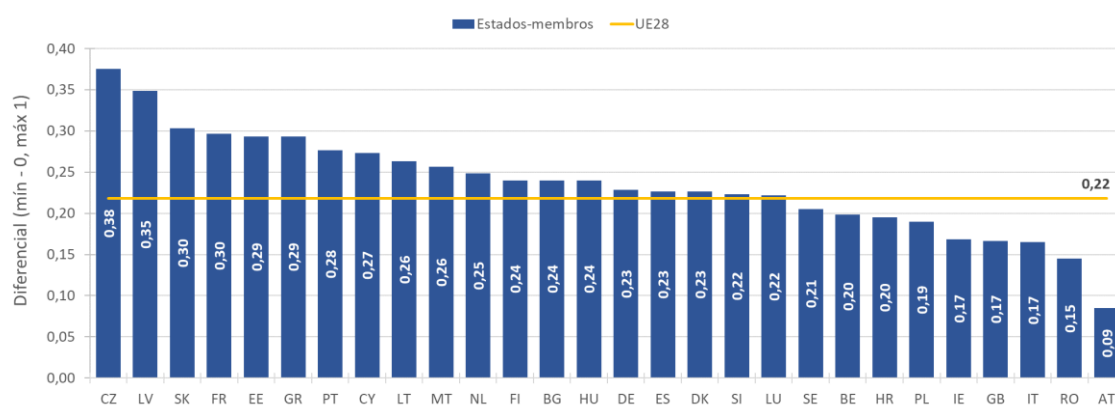
No espaço transnacional da UE28 pouco mais de dois terços dos respondentes consideram positiva (positiva + muito positiva) a imigração de cidadãos de outros Estados-Membros.

Em termos nacionais, são sete os países em que pelo menos mais de três quartos dos respondentes têm uma aceitação positiva (Irlanda, Luxemburgo, Suécia, Finlândia, Espanha, Polónia e Lituânia). Tal como para o nível de reconhecimento, é nos países do Norte da Europa, Báltico (exceção da Letónia) e Península Ibérica que os níveis de aceitação são maiores.

E é nos países do Sul e Centro-Leste que os níveis são menores (Chéquia, Eslováquia, Itália, Grécia, França, Malta, Roménia, Chipre, Bulgária, Hungria) e Reino Unido. A Chéquia é o único país onde pouco mais de metade dos inquiridos considera que a imigração de cidadãos de outros Estados-Membros é negativo (negativo + muito negativo). Em todos os outros países a percentagem de inquiridos que têm uma opinião negativa é inferior a 40%. Contudo, considerando as respostas de “Não sabe/Não responde”, na Eslováquia exatamente metade dos inquiridos aceita de modo positivo a imigração de cidadãos da UE.

### 4.1.3 Clusters de relações horizontais

Face a estes resultados constata-se que a aceitação revela níveis inferiores ao de reconhecimento, embora ambos positivos, em todos os Estados-Membros, Figura 4.3. O diferencial das pontuações entre as subdimensões de reconhecimento e de aceitação é calculado através da média da variável ordinal da aceitação, e uniformizado (mínimo 0 a máximo 1). Para efeitos estritamente interpretativos considera-se viável.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

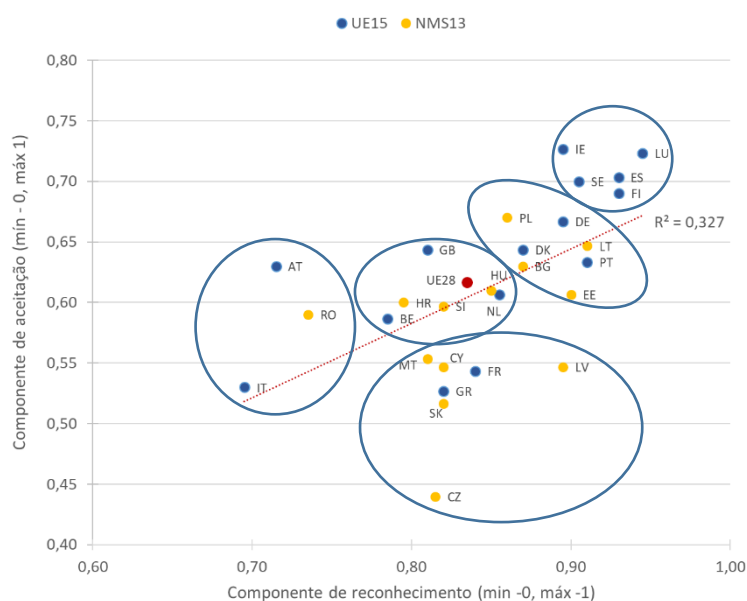
Figura 4.3 – Diferencial entre o reconhecimento e a aceitação das relações horizontais de coesão social na UE, segundo os Estados-Membros

A ordem de grandeza do diferencial médio no espaço transnacional da UE28 é considerável, superior a um quinto da escala. Na Chéquia e na Letónia é superior a um terço da escala, e na Eslováquia, França,

Estónia, Grécia e Portugal aproximadamente de 0,30 pontos. A Áustria destaca-se como o país com menor diferencial.

É interessante notar que, apesar de no global do espaço da UE28 subsistir o reconhecimento da cidadania europeia, através legitimidade formal dos direitos inerentes a essa cidadania, do prisma informal subsistem menores níveis de aceitação. A heterogeneidade entre Estados-Membros também é maior na ligação informal entre cidadãos do que na formal, pois a amplitude entre países é de 0,29 pontos na aceitação e de 0,25 pontos no reconhecimento. Os dados justificam distinguir teoricamente entre uma relação horizontal formal e outra informal. Na UE, como unidade geopolítica onde a pertença pode ser atribuída de modo formal, administrativamente, os cidadãos mobilizam essa distinção.

Para aprofundar a leitura integrada das relações horizontais, a Figura 4.4 demonstra a configuração do espaço social ao nível nacional das relações horizontais. Para captar uma eventual relação entre a altura de adesão e entre a geografia e a CS-UE horizontal, os países são apresentados segundo o grupo UE15 (primeiros 15 Estados-Membros, predominantemente da Europa ocidental) e NMS13 (últimos 13 Estados-Membros, predominantemente da Europa de Leste).



Notas: os círculos representam os clusters de países, de acordo com a análise de clusters descrita adiante.

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 4.4 – Clusters das relações horizontais de coesão social na UE, segundo os Estados-Membros

A evidência mais clara é a relação linear entre o reconhecimento e a aceitação.

Ao analisar a cronologia da adesão ao projeto europeu, a maioria dos países da UE15 estão acima da linha de 0,60 da aceitação, enquanto a maioria dos países NMS13 estão nesse limiar ou abaixo. Assim, a média do grau de aceitação na UE15 é de 0,64 e na NMS13 é de 0,58, e a diferença é estatisticamente significativa ( $t(25,960)=2,367$ ;  $p<0,05$ ). Ainda sobre o grau de aceitação, constata-se que na UE15 os menores níveis são registados em três Estados-Membros do Sul: Itália, Grécia e França; dois deles

fundadores das instituições precursoras da UE. Por outro lado, a diferença no grau de reconhecimento entre a UE 15 e os NMS13 não é estatisticamente significativa ( $t=0,604$ ;  $p>0,05$ ), com médias de 0,85 e 0,84, respetivamente.

Por outro lado, a análise da geometria entre a zona euro e não euro não distingue a média em ambas as subdimensões

Para completar a análise, o Quadro 4.5 apresenta a solução de clusters, através de um método hierárquico com o método de Ward. A subdimensão de reconhecimento é a que mais diferencia a solução de clusters ( $F=40,325$ ;  $p<0,001$ )

Quadro 4.5 – Descritiva das relações horizontais nos clusters de Estados-Membros

Cluster	Aceitação média	Reconhecimento
1 – Luxemburgo, Irlanda, Espanha, Suécia, Finlândia	0,71	0,92
2 – Alemanha, Polónia, Dinamarca, Bulgária, Lituânia, Portugal, Estónia	0,64	0,89
3 – Países Baixos, Hungria, Reino Unido, Croácia, Eslovénia, Bélgica	0,61	0,82
4 - Áustria, Roménia, Itália	0,58	0,71
5 - Malta, Chipre, França, Grécia, Eslováquia, Chéquia, Letónia	0,52	0,83

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Os dois primeiros grupos de países, clusters, 1 e 2, são os que maiores pontuações têm em ambos as subdimensões de reconhecimento e aceitação, diferenciando-se o primeiro por ter as maiores médias, e por só incluir países ocidentais da UE15. e o segundo por incluir Estados-Membros de ambos UE15 e NMS13. Os países destes dois clusters tendem a ser do Norte da Europa, e do Centro-Norte, incluindo Báltico, e ainda a Península Ibérica e Bulgária.

No terceiro cluster, onde as médias são inferiores às dos dois primeiros, além do Norte estão países do Centro e Centro-Leste.

O cluster quatro, composto por Áustria, Roménia e Itália, é um caso particular, uma vez que demonstra uma taxa de reconhecimento bastante inferior a todos os outros clusters.

O último cluster é composto por países do Sul, Centro-Leste e Letónia, e tem o menor grau de aceitação de outros cidadãos da UE.

Em síntese, a análise de clusters permite estabelecer que mais do que as determinantes de configuração da geometria da UE, zona euro ou momento de adesão, a posição geográfica poderá ser mais explicativa das relações horizontais. Este tipo de relações são mais fracas no Sul, Centro-Leste, e Leste-Sul. E são mais fortes no Norte, Península Ibérica, Báltico, Polónia e Bulgária. O Reino Unido, país que já abandonou a união, demonstra um nível intermédio nestas relações.

Para finalizar esta seção, ressalva-se que a formulação das questões utilizadas para a avaliação das relações horizontais de CS-UE evidencia o carácter intermédio dos Estados-Membros na relação entre os cidadãos e a UE, contrapondo o respetivo país do inquirido face aos restantes. Ou seja, em termos de

coesão social capta a relação com outros grupos. Por tal, seria interessante e relevante contrastar a relação face a cada um dos países ou a grupos de países, avaliando se o reconhecimento e a aceitação diferem de acordo com certos conjuntos de Estados-Membros, por exemplo antigos membros, novos membros, Norte, Sul, Leste, Centro, etc. Essa análise permitiria evidenciar as relações entre o espaço de capital simbólico de cada uma das nacionalidades ou das classificações dos Estados-Membros com as relações horizontais de CS-UE.

## **4.2 Relações verticais**

Como visto no capítulo 3, as relações verticais resultaram em três subdimensões: confiança, legitimidade e filiação. A confiança é composta pela confiança em quatro instituições, a UE no todo, o PE, a CE, e o BCE. A legitimidade é constituída pela imagem positiva/negativa da UE, pessimismo/otimismo face ao futuro da UE, satisfação com o funcionamento da democracia na UE, e nível de concordância se os interesses do respetivo estado-membro têm ou não sido defendidos na UE. A filiação é composta por um único indicador de nível de concordância se o futuro do respetivo país é melhor fora, ou dentro, da UE.

As variáveis das relações verticais têm uma alpha de Cronbach de 0,892, boa consistência interna, mas a filiação é uma subdimensão autónoma, pois a correlação desse indicador contribui para diminuir a consistência interna face aos outros oito indicadores que compõem as relações verticais, além de ter um peso inferior a 0,300. Assim, os indicadores das subdimensões da confiança e da legitimidade têm uma alpha de Cronbach de 0,900, formando uma dimensão de consistência interna elevada. Contudo, a matriz rodada revela que confiança e a legitimidade são também duas subdimensões, optando-se por se individualizar cada uma destas subdimensões, porque teoricamente a confiança tem um enquadramento e estatuto próprio na literatura. Ressalva-se que as variáveis de confiança são nominais dicotómicas e que as de legitimidade são ordinais pelo que a subdivisão do resultado da ACPCat de matriz rodada pode estar influenciada por este pormenor.

Adicionalmente, quando construídas as subdimensões de confiança e de legitimidade confirma-se a maior proximidade entre ambas, com uma boa consistência interna (alpha de Cronbach de 0,815), e a maior distância da filiação, pois a consistência interna das três subdimensões diminui consideravelmente (alpha de Cronbach de 0,74). Este resultado é importante uma vez que o apoio à UE pode ter contornos singulares e não necessariamente semelhantes ao que conduz à confiança e legitimidade das suas instituições. Assim, uma conclusão importante a retirar e a avaliar nos próximos capítulos é que medir o apoio difuso à UE, no sentido de apoio ao regime e ao modelo político, a partir de indicadores de confiança e legitimidade poderá ser discutível. Confiança nas instituições europeias poderá não implicar necessariamente o apoio às mesmas, ou vice-versa. Por outras palavras, as expectativas de ação em prol de bem e de defesa dos interesses dos cidadãos e dos Estados-Membros por parte das instituições europeias poderá não consubstanciar-se diretamente em apoio na integração no projeto europeu. De facto, enquanto a correlação entre as subdimensões de confiança e de legitimidade é quase forte (0,681),

as correlações entre cada uma dessas subdimensões e a filiação são fracas, Quadro 4.1 (0,312 e 0,303, respetivamente).

Ao analisar com maior detalhe o comportamento da filiação face à confiança é à legitimidade, através das correlações entre a primeira e os quatro indicadores que compõem cada uma das outras duas subdimensões, Quadro 4.6, compreende-se que a filiação está mais relacionada com indicadores que avaliam diretamente as instituições e a opinião sobre a UE. Em sentido inverso, está menos relacionada com indicadores que captam a intermediação dos Estados-Membros, a defesa dos interesses do país. Assim, apesar de os Estados-Membros poderem intermediar a relação entre cidadãos e a UE, a relação direta poderá ter impacto igualmente ou mais significativo.

Quadro 4.6 – Correlação entre os indicadores das subdimensões de confiança e de legitimidade e a subdimensão de filiação

	Indicadores da subdimensão de confiança <sup>a)</sup>				Indicadores da subdimensão de legitimidade <sup>b)</sup>			
	UE	CE	PE	BCE	Imagem da UE	Otimismo futuro da UE	Interesses do país defendidos	Satisfação democracia na UE
Filiação	0,252***	0,288***	0,295***	0,238***	0,330***	0,292***	0,173***	0,222***

Notas: \*\*\* p < 0,001; \*\* p < 0,01; \* p < 0,05.

a) Eta

b) Rho de Spearman

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

## 4.2.1 Confiança

Neste estudo são analisadas o grau e confiança nas instituições europeias através de quatro instituições: a UE, o PE, a CE, e o BCE, Quadro 4.7..

Quadro 4.7 – Distribuição dos indicadores da subdimensão de confiança das relações verticais

	União Europeia		Parlamento Europeu		Comissão Europeia		Banco Central Europeu	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Tende a não confiar	11004	40,1	8575	31,2	8987	32,7	9565	34,8
Tende a confiar	13758	50,1	15583	56,7	14091	51,3	13369	48,7
NS/NR	2702	9,8	3306	12,0	4387	16,0	4529	16,5
Total	27464	100,0	27464	100,0	27464	100,0	27464	100,0

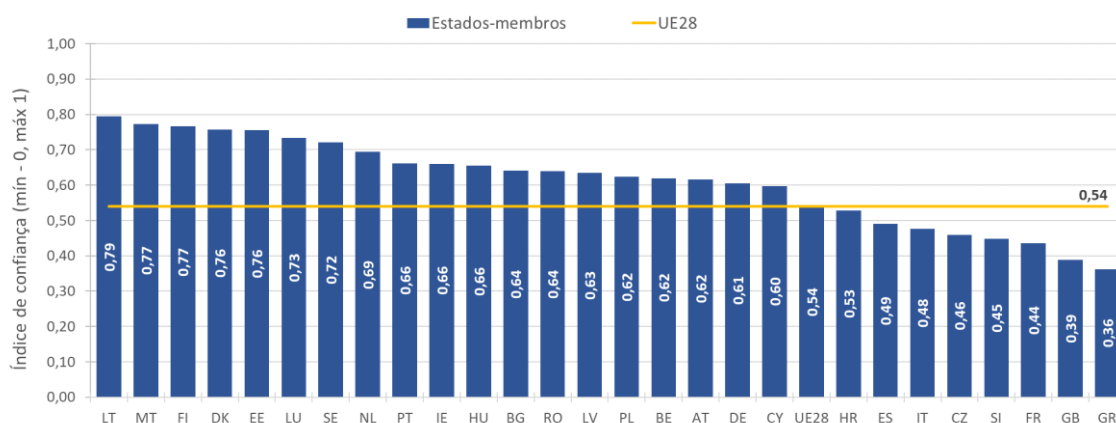
Fonte: Eurobarómetro 95.1

Ao momento da realização do questionário, a confiança nas instituições europeias estava na linha de água. De modo geral, pelo menos metade dos residentes na UE confiavam nas instituições supranacionais europeias. A exceção é o BCE, com uma percentagem pouco inferior a 50%. No sentido oposto, o Parlamento Europeu é a instituição que gera maiores níveis de confiança.

A UE é a instituição com menor nível de confiança, cerca de dois quintos dos indivíduos tende a não confiar, enquanto cerca um terço dos respondentes tende a não confiar no PE, na CE e no BCE. É curioso notar que a UE revela menores graus de confiança do que as suas instituições funcionais.

É importante salientar que existe um considerável número de não respostas “Não sabe/Não responde”, até 16,5%. Estas percentagens são muito superiores às percentagens (entre 1 a 2%) verificadas em variáveis cuja escala de resposta inclui um ponto central. Tal, poderá dever-se à conjugação de dois fatores: o primeiro é o desconhecimento da respetiva instituição, e o segundo é o posicionamento neutral ou uma indecisão quanto à resposta. De acordo com dados do próprio inquérito, 5,6% dos inquiridos revelou nunca ter ouvido falar do Parlamento Europeu, cerca de 12,5% nunca ouviu falar da CE, e 14% não nunca ouviu falar do BCE. Por outro lado, dos 3306 indivíduos que responderam “Não sabe/Não responde” sobre se tende a confiar ou não no PE, 80% desses indivíduos (2634) já ouviram falar do PE, o que poderá sinalizar um conjunto relevante de respondentes indecisos ou neutrais quanto à confiança nessa instituição. Quanto à CE, a percentagem é de 62% (2714 indivíduos), enquanto para o BCE o valor é de 60% (2715 indivíduos). Ou seja, é provável que a maioria das não respostas “Não sabe/Não responde”, correspondam, de facto, a indecisos ou a posições neutrais.

Os indicadores de confiança nas instituições europeias têm uma consistência interna alta (0,886), e a solução da ACPCat explica 67,2% da variância. O valor médio transnacional é de 0,54 (mínimo 0 a máximo 1), Figura 4.5.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 4.5 – Médias de confiança das relações verticais de coesão social na UE, segundo os Estados-Membros

Em 2019 o nível de confiança nas instituições europeias era globalmente positivo, com um valor de 0,54 no espaço da UE28, portanto, acima do ponto médio (0,5). A maior parte dos níveis médios de confiança dos Estados-Membros estão acima do valor da UE28, provavelmente por quatro (Espanha, Itália, França e Reino Unido) dos seis países (os quatro anteriores, a Alemanha e a Polónia) mais populosos terem baixos níveis de confiança.



Os países onde se registam os maiores níveis de confiança situam-se no Norte (Finlândia, Dinamarca, Suécia, Luxemburgo, Países Baixos, Irlanda), e no Báltico (Lituânia e Estónia), seguindo-se um conjunto de países do Leste (Hungria, Bulgária, Roménia, Letónia, Polónia, Eslováquia) e Centro (Alemanha, Áustria, Bélgica). Malta e Portugal também se encontram neste conjunto de países.

Por outro lado, os países que registam os menores níveis de confiança situam-se no Sul e no Centro-Leste (Croácia, Espanha, Itália, Chéquia, Eslovénia, França, Grécia), incluindo também o Reino Unido.

#### **4.2.2 Legitimidade**

É interessante notar algumas particularidades das variáveis que constituem esta subdimensão. Em primeiro lugar é composto por questões diretamente associadas à relação vertical entre os cidadãos e a UE, assim como por uma questão que inclui uma intermediação, o estado-membro, nessa relação vertical. Em segundo lugar, inclui questões referentes ao presente assim como uma questão que projeta o futuro, ou seja, coesão social na UE poderá não ser só sobre o momento atual, mas também sobre as expectativas futuras. Em terceiro lugar, também está incluído o indicador que mede a satisfação com o funcionamento da democracia na UE, que é uma avaliação da situação, pelo que teoricamente pode ser considerado como parte constituinte do conceito de bem-estar, tal como definido neste trabalho. Não obstante, a opção foi a de manter este indicador na constituição da subdimensão de legitimidade, uma vez que a sua remoção resulta em menor consistência interna, além de outras razões teóricas que serão discutidas na análise de resultados. O Quadro 4.8 apresenta os resultados das quatro variáveis que compõem a subdimensão de legitimidade das relações verticais.

A imagem que os respondentes têm da UE é predominantemente neutra a positiva, mais de um terço e pouco menos de metade, respetivamente. Apenas 14% respondeu que tem uma imagem negativa da UE.

Relativamente ao futuro da eu o balanço também é positivo. Enquanto cerca de dois terços mostravam-se otimistas, contra cerca de 30% que estava pessimista.

Por outro lado, cerca de três quintos estava satisfeito com o funcionamento da democracia na UE, enquanto pouco menos de um terço não estava satisfeito.

Por último, pouco mais de metade dos inquiridos tende a pelo menos concordar com a afirmação de que os interesses do respetivo país de residência são devidamente tomados em consideração na UE, enquanto dois quintos dos respondentes discordam.

Quadro 4.8 – Distribuição dos indicadores da subdimensão de legitimidade das relações verticais

A União Europeia tem uma imagem...			Em relação ao futuro da UE é...			Nível da satisfação com o funcionamento da democracia na UE			Os interesses do país são devidamente tomados em consideração na UE		
Escala	n	%	Escala	n	%	Escala	n	%	Escala	n	%
Muito negativa	884	3,2	Muito pessimista	1460	5,3	Nada satisfeito	1881	6,8	Discordo totalmente	2827	10,3
Negativa	3110	11,3	Pessimista	6605	24,0	Pouco satisfeito	6695	24,4	Tende a discordar	8154	29,7
Neutra	10288	37,5	Otimista	15707	57,2	Satisfeito	14569	53,0	Tende a concordar	11668	42,5
Positiva	10703	39,0	Muito otimista	2483	9,0	Muito satisfeito	1921	7,0	Concorda totalmente	2838	10,3
Muito positiva	2170	7,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	310	1,1	NS/NR	1209	4,4	NS/NR	2398	8,7	NS/NR	1977	7,2
Total	27464	100,0	Total	27464	100,0	Total	27464	100,0	Total	27464	100,0

Fonte: Eurobarómetro 95.1

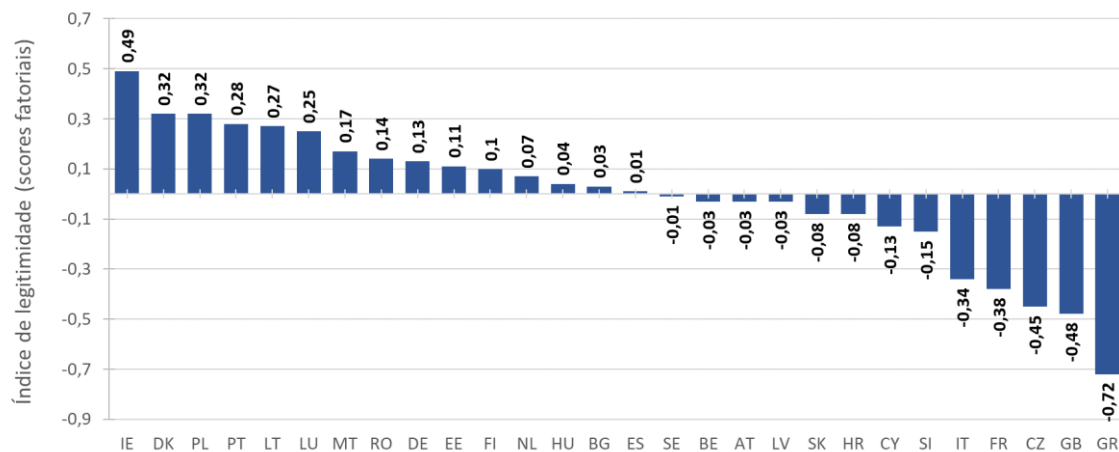
Em suma, o balanço é positivo para a UE, apesar de se constatar um menor grau de aprovação relativa à tomada de consideração dos interesses do respetivo país, face aos restantes indicadores. Tal como constatado para a variável de confiança nas instituições supranacionais europeias, é provável que a ausência de um ponto central contribua para aumentar o número de não respostas “Não sabe/Não responde”. De facto, do conjunto de respondentes que não têm uma opinião sobre o futuro da UE, 51% têm uma posição neutral em relação à imagem da UE. E para quem não tem uma opinião sobre o funcionamento da democracia na UE e/ou sobre a tomada de consideração dos interesses do país as percentagens são de 49% e de 59%, respetivamente.

Em comparação aos indicadores de confiança os indicadores de legitimidade obtêm maiores proporções de atitudes positivas, o que corrobora a distinção empírica entre os dois conjuntos de indicadores, e reforça a distinção teórica e o estatuto autónomo de cada conceito.

Os indicadores de legitimidade nas instituições europeias têm uma consistência interna alta (0,818), e a solução da ACPCat explica 53% da variância. A subdimensão da legitimidade é calculada através de uma ACPCat e definida com scores fatoriais, resultando num valor médio do espaço transnacional de 0,0.

Olhando agora para a escala nacional, a Figura 4.6 demonstra a pontuação na subdimensão de legitimidade segundo os Estados-Membros.

A Irlanda destaca-se como o país cuja população reconhece um maior grau de legitimidade das instituições europeias. Este facto poderá estar relacionado com o contexto ao momento do questionário, cujas negociações para a consumação do Brexit, e em particular da questão da fronteira da Irlanda do Norte, era um dos pontos mais sensíveis da negociação. No caso particular da legitimidade, excluindo a Dinamarca, os países do Norte não se destacam face aos restantes. Por exemplo, a Suécia surge atrás da Espanha, da Bulgária e da Hungria. Contudo, os países onde se registam os menores níveis de legitimidade, em sintonia com os níveis de confiança, são novamente a Grécia, o Reino Unido, a Chéquia, a França, e a Itália.



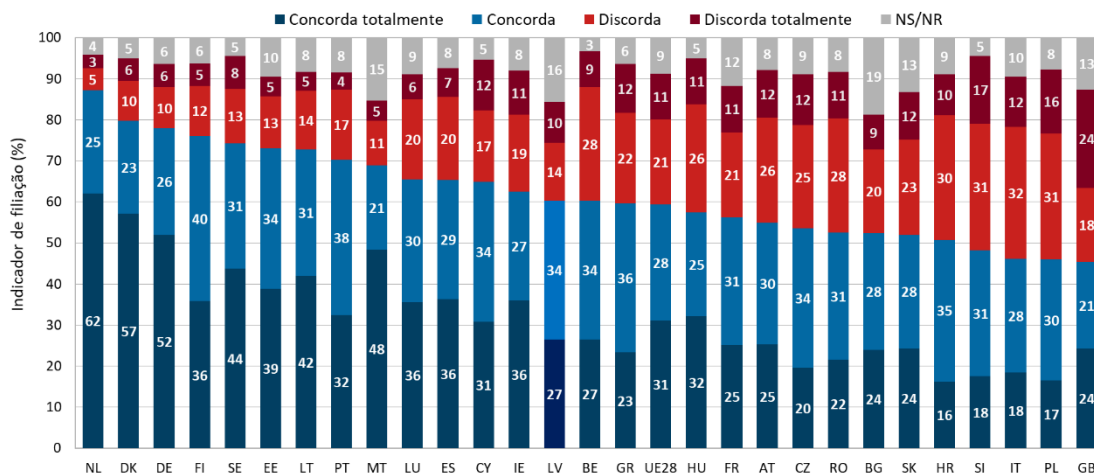
Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 4.6 – Médias de legitimidade das relações verticais de coesão social na UE, segundo os Estados-Membros

É interessante notar que nos menores níveis de legitimidade e confiança nas instituições europeias tendem a estar os mesmos Estados-Membros, enquanto nos maiores níveis os países são diferentes. Por algum motivo em alguns países o reconhecimento formal das instituições europeias, e da legalidade do projeto, acaba por ganhar preponderância face às atitudes informais dos cidadãos perante as suas instituições. Este pormenor torna mais importante avaliar a subdimensão da filiação.

### 4.2.3 Filiação

Olhando agora para a subdimensão de filiação da CS-UE a Figura 4.7 apresenta a distribuição das respostas segundo os Estados-Membros.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 4.7 – Distribuição da filiação das relações verticais de coesão social na UE, segundo os Estados-Membros

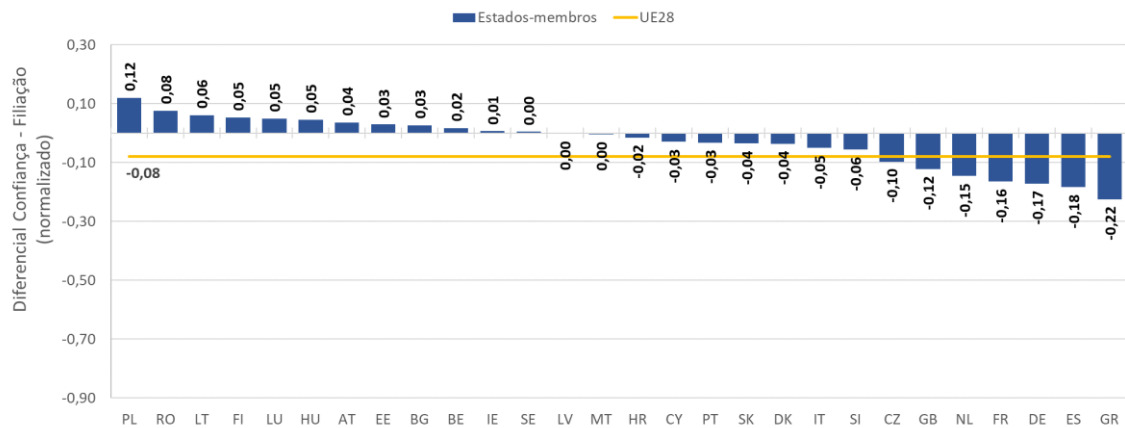
Quando questionados se o futuro do respetivo país seria melhor ou pior fora da UE, cerca de três quintos dos respondentes concordam que a filiação à UE é o melhor cenário para o futuro. Os maiores níveis de concordância de filiação à UE são registados nos países do Norte e Centro-Norte (Países Baixos, Dinamarca, Alemanha, Finlândia, Suécia, Irlanda e Bélgica), do Báltico (Estónia, Lituânia, Letónia), e em alguns dos países do Sul, incluindo a Península Ibérica (Portugal, Espanha, Malta, Chipre e Grécia). A Grécia é um caso singular no sentido em que regista os menores níveis de confiança e de legitimidade de todos os Estados-Membros, mas onde cerca de três quintos dos respondentes preferem manter-se na UE.

Do lado oposto, os países onde menos de metade dos inquiridos acreditam que o melhor para o futuro é como membro da UE são o Reino Unido, a Polónia, a Itália, e a Eslovénia. A Polónia também apresenta alguma singularidade no sentido em que demonstra bons níveis de confiança e legitimidade das instituições, mas menor nível de filiação. Num outro conjunto de países de Leste, que inclui a Croácia, Eslováquia, Bulgária, Roménia, Chéquia, e ainda a mais central Áustria, o nível de concordância situa-se na faixa entre 50% a 55%.

Além de explicar o nível de concordância esta é uma das questões onde a interpretação do nível de rejeição e do nível de indecisão é igualmente relevante. No espaço transnacional o nível de discordância a um futuro dentro da UE é de aproximadamente um terço, enquanto o nível de indecisão (incluindo a não resposta) é ligeiramente inferior a um décimo (8,7%). Os quatro países mencionados com o menor nível de concordância (Reino Unido, a Polónia, a Itália, e a Eslovénia) são também os que registam maiores níveis de discordância, superiores a 40%, quanto a um futuro dentro da UE. Nesses quatro países, a diferença entre a concordância a discordância quanto a um futuro melhor dentro da UE é inferior a 4%, o que evidencia a relevância dos indecisos e não respostas. Ou seja, o limiar dos 50%, para estar dentro ou fora da UE, é alcançado pelos indecisos/não respostas. Logo, a posição da Polónia, Itália e Eslovénia é muito semelhante à do Reino Unido, que ao momento do questionário já tinha votado para sair da UE.

Também é relevante contrastar as distribuições entre as subdimensões de confiança e de legitimidade com a da filiação. As percentagens de respostas positivas para a filiação da CS-UE são mais próximas das distribuições dos indicadores de legitimidade do que da confiança. Na filiação o valor médio transnacional é em torno dos 60%, enquanto para a confiança era pouco mais de 50% e para a legitimidade em torno de um valor médio de 60%. Estes dados podem indicar que a filiação e a legitimidade captam, de facto, mais um aspeto formal das atitudes dos cidadãos face às instituições europeias. Por outro lado, a confiança captará mais uma atitude de cariz informal.

A Figura 4.8 apresenta o diferencial entre as pontuações médias das subdimensões de confiança e de filiação. É calculado através da média da variável ordinal da subdimensão de filiação, uniformizado, que para efeitos estritamente interpretativos considera-se viável. O mesmo gráfico não é produzido para a legitimidade por a última ser baseada numa fórmula de cálculo distinta, e respetiva escala.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 4.8 – Diferencial entre a confiança e a filiação das relações verticais de coesão social na UE, segundo os Estados-Membros

Mais de metade dos Estados-Membros têm menor pontuação na confiança nas instituições europeias do que na filiação. É interessante notar que as elevadas taxas de filiação nos Países Baixos e Alemanha contribuem para um diferencial negativo. Estes resultados demonstram, e reforçam, a argumentação da distinção analítica e teórica que deve ser dada a ambas as subdimensões, pelo menos no caso da UE. Segundo estes dados a hipótese que se coloca é que a confiança poderá apresentar limitações quando usada como indicador de apoio difuso à UE. Estes resultados estão em linha com os obtidos nas relações horizontais, onde as atitudes de aspeto formal perante os outros cidadãos da UE são mais positivas do que as atitudes de caráter informal.

#### 4.2.4 Clusters de relações verticais

Uma vez analisadas as distribuições segundo os Estados-Membros, é relevante analisar a agregação de países segundo padrões de (dis)semelhança nas subdimensões das relações verticais de CS-UE, Quadro 8. A legitimidade ( $F=42,463$ ;  $p<0,001$ ) e a filiação ( $F=41,911$ ;  $p<0,001$ ) são as subdimensões que mais diferenciam os clusters.

Quadro 4.9 – Descritiva das relações verticais nos clusters de Estados-Membros

Cluster	Confiança	Legitimidade	Filiação
	Média		
1 – França, Itália, Reino Unido, Grécia, Chéquia	0,42	0,65	0,56
2 – Bélgica, Espanha, Áustria, Chipre, Hungria, Letónia, Polónia, Eslováquia, Eslovénia, Bulgária, Roménia, Croácia	0,59	0,73	0,59
3 – Países Baixos, Luxemburgo, Dinamarca, Irlanda, Portugal, Alemanha, Finlândia, Suécia, Estónia, Lituânia, Malta	0,72	0,76	0,74

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

O primeiro cluster é composto por cinco países (França, Itália, Reino Unido, Grécia, Chéquia), quatro dos quais da UE15, com os menores níveis de confiança, legitimidade e filiação, tendo, inclusive, uma média abaixo do ponto central (0,5) na subdimensão de confiança. Ao Reino Unido, que já abandonou a união, juntam-se a França, Itália, Grécia e Chéquia.

O segundo cluster é constituído maioritariamente por nove países do NMS13, e três da UE15 e tem nível intermédio nas subdimensões de confiança e legitimidade. A média na subdimensão de filiação é estatisticamente igual à do cluster 1 (teste de Scheffé  $p > 0,05$ ), e distancia-se do cluster 3 por ter menores médias na confiança e na filiação (teste de Scheffé  $p > 0,05$ ).

O cluster 3 tem as maiores médias nas três subdimensões. É composto maioritariamente por países da UE15, mais dois do Báltico e Malta. Inclui os países nórdicos da Suécia, Dinamarca, Finlândia, Irlanda, Países Baixos e Alemanha, além de Portugal.

A geometria do momento de adesão não demonstra diferenças significativas nas médias entre Estados-Membros da UE15 e NMS13 (confiança:  $t = -0,516$ ;  $p > 0,05$  / legitimidade:  $t = -0,350$ ;  $p > 0,05$  / filiação  $t = -1,427$ ;  $p > 0,05$ ). Quanto à zona euro/não euro apenas a filiação demonstra diferença significativa ( $t = 2,776$ ;  $p < 0,05$ ) (confiança:  $t = 0,804$ ;  $p > 0,05$  / legitimidade:  $t = 0,668$ ;  $p > 0,05$ ). Contudo, é notório que os países ocidentais tendem a estar no cluster 3 ou 1 e os de Leste no 2.

Em suma, regista-se um padrão algo semelhante às relações horizontais, os países com maiores pontuações são o do Norte, Centro-Norte, Báltico e Portugal. E uma zona constituída pelo Centro, onde se incluem França, Itália, Áustria e os países de Leste com menores pontuações. Neste sentido começa a ganhar forma o argumento do que mais que aspetos relacionados com a geometria intrínseca ao projeto europeu, tais como o ano de adesão e a zona económica e monetária, poderem subsistir outros fatores mais preponderantes que de momento são captados mais pela geografia.

### **4.3 Pertença**

Como visto anteriormente, a pertença é uma subdimensão de coesão social relevante, pois capta um conjunto transversal de subdimensões. O sentimento de cidadania da UE capta o reconhecimento de pertença formal à entidade geopolítica. O sentimento de felicidade em viver na UE capta o reconhecimento da UE como espaço das condições e trajetória de vida. O sentimento de ligação à UE capta a ligação mais emocional ao território da UE. Curioso é que o sentimento de ligação à Europa também se inclui nesta subdimensão, demonstrando a ligação emocional a um território mais alargado do que a UE, e que poderá envolver representações distintas. De facto, podem subsistir representações de geografia e históricas, entre outras, associadas à pertença à Europa. Como já ressaltado, a UE não é composta por todos os países europeus. Então, a questão que se colocou foi se este indicador deveria ou não se manter incluído na subdimensão. Após alguns testes optou-se por mantê-lo, pois aumenta o número de casos disponíveis para análise. É uma decisão técnica, uma vez que calculando a subdimensão de pertença com ou sem a ligação à Europa não gera diferença nas correlações com as outras dimensões em análise nem nos resultados descritivos. A compreensão das representações

associadas aos sentimentos de ligação à UE e à Europa, não são claros, e torna-se por isso difícil argumentar se estabelecem uma ligação ao território físico, à comunidade política, ao espaço social, ou a outros aspetos. Poderá, contudo, colocar-se a hipótese de o sentimento de ligação à UE incluir mais representações de carácter cívico-político, talvez predominantes, do que o sentimento de ligação à Europa. Este último, além dessas representações poderá incluir também representações culturais, geográficas, históricas. Esta hipótese é colocada com base na dicotomia predominante das representações da Europa (Comissão Europeia, 2004; Bruter, 2005, Huyst, 2008; Mihalcea *et al.*, 2013; Henriques, 2020; Royuela, 2020). Assim, o sentimento de ligação à UE poderá representar a ligação emocional ao projeto da UE, enquanto o sentimento de ligação à Europa representa a ligação emocional à Europa como um espaço social e físico, que pode incluir ou não representações da UE.

Segundo Henriques (2020) a autocategorização como europeu é maior quantas mais representações se sobrepõem, e em particular de carácter cultural. É neste sentido que o indicador de autocategorização também poderia compor a subdimensão de pertença. A ACPCat demonstra que os cinco indicadores são uma mesma dimensão, o que prova empiricamente a multidimensionalidade da pertença. Além da ligação ao território, ao espaço social, à comunidade política e de cidadania, inclui também a autoidentificação. Porém, uma vez que a variável de autocategorização é nominal, e envolveria o cálculo dos scores fatoriais da ACPCat, optou-se por excluir este indicador da subdimensão. Foi uma decisão técnica.

Os indicadores que constituem a pertença apresentam outro aspeto relevante. Poderiam constituir parte tanto das relações horizontais como das verticais de CS-UE. A ACPCat que inclui os indicadores das relações horizontais e os indicadores de pertença têm uma consistência interna alta (alpha de Cronbach = 0,897, incluindo também a autocategorização). A consistência é alta tanto com o indicador de aceitação (alpha de Cronbach=0,868) como com os de reconhecimento (alpha de Cronbach=0,892), reforçando que a pertença está relacionada tanto com fatores informais como formais, de aceitação e de reconhecimento do estatuto de cidadania do outro, respetivamente. O facto de o alpha de Cronbach ser superior com o reconhecimento devesse à presença de um maior número de variáveis da última subdimensão. No mesmo sentido, a ACPCat que inclui os indicadores das relações verticais e os indicadores de pertença têm uma consistência interna também alta (alpha de Cronbach = 0,928). Se a filiação for excluída a consistência interna é de 0,922. A consistência é alta tanto com os indicadores de confiança (alpha de Cronbach = 0,897) como com os de legitimidade (alpha de Cronbach = 0,900) e a filiação (alpha de Cronbach = 0,881). Logo, a pertença também está intrincada nas relações verticais, com as instituições. A pertença é tanto horizontal como vertical, e daqui se ter autonomizado a mesma numa dimensão de CS-UE.

O Quadro 4.10 apresenta os resultados das quatro variáveis que compõem a subdimensão de pertença e identidade.

Quadro 4.10 – Distribuição dos indicadores de pertença

Em que medida se sente ligado à UE?			Em que medida se sente ligado à Europa?			Sente-se cidadão da UE?			Está feliz a viver na UE?		
Escala	n	%	Escala	n	%	Escala	n	%	Escala	n	%
Nada ligado	2804	10,2	Nada ligado	2061	7,5	Não, certamente que não	1930	7,0	Discorda totalmente	1363	5,0
Pouco ligado	7994	29,1	Pouco ligado	6431	23,4	Não, em parte não	4520	16,5	Tende a discordar	2781	10,1
Ligado	11295	41,1	Ligado	12578	45,8	Sim, em parte sim	11205	40,8	Tende a concordar	12146	44,2
Muito ligado	4805	17,5	Muito ligado	5915	21,5	Sim, certamente que sim	9525	34,7	Concorda totalmente	9009	32,8
NS/NR	566	2,1	NS/NR	479	1,7	NS/NR	284	1,0	NS/NR	2165	7,9
Total	27464	100,0	Total	27464	100,0	Total	27464	100,0	Total	27464	100,0

Fonte: Eurobarómetro 95.1

Em todos os indicadores as respostas tendem a colocar-se no lado positivo da escala, com a maioria dos indivíduos a sentirem-se ligados à UE, à Europa, cidadãos europeus, e felizes por viver na UE. No entanto, os valores são mais positivos no reconhecimento de cidadania europeia e no grau de concordância em sentir-se feliz por viver na UE, onde pelo menos três quartos dos indivíduos responde positivamente. Em menor proporção, aproximadamente dois terços dos respondentes sentem-se ligados à Europa e quase três quintos ligados à UE. Poder-se-á afirmar que apesar de os indivíduos reconhecerem a sua cidadania europeia, e apesar de estarem felizes por viverem na UE, regista-se um menor grau no sentimento de ligação, por hipótese menor ligação emocional, tanto à Europa como à UE, mas particularmente face à última.

Constata-se também um nível elevado de não respostas quanto ao grau de concordância com o sentimento de felicidade por viver na UE, que em parte pode estar associado a alguma indecisão quanto à de preferência de o seu país permanecer ou não na UE, uma vez que um quinto (21%) desses indivíduos não sabe se o país estaria melhor fora ou dentro da UE.

Em suma, a pertença à UE tem maior sustentação a partir do seu aspeto formal, de cidadania, do que do informal, afetivo. Se tomarmos em consideração que quanto maior a afetividade pela UE/Europa maior a probabilidade de saliência da identidade europeia face à nacional (Henriques, 2020), ou seja, os cidadãos verem-se primeiro como europeus e em segundo como nacionais, e que o predomínio de fatores formais, cívico-políticos, favorece um menor grau de identificação como europeu, então compreende-se que um terço se vê como nacional (32,7%), mais de metade como nacional e em segundo europeu (55,0%), menos de um em cada dez primeiro europeu e em segundo nacional (8,2%), e apenas 2% somente como europeus. A pertença à UE será então mais baseada numa vertente formal do que informal.

A informação do Quadro 4.11 traz novas evidências sobre a relação entre a autocategorização e a CS-UE. A distinção entre quem se vê primeiro como nacional e depois europeu com a categoria de quem se vê primeiro como europeu e depois nacional diferencia mais a pontuação na aceitação e na pertença do que no reconhecimento, além de também diferenciar pouco as pontuações das relações verticais. Este facto sustenta a hipótese de que para as relações formais entre os cidadãos e a UE são mais relevantes



as representações cívico-políticas, e que para as relações informais é necessário também um conjunto de representações culturais, neste caso identitárias. Contudo, a maior distinção é entre a categoria de quem se vê apenas como nacional face às restantes.

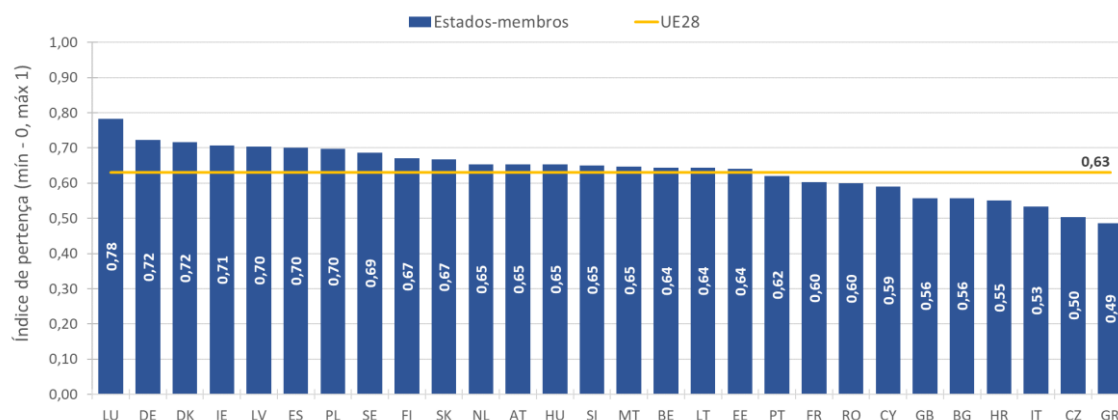
Quadro 4.11 – Médias de coesão social na UE, segundo a autocategorização

	Relações horizontais		Relações verticais		Pertença	Práticas		Média
	Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Integrativas	
Nacional	0,50	0,72	0,31	0,60	0,48	0,44	0,14	0,30
Nacional e Europeu	0,66	0,89	0,66	0,77	0,69	0,72	0,25	0,54
Europeu e Nacional	0,71	0,89	0,68	0,78	0,72	0,78	0,37	0,66
Europeu	0,72	0,88	0,53	0,73	0,73	0,71	0,38	0,59

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

O conjunto de quatro indicadores que constituem a subdimensão de pertença têm uma consistência interna alta (0,876), e a solução da ACPCat explica 66,4% da variância. Porém, pelos motivos já explanados a subdimensão é calculada pela média aritmética entre itens, resultando num valor médio transnacional de 0,63 (mínimo 0 a máximo 1), Figura 4.9.

Quando comparados os países relativamente à pertença, o Luxemburgo destaca-se com uma pontuação de 0,78, mas outros nove países registam um valor superior a dois terços da escala, incluindo Alemanha, Dinamarca, Irlanda, Letónia, Espanha, Polónia, Suécia Finlândia e Eslováquia. Ainda com valor médio superior à do espaço transnacional encontram-se os Países Baixos, Áustria, Hungria, Eslovénia, Malta, Bélgica, Letónia e Estónia. A Grécia é o único país com um nível de pertença inferior ao ponto médio (0,5), enquanto a Chéquia está nesse limite. A Itália tem uma pontuação de 0,53, inferior à da Croácia, Bulgária, e inclusive à do Reino Unido. Destaca-se que a França, outro dos membros fundadores do projeto do projeto europeu a par da Itália, também está abaixo do valor da UE28.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 4.9 – Médias de pertença de coesão social na UE, segundo os Estados-Membros

## 4.4 Práticas transfronteiriças

As práticas transfronteiriças constituem a vertente objetiva da CS-UE, e são operacionalizadas em duas subdimensões: práticas não integrativas e práticas integrativas. A distinção pretende diferenciar o motivo da prática, a sua duração, e o grau de integração ou não integração nos sistemas social, económico, educacional e de saúde de um outro estado-membro. Como visto na Parte II são eixos de diferenciação relevantes. A ACPCat com todos os itens revela que as práticas constituem uma única dimensão constituída pelas duas subdimensões de práticas não integrativas e práticas integrativas, indo de encontro ao quadro teórico que sustenta as tipologias de interações transnacionais já propostas na literatura (Recchi, 2014; Rechhi, 2015; Recchi, e Salamońska, 2019; Henriques, 2021). A consistência interna de todos os indicadores de práticas é alta ( $\alpha$  de Cronbach=0,871).

### 4.4.1 Práticas não integrativas

A subdimensão de práticas não integrativas é composta por quatro tipo de interação, Quadro 4.12.

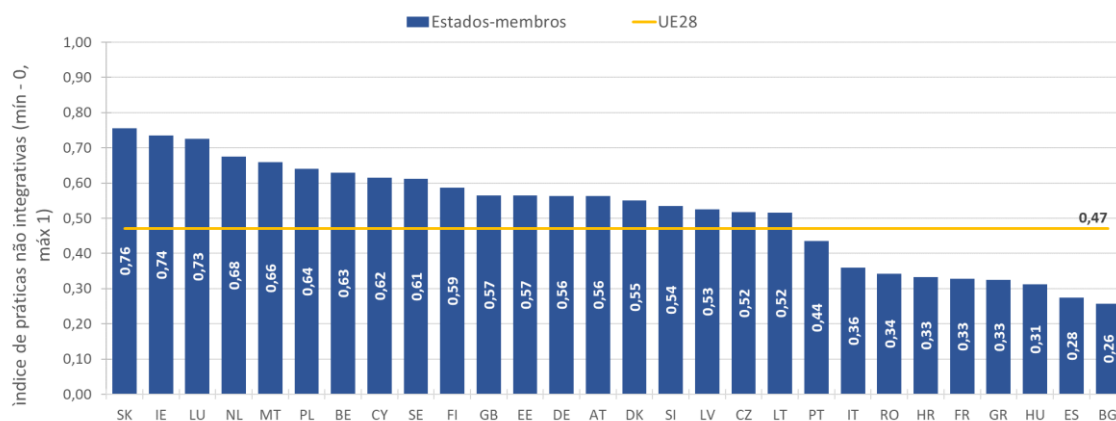
Quadro 4.12 – Distribuição dos indicadores de práticas transfronteiriças não integrativas de coesão social na UE

	Beneficiou		Não beneficiou		NS/NR	
	n	%	n	%	n	%
Menor controlo nas fronteiras	15293	55,7	11081	40,3	1090	4
Melhoria dos direitos dos consumidores na UE	10900	39,7	14763	53,8	1801	6,6
Custos mais baixos das comunicações na UE	13924	50,7	12376	45,1	1165	4,2
Direitos no transporte aéreo na UE	9588	34,9	15847	57,7	2029	7,4

Fonte: Eurobarómetro 95.1

No que respeita a práticas que não envolvem a integração em sistemas funcionais, mais de metade dos respondentes beneficiou de nenhum ou pouco controlo nas fronteiras internas, e metade beneficiou de custos mais baixos nas comunicações móveis entre países. Em menor medida, dois quintos beneficiaram da melhoria dos direitos dos consumidores na compra de produtos ou serviços noutro estado-membro, e cerca de um terço beneficiou dos direitos fortalecidos dos passageiros de transporte aéreo.

Os indicadores de práticas não integrativas têm uma boa consistência interna ( $\alpha$  de Cronbach=0,821), e a solução da ACPCat explica 63,1% da variância. O valor médio transnacional é de 0,47 (mínimo 0 a máximo 1), ligeiramente abaixo do ponto médio, Figura 4.10.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 4.10 – Médias de práticas transfronteiriças não integrativas de coesão social na UE, segundo os Estados-Membros

Eslováquia, Irlanda e Luxemburgo são os países com melhor média, a rondar três quartos da escala. Porém, em 19 dos Estados-Membros a média é superior a 0,5. Ressalva-se o facto de o Reino Unido apresentar pela primeira vez um valor superior à média do espaço da UE nos indicadores de CS-UE. O grupo de países com média inferior ao espaço global da UE é composto por os Estados-Membros do Sul (Grécia, Espanha, França, Itália, Portugal), os mais afastados a Leste (Roménia e Bulgária), e ainda a Hungria e Croácia.

#### 4.4.2 Práticas integrativas

Agora, tome-se em análise o conjunto de práticas que envolvem algum tipo de integração social no estado-membro de destino e o recurso a sistemas de saúde, económico e educacional, práticas integrativas. Estas são compostas por quatro tipo de interação, consoante o Quadro 4.13.

Quadro 4.13 – Distribuição dos indicadores de práticas transfronteiriças integrativas de coesão social na UE

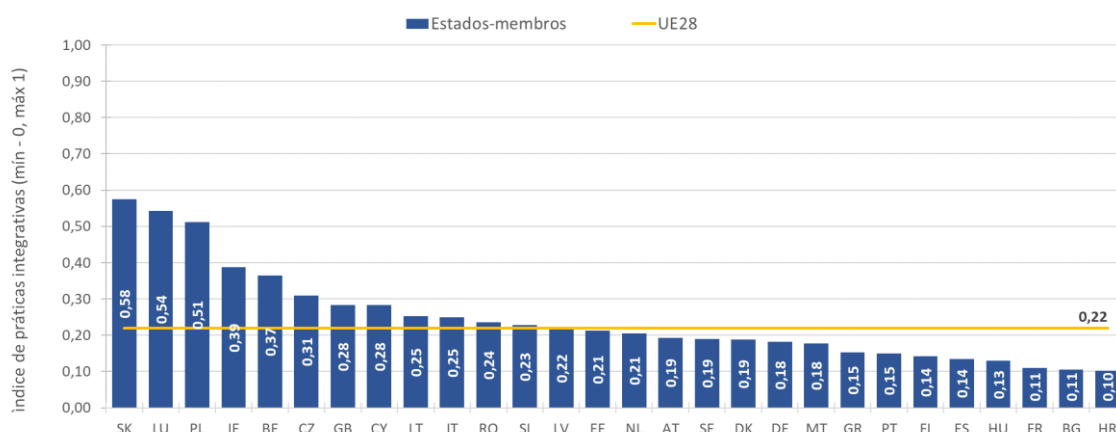
	Beneficiou		Não beneficiou		NS/NR	
	n	%	n	%	N	%
Receber assistência médica noutro país da UE	7231	26,3	18764	68,3	1469	5,3
Trabalhar noutro país da UE	5858	21,3	20099	73,2	1506	5,5
Viver noutro país da UE	5915	21,5	20042	73	1507	5,5
Estudar noutro país da UE	5188	18,9	20752	75,6	1524	5,5

Fonte: Eurobarómetro 95.1

O nível de práticas integrativas é consideravelmente inferior ao de práticas não integrativas. Aproximadamente um quarto dos inquiridos beneficiou de assistência médica noutro país, enquanto

cerca de um quinto trabalhou, viveu ou estudou noutro país. As taxas de não resposta são na ordem dos 5%.

Os indicadores de práticas integrativas têm uma boa consistência interna (alpha de Cronbach=0,870), e a solução da ACPCat explica 69,3% da variância. O valor médio transnacional é de 0,22 (mínimo 0 a máximo 1), abaixo de um quarto da escala, Figura 4.11.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 4.11 – Médias de práticas transfronteiriças integrativas de coesão social na UE, segundo os Estados-Membros

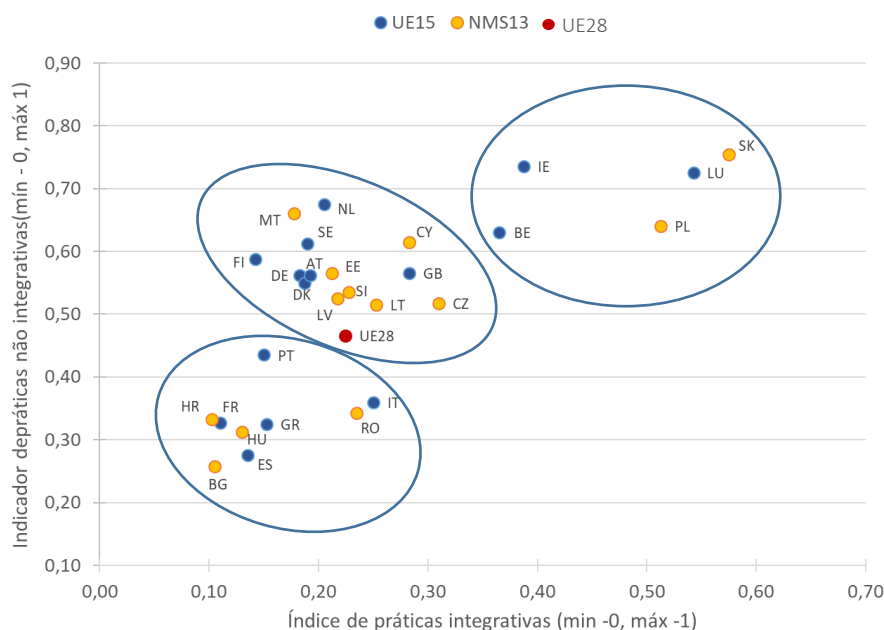
Doze países estão acima do valor médio, destacando-se a Eslováquia, Luxemburgo e Polónia, todos com uma média superior ao ponto central. Irlanda e Bélgica gravitam em torno de dois quintos da escala. Também o Reino Unido está acima da média do espaço transnacional. Se se compararem os países que estão acima e abaixo do valor transnacional, constata-se que a Itália e Roménia estão acima, e parte dos países do Norte e Centro, como os Países Baixos, a Suécia, a Finlândia, a Alemanha, estão abaixo, o que é oposto ao verificado nas práticas não integrativas. Contudo, Croácia, França, Hungria, Espanha, Portugal e Grécia continuam com menores pontuações.

Do exposto, é observável que subsistem diferenças assinaláveis entre a distribuição das práticas integrativas face às não integrativas, o que poderá ser explicado mais adiante nesta tese, aquando de uma análise integrada entre a CS-UE e as suas dimensões relacionais. Porém, de momento a análise de clusters entre os dois tipos de práticas poderá trazer novas evidências.

#### 4.4.3 Clusters de práticas transfronteiriças

Nesta seção pretende-se compreender a configuração do espaço das práticas transfronteiriças, segundo os Estados-Membros, Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 4.12. Para agrupar os países foi realizada uma análise de clusters hierárquica com o método de Ward.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 4.12 – Clusters das práticas transfronteiriças da coesão social na UE, segundo os Estados-Membros

Observa-se que um conjunto de países se situa abaixo do valor médio da UE, ou em torno desse valor, em ambos os tipos de práticas, constituído pelos países do Sul, do Sul-Leste, assim como a Hungria (cluster 1). Consta-se também que um conjunto de países com média superior nas práticas integrativas no espaço UE28, gravita em torno do valor da UE28 no caso das práticas integrativas (cluster 2), sendo constituído pelos países nórdicos, do Centro-Leste, do Báltico e os dois estados insulares de Chipre e Malta a Sul. Por fim, um conjunto de Estados-Membros destaca-se por maiores valores médios em ambos os tipos de práticas (cluster 3), provavelmente associado a fatores migratórios, ou como sociedades de origem ou como sociedades recetoras.

Quadro 4.14 – Descritiva das práticas transfronteiriças nos clusters de Estados-Membros

Cluster	Não integrativas	Integrativas
	Média	
1 – França, Itália, Grécia, Espanha, Portugal, Hungria, Bulgária, Roménia, Croácia	0,33	0,15
2 – Países Baixos, Dinamarca, Reino Unido, Alemanha, Finlândia, Suécia, Áustria, Chipre, Chéquia, Estónia, Letónia, Lituânia, Malta, Eslovénia	0,57	0,22
3 – Bélgica, Luxemburgo, Irlanda, Polónia, Eslováquia	0,70	0,48

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

A subdimensão que mais contribui para a diferenciação dos clusters é as práticas integrativas ( $F=98,166$ ;  $p<0,001$ ). Todavia, todas as médias entre clusters são estatisticamente diferentes.

As diferenças das médias entre a UE15 e o NMS13, e entre a zona euro e não euro não são estatisticamente significativas. A geografia, assim como outros fatores, poderão ter maior capacidade explicativa das práticas transfronteiriças.

#### 4.5 Clusters de Estados-Membros

Nos pontos anteriores procedeu-se à caracterização da CS-UE no espaço transnacional e entre Estados-Membros. Se no contexto transnacional o grau de CS-UE é positivo, às escalas nacionais subsistem diferenças assinaláveis. As distinções entre Estados-Membros nos graus de CS-UE têm menos a ver com a geometria do projeto europeu, como o ano de adesão e a zona euro, e estão mais associadas a outros fatores, que de momento não são identificáveis. Regista-se, porém, uma relação geográfica interessante, com os maiores níveis de CS-UE a registarem-se nos países nórdicos, do Centro-Norte, no Báltico, e se analisada a vertente subjetiva na Península Ibérica. Em sentido oposto, nos Estados-Membros do Centro, Sul, e Leste, tendem a registar-se menores níveis de CS-UE. Na vertente objetiva de CS-UE os Estados-Membros do Sul, incluindo a Península Ibérica, e os países periféricos a Sul-Leste têm menores níveis de CS-UE.

Para finalizar a leitura da configuração da CS-UE, realizou-se uma análise de clusters entre Estados-Membros, considerando todas as subdimensões de CS-UE. Foi atribuído o mesmo peso a cada uma das subdimensões pelo que a vertente subjetiva pesa mais que a objetiva.

As subdimensões de CS-UE que mais diferenciam os clusters são as relações verticais (legitimidade  $F(4,23)=17,513$ ;  $p<0,001$  / filiação  $F(4,23)=15,879$ ;  $p<0,001$  / confiança  $F(4,23)=15,767$ ), seguindo-se as práticas não integrativas e integrativas, respetivamente.

Quadro 4.15 – Descritiva dos clusters de Estados-Membros de coesão social na UE

	Relações horizontais		Relações verticais		Pertença		Práticas	
	Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Não Integrativas	Integrativas
Cluster 1 - Bélgica, Áustria, Chipre, Letónia, Malta, Eslováquia, Roménia	0,57	0,80	0,63	0,73	0,62	0,64	0,58	0,29
Cluster 2 - França, Espanha, Hungria, Bulgária, Croácia	0,62	0,86	0,55	0,72	0,61	0,61	0,30	0,12
Cluster 3 - Luxemburgo, Irlanda, Polónia	0,71	0,90	0,67	0,79	0,61	0,73	0,70	0,48
Cluster 4 - Itália, Reino Unido, Grécia, Chéquia, Eslovénia	0,55	0,79	0,43	0,65	0,54	0,55	0,46	0,25
Cluster 5 - Países Baixos, Alemanha, Dinamarca, Suécia, Finlândia, Estónia, Lituânia, Portugal	0,65	0,90	0,72	0,76	0,75	0,67	0,56	0,19

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

O cluster 1 (Bélgica, Áustria, Chipre, Letónia, Malta, Eslováquia, Roménia) é algo heterogéneo em termos geográficos, e inclui um conjunto de sete Estados-Membros com menores pontuações nas relações horizontais, pontuações médias nas relações verticais e pertença, apesar de terem boas pontuações nas práticas, tanto não integrativas como integrativas. Ou seja, apesar da realização considerável de práticas a relação horizontal com outros cidadãos da UE é das mais fracas.

O cluster 2 é composto por cinco países, um do Sul, Espanha, outro do Centro, França, e três de Leste, tanto ao Centro como a Sul (Hungria, Croácia, Bulgária). Distingue-se por baixo grau de confiança nas instituições europeias e o menor nível de ambos os tipos de práticas. Constituem-se assim por países que do ponto de vista objetivo os seus cidadãos estão menos integrados em interações transnacionais, mas que mantêm pontuações médias nas relações horizontais subjetivas, e pontuações baixas, mas positivas, nas relações verticais.

O cluster 3 é composto por três estados, Luxemburgo, Irlanda e Polónia, que se destacam pelos maiores níveis de práticas, quer não integrativas quer integrativas. Têm ainda a maior média na subdimensão de legitimidade.

O cluster 4 distingue-se pelas menores pontuações no carácter subjetivo de CS-UE, tendo pontuações médias na vertente objetiva. Ou seja, têm menores pontuações nas relações horizontais, verticais e pertença. É constituído pelo já não membro Reino Unido, pelo membro fundador a Itália, e ainda pela Grécia, Chéquia e Eslovénia.

O último cluster 5, inclui os estados com maiores pontuações na vertente subjetiva de CS-UE, e menores pontuações nas práticas integrativas. É composto pelos países nórdicos da Finlândia, Dinamarca e Suécia, e ainda os Países Baixos e Alemanha, além da Estónia e Lituânia do Báltico e Portugal, a Sul. Portugal está neste conjunto devido ao maior peso das variáveis subjetivas.

Em leitura integrada, os países que se mantêm mais próximos e consistentes nas várias dimensões de CS-UE são os nórdicos, do Centro-Norte, e os do Báltico (Dinamarca, Suécia, Finlândia, Irlanda, Países Baixos, Luxemburgo, Alemanha, Estónia e Lituânia). No restante conjunto as distinções são mais dependentes da dimensão de CS-UE em análise. França e Itália estão mais próximos dos países a Sul e Leste-Sul, e dos mais reticentes ao projeto Europeu, como o Reino Unido e a Grécia. Falar de Estados-Membros fundadores da UE como se tivessem maiores níveis de CS-UE é contraproducente. A divisão não é só entre novos ou velhos membros, Ocidente e Leste, Norte e Sul, apesar de se notarem algumas clivagens entre essas categorias. As distâncias e proximidades entre Estados-Membros na CS-UE apresentam uma geometria variável, dentro de dois grandes blocos: um mais a norte e Centro-Norte, e outro a Centro-Sul, intrincando-se o Leste e o Ocidente em cada um desses blocos.

#### **4.6 Síntese do capítulo**

Antes de avançar para novo capítulo interessa sumarizar e reter os principais resultados deste capítulo, que apresentou a operacionalização e a análise descrita da CS-UE.

Em primeiro lugar, é importante discutir se esses resultados estão de acordo com o debate teórico e as propostas mais recentes de coesão social na literatura sociológica, e em particular na definição defendida nesta tese. E em segundo lugar, deve ser discutida a resposta à primeira questão desta investigação, como se configura e caracteriza a CS-UE.

Em termos substantivos os resultados confirmam a conceptualização teórica do conceito de coesão social, salientando-se o seguinte:

- a) as análises estatísticas demonstram a diferenciação da coesão social em relações horizontais e verticais;
- b) também diferenciam entre uma vertente subjetiva, de atitudes e pertença, e uma objetiva, as práticas;
- c) evidenciam que as diferentes dimensões de CS-UE fazem parte de uma dimensão global, a coesão social;

Por outro lado, em termos de resultados empíricos os principais apontamentos são:

- d) no contexto transnacional o grau de CS-UE da vertente subjetiva (atitudes mais a pertença) é positivo, enquanto na vertente objetiva as práticas não integrativas têm maior representatividade que as não integrativas;
- e) em particular, as atitudes são mais positivas nas relações horizontais do que nas verticais, ou seja, a CS-UE é mais positiva entre cidadãos do que entre cidadãos e as instituições;
- f) a pertença é a subdimensão mais transversal para compreender os níveis médios e globais de CS-UE.

Em particular, é possível responder com maior detalhe e parcialmente à primeira pergunta que orienta este trabalho de investigação: como se caracteriza e configura a coesão social na UE?

Do ponto de vista das relações horizontais é útil distinguir entre uma subdimensão formal (reconhecimento) e outra informal (aceitação). Os cidadãos europeus reconhecem o direito formal dos outros cidadãos, apesar de demonstrarem menor coesão informal, aceitando-os menos, isto apesar de níveis de aceitação positivos. Seria importante avaliar a confiança nos outros cidadãos, o que permitiria ter um indicador direto da relação entre cidadãos, assim como permitiria comparar diretamente a magnitude da confiança horizontal e da vertical.

Em termos de relações verticais, destaca-se a distinção da filiação relativamente à confiança e à legitimidade das instituições, pelo que é expectável encontrar alguns fatores distintos entre a primeira e as duas últimas. Logo, se o apoio difuso, tal como proposto por Easton (1975), tem uma subdimensão de confiança e/ou legitimidade, as mesmas não captam necessariamente o apoio ao regime, pelo que, ao momento, não se encontra evidência de que essas duas subdimensões possam ser usadas como indicadores de apoio difuso. Todavia, apesar de a filiação ter um comportamento distinto das restantes subdimensões das relações verticais, constata-se que o Reino Unido, como exemplo factual de saída do grupo, demonstra pontuações intermédias nas relações horizontais e baixas nas verticais, o que alimenta o argumento de que a filiação à UE pode ser mais uma questão de relações verticais do que horizontais. Países como a Itália, França, Grécia e Chéquia estão mais próximos do comportamento do Reino Unido em termos de relações verticais. Logo, o argumento de que países fundadores da união poderão revelar maior coesão social face à UE é posto em causa.

Por outro lado, a confiança nas instituições europeias tende a ser menor do que a sua legitimidade, cuja explicação, em certa medida, poderá ser algo semelhante à separação entre informalidade e



formalidade. Quer isto dizer que, se por legitimidade se encarar o reconhecimento formal do direito da UE e da sua legalidade como instituição, e se por confiança se entender um lado mais informal de predisposição em acreditar nas intenções positivas das suas instituições, então, tal como para as relações horizontais, os cidadãos da UE reconhecem formalmente o direito da UE apesar de na informalidade estarem um pouco mais reticentes perante a ação das respetivas instituições. Exemplos práticos da distinção na avaliação entre confiança e legitimidade são os países nórdicos, que relativamente a outros Estados-Membros têm os maiores níveis de confiança nas instituições europeias apesar de se situarem em posição intermédia na legitimidade.

A pertença consubstancia-se como dimensão fundamental da coesão social, sendo que se autonomiza quer face às relações verticais quer perante as relações horizontais, apesar de ter aspetos latentes a ambas. Quer isto dizer que, fazendo uma analogia com a identidade, a pertença pode ser um elemento de ligação, de intermediação, entre o nível micro e o macro como defendido pelos interacionistas simbólicos. A pertença inclui aspetos de cidadania, trajetória de vida, emocionais e de autocategorização, pelo que são registados indícios de que será importante distinguir entre uma subdimensão informal e outra formal de pertença. As pontuações nos indicadores no reconhecimento formal da cidadania e ao território físico são superiores face à ligação emocional à UE. Adicionalmente, a ausência de identidade europeia em termos de autorreconhecimento poderá ser o que mais distingue os cidadãos da UE, pelo menos quando em comparação àqueles que se autocategorizam como europeus com menor ou maior grau, na avaliação da CS-UE.

Passando agora para a discussão da vertente objetiva da CS-UE, nas práticas transfronteiriças as não integrativas têm boa relação com as restantes dimensões de CS-UE, demonstrando a relevância destas práticas na avaliação da CS-UE. Para as práticas integrativas poderá ser mais relevante analisar a qualidade da prática do que a quantidade.

Saindo da escala transnacional para a nacional, e avaliarmos a CS-UE através dos seus valores médios entre Estados-Membros, subsistem distinções significativas, com maior proximidade entre os países nórdicos e do Centro-Norte, incluindo o Báltico, no conjunto global da CS-UE. Estes países também demonstram maiores níveis de CS-UE. Verifica-se maior heterogeneidade no bloco de países a Centro, Sul e Leste, com configurações variáveis dependendo da dimensão de CS-UE em análise, e algumas pontuações de CS-UE negativas em particular nas relações verticais.

Então, além da CS-UE ser um fenómeno multidimensional, confirmando a hipótese 1a de trabalho e as evidências encontradas por outros investigadores (Dickes & Valentiva, 2012; Dragolov et al., 2012; Janning, 2016a; Janning, 2016b; Klavehn, 2016; Delhey et al., 2018), a sua configuração é heterogénea em termos da comparação entre subdimensões de CS-UE entre Estados-Membros, confirmando a parcialmente a hipótese 1b de trabalho. A verificação se a configuração também é heterogénea segundo os cidadãos só é realizada no capítulo 8.



## **5. Condições de vida e coesão social na União Europeia**

Uma vez caracterizada e compreendida a CS-UE nos panoramas transnacional e nacional, interessa agora estudar a forma como esta se relaciona com as suas dimensões relacionais. Assim, este capítulo inicia esse estudo, explorando as relações entre as condições de vida e a coesão social na UE. Como condições de vida consideram-se as desigualdades sociais, dum prisma objetivo dessas condições, e o bem-estar subjetivo, dum ângulo subjetivo. Por outras palavras, estabelece-se um enquadramento entre desigualdades sociais e bem-estar, sendo que a primeira remete para as condições objetivas estruturantes das oportunidades, enquanto a segunda para as condições percecionadas pelos indivíduos. O objetivo é o de caracterizar a relação de cada uma dessas dimensões com a CS-UE, mas também compreender se são mais ou menos importantes as condições objetivas ou subjetivas em que os indivíduos se encontram. Esta abordagem estabelece uma fronteira entre desigualdades sociais e bem-estar, contornando a teia entre os dois conceitos quando no segundo conceito são incluídas subdimensões do primeiro. Não quer isto dizer que não existam subdimensões objetivas de bem-estar, porém, para as incluir seria necessário discutir o que as distingue das desigualdades sociais. Como sugestão esse debate poderá passar por identificar as dimensões objetivas da vida social contemporânea que não se substantivem em diferenciais de oportunidades.

A informação adicional técnico-estatística, ou dados, deste capítulo encontra-se no anexo A

### **5.1 Desigualdades sociais**

A estrutura da análise e discussão precedente é semelhante à efetuada no capítulo anterior. Ou seja, a análise da CS-UE segundo as desigualdades sociais apresenta dois momentos: uma análise transnacional e uma análise comparativa nacional.

#### **5.1.1 Desigualdades sociais na União Europeia**

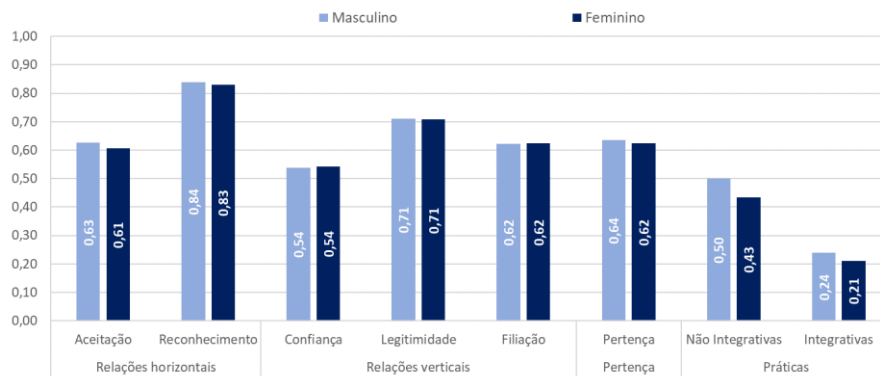
A análise transnacional evidencia que as desigualdades sociais diferenciam a CS-UE em todas as suas dimensões. Porém, as desigualdades de género e de tipo de lugar de residência, praticamente só diferenciam a CS-UE na sua vertente objetiva, das práticas, enquanto as restantes dimensões diferenciam tanto em ambas as vertentes subjetiva e objetiva. As correlações são apresentadas no Quadro 5.1 a seguir à explicação descritiva<sup>22</sup>.

As desigualdades de género e as desigualdades associadas ao espaço caracterizador da área residencial, apresentam uma relação fraca com a CS-UE. Apenas se registam contrastes assinaláveis entre as suas categorias no caso da vertente objetiva de CS-UE, as práticas transfronteiriças, Figura 5.1

---

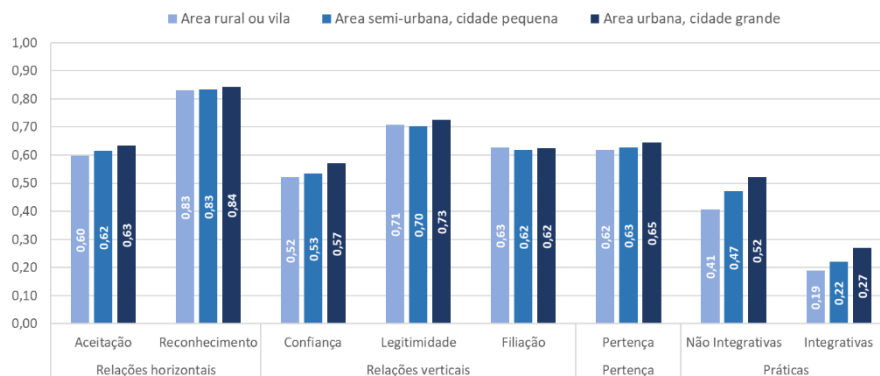
<sup>22</sup> Os dados complementares às operações estatísticas realizadas neste capítulo são apresentados no anexo C.

e Figura 5.2, mas as correlações são fracas. Se na vertente subjetiva de CS-UE homens e mulheres, e residentes em áreas urbanas, semiurbanas e rurais, têm pontuações próximas, respetivamente, na vertente objetiva os homens e quem reside em zonas urbanas realizaram mais práticas não integrativas e integrativas. E quem reside numa zona semiurbana também realizou mais práticas do que quem reside em zona rural. Poder-se-á dizer que, se por um lado género e tipo de lugar de residência em pouco diferenciam a vertente subjetiva (atitudes e pertença) da CS-UE, por outro lado diferenciam as possibilidades de interação, sociabilidade e integração em redes e sistemas transfronteiriços.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 5.1 – Médias de coesão social na UE, segundo o género



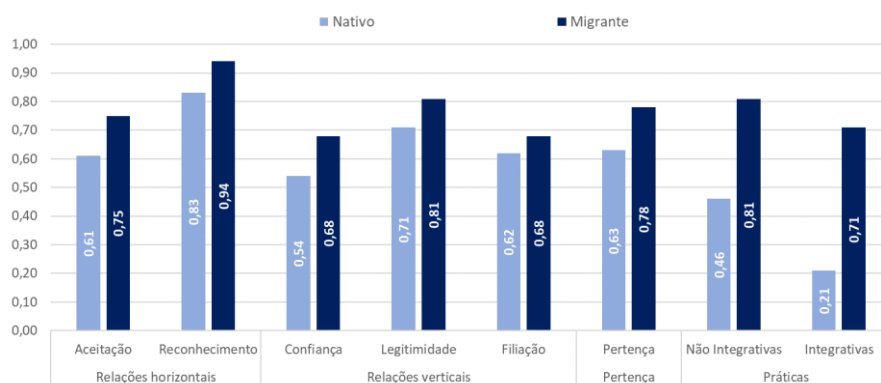
Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 5.2 – Médias de coesão social na UE, segundo o tipo de área de residência

Em segundo lugar, o estatuto de migrante, a fase de vida, a posição na estrutura social, a situação de vida, e a integração na sociedade digital têm uma relação transversal com a CS-UE, como se verá de seguida.

A origem, revela que os migrantes apresentam maior média que os nativos em todas as subdimensões de CS-UE, embora a distinção seja predominante na vertente objetiva das práticas, o que seria expectável face à propriedade intrínseca do indicador, Figura 5.3. Os resultados conhecidos da literatura científica de que os migrantes tendem a revelar maior grau de identidade europeia são corroborados (Recchi, 2015;

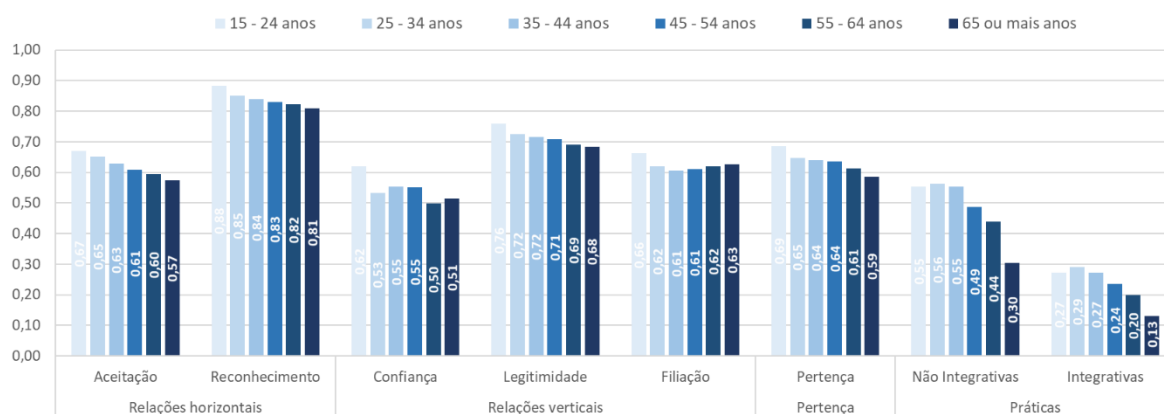
Kuhn 2012; Recchi & Favell 2009), além de essa categoria também demonstrar igual comportamento de modo transversal às subdimensões de CS-UE.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 5.3 – Médias de coesão social na UE, segundo a origem

De acordo com as faixas etárias, também a fase de vida tem uma relação com a CS-UE. As pontuações tendem a ser menores à medida que aumenta a faixa etária. Por outras palavras, os níveis de CS-UE tendem a ser superiores nos mais novos, o que é particularmente visível em ambos os tipos de práticas, com maior ênfase nas não integrativas, pois é onde se encontram os maiores coeficientes de correlação. Nas relações verticais tanto para a subdimensão de confiança como para a de filiação as faixas etárias têm menor capacidade explicativa.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 5.4 – Médias de coesão social na UE, segundo as faixas etárias

No que respeita à posição na estrutura social também subsistem distinções consideráveis, Figura 5.5. Na posição na estrutura socioeconómica, mais do que a posição face aos meios de produção a distinção

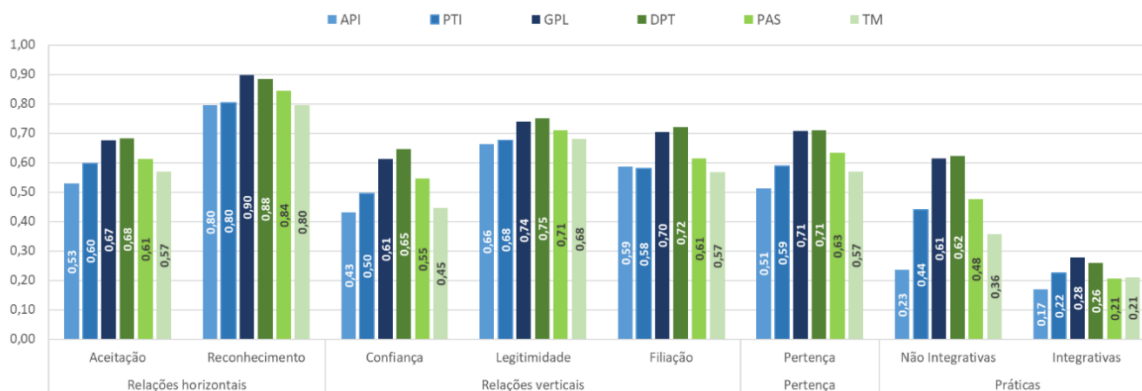
está na hierarquia, visível pela forma piramidal das barras, que separam do lado esquerdo os detentores dos meios de produção (a azul) e os assalariados (a verde).

A estrutura de classes, aqui aproximada aos grupos socioeconómicos, mostra que do lado dos assalariados à medida que aumenta a hierarquia, os recursos organizacionais e o poder económico tende a aumentar também a CS-UE. As pontuações são menores nos trabalhadores manuais (TM), intermédias no pessoal administrativo e dos serviços (PAS), e maiores nos dirigentes e profissionais técnicos (DPT). Relembre-se que na tipologia ACM os TM correspondem sensivelmente aos operários (O), e os PAS aos empregados executantes (EE), enquanto os DPT incluem os profissionais técnicos de enquadramento (PTE) e os dirigentes e administradores por conta de outrem.

Do lado de quem possui os meios de produção, a hierarquia também é relevante, sendo detetadas menores níveis de CS-UE nos grupos socioeconómicos de menor poder económico e prestígio. A pontuação tende a ser menor nos agricultores e pescadores independentes (API), intermédia nos Pequenos proprietários e outros trabalhadores independentes (PTI), e maior nos grandes proprietários e profissionais liberais (GPL). Novamente, recorda-se que comparando com a tipologia ACM, aproximadamente, os API correspondem aos agricultores independentes (AI), os PTI aos trabalhadores independentes (TI), e os GPL aos empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL). Assim, considerando a proximidade entre estes grupos socioeconómicos e a estrutura de classes, poder-se-á colocar a hipótese de que as classes sociais são um vetor de estruturação do espaço de coesão social na UE, demonstrando a pertinência das disposições para este fenómeno.

Uma vez que a posse de capital económico está relacionada com a posição de classes, a distribuição desse tipo de capital poderá ser estruturante do espaço de CS-UE. A cautela em afirmar que as classes são estruturantes do espaço de CS-UE deve-se a vários motivos. O primeiro é o de que a análise apresentada é bivariada, sendo necessário um modelo multivariado para controlar o efeito das variáveis de desigualdade. Em segundo lugar, as próprias correlações entre grupos socioeconómicos e CS-UE são fracas. Curiosamente essas correlações tendem a ser maiores com a pertença e as práticas transfronteiriças, que na disciplina sociológica são os dois fenómenos mais analisadas no estudo do espaço europeu, sabendo-se que as correlações são significativas.

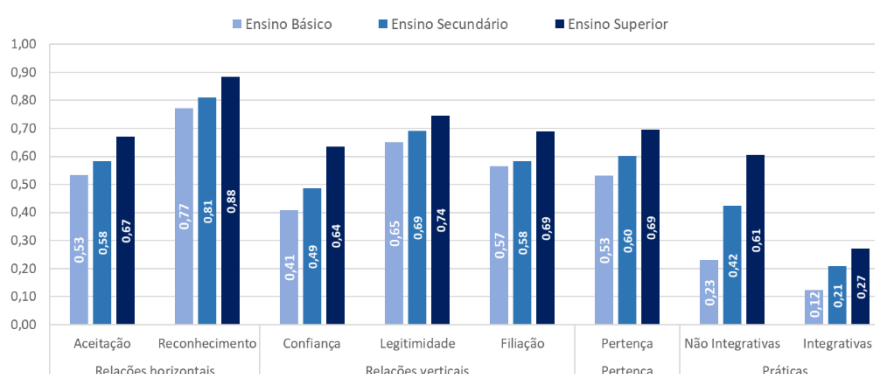
As distribuições das pontuações de CS-UE são diferentes entre todos os grupos socioeconómicos, com algumas exceções.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 5.5 – Médias de coesão social na UE, segundo os grupos socioeconómicos

Também a posição na estrutura das qualificações educacionais e, por conseguinte, o capital cultural demonstram que quanto maior a sua posse maior tende a ser o valor médio obtido na CS-UE, Figura 5.6. De facto, o conjunto de indivíduos com maior escolaridade, ensino superior, revelam maiores níveis de CS-UE. E, tal como constatado para o capital económico, quanto menor a posse de capital cultural menor tende a ser a CS-UE, ou seja, o grupo com ensino secundário tem menor pontuação que o grupo de ensino superior, e quem possui o ensino básico tem menor pontuação que os primeiros. As correlações entre a escolaridade e a CS-UE, tendem a ser fracas, e tal como para os grupos socioeconómicos são maiores com as práticas não integrativas e com a pertença.



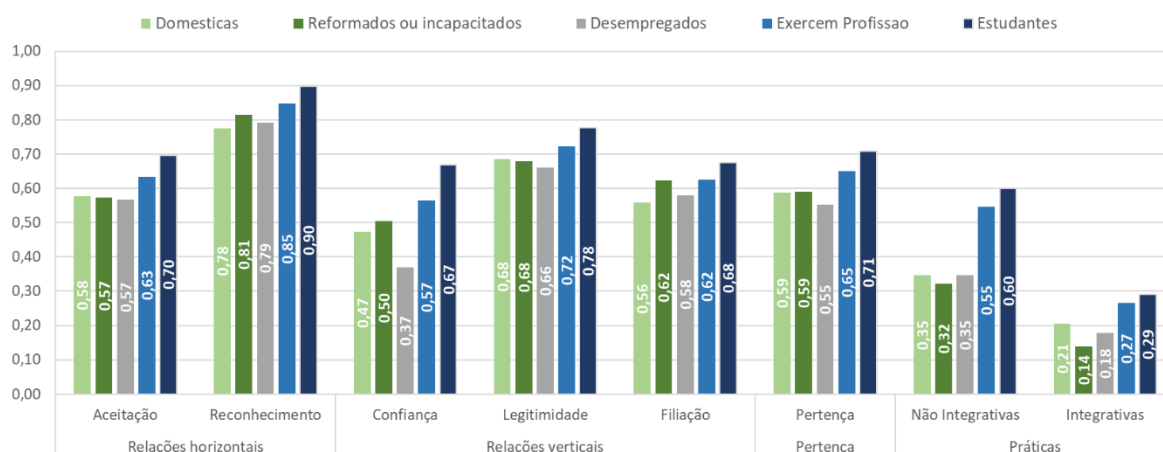
Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 5.6 – Médias de coesão social na UE, segundo a escolaridade

Na dimensão da situação de vida, tanto a condição perante o trabalho, a privação monetária e a privação material também diferenciam a CS-UE de modo transversal.

De acordo com a condição perante o trabalho, a categoria de indivíduos inseridos no mercado de trabalho obtém maiores pontuações do que as categorias que não exercem profissão, domésticas, reformados e desempregados. A inclusão económica é importante, e a exclusão revela particularmente

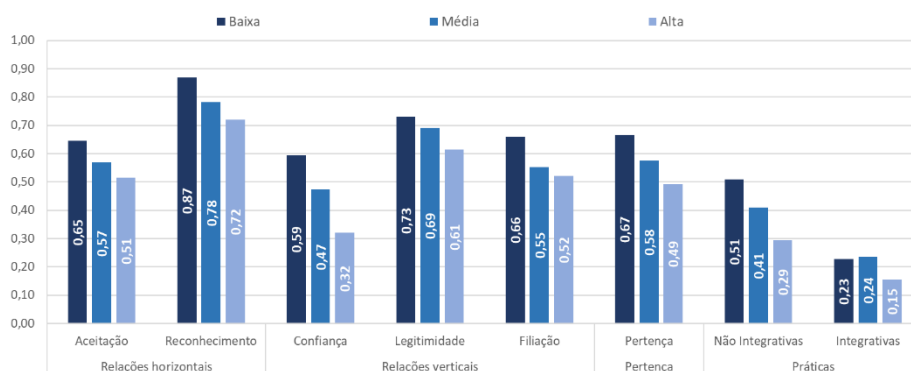
uma relação com a confiança nas instituições europeias, pois é na categoria dos desempregados que a pontuação média mais cai, em comparação às outras categorias e às outras subdimensões. Os estudantes são o outro grupo que obtêm maiores pontuações, em linha com a relação entre a idade e a CS-UE. A maior correlação entre condição perante o trabalho e CS-UE encontra-se com as práticas não integrativas.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 5.7 – Médias de coesão social na UE, segundo a condição perante o trabalho

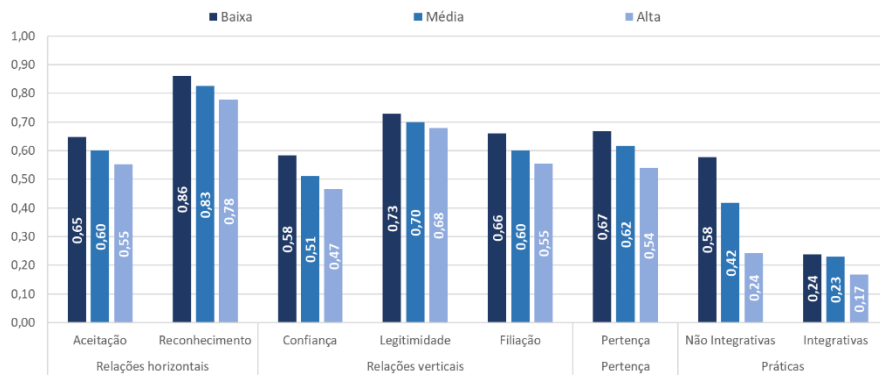
Adicionalmente, as situações de vida caracterizadas por privação monetária e/ou material, ou seja, indiretamente ligadas à posse de capital económico, corroboram a análise precedente, Figura 5.8 e Figura 5.9. O conjunto de indivíduos em melhor posição de privação, ou seja, com baixas privações monetária e material, registam uma pontuação superior, e as pontuações na CS-UE tendem a diminuir à medida que aumentam os níveis de privação. Contudo, enquanto a privação monetária tem a maior correlação com a pertença, a privação material tem com as práticas não integrativas. Poder-se-á colocar a hipótese de a privação monetária captar mais uma disposição, enquanto a privação material poderá captar melhor a capacidade dos indivíduos em adquirirem recursos e de realizarem práticas.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 5.8 – Médias de coesão social na UE, segundo a privação monetária

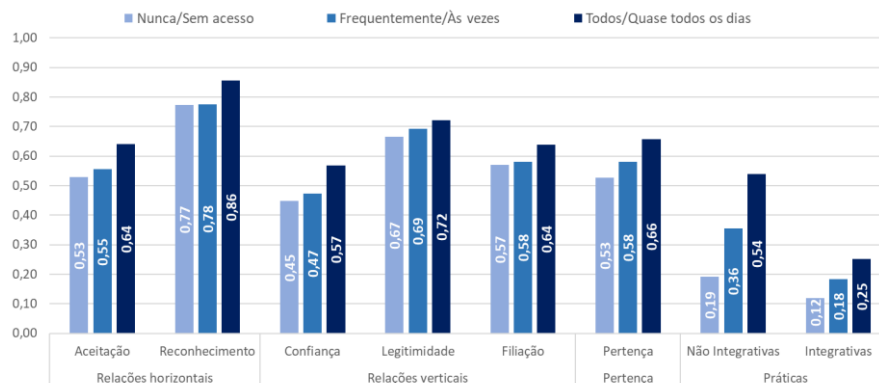




Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 5.9 – Médias de coesão social na UE, segundo a privação material

Por último, a inclusão ou exclusão na sociedade digital também demonstra relação com a CS-UE, Figura 5.10. A correlação entre o uso de internet e a CS-UE, é particularmente evidente nas práticas não integrativas, registando-se um paralelismo entre dois conjuntos de práticas distintas, os recursos digitais e a interação transnacional.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 5.10 – Médias de coesão social na UE, segundo o uso de internet

Efetuada uma análise descritiva da relação entre cada uma das desigualdades sociais com a CS-UE, interessa agora compreender quais as dimensões de desigualdade que mais se associam à CS-UE. Em termos globais, a relação entre as subdimensões de CS-UE e os indicadores de desigualdade social, medida pelo *Eplison Squared*, Quadro 5.1, demonstra que a variável mais relevante é a escolaridade. Os outros indicadores mais relevantes são os grupos socioeconómicos e a privação monetária. O capital cultural é deste modo o eixo de desigualdade que capta o nível de CS-UE com maior transversalidade. O capital económico também é um eixo relevante, seja através da estrutura social das classes sociais e da condição perante o trabalho, seja através das condições de existência situacionais, em concreto a privação. Neste último caso, apesar de a privação monetária ter uma relação mais forte com a dimensão

subjetiva da CS-UE, a privação material tem maior relação com a dimensão objetiva das práticas, principalmente as não integrativas. Assim, são a posição na estrutura social e as situações de vida que maiores relações têm de modo transversal com a CS-UE, e menos a fase de vida, o espaço físico-social e o género. Não obstante, a desigualdade na inclusão na sociedade digital, a fase de vida e o estatuto migratório também tem relações consideráveis com as práticas.

Também se conclui que a intensidade das relações é em primeiro lugar maior com a subdimensão de práticas não integrativas e em segundo lugar com a pertença.

Quadro 5.1 – Correlações entre a coesão social na UE e as desigualdades sociais

	Relações horizontais		Relações verticais		Pertença		Práticas	
	Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Não Integrativas	Integrativas
Origem	0,119***	0,090***	0,062***	0,115***	0,047***	0,119***	0,159***	0,231***
Género	0,040***	0,019***	0,008***	0,021***	0,002***	0,030***	0,100***	0,049***
Faixas Etárias	0,129***	0,076***	0,081***	0,120***	0,048***	0,119***	0,257***	0,175***
Tipologia do lugar	0,050***	0,017***	0,037***	0,055***	0,013***	0,044***	0,110***	0,092***
Escolaridade	0,211***	0,152***	0,209***	0,206***	0,157***	0,240***	0,344***	0,200***
Grupo Socioeconómico	0,161***	0,120***	0,167***	0,158***	0,179***	0,220***	0,262***	0,110***
Condição perante o trabalho	0,148***	0,100***	0,156***	0,164***	0,077***	0,160***	0,290***	0,186***
Privação monetária	0,165***	0,186***	0,200***	0,180***	0,170***	0,223***	0,163***	0,068***
Privação material	0,125***	0,100***	0,101***	0,096***	0,123***	0,175***	0,306***	0,101***
Uso de internet	0,172***	0,125***	0,105***	0,111***	0,089***	0,191***	0,331***	0,168***

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Notas:

- a) correlação *Eplison Squared*. O grau de significância corresponde ao do Eta, medida semelhante ao *Eplison Squared*. As correlações estão em valor absoluto, pois o que interessa avaliar é a intensidade da relação.
- b) \*\*\*  $p < 0,001$ ; \*\*  $p < 0,01$ ; \*  $p < 0,05$

De facto, as faixas etárias, a escolaridade, os grupos socioeconómicos, a condição perante o trabalho, a privação material e o uso de internet têm associações superiores a 0,25 com a subdimensão das práticas não integrativas, sendo a pertença segunda dimensão com melhores correlações. É interessante notar que estas duas subdimensões de CS-UE, práticas e pertença, são das que mais têm sido estudadas aos níveis comparativo nacional e ao nível transnacional europeu, embora esses estudos não tenham sido integrados na temática mais alargada da CS-UE, pelo menos de forma profunda. Tanto do ponto de vista das práticas transfronteiriças como da pertença, os resultados aqui apresentados, da sua relação com as desigualdades sociais, estão em linha com as evidências sistemáticas demonstradas por esses estudos. Por tal, mais do que confirmar essa relação, ressalva-se o facto de a intensidade das relações serem superiores às das outras subdimensões de CS-UE.

Também foram desenvolvidos estudos que avaliaram a relação da confiança nas instituições europeias, da filiação e de alguns dos indicadores constituintes da subdimensão de legitimidade com as desigualdades, com conclusões próximas às aqui apresentadas. Diz-se próximas, porque os referenciais

teóricos fundaram mais na ciência política do que na sociologia, tendo quadros conceptuais e abordagens metodológicas, incluindo também considerações ontológicas e epistemológicas, distintas.

Se para as variáveis ordinais de desigualdade a relação for calculada através do *Rho de Spearman*, as conclusões são semelhantes e a ordem de grandeza é muito próxima, ver anexo C.

A relação das desigualdades com a CS-UE não se esgota na análise descritiva das pontuações médias, pois quanto maior a pontuação média de uma determinada categoria social nas subdimensões de CS-UE menor tende a ser a dispersão, medida pelo coeficiente de variação, Quadro 5.2.

Quadro 5.2 – Coeficiente de variação de coesão social na UE segundo as desigualdades sociais

		Relações horizontais		Relações verticais		Pertença		Práticas	
		Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Não integrativas	Integrativas
Origem	Nativo	0,44	0,34	0,80	0,27	0,55	0,40	0,87	1,64
	Migrante	0,33	0,20	0,58	0,15	0,46	0,24	0,35	0,44
Género	Masculino	0,43	0,33	0,79	0,27	0,56	0,40	0,79	1,49
	Feminino	0,44	0,34	0,79	0,26	0,53	0,40	0,92	1,64
Faixas Etárias	15 - 24 anos	0,38	0,27	0,65	0,20	0,49	0,32	0,71	1,37
	25 - 44 anos	0,41	0,33	0,79	0,25	0,56	0,37	0,70	1,35
	45 - 64 anos	0,45	0,35	0,81	0,27	0,56	0,40	0,84	1,57
	65 ou mais anos	0,47	0,37	0,84	0,29	0,54	0,46	1,22	2,13
Tipologia do lugar	Rural	0,45	0,34	0,82	0,26	0,52	0,40	0,96	1,74
	Semi-urbana	0,44	0,34	0,80	0,27	0,56	0,40	0,83	1,57
	Urbana	0,41	0,33	0,74	0,25	0,55	0,38	0,78	1,39
Escolaridade	Básico	0,54	0,43	1,04	0,32	0,61	0,52	1,49	2,32
	Secundário	0,46	0,37	0,89	0,28	0,58	0,41	0,92	1,67
	Superior	0,36	0,28	0,64	0,23	0,48	0,32	0,61	1,32
Grupo Socio-económico	API	0,54	0,40	0,99	0,31	0,55	0,52	1,56	2,00
	PTI	0,42	0,38	0,86	0,29	0,60	0,43	0,90	1,57
	GPL	0,38	0,24	0,66	0,24	0,48	0,32	0,61	1,31
	DPT	0,35	0,28	0,62	0,23	0,45	0,32	0,58	1,32
	PAS	0,43	0,33	0,78	0,26	0,55	0,38	0,82	1,64
	TM	0,50	0,39	0,97	0,29	0,60	0,45	1,10	1,70
Condição perante o trabalho	Domésticas	0,49	0,41	0,93	0,30	0,60	0,45	1,16	1,73
	Estudantes	0,33	0,25	0,57	0,17	0,49	0,29	0,63	1,27
	Reformados ou Desempregados	0,48	0,37	0,86	0,30	0,55	0,46	1,17	2,09
	Exercem Profissão	0,41	0,32	0,75	0,25	0,54	0,36	0,70	1,39
Privação monetária	A maioria das vezes	0,60	0,48	1,26	0,35	0,64	0,56	1,24	1,98
	De vez em quando	0,48	0,39	0,90	0,27	0,60	0,43	0,97	1,55
	Quase nunca/nunca	0,39	0,30	0,70	0,24	0,51	0,35	0,78	1,53
Privação material	Alta	0,52	0,40	0,94	0,30	0,61	0,50	1,51	1,99
	Média	0,45	0,35	0,84	0,27	0,57	0,40	0,94	1,56
	Baixa	0,40	0,31	0,71	0,24	0,51	0,35	0,64	1,45
Uso de internet	Todos/Quase todos	0,41	0,31	0,74	0,25	0,53	0,36	1,43	0,72
	Frequentemente/As	0,48	0,40	0,89	0,27	0,57	0,42	1,80	1,03
	Nunca/Sem acesso	0,53	0,41	0,98	0,31	0,59	0,52	2,40	1,70

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

À escala transnacional os resultados obtidos mostram que nas categorias sociais de maior posse de capitais cultural e económico, incluindo as situações de vida de menores níveis de privação e a condição de inserção no mercado de trabalho, a variação da pontuação nas subdimensões de CS-UE é menor. Por outras palavras, transnacionalmente regista-se uma maior homogeneidade no nível de CS-UE nas categorias sociais mais favorecidas do ponto de vista da sua posição na estrutura social, com posse mais capitais, de classe, inseridas no mercado de trabalho, e em situações de vida de menor, ou ausência, de privação monetária e material. Os fatores geracionais, de caracterização do espaço físico-social, de inclusão na sociedade digital, e de origem, também registam uma maior homogeneidade, respetivamente nas faixas etárias mais novas, em quem reside em meio urbano, em quem mais utiliza a internet, e quem é migrante.

Em sentido inverso, regista-se uma maior heterogeneidade nas pontuações de CS-UE nas categorias sociais de menores capitais, incluindo os grupos socioeconómicos na base da hierarquia de poder, qualificação e prestígio, quem está em situações de privação mais extremas e excluídas do mercado de trabalho, nas faixas etárias mais velhas, em quem reside em meio rural, em quem pouco ou nada utiliza a internet, e nos nativos.

Sumariando, existe uma relação clara entre o grau de dispersão das disposições a respeito da CS-UE e a estrutura social. A questão é: porquê? A que se deve? O que isso implica na compreensão na relação entre desigualdades sociais e CS-UE? De momento não se avança uma hipótese, pois é prudente analisar os restantes resultados, ter uma leitura integrada da relação entre CS-UE e as restantes dimensões relacionais (bem-estar, coesão social nacional, espaço ideacional), e então propor uma hipótese, caso verosímil.

### **5.1.2 Desigualdades sociais entre Estados-Membros**

Pretende-se nesta seção avaliar se existe ou não relação entre o nível macro das desigualdades sociais e os níveis médios de CS-UE segundo os Estados-Membros, ou seja, uma análise comparativa nacional. Dado o elevado número de indicadores em estudo, opta-se por realizar parte desse estudo através de correlações e outra parte a partir da análise descritiva segundo os agrupamentos de países.

A análise dos indicadores macrossociais de desigualdade segundo os clusters de CS-UE dos Estados-Membros definidos no Quadro 4.15 do capítulo 4, demonstra que apesar de diferenças descritivas entre as médias de cada cluster, as diferenças só são significativas para o PIB per capita ( $F=4,227$ ;  $p<0,05$ ) e marginalmente significativas para o IDH ( $F=2,621$ ;  $p=0,061$ ). Os dois clusters com melhores pontuações de CS-UE, o 3 (Luxemburgo, Irlanda, Polónia) e o 5 (Países Baixos, Alemanha, Dinamarca, Suécia, Finlândia, Estónia, Lituânia, Portugal), têm as maiores médias de PIB per capita e de IDH, e das menores taxas de desemprego. O cluster 4 (Itália, Reino Unido, Grécia, Chéquia, Eslovénia) que têm as menores pontuações de CS-UE, apesar de um IDH médio alto, têm a maior taxa de desemprego. O cluster 3 (França, Espanha, Hungria, Bulgária, Croácia) com as menores pontuações

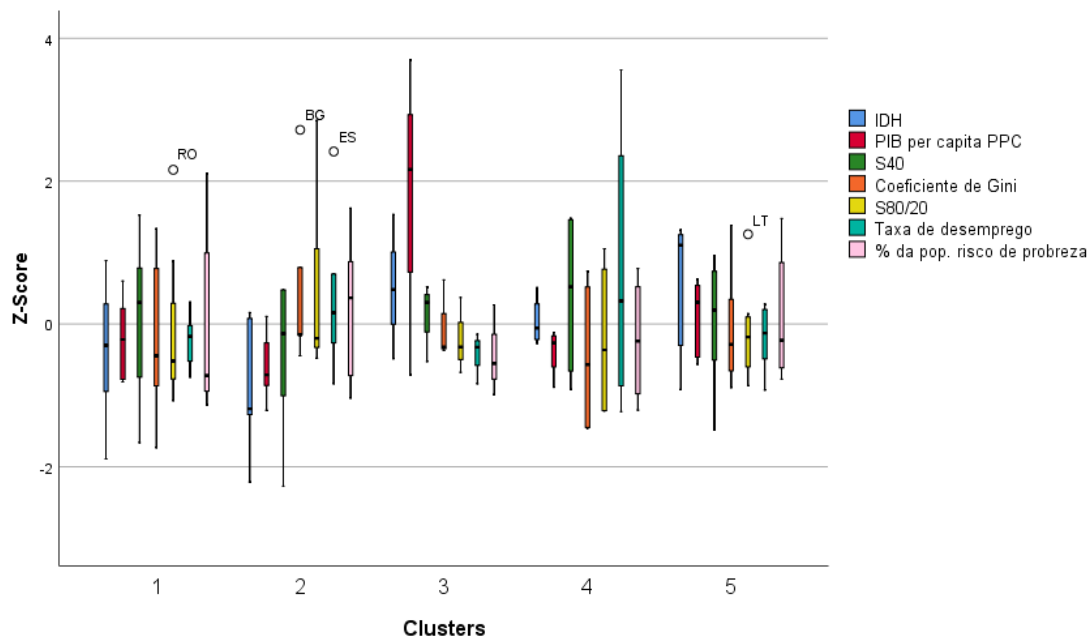
de CS-UE nas práticas transfronteiriças tem as maiores desigualdades internas de distribuição de riqueza, e o menor nível de IDH e de PIB per capita, isto apesar de incluir a França e a Espanha.

Quadro 5.3 – Descritiva das desigualdades macrossociais de acordo com os clusters de coesão social na UE segundo os Estados-Membros

Cluster	IDH	PIB	S40 (%)	Coef.Gini	S80/20	Tx Desemprego (%)	Pop. risco de pobreza (%)
1 - Bélgica, Áustria, Chipre, Letónia, Malta, Eslováquia, Roménia	0,884	93	21,7	29,2	4,87	5,3	15,1
2 - França, Espanha, Hungria, Bulgária, Croácia	0,865	78	20,5	32,0	5,72	7,5	15,8
3 - Luxemburgo, Irlanda, Polónia	0,917	171	21,8	29,7	4,67	4,6	13,1
4 - Itália, Reino Unido, Grécia, Chéquia, Eslovénia	0,906	90	22,5	29,0	4,65	7,6	14,0
5 - Países Baixos, Alemanha, Dinamarca, Suécia, Finlândia, Estónia, Lituânia, Portugal	0,919	106	21,7	29,5	4,79	5,5	15,3

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Um aspeto interessante do ponto de vista das desigualdades macrossociais é a heterogeneidade dos países dentro dos clusters. A Figura 5.11 demonstra esse facto, com amplitudes consideráveis nos indicadores macrossociais segundo os clusters, pelo que no panorama geral da CS-UE a sua relação com as desigualdades macrossociais não é forte.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 5.11 – Descritiva macrossocial segundo os clusters de coesão social na UE dos Estados-Membros

A relação fraca entre as desigualdades macrossociais e a estrutura de CS-UE entre Estados-Membros é demonstrada pelo facto de só ser significativa com a vertente objetiva das práticas, e em concreto nas práticas não integrativas. A magnitude das correlações é interessante entre 0,400 e 0,600. Os resultados demonstram que quanto maior a riqueza dos Estados-Membros, o seu desenvolvimento (IDH), e maior a proporção do rendimento auferido pelos 40% da população de menores rendimentos, maior tende a ser a pontuação média nas práticas não integrativas. Quer isto dizer que, interações transnacionais de duração curta e mais esporádicas estão associadas a países mais ricos, mais desenvolvidos e onde a parte da população de menor rendimento auferem maior proporção face ao total de rendimentos.

Por outro lado, quanto maiores as desigualdades de rendimentos dentro dos países, quer medido pelo coeficiente de Gini quer medido pelo rácio S80/20, menor a pontuação média dos Estados-Membros nas práticas não integrativas. Por outras palavras, menores desigualdades dentro dos países favorece a realização de práticas não integrativas e, por conseguinte, a mobilidade de curta duração dentro da UE. Adicionalmente, maiores níveis de exclusão nos Estados-Membros, quer do mercado laboral quer a privação severa de recursos económicos, estão associados a menos práticas. Assim, as práticas não integrativas têm uma relação transversal a várias dimensões económico-sociais, de riqueza e pobreza, de desenvolvimento, de distribuição e exclusão (Quadro 5). Estes resultados, em particular da relação da riqueza produzida, do desenvolvimento e da desigualdade interna, estão em linha com estudos anteriores (Mau & Mewes, 2012, Henriques, 2017).

Quadro 5.4 – Correlações entre as médias de coesão social na UE e as desigualdades macrossociais de cada Estado-Membro

	Relações horizontais		Relações verticais			Pertença	Práticas	
	Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Não Integrativas	Integrativas
IDH	0,383*	0,200	0,087	0,070	0,383*	0,392*	0,558**	0,106
PIB per capita	0,500**	0,264	0,281	0,335	0,315	0,555**	0,557**	0,406*
S40	-0,157	-0,111	-0,136	-0,120	-0,031	0,120	0,518**	0,270
Coef. Gini	0,188	0,137	0,055	0,056	-0,005	-0,152	-0,498**	-0,270
S80/20	0,122	0,022	0,056	0,060	-0,044	-0,184	-0,582**	-0,252
Taxa de desemprego	-0,050	0,044	-0,408*	-0,433*	-0,068	-0,275	-0,443*	-0,259
Pop. risco de pobreza	-0,012	0,035	0,137	0,137	-0,001	-0,183	-0,440*	-0,296

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Notas: Correlação R de *Pearson*; \* p<0,05; \*\* p<0,01; \*\*\* p<0,001

Porém, as correlações com as restantes subdimensões de CS-UE tendem a ser não significativas, sobressaindo as seguintes: o PIB e o IDH têm correlações significativas com a pertença e a aceitação das relações horizontais. Quer isto dizer que, quanto maiores os níveis de desenvolvimento humano e de riqueza produzida maiores tendem a ser a pertença à UE e a aceitação de cidadãos de outros Estados-Membros. Este resultado pode reforçar o argumento teórico de que a pertença, e em específico o sentimento de pertença, tem uma base de aceitação do outro. Adicionalmente, o PIB também tem uma

correlação significativa com as práticas integrativas. Ou seja, o PIB é o único indicador com correlação significativa, e positiva, com ambos os tipos de práticas transfronteiriças. Tanto se relaciona com a realização de interações de curta e de longa duração, as últimas que envolvem estudar, viver, trabalhar e beneficiar de assistência médica noutro estado membro. Assim, a maior riqueza dos Estados-Membros está associada a maior capacidade de inclusão dos seus cidadãos nos sistemas funcionais de outros países da UE. Em sentido contrário, apesar de a desigualdade interna, a exclusão do mercado laboral, e a privação severa de recursos (pobreza) estarem associadas a menores níveis de práticas integrativas, ou seja, limitando a inclusão em sistemas funcionais de outros Estados-Membros, as relações não são significativas.

O último aspeto a ressaltar, e interessante, são as correlações significativas e negativas entre a taxa de desemprego e as subdimensões de confiança e legitimidade das relações verticais. Quer isto dizer que, quanto maior o nível médio de exclusão do mercado de trabalho em cada um dos Estados-Membros, menores tendem a ser a confiança e a legitimidade das instituições europeias. O sentido de relação negativo, com estas subdimensões, só se encontra com o S40 e não com o indicador da população em risco de pobreza, apesar de não significativa. Então, a dinâmica do mercado de trabalho poderá ser uma dimensão importante nas relações verticais, o que estará em linha com as conclusões da análise ao nível micro, de que existe uma diferença significativa entre quem exerce profissão e os desempregados.

Face a estes resultados, onde as desigualdades têm particular relação com as práticas, é de particular interesse avaliar a relação entre os clusters de Estados-Membros das práticas transfronteiriças (do capítulo 4) e os indicadores de desigualdade macrossociais, Quadro 5.5.

Quadro 5.5 – Caracterização das desigualdades macrossociais segundo os clusters de práticas transfronteiriças dos Estados-Membros

Cluster	IDH	PIB	S40 (%)	Coef.Gini	S80/20	Tx Desemprego (%)	Risco de pobreza (%)
1 – França, Itália, Grécia, Espanha, Portugal, Hungria, Bulgária, Roménia, Croácia	0,866	78,0	20,1	32,3	5,94	8,4	16,9
2 – Países Baixos, Dinamarca, Reino Unido, Alemanha, Finlândia, Suécia, Áustria, Chipre, Chéquia, Estónia, Letónia, Lituânia, Malta, Eslovénia	0,915	103,2	22,1	29,1	4,53	4,9	14,5
3 – Bélgica, Luxemburgo, Irlanda, Polónia, Eslováquia	0,908	140,4 112,8 <sup>a)</sup>	22,9	27,4	4,24	5,0	12,3

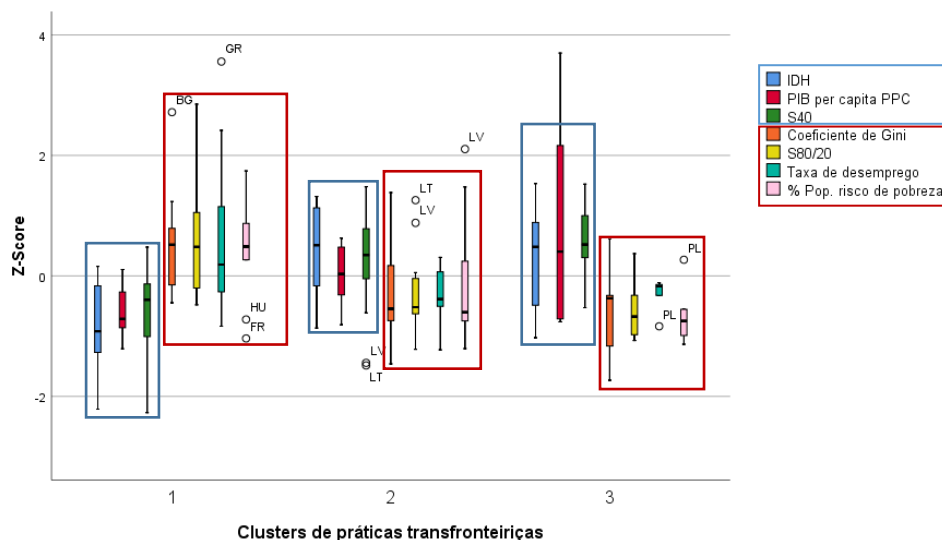
Notas: a) sem Luxemburgo que é um *outlier*

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

O cluster 1 (França, Itália, Grécia, Espanha, Portugal, Hungria, Bulgária, Roménia, Croácia), que obtém as menores pontuações de práticas quer integrativas quer não integrativas, é o que demonstra as menores médias no PIB, na proporção de rendimento auferido pelos 40% de menor rendimento, e no IDH. Adicionalmente têm os maiores níveis de desigualdade interna, de pobreza e de exclusão laboral.

Do lado oposto está o cluster 3 (Bélgica, Luxemburgo, Irlanda, Polónia, Eslováquia), que tem as maiores pontuações em ambos os tipos de práticas. É o que detém níveis médios de riqueza mais altos, e menores desigualdades de distribuição dessa riqueza assim como de pobreza. Porém, Eslováquia e Polónia estão consideravelmente abaixo da média da UE em termos de PIB.

A Figura 5.12, demonstra como os indicadores macrossociais representam duas dimensões distintas, na sua relação com os clusters de práticas transfronteiriças. A primeira dimensão mede o desenvolvimento e a riqueza geral, com o IDH, PIB per capita, e S40, e a segunda representa a distribuição desigual da riqueza produzida, incluindo a exclusão e pobreza como subdimensões. O cluster 1 (França, Itália, Grécia, Espanha, Portugal, Hungria, Bulgária, Roménia, Croácia) com as menores pontuações nas práticas tem os menores níveis de riqueza e desenvolvimento, e os maiores níveis de desigualdade na distribuição dessa riqueza.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 5.12 – Descritiva macrossocial segundo os clusters de práticas transfronteiriças dos Estados-Membros

## 5.2 Bem-estar subjetivo

Uma vez avaliada a relação das condições de vida objetivas com a CS-UE, esta seção apresenta uma outra perspetiva. A CS-UE será analisada a partir da sua relação com as condições de vida subjetivas. Por condições de vida subjetivas é considerada a autoavaliação da situação atual das condições vida, denominando-se por bem-estar subjetivo. Então, envolve a perceção dos sujeitos sobre a situação de vida ao momento.

O bem-estar subjetivo é operacionalizado em quatro indicadores: individual, pessoal, nacional e europeu. Os dois primeiros representam uma dimensão inerente ou próxima ao indivíduo, sendo que os dois últimos representam uma dimensão societal a diferentes escalas.



Em termos de resultados, é curioso notar que as correlações são maiores entre indicadores de maior proximidade de nível, entre os níveis individual e pessoal, entre o pessoal e o nacional, e entre o nacional e o europeu. Quer isto dizer que as correlações demonstram empiricamente a maior ou menor ligação entre níveis metateóricos de maior ou menor proximidade, respetivamente. Então, a satisfação com a vida está mais relacionada com as condições de vida subjetivas mais próximas ao indivíduo, o bem-estar subjetivo pessoal, que inclui a situação financeira do agregado familiar e a situação pessoal no emprego. Por sua vez, o bem-estar subjetivo pessoal está tão relacionado com a satisfação com a vida como com o bem-estar subjetivo de avaliação da situação nacional, que envolve os sistemas funcionais económico, laboral, e dos serviços públicos, ou seja, o contexto societal de maior proximidade. Por outro lado, o bem-estar subjetivo nacional e o bem-estar de avaliação da situação europeia, ambos de nível societal, apresentam a maior correlação. Em linha com o exposto, o bem-estar subjetivo europeu tem as menores correlações com os bem-estar subjetivos ao menor nível de análise, o individual e pessoal.

Quadro 5.6 – Correlações entre os indicadores de bem-estar subjetivo

	Bem-estar individual	Bem-estar pessoal	Bem-estar nacional	Bem-estar europeu
Bem-estar individual	-	0,474**	0,341**	0,189**
Bem-estar pessoal		-	0,461**	0,276**
Bem-estar nacional			-	0,514**
Bem-estar europeu				-

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Notas: Correlação *Rho de Spearman*

Ao nível transnacional a média de bem-estar subjetivo é superior ao nível individual e pessoal, e menor ao nível societal. De zero a um, onde zero é bem-estar mínimo e um bem-estar máximo, a média de satisfação com a vida é de 0,76, enquanto o grau médio de bem-estar subjetivo pessoal é de 0,61. Por outro lado, o bem-estar subjetivo nacional tem um valor médio de 0,49, e o bem-estar subjetivo europeu de 0,52, portanto, ambos em torno do ponto médio. Quer isto dizer que a perceção de bem-estar é menor ao nível das condições de vida societais, e maior ao nível das condições de vida individuais e de proximidade.

Quadro 5.7 – Médias de bem-estar subjetivo

	Bem-estar individual	Bem-estar pessoal	Bem-estar nacional	Bem-estar europeu
Média	0,76	0,61	0,49	0,52

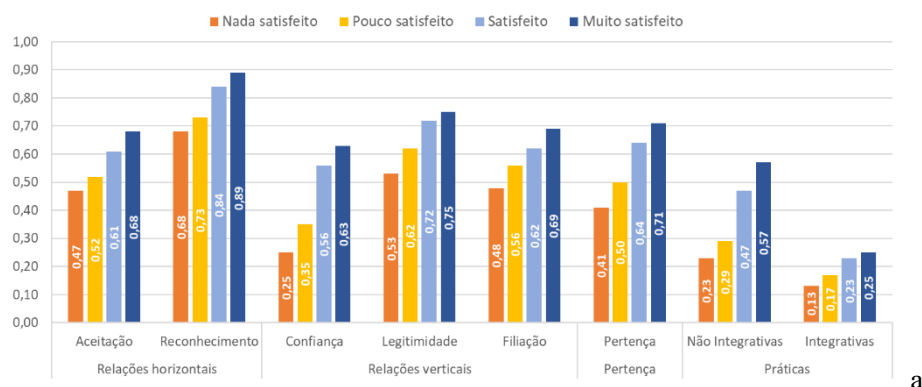
Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

### 5.2.1 Bem-estar subjetivo na União Europeia

Conhecidos os contornos globais da caracterização do bem-estar subjetivo no espaço da UE, esta seção analisa a relação entre o último e a CS-UE. Tal como realizado para as desigualdades sociais, a análise apresenta dois momentos: uma análise transnacional e uma análise comparativa nacional.

Em termos gerais, do prisma transnacional as condições de vida subjetivas diferenciam o espaço da CS-UE, em todos os níveis de análise: o individual e pessoal, o nacional e o europeu. Logo, tanto é importante avaliar o bem-estar subjetivo individual como o societal.

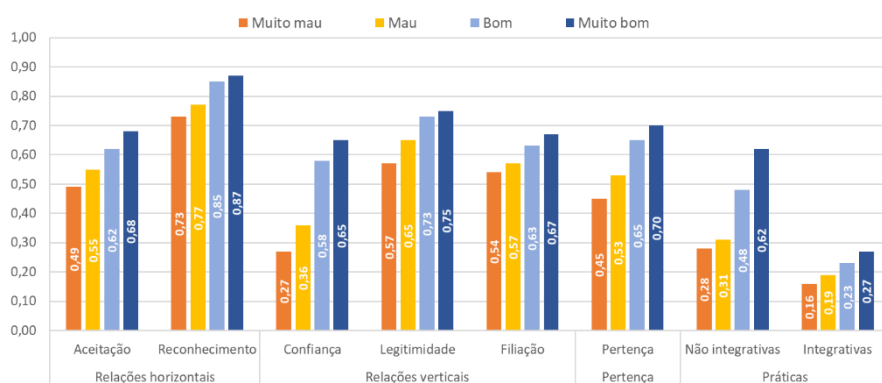
Do ponto de vista da vertente hedonista, de bem-estar subjetivo individual, quanto maior a satisfação com a vida maior tende a ser a pontuação na CS-UE, em todas as suas dimensões e subdimensões, Figura 5.13.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 5.13 – Médias de coesão social na UE, segundo o grau de satisfação com a vida

Também se regista que quanto maior tende a ser o bem-estar-subjetivo pessoal maior tende a ser a pontuação na CS-UE, em todas as suas dimensões e subdimensões Figura 5.14. Relembre-se que o bem-estar-subjetivo pessoal, inclui a avaliação da atual situação laboral e das finanças do agregado familiar, o que estabelece uma avaliação subjetiva das condições de vida no contexto social mais próximo ao indivíduo

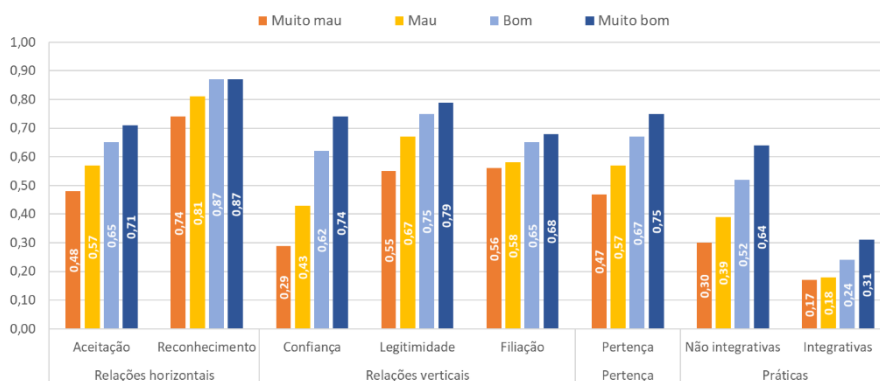


Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 5.14 – Médias de coesão social na UE, segundo o bem-estar subjetivo pessoal

Do ponto de vista do bem-estar societal percebido pelos indivíduos, a relação com a CS-UE é semelhante às detetadas aos níveis individual e pessoal, ou seja, quanto maiores maior tende a ser a CS-UE em todas as suas dimensões e subdimensões.

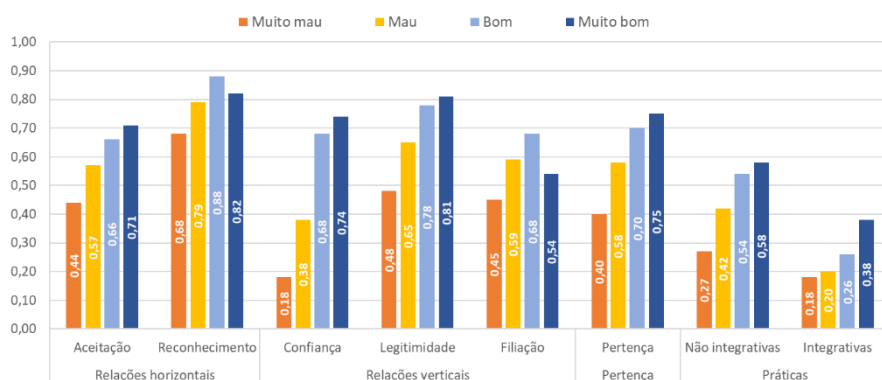
Em primeiro lugar, a Figura 5.15 mostra a relação entre bem-estar subjetivo nacional e a CS-UE. Relembre-se que o bem-estar subjetivo nacional, inclui a avaliação da situação geral do país, e das situações da economia, do emprego e dos serviços públicos. Capta, portanto, a avaliação do contexto macrosocial.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 5.15 – Médias de coesão social na UE, segundo o bem-estar subjetivo nacional

Por fim, também a análise do bem-estar- societal à escala europeia é relevante, Figura 16. Porém, registam-se duas exceções à tendência. No reconhecimento das relações horizontais e na filiação das relações verticais e pontuação média é inferior para quem considera a situação da economia europeia muito boa face a quem considera apenas boa. Na filiação a pontuação também é inferior, inclusive, face a quem pensa que a situação da economia europeia é má. Este facto é inesperado, e seria mais compreensível que as pontuações fossem menores nos casos dos níveis individual, pessoal e/ou nacional, pois a atribuição de bem-estar poderia associar-se a outros fatores que não a UE. Por exemplo, um indivíduo que avaliasse como “muito bom” o seu bem-estar e o associasse ao facto de viver num determinado país independentemente de viver na UE, seria uma hipótese plausível. Contudo, relacionar uma apreciação muito boa do bem-estar europeu e paralelamente obter menores pontuações na subdimensão de filiação envolverá uma explicação que de momento não é possível avançar. Poderá sinalizar, entre outras hipóteses, uma opinião de perda comparativamente a outros Estados-Membros, portanto uma comparação por grupos de referência, ou por exemplo fundar-se em fatores culturais.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 5.16 – Médias de coesão social na UE, segundo o bem-estar subjetivo europeu

Face aos resultados descritivos anteriores e aos resultados das correlações entre os indicadores de bem-estar subjetivo e a CS-UE, Quadro 5.8, concluiu-se que o nível de análise do bem-estar subjetivo é relevante na relação com a CS-UE.

Em primeiro lugar, atente-se a que as correlações do bem-estar-subjetivo europeu com a vertente subjetiva de CS-UE (relações horizontais, relações verticais e pertença) são superiores às do bem-estar subjetivo nacional, às do bem-estar subjetivo pessoal, e às do bem-estar subjetivo individual, neste último caso com exceção do reconhecimento, da filiação e das práticas não integrativas. Por outras palavras, é o bem-estar subjetivo situado a mesmo nível de análise do objeto de coesão social, o europeu, que revela correlações superiores.

Em segundo lugar, e ainda na vertente subjetiva de CS-UE, as correlações do bem-estar subjetivo nacional também são maiores do que as do bem-estar subjetivo pessoal, pelo que há uma tendência de as correlações diminuírem com a mudança para planos de análise inferiores, do societal para o individual.

Em terceiro lugar, a dimensão das práticas de CS-UE têm uma relação com o bem-estar subjetivo quase inversa à anterior. Para as práticas não integrativas as correlações são maiores com o bem-estar subjetivo pessoal, seguindo-se o nacional e depois o europeu. Quer isto dizer que realização de práticas transfronteiriças de curta duração está mais relacionada com as condições de vida mais próximas ao indivíduo. Para as práticas integrativas a maior correlação é com o bem-estar subjetivo nacional, o que poderá ter alguma lógica substantiva: perceção de piores situações dos sistemas funcionais do respetivo país, podem relacionar-se com a realização de práticas que envolvem a integração em sistemas funcionais de outros Estados-Membros.

Denota-se também a diferenciação do indicador de satisfação com a vida, que mede o bem-estar individual. Em comparação aos outros indicadores de bem-estar subjetivo, tem correlações assinaláveis com as relações horizontais, a filiação, a pertença, e as práticas não integrativas. É de particular realce que tem a maior correlação com a filiação, a subdimensão de CS-UE que até ao momento tem sido mais

difícil de captar. Este facto reforça o argumento de que a filiação poderá ter um comportamento distinto face às outras subdimensões de CS-UE, em especial das outras subdimensões das relações verticais.

Quadro 5.8 – Correlações entre a coesão social na UE e o bem-estar subjetivo

	Relações horizontais		Relações verticais		Pertença		Práticas	
	Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Não Integrativas	Integrativas
Bem-estar individual	0,201 **	0,172 **	0,202 **	0,241 **	0,146 **	0,271 **	0,223 **	0,103 **
Bem-estar pessoal	0,184 **	0,121 **	0,243 **	0,244 **	0,110 **	0,251 **	0,258 **	0,118 **
Bem-estar nacional	0,228 **	0,127 **	0,322 **	0,353 **	0,119 **	0,301 **	0,244 **	0,149 **
Bem-estar europeu	0,230 **	0,167 **	0,400 **	0,439 **	0,138 **	0,319 **	0,200 **	0,127 **

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Notas: Correlação *Rho de Spearman*; \*  $p < 0,05$ ; \*\*  $p < 0,01$ ; \*\*\*  $p < 0,001$

Em síntese, não existe um indicador de bem-estar subjetivo que capte melhor e de forma transversal todas as dimensões de CS-UE. Mas existem particularidades interessantes: 1) o bem-estar subjetivo europeu é o que melhor capta a vertente subjetiva de CS-UE, atitudes e pertença; 2) o bem-estar subjetivo nacional é o que melhor capta as práticas integrativas; 3) e, o bem-estar subjetivo pessoal é o que melhor se relaciona com as práticas não integrativas.

Como visto em cima, o primeiro caso pode dever-se a uma relação direta entre níveis semelhantes e o objeto, no segundo caso pode existir relação entre comparações relativas do funcionamento de sistemas funcionais, e no terceiro caso pode sinalizar a relevância das condições de vida de maior proximidade, como o emprego e as finanças do agregado familiar, com a capacidade objetiva de realizar práticas transfronteiriças.

Então, uma conclusão importante é que a distinção dos níveis e das subdimensões de análise do bem-estar subjetivo é relevante, pois diferenciam-se segundo diferentes dimensões de CS-UE. Dada essa pertinência, questiona-se se também subsistem ou não subdimensões dentro dos bem-estar subjetivos pessoal e nacional que são mais ou menos importantes do que outras. Essa análise, apresentada e discutida no anexo C, demonstra que ambos os indicadores de bem-estar subjetivo pessoal e nacional são bons constructos como indicadores das respetivas subdimensões. Para completar esta seção, de análise à escala transnacional, é estudada a dispersão das respostas. Aqui, o padrão é semelhante ao constatado para as desigualdades sociais. Regista-se uma maior heterogeneidade nas pontuações de CS-UE nas categorias mais desfavorecidas, neste caso em termos de bem-estar subjetivo. O coeficiente de variação, Quadro 5.9, aumenta à medida que diminui a média do bem-estar subjetivo. Esta evidência é válida para todas as subdimensões de CS-UE e para todos os indicadores de bem-estar subjetivo, a qualquer nível de análise, pessoal, nacional e europeu.

Contudo, deteta-se duas nuances que se julgam pertinentes. A primeira é na subdimensão da filiação de CS-UE, onde a homogeneidade não aumenta das categorias de “bom” para “muito bom”, pelo

contrário aumenta a heterogeneidade. Este facto é válido os bem-estar subjetivos pessoal, nacional e europeu. Novamente, a filiação tem um comportamento distinto, reforçando a sua diferenciação. A segunda nuncce é que nas relações horizontais, a heterogeneidade também aumenta entre as categorias de “bom” para “muito bom”, mas somente no caso do bem-estar subjetivo europeu. Assim, apesar de o bem-estar subjetivo europeu ser o que mais se relaciona com a CS-UE, subsistem especificidades que não são inteligíveis de momento.

A particularidade da transição entre o bem-estar subjetivo de “bom” para “muito bom” já tinha sido constatada nas pontuações médias de CS-UE nas subdimensões de reconhecimento e de filiação, ambas relacionadas a aspetos de mais formalidade. Nesses casos verificaram-se menores pontuações médias nas categorias de maior bem-estar subjetivo europeu.

A dificuldade é em entender e explicar as razões destes resultados, concluindo-se que a passagem do nível de bem-estar subjetivo de “bom” para o de “muito bom” representa uma distinção substantiva, e que analiticamente são dois níveis que não devem ser agregados à priori, por exemplo para construir uma variável dicotómica.

Quadro 5.9 – Coeficiente de variação de coesão social na UE, segundo o bem-estar subjetivo

		Relações horizontais		Relações verticais		Pertença	Práticas		
		Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Não integrativas	Integrativas
Satisfação com a vida	Nada	0,66	0,51	1,48	0,45	0,75	0,70	1,49	2,16
	Pouco	0,54	0,46	1,17	0,32	0,59	0,51	1,27	1,92
	Satisfeito	0,41	0,33	0,76	0,24	0,54	0,36	0,83	1,56
	Muito	0,38	0,27	0,64	0,24	0,52	0,34	0,66	1,39
Bem-estar pessoal	Muito mau	0,67	0,47	1,41	0,40	0,66	0,64	1,30	1,96
	Mau	0,50	0,43	1,15	0,30	0,58	0,48	1,21	1,81
	Bom	0,40	0,31	0,73	0,23	0,52	0,35	0,82	1,57
	Muito bom	0,37	0,29	0,61	0,25	0,55	0,34	0,59	1,30
Bem-estar nacional	Muito mau	0,65	0,46	1,38	0,41	0,64	0,62	1,26	1,92
	Mau	0,48	0,38	1,01	0,28	0,57	0,44	1,02	1,79
	Bom	0,37	0,29	0,65	0,20	0,50	0,32	0,76	1,48
	Muito bom	0,33	0,28	0,47	0,18	0,53	0,28	0,55	1,20
Bem-estar europeu	Muito mau	0,75	0,54	1,81	0,49	0,82	0,70	1,36	1,90
	Mau	0,47	0,39	1,08	0,28	0,57	0,43	0,93	1,66
	Bom	0,36	0,28	0,56	0,18	0,48	0,30	0,71	1,42
	Muito bom	0,37	0,34	0,46	0,17	0,70	0,28	0,65	1,03

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

## 5.2.2 Bem-estar subjetivo nos Estados-Membros

A análise por Estados-Membros demonstra que o padrão é semelhante ao da análise transnacional. Nos Estados-Membros as pontuações na CS-UE tendem a ser maiores quanto maior o nível de bem-estar subjetivo, a todos os níveis individual, pessoal, nacional e europeu. Mas existem exceções em quase

todas as subdimensões de CS-UE segundo cada uma das dimensões de bem-estar. Porém, para a subdimensão de filiação a exceção é comum na sua relação com todas as dimensões de bem-estar subjetivo. Por uma questão organizativa da escrita, essas singularidades serão apresentadas na seguinte subseção.

O espaço de bem-estar subjetivo na UE é composto por quatro clusters de Estados-Membros, Figura 5.17, e denota uma forte caracterização geográfica. Os clusters foram calculados através de uma análise hierárquica com método de Ward, e a solução explica 76,4% ( $R^2=0,764$ ) da variação total:

- 1) Chipre, Espanha, França, Itália, Reino Unido;
- 2) Áustria, Bélgica, Chéquia, Alemanha, Estónia, Hungria, Irlanda, Lituânia, Letónia, Malta, Polónia, Eslovénia, Eslováquia;
- 3) Dinamarca, Finlândia, Luxemburgo, Países Baixos, Suécia;
- 4) Bulgária, Grécia, Croácia, Portugal, Roménia.

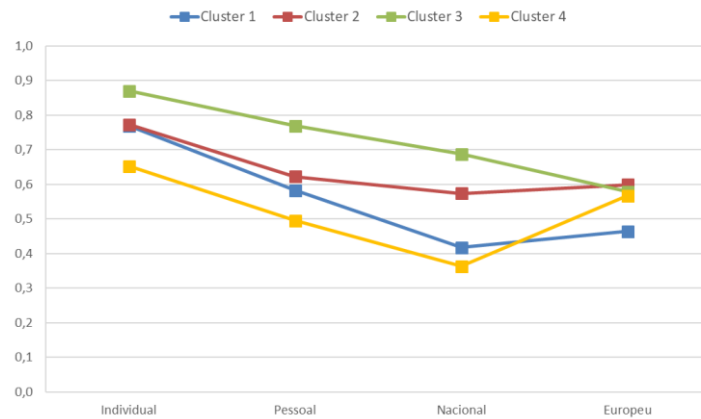
O primeiro cluster é composto pelos três países mais populosos da Europa do Sul, França, Itália e Espanha, aos quais se junta o também do Sul Chipre e o Reino Unido. Este cluster diferencia-se pela menor pontuação no grau de bem-estar subjetivo europeu, tendo pontuações médias aos níveis individual e pessoal, e a segunda mais baixa ao nível nacional.

O cluster 2 inclui os países do Báltico, os países ocidentais e de Leste da Europa central, e a Irlanda, e tal como o cluster 1 tem pontuações médias aos níveis de bem-estar subjetivo individual e pessoal, mas média alta ao nível nacional.

O cluster 3 inclui os países da Escandinávia, onde se inclui a Finlândia, mais os Países Baixos e o Luxemburgo. Possui a maior pontuação em todos os indicadores de bem-estar subjetivo, com exceção do europeu onde a pontuação é igual às dos clusters 2 e 4. É o único cluster onde a pontuação do bem-estar subjetivo europeu é menor que a do bem-estar subjetivo nacional.

O último cluster, o 4, corresponde aos Estados-Membros mais periféricos do Sul e Leste, Portugal, Grécia, Bulgária, Roménia, e ainda a Croácia, e têm as menores pontuações nos bem-estar subjetivos individual, pessoal e nacional. A pontuação do bem-estar subjetivo europeu é consideravelmente superior à do bem-estar subjetivo nacional.

Do exposto, os clusters de bem-estar subjetivo apresentam clivagens geográficas associadas também, provavelmente, ao grau de desenvolvimento dos países. Os maiores níveis de bem-estar subjetivos individual, pessoal e nacional encontram-se em primeiro lugar nos países nórdicos e em segundo lugar no centro da Europa. Os menores graus de bem-estar registam-se nos países periféricos. É curioso notar que o cluster 1 agrega um conjunto de países com algum poder económico, de dimensão populacional e territorial assinaláveis, mas que, contudo, têm desigualdades internas consideráveis. Futuramente será interessante estudar esta configuração de clusters de bem-estar subjetivo na sua relação com as desigualdades sociais, e com a própria configuração dos modelos de Estado social.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

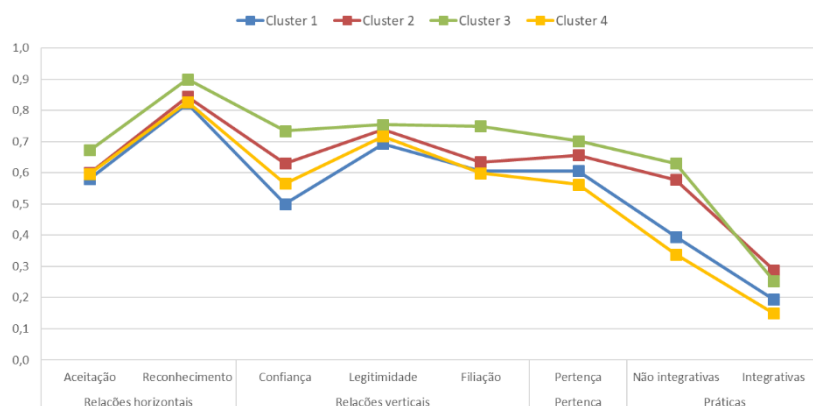
Figura 5.17 – Descritiva de bem-estar subjetivo nos clusters dos Estados-Membros

O bem-estar subjetivo pessoal ( $F=31,763$ ;  $p<0,001$ ) e o bem-estar subjetivo nacional ( $F=30,620$ ;  $p<0,001$ ) são os indicadores que mais diferenciam os clusters.

No que diz respeito ao estudo da CS-UE, o que é importante reter é que existindo uma relação entre o bem-estar- subjetivo e a primeira, é expectável que o espaço de bem-estar- na UE influencie os níveis de CS-UE. De facto, de acordo com a Figura 5.18 , são exatamente os clusters com maiores graus de bem-estar subjetivo que mais pontuam na CS-UE.

A pontuação média na CS-UE é diferente em pelo menos um dos clusters nas subdimensões de confiança ( $F=4,946$ ;  $p<0,01$ ) e filiação ( $F=3,370$ ;  $p<0,05$ ) das relações verticais, na pertença ( $F=6,112$ ;  $p<0,01$ ) e nas práticas não integrativas ( $F=9,900$ ;  $p<0,001$ ), esta última a que mais se diferencia segundo os clusters de bem-estar subjetivo. Os clusters de bem-estar- não diferenciam a dimensão das relações horizontais.

Poder-se-á dizer que o espaço das condições de vida subjetivas entre Estados-Membros, tem maior relação com a dimensão objetiva da CS-UE, as práticas não integrativas, seguindo-se a pertença e as relações verticais.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 5.18 – Médias de coesão social na UE, segundo os clusters de bem-estar subjetivo dos Estados-Membros



A leitura das correlações entre os níveis médios de bem-estar subjetivo por cada estado-membro e as respectivas pontuações na CS-UE, além de evidenciarem novas conclusões, reforçam algumas das anteriores, Quadro 5.10.

Quadro 5.10 – Correlações entre os níveis médios de bem-estar subjetivo dos Estados-Membros e a média de coesão social na UE

	Relações horizontais		Relações verticais			Pertença	Práticas	
	Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Não integrativas	Integrativas
Bem-estar individual	0,431*	0,257	0,356	0,351	0,454*	0,597**	0,674**	0,191
Bem-estar pessoal	0,450*	0,265	0,538**	0,420*	0,563**	0,615**	0,660**	0,156
Bem-estar nacional	0,362	0,275	0,653**	0,555**	0,564**	0,661**	0,717**	0,284
Bem-estar europeu	0,281	0,266	0,726**	0,712**	0,326	0,419*	0,303	0,100

Notas: \* p<0,05; \*\* p<0,01; \*\*\* p<0,001

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Tal como na análise transnacional, a análise comparativa às escalas nacionais, o bem-estar subjetivo europeu é o que mais se relaciona com as relações verticais de CS-UE, realçando a importância da correspondência entre níveis de análise. E nas relações verticais constata-se ainda que as correlações tendem a diminuir do bem-estar subjetivo europeu para o nacional e depois para o pessoal. Isto é semelhante à análise transnacional, refletindo a importância de analisar diretamente as relações verticais com indicadores de bem-estar no mesmo nível. Mas ao contrário da análise transnacional não é o bem-estar subjetivo europeu que é o mais transversal à CS-UE. No caso dos Estados-Membros são os níveis de bem-estar subjetivo pessoal. Inclusive, nas relações horizontais de CS-UE são exatamente os bem-estar no plano individual, o individual e o pessoal, que mais influenciam a aceitação.

Também se confirma a maior preponderância dos bem-estar subjetivos de maior proximidade ao indivíduo (individual, pessoal e nacional) na relação com as práticas transfronteiriças. Mas ao contrário da análise transnacional, nesta perspetiva nacional, é o bem-estar subjetivo societal, e em particular o nacional, que mais influencia a realização de práticas. Aqui, também poderá subsistir uma relação de nível entre as condições de vida médias das sociedades nacionais e a capacidade de os seus cidadãos realizarem práticas.

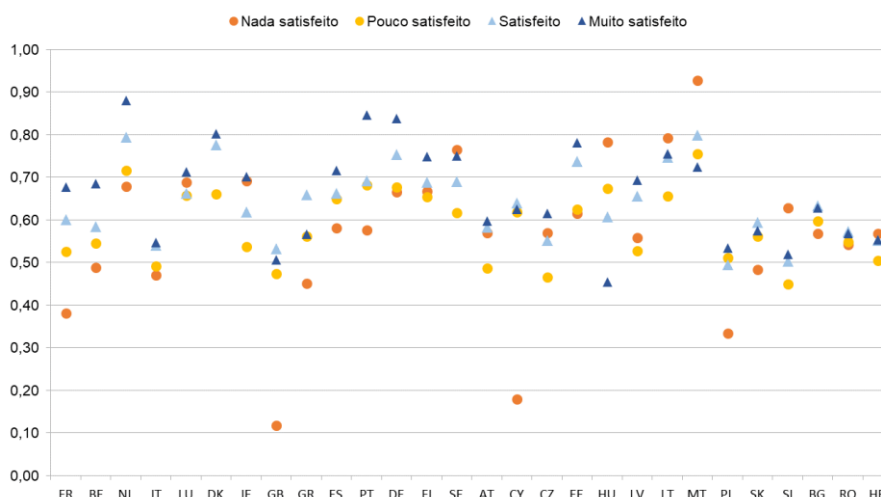
### 5.2.2.1 A distinção da filiação

O agrupamento do Estados-Membros em clusters inibe a leitura dos resultados segundo cada um dos países. Tal não seria relevante caso a tendência da relação entre bem-estar subjetivo e a CS-UE fosse igual à tendência transnacional. Todavia, subsistem exceções importantes, que podem sinalizar aspetos preponderantes. De facto, como se verá de seguida, o argumento que a subdimensão de filiação de

CS-UE tem um comportamento distinto entre Estados-Membros sairá reforçado. Por outro lado, as outras subdimensões de CS-UE tendem a seguir a tendência transnacional.

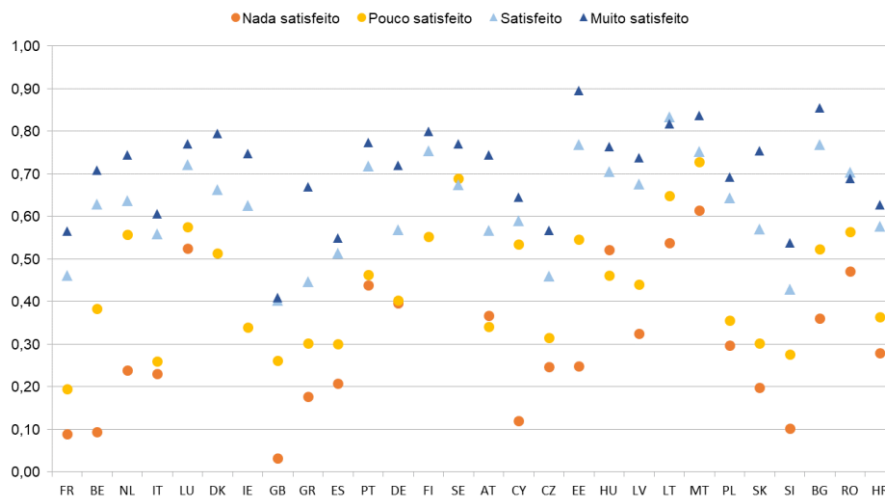
Da Figura 5.19 à Figura 5.26 apresentam-se as pontuações médias nas subdimensões de filiação e de confiança nas instituições europeias segundo os quatro indicadores de bem-estar subjetivo e para cada um dos Estados-Membros. A escolha das subdimensões de filiação e de confiança não é aleatória. As análises exploratórias demonstram que a subdimensão de filiação segue padrões distintos consoante os países. Por outro lado, a confiança e a legitimidade nas instituições europeias tendem a seguir um padrão semelhante entre países, o mesmo padrão registado na análise transnacional: quanto maior o bem-estar subjetivo (individual, pessoal, nacional e europeu) maior a pontuação nessas duas subdimensões das relações verticais. Assim, o que as figuras demonstram é se para a subdimensão de confiança de CS-UE a relação com o bem-estar tende a ser linear, com raras exceções, para a subdimensão de filiação existem Estados-Membros onde tal não se verifica, registando-se inclusive relações invertidas. Por outras palavras, em alguns Estados-Membros quanto maior o bem-estar subjetivo menor tende a ser a pontuação na subdimensão de filiação da CS-UE, apesar de as pontuações nas outras subdimensões de CS-UE também tenderem a ser maiores.

No caso do bem-estar subjetivo individual na Hungria e em Malta, quanto mais satisfeitos com a vida menor a pontuação na filiação, Figura 5.19. Em alguns outros países, principalmente de Leste, quem está menos satisfeito com a vida tende a pontuar mais na filiação à UE. Tal não se verifica para a confiança de CS-UE, onde as relações são lineares, Figura 5.20.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

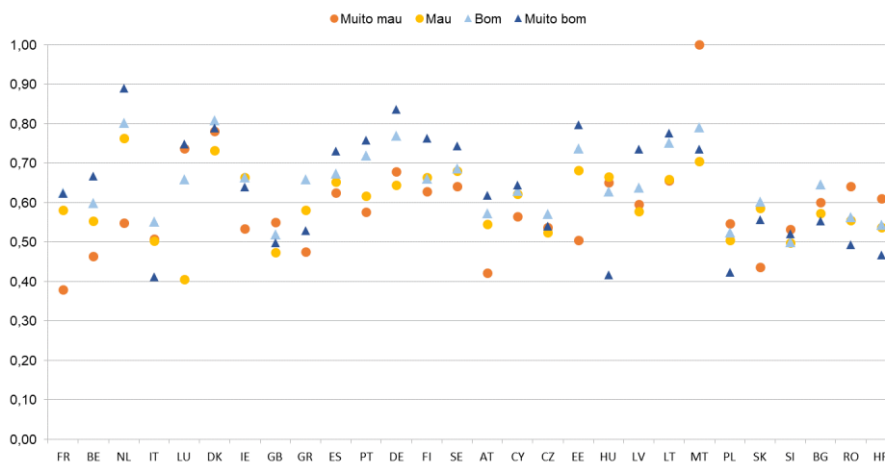
Figura 5.19 – Média de filiação de coesão social na UE, segundo o bem-estar subjetivo individual e por Estados-Membros



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

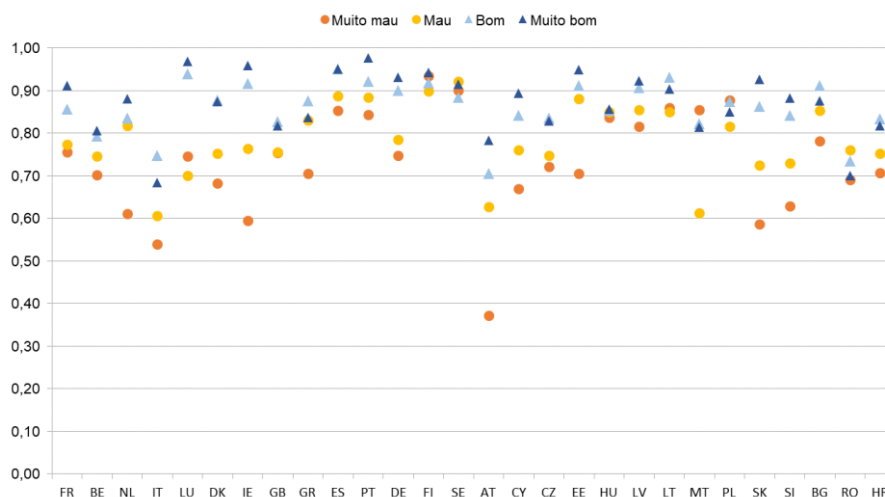
Figura 5.20 – Média de confiança de coesão social na UE, segundo o bem-estar subjetivo individual e por Estados-Membros

No caso do bem-estar subjetivo pessoal, quanto maior, menor tende a ser a pontuação na filiação nos casos do Reino Unido, Hungria, Malta, Polónia, Croácia e Roménia, Figura 5.21. Novamente, tal não se verifica para a confiança na CS-UE, onde as relações tendem a ser lineares, Figura 5.22.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

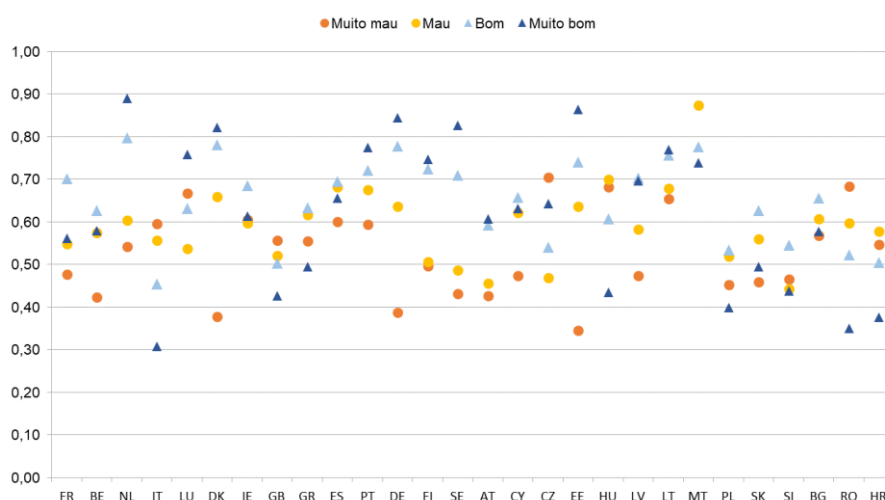
Figura 5.21 – Média de filiação de coesão social na UE, segundo o bem-estar subjetivo pessoal e por Estados-Membros



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

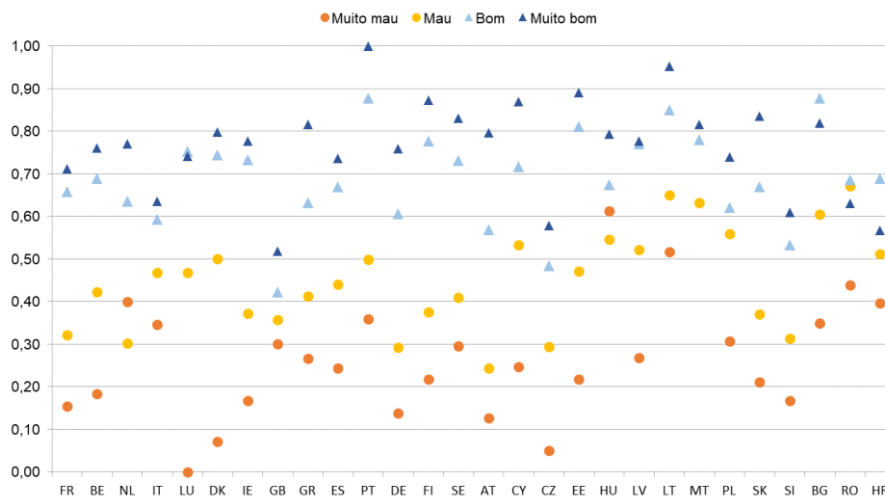
Figura 5.22 – Média de confiança de coesão social na UE, segundo o bem-estar subjetivo pessoal e por Estados-Membros

No caso do bem-estar subjetivo nacional, este tende a ser ainda mais expressivo na sua inversão de tendência em alguns dos países, Figura 5.23. Assim, quanto maior o bem-estar subjetivo nacional menor tende a ser a pontuação na filiação nos casos do Reino Unido, Itália, Hungria, Malta, Polónia, Croácia e Roménia. Na Grécia, Bulgária, Eslovénia e Eslováquia a tendência não inverte, mas quem mais pontua no bem-estar subjetivo nacional menos pontua na filiação à UE. Novamente, tal não se verifica para a confiança de CS-UE, onde as relações tendem a ser lineares, Figura 5.24



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 5.23 – Média de filiação de coesão social na UE, segundo o bem-estar subjetivo nacional e por Estados-Membros

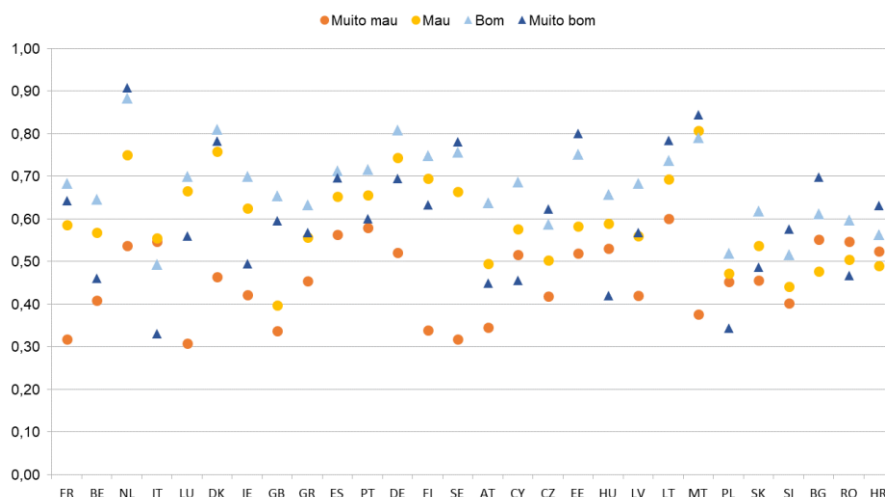


Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 5.24 – Média de confiança de coesão social na UE, segundo o bem-estar subjetivo nacional e por Estados-Membros

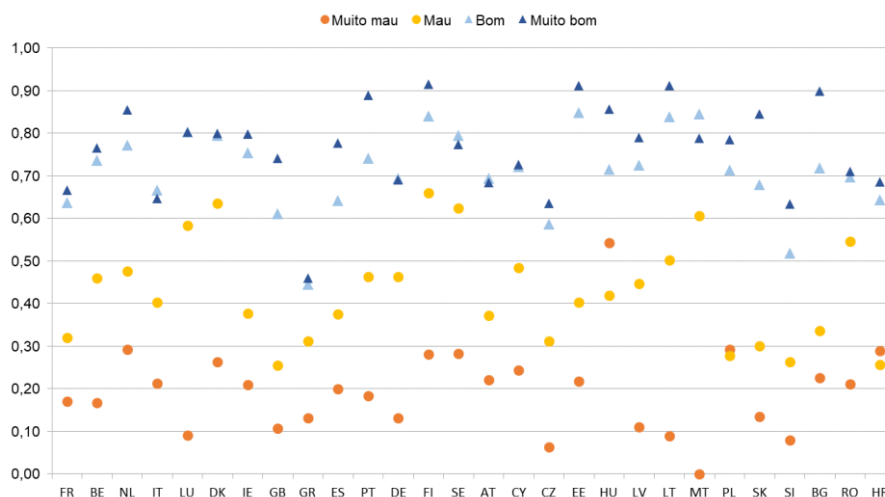
Por último, também no bem-estar subjetivo europeu, em alguns países quem o classifica como muito bom demonstra menores níveis de filiação à UE. São os casos da Itália, Hungria, Polónia, Roménia, entre outros, Figura 5.25. Os únicos Estados-Membros onde quem considera o bem-estar subjetivo europeu como muito bom, e que de igual modo registam maiores pontuações na filiação são os Países Baixos, Suécia, Estónia, Lituânia, Malta, Bulgária e Croácia.

Mais uma vez na subdimensão da confiança de CS-UE, a tendência não regista exceções assinaláveis, Figura 5.26.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 5.25 – Média de filiação de coesão social na UE, segundo o bem-estar subjetivo europeu e por Estados-Membros



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 5.26 – Média de confiança de coesão social na UE, segundo o bem-estar subjetivo europeu e por Estados-Membros

Os resultados apresentados confirmam a singularidade da subdimensão de filiação. Enquanto é mais fácil explicar as outras subdimensões de CS-UE, pelo menos com relações lineares que tendem a ser transversais à larga maioria dos Estados-Membros, a filiação apresenta demasiadas exceções, que de alguma maneira terão uma explicação distinta. Uma vez que o bem-estar subjetivo envolve a avaliação de uma situação, coloca-se a hipótese de a subdimensão de filiação envolver processos reflexivos mais complexos ou em maior intensidade do que para as outras subdimensões de CS-UE, e provavelmente intermediados por fatores não identificados, pelo menos até ao momento. O leque de países onde se registam inversões da tendência global (Reino Unido, Itália, Hungria, Malta, Polónia, Croácia, Roménia, Grécia, Bulgária, Eslovénia, Eslováquia) não apresenta uma caracterização óbvia que possa sugerir algum ou alguns fatores intermediadores. Porém, se se excluir o Reino Unido, que é um caso muito particular pois ao momento da recolha dos dados estava em pleno processo de Brexit, os restantes Estados-Membros tendem a ser do Sul e Leste (excluindo o Báltico). Tendem a ser países menos ricos, por vezes com alguns problemas ao nível do funcionamento da democracia e/ou da corrupção.

### 5.3 Entre as condições de vida objetivas e subjetivas

Interessa nesta seção comparar o relevo entre as condições de vida objetivas e subjetivas na sua relação com a CS-UE. Quais as mais importantes?

De forma a comparar indicadores de medidas distintas, o Quadro 5.11 resume as correlações entre desigualdades sociais e bem-estar- subjetivo com a CS-UE, através do *Eplison* ao quadrado ajustado, e a partir de uma abordagem micrometodológica. É notória que as condições de vida subjetivas têm maiores correlações com as subdimensões subjetivas de CS-UE, em particular a confiança e a legitimidade das relações verticais e a pertença. Por outro lado, as desigualdades sociais, em concreto a

fase de vida, a posse de capitais cultural (escolaridade) e económico (classes), a privação material, a condição perante o trabalho e a inclusão na sociedade digital têm maiores correlações com a subdimensão objetiva das práticas não integrativas. Porém, a ordem de grandeza das correlações do bem-estar subjetivo das condições contextuais mais próximas aos indivíduos é pouco menor.

Adicionalmente, o capital cultural e o bem-estar subjetivo têm um padrão com a CS-UE muito semelhante, o que é bastante interessante. Dos indicadores de desigualdade social a escolaridade poderá ser o que mais capta a capacidade dos agentes agirem e refletirem sobre si mesmos e sobre o mundo, pelo que será o que mais se aproxima da mediação da reflexividade dos sujeitos. No mesmo sentido, o bem-estar subjetivo também capta um processo reflexivo.

Quadro 5.11 – Comparação entre as correlações de condições de vida objetivas e subjetivas ao nível micro e a coesão social na UE

	Relações horizontais		Relações verticais		Pertença		Práticas	
	Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Não Integrativas	Integrativas
Origem	0,119	0,09	0,062	0,115	0,047	0,119	0,159	0,231
Género	0,040	0,019	0,008	0,021	0,002	0,0300	0,096	0,049
Faixas Etárias	0,132	0,078	0,089	0,122	0,051	0,121	0,260	0,179
Tipologia do lugar	0,050	0,017	0,037	0,055	0,013	0,044	0,110	0,092
Escolaridade	0,211	0,152	0,209	0,206	0,157	0,24	0,344	0,197
Grupo Socioeconómico	0,161	0,120	0,167	0,158	0,179	0,22	0,262	0,108
Condição perante o trabalho	0,148	0,100	0,156	0,164	0,077	0,160	0,290	0,186
Privação monetária	0,165	0,186	0,200	0,180	0,170	0,223	0,163	0,068
Privação material	0,125	0,101	0,101	0,096	0,123	0,175	0,306	0,101
Internet	0,172	0,125	0,105	0,168	0,089	0,191	0,331	0,168
Bem-estar individual	0,204	0,190	0,229	0,266	0,148	0,282	0,233	0,106
Bem-estar pessoal	0,186	0,137	0,261	0,261	0,111	0,260	0,258	0,120
Bem-estar nacional	0,230	0,141	0,323	0,358	0,121	0,303	0,245	0,153
Bem-estar europeu	0,236	0,197	0,406	0,444	0,191	0,327	0,208	0,137

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Notas: correlação *Eplison Squared*. Uma vez que nas seções anteriores já foram apresentadas as correlações, e os respetivos graus de significância destas relações, por uma questão de simplificação, aqui apenas se apresenta a medida de correlação, pois o objetivo é apenas comparar o tamanho dos efeitos. As correlações estão em valor absoluto, pois o que interessa avaliar é a intensidade da relação.

O Quadro 5.12 resume as correlações entre desigualdades sociais e bem-estar subjetivo ao nível dos Estados-Membros, nível macro, com a CS-UE, o que consiste na união do Quadro 5.4 e do Quadro 5.10.

A análise macro reforça a tendência de as condições de vida. objetivas e subjetivas, estarem consideravelmente correlacionadas com as práticas não integrativas. Todavia, no cenário macro a importância é invertida, o bem-estar subjetivo tem correlações superiores.

Em segundo lugar, também reforça as conclusões da análise micrometodológica de que o bem-estar subjetivo está mais correlacionado com a vertente subjetiva de CS-UE. Mas dentro das atitudes, relações horizontais e verticais, há uma ressalva interessante: enquanto nas relações horizontais a aceitação de outros cidadãos da UE tende a ser maior nos bem-estar de maior proximidade ao indivíduo (individual e pessoal), decrescendo à medida que se sobe para os níveis sociais (nacional e europeu), o inverso é registado nas relações verticais. Ou seja, a confiança e a legitimidade nas instituições europeias crescem do bem-estar subjetivo individual para o pessoal, e depois para o nacional e europeu. Tal, confirma que a análise de níveis distintos é relevante para compreender a diferenciação da CS-UE.

Quadro 5.12 – Comparação entre as correlações das condições de vida objetivas e subjetivas ao nível macro com a coesão social na UE

	Relações horizontais		Relações verticais		Pertença		Práticas	
	Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Não integrativas	Integrativas
IDH	0,383	0,200	0,087	0,070	0,383	0,392	0,558	0,106
PIB per capita	0,500	0,264	0,281	0,335	0,315	0,555	0,557	0,406
S40	0,157	0,111	0,136	0,120	0,031	0,120	0,518	0,270
Coef. Gini	0,188	0,137	0,055	0,056	0,005	0,152	0,498	0,270
S80/20	0,122	0,022	0,056	0,060	0,044	0,184	0,582	0,252
Taxa de desemprego	0,050	0,044	0,408	0,433	0,068	0,275	0,443	0,259
Pop. risco de pobreza	0,012	0,035	0,137	0,137	0,001	0,183	0,440	0,296
Bem-estar individual	0,431	0,257	0,356	0,351	0,454	0,597	0,674	0,191
Bem-estar pessoal	0,450	0,265	0,538	0,420	0,563	0,615	0,660	0,156
Bem-estar nacional	0,362	0,275	0,653	0,555	0,564	0,661	0,717	0,284
Bem-estar europeu	0,281	0,266	0,726	0,712	0,326	0,419	0,303	0,100

Notas: correlação de *Pearson*. Uma vez que nas seções anteriores já foram apresentadas as correlações, e os respetivos graus de significância, destas relações, por uma questão de simplificação aqui apenas se apresenta a medida de correlação, pois o objetivo é apenas comparar o tamanho dos efeitos.

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

## 5.4 Síntese do capítulo

O principal objetivo deste capítulo foi o de responder à segunda pergunta de pesquisa desta investigação: qual a relação entre CS-UE e as condições de vida, as desigualdades sociais e o bem-estar subjetivo.

Uma das conclusões mais importantes é a de que as condições de vida subjetivas, bem-estar subjetivo, influenciam mais a vertente subjetiva de CS-UE do que as condições de vida objetivas, desigualdades sociais. Tal corrobora os resultados das investigações que concluíram que a perceção do estado da situação poderá ser mais relevante que a situação em si na relação entre cidadãos e instituições europeias (Verhaegen, Hooghe & Quintelier, 2014), tal como revisto no capítulo 1. Mais do que as disposições, a reflexividade poderá ser importante.

Outra conclusão de relevo é a de que tanto as condições de vida subjetivas como as objetivas estão relacionadas com as práticas transfronteiriças, com influência diferente consoante se realiza uma



abordagem micrometodológica ou macrometodológica. Contudo, a partir de uma abordagem micrometodológica a influência é relativamente frágil uma vez que as correlações tendem a ser fracas.

Destacando agora os aspetos mais interessantes dentro das desigualdades sociais, realça-se que o fator mais transversal à CS-UE é o capital cultural, em concreto o educacional, seguindo-se a posição na estrutura de classes, e as privações monetária e material, logo, indiretamente o capital económico. Assim, ambas as dimensões da posição na estrutura social e da situação atual de vida demonstram alguma pertinência para a compreensão da CS-UE. A inclusão na sociedade digital também é importante. Menos marcantes são a fase de vida e o espaço físico-social, e o género.

Os resultados do efeito das desigualdades sociais na vertente objetiva de CS-UE são consistentes entre ambas as abordagens micrometodológica e macrometodológica. A hipótese 2a de trabalho é confirmada, a coesão social na UE tende a ser maior nos cidadãos pertencentes a categorias sociais de maiores posses de capitais, melhor posicionados na estrutura social, em menor situação de privação, O também é maior nos mais jovens, nos homens, nos imigrantes, e em residentes em áreas urbana, embora a maior distinção nestes casos sejam na vertente objetiva de CS-UE, as práticas.

Do prisma do bem-estar subjetivo, destaca-se que a operacionalização desta dimensão em diversas subdimensões, que delimitam diferentes níveis de análise, é preponderante. Os bem-estar ao níveis individual e societal relacionam-se de modo distinto com a CS-UE. O bem-estar subjetivo societal é particularmente relevante na vertente subjetiva de CS-UE, enquanto o individual tem maior influência na vertente objetiva de CS-UE. A influência do bem-estar subjetivo também apresenta leitura distinta consoante a abordagem seja micro ou macro metodológica.

Em particular a relação da CS-UE com o bem-estar subjetivo europeu tende a ser mais intensa nas relações verticais. Esta constatação pode contribuir para o argumento de que é pertinente definir e medir coesão social face ao nível do objecto de estudo. Coesão social não será a soma da coesão social de unidades inferiores que compõem a unidade em análise.

Por outro lado, os bem-estar subjetivos nacional, pessoal e individual captam mais as práticas transfronteiriças do que o bem-estar subjetivo europeu, o que dá argumento à relevância das condições de vida mais próximas ao sujeito para a concretização dessas práticas. Se se considerar que o bem-estar subjetivo tende a ser maior nas categorias sociais mais bem posicionadas na estrutura social e em melhores situações de vida (Moortel et al., 2015; Richard & Paskov, 2016; Buttrick, Heintzelman & Oishi, 2017; Lipps, & Oesch, 2018; Akaeda, 2022; Benny et al., 2022), então faz sentido que as desigualdades e os bem-estar subjetivos de nível mais próximos aos sujeitos se relacionam, ambos, mais com as práticas.

O sentido da relação entre o bem-estar subjetivo e a CS-UE é positivo, quanto maior o primeiro maior tende a ser a CS-UE, e confirmando a hipótese 2b de trabalho. Tal reforça as conclusões que Goodwin e Heath (2016), e Alabrese et al. (2018), encontraram no conjunto de apoiantes do Brexit, assim como relações específicas entre indicadores de bem-estar subjetivo e de coesão social (Portela, Neira, &

Salinas-Jiménez, 2013; Rodríguez-Pose & Berlepsch, 2014; Helliwell, Huang & Wang, 2016; Akaeda, 2022)

Também é muito interessante notar que a homogeneidade do grau de CS-UE tende a aumentar das categorias na base da hierarquia social para o topo, e de menores níveis de bem-estar subjetivo para os maiores. Poder-se-á dizer que as disposições tendem a ser mais uniformes e previsíveis nas categorias sociais mais bem posicionadas na estrutura social, mas mais ambíguas nas menos bem posicionadas.

Por último, face a estes fatores, a filiação é a subdimensão de CS-UE mais difícil de explicar, com as menores correlações com os fatores estudados. Adicionalmente, a homogeneidade tende a ser maior em quem revela níveis de bem-estar subjetivo de “muito bom” em comparação a “bom”.

## 6. O espaço ideacional e a coesão social na União Europeia

Este capítulo explora as relações entre o espaço das ideias e a coesão social na UE (CS-UE), tendo como principal objetivo o de responder á terceira pergunta desta investigação: como se caracterizam as relações entre a CS-UE e o espaço ideacional dos valores e das representações? Aqui, os valores e as representações, como espaço ideacional, são considerados dois dos eixos do sistema cultural. É um capítulo dedicado às dimensões relacionais de CS-UE de carácter subjetivo, mas estruturantes da ação social. O objetivo é o de averiguar se a relação dos cidadãos com a UE é baseada ou não na crença, quer no seu eixo axiológico, os valores, quer no seu eixo cognitivo, as representações.

Em primeiro lugar é analisada a relação entre valores e CS-UE, e em segundo lugar a relação entre representações da UE e a última<sup>23</sup>.

### 6.1 Valores no espaço da União Europeia

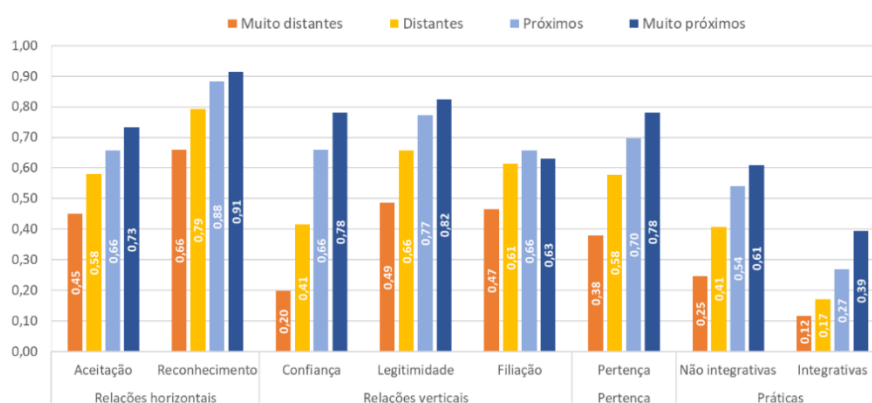
Se os valores são um dos pilares da coesão social pois definem uma estrutura ideacional, torna-se relevante avaliar a sua relação com a CS-UE. Não se trata de definir um conjunto de valores europeus, ou de valores que definem os europeus ou cidadãos da UE, mas compreender se, de facto, a estrutura de valores é relevante, que valores, e o quanto.

Entre os cidadãos da UE permanece a opinião de que existe um conjunto de valores partilhados entre europeus. Pouco mais de metade considera que os valores entre Estados-Membros são próximos (50,3% próximos, e apenas 4,1% muito próximos), enquanto dois quintos consideram que os valores são distantes (7,5% muito distantes, 31,4% distantes), e cerca de 6,7% não sabe ou não respondeu. Se as não respostas não forem consideradas então quase três quintos (58,3%) dos cidadãos da UE consideram que os valores são próximos. Neste sentido, se a CS-UE depender da avaliação subjetiva de similitude de valores entres Estados-Membros, então, apesar de pouco mais de metade dos cidadãos considerar alguma proximidade de valores, subsiste uma parte substancial de cidadãos que considera como distantes os valores entres Estados-Membros.

Face ao exposto é expectável que quanto maior for a opinião da proximidade de valores entre Estados-Membros, maiores serão também os níveis de coesão social, Figura 6.1.

---

<sup>23</sup> O anexo D contém os dados estatísticos adicionais e complementares às análises apresentadas ao longo do capítulo.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 6.1 – Médias de coesão social na UE, segundo a distância/proximidade de valores entre Estados-Membros

De facto, quanto maior a crença na partilha de valores comuns entre Estados-Membros, maior é a pontuação média em todas as subdimensões de CS-UE. Novamente, a subdimensão de filiação tem um comportamento distinto, pois o maior contraste é entre quem vê os valores como “muito distantes” e as restantes categorias (distantes, próximos, e muitos próximos). É curioso que quem considera os valores entre Estados-Membros como “distantes” pontuar quase tanto como os que consideram os valores “próximos” e “muito próximos” na filiação à UE, pois implica que mesmo divisando distância entre europeus, a opção é manter-se no grupo. Noutra perspetiva poder-se-á argumentar que são os indivíduos que consideram os valores como “próximos” ou “muito próximos” que não se distanciam dos que consideram os valores “distantes”. Esta última hipótese é tão plausível ou mais que a primeira quando comparadas as pontuações entre categorias. A diferença entre os “muito distantes” e os “distantes” segue o mesmo padrão verificado nas outras subdimensões, sendo os “próximos” e “muitos próximos” que não se distanciam dos “distantes”, ainda mais quando a pontuação dos “mais próximos” não é superior à dos “próximos”. Quer isto dizer que, apesar de alguns europeus percecionarem valores comuns, consideram, no entanto, que mesmo nesse cenário o país estará melhor fora da UE. A questão é saber porquê e quem são esses indivíduos.

Também é de realçar a transversalidade com que este indicador capta todas as subdimensões de CS-UE, registando-se, inclusive, uma relação positiva com a subdimensão de práticas integrativas, nem sempre captado por outros fatores anteriormente analisados.

Quadro 6.1 – Correlações entre a crença na proximidade de valores entre Estados-Membros e a coesão social na UE

	Relações horizontais		Relações verticais		Pertença	Práticas		
	Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Pertença	Integrativas	Não Integrativas	
Proximidade de valores europeus	0,215**	0,209**	0,365**	0,442**	0,113**	0,345**	0,178**	0,228**

Notas: Correlação *Rho de Spearman*; \* p<0,05; \*\* p<0,01; \*\*\* p<0,001

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

As relações são de intensidade fraca a moderada, mas todas significativas. A intensidade das relações é maior com as relações verticais do que com as horizontais, mas é preciso ter em consideração que na formulação da questão é referida a proximidade de valores entre Estados-Membros e não entre europeus ou cidadãos europeus, podendo, eventualmente, associar-se a uma correspondência entre níveis.

Quanto á heterogeneidade e homogeneidade das respostas, a heterogeneidade é maior entre quem considera os valores muito distantes. E tende a diminuir á medida que se considera maior proximidade de valores. Mais uma vez, a exceção é encontrada na subdimensão da filiação, na categoria de valores muito próximos.

Quadro 6.2 – Coeficiente de variação de coesão social na UE, segundo a proximidade de valores entre Estados-Membros

		Relações horizontais		Relações verticais		Pertença		Práticas	
		Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Não integrativas	Integrativas
Proximidade de valores entre Estados-Membros	Muito distantes	0,75	0,57	1,72	0,47	0,82	0,76	1,38	2,27
	Distantes	0,46	0,39	1,00	0,27	0,54	0,43	0,93	1,78
	Próximos	0,36	0,27	0,60	0,18	0,50	0,29	0,73	1,39
	Muito próximos	0,37	0,23	0,43	0,19	0,60	0,30	0,66	1,08

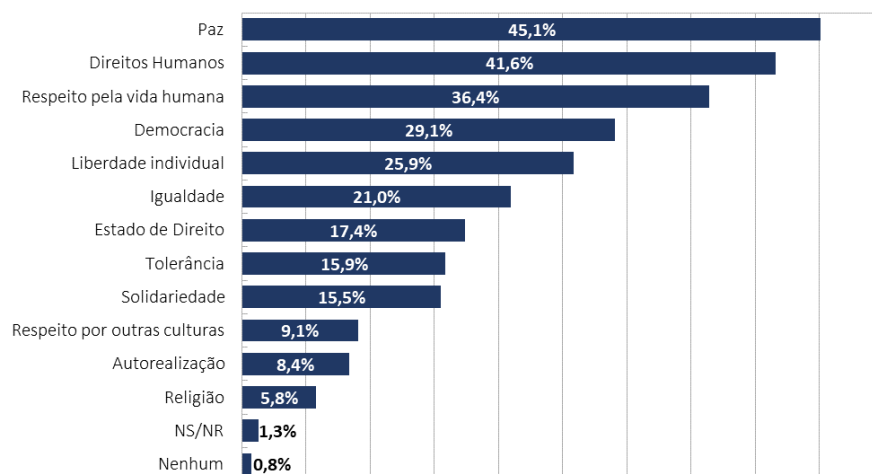
Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

### 6.1.1 Valores socio-humanos

No espaço transnacional quase metade dos europeus privilegiam o valor da paz, enquanto dois quintos optam pelos direitos humanos, e pouco mais de um terço sinalizam o respeito pela vida humana (Figura 20). Em quarto lugar surge a democracia com cerca de três em cada dez europeus a preferir este valor, enquanto um quarto opta pela liberdade individual, à frente do valor da igualdade, cerca de um quinto. Menos preponderante mais ainda acima dos 10% surgem o estado de direito, a tolerância e a solidariedade. Com menos relevância, menos de um em cada dez europeus prefere o respeito pelas outras culturas, a autorrealização e a religião.

Numa primeira análise, estes resultados não demonstram uma estrutura clara de valores, sendo necessário realizar uma análise multivariada para os interpretar com maior detalhe. Uma vez que a questão do Eurobarómetro apenas permite escolher até três valores, não é possível efetuar uma ACM consistente. Contudo, a partir da matriz de componentes principais de uma ACPCat, com o número de subdimensões iguais ao número de variáveis, foi realizada uma análise de clusters onde cada subdimensão é uma variável. Assim, agrupam-se os valores de acordo com a estrutura da matriz de componentes principais<sup>24</sup>.

<sup>24</sup> Os detalhes desta análise já foram explicitados no capítulo 3 e encontram-se no anexo A.



Fonte: Eurobarómetro 95.1

Figura 6.2 – Distribuição dos valores socio-humanos no espaço da UE

O Quadro 6.3 apresenta a estrutura de valores, resumindo o exposto do capítulo 3. Após a composição de clusters foi ainda verificada a direção da relação de cada um dos tipos de valores com as subdimensões de CS-UE.

Quadro 6.3 – Indicadores de valores socio-humanos

Dimensão	Indicadores
Democracia e Direitos	Democracia, Estado de Direito e Direitos Humanos
Inclusão	Igualdade e Solidariedade
Pluralidade	Tolerância, Respeito pelas Outras Culturas
Individualidade	Satisfação Pessoal e Liberdade Individual

A dimensão de democracia e direitos é constituída por um conjunto de valores cívico-políticos, a democracia e o estado de direito, e ainda os direitos humanos, captando um modelo de governação e justiça.

A inclusão caracteriza-se por uma certa transcendência, nomeadamente universalismo, marcado por uma preocupação com o bem-estar de todos, justiça social, igualdade (Schwartz, 2005).

A pluralidade, reflete um determinado universalismo no sentido da tolerância e compreensão pela diferença, e uma certa tradição marcada pela tolerância, respeito e aceitação por outras culturas, isto também em referência à tipologia de Schwartz (*ibidem*).

Por último, a individualidade constituiu-se com uma dimensão de foco mais pessoal, próxima dos valores de hedonismo.

Posto esta tipologia será interessante contrastar os resultados entre uma dimensão mais socioestrutural, a democracia e direitos, e outras três que definem um gradiente motivacional entre o individual *versus* o coletivo: a individualidade *versus* a inclusão e a pluralidade, respetivamente,

As escalas de valores foram construídas pelo somatório do número de indicadores selecionados dentro de cada dimensão.

Os resultados demonstram que uma escala de valores de democracia e direitos diferenciam a pontuação das subdimensões de CS-UE em todas as suas dimensões, horizontais, verticais e práticas. Quanto maior tende a ser a pontuação neste indicador de valores maior tende a ser a pontuação em qualquer umas das subdimensões de CS-UE. Consegue captar tanto os aspetos subjetivos como objetivos de coesão social, nas várias dimensões, horizontal, vertical e de práticas.

No mesmo sentido também a escala de pluralidade capta transversalmente a CS-UE, com exceção das práticas integrativas. Maiores pontuações de CS-UE estão associadas a maiores valores de pluralidade, e, portanto, provavelmente de universalismo.

Os valores de inclusão têm menor capacidade de diferenciação da CS-UE, apenas se relacionando com as relações horizontais, mas de forma fraca. Valores de inclusão estão associados a maiores níveis de aceitação e reconhecimento face a outros cidadãos da UE, o que seria expectável face ao carácter inclusivo deste conjunto de valores.

Quanto à escala de valores de individualidade, as relações mais pertinentes são com a vertente objetiva da CS-UE, as práticas. Contudo, as relações com as subdimensões de práticas não integrativas e práticas integrativas têm sentidos contrários. Por um lado, quanto maior a expressão de valores de individualidade maior tende a ser o número de práticas não integrativas. Por outro lado, o número de práticas integrativas tende a ser menor. Não se encontram explicações imediatas para este contraste, mas uma hipótese é colocada: estas nuances estão relacionadas com a base social que suporta a estrutura de valores, podendo ser constituída por indivíduos com maior posse de capitais económico e cultural, daí a capacidade de realizarem práticas não integrativas em paralelo com a não necessidade de realizar práticas integrativas. A escala de valores de individualidade tem uma relação muito fraca com as relações horizontais e verticais de CS-UE. Porém, face à leitura dos indicadores que constituem esta escala de valores (Anexo D), denota-se que a autorrealização está associada a menores pontuações nas subdimensões de aceitação e reconhecimento das relações horizontais, e nas subdimensões de confiança e de legitimidade das relações verticais e ainda na pertença. Assim, a hipótese é que as pontuações nas relações horizontais, relações verticais e pertença de CS-UE sejam menores à medida que cresce a individualidade, mas tal só deverá ser captado com indicadores mais precisos. Mais uma vez a exceção é a subdimensão de filiação onde é no maior nível de individualidade que se obtém a maior pontuação.

Quadro 6.4 – Descritiva da coesão social na UE, segundo os valores socio-humanos

		Relações horizontais				Relações verticais				Pertença		Práticas					
		Aceitação		Reconhecimento		Confiança		Legitimidade		Filiação		Pertença		Não integrativas		Integrativas	
		Média	Cv	Média	Cv	Média	Cv	Média	Cv	Média	Cv	Média	Cv	Média	Cv	Média	Cv
Democracia e Direitos	Nula	0,59	0,47	0,80	0,39	0,47	0,91	0,69	0,28	0,59	0,58	0,59	0,42	0,41	0,98	0,20	1,70
	Baixa	0,62	0,42	0,85	0,32	0,55	0,78	0,72	0,25	0,62	0,55	0,64	0,38	0,49	0,80	0,24	1,50
	Média	0,65	0,40	0,87	0,30	0,61	0,67	0,73	0,25	0,68	0,50	0,67	0,36	0,52	0,77	0,23	1,52
	Alta	0,65	0,40	0,89	0,27	0,67	0,57	0,73	0,26	0,68	0,50	0,70	0,34	0,54	0,69	0,27	1,41
Inclusão	Nula	0,61	0,44	0,83	0,34	0,53	0,81	0,71	0,27	0,62	0,55	0,63	0,40	0,47	0,85	0,22	1,59
	Baixa	0,62	0,42	0,84	0,33	0,56	0,75	0,72	0,25	0,62	0,55	0,64	0,38	0,47	0,85	0,23	1,52
	Média	0,63	0,44	0,86	0,31	0,53	0,81	0,71	0,25	0,63	0,51	0,61	0,43	0,41	0,98	0,21	1,67
Pluralidade	Nula	0,61	0,44	0,83	0,35	0,53	0,81	0,71	0,27	0,62	0,55	0,62	0,40	0,46	0,87	0,22	1,59
	Baixa	0,64	0,41	0,86	0,31	0,55	0,76	0,72	0,26	0,64	0,53	0,65	0,38	0,50	0,78	0,22	1,55
	Média	0,69	0,32	0,93	0,23	0,69	0,58	0,75	0,21	0,69	0,45	0,69	0,33	0,55	0,71	0,22	1,45
Individualidade	Nula	0,62	0,44	0,84	0,33	0,55	0,78	0,71	0,27	0,62	0,55	0,63	0,40	0,46	0,87	0,23	1,52
	Baixa	0,61	0,43	0,83	0,35	0,53	0,81	0,71	0,27	0,62	0,55	0,62	0,39	0,49	0,82	0,22	1,59
	Média	0,60	0,40	0,85	0,32	0,50	0,86	0,69	0,28	0,65	0,48	0,59	0,37	0,51	0,76	0,20	1,65

Notas: Nula: 0 valores selecionados; Baixa: um valor selecionado; Média: dois valores selecionados; Alta: três valores selecionados; Cv: coeficiente de variação.

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Como se demonstra pelo Quadro 6.5, a intensidade das relações é fraca, o que à partida se poderá dever ao constructo dos indicadores, com variáveis dicotómicas de resposta não obrigatória. As escalas não medem diretamente um valor, mas um conjunto de valores agrupados que por si, cada um, pode ter uma relação particular com a coesão social.

Quadro 6.5 – Correlações entre os valores socio-humanos e a coesão social na UE

	Relações horizontais		Relações verticais		Pertença	Práticas		
	Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade		Filiação	Pertença	Não Integrativas
Democracia e Direitos	0,081**	0,093**	0,120**	0,096**	0,095**	0,125**	0,116**	0,042**
Inclusão	0,026**	0,012	0,029**	0,025**	-0,005	0,013*	-0,007	0,004
Pluralidade	0,058**	0,050**	0,024**	0,023**	0,035**	0,058**	0,049**	0,008
Individualidade	-0,029**	-0,001	-0,038**	-0,023**	0,003	-0,046**	0,036**	-0,007

Nota: Correlação *Rho de Spearman*; \* p<0,05; \*\* p<0,01; \*\*\* p<0,001

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Ressalva-se que para a dimensão de democracia e direitos, tal como foi constatado para as desigualdades sociais e o bem-estar, verifica-se uma relação entre a pontuação média de cada categoria nas subdimensões de CS-UE e a respetiva dispersão das respostas. A homogeneidade das respostas tende a ser maior quanto maior é o grau de democracia e direitos.

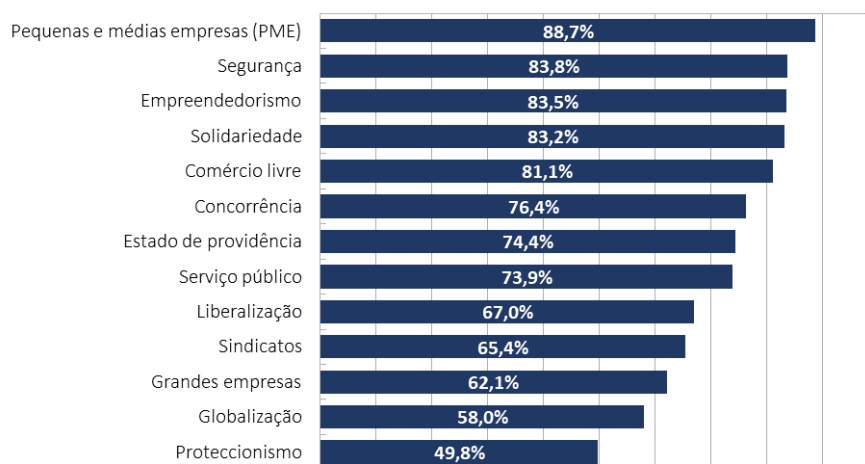
Em suma, apesar de não ser possível reproduzir estruturas de valores previamente construídos na disciplina da sociologia, foi possível apresentar uma estrutura de valores, com algumas semelhanças substantivo-analíticas a algumas das tipologias conhecidas. A subdimensão de valores democráticos, associados à democracia e estado de direito e também aos direitos humanos é o conjunto de valores socio-humanos que melhor capta a transversalidade da CS-UE, seguindo-se a pluralidade, associada à



tolerância e respeito por outras culturas. Por outras palavras, sendo a UE um projeto de união política, é exatamente a dimensão de valores de um modelo governação e justiça que mais explica o nível de CS-UE, face a outros valores. E sendo a UE um espaço multicultural é também a capacidade de vivência e respeito pela diferença que explica maiores níveis de CS-UE. Logo, a CS-UE, de acordo com os resultados, deverá ser maior quanto mais prevalecerem valores de ordem coletiva baseados num modelo de governação e justiça democrática e na aceitação das diferenças culturais e no universalismo. Noutro sentido, valores de individualidade, em certa medida valores de hedonismo, onde subsiste um maior foco na gratificação pessoal, tendem a estar associados a menores níveis de CS-UE, apesar de estarem relacionados positivamente com as práticas não integrativas, ou seja, com a concretização objetiva no espaço interacional.

### 6.1.2 Valores socioeconómicos

Para compreender os valores socioeconómicos dos europeus, recorreu-se à seguinte questão do Eurobarómetro: “*Para cada uma das expressões seguintes, poderia indicar se para si esta transmite algo de muito positivo, razoavelmente positivo, razoavelmente negativo ou muito negativo.*”. São incluídas treze expressões, e para efeitos da sua análise descritiva as respostas foram dicotomizadas, em positivo (muito positivo e razoavelmente positivo) e negativo (muito negativo e razoavelmente negativo), apresentando a Figura 6.3 a percentagem de respostas positivas.



Fonte: Eurobarómetro 95.1

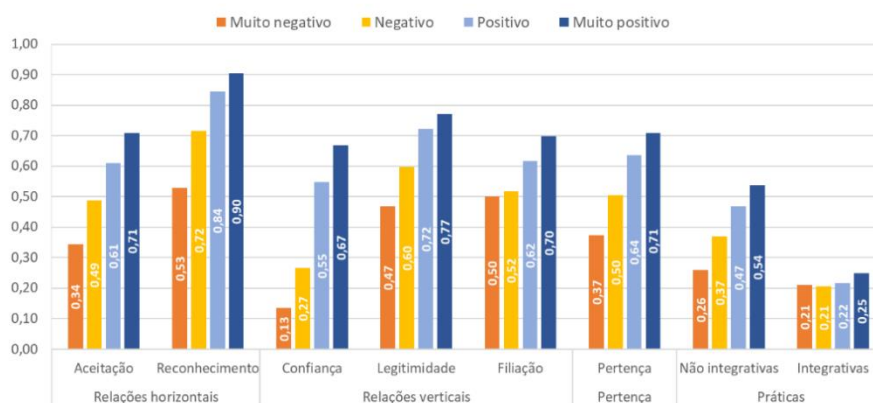
Figura 6.3 – Distribuição dos valores socioeconómicos no espaço da UE

No global todos os valores socioeconómicos têm uma conotação positiva para mais de metade dos europeus, excluindo o protecionismo. As pequenas e médias empresas (PME) destacam-se em primeiro lugar, seguindo-se a segurança, o empreendedorismo e a solidariedade, pelo que, aparentemente, os principais valores socioeconómicos são de cariz mais transversal e neutral face ao eixo ideológico

definido entre uma Europa Liberal ou uma Europa Social. Em segundo plano surgem valores mais associados a dogmas socioeconómicos tais como o comércio livre e a concorrência, mais relacionados a uma vertente liberal, e o estado providência e o serviço público, mais relacionados a uma vertente social. Só depois se listam dois valores mais vinculados das dimensões liberal e social, a liberalização e os sindicatos, respetivamente. Grandes empresas, oposto às PME, e globalização surgem em último plano dos valores positivos para a maioria dos europeus. Desta perspetiva poder-se-á afirmar que a crença socioeconómica dos europeus aparente ser mais neutral, favorecendo valores que substantivamente tanto se encaixam numa doutrina social ou liberal, tais como as PME, a segurança e o empreendedorismo.

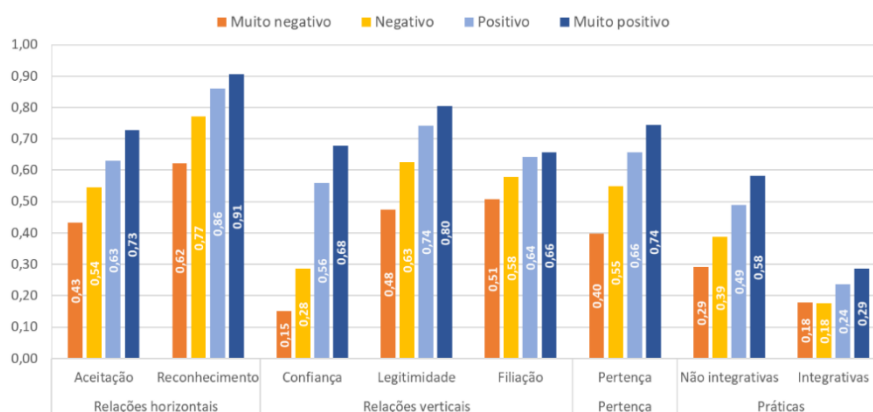
Para relacionar os valores socioeconómicos com CS-UE, procedeu-se ao agrupamento de valores nas suas dimensões latentes, isto a partir das escalas originais das respostas. A ACP Categorical revela que subsistem duas subdimensões principais: valores de liberalismo e valores de Estado social. A dimensão de liberalismo é constituída pelos valores de comércio livre, globalização, liberalização, competição e grandes empresas, por ordem dos respetivos pesos na subdimensão. O alpha de Cronbach é de 0,785, revelando uma boa consistência interna. A segunda dimensão, de Estado social, é constituída pelos valores de Estado social, segurança, solidariedade, serviço público, PME's, e sindicatos, também por ordem dos respetivos pesos na subdimensão. O alpha de Cronbach é de 0,793, pelo que também tem uma boa consistência interna. Após este exercício é curioso notar que os valores de segurança e de PME's estão mais relacionados com os valores de Estado social do que de liberalismo. Assim, o valor que permanece realmente neutro face ao eixo socioeconómico liberal-social é o empreendedorismo, que empiricamente poderia ser colocado em ambos as dimensões, liberal e social, sem prejuízo da consistência interna de ambos, pelo contrário. Todavia, devido à sua transversalidade, a opção recaiu por autonomizar este valor, permitindo identificar se tem ou não um comportamento distinto face à CS-UE. Por último, o valor de protecionismo, apesar de ter maior afinidade empírica com a dimensão de liberalismo, diminui a consistência interna da subdimensão, tendo sido autonomizado.

O cruzamento com a CS-UE demonstra que os valores socioeconómicos também diferenciam a primeira. Para os valores de Estado social, de liberalismo, e de empreendedorismo registam-se tendências semelhantes, os níveis de CS-UE aumentam com o aumento da pertinência de cada uma dessas escalas de valores. E essa tendência é transversal a todas as dimensões de CS-UE, horizontal, vertical, pertença, e práticas, Figura 6.4 a Figura 6.6. Assim, a CS-UE está relacionada positivamente com quaisquer um dos tipos de modelos socioeconómicos.



Fonte: Eurobarómetro 95.1

Figura 6.4 – Médias de coesão social na UE, segundo os valores de Estado social



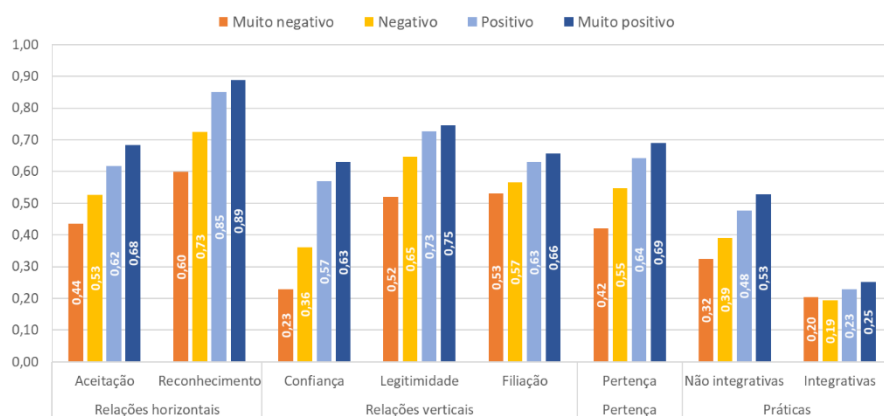
Fonte: Eurobarómetro 95.1

Figura 6.5 – Médias de coesão social na UE, segundo os valores de liberalismo

Há algumas particularidades que merecem atenção. Comparando as pontuações médias na dimensão das relações horizontais de CS-UE entre as mesmas categorias dos dois tipos de valores, ou seja, o “negativo” do Estado social com o “negativo” do liberalismo, e assim respetivamente, constata-se que as pontuações médias de CS-UE entre as categorias de “positivo”, e entre as categorias de “muito positivo”, são próximas, respetivamente. Não obstante, são ligeiramente maiores no caso de valores de liberalismo. Por outro lado, existe uma maior distância entre as respetivas categorias de “muito negativo” e “negativo”, respetivamente. No conjunto de indivíduos que consideram os valores de Estado social “muito negativo” ou “negativo” a pontuação média nas subdimensões de aceitação (0,34 e 0,49, respetivamente) e de reconhecimento (0,53 e 0,72, respetivamente) são consideravelmente inferiores às pontuações de quem tem opinião semelhante face ao liberalismo (0,43 e 0,54 para a aceitação; 0,62 e 0,77 para o reconhecimento). Quer isto dizer que a opinião negativa face a valores de Estado social, mais ligada à solidariedade, compromete mais a aceitação e o reconhecimento dos direitos dos migrantes

européus. Esta diferença de pontuações entre valores de Estado social e de liberalismo não é tão contrastante nas dimensões verticais, nem na pertença nem nas práticas.

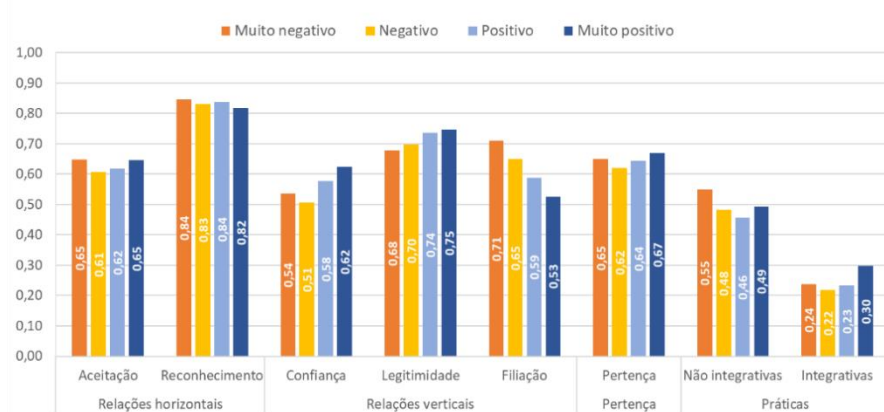
Mais uma vez, a interpretação anterior não é válida para a subdimensão de filiação, isto apesar de também se registar uma relação de sentido positivo com ambas as escalas de valores.



Fonte: Eurobarómetro 95.1

Figura 6.6 – Médias de coesão social na UE, segundo os valores de empreendedorismo

Relativamente a valores de protecionismo, não se estabelece um padrão transversal, Figura 6.7.



Fonte: Eurobarómetro 95.1

Figura 6.7 – Médias de coesão social na UE, segundo os valores de protecionismo

A escala de protecionismo não diferencia nenhum dos indicadores das relações horizontais de CS-UE. Quanto às relações verticais de CS-UE, demonstra uma ténue tendência para a confiança e a legitimidade nas instituições europeias crescer à medida que aumentam os valores de protecionismo, mas em sentido inverso a subdimensão de filiação diminui à medida que aumenta o protecionismo. O mais curioso é que, ao contrário de todos os fatores até agora analisados, o protecionismo tem uma relação mais vincada com a subdimensão de filiação em comparação às restantes subdimensões. Sem

ser possível avançar uma explicação para esta discrepância, o que se pode concluir é que, de facto, a filiação à UE tem fatores distintos dos das subdimensões de confiança e legitimidade. Finalmente, do ponto de vista da subdimensão de pertença também não se vislumbra uma relação com os valores de protecionismo, mas as práticas não integrativas tendem a ter uma relação de sentido negativo, embora ligeira.

O Quadro 6.6 confirma que deste conjunto de valores o mais transversal a todas as dimensões de CS-UE são os valores de Estado social. Todavia, se esses valores captam melhor as relações horizontais, os valores de liberalismo captam melhor as relações verticais, com exceção da filiação, e as práticas.

A pertença é igualmente relacionada com os valores de Estado social e de liberalismo, sinalizando que nenhum se sobrepõe ao outro em termos de identidade europeia. Em rigor, os valores sociais e liberais são coexistentes e não mutuamente exclusivos, subsistindo entre ambos uma relação forte ( $Rho$  de Spearman = 0,519,  $p < 0,01$ ). A relação entre ambos e os valores de empreendedorismo também é forte, comprovando que o empreendedorismo é compatível tanto valores de Estado social ( $Rho$  Spearman = 0,486,  $p < 0,01$ ) como de liberalismo ( $Rho$  Spearman = 0,473,  $p < 0,01$ ).

Por último, sugere-se como pista de investigação futura avaliar se valores de protecionismo podem ser intermediadores da subdimensão de filiação. Isto porque as relações deste tipo de valores com a confiança e a legitimidade são de sentido positivo, mas a relação com a filiação é de sentido negativo.

Quadro 6.6 – Correlações entre os valores socioeconómicos e a coesão social na UE

	Relações horizontais		Relações verticais		Pertença		Práticas	
	Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Não Integrativas	Integrativas
Estado social	0,322**	0,249**	0,334**	0,363**	0,202**	0,314**	0,162**	0,063**
Liberalismo	0,257**	0,202**	0,394**	0,432**	0,096**	0,318**	0,188**	0,104**
Empreendedorismo	0,209**	0,190**	0,199**	0,211**	0,093**	0,203**	0,118**	0,046**
Protecionismo	-0,005	-0,021**	0,089**	0,134**	-0,165**	0,027**	-0,047**	0,015*

Notas: correlações *Rho de Spearman*; \*  $p < 0,05$ ; \*\*  $p < 0,01$ ; \*\*\*  $p < 0,001$

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Quanto à dispersão das respostas de CS-UE, os indicadores de Estado social, de liberalismo e o empreendedorismo apresentam a mesma tendência que a perceção de proximidade de valores entre Estados-Membros. Ou seja, a homogeneidade das respostas na CS-UE é menor à medida que aumenta a relevância de cada tipo de valor. Novamente, a filiação é uma exceção na categoria de maior pontuação em cada um dos tipos de valores sociopolíticos.

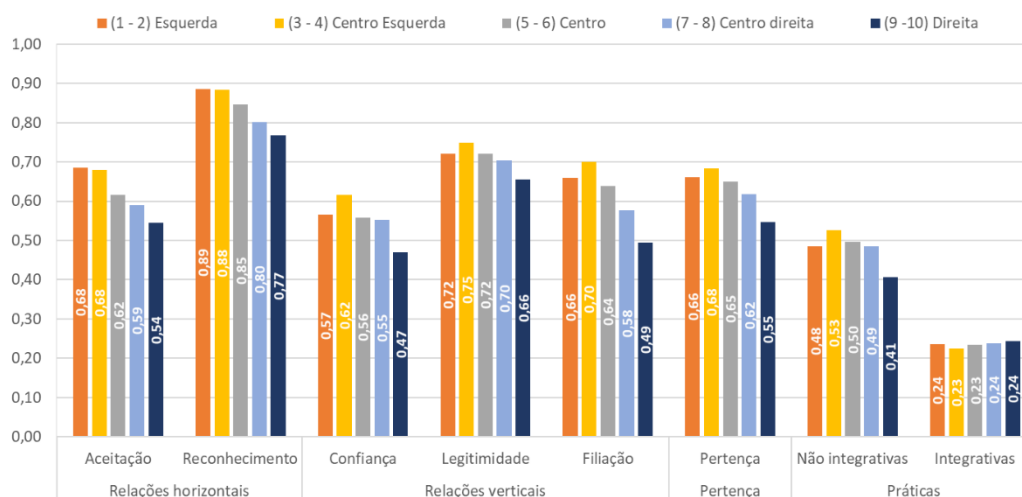
Quadro 6.7 – Coeficiente de variação de coesão social na UE, segundo a os valores socioeconómicos

		Relações horizontais		Relações verticais			Pertença	Práticas	
		Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Não integrativas	Integrativas
Estado social	Muito negativo	0,96	0,71	2,14	0,52	0,75	0,77	1,36	1,60
	Negativo	0,58	0,47	1,37	0,34	0,66	0,52	1,04	1,66
	Positivo	0,40	0,32	0,77	0,23	0,53	0,36	0,84	1,60
	Muito positivo	0,35	0,24	0,60	0,20	0,49	0,32	0,74	1,45
Liberalismo	Muito negativo	0,82	0,63	2,07	0,48	0,76	0,71	1,18	1,75
	Negativo	0,52	0,41	1,31	0,31	0,57	0,46	0,97	1,77
	Positivo	0,38	0,30	0,75	0,21	0,51	0,34	0,81	1,52
	Muito positivo	0,34	0,24	0,58	0,18	0,57	0,30	0,68	1,34
Empreendedorismo	Muito negativo	0,81	0,63	1,48	0,46	0,73	0,73	1,09	1,59
	Negativo	0,54	0,46	1,09	0,29	0,58	0,45	0,95	1,67
	Positivo	0,39	0,32	0,74	0,23	0,51	0,36	0,83	1,55
	Muito positivo	0,38	0,27	0,66	0,25	0,55	0,36	0,76	1,46
Protecionismo	Muito negativo	0,46	0,34	0,80	0,33	0,50	0,42	0,70	1,46
	Negativo	0,43	0,34	0,83	0,26	0,50	0,39	0,81	1,54
	Positivo	0,39	0,33	0,73	0,23	0,56	0,35	0,88	1,55
	Muito positivo	0,47	0,36	0,68	0,26	0,72	0,39	0,84	1,36

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

### 6.1.3 Valores sociopolíticos

O padrão da relação entre valores sociopolíticos e a CS-UE é distinto consoante a dimensão de CS-UE em análise, o que reforça a pertinência na distinção entre as várias dimensões de CS-UE.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 6.8 – Médias de coesão social na UE, segundo os valores sociopolíticos

O espaço ideacional sociopolítico à esquerda e ao centro-esquerda é o que mais aceita e reconhece os outros cidadãos europeus e os seus direitos. A partir do centro a tendência nas relações horizontais é de diminuição da aceitação e do reconhecimento.

Para as relações verticais, a tendência é de V invertido e enviesado. A pontuação média tende a ser maior no centro-esquerda, diminuindo para ambos os lados, mais à esquerda, e para o centro e direita. Assim, na relação com as instituições europeias o espaço político à direita pontua menos que os restantes. Inclusive, na confiança e na filiação a pontuação está abaixo do ponto médio. Interessante notar é que a subdimensão de filiação segue a tendência não apresentando uma particularidade segundo este tipo de valores.

A pertença tem um padrão semelhante ao das relações verticais.

Nas práticas, as não integrativas têm um padrão semelhante ao das relações verticais, mas as integrativas invertem o padrão, é em V enviesado, com o menor valor a registrar-se no posicionamento ao centro-esquerda. Não obstante, nas últimas a diferença de pontuação é muito pequena.

Quer isto dizer que, os maiores níveis de CS-UE registam-se no posicionamento do centro-esquerda, sendo que nas relações horizontais são acompanhados pelo espaço mais à esquerda. Quanto mais os indivíduos se posicionam à direita menor o grau de CS-UE.

Os valores sociopolíticos têm maior intensidade de relação com as relações horizontais e com a pertença, do que com as relações verticais e as práticas, Quadro 6.8.. Não obstante, todas as correlações são fracas.

Quadro 6.8 – Correlações entre os valores sociopolíticos e a coesão social na UE

	Relações horizontais		Relações verticais		Pertença	Práticas		
	Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Não Integrativas	Integrativas
Valores sociopolíticos (da esq. para a direita)	-0,187**	-0,172**	-0,107**	-0,127**	-0,160**	-0,170**	-0,103	-0,017*

Notas: correlações *Rho de Spearman*; \* p<0,05; \*\* p<0,01; \*\*\* p<0,001

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Do ponto de vista da dispersão das respostas esta tende a ser menor no posicionamento ao centro-esquerda, aumento para cada um dos outros lados, Quadro 6.9.. Quer isto dizer que além de obterem maiores pontuações na CS-UE, o centro-esquerda é também a categoria com maior homogeneidade na sua relação com a UE. A categoria mais à direita é a que tem a maior heterogeneidade na relação com a CS-UE.

Quadro 6.9 – Coeficiente de variação de coesão social na UE, segundo os valores sociopolíticos

	Relações horizontais		Relações verticais		Pertença	Práticas		
	Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Não integrativas	Integrativas
Esquerda	0,41	0,29	0,75	0,26	0,55	0,39	0,83	1,54
Centro-esquerda	0,34	0,27	0,66	0,21	0,46	0,34	0,74	1,50
Centro	0,42	0,32	0,75	0,24	0,52	0,36	0,79	1,50
Centro-direita	0,43	0,37	0,77	0,27	0,60	0,38	0,80	1,49
Direita	0,57	0,44	0,93	0,37	0,72	0,53	0,98	1,54

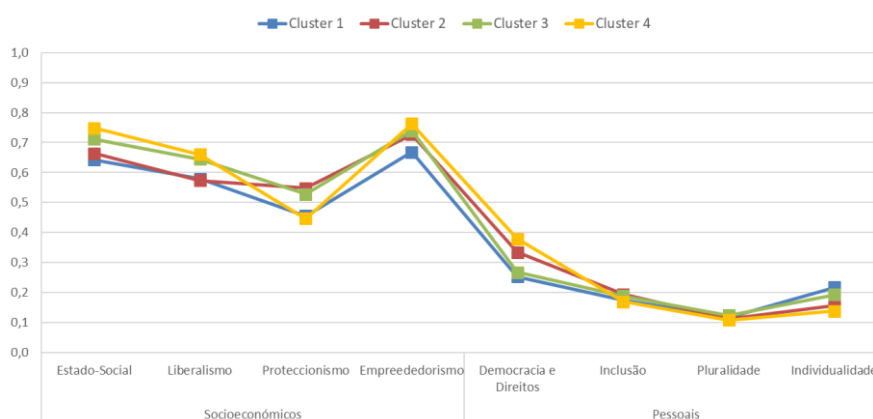
Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

## 6.2 Valores nos espaços nacionais

Para avaliar a diferenciação dos valores segundo os estados nacionais, procedeu-se a uma análise de clusters, cuja estrutura inclui os valores socio-humanos (democracia e direitos, inclusão, pluralidade e individualidade) e dos valores socioeconómicos (Estado social, liberalismo, proteccionismo, empreendedorismo). Os valores sociopolíticos são excluídos da análise uma vez que o tipo de variável é qualitativa, e não quantitativa como as variáveis anteriores. Foi então realizada uma análise de clusters de método hierárquico através do método de Ward.

Face a essas variáveis de entrada, os Estados-Membros são agrupados em quatro clusters, que explicam cerca de 50,4% ( $R^2=0,504$ ) da variação total, Figura 6.9:

- 1) França, Bélgica, Itália, Chéquia, Hungria, Eslováquia, Eslovénia, Croácia, Roménia e Letónia;
- 2) Países Baixos, Reino Unido, Chipre e Grécia;
- 3) Luxemburgo, Irlanda, Portugal, Espanha, Estónia, Lituânia, Bulgária, Polónia e Áustria;
- 4) Dinamarca, Suécia, Finlândia, Alemanha e Malta.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 6.9 – Descritiva dos valores segundo ps clusters de Estados-Membros

O valor que mais diferencia os clusters é a democracia e direitos ( $F=39,202$ ,  $p<,001$ ). O proteccionismo, a inclusão e a pluralidade não se diferenciam significativamente entre clusters. O cluster 4 formado pelos países nórdicos (Dinamarca, Suécia, Finlândia), a Alemanha e Malta, tende a ter maiores pontuações no Estado social, liberalismo, empreendedorismo, democracia e direitos. Em sentido inverso tem menores pontuações no proteccionismo e na individualidade.

Em sentido oposto, o cluster 1 formado pelos estados fundadores da França, Itália e Bélgica, e ainda alguns estados do Centro-Leste (Chéquia, Hungria, Eslováquia, Eslovénia, Croácia), Roménia e Letónia, tende a ter menores pontuações em todos os indicadores, exceto na individualidade onde tem a maior pontuação.

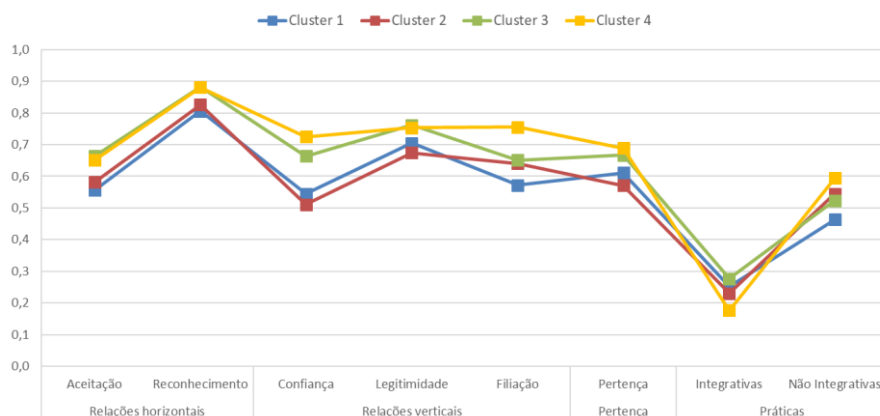
Quanto ao cluster 2, formado por Países Baixos, Reino Unido, Chipre, e Grécia, nos valores socio-humanos aproxima-se do cluster 4 (países nórdicos, Alemanha e Malta), diferenciando-se do último nos



valores socioeconómicos, principalmente por ter maior pontuação no protecionismo e menores no Estado social e liberalismo.

Por fim o cluster 3, constituído por um conjunto de Estados-Membros geograficamente dispersos, onde se inclui a Península Ibérica, Luxemburgo, Irlanda, Estónia, Lituânia, Bulgária, Polónia e Áustria, tende a ter maiores pontuações no protecionismo e na individualidade e menores na democracia e direitos.

Estes clusters de Estados-Membros diferenciam-se relativamente à CS-UE nas subdimensões de aceitação ( $F=8,536$ ,  $p<0,001$ ) e reconhecimento ( $F=3,730$ ,  $p<0,05$ ) das relações horizontais, a confiança ( $F=6,028$ ,  $p<0,01$ ), legitimidade ( $F=7,999$ ,  $p<0,01$ ), e filiação ( $F=7,233$ ,  $p<0,01$ ) das relações verticais, e ainda a pertença ( $F=4,073$ ,  $p<0,05$ ) (Figura 28). Não diferenciam as práticas transfronteiriças, o que está em linha com a menor correlação entre valores e a subdimensão objetiva de CS-UE detetada na análise transnacional.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 6.10 – Descritiva de coesão social na UE, segundo os clusters de Estados-Membros de valores

Como se constata, é no cluster 4 (Dinamarca, Suécia, Finlândia, Alemanha e Malta), que tem maiores pontuações nos valores de Estado social, liberalismo, empreendedorismo, democracia e direitos, e menores pontuações no protecionismo e na individualidade, que se registam as maiores pontuações de CS-UE.

O cluster 3 (Luxemburgo, Irlanda, Portugal, Espanha, Estónia, Lituânia, Bulgária, Polónia e Áustria), que se caracteriza por ter maior pontuação no protecionismo e menor na democracia e direitos, é o outro cluster que tende a ter maiores pontuações na CS-UE. Tem em comum com o cluster 4 as maiores pontuações nos valores socioeconómicos de Estado social e Liberalismo.

Os clusters 1 (França, Bélgica, Itália, Chéquia, Hungria, Eslováquia, Eslovénia, Croácia, Roménia e Letónia) e 2 (Países Baixos, Reino Unido, Chipre e Grécia) tendem a pontuar menos na CS-UE, tendo em comum menores pontuações nos valores socioeconómicos do Estado social e liberalismo.

Estes resultados são algo ambíguos. Por um lado, consubstanciam o duo Estado social e liberalismo como valores que suportam a CS-UE, mas por outro lado são ambivalentes quanto aos valores de protecionismo, mas também face aos valores socio-humanos, e em particular a democracia e direitos.

O Quadro 6.10 permite clarificar que os valores socioeconómicos de Estado social são os únicos que captam significativamente a vertente subjetiva de CS-UE. Tal como encontrado na análise transnacional, também os valores de liberalismo estão mais associados à confiança e legitimidade das instituições europeias, apesar de na subdimensão de filiação a maior correlação ser com os valores de Estado social.

Quanto aos valores socio-humanos, a democracia e direitos destaca-se principalmente pela sua relação com a subdimensão de filiação. A pluralidade explica melhor as relações horizontais e a pertença, apesar de com a primeira as correlações não serem significativas.

É curioso notar que a democracia e direitos como um valor de modelo de governação está mais associado à filiação ao projeto de integração europeu, enquanto o pluralismo como valor de tolerância e respeito pela diferença tem a relação significativa com a pertença, registando-se um paralelismo substantivo entre valores e subdimensões.

A individualidade confirma a sua tendência inversa, ou seja, quanto maior a sua pontuação média menores tendem a ser as pontuações de CS-UE, apesar de as correlações não serem significativas. Estes resultados reforçam as conclusões da análise transnacional.

Quadro 6.10 – Correlações entre os níveis médios de valores de cada estado-membro e a respetiva média de coesão social na UE

		Relações horizontais		Relações verticais			Pertença	Práticas	
		Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Não Integrativas	Integrativas
Socioeconómicos	Estado social	0,585**	0,514**	0,598**	0,441*	0,565**	0,459*	0,129	-0,220
	Liberalismo	0,593**	0,373	0,656**	0,771**	0,415*	0,431*	0,182	-0,110
	Protecionismo	0,039	-0,124	-0,098	0,024	-0,081	-0,213	-0,170	-0,143
	Empreendedorismo	0,555**	0,578**	0,374	0,314	0,439*	0,254	0,112	-0,211
Socio-humanos	Democracia e Direitos	0,164	0,179	0,148	-0,053	0,446*	0,079	0,246	-0,195
	Inclusão	0,281	0,111	-0,105	0,026	0,018	-0,038	-0,278	-0,281
	Pluralidade	0,311	0,237	0,128	0,140	0,236	0,437*	0,295	0,202
	Individualidade	-0,317	-0,314	-0,017	-0,030	-0,237	-0,285	-0,221	-0,125

Notas: correlações *Rho de Spearman*; \* p<0,05; \*\* p<0,01; \*\*\* p<0,001

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

### 6.3 Representações da União Europeia

A análise das representações da UE pretende averiguar como a conceção subjetiva, por intermédio da cognição, de como o mundo é, em particular do significado e do simbolismo da UE, se relaciona com a CS-UE. A análise foca uma vertente quantitativa das representações e outra qualitativa dessas representações.

Foram criados quatro indicadores de representações. O primeiro traduz um conjunto de representações de conotação positiva, o segundo um conjunto de representações de conotação negativa,

o terceiro mede o nível de integração europeia admitido pelos respondentes, e um quatro que mede a representação da UE como um projeto democrático e de direitos. Uma outra questão é utilizada, que mede a relevância de reconhecer a semelhança entre europeus.

Os indicadores de representações positivas e negativas correspondem à seleção de um conjunto de itens de uma mesma questão de resposta múltipla, “*O que é que a UE representa para si pessoalmente?*”. Através da triangulação de várias técnicas, ACM, ACP e ACPCat, é possível demonstrar a clivagem em dois blocos principais, de representações positivas e negativas. Adicionalmente, em análise descritiva, as representações positivas incluem os itens que quando selecionados pelos inquiridos obtêm maior pontuação nas subdimensões de CS-UE do que no grupo de inquiridos que não selecionou o respetivo item. A consistência interna das representações positivas é razoável (alpha de Cronbach=0,663). Em sentido inverso, as representações negativas incluem os itens que quando selecionados obtêm menor pontuação na CS-UE comparativamente ao grupo que não os selecionou, e tem uma consistência interna também razoável (alpha de Cronbach=0,631).

O indicador de integração capta a posição favorável ou desfavorável face aos aspetos de integração da UE, e o alpha de Cronbach é de 0,859, tendo uma boa consistência interna.

No Quadro 6.11 é possível observar as correlações entre os vários tipos de representações.

Quadro 6.11 – Correlações entre os indicadores de representações da UE

	Rep. positivas	Rep. negativas	Integração europeia	Democracia e direitos	Semelhança entre europeus
Rep. positivas	-	-0,163**	0,351**	0,346**	0,240**
Rep. negativas		-	-0,307**	-0,063**	-0,215**
Integração europeia			--	0,211**	0,324**
Democracia e direitos				-	0,195**
Semelhança entre europeus					-

Notas: correlações R de Pearson; \* p<0,05; \*\* p<0,01; \*\*\* p<0,001

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

As representações negativas apresentam um sentido de relação oposto, negativo, a todas as restantes correlações, positivas. Os indicadores de representações positivas e de integração europeia tendem a ter correlações de maior intensidade com as restantes representações, ou seja, captam de modo mais transversal esta dimensão ideacional.

### 6.3.1 Representações da União Europeia na União Europeia

As representações da UE tendem a ser de carácter positivo, e menos de cariz negativo. A principal representação da UE é de cariz instrumental, a liberdade de intramobildade europeia, sendo a única que representa mais de metade dos europeus, Figura 6.11. A segunda representação da UE mais importante é o Euro, pouco mais de um terço dos cidadãos da UE, que em certa medida também é algo instrumental.

A paz e a diversidade cultural também são valorizadas por cerca de um terço dos inquiridos, enquanto uma voz mais forte no mundo e a democracia estão ligeiramente acima de um quarto. Só depois surgem os aspetos negativos, onde se destaca a burocracia, mas também uma perda de dinheiro, e controlo insuficiente nas fronteiras exteriores (aproximadamente um em cada cinco cidadãos).

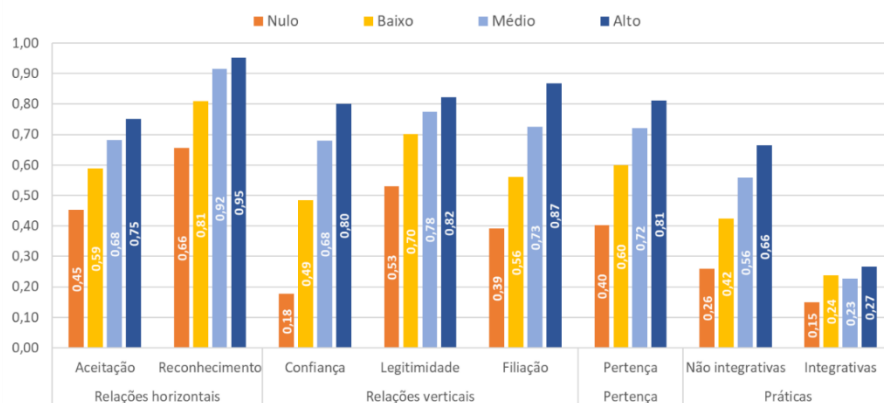
Deste modo, os principais aspetos que representam a UE enquadram-se mais no tipo de ação racional instrumental e menos na ação racional subjetiva, tanto a axiológica, como por exemplo através do valor de democracia, e a cognitiva, como por exemplo através do reconhecimento da sua diversidade cultural.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

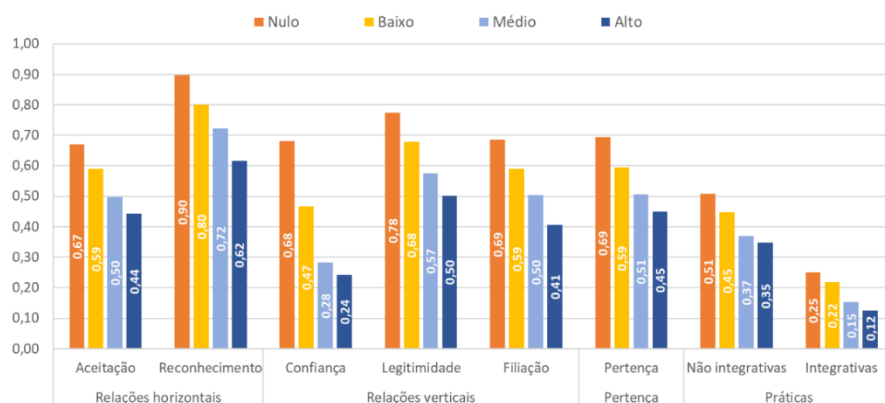
Figura 6.11 – Representações sobre a UE

Pela Figura 6.12 e a Figura 6.13 constata-se que quanto maior é o número de representações positivas maior é a pontuação média na CS-UE, e que em sentido inverso quanto maior o número de representações negativas da UE menor é a pontuação média, respetivamente. Realça-se que ambos os indicadores têm uma relação de sentido evidente com a subdimensão da filiação, o que tem sido pouco expressivo nos fatores estudados até ao momento.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

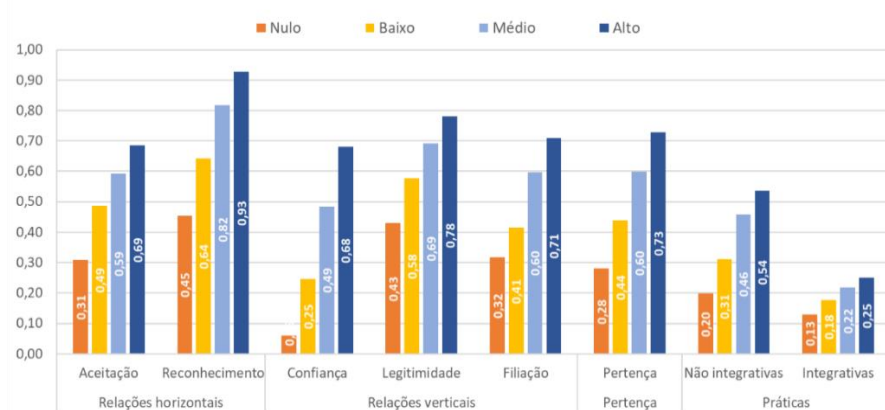
Figura 6.12 – Médias de coesão social na UE, segundo as representações positivas da UE



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 6.13 – Médias de coesão social na UE, segundo as representações negativas da UE

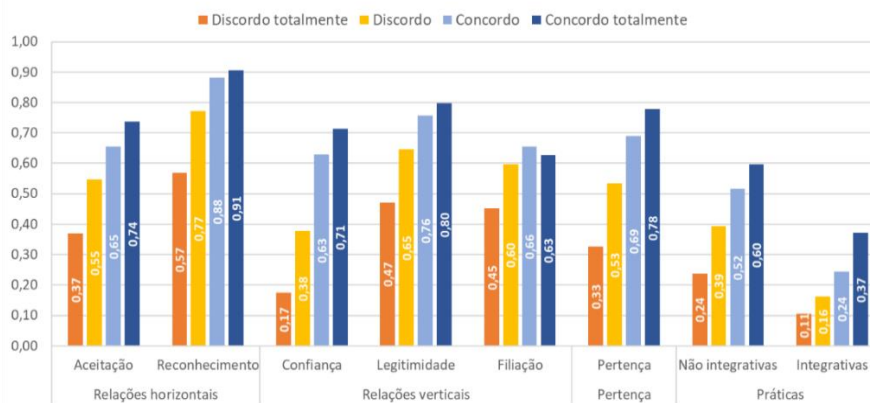
Adicionalmente, pela Figura 6.14 também se constata que os níveis de CS-UE estão relacionados positivamente com o nível de integração europeia admitido pelos respondentes, em todas as subdimensões de CS-UE.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 6.14 – Médias de coesão social na UE, segundo o nível de integração europeia

Por último, a Figura 6.15 demonstra que quando os cidadãos europeus veem os outros europeus como semelhantes, maior tende a ser a pontuação na CS-UE, confirmando que a compreensão da CS-UE também passa pela ação racional subjetiva cognitiva. A cognição de semelhança é importante.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 6.15 – Médias de coesão social na UE, segundo a representação de semelhança entre europeus

Por observação do Quadro 6.12 constata-se que a qualidade das representações também distingue o nível de CS-UE. Às representações mais associadas a um instrumentalismo individual, em concreto a liberdade de viajar, estudar e trabalhar noutro estado-membro, e o próprio Euro, estão associadas menores pontuações de CS-UE. Isto, em comparação a um instrumentalismo coletivo, medido por exemplo pela prosperidade económica (embora discutível se é pessoal ou coletivo) e por uma voz mais forte no mundo que obtêm maiores pontuações. Esta análise descritiva estabelece que a relação com a UE poderá, de facto, ser mais alicerçada num utilitarismo sociotrópico do que egotrópico, tal como evidenciado no trabalho de McLaren (2006). E, em linha com os resultados anteriores desta tese, também fatores axiológicos, quando a UE está associada a valores democráticos a pontuação na CS-UE tende a ser maior.

Quadro 6.12 – Médias de coesão social na UE, segundo as representações positivas da UE

	Relações horizontais		Relações verticais			Pertença	Práticas	
	Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Não Integrativas	Integrativas
A liberdade de viajar, estudar e trabalhar em qualquer parte da UE	0,67	0,90	0,63	0,75	0,72	0,70	0,55	0,24
Euro	0,64	0,87	0,60	0,74	0,70	0,68	0,51	0,21
Paz	0,68	0,90	0,68	0,77	0,74	0,72	0,55	0,24
Diversidade cultural	0,70	0,91	0,66	0,77	0,74	0,72	0,57	0,24
Uma voz mais forte no mundo	0,69	0,91	0,72	0,79	0,74	0,74	0,57	0,25
Democracia	0,70	0,91	0,72	0,80	0,74	0,75	0,58	0,26
Prosperidade económica	0,71	0,91	0,76	0,81	0,76	0,75	0,60	0,28
Proteção social	0,70	0,89	0,71	0,80	0,70	0,74	0,57	0,29

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Assim, apesar da principal representação da UE ser de carácter instrumental individual, não é a que mais contribui para maiores níveis de CS-UE.

Por outro lado, as representações negativas, constituídas mais por um conjunto de itens que caracterizam o que a UE é, ou seja, representações de carácter cognitivo, reforçam a relevância de também considerar a ação racional subjetiva cognitiva na relação entre cidadãos e UE.

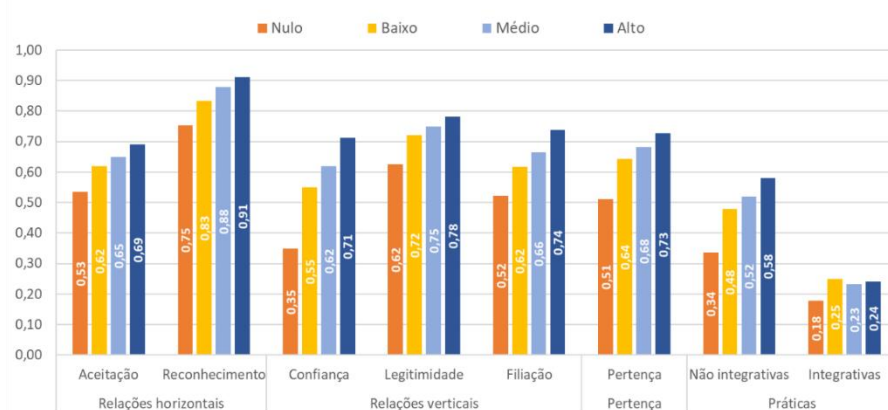
Quadro 6.13 – Médias de coesão social na UE, segundo as representações negativas da UE

	Relações horizontais		Relações verticais		Pertença		Práticas	
	Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Não Integrativas	Integrativas
Burocracia	0,60	0,82	0,45	0,66	0,62	0,60	0,46	0,20
Desperdício de dinheiro	0,51	0,73	0,30	0,58	0,50	0,51	0,37	0,16
Controlo insuficiente nas fronteiras externas	0,54	0,76	0,41	0,64	0,57	0,57	0,41	0,16
Mais criminalidade	0,48	0,69	0,33	0,60	0,49	0,52	0,37	0,17
A perda da identidade cultural	0,50	0,69	0,29	0,57	0,44	0,47	0,39	0,19
Desemprego	0,51	0,68	0,30	0,59	0,47	0,52	0,34	0,19

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Quando os cidadãos representam a UE como burocracia e controlo insuficiente de fronteiras externas, a pontuação de CS-UE tende a ser menos penalizada do que nos restantes itens negativos. A perda da identidade cultural, uma representação sociotrópica, é a que mais penaliza a pontuação na CS-UE na sua transversalidade, assim como o desemprego e mais criminalidade, que podem estar associadas tanto a um carácter sociotrópico como egotrópico.

Para analisar as representações da UE, também se avalia que valores melhor representam a UE, em particular, um indicador de democracia e direitos.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 6.16 – Médias de coesão social na UE, segundo a representação da UE como projeto democrático e de direitos

A Figura 6.16 demonstra que quanto mais a UE é representada como uma democracia e um espaço de direitos maior é a pontuação média na CS-UE, o que está em linha com a análise dos valores socio-humanos da secção anterior.

Pelo Quadro 6.14 constata-se que as correlações, em valor absoluto, são superiores para o caso das representações positivas comparativamente às representações negativas. Curiosamente, a integração europeia que tem correlações da ordem de grandeza semelhantes às representações positivas, tem menor correlação com a dimensão de filiação.

Quadro 6.14 – Correlações entre a coesão social na UE e as representações da UE

	Relações horizontais		Relações verticais			Pertença	Práticas	
	Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Não Integrativas	Integrativas
Representações positivas	0,325 ***	0,316 ***	0,423 ***	0,437 ***	0,423 ***	0,464 ***	0,307 ***	0,098 ***
Representações negativas	-0,233 ***	-0,254 ***	-0,347 ***	-0,394 ***	-0,205 ***	-0,285 ***	-0,127 ***	-0,092 ***
Integração europeia	0,336 ***	0,415 ***	0,430 ***	0,479 ***	0,294 ***	0,476 ***	0,190 ***	0,072 ***
Semelhança entre europeus	0,315 ***	0,260 ***	0,347 ***	0,421 ***	0,105 ***	0,432 ***	0,217 ***	0,187 ***
Democracia e direitos	0,173 ***	0,182 ***	0,248 ***	0,250 ***	0,203 ***	0,245 ***	0,178 ***	0,067 ***

Notas: correlações *Rho de Spearman*; \* p<0,05; \*\* p<0,01; \*\*\* p<0,001

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

### 6.3.2 Representações da União Europeia nos Estados-Membros

O espaço das representações da UE, de acordo com os indicadores usados nesta tese, é composto por três clusters de Estados-Membros, que apenas explica 21,3% da variação total. A solução otimizada seria composta por seis clusters, contudo teria uma leitura mais complexa no cruzamento com a CS-UE:

1. França, Grécia, Bélgica, Chipre, Portugal, Estónia, Letónia, Lituânia, Espanha, Malta, Irlanda, Eslováquia, Eslovénia;
2. Dinamarca, Suécia, Finlândia, Áustria, Luxemburgo, Alemanha, Países Baixos;
3. Roménia, Croácia, Bulgária, Itália, Hungria, Polónia, Chéquia e Reino Unido.

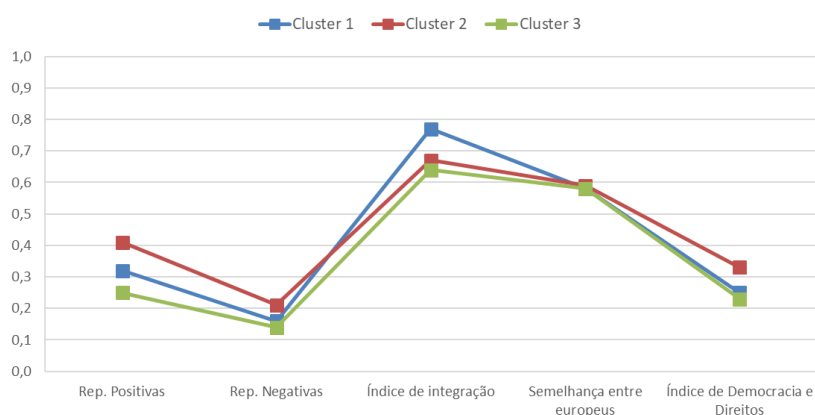
O indicador que mais diferencia os clusters são as representações positivas ( $F(2,25)=84,610$ ,  $p<0,001$ ), seguindo-se a democracia e direitos ( $F(2,25)=20,101$ ,  $p<0,001$ ), e a integração europeia ( $F(2,25)=11,910$ ,  $p<0,001$ ), mas todas as pontuações entre clusters são diferentes em todas as variáveis de representações da UE.

O cluster 1, maioritariamente composto por países do Sul (Grécia, Chipre, Malta, Espanha, Portugal), Báltico, França, Irlanda, Eslováquia e Eslovénia, é o que mais pontua no indicador de integração europeia, e o segundo que mais pontua nas representações positivas.

O cluster 2, composto pelos Estados-Membros nórdicos (Dinamarca, Suécia, Finlândia), e do Centro-Norte (Luxemburgo, Alemanha, Países Baixos, Áustria), é o que mais pontua nas representações positivas e em democracia e direitos.



O cluster 3, composto por países do Leste (Roménia, Croácia, Bulgária, Hungria, Polónia, Chéquia), a Itália e Reino Unido, é o que tende a pontuar menos em todos os indicadores das representações da UE.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 6.17 – Clusters de Estados-Membros de representações da UE

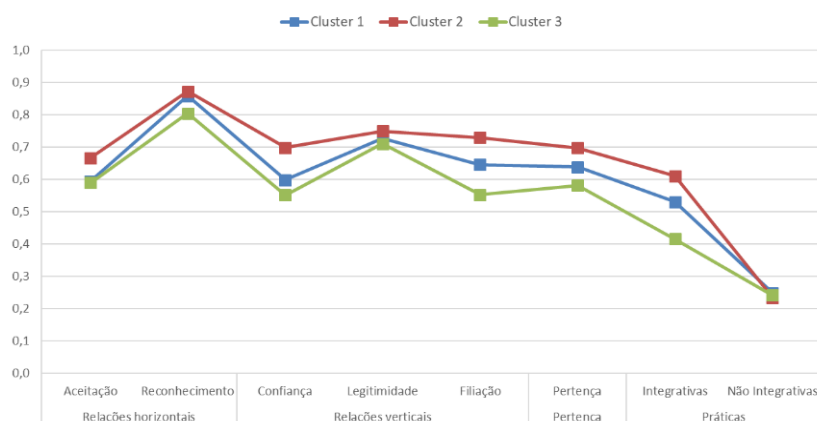
Se se considerar o conjunto de países da zona Euro/não Euro as pontuações apenas se diferenciam nas representações positivas ( $F(1,26)=9,601$ ,  $p<0,01$ ), e na integração europeia ( $F(1,26)=15,749$ ,  $p<0,01$ ), com a pontuação a ser superior na zona euro.

No caso da diferenciação entre U15 e NMS13, a distinção regista-se nas representações positivas ( $F(1,26)=7,499$ ,  $p<0,05$ ), e em democracia e direitos ( $F(1,26)=7,927$ ,  $p<0,01$ ), com maior pontuação nos Estados-Membros da UE15.

O cluster 2 (Dinamarca, Suécia, Finlândia, Áustria, Luxemburgo, Alemanha, Países Baixos) que tem as maiores pontuações nas representações positivas e em democracia e direitos é o que tende a ter maior pontuação na CS-UE, seguindo-se o cluster 1 (França, Grécia, Bélgica, Chipre, Portugal, Estónia, Letónia, Lituânia, Espanha, Malta, Irlanda, Eslováquia, Eslovénia), Figura 6.18.

O cluster 3 (Roménia, Croácia, Bulgária, Itália, Hungria, Polónia, Chéquia e Reino Unido), que tem as menores pontuações em todos os indicadores de representações da UE, é o que tem menores pontuações na CS-UE.

A subdimensão de CS-UE que mais se diferencia segundo os clusters de representações da UE é a filiação ( $F(2,25)=12,051$ ,  $p<0,001$ ), seguindo-se a pertença ( $F(2,25)=7,457$ ,  $p<0,01$ ). A diferenciação também é significativa para as práticas não integrativas e a aceitação das relações verticais, e marginalmente significativa para a confiança das relações verticais e o reconhecimento das relações horizontais. É interessante notar que a diferenciação na subdimensão de filiação é captada mais por uma análise ao nível comparativo nacional do que individual, pelo menos quando comparado com as outras subdimensões de CS-UE.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 6.18 – Coesão social na UE segundo os clusters de Estados-Membros das representações da UE

A relevância da análise á escala nacional na subdimensão da filiação é reforçada pelas correlações entre os níveis médios de cada representação da UE nos Estados-Membros e respetiva média na CS-UE, apresentadas no Quadro 6.15. As representações positivas da UE têm uma relação forte com a filiação, sendo que a representação da UE como projeto democrático e de direitos tem uma correlação moderada alta, quase forte. Destaca-se ainda que as representações positivas da UE, a perceção de semelhança entre europeus, e a UE como projeto de democracia e direitos têm correlações moderadas significativas com a aceitação, a confiança, a pertença, e as práticas não integrativas (entre a perceção de semelhança dos europeus e as práticas não integrativas a correlação é marginalmente significativa).

Quadro 6.15 – Correlações entre as médias das representações da UE de cada estado-membro e a respetiva média de coesão social na UE

	Relações horizontais		Relações verticais			Pertença	Práticas	
	Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Não Integrativas	Integrativas
Rep. positivas	0,382*	0,267	0,491**	0,327	0,716**	0,502**	0,556**	-0,014
Rep. negativas	-0,277	-0,356	-0,223	-0,422**	-0,037	-0,158	0,255	-0,001
Integração europeia	0,132	0,349	0,157	0,337	0,230	0,373	0,150	0,153
Semelhança entre europeus	0,559**	0,235	0,419**	0,600**	0,148	0,408**	0,356	0,273
Democracia e direitos	0,519**	0,306	0,518**	0,363	0,637**	0,472**	0,446**	-0,124

Notas: a) correlações *Rho de Spearman*.

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Do exposto, conclui-se que também ao nível nacional as representações da UE diferenciam a CS-UE. Confirma-se a relevância da ação racional subjetiva, quer axiológica quer cognitiva, uma vez que a maiores níveis de CS-UE estão associadas representações que divisam a UE como um projeto de democracia e direitos, mas também se associam às ideias do que a UE é. Neste caso, dado que a filiação é a subdimensão que mais se distingue segundo os clusters, coloca-se como pista para investigações

futuras a hipótese de para essa subdimensão de CS-UE a estruturação das representações segundo padrões societais, pelo menos ao nível dos Estados-Membros, poder ser um fator importante.

## 6.4 Entre os valores e as representações

Interessa nesta seção comparar o relevo entre as dimensões axiológica e cognitiva nas suas relações com a CS-UE.

Para comparar indicadores de medidas distintas, o Quadro 6.16 resume as correlações entre os valores e as representações da UE com a CS-UE, através do *Épsilon* ao quadrado ajustado, e a partir de uma abordagem micrometodológica, análise transnacional.

Quadro 6.16 – Comparação entre as correlações dos valores socio-humanos e das representações da UE, ao nível micro, com a coesão social na UE

	Relações horizontais		Relações verticais		Pertença		Práticas		
	Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Não Integrativas	Integrativas	
Valores	Proximidade de valores europeus	0,222	0,217	0,369	0,446	0,137	0,356	0,236	0,180
	Democracia e Direitos	0,081	0,093	0,120	0,096	0,095	0,125	0,116	0,042
	Inclusão	0,026	0,012	0,029	0,025	0,005	0,013	0,007	0,004
	Pluralidade	0,058	0,050	0,024	0,023	0,035	0,058	0,049	0,008
	Individualidade	0,029	0,001	0,038	0,023	0,003	0,046	0,036	0,007
	Estado Social	0,308	0,261	0,330	0,352	0,194	0,298	0,161	0,063
	Liberalismo	0,243	0,201	0,370	0,403	0,107	0,301	0,180	0,103
	Protecionismo	0,084	0,038	0,103	0,141	0,167	0,087	0,074	0,049
	Empreendedorismo	0,213	0,220	0,231	0,241	0,097	0,216	0,124	0,048
	Políticos (5 cat)	0,170	0,142	0,092	0,105	0,172	0,145	0,077	0,010
Representações da UE	Rep. positivas	0,316	0,311	0,420	0,437	0,407	0,455	0,294	0,109
	Rep. negativas	0,232	0,253	0,339	0,385	0,203	0,276	0,126	0,097
	Integração europeia	0,360	0,446	0,438	0,472	0,354	0,500	0,241	0,088
	Semelhança entre europeus	0,325	0,291	0,361	0,434	0,136	0,442	0,227	0,191
	Democracia e direitos	0,176	0,183	0,254	0,256	0,203	0,253	0,187	0,086

Notas: a) correlações *Épsilon squared*. Uma vez que nas seções anteriores já foram apresentadas as correlações, e os respetivos graus de significância, destas relações, por uma questão de simplificação aqui apenas se apresenta a medida de correlação, pois o objetivo é apenas comparar o tamanho dos efeitos.

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

De modo geral as representações da UE têm correlações com a CS-UE superiores às correlações dos valores.

Em primeiro lugar, com as relações horizontais de CS-UE apenas os valores socio-humanos de Estado social se aproximam da mesma ordem de grandeza das correlações das representações da UE.

Em segundo lugar, com as relações verticais de CS-UE, além das representações, a ordem de grandeza das correlações dos valores socio-humanos também é relevante, principalmente as dos valores

de Estado social, liberalismo, e a própria opinião de que os valores entre os Estados-Membros são próximos. Ressalva-se, novamente, que a opinião de proximidade/distância de valores entre Estados-Membros pode ser considerada uma representação, tal como o é a questão de semelhança entre europeus.

Em terceiro lugar, apenas os indicadores de representações positivas da UE e de integração europeia têm correlações moderadas com a subdimensão de filiação de CS-UE, o que é, aliás, uma exceção entre todos os fatores analisados até ao momento, incluindo as condições de vida.

Em quarto lugar, também as correlações das representações da UE são superiores com a subdimensão da pertença de CS-UE, face às correlações dos valores.

Em quinto lugar, um aspeto interessante, é que as correlações entre os valores socio-humanos de democracia e direitos são menores do que as correlações das representações da UE como democracia e direitos. Este resultado reforça a ideia de que o nível de análise é importante na relação entre cidadãos e UE, pois as maiores correlações encontram-se quando se considera os valores associados à UE e menos os valores dos indivíduos. O mesmo foi encontrado na análise do bem-estar subjetivo, onde o mais relevante é o bem-estar societal europeu.

A análise precedente sugere que fatores cognitivos poderão ter maior preponderância na análise da CS-UE do que fatores axiológicos, embora ambos sejam importantes.

Passando para a análise entre países, o Quadro 6.17 resume as correlações entre os valores e as representações da UE ao nível dos Estados-Membros, portanto ao nível macro, com a CS-UE.

Tanto aspetos axiológicos como cognitivos ao nível macrossocial estão relacionados com a CS-UE, registando-se algumas correlações de intensidade moderada forte, incluindo com a filiação. Destacam-se as magnitudes consideráveis entre a filiação e as representações positivas da UE, os valores de Estado Social, e os valores de democracia e direitos. No caso dos valores de democracia e direitos, a sua relevância é observável quer como estruturantes dos valores sociais nos Estados-Membros, quer quando a UE é associada a esses valores, ou seja, cognitivamente compreendida como tendo esse simbolismo

Tal como para a abordagem micrometodológica apenas as representações da UE captam a vertente objetiva de CS-UE, as práticas transfronteiriças, ressalvando que a opinião de existirem valores próximos entre Estados-Membros também tem uma relação com as práticas integrativas.

Em suma, ambas as abordagens metodológicas demonstram capacidade explicativa da CS-UE, sendo particularmente interessante a ordem de grandeza das correlações. O espaço ideacional tem uma capacidade relacional relevante com a CS-UE, em particular com a sua vertente subjetiva. Também capta a subdimensão de filiação à UE, em particular quando analisada através de uma abordagem macrossocial, o que não tinha sido encontrado com as condições de vida. Ou seja, a subdimensão de filiação encontra melhores correlações com o espaço ideacional macrossocial. Por outro lado, a relação com a vertente objetiva das práticas de CS-UE é menor do que a encontrada com as condições de vida.

Quadro 6.17 – Comparação entre as correlações dos valores e das representações da UE, ao nível macro, com a coesão social na UE

	Relações horizontais			Relações verticais		Pertença		Práticas	
	Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Não Integrativas	Integrativas	
Valores	Proximidade valores	0,222	0,217	0,369	0,446	0,137	0,356	0,236	0,180
	Estado social	0,170	0,142	0,092	0,105	0,172	0,145	0,077	0,010
	Liberalismo	0,308	0,261	0,330	0,352	0,194	0,298	0,161	0,063
	Protecionismo								
	Empreendedorismo	0,243	0,201	0,370	0,403	0,107	0,301	0,180	0,103
	Democracia e direitos	0,084	0,038	0,103	0,141	0,167	0,087	0,074	0,049
	Inclusão	0,213	0,220	0,231	0,241	0,097	0,216	0,124	0,048
	Pluralidade	0,081	0,093	0,120	0,096	0,095	0,125	0,116	0,042
	Individualidade	0,026	0,012	0,029	0,025	0,005	0,013	0,007	0,004
Representações da UE	Rep. positivas	0,058	0,050	0,024	0,023	0,035	0,058	0,049	0,008
	Rep. negativas	0,029	0,001	0,038	0,023	0,003	0,046	0,036	0,007
	Integração europeia	0,316	0,311	0,420	0,437	0,407	0,455	0,294	0,109
	Semelhança entre europeus	0,232	0,253	0,339	0,385	0,203	0,276	0,126	0,097
	Democracia e direitos	0,360	0,446	0,438	0,472	0,354	0,500	0,241	0,088

Notas: a) correlações *Rho de Spearman*. Uma vez que nas seções anteriores já foram apresentadas as correlações, e os respetivos graus de significância, destas relações, por uma questão de simplificação aqui apenas se apresenta a medida de correlação, pois o objetivo é apenas comparar o tamanho dos efeitos.

b) correlações para valores sociopolíticos não apresentadas por ser uma variável nominal.

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

## 6.5 Síntese do capítulo

Neste capítulo procedeu-se à investigação que respondesse à terceira pergunta que orienta esta investigação: como se caracteriza a relação entre a CS-UE e o espaço ideacional, constituído pelos valores e pelas representações da UE.

Os resultados são claros, tanto aspetos cognitivos como axiológicos são importantes na vertente subjetiva de CS-UE, com maior relevância dos primeiros. Quer isto dizer que é importante avaliar a CS-UE quer a partir de aspetos cognitivos, a ação racional subjetiva cognitiva, quer a partir de aspetos axiológicos, a ação racional subjetiva axiológica.

Os resultados confirmam a hipótese 3a de trabalho de que a CS-UE estão relacionada com valores, e que existem relações distintas consoante o tipo de valores, consubstanciando os resultados empíricos encontrados por Green, Janmaat e Han (2009) e Delhey et al. (2018). Na análise transnacional, os valores socio-humanos de democracia e direitos, de pluralismo e de inclusão tendem a favorecer a CS-UE, ao contrário dos valores de individualidade que apenas favorecem a subdimensão objetiva de CS-UE. Inclusive, os valores de individualidade impactam de modo negativo as relações verticais mais do que a inclusão e a pluralidade as impactam de modo positivo.

A relevância da transcendência e do universalismo para as relações horizontais e para a filiação na CS-UE é fortalecida pelo impacto positivo de valores socioeconômicos de Estado social, enquanto os valores de liberalismo têm maior relevo na confiança e legitimidade das instituições, relações verticais.

A importância da qualidade dos valores é comprovada também na abordagem macrometodológica, à escala dos países, pois valores socio-humanos de democracia e direitos favorecem a filiação à UE enquanto valores de pluralismo favorecem a pertença, verificando-se uma proximidade substantiva entre a qualidade dos valores e a qualidade das subdimensões de CS-UE. Adicionalmente, os valores de individualidade têm relação negativa com todas as subdimensões da CS-UE.

Nos aspetos cognitivos destacam-se as representações positivas da UE, e em particular as sociotrópicas. Aspetos instrumentais, ligados à ação racional instrumental, apesar de serem os mais representados pelos europeus, têm menor impacto positivo na CS-UE. A própria cognição de proximidade de valores e de semelhança entre europeus, contribui para maiores níveis de coesão, reforçando a influência que a reflexividade terá na CS-UE.

Adicionalmente, a qualidade das representações tem impacto diferenciado na CS-UE, inclusive consoante as dimensões de CS-UE em análise. Por exemplo, a perda de identidade cultural, um receio sociotrópico, é a que mais penaliza a CS-UE, reforçando o argumento que fatores culturais e afetivo-identitários são relevantes no grau de ligação à UE. Por outro lado, a criminalidade impacta mais as relações horizontais enquanto o desperdício de dinheiro afeta mais as relações verticais, denotando-se alguma proximidade substantiva e de nível entre a qualidade dos fatores e das subdimensões. Logo, a qualidade das representações explica diferentes dimensões de CS-UE.

Os dados sustentam a hipótese 3b de trabalho, de que a CS-UE estão relacionada com as representações da UE, podendo afirmar-se que é menor quando se predominarem representações instrumentais da UE, e maior quando predominam valores cívico-políticos de democracia e direitos, tal como encontrado por Henriques (2020). Se se considerar que a perceção de valores comuns entre Estados-Membros e de semelhança entre europeus são representações culturais, então também é defensável que a representações de similitude cultural favorecem a CS-UE.

A relevância das representações da UE ganha sustento acrescido, pois em termos de análise macrometodológica, os clusters de Estados-Membros de representações da UE diferenciam mais a subdimensão de filiação do que as restantes subdimensões de CS-UE. Além do mais, a correlação entre as pontuações médias de representações positivas da UE e a pontuação média na filiação é a primeira correlação forte encontrada.

Para concluir, destaca-se que sai reforçado o argumento de que para avaliar a coesão social é preciso atentar aos níveis de análise, uma vez que, apesar de tanto os valores socio-humanos como as representações da UE de democracia e direitos terem relações positivas e transversais com a CS-UE, a relação é mais pronunciada com as representações da UE como um projeto democrático e de direitos.

## **7. De coesão social a coesão social: dos Estados-Membros à União Europeia**

Este capítulo tem como objetivo analisar a relação entre a coesão social ao nível dos Estados-Membros (CS-nacional) e a coesão social na UE (CS-UE). Ficou claro no capítulo 1 que se considera que a coesão social numa determinada unidade não consiste na soma ou agregação da coesão a unidades inferiores. Isto porque, coesão social, aqui defende-se, tem de ser avaliada face ao objeto da coesão social, neste caso a UE. Assim, e considerando que os Estados-Membros podem ser elementos intermediadores da relação dos indivíduos com a UE, o que se questiona é se existe ou não uma relação entre a coesão social na unidade geopolítica dos estados nação e a CS-UE. Da mesma forma se poderia indagar qual a relação entre a coesão numa região e a coesão social no país. São objetos de investigação distintos.

Além de explanada, nos capítulos precedentes, a relevância empírica dos contextos nacionais na relação dos indivíduos com a UE, os resultados até agora apresentados reforçam a pertinência em estudar a relação da CS-nacional nos países-membros com a CS-UE. Como visto, numa abordagem micrometodológica a relação do bem-estar subjetivo com a CS-UE é maior ao nível societal do que pessoal. Mais, alguns dos indicadores de bem-estar subjetivo e de coesão social sobrepõem-se, como já visto nos casos da avaliação da situação da democracia no país e do grau de felicidade em viver no respetivo país, que podem ser considerados quer como indicadores de bem-estar subjetivo ou de coesão social, teoricamente e empiricamente<sup>25</sup>.

### **7.1 Coesão social nacional na União Europeia**

Pelo Quadro 7.1 constata-se que em termos médios, nas relações verticais, a satisfação com o funcionamento da democracia e a confiança nas instituições nacionais está em torno do ponto médio, de 0,5. Estes valores são inferiores aos análogos para com as instituições europeias. Por outro lado, os níveis médios da pertença são superiores a 0,8, em ambos os indicadores, do sentimento de ligação e no grau de felicidade em viver no país. Então, há dois cenários opostos: 1) os níveis médios das relações verticais nos Estados-Membros são inferiores aos níveis médios das relações verticais na UE, e, 2) os níveis médios de pertença são superiores nos Estados-Membros face à UE. Ou seja, maior sentimento de pertença não significa necessariamente maiores níveis de relações verticais.

---

<sup>25</sup> Os dados estatísticos adicionais e complementares às análises ao longo do capítulo encontram-se no anexo E.

Quadro 7.1 – Média dos indicadores de coesão social nacional

	Satisfação com o funcionamento da democracia	Confiança nas instituições	Ligação ao país	Feliz em viver no país
Média	0,54	0,50	0,83	0,82

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

O Quadro 7.2 apresenta as correlações entre os indicadores de CS-nacional utilizados. As maiores correlações registam-se entre indicadores do mesmo nível ou dimensão, a satisfação com o funcionamento da democracia relaciona-se mais com a confiança nas instituições nacionais, enquanto o sentimento de ligação ao país e o grau de felicidade em viver no país se relacionam mais um com o outro. Confirma-se que os dois primeiros podem representar uma relação vertical, e que os últimos têm o potencial de representar a dimensão da pertença.

Quadro 7.2 – Correlações entre os indicadores de coesão social nacional

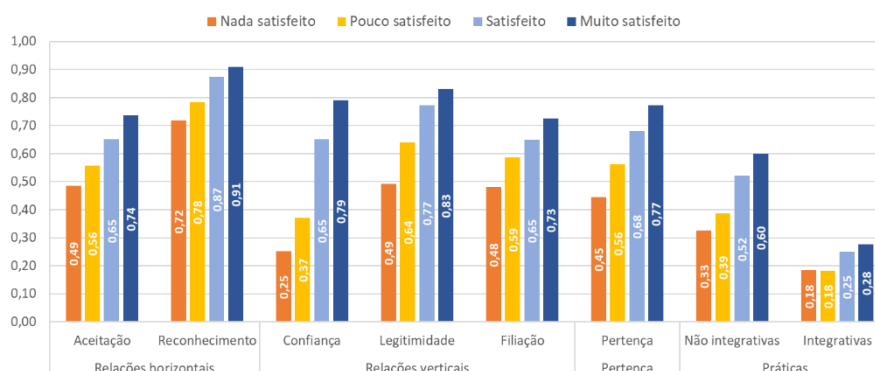
	Satisfação com a democracia no país	Confiança nas instituições nacionais	Ligação ao país	Feliz em viver no país
Satisfação com a democracia no país	-	0,498**	0,143**	0,274**
Confiança nas instituições nacionais		-	0,128**	0,247**
Ligação ao país			-	0,396**
Feliz em viver no país				-

Notas: correlações *Rho de Spearman*; \* p<0,05; \*\* p<0,01; \*\*\* p<0,001

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Iniciando a análise descritiva, em cruzamento com a CS-UE, os indicadores de CS-nacional selecionados diferenciam nas pontuações de CS-UE, principalmente a satisfação com o funcionamento da democracia no país, a confiança nas instituições nacionais, e o grau de felicidade em viver no país.

De acordo com a Figura 7.1, quanto maior o grau de satisfação com o funcionamento da democracia no país maior tende a ser a pontuação de CS-UE, em todas as suas subdimensões. Só a passagem entre as categorias de “nada satisfeito” e “pouco satisfeito” não distingue a pontuação nas práticas integrativas. Este padrão é muito semelhante ao da relação entre bem-estar nacional e CS-UE.

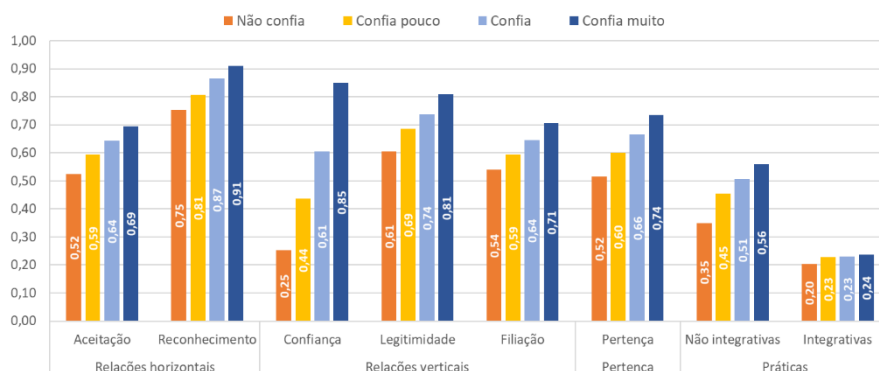


Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 7.1 – Médias de coesão social na UE, segundo o grau de satisfação com o funcionamento da democracia no estado-membro



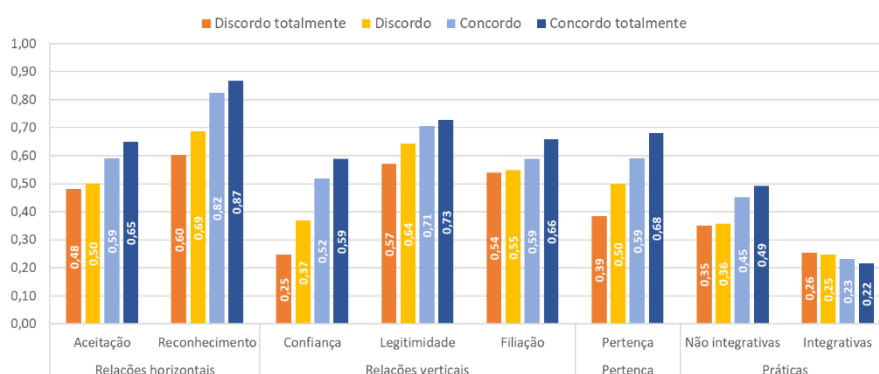
No mesmo sentido, quanto maior o grau de confiança nas instituições nacionais maior tende a ser a pontuação de CS-UE, em todas as suas subdimensões, Figura 7.2.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 7.2 – Médias de coesão social na UE, segundo o grau de confiança nas instituições nacionais

Relativamente ao grau de felicidade em viver no país, a relação com a CS-UE, também é de sentido positivo. Quer isto dizer que estar feliz por viver num determinado país, não induz de modo geral, uma posição de desligamento à UE. Pelo contrário é compatível a felicidade em viver num dos Estados-Membros e ter boas pontuações na CS-UE. A exceção são as práticas integrativas, que têm uma relação de sentido negativo, pelo que a felicidade em viver no país poderá não impulsionar a necessidade ou vontade de viver, trabalhar ou estudar noutro país.

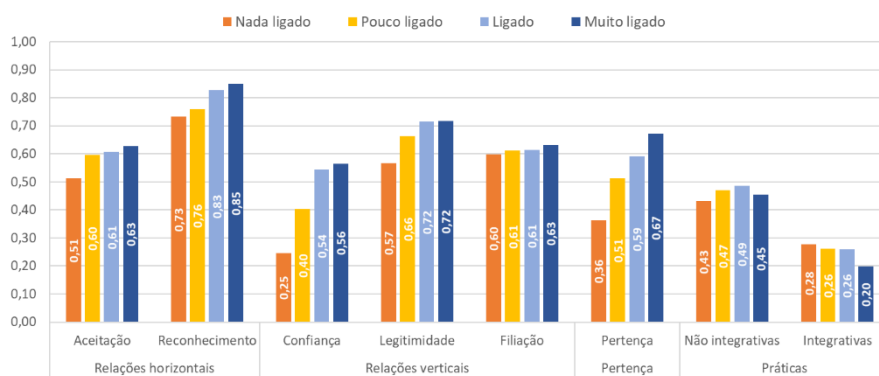


Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 7.3 – Médias de coesão social na UE, segundo o grau de felicidade em viver no país

O sentimento de ligação ao país, um dos indicadores de identidade nacional, regista um padrão próximo aos anteriores. A exceção acontece na subdimensão de filiação onde praticamente não existe diferenciação entre categorias. É curioso constatar que na subdimensão da pertença de CS-UE subsiste, inclusive, diferença entre categorias. Pertença e identidade nacional não é, globalmente, incompatível

com pertença à UE, o que está de acordo com a literatura. Também é curioso notar que na subdimensão de práticas integrativas a relação é semelhante à da felicidade em viver no país, de sentido negativo. Por último realça-se a relação em U invertido entre o sentimento de ligação ao país e as práticas não integrativas, quem realiza menos estadias curtas noutro estado-membro são os mais e os menos ligados ao respetivo país.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 7.4 – Médias de coesão social na UE, segundo o sentimento de ligação ao país

Face aos resultados descritivos anteriores e aos resultados das correlações entre os indicadores de CS-nacional e a CS-UE, Quadro 7.3, confirma-se que a satisfação com o funcionamento da democracia no país, e a confiança nas instituições nacionais, têm as maiores correlações com a CS-UE. Não obstante, a subdimensão de filiação continua com relações de intensidade baixas, o que reforça o argumento de que é uma subdimensão com explicação distinta face às restantes subdimensões, com a também exceção das práticas integrativas.

Quadro 7.3 – Correlações entre a coesão social na UE e a coesão social nacional.

	Relações horizontais		Relações verticais		Pertença		Práticas	
	Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Não Integrativas	Integrativas
Satisfação com a democracia no país	0,251 **	0,195 **	0,399 **	0,512 **	0,175 **	0,347 **	0,209 **	0,107 **
Confiança nas instituições nacionais	0,238 **	0,203 **	0,552 **	0,426 **	0,189 **	0,333 **	0,202 **	0,057 **
Feliz em viver no país	0,159 **	0,167 **	0,140 **	0,144 **	0,131 **	0,273 **	0,077 **	-0,034 **
Ligação ao país	0,056 **	0,078 **	0,082 **	0,082 **	0,035 **	0,247 **	-0,036 **	-0,094 **

Notas: correlações *Rho de Spearman*; \* p<0,05; \*\* p<0,01; \*\*\* p<0,001

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

A constatação anterior está em linha com os resultados obtidos na análise da relação do bem-estar subjetivo com a CS-UE, de que o nível de análise societal, neste caso nacional, é relevante para explicar e compreender a CS-UE. E tal como verificado para o bem-estar subjetivo as correlações são maiores quando efetuadas com as relações verticais de CS-UE do que com as relações horizontais ou as práticas.

Se se considerar que, 1) o indicador de satisfação com o funcionamento na UE foi incluído na subdimensão da legitimidade da CS-UE, cuja maior correlação é com a satisfação do funcionamento da democracia no país, e que 2) os indicadores de confiança nas instituições nacionais têm a mesma base teórica da subdimensão de confiança nas instituições da UE, e que 3) ambos também têm a maior correlação cruzada, então: existe uma relação empírica entre os níveis sociais nacional e europeu. Esta é uma evidência que continua a suportar a tese de que a relação entre os europeus e as instituições europeias é de alguma maneira intermediada pelas instituições nacionais. E o facto de as correlações desses dois indicadores de CS-nacional terem menores correlações com as relações horizontais reforça a tese de que existe uma maior preponderância em analisar a interconexão dentro dos mesmos níveis de análise. Assim, poder-se-á questionar se a imagem que os europeus têm das instituições europeias será, em parte, uma projeção da imagem que têm das instituições nacionais.

Também em linha com as conclusões das desigualdades sociais e do bem-estar subjetivo, a homogeneidade das pontuações nas subdimensões de CS-UE, tende a aumentar das categorias de menor pontuação na CS-nacional para as de maior. Exclui-se a categoria muito ligada ao país, que tem maior heterogeneidade do que a categoria ligada, o que reforça a hipótese de a interpretação dos resultados nessa categoria identitária ter contornos particulares.

Adicionalmente, uma vez que o indicador da confiança nas instituições nacionais inclui diferentes instituições, é prudente despistar se existe ou não alguma diferenciação segundo diferentes tipos de instituições, Quadro 7.4.

Quadro 7.4 – Correlações entre a coesão social na UE e a confiança nas instituições nacionais

	Relações horizontais		Relações verticais			Pertença	Práticas	
	Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Não Integrativas	Integrativas
<b>Confiança nas instituições nacionais</b>	<b>0,233 **</b>	<b>0,198 **</b>	<b>0,536 **</b>	<b>0,413 **</b>	<b>0,191 **</b>	<b>0,325 **</b>	<b>0,197 **</b>	<b>0,052 **</b>
Instituições políticas	0,190 **	0,096 **	0,496 **	0,371 **	0,130 **	0,269 **	0,144 **	0,069 **
Administração e autoridades Públicas	0,235 **	0,221 **	0,480 **	0,383 **	0,194 **	0,318 **	0,213 **	0,051 **
Forças de segurança e justiça	0,186 **	0,218 **	0,402 **	0,305 **	0,166 **	0,258 **	0,164 **	0,012

Notas: correlações *Rho de Spearman*; \* p<0,05; \*\* p<0,01; \*\*\* p<0,001

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

A leitura global é similar para cada um dos tipos de confiança, sendo que a confiança na administração e autoridades públicas é a que tem maiores correlações, e de modo transversal, com a CS-UE. Apesar de a confiança nas instituições políticas nacionais confirmar a relação entre os níveis sociais nacionais e europeu, a sua correlação com as relações horizontais é pouco expressiva, assim como com a filiação. Estes dados colocam algumas dúvidas no argumento de que a confiança nas instituições nacionais, em particular as políticas, medeiam a relação entre os cidadãos e a UE. Mais do que as instituições políticas são as administrações e autoridades públicas, o que é distinto. Esta

constatação será reforçada adiante, quando se analisar a relação entre CS-nacional e CS-UE entre Estados-Membros.

Do ponto de vista da dispersão das respostas, em linha com as desigualdades sociais, o bem-estar subjetivo, os valores e as representações da UE, regista-se um aumento da heterogeneidade da CS-UE das categorias com maior pontuação na CS-nacional para as de menor pontuação, Quadro 7.5.

Há uma exceção num dos indicadores de pertença nacional, a felicidade em viver no país. Na categoria que mais se sente feliz a viver (concorda totalmente) no país a heterogeneidade é maior comparativamente a quem apenas está feliz (concorda).

Quadro 7.5 – Coeficiente de variação da coesão social na UE, segundo a coesão social nacional

		Relações horizontais		Relações verticais			Pertença	Práticas	
		Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Não integrativas	Integrativas
Satisfação com a democracia no país	Nada satisfeito	0,70	0,49	1,51	0,49	0,81	0,66	1,16	1,82
	Pouco	0,49	0,40	1,10	0,27	0,56	0,44	1,00	1,74
	Satisfeito	0,36	0,29	0,60	0,17	0,50	0,31	0,76	1,47
	Muito satisfeito	0,32	0,24	0,42	0,17	0,49	0,28	0,62	1,30
Confiança nas instituições nacionais	Não confia	0,57	0,44	1,46	0,35	0,63	0,51	1,12	1,73
	Confia pouco	0,46	0,37	0,93	0,27	0,57	0,41	0,86	1,53
	Confia	0,38	0,30	0,64	0,22	0,52	0,34	0,77	1,51
	Confia muito	0,31	0,23	0,33	0,14	0,46	0,28	0,70	1,48
Feliz por viver no país	Discorda	0,69	0,49	1,48	0,41	0,65	0,78	0,93	1,30
	Discorda	0,50	0,43	1,03	0,30	0,56	0,46	0,82	1,33
	Concorda	0,40	0,34	0,77	0,24	0,52	0,35	0,81	1,43
	Concorda	0,43	0,32	0,76	0,26	0,55	0,39	0,88	1,69
Ligação ao país	Nada ligado	0,70	0,58	1,38	0,39	0,67	0,70	1,04	1,42
	Pouco ligado	0,57	0,49	1,08	0,30	0,57	0,46	1,02	1,38
	Ligado	0,43	0,34	0,82	0,25	0,54	0,36	0,87	1,53
	Muito ligado	0,41	0,30	0,72	0,25	0,53	0,38	0,81	1,60

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

## 7.2 Coesão social nacional nos Estados-Membros

Apresenta-se de seguida a análise da CS-nacional numa perspetiva nacional, ou seja, segundo os valores médios em cada estado-membro.

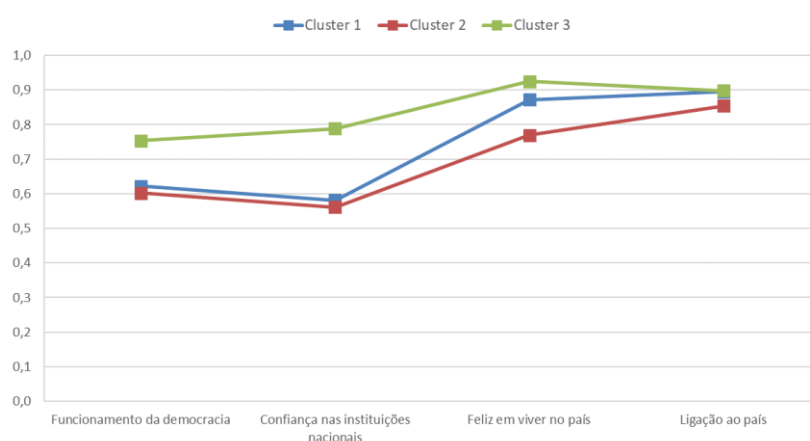
O espaço de CS-nacional na UE é composto por três clusters de Estados-Membros, que explicam 72,2% da variação total ( $R^2=0,722$ ).

- 1) França, Reino Unido, Grécia, Espanha, Portugal, Chipre, Letónia, Lituânia, Polónia, Eslováquia e Eslovénia;
- 2) Bélgica, Itália, Chéquia, Hungria, Bulgária, Roménia e Croácia;
- 3) Países Baixos, Luxemburgo, Dinamarca, Irlanda, Alemanha, Finlândia, Suécia, Áustria, Estónia, Malta;

O primeiro cluster é composto pelos países do Sul (Grécia, Espanha, Portugal, Chipre), dois do Báltico (Letónia, Lituânia), três do centro Leste (Polónia, Eslováquia e Eslovénia), a França e o Reino Unido.

O cluster 2 inclui a Bélgica, a Itália, e países do Centro-Leste (Chéquia, Hungria) e Leste-Sul (Bulgária, Roménia e Croácia).

O cluster 3 é composto por países da Europa Ocidental, nomeadamente os nórdicos (Dinamarca, Finlândia, Suécia e Irlanda) e Centro-Norte (Países Baixos, Luxemburgo, Alemanha, Áustria), e ainda a Estónia e Malta.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 7.5 – Médias de coesão social nacional nos clusters de países

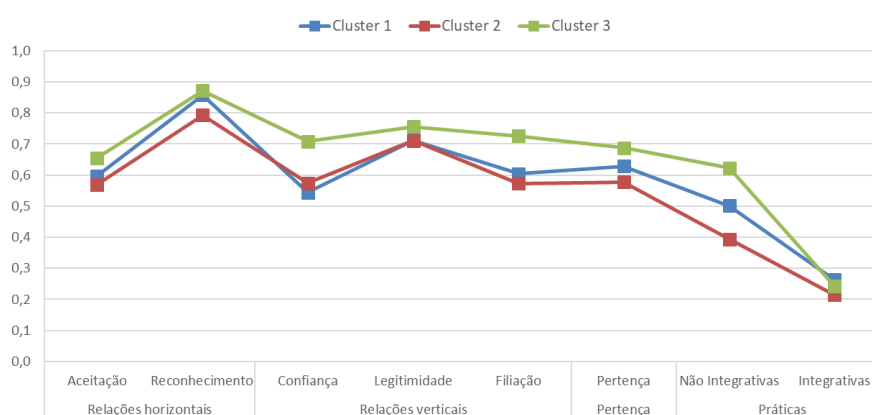
Esta configuração demonstra que os clusters de CS-nacional apresentam clivagens geográficas. O cluster 3 (Países Baixos, Luxemburgo, Dinamarca, Irlanda, Alemanha, Finlândia, Suécia, Áustria, Estónia, Malta) é o que tem maiores pontuações nos indicadores de CS-nacional, com exceção do sentimento de ligação ao país que praticamente não discrimina entre clusters. Os clusters 1 (França, Reino Unido, Grécia, Espanha, Portugal, Chipre, Letónia, Lituânia, Polónia, Eslováquia e Eslovénia) e 2 (Bélgica, Itália, Chéquia, Hungria, Bulgária, Roménia e Croácia) têm pontuações iguais na satisfação com o funcionamento da democracia no país e na confiança nas instituições nacionais. Na felicidade em viver no país o cluster 2 é o que tem menor pontuação média.

Face a estes resultados a felicidade de viver no país ( $F(2,25)=46,464$ ;  $p<0,001$ ) e a confiança nas instituições nacionais ( $F(2,25)=42,179$ ;  $p<0,001$ ) são os indicadores que mais diferenciam os clusters.

A Figura 7.6 demonstra que são exatamente os clusters com maior grau de CS-nacional que também têm maiores pontuações na CS-UE.

A pontuação média na CS-UE é diferente em pelo menos um dos clusters de CS-nacional, em todas as subdimensões exceto nas práticas integrativas. A subdimensão de filiação de CS-UE é o que mais se diferencia segundo os clusters de CS-nacional ( $F(2,25)=12,516$ ,  $p<0,001$ ), o que é bastante interessante.

Tal, poderá indicar que os conjuntos de Estados-Membros de perfil semelhante de CS-nacional diferenciam melhor a subdimensão de filiação de CS-UE, do que a análise micrometodológica. Por outras palavras, se a subdimensão de filiação tem relação fraca com os indicadores de desigualdade, bem-estar subjetivo, valores, e CS-nacional através de uma abordagem micrometodológica, a abordagem macrometodológica parece captar melhor o que diferencia esta subdimensão de CS-UE. Tanto os clusters de Estados-Membros de valores, como os de representações, e agora os de CS-nacional, demonstram maior diferenciação na pontuação da filiação face às outras subdimensões de CS-UE. Utilizando a terminologia da ciência política, a filiação à UE poderá ser mais influenciada por fatores sociotrópicos do que egotrópicos. Esta constatação encontra evidências nos estudos que analisaram a votação no referendo do Brexit. Os fatores sociotrópicos poderão não ser necessariamente utilitaristas, mas culturais.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 7.6 – Médias de coesão social na UE, segundo os clusters de coesão social nacional

O Quadro 7.6, que apresenta as correlações entre os indicadores de CS-nacional de cada estado-membro e a respetiva pontuação média de CS-UE confirma os resultados ao nível transnacional. São os indicadores ao nível das relações verticais, cidadão-instituições nacionais, que têm maiores correlações com a CS-UE.

Quadro 7.6 – Correlações entre as médias de coesão social na UE e as médias de coesão social nacional dos Estados-Membros

	Relações horizontais		Relações verticais			Pertença	Práticas	
	Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Não integrativas	Integrativas
Satisfação com a democracia	0,531**	0,403*	0,622**	0,582**	0,567**	0,685**	0,663**	0,229
Confiança nas instituições	0,524**	0,467*	0,674**	0,512**	0,673**	0,607**	0,519**	0,085
Feliz em viver no país	0,480**	0,360	0,296	0,220	0,514**	0,588**	0,584**	0,084
Sentimento de ligação ao país	0,136	0,296	0,269	0,238	0,250	0,245	0,011	-0,204

Notas: correlações *R de Pearson*; \*  $p < 0,05$ ; \*\*  $p < 0,01$ ; \*\*\*  $p < 0,001$

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

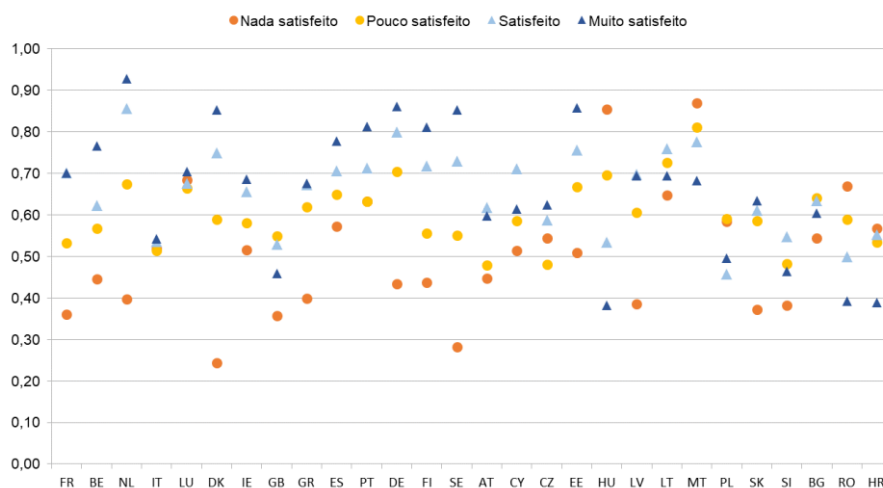
A análise dos níveis de CS-nacional no seu eixo de relações verticais (cidadãos-instituições) são relevantes para explicar os níveis de CS-UE, em todas as suas dimensões: relações horizontais e verticais, pertença e inclusive a dimensão objetiva das práticas não integrativas. Adicionalmente, a satisfação em viver no respetivo país também tem correlações moderadas e significativas com algumas subdimensões de CS-UE, abrangendo todas as suas dimensões, em particular: a aceitação das relações horizontais, a filiação das relações verticais, a pertença, e as práticas integrativas. É, portanto, um indicador relevante.

Quanto aos indicadores de pertença e identidade da CS-nacional, os níveis médios por país não têm relação significativas com nenhuma das subdimensões de CS-UE. Contudo, o sentido das relações é positivo sustentando o argumento de que pertença e identidade nacionais não são incompatíveis com a CS-UE. A exceção é uma correlação negativa com a subdimensão de práticas integrativas, o que é plausível tanto teoricamente como empiricamente. Como visto no capítulo 1, europeus que tiveram experiências de vida noutros países europeus, que tenham incluído pelo menos uma das vertentes de viver, estudar ou trabalhar noutro estado membro, tendem a ter, pelo menos, um sentimento de identidade europeia mais forte do que quem não realizou nenhum desse tipo de práticas, e em sentido oposto a identidade nacional tende a ser menos forte.

### **7.2.1 A distinção da filiação**

Nesta seção procede-se a uma análise um pouco mais aprofundada segundo os Estados-Membros. Este exercício é algo semelhante ao que foi realizado no capítulo 5 para o caso do bem-estar subjetivo, e deve-se ao facto da existência de exceções importantes ao padrão registado na análise transnacional. Como se verá, este despiste é particularmente relevante no cruzamento entre as dimensões verticais de CS-nacional e de CS-UE.

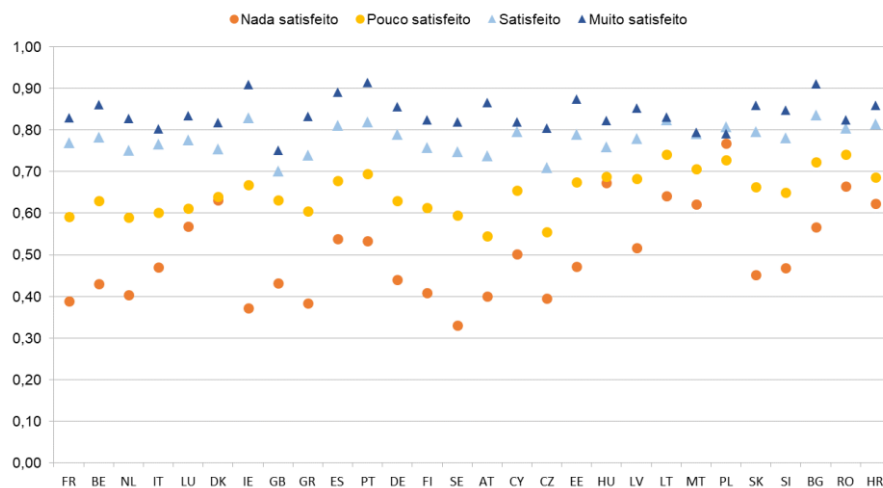
A Figura 7.7 mostra a relação entre a subdimensão de filiação da CS-UE, e o indicador de satisfação com o funcionamento da democracia no país. Sobressaem cinco países (Hungria, Polónia, Malta, Roménia e Croácia) com tendência contrária à geral, ou seja, quanto maior a satisfação com o funcionamento da democracia no país menor a pontuação na subdimensão de filiação de CS-UE. Por outras palavras, quanto maior a insatisfação com a democracia no respetivo país mais tende a prevalecer a atitude de que o melhor para país é ser membro da UE. Também se verifica que no Reino Unido a tendência é de U invertido, a pontuação na subdimensão de filiação é menor em quem está “nada satisfeito” e “muito satisfeito” com o funcionamento da democracia no país, e maior nas posições intermédias de “pouco satisfeito” e “satisfeito”.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 7.7 – Médias de filiação de coesão social na UE dos Estados-Membros, segundo o grau de satisfação com o funcionamento da democracia no país

É importante esclarecer que apesar das inversões de tendência mencionadas, a relação da satisfação do funcionamento da democracia no país com as outras subdimensões de relações verticais de CS-UE, a confiança e legitimidade nas instituições europeias, e a pertença, não registam inversões de tendência, Figura 7.8.

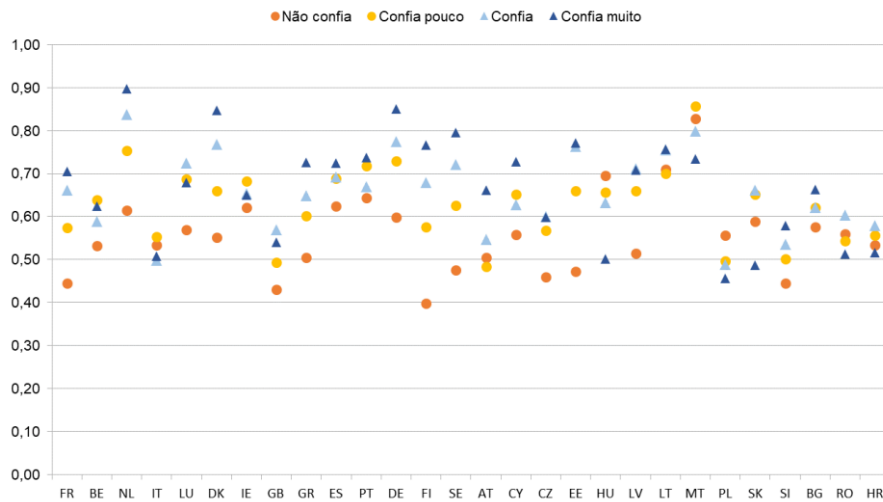


Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 7.8 – Médias de legitimidade de coesão social na UE dos Estados-Membros, segundo o grau de satisfação com o funcionamento da democracia no país

Em termos da relação entre a confiança nas instituições nacionais e a subdimensão de filiação da CS-UE, Figura 7.9, a inversão face à tendência regista-se em quatro países (Hungria, Polónia, Malta e Itália), com outros três países (Eslováquia, Roménia e Croácia) onde quem menos pontua na filiação é quem mais confia nas instituições nacionais.

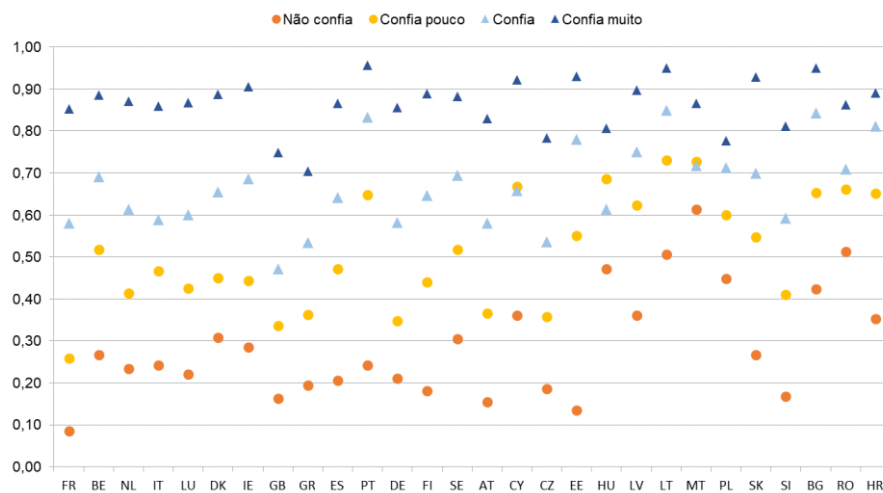




Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 7.9 – Médias de filiação de coesão social na UE dos Estados-Membros, segundo o grau de confiança nas instituições nacionais

Na relação da confiança nas instituições nacionais com a confiança e legitimidade das instituições europeias, e a pertença, a tendência de sentido positivo mantém-se em todos os países, Figura 7.10.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

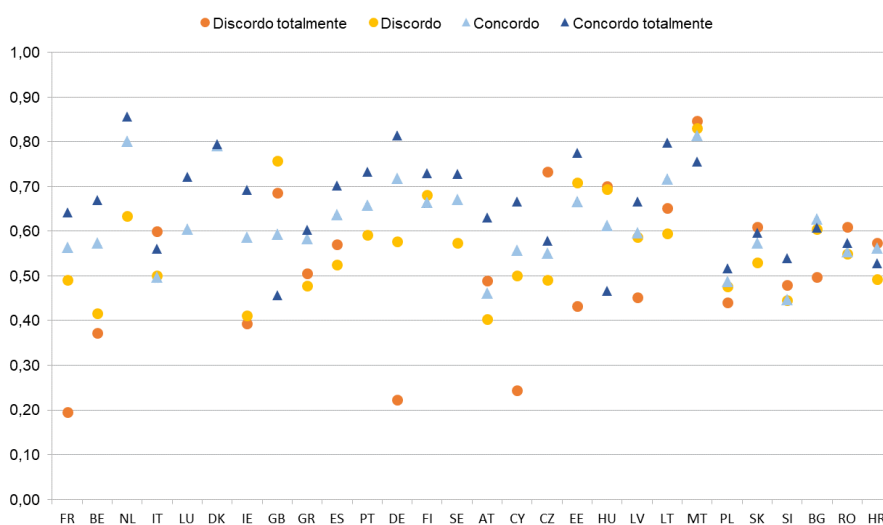
Figura 7.10 – Médias de confiança de coesão social na UE dos Estados-Membros, segundo o grau de confiança nas instituições nacionais

O facto das exceções à inversão de tendência se verificam maioritariamente na filiação, e não na confiança e/ou legitimidade da CS-UE, questiona em que subdimensões de CS-UE subsistem ou não fatores de intermediação a nível nacional. Ou seja, estes resultados tanto sustentam a hipótese de uma relação de congruência como uma relação de compensação entre as instituições nacionais e europeias (Muñoz, Torcal & Bonetz, 2011; Persson, Parker & Widmalm, 2019).

Se em todos os Estados-Membros a confiança nas instituições nacionais, e a satisfação com o funcionamento da democracia no país têm relações lineares com a confiança e legitimidade nas instituições europeias, congruência, porque é que o mesmo não se verifica com a filiação? Neste último caso, verificam-se alguns países onde subsiste a hipótese da compensação.

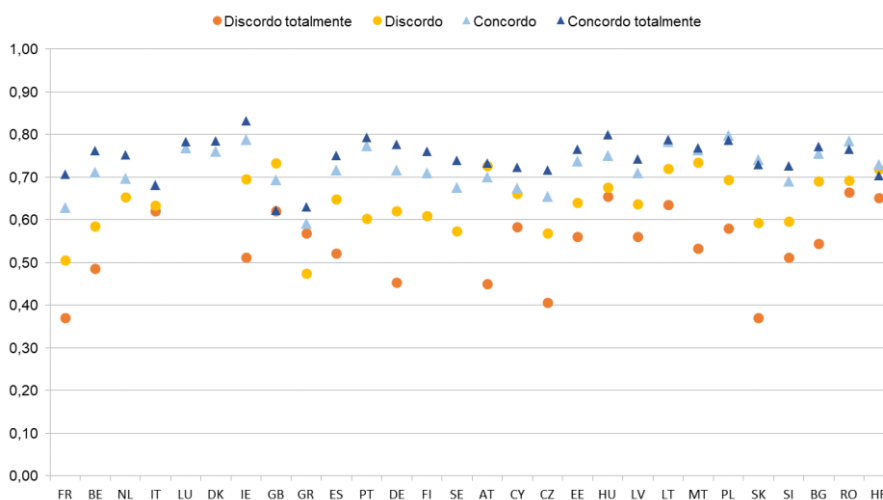
Devido a estes resultados, decidiu-se verificar as relações para os outros indicadores de CS-nacional.

Quando se questiona se os indivíduos estão ou não felizes em viver no respetivo país, na Itália, Reino Unido, Chéquia, Hungria, Malta, Polónia, Roménia e Croácia, são os que mais discordam com essa afirmação que mais pontuam na subdimensão de filiação de CS-UE, Figura 7.11. Mas, a inversão não é divisada face à confiança nem à legitimidade das relações verticais, nem na pertença, Figura 7.12.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

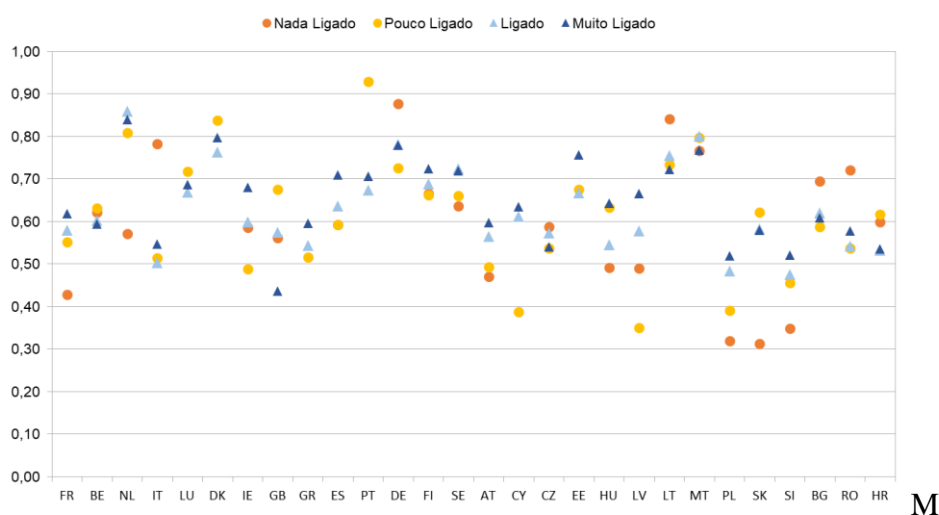
Figura 7.11 – Médias de filiação de coesão social na UE dos Estados-Membros, segundo o grau de felicidade em viver no país



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

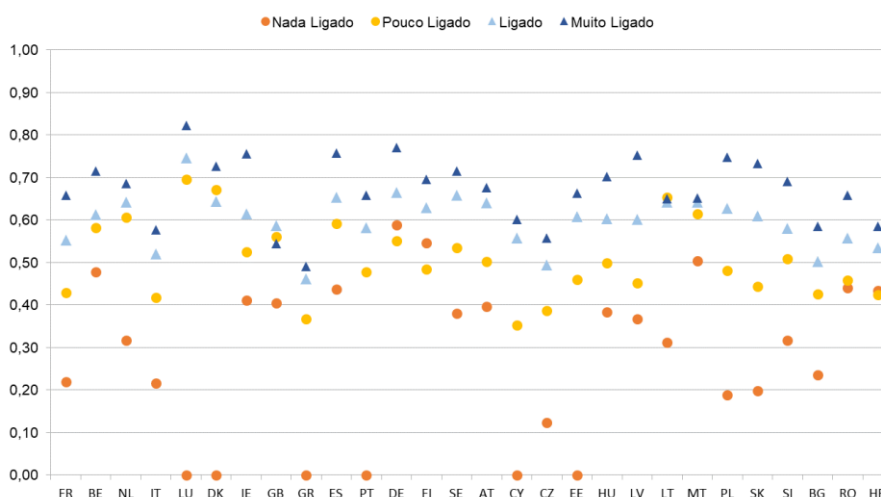
Figura 7.12 – Médias de legitimidade de coesão social na UE dos Estados-Membros, segundo o grau de felicidade em viver no país

Por último procede-se ao mesmo exercício para o indicador de ligação ao país, que em certa medida é um indicador de identidade nacional, Figura 7.13. As conclusões são semelhantes. Apesar de existirem inversões de tendência entre o sentimento de ligação ao país e a subdimensão de filiação da CS-UE, as relações tendem a ser lineares com a pertença, a confiança e a legitimidade da CS-UE, como se exemplifica na Figura 7.14.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 7.13 – Médias de filiação de coesão social na UE dos Estados-Membros, segundo o sentimento de ligação ao país



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 7.14 – Médias de pertença de coesão social na UE dos Estados-Membros, segundo o sentimento de ligação ao país

Sumariando, quando analisadas as relações entre os indicadores de CS-nacional e a confiança e legitimidade das instituições europeias, é sustentado o argumento da congruência. Por outro lado,

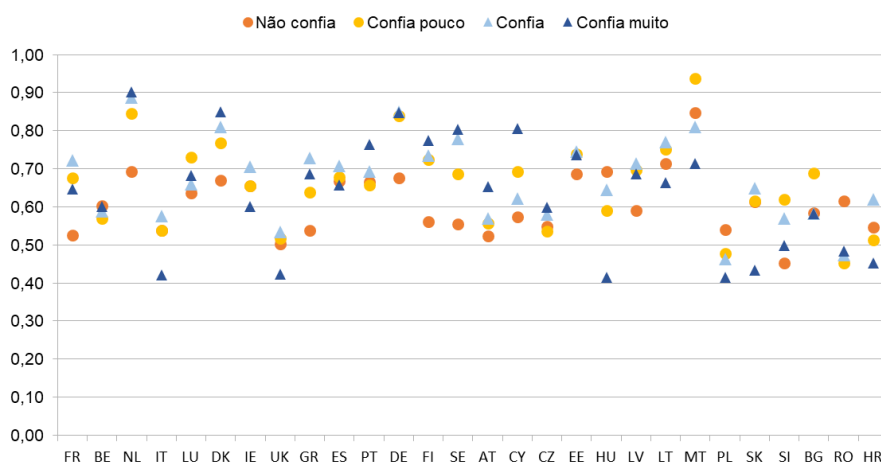
quando analisadas as relações entre os indicadores de CS-nacional e a filiação à UE, são sustentados ambos os argumentos, de congruência e de compensação.

Os resultados descritos reforçam o argumento da singularidade da subdimensão de filiação, que foi detetado aquando da análise do bem-estar subjetivo. A filiação apresenta exceções consideráveis à tendência transnacional. O conjunto de países onde se registam inversões da tendência é muito semelhante ao conjunto que também demonstra singularidades no bem-estar subjetivo. Dada a sobreposição substantiva entre os indicadores de CS-nacional e fatores de governança, cresce a plausibilidade da possibilidade de poderem subsistir fatores relacionados com o funcionamento da democracia e/ou da corrupção. Adicionalmente, uma vez que a avaliação relacionada a situações de governança também envolve processos interiores ao sujeito, e ao agente, também ganha consistência o argumento de que a reflexividade pode ser um mecanismo preponderante na CS-UE.

### 7.2.2 Confiança nas instituições nacionais

Face aos resultados precedentes é importante averiguar se todas as instituições nacionais, ou que tipo de instituições, contribuem para a inversão da tendência global.

A Figura 7.15 demonstra a relação entre a confiança nas instituições políticas nacionais e a subdimensão de filiação na UE. Apesar de a tendência não ser linear na Itália, Reino Unido, Irlanda, Hungria, Lituânia, Malta, Polónia, Eslováquia, Roménia e Croácia, quem mais confia nas instituições políticas nacionais é quem menos confia nas instituições europeias.

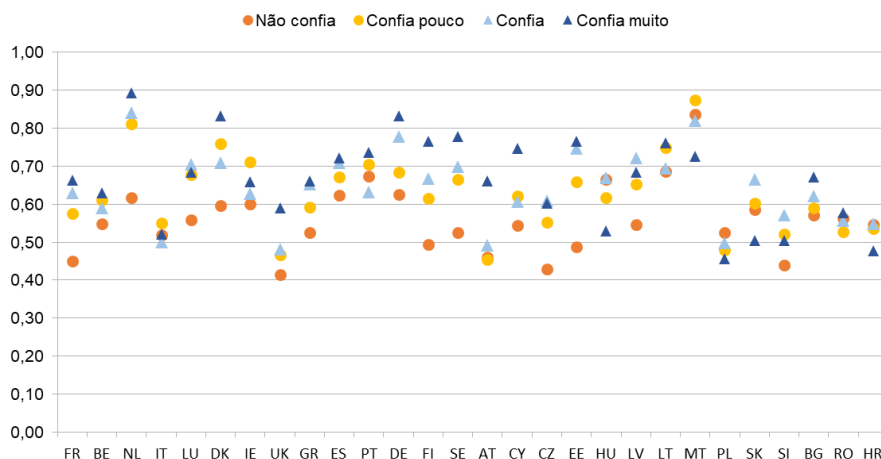


Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 7.15 – Médias de filiação de coesão social na UE dos Estados-Membros, segundo o grau de confiança nas instituições políticas nacionais

Por outro lado, a Figura 7.16 demonstra a relação entre a confiança na administração e autoridades públicas nacionais e a subdimensão de filiação na UE. Neste caso, a inversão de tendência é menos óbvia, e apenas se regista em Malta, apesar de em países como a Croácia, a Hungria, a Eslováquia, e a

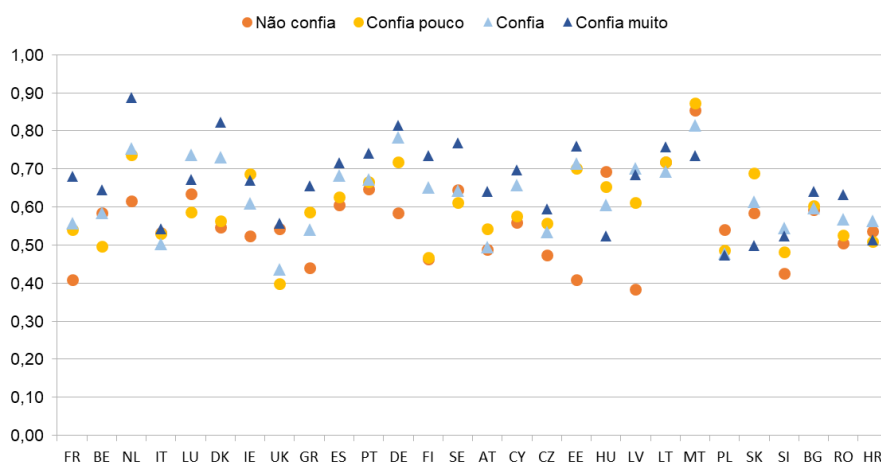
Polónia quem mais confia na administração e autoridades públicas nacionais ser quem menos pontua na subdimensão de filiação.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 7.16 – Médias de confiança de coesão social na UE dos Estados-Membros, segundo o grau de confiança nas instituições e administração pública nacionais

Por último, a Figura 7.17 demonstra a relação entre a confiança nas instituições de justiça e segurança nacionais e a subdimensão de filiação na UE. Malta, Hungria e Eslováquia registam relação negativa entre confiança nas instituições de justiça e segurança nacionais e a filiação à UE.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 7.17 – Médias de confiança de coesão social na UE dos Estados-Membros, segundo o grau de confiança nas instituições de justiça e segurança nacionais

Os dados anteriores estão em linha com o facto de a confiança na administração e autoridades públicas nacionais serem as que têm maior correlação com a CS-UE a nível transnacional. Como se

verifica que existem países com uma relação inversa, os valores das correlações quando se consideram todos os países são menos elevadas. Os resultados confirmam a existência de dois tipos de intermediação entre as instituições nacionais e europeias, congruência e compensação.

### **7.3 Síntese do capítulo**

Neste capítulo procedeu-se à investigação para responder à quarta questão desta investigação: como se caracteriza a relação entre a CS-nacional e a CS-UE.

Em geral os resultados estão em linha com os dos capítulos precedentes, embora se registem algumas particularidades. E confirmam a hipótese 4a de trabalho, de que há uma relação nem sempre linear, e de configurações distintas, pois encontrou-se ambos os tipos de relações de congruência e de compensação. Os dados estão em linha com as evidências assinaladas por Muñoz, Torcal e Bonetz (2011), e por (Persson, Parker e Widmalm (2019).

Na perspetiva transnacional, quanto maior é a CS-nacional maior tende a ser também a CS-UE, principalmente quando avaliadas a satisfação com o funcionamento da democracia no país e a confiança nas instituições nacionais. Estes dois indicadores têm, aliás, um comportamento muito próximo aos indicadores de bem-estar-subjetivo societal, confirmando que poderá existir alguma sobreposição entre bem-estar e coesão social societais.

Por outro lado, nos dois indicadores de pertença nacional, felicidade em viver no respetivo país, e sentimento de ligação ao país, à medida que ambos aumentam menor tende a ser a realização de práticas integrativas. Tal, evidencia a importância em considerar as relações entre diferentes níveis de análise quando se interligam práticas e pertença. De facto, a heterogeneidade na CS-UE é maior nas categorias que se sentem mais felizes a viver no país. Por outras palavras, apesar das pertenças nacionais e europeia serem compatíveis, geram também alguma divergência quando a pertença ao país é forte.

Na dimensão da confiança nas instituições nacionais, a maior correlação da CS-UE regista-se com a administração e autoridades públicas nacionais, e menos entre as instituições políticas, e entre as forças de segurança e justiça.

Aspeto importante é que, a análise da CS-UE consubstancia os resultados encontrados nas relações entre bem-estar subjetivo, e entre o nível macro, com a subdimensão de filiação de CS-UE. Em primeiro lugar, tal como no bem-estar subjetivo, a pontuação na subdimensão de filiação tende a inverter em alguns países para as subdimensões CS-UE, mas não invertendo nas outras subdimensões de CS-UE. Provavelmente, subsistem fatores intermediadores nas relações acima apresentadas, podendo ser fatores de governança, que por sua vez pode ser sinal da importância de processos reflexivos na CS-UE. Em segundo lugar, como encontrado para as representações e os valores, os clusters de Estados-Membros de CS-nacional diferenciam mais a subdimensão de filiação do que as outras subdimensões de CS-UE, sendo que os contextos sociais poderão impactar mais esta subdimensão de CS-UE do que as restantes.

Em suma, as conclusões dos capítulos anteriores são fortalecidas.

## 8. Dimensões relacionais de coesão social na União Europeia numa perspetiva multidimensional

Os capítulos precedentes demonstraram que do ponto de vista descritivo a vertente subjectiva de CS-UE está mais relacionada com o campo das ideias, enquanto a vertente objectiva mais relacionada com as condições de vida, e em particular com as objectivas<sup>26</sup>. A CS-nacional e as condições de vida subjectivas estão mais relacionadas com as relações verticais de CS-UE e a pertença, Quadro 8.1.

Quadro 8.1 – Correlações entre a coesão social na UE e as dimensões relacionais

		Relações horizontais		Relações verticais		Pertença		Práticas	
		Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Não Integrativas	Integrativas
Desigualdades sociais	Origem	0,119	0,090	0,062	0,115	0,047	0,119	0,159	0,231
	Género	0,040	0,019	0,008	0,021	0,002	0,030	0,096	0,049
	Faixas Etárias (6 cat)	0,132	0,078	0,089	0,122	0,051	0,121	0,260	0,179
	Tipologia do lugar	0,050	0,017	0,037	0,055	0,013	0,044	0,110	0,092
	Escolaridade	0,194	0,143	0,194	0,178	0,156	0,230	0,343	0,193
	Grupos Socioeconómicos	0,161	0,120	0,167	0,158	0,179	0,220	0,262	0,108
	Condição perante o trabalho	0,148	0,100	0,156	0,164	0,077	0,160	0,290	0,186
	Privação Monetária	0,165	0,186	0,200	0,180	0,170	0,223	0,163	0,068
	Privação Material	0,125	0,101	0,101	0,096	0,123	0,175	0,306	0,101
	Uso de Internet	0,171	0,126	0,104	0,108	0,088	0,188	0,324	0,162
Bem-estar subjectivo	Nível de satisfação com a vida	0,204	0,190	0,229	0,266	0,148	0,282	0,233	0,106
	Bem-estar Pessoal	0,186	0,137	0,261	0,261	0,111	0,260	0,258	0,120
	Bem-estar Societal – Nacional	0,230	0,141	0,323	0,358	0,121	0,303	0,245	0,153
	Bem-estar Societal Europeu	0,236	0,197	0,406	0,444	0,191	0,327	0,208	0,137
Coesão social nacional	Sat. funcionamento da democracia	0,252	0,197	0,401	0,514	0,180	0,348	0,209	0,108
	Confiança nas instituições	0,233	0,198	0,538	0,415	0,191	0,325	0,200	0,058
	Ligação ao país	0,064	0,088	0,126	0,118	0,035	0,255	0,045	0,094
	Sentir-se feliz a viver no país	0,168	0,201	0,166	0,168	0,131	0,280	0,086	0,039
Valores	Proximidade de valores europeus	0,222	0,217	0,369	0,446	0,137	0,356	0,236	0,180
	Sociopolíticos (5 cat)	0,170	0,142	0,092	0,105	0,172	0,145	0,077	0,010
	Estado Social	0,308	0,261	0,330	0,352	0,194	0,298	0,161	0,063
	Liberalismo	0,243	0,201	0,370	0,403	0,107	0,301	0,180	0,103
	Protecionismo	0,084	0,038	0,103	0,141	0,167	0,087	0,074	0,049
Representações da UE	Empreendedorismo	0,213	0,220	0,231	0,241	0,097	0,216	0,124	0,048
	Semelhança entre europeus	0,325	0,291	0,361	0,434	0,136	0,442	0,227	0,191
	Representações positivas	0,316	0,311	0,420	0,437	0,407	0,455	0,294	0,109
	Representações negativas	0,232	0,253	0,339	0,385	0,203	0,276	0,126	0,097
	Integração europeia	0,360	0,446	0,438	0,472	0,354	0,500	0,241	0,088
	Democracia e direitos	0,176	0,183	0,254	0,256	0,203	0,253	0,187	0,086

Notas: a) correlações *Eplison Squared*. As correlações estão em valor absoluto, pois o que interessa avaliar é a intensidade da relação. Por simplificação, uma vez que a significância das correlações foi apresentada anteriormente são excluídas deste quadro.

c) os valores socio-humanos estão excluídos, uma vez que o tipo de variáveis que proporcionou a construção dos indicadores é de resposta múltipla limitada, criando correlações muito fracas. Serão, no entanto, incluídos nos modelos de regressão.

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

<sup>26</sup> Os dados estatísticos adicionais e complementares às análises ao longo do capítulo encontram-se no anexo F.

Mais do que as condições de vida são algumas das dimensões do sistema cultural que mais explicam transversalmente a CS-UE. Porém, dado que esta conclusão deriva de uma análise descritiva é imperativo despistar se a interpretação se mantém numa análise multivariada, ou seja, controlando os efeitos dos indicadores das dimensões relacionais de CS-UE. Com esse intuito, neste capítulo procede-se à apresentação de regressões cujas variáveis dependentes são as subdimensões de CS-UE. Os modelos foram construídos usando todas as variáveis de desigualdades sociais, bem-estar subjectivo, valores socio-humanos, representações da UE, e CS-nacional como variáveis independentes.

Em primeiro lugar são apresentados os resultados de modelos de regressão simples, ou seja, para cada uma das dimensões relacionais isoladas inserem-se os respectivos indicadores como variáveis independentes. Em segundo lugar são apresentadas os modelos de regressão colocando num mesmo modelo todos os indicadores de todas as dimensões relacionais como variáveis independentes. O capítulo termina com duas seções adicionais: um aprofundamento exploratório dos factores que podem contribuir para a subdimensão de filiação à UE, uma vez que esta subdimensão tem demonstrado diferenças de comportamento face às restantes subdimensões de CS-UE; e uma análise de clusters dos cidadãos da UE, cujo objectivo além de definir perfis de CS-UE é o de mapear a estruturação desse espaço segundo a articulação entre todas as dimensões relacionais.

## **8.1 Modelos de regressão de coesão social na União Europeia**

Esta seção contempla duas análises multivariadas: uma primeira que se denomina de modelos de regressão unidimensionais, onde são elaborados modelos multivariados para cada uma das dimensões relacionais com cada uma das subdimensões de CS-UE (5 dimensões relacionais x 8 subdimensões de CS-UE = 40 modelos); uma segunda fase que se designa de modelos de regressão multidimensionais, onde se realizam modelos de regressão multivariados incluindo todas as dimensões relacionais para cada uma das subdimensões de CS-UE. O primeiro caso permite obter a estimativa do peso de cada dimensão relacional na explicação das subdimensões de CS-UE, e o segundo caso permite averiguar que factores se mantêm significativos após controlo.

Os modelos de regressão que se discutem de seguida são modelos de regressão lineares. As subdimensões de reconhecimento das relações horizontais, de confiança e de legitimidade das relações verticais, a pertença e as subdimensões de práticas não integrativas e integrativas são variáveis quantitativas, portanto adequadas a este tipo de modelo. Noutra sentida, a subdimensão de aceitação das relações horizontais e a subdimensão de filiação das relações verticais são medidas através de variáveis ordinais de quatro pontos, portanto mais adequadas a regressões ordinais ou logísticas, se dicotomizadas no último caso. Assim, para as duas últimas subdimensões de CS-UE foram, primeiro, testadas regressões ordinais e logísticas. A principal conclusão dessas regressões é a de que os modelos não se ajustam aos dados. Porém, em ambos os casos a interpretação do não ajustamento dos modelos é interessante, pois permite compreender onde os modelos falham, optando-se, aqui, por interpretar muito



sucintamente os resultados das duas regressões logísticas. No caso da aceitação como variável dependente o modelo apresenta boa sensibilidade, pois prevê correctamente 94% dos casos positivos, mas pelo contrário apenas classifica correctamente 33% dos casos negativos. No caso da filiação como variável dependente a interpretação é muito semelhante, pois prevê correctamente 88% dos casos positivos, mas apenas classifica correctamente 42% dos casos negativos. Ou seja, para ambas as subdimensões de CS-UE, os modelos são bons a preverem quem aceita outros europeus e quem prefere o país como estado-membro, mas maus a preverem quem não aceita e quem prefere o país fora da UE. Talvez por este motivo, a leitura dos coeficientes de regressão apresenta pouco nexos quando confrontado com os resultados descritivos. Aqui, coloca-se a hipótese de esta dualidade estar associada à maior homogeneidade dentro das categorias que mais pontuam na CS-UE, e à maior heterogeneidade dentro das categorias que menos pontuam na CS-UE. Por outras palavras, é mais fácil identificar os factores que promovem maiores níveis de CS-UE do que os factores que promovem menores níveis. Nesse sentido, e de forma estritamente exploratória e indicativa, para as subdimensões de aceitação e de filiação de CS-UE foram realizadas regressões lineares utilizando as variáveis ordinais originais. Não que esta seja a melhor opção técnico-metodológica, mas porque, como se verá, produz resultados compreensíveis, com modelos adequados aos dados. Ressalva-se, contudo, que a sua interpretação deve ser realizada de modo prudente, sabendo-se à partida que, mais do que obter análises confirmatórias, apenas se pretendem obter pistas de análise.

### 8.1.1 Modelos de regressão unidimensionais

O Quadro 8.2 apresenta a percentagem da variação da aceitação que é explicada por cada uma das dimensões relacionais, através de modelos de regressão unidimensionais. Todos os modelos são adequados aos dados.

Quadro 8.2 – Percentagem de variação explicada de coesão social na UE por dimensão relacional

	Relações horizontais		Relações verticais		Filiação	Pertença	Práticas	
	Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade			Pertença	Não Integrativas
Desigualdades	6,2	4,6	7,7	6,9	5,0	12,0	21,5	9,0
Bem-estar	8,3	4,9	19,4	24,0	2,9	17,6	10,2	1,7
CS-Nacional	8,0	5,7	31,1	28,5	4,5	20,0	6,8	2,2
Valores	13,9	11,6	23,3	32,0	8,8	21,7	7,4	2,9
Representações da UE	17,8	23,0	33,3	45,0	18,2	37,9	11,4	3,6

Notas: a percentagem de variação explicada corresponde ao  $R^2$  ajustado de cada modelo de regressão linear.

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1.

No global as subdimensões de CS-UE que estes factores relacionais mais explicam são as relações verticais, com exceção da filiação, e a pertença. Em particular, as representações da UE são a dimensão que mais explica a vertente subjectiva de CS-UE, seguindo-se os valores. A ordem de grandeza da

percentagem de variação explicada é considerável, entre os 10 a 45%. As representações da UE explicam quase metade da variação da legitimidade e um terço da confiança nas instituições europeias, e mais de um terço da pertença. Também explicam quase um quarto da variação do reconhecimento, e um quinto da aceitação e da filiação.

Em linha com as representações, os valores são o outro factor que explicam mais de 10% da variação das relações horizontais. Mas também a CS-nacional explica variações consideráveis das relações verticais e da pertença.

O espaço ideacional tem menor capacidade explicativa sobre a vertente objectiva de CS-UE, onde as condições de vida têm maior preponderância. Em particular, as desigualdades sociais explicam um quinto da variação das práticas não integrativas e quase um décimo das práticas integrativas. Porém, o bem-estar subjectivo explica mais as relações verticais e a pertença do que outras dimensões de CS-UE.

### 8.1.2 Modelos de regressão multidimensionais

A questão que se pretende responder de seguida é se a preponderância das dimensões relacionais se mantém numa análise multivariada, ou seja, em modelos de regressão que incluem todas as dimensões explicativas de CS-UE, Quadro 8.3 e Quadro 8.4.

Quadro 8.3 – Adequabilidade e variação explicada dos modelos de regressão multidimensionais de coesão social na UE

Variáveis dependentes		Teste à adequabilidade	
Relações horizontais	Aceitação	F(46, 15373)=96,991	R <sup>2</sup> <sub>ajustado</sub> = 0,223 ***
	Reconhecimento	F(46, 15708)=138,831	R <sup>2</sup> <sub>ajustado</sub> = 0,287 ***
Relações verticais	Confiança	F(46, 15115)=310,154	R <sup>2</sup> <sub>ajustado</sub> = 0,484 ***
	Legitimidade	F(46, 15738)=511,859	R <sup>2</sup> <sub>ajustado</sub> = 0,598 ***
	Filiação	F(46, 15526)=104,457	R <sup>2</sup> <sub>ajustado</sub> = 0,237 ***
Pertença	Pertença	F(46, 15691)=306,831	R <sup>2</sup> <sub>ajustado</sub> = 0,472 ***
Práticas	Não integrativas	F(46, 14712)=110,675	R <sup>2</sup> <sub>ajustado</sub> = 0,255 ***
	Integrativas	F(46, 15035)=41,084	R <sup>2</sup> <sub>ajustado</sub> = 0,109 ***

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

No global os resultados confirmam a leitura da análise descritiva e dos modelos de regressão simples. As representações da UE mantêm-se como a dimensão relacional cujos indicadores têm maior efeito na vertente subjectiva CS-UE, enquanto as desigualdades sociais são a dimensão que maior efeito têm na vertente objectiva de CS-UE. Para a vertente subjectiva também os valores e a CS-nacional são mais relevantes que as condições de vida objectivas e subjectivas.

A subdimensão de CS-UE que os fatores mais conseguem explicar é a legitimidade, três quintos da sua variação, seguindo-se a confiança e a pertença, aproximadamente metade da variação. Os modelos explicam aproximadamente um quarto da variação da aceitação, do reconhecimento e da filiação, e das práticas não integrativas. E apenas explicam um décimo da variação das práticas integrativas.

Mais uma vez a filiação tem um comportamento distinto das restantes subdimensões das relações verticais, permanecendo maior ambiguidade na compreensão dos fatores que levam pertencer à união, assim como sobre os aspetos que contribuem para relações horizontais positivas. Também há espaço para explicar melhor a dimensão das práticas transfronteiriças.

Quadro 8.4 – Coeficientes de regressão dos modelos de regressão multidimensionais de coesão social na UE

	Relações horizontais			Relações verticais			Pertença		Práticas	
	Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Pertença	Não Integrativas	Integrativas	
(Constante)										
Idade	-0,044 ***	-0,002	0,012	0,022 *	0,046 ***	0,014	-0,079 ***	-0,081 ***		
Privação monetária	-0,016	-0,042 ***	-0,030 ***	-0,009	-0,035 ***	-0,035 ***	-0,030 ***	0,001		
Privação material	0,014	0,004	0,011	0,023 ***	-0,054 ***	-0,054	-0,099 ***	0,017		
Origem (ref. Nativo)	0,047 ***	0,015 *	-0,004	0,003	-0,003	0,055 ***	0,055 ***	0,167 ***		
Género (ref. Masculino)	-0,010	0,010	0,032 ***	0,025 ***	-0,011	0,009	-0,015 *	-0,003		
Lugar de residência (ref. Rural)										
Semiurbano	0,019 *	-0,005	0,004	-0,006	-0,019 *	0,012	-0,001	0,006		
Urbano	0,018 *	-0,018 *	0,029 ***	0,002	-0,025 **	0,018 **	0,003	0,000		
Escolaridade (ref. Ensino Básico)										
Ensino Secundário	-0,013	0,017	0,023 *	0,030 **	-0,018	0,039 ***	0,087 ***	0,063 ***		
Ensino Superior	0,004	0,053 ***	0,056 ***	0,026 *	0,010	0,045 ***	0,149 ***	0,093 ***		
Grupos socioeconómicos (ref. DPT)										
API	-0,018 *	0,008	-0,009	0,000	-0,009	-0,025 ***	-0,027 ***	0,008		
PTI	-0,02 *	0,003	-0,006	-0,012 *	-0,025 **	-0,014 *	-0,018 *	0,000		
GPL	0,012	0,013	-0,006	-0,014 *	0,002	0,013 *	-0,008	0,023 **		
PAS	-0,031 **	0,009	-0,005	-0,012	-0,043 ***	-0,036 ***	-0,051 ***	-0,036 **		
TM	-0,036 **	0,009	-0,016	-0,005	-0,051 ***	-0,036 ***	-0,09 ***	-0,030 *		
Condição perante o trabalho (ref. Empregados)										
Domésticas	0,008	-0,009	-0,007	-0,001	-0,001	0,012	-0,011	0,012		
Estudantes	0,028 *	0,069 ***	0,031 **	0,005	0,036 **	0,049 ***	0,108 ***	0,049 ***		
Reformados	0,015	0,019	0,002	-0,013	0,019	0,021 *	-0,023 *	-0,019		
Desempregados	0,008	0,011	-0,023 ***	-0,014 *	0,006	0,005	-0,016 *	-0,014		
Uso de Internet	0,045 ***	0,050 ***	0,006	0,009	0,008	0,056 ***	0,072 ***	0,019		
Bem-estar										
Satisfação com a vida	0,003	0,015	-0,008	0,033 ***	0,014	0,048 ***	0,034 ***	0,028 **		
Bem-estar pessoal	0,029 **	0,007	0,006	0,010	-0,037 ***	0,026 **	0,034 ***	0,005		
Bem-estar nacional	0,030 **	-0,024 *	-0,020 *	0,002	0,001	0,049 ***	0,081 ***	0,065 ***		
Bem-estar europeu	0,026 **	-0,006	0,101 ***	0,127 ***	-0,007	0,062 ***	-0,015	0,000		
CS-nacional										
Funcionamento da democracia	0,039 ***	-0,037 ***	0,042 ***	0,246 ***	0,032 **	0,058 ***	0,018	0,048 ***		
Confiança nas instituições	-0,019 *	0,019 *	0,326 ***	0,033 ***	0,003	-0,035 ***	-0,008	-0,079 ***		
Ligação ao país	0,006	0,033 ***	0,006	-0,009	-0,007	0,148 ***	-0,049 ***	-0,080 ***		
Está feliz a viver no país	0,018 *	0,052 ***	-0,041 ***	-0,057 ***	0,021 *	0,057 ***	0,063 ***	0,004		
Valores										
Proximidade de valores europeus	0,008	0,025 **	0,070 ***	0,138 ***	-0,023 **	0,062 ***	0,049 ***	0,073 ***		
Valores socioeconómicos										
Estado social	0,111 ***	0,078 ***	-0,021 **	-0,023 **	0,049 ***	0,018 *	-0,039 ***	-0,050 ***		
Liberalismo	0,087 ***	0,015	0,143 ***	0,158 ***	-0,048 ***	0,078 ***	0,013	0,002		
Protecionismo	-0,079 ***	-0,079 ***	-0,013 *	0,014 *	-0,115 ***	-0,036 ***	-0,047 ***	0,001		
Empreendedorismo	0,006	0,040 ***	-0,017 *	-0,044 ***	0,038 ***	-0,026 ***	0,009	0,002		
Valores socio-humanos										
Democracia e direitos	0,007	0,044 ***	0,011	-0,009	0,025 **	0,017 *	0,000	-0,009		
Inclusão	0,029 ***	0,017 *	0,018 **	0,012 *	0,023 **	0,009	-0,018 *	-0,031 ***		
Pluralismo	0,029 ***	0,030 ***	-0,004	0,000	0,029 ***	0,025 ***	0,006	-0,006		
Individualidade	0,003	0,030 ***	-0,012	-0,007	0,017 *	-0,028 ***	0,026 **	-0,012		
Valores sociopolíticos (ref. Centro)										
Esquerda	0,040 ***	0,003	0,009	0,003	-0,021 **	0,009	-0,008	-0,003		
Centro-esquerda	0,043 ***	-0,004	0,002	0,001	0,026 **	0,004	0,002	-0,011		
Centro-direita	-0,018 *	-0,017 *	0,027 ***	-0,003	0,006	0,004	0,023 **	-0,004		
Direita	-0,016 *	-0,015 *	0,025 ***	-0,010	-0,044 ***	-0,009	-0,003	0,022 **		
Representações da UE										
Representações positivas	0,069 ***	0,075 ***	0,113 ***	0,136 ***	0,254 ***	0,138 ***	0,092 ***	-0,005		
Representações negativas	-0,075 ***	-0,095 ***	-0,148 ***	-0,206 ***	-0,151 ***	-0,128 ***	-0,033 ***	-0,018 *		
Integração europeia	0,136 ***	0,337 ***	0,166 ***	0,224 ***	0,131 ***	0,231 ***	0,106 ***	0,055 ***		
Semelhança entre europeus	0,115 ***	0,046 ***	0,047 ***	0,082 ***	-0,035 ***	0,160 ***	0,051 ***	0,102 ***		
Democracia e direitos	0,021 **	0,026 **	0,057 ***	0,038 ***	0,069 ***	0,036 ***	0,017 *	-0,027 **		

Notas: a) \*\*\* p<0,001; \*\* p<0,01; \* p<0,05.

b) coeficientes de regressão, B estandardizados

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Dos quadros precedentes é ainda possível retirar conclusões mais específicas, que se desenvolvem nas secções seguintes.

#### 8.1.2.1 Relações horizontais

No que respeita à subdimensão de aceitação de CS-UE os fatores com maior efeito positivo são as representações da UE e os valores, em concreto o indicador de integração europeia, a opinião de semelhança entre europeus, os valores de Estado social e de liberalismo e as representações positivas sobre a UE.

Num segundo plano são listados alguns fatores de desigualdade, como o estatuto de migrante e o uso de internet, seguindo-se os valores de quem se coloca no espaço sociopolítico do centro à esquerda. A distinção entre os grupos socioeconómicos dentro do subgrupo dos trabalhadores por conta d'outrem (o pessoal administrativo e dos serviços (PAS) e os trabalhadores manuais (TM) revelam menores níveis de aceitação do que os dirigentes e profissionais técnicos (DPT)) diferencia mais do que a escolaridade, esta última com efeito não significativo.

É interessante notar que os bem-estar subjetivos pessoal, nacional e europeu têm um efeito maior do que os fatores de desigualdade não mencionados no parágrafo anterior.

No espaço ideacional são os valores socio-humanos de inclusão e de pluralidade que têm maior efeito, e positivo, nos níveis de aceitação, o que substantivamente é coerente.

Os outros fatores que têm efeito positivo significativo com a aceitação são as representações da UE como um espaço de democracia e direitos, o tipo de lugar de residência (maior aceitação nos meios semiurbanos e urbanos), e a felicidade em viver no respetivo estado-membro.

Em sentido oposto, os fatores que têm efeito de sentido negativo na aceitação são os valores socioeconómicos de protecionismo, as representações negativas da UE, cujas intensidades dos respetivos efeitos são superiores em valor absoluto aos das desigualdades sociais e bem-estar subjetivo. Os valores sociopolíticos à direita também contribuem para menor aceitação face ao espaço político ao centro. Nas desigualdades sociais, além da escolaridade, também a privação material não diferencia os níveis de aceitação.

No que respeita à subdimensão de reconhecimento também se destacam os efeitos positivos das representações da UE e os valores. É novamente o indicador de integração europeia que demonstra efeito de maior magnitude, seguindo-se os valores de Estado social e as representações positivas da UE.

Em segundo plano surgem alguns fatores de desigualdade, em particular os estudantes (quando comparados com os empregados), quem detém o ensino superior (relativamente a quem tem apenas o ensino básico), e quem mais usa a internet como aqueles que mais reconhecem os direitos dos outros cidadãos da UE. Ainda com efeito positivo significativo enumeram-se as representações de semelhança entre europeus, os valores socio-humanos de democracia e direitos, o empreendedorismo, o sentimento de ligação ao país, os valores socio-humanos de pluralidade e de individualidade, as representações da UE como um espaço de democracia e direitos, e a perceção da proximidade de valores entre

Estados-Membros.

Do lado oposto, novamente, as representações negativas da UE e os valores socioeconómicos de protecionismo têm efeito negativo no reconhecimento, e com ordem de grandeza superior em valor absoluto aos efeitos das desigualdades sociais e do bem-estar subjetivo. Inclusive, o bem-estar subjetivo nacional, a satisfação com o funcionamento da democracia no país, e a privação monetária têm efeito negativo na subdimensão de reconhecimento. Também, quem se posiciona no espaço sociopolítico ao centro-direita ou à direita tende a exibir menores níveis de reconhecimento do que quem se situa ao centro. Os grupos socioeconómicos não distinguem significativamente o reconhecimento.

### 8.1.2.2 Relações verticais

Quando se analisam as relações verticais de CS-UE os resultados apresentam algumas distinções face às relações horizontais. No caso da confiança nas instituições europeias, além das representações da UE e dos valores, também fatores de CS-nacional e de bem-estar subjetivo europeu são relevantes. Tal, reforça as conclusões dos capítulos precedentes, de que com as relações verticais de CS-UE o nível de análise dos fatores é relevante. Ou seja, os fatores de nível societal, europeu e/ou nacional são importantes, e menos os de nível pessoal e/ou individual. O fator com maior efeito é mesmo a confiança nas instituições nacionais. O indicador de integração europeia, os valores socioeconómicos de liberalismo, as representações positivas da UE, o bem-estar subjetivo europeu, a percepção da proximidade de valores entre Estados-Membros, e a UE ser representada com um espaço democrático e de direitos são os outros fatores com maior efeito positivo na confiança nas instituições europeias. Porém, o efeito negativo das representações negativas da UE, em valor absoluto, é maior do que o efeito das representações positivas.

Por outro lado, também é interessante notar que os valores socioeconómicos de liberalismo são mais relevantes do que os valores associados ao Estado social. Inclusive, estes últimos, quando controlados têm efeito negativo, o que é contrário ao efeito que esses valores têm nas relações horizontais. No espectro dos valores sociopolíticos, estar ao centro-direita ou à direita tem um efeito positivo, maior CS-UE, face a quem se situa ao centro, o que é contrário à análise descritiva.

O principal fator de desigualdade com efeito positivo na confiança nas instituições europeias é a escolaridade, com os cidadãos com o ensino superior a apresentar maior confiança nas instituições europeias do que os indivíduos com o ensino básico. Também existe diferença significativa entre homens e mulheres com as últimas a confiar mais, e também é maior a confiança dos residentes em meio urbano em referência ao rural. Além da escolaridade e do tipo de lugar de residência, em termos de desigualdades apenas se realça a distinção dos desempregados face aos empregados, os primeiros confiam menos e o efeito negativo da privação monetária. Os grupos socioeconómicos não se diferenciam, apresentando confiança semelhante nas instituições europeias.

Por último, é curioso notar que a felicidade em viver no país e o bem-estar subjetivo nacional têm

efeito negativo na confiança nas instituições europeias, e que os efeitos da idade, do bem-estar pessoal, de valores de democracia e direitos, de pluralismo, e de individualidade não são significativos.

Em termos da subdimensão de legitimidade das instituições europeias a leitura é muito semelhante à da confiança, confirmando mais uma vez que ambas representam uma mesma dimensão. A diferença mais assinalável reside no facto de em vez de o fator mais relevante ser a confiança nas instituições nacionais, é a satisfação com o funcionamento da democracia no respetivo país. Tal, confirma que existe uma relação de natureza substantiva entre os níveis de análise nacional e europeu, uma vez que a subdimensão de legitimidade inclui o indicador de satisfação com o funcionamento da democracia na UE.

Em termos de representações da UE, as representações negativas continuam a ter um efeito negativo superior em valor absoluto ao efeito das representações positivas, sendo também importante representar a UE como um espaço democrático e de direitos.

No que diz respeito aos valores socio-humanos, a inclusão continua a ser o único valor com relação significativa quando comparado a valores de democracia e direitos, pluralidade e de individualidade. E em termos de valores socioeconómicos o efeito do liberalismo é positivo, mas não os de Estado social nem de empreendedorismo.

Na dimensão das desigualdades, a escolaridade e o género são os mais importantes, apesar de, uma vez mais, ser útil a distinção entre empregados e desempregados. Quem detém o ensino secundário ou ensino superior em comparação ao ensino básico, mais as mulheres do que os homens, e mais os empregados do que os desempregados, atribuem maior legitimidade às instituições europeias.

Ainda nas relações verticais o modelo de regressão confirma a particularidade da subdimensão de filiação, pois a leitura dos efeitos é distinta das da confiança e da legitimidade. Se por um lado a dimensão relacional mais importante continua a ser as representações da UE, por outro lado a segunda dimensão mais relevante são as desigualdades sociais. Assim, os efeitos de maior magnitude são os das representações positivas e negativas da UE, seguindo-se os da integração europeia e o de associar a UE a um espaço de democracia e direitos.

Em segundo lugar os efeitos mais pronunciados são da privação material (efeito negativo), a idade (efeito positivo), privação monetária (efeito negativo), e dos grupos socioeconómicos dentro dos trabalhadores por conta d'outrem (pessoal administrativo e dos serviços (PAS) e os trabalhadores manuais (TM) pontuam menos que os dirigentes e profissionais técnicos (DPT)). Nem os grandes proprietários e profissionais liberais (GPL), nem os agricultores e pescadores independentes (API) se diferenciam significativamente dos dirigentes e profissionais técnicos, mas os pequenos proprietários e trabalhadores independentes (PTI) sim. Curiosamente, a escolaridade não tem efeito significativo.

Os valores também se mantêm como uma dimensão relacional importante, sendo que valores socioeconómicos de Estado social e de empreendedorismo, têm efeitos positivos, mas valores de protecionismo e de liberalismo têm efeitos negativos sobre a filiação. Destaca-se ainda que todos os valores socio-humanos, pluralidade, democracia e direitos, inclusão, e individualidade têm efeitos

positivos, por ordem decrescente de importância. Relativamente aos valores sociopolíticos, estima-se que os cidadãos de centro-esquerda têm maior valor de filiação face a quem se posiciona ao centro, enquanto quem se posiciona à esquerda ou à direita apresenta menor valor de filiação quando comparados com o posicionamento ao centro.

O único indicador de bem-estar que tem efeito significativo é o bem-estar pessoal, estimando-se uma relação inversa com a filiação, enquanto os bem-estar individual, nacional e europeu não têm efeito significativo.

No que respeita à CS-nacional o indicador que mais se destaca, com efeito positivo, é a satisfação com o funcionamento da democracia na UE, o que está em linha com o facto de associar a UE a representações de democracia e direitos. Também, quanto maior a felicidade em viver no país maior a filiação à UE. Porém, os restantes indicadores de CS-nacional, como a confiança nas instituições nacionais e o sentimento de ligação ao país, não têm efeitos significativos. Quer isto dizer que a subdimensão de filiação se distingue conceptualmente e substantivamente das restantes subdimensões de relações verticais. Confiar nas instituições europeias e assumir a sua legitimidade é diferente de querer pertencer à união.

Estes resultados demonstram a particularidade da subdimensão de filiação com uma estrutura de fatores explicativos distintos.

### 8.1.2.3 Pertença

Também na subdimensão da pertença é o espaço ideacional o que tem maior efeito. As representações de integração europeia e a perceção de semelhança entre as pessoas da UE são os dois fatores com maior efeito. Tal demonstra que à pertença se associam questões de identidade, semelhança, ao que é idêntico. Curioso é que o sentimento de ligação ao país é o terceiro fator com maior efeito positivo, e só depois surgem as representações positivas da UE, e alguns valores, em concreto os de liberalismo e não os de Estado social. A perceção de proximidade de valores entre Estados-Membros também é um fator relevante, reforçando a importância da ação racional cognitiva, cognição da semelhança. Por ordem de grandeza do efeito positivo dos valores, citam-se a pluralidade, democracia e direitos. Em sentido inverso os valores de individualidade, de protecionismo e de empreendedorismo têm efeito negativo, e a inclusão não tem efeito significativo.

A nível do bem-estar subjetivo, o europeu é o mais relevante, seguindo-se o nacional, a satisfação com a vida e só depois o pessoal e individual, reforçando a importância do nível de análise.

No que às desigualdades diz respeito, o estatuto de migrante estima-se com maior sentimento de pertença que os nativos, assim como os cidadãos com o ensino superior ou com o ensino secundário relativamente aos que possuem apenas o ensino básico. Os grupos socioeconómicos também têm relação significativa. Comparativamente aos dirigentes e profissionais técnicos (DPT), só os grandes proprietários e profissionais liberais (GPL) têm maior pontuação na pertença, enquanto os restantes

grupos têm menor. Finalmente, enquanto a privação monetária tem efeito negativo significativo o efeito da privação material não é significativo.

Mais uma vez as representações negativas da UE e os valores de protecionismo têm efeito negativo, ao qual se destaca ainda o grau de confiança nas instituições nacionais.

Estes resultados sobre a subdimensão da pertença estão em linha com as demais investigações que avaliaram os fatores explicativos da identidade europeia. Ou seja, subsistem fatores de desigualdade a sustentar uma menor ou maior identidade europeia, em particular a escolaridade e as classes sociais. Porém, a regressão aqui apresentada não revela uma relação significativa da idade com a pertença, o que é contrário aos outros estudos. O que estes resultados acrescentam é o controlo dos fatores de desigualdades por fatores do espaço ideacional que têm efeito superior, sem retirar o efeito significativo das desigualdades. Deste modo, os resultados sustentam o afirmado por Schroder et al. (2015) e por Henriques (2020), de que as representações da UE estão subestimadas na avaliação dos níveis de identidade europeia.

#### 8.1.2.4 Práticas transfronteiriças

A regressão multidimensional confirma que as desigualdades sociais é a dimensão cujos fatores têm maior efeito nas práticas não integrativas. Em segundo lugar são as representações da UE. A distinção entre escolaridade de ensino superior, com mais práticas do que o ensino básico, é o efeito de maior magnitude, mas os grupos socioeconómicos também são relevantes. Também o são o estatuto de estudante relativamente aos empregados, a escolaridade de ensino secundário face à de ensino básico, o uso de internet e o ser migrante face a ser nativo. Nos grupos socioeconómicos o efeito, em referência aos dirigentes e profissionais técnicos (DPT), é negativo para os trabalhadores manuais (TM) o pessoal administrativo e dos serviços (PAS), os agricultores e pescadores independentes (API), e os pequenos proprietários e trabalhadores independentes (PTI). O efeito não é significativamente diferente entre os dirigentes e profissionais técnicos (DPT) e os grandes proprietários e profissionais liberais (GPL).

Em sentido contrário, a idade, a privação monetária e a privação material têm efeitos negativos estatisticamente significativos. Ou seja, para a realização de interações não só a posição na estrutura social é importante, tal como o são as condições situacionais de vida.

Dentro das representações da UE, a integração europeia é a que tem o maior efeito, seguindo-se as representações positivas da UE. As representações negativas também têm um efeito estatisticamente significativo, mas de sinal contrário.

É interessante notar que o efeito do sentimento de ligação ao país tem sentido negativo, assim como os valores socioeconómicos de protecionismo e de Estado social, e os valores socio-humanos de inclusão. Aliás, em termos de valores os de individualidade são os únicos com efeito positivo significativo, além da perceção de proximidade de valores entre europeus.

Também se confirma a relação positiva entre bem-estar subjetivo e práticas não integrativas, sendo o mais relevante o bem-estar nacional, seguido do individual e do pessoal, o que mais uma vez reforça



o argumento da importância dos contextos mais próximos para as práticas.

Em suma, estes resultados também estão de acordo com a bibliografia sobre práticas transfronteiriças no espaço europeu, confirmando o relevo das desigualdades sociais nesta subdimensão objetiva de CS-UE.

O modelo de regressão multidimensional das práticas integrativas confirma parte dos resultados obtidos para as práticas não integrativas. As desigualdades são uma dimensão relevante a influenciar este tipo de práticas. Algo expectável, é que o maior efeito é o fator origem, pois ser migrante implica diretamente a realização de práticas integrativas. Adicionalmente, a escolaridade é novamente um fator relevante, com maior pontuação dos cidadãos com ensino superior ou secundário face a quem detém o ensino básico. Em termos de grupos socioeconómicos só o pessoal administrativo e dos serviços (PAS) e os trabalhadores manuais (TM) tendem a ter menor número de práticas que os dirigentes e profissionais técnicos (DPT), enquanto os grandes proprietários e profissionais liberais (GPL) tendem a ter mais.

Confirma-se também a relevância do bem-estar subjetivo, particularmente do nacional e do individual, mas não do pessoal nem europeu.

Também é interessante notar que, de facto, as práticas apresentam uma relação com a perceção de semelhança entre europeus e de valores entre estado-membros.

E, novamente, tanto a idade, como o sentimento de ligação ao país têm efeito negativo sobre este tipo de práticas.

#### 8.1.2.5 Discussão

Os modelos de regressão multidimensionais confirmam a maior relevância dos fatores culturais nas vertentes subjetivas de CS-UE e dos fatores de desigualdade na vertente objetiva. Em segundo lugar, é importante distinguir diferentes tipos de representações e de valores.

Na dimensão das representações as análises reforçam a ligação teórica entre os conceitos de integração e coesão, uma vez que o indicador de integração europeia é dos que tem maior efeito na CS-UE. Também é importante distinguir os tipos de representações da UE, sejam de carácter positivo ou negativo, seja a forma como os cidadãos representam o espaço da UE, principalmente como espaço democrático e de direitos. Não só a qualidade das representações tem impacto, como estas têm um efeito cumulativo, ou seja, quanto maior o número de representações positivas maior tende a ser a CS-UE, e quanto maior o número de representações negativas menor tende a ser a CS-UE. Acresce que a magnitude do efeito das representações negativas tende a ser superior ao das representações positivas, à exceção da subdimensão de filiação. Por outras palavras, é bastante provável que as ideias negativas da UE penalizem mais a CS-UE do que as ideias positivas a promovem.

A questão da distinção qualitativa dos aspetos do espaço ideacional torna-se mais evidente sabendo que diferentes tipos de valores têm efeitos desiguais nas várias subdimensões de CS-UE. Nas relações horizontais, cidadão-cidadão, de carácter informal, a aceitação, o efeito positivo é maior no caso de

valores socio-humanos de pluralidade e de inclusão. Mas caso se considere a subdimensão formal das relações horizontais, o reconhecimento, são os valores de democracia e direitos que têm maior efeito. Ou seja, valores de tolerância, respeito por outras culturas, igualdade e solidariedade têm maior impacto nas relações informais, enquanto valores de democracia, direitos humanos, estado de direito, mais associados a modelos de governação têm maior impacto no aspeto formal das relações horizontais. Acresce que para ambas as subdimensões de relações horizontais os valores socioeconómicos de Estado social têm maior efeito positivo do que os valores de liberalismo, reforçando o argumento anterior. Noutro sentido, são os valores socio-humanos de individualidade que maior efeito positivo tem nas práticas transfronteiriças, ou seja, a autorrealização e a liberdade individual associam-se mais à concretização, objetiva, de práticas no espaço europeu.

Os valores socio-humanos perdem relevância ao analisar as relações verticais de CS-UE, nas subdimensões de confiança e legitimidade, mas mantêm importância com a subdimensão de filiação. Adicionalmente, esse padrão também se regista com os valores socioeconómicos de Estado social, enquanto o liberalismo tem padrão oposto, o seu efeito é positivo na confiança e na legitimidade, mas negativo na filiação. O protecionismo também é um valor socioeconómico com efeito negativo considerável na subdimensão de filiação.

Estes resultados demonstram a pertinência empírica em distinguir relações horizontais de relações verticais, pois diferentes tipos de valores associam-se a cada uma das dimensões.

Relativamente ao bem-estar subjetivo realça-se o seu maior efeito na pertença e nas práticas fronteiriças, ou seja, está mais em linha com o efeito das desigualdades. Estes resultados evidenciam a pertinência em classificar o bem-estar subjetivo como uma dimensão das condições de vida a par com as desigualdades sociais. Também demonstram que o nível de análise do bem-estar tem impacto na relação com a CS-UE, pois é o bem-estar subjetivo europeu que maior impacto tem nas subdimensões de confiança e de legitimidade das instituições europeias, e na pertença, ou seja, quando o nível de análise do bem-estar subjetivo corresponde ao mesmo nível do objeto de coesão social.

Dentro das desigualdades sociais destaca-se em particular o seu efeito nas práticas transfronteiriças, onde, excluindo a origem, a escolaridade tem maior efeito, e em particular na distinção entre ensino básico e ensino superior. De modo geral, além das práticas as desigualdades também tendem a ter efeitos significativos na filiação e na pertença, e menos nas restantes subdimensões. É curioso notar que além das práticas, pertença e filiação, os grupos socioeconómicos/classes sociais também têm efeito significativo na aceitação das relações horizontais, mas não no reconhecimento. Nem na confiança nem na legitimidade das relações verticais.

Por último, a CS-nacional demonstra maior pertinência na sua intermediação com as relações verticais de CS-UE, onde tende a existir uma relação maior entre indicadores da mesma natureza substantiva, por exemplo confiança nas instituições nacionais com confiança nas instituições europeias, e o respetivo para a legitimidade.

### 8.1.3 A pertença e as práticas na base da coesão social na União Europeia?

Dada a menor capacidade de captar o que promove a filiação e as relações horizontais de CS-UE, decidiu-se realizar novos modelos de regressão lineares multidimensionais. Assim, para as subdimensões de aceitação, reconhecimento, confiança, legitimidade e filiação, decidiu-se testar a pertença e ambas as práticas (integrativas e não integrativas) como variáveis independentes.

A pertença, que inclui a identidade europeia, é muitas vezes considerada na literatura científica como fator de filiação e de relações verticais positivas entre os cidadãos da UE e as respectivas instituições. Adicionalmente, as práticas transfronteiriças são consideradas como promotoras do sentimento de pertença, além de tidas como base de uma ação instrumental que suportam o apoio instrumental à UE, ou seja, a filiação (Favell 2008; Medrano 2008; Recchi & Favell 2009; Sigalas 2010; Kuhn, 2012; Jacobone & Moro 2015; Mitchell, 2015; Recchi, 2015; Mol, 2018; Recchi et al. 2019; Henriques, 2021). Por estes motivos estas três subdimensões de CS-UE (pertença, práticas não integrativas, e práticas integrativas) são testadas como fatores das restantes subdimensões (aceitação, reconhecimento, confiança, legitimidade, filiação). Adicionalmente, as práticas também são testadas como fatores da pertença.

Em primeiro lugar, o Quadro 8.5 apresenta a variação explicada dos modelos de regressão unidimensionais, ou seja, inserindo unicamente a pertença ou as práticas como variáveis independentes. Os testes de adequabilidade dos modelos encontram-se no anexo F.

Quadro 8.5 – Percentagem de variação explicada de coesão social na UE, segundo a pertença e as práticas transfronteiriças

	Relações horizontais		Relações verticais		Pertença	
	Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	
Pertença	16,9	14,5	26,4	36,9	10,5	-
Práticas	5,3	5,4	6,7	8,7	3,1	13,8

Notas: a percentagem de variação explicada corresponde ao  $R^2$  ajustado de cada modelo de regressão linear.

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1.

A pertença tem capacidade explicativa na variação da legitimidade e da confiança nas instituições europeias, mais de um terço e cerca de um quarto, respetivamente. Ou seja, no caso da legitimidade a pertença é, a seguir às representações, a segunda dimensão que mais explica esta subdimensão, enquanto para a subdimensão da confiança é a terceira dimensão a seguir às representações da UE e à CS-nacional, Quadro 8.2. A pertença também é capaz de explicar mais da variação das relações horizontais do que da filiação. Em ambos os casos é a segunda dimensão que mais explica cada uma dessas subdimensões, a seguir às representações da UE.

No que às práticas transfronteiriças diz respeito, como variável independente a sua capacidade explicativa é baixa, apenas ultrapassando os 10% para a subdimensão da pertença. A capacidade

explicativa das práticas transfronteiriças é muito semelhante à das desigualdades sociais, tanto em ordem de grandeza como na sua distribuição pelas subdimensões de CS-UE, o que se poderá dever à relação já identificada entre desigualdades e práticas.

Em segundo lugar, o Quadro 8.6 e o Quadro 8.7 apresentam os resultados dos modelos de regressão multidimensionais, ou seja, inserindo todos os fatores de todas as dimensões relacionais mais a pertença e as práticas como variáveis independentes.

Quadro 8.6 – Adequabilidade e variação explicada dos modelos de regressão multidimensionais de coesão social na UE, com controlo da pertença e das práticas

Variáveis dependentes		Teste à adequabilidade	
Relações horizontais	Aceitação	F(49, 14066)=92,352	R <sup>2</sup> <sub>ajustado</sub> = 0,241 ***
	Reconhecimento	F(49, 14351)=124,889	R <sup>2</sup> <sub>ajustado</sub> = 0,297 ***
Relações verticais	Confiança	F(49, 13859)=282,599	R <sup>2</sup> <sub>ajustado</sub> = 0,498 ***
	Legitimidade	F(49, 14371)=526,718	R <sup>2</sup> <sub>ajustado</sub> = 0,641 ***
	Filiação	F(49, 13966)=95,153	R <sup>2</sup> <sub>ajustado</sub> = 0,248 ***
Pertença	Pertença	F(49, 14372)=279,742	R <sup>2</sup> <sub>ajustado</sub> = 0,481 ***

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Comparando o Quadro 8.6 ao Quadro 8.3 regista-se que a inclusão da pertença e das práticas só aumenta em cerca de 1 pp. a percentagem de variação explicada, à exceção da legitimidade em que o aumento é de cerca 5 pp..

Todavia, a pertença é a subdimensão que mais explica, ou das que mais explica, transversalmente todas as subdimensões de CS-UE, retirando principalmente magnitude ao efeito das outras variáveis independentes, pois na maioria das variáveis dependentes os efeitos mantêm-se estatisticamente significativos.

Em particular, a pertença é o indicador com os maiores efeitos nas subdimensões de aceitação e legitimidade, e os segundos maiores efeitos no reconhecimento, na confiança e na filiação, o que confirma a transversalidade da pertença face à CS-UE. Todavia, as práticas, principalmente não integrativas, mas também as integrativas, têm efeito considerável no reconhecimento das relações horizontais. Este último aspeto é curioso, uma vez que poderá sinalizar o facto de quem beneficia dos direitos de livre circulação dentro do espaço europeu também reconhecer iguais direitos, formais, aos outros cidadãos da UE. Também se confirma que as práticas têm efeito positivo significativo na subdimensão da pertença, e mais as integrativas do que as não integrativas.

Quadro 8.7 – Coeficientes de regressão dos modelos de regressão multidimensionais de coesão social na UE com controlo da pertença e das práticas

	Relações horizontais						Relações verticais				Pertença							
	Aceitação		Reconhecimento		Confiança		Legitimidade		Filiação		Pertença							
	a)	b)	a)	b)	a)	b)	a)	b)	a)	b)	a)	b)						
(Constante)	***	**	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***						
Idade	-0,051	***	***	-0,004	***	0,008	***	0,024	**	*	0,049	***	***	0,026	*			
Privação monetária	-0,016			-0,042	***	***	-0,030	**	***	-0,009		-0,035	**	***	-0,035	***	***	
Privação material	0,014			0,004		0,011		0,023	**	***	-0,054	***	***	-0,054				
Origem (ref. Nativo)	0,037	***	***	0,01	*	-0,014	*	-0,015	**		-0,003			0,041	***	***		
Género (ref. Masculino)	-0,008			0,011		0,031	***	***	0,021	***	***	-0,010		0,010				
Lugar de residência (ref. Rural)																		
Semiurbano	0,015		*	-0,009		-0,001		-0,007			-0,024	**	*	0,009				
Urbano	0,016		*	-0,022	**	*	0,023	**	***	-0,003		-0,035	***	**	0,016	*	**	
Escolaridade (ref. Ensino Básico)																		
Ensino Secundário	-0,021			0,008		0,016	*	0,023	*	**	-0,022			0,028	*	***		
Ensino Superior	-0,011			0,045	**	***	0,053	***	***	0,017	*	0,011		0,027	*	***		
Grupos socioeconómicos (ref. DPT)																		
API	-0,014		*	0,013		-0,007		0,004			-0,002			-0,022	**	***		
PTI	-0,018	*	*	0,006		-0,003		-0,006		*	-0,022	**	**	-0,012		*		
GPL	0,011			0,014		-0,008		-0,015	**	*	0,006			0,011		*		
PAS	-0,022	*	**	0,018		-0,003		0,000			-0,039	***	***	-0,025	**	***		
TM	-0,028	*	**	0,021		-0,011		0,009			-0,039	**	***	-0,022	*	***		
Condição perante o trabalho (ref. Empregados)																		
Domésticas	0,004			-0,010		-0,010		-0,004			-0,002			0,013	*			
Estudantes	0,011		*	0,057	***	***	0,018	**	-0,008		0,035	**	**	0,037	***	***		
Reformados	0,010			0,017		-0,001		-0,017	*		0,011			0,022	*	*		
Desempregados	0,009			0,012		-0,022	**	***	-0,017	**	*	0,008		0,008				
Uso de Internet	0,032	**	***	0,034	**	***	-0,007	-0,007			0,000			0,049	***	***		
Bem-estar																		
Satisfação com a vida	-0,006			0,014		-0,021	**	0,021	**	***	0,011			0,04	***	***		
Bem-estar pessoal	0,029	**	**	0,000		0,001		0,004			-0,044	***	***	0,022	**	**		
Bem-estar nacional	0,019		**	-0,028	**	*	-0,026	**	*	-0,019	**			0,035	***	***		
Bem-estar europeu	0,012		**	-0,017	*	0,089	***	***	0,109	***	***	-0,017	*	0,064	***	***		
CS-nacional																		
Funcionamento da democracia	0,031	**	***	-0,038	***	***	0,032	***	***	0,232	***	***	0,025	**	**	0,056	***	***
Confiança nas instituições	-0,014		*	0,019	*	*	0,331	***	***	0,044	***	***	0,004			-0,030	***	***
Ligação ao país	-0,018	*		0,014		***	-0,019	**		-0,046	***		-0,029	**		0,158	***	***
Está feliz a viver no país	0,001		*	0,033	***	***	-0,052	***	***	-0,072	***	***	0,005		*	0,052	***	***
Valores																		
Proximidade de valores europeus	-0,001			0,022	**	**	0,062	***	***	0,120	***	***	-0,028	**	**	0,051	***	***
Valores socioeconómicos																		
Estado social	0,107	***	***	0,076	***	***	-0,024	**	**	-0,029	***	**	0,053	***	***	0,023	**	*
Liberalismo	0,074	***	***	0,007			0,134	***	***	0,140	***	***	-0,062	***	***	0,076	***	***
Protecionismo	-0,070	***	***	-0,070	***	***	-0,007		*	0,024	***	*	-0,106	***	***	-0,034	***	***
Empreendedorismo	0,009			0,041	***	***	-0,011		*	-0,033	***	***	0,037	***	***	-0,026	**	***
Valores socio-humanos																		
Democracia e direitos	0,001			0,037	***	***	0,010			-0,013	*		0,021	*	**	0,020	**	*
Inclusão	0,029	***	***	0,017	*	*	0,017	*	**	0,008	*		0,018	*	**	0,014	*	
Pluralismo	0,022	**	***	0,025	**	***	-0,007			-0,007			0,023	**	***	0,028	***	***
Individualidade	0,007			0,028	***	***	-0,006			0,005			0,020	*	*	-0,029	***	***
Valores sociopolíticos (ref. Centro)																		
Esquerda	0,042	***	***	0,007			0,010			-0,001			-0,026	**	**	0,007		
Centro-esquerda	0,044	***	***	-0,003			-0,001			0,000			0,023	**	**	0,002		
Centro-direita	-0,014		*	-0,014		*	0,027	***	***	-0,005			0,000			0,003		
Direita	-0,013		*	-0,005		*	0,028	***	***	-0,007			-0,038	***	***	-0,008		
Representações da UE																		
Representações positivas	0,045	***	***	0,057	***	***	0,085	***	***	0,096	***	***	0,229	***	***	0,129	***	***
Representações negativas	-0,049	***	***	-0,084	***	***	-0,121	***	***	-0,17	***	***	-0,135	***	***	-0,122	***	***
Integração europeia	0,087	***	***	0,300	***	***	0,127	***	***	0,165	***	***	0,096	***	***	0,222	***	***
Semelhança entre europeus	0,090	***	***	0,034	***	***	0,018	*	***	0,035	***	***	-0,058	***	***	0,156	***	***
Democracia e direitos	0,019	*	**	0,021	**	**	0,048	***	***	0,030	***	***	0,065	***	***	0,037	***	***
Pertença	0,183	***		0,098	***		0,170	***		0,264	***		0,145	***		-		
Práticas não integrativas	0,015			0,103	***		0,024	**		0,006			0,046	***		0,070	***	
Práticas integrativas	-0,006			-0,076	***		-0,013			0,023	***		-0,080	***		0,078	**	

Notas: a) modelo de regressão linear multidimensional com desigualdades sociais, bem-estar, valores, representações da UE, CS-nacional, pertença e práticas transfronteiriças como variáveis independentes.  
b) nível de significância de acordo com o modelo de regressão linear multidimensional com desigualdades sociais, bem-estar, valores, representações da UE e CS-nacional como variáveis independentes, ver Quadro 8.4.  
c) \*\*\* p<0,001; \*\* p<0,01; \* p<0,05  
d) coeficientes de regressão, B standardizados

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

No espaço ideacional, as representações da UE mantêm-se como uma dimensão cujas variáveis têm efeitos significativos e de magnitude alta no global da vertente subjetiva de CS-UE, sendo que as representações negativas continuam a ter efeitos de maior magnitude do que as representações positivas, à exceção da filiação. Em termos de valores o Estado social continua importante para a subdimensão de aceitação, enquanto o liberalismo é um fator importante para a confiança e legitimidade das instituições europeias. Em sentido inverso, o protecionismo continua a ter peso negativo considerável para a filiação.

No que diz respeito às condições de vida, os modelos também confirmam a relevância do bem-estar subjetivo europeu nas relações verticais da CS-UE, em concreto na confiança e na legitimidade, passando o bem-estar nacional a ter efeito negativo. Tal reforça o argumento de que existe uma distinção entre níveis na avaliação do bem-estar na relação com o objeto de análise. Por outro lado, as desigualdades sociais não apresentam nenhuma variável como das mais influentes na vertente subjetiva de CS-UE.

Também se mantém a relevância da relação entre a CS-nacional e a CS-UE nas subdimensões análogas de coesão social.

Por último, esclarece-se que foi testado se as subdimensões de CS-UE são ou mais ou menos explicadas pelas diferenças entre países ou dentro dos Estados-Membros. O Quadro 8.8 demonstra que a variação de CS-UE é maioritariamente explicada por fatores internos aos países. A maior distinção entre Estados-Membros encontra-se na vertente objetiva de CS-UE, as práticas transfronteiriças. A vertente subjetiva poderá ser menos diferenciada entre países do que dentro dos países.

Quadro 8.8 – Variabilidade de coesão social na UE explicada dentro e entre países

	Relações horizontais		Relações verticais			Pertença	Práticas	
	Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Não Integrativas	Integrativas
Dentro dos países	93,2%	94,5%	91,7%	93,1%	91,8%	91,3%	86,9%	87,4%
Entre países	6,8%	5,5%	8,3%	6,9%	8,2%	8,7%	13,1%	12,6%

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

#### 8.1.4 A questão da filiação

Os resultados, quer descritivos quer dos modelos de regressão, demonstram a menor capacidade explicativa na subdimensão de filiação. Para a compreender com maior rigor foram realizados dois exercícios exploratórios. O primeiro é o de analisar a estrutura dos efeitos segundo as oito subdimensões de CS-UE. O segundo é o de realizar modelos de regressão onde a filiação é variável dependentes e as outras sete subdimensões de CS-UE são variáveis independentes.

No primeiro exercício, foram realizadas duas operações, uma análise de componentes principais, e uma análise de clusters.

A primeira consistiu em tomar cada uma das variáveis independentes dos modelos de regressão

multidimensionais atrás apresentados como casos, e as subdimensões de CS-UE como variáveis, sendo os valores desse cruzamento os respetivos coeficientes de regressão dos modelos de regressão linear. É assim possível produzir uma Análise de Componentes Principais que detete a estrutura dos efeitos.

Os resultados demonstram que a estrutura de efeitos sobre a filiação é mais próxima da estrutura dos efeitos sobre a subdimensão de reconhecimento das relações horizontais. Seguem-se a subdimensão de aceitação, também das relações horizontais, e a pertença. Quer isto dizer que, os fatores explicativos apresentados neste estudo tendem a ter um efeito mais semelhante entre filiação e reconhecimento, entre aceitação e pertença. Adicionalmente, a dimensão das práticas transfronteiriças também está mais próxima das últimas quatro subdimensões do que estão as subdimensões de confiança e de legitimidade das relações verticais.

Esta análise é reforçada pela segunda operação, uma análise de clusters. Neste caso realizou-se uma análise hierárquica com método de Ward, agrupando as variáveis, o que produz resultados idênticos em termos do agrupamento dos efeitos sobre as subdimensões de CS-UE. (Anexo F).

Os resultados exploratórios descritos confirmam a relação teórica entre a aceitação do outro e a pertença, a primeira a subdimensão informal das relações cidadão-cidadão. Por outro lado, a estrutura dos efeitos sobre a filiação está mais próxima da respetiva estrutura da subdimensão formal de relações horizontais, o reconhecimento dos direitos dos cidadãos. Também confirma que os fatores explicativos da filiação são algo distintos das outras subdimensões das relações verticais, reforçando o argumento que confiança e legitimidade nas instituições europeias têm explicação distinta face a optar por ser parte da união. Assim, os fatores explicativos da confiança e da legitimidade não refletem necessariamente os fatores explicativos do apoio difuso à UE. Aliás, uma vez que a própria estrutura dos efeitos nas práticas transfronteiriças também é mais semelhante com a da filiação do que com as da confiança e da legitimidade, provavelmente a estrutura dos fatores que explicam a filiação à UE têm tanto uma parte de fatores relevantes para explicar a vertente objetiva como uma parte que explicam a vertente subjetiva de CS-UE.

A constatação anterior cria um dualismo na compreensão da subdimensão de filiação à UE. Por um lado, em termos de resultados entre subdimensões a filiação tem maiores correlações com a pertença, e as relações verticais. Por outro lado, os fatores explicativos da filiação são mais semelhantes aos das relações horizontais e à pertença.

Relativamente ao segundo exercício, se se considerar que a vontade de pertença a um grupo ou coletivo é o expoente mais visível ou último de coesão, então a filiação à UE deveria fundar e ser compreendida com base nas dimensões de CS-UE. Deste modo decidiram-se criar modelos de regressão lineares onde a filiação é a variável dependente e as restantes sete subdimensões de CS-UE são as variáveis independentes, Quadro 8.9.

Das subdimensões de CS-UE são a pertença e as relações verticais que explicam maior percentagem da variação da filiação.

Quadro 8.9 – Percentagem de variação explicada da filiação à UE por subdimensão de CS-UE

Filiação	Relações horizontais		Relações verticais		Pertença		Práticas
	Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Pertença	Não Integrativas	Integrativas
	4,3	7,9	8,9	10,5	10,5	2,3	0,1

Notas: a percentagem de variação explicada corresponde ao  $R^2$  ajustado de cada modelo de regressão linear.

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1.

Todos os modelos são estatisticamente adequados (ver anexo F).

Todavia, os resultados acima apresentados alteram substancialmente quando é efetuada uma análise multivariada onde todas as subdimensões de CS-UE são incluídas como variáveis independentes num mesmo modelo, Quadro 8.10.

Controlando cada uma das subdimensões de CS-UE, o modelo de regressão apenas explica 17,1% da variação da filiação, ligeiramente menos do que os 18,2% explicados unidimensionalmente pela pelas representações da UE, Quadro 8.2.

Quadro 8.10 – Modelo de regressão multidimensional da filiação à UE segundo as subdimensões de coesão social na UE

Variáveis independentes		B (coeficiente estandardizado)	
Relações horizontais	Aceitação	0,017	*
	Reconhecimento	0,145	***
Relações verticais	Confiança	0,080	***
	Legitimidade	0,115	***
Pertença	Pertença	0,140	***
Práticas	Não integrativas	0,102	***
	Integrativas	-0,162	***
		F(7, 19755)=581,894	$R^2_{ajustado} = 0,171$ ***

Notas: \*\*\*  $p < 0,001$ ; \*\*  $p < 0,01$ ; \*  $p < 0,05$ .

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Se num modelo de regressão univariado, as práticas integrativas praticamente não explicavam a filiação à UE, no modelo de controlo é a subdimensão com o maior efeito, e negativo. Seguem-se a pertença e o reconhecimento. Então, quer a confiança quer a legitimidade das relações verticais perdem relevo na explicação da filiação à UE, quando controladas por outras subdimensões. Se por um lado a pertença confirma a sua importância, o reconhecimento adquire efeito considerável, o que reforça os resultados anteriores da estrutura dos efeitos nas subdimensões de CS-UE. Sendo o reconhecimento dos direitos dos outros cidadãos um aspeto formal e legal, a filiação está mais em linha com esta subdimensão do que com as subdimensões mais informais, em particular a aceitação das relações horizontais e a confiança das relações verticais. Tal é confirmado pelo também maior efeito da subdimensão de legitimidade das instituições europeias, que em certa medida reconhece a UE como instituição, em comparação à confiança nas mesmas instituições, algo mais informal.



## 8.2 Clusters de coesão social na UE: análise transnacional

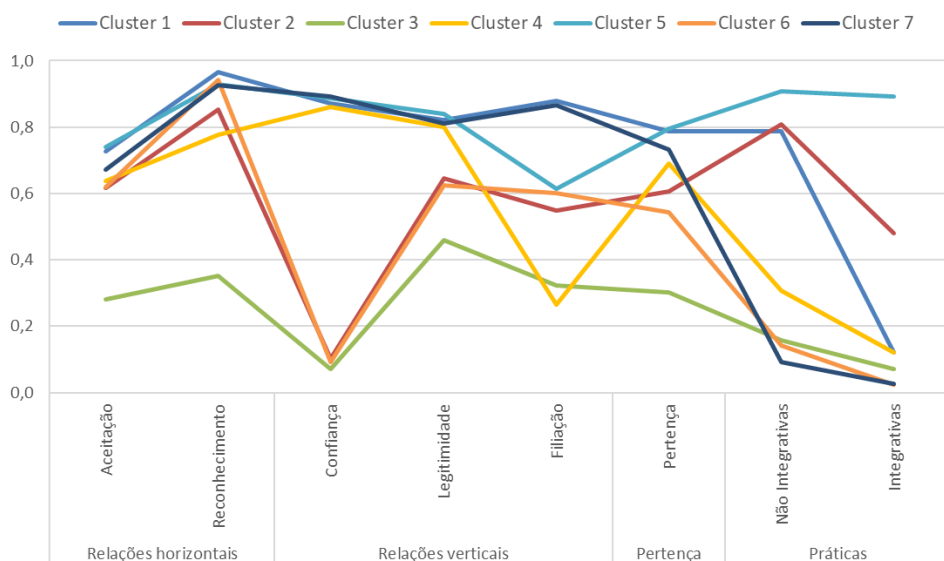
Nesta seção pretende-se realizar uma última avaliação do mapeamento da CS-UE determinando como os cidadãos se agrupam por semelhança em perfil de CS-UE, o que permitirá compreender diferentes perfis de CS-UE e como esses perfis se relacionam com os fatores de desigualdades, bem-estar, valores, representações da UE, CS-nacional. É assim possível compreender um pouco melhor como as várias dimensões relacionais se articulam com a CS-UE. Assim, avançou-se com uma análise de *clusters* aplicando-se, em primeiro lugar, um método hierárquico aglomerativo para definição exploratória do número de grupos a reter (tendo sido privilegiada a solução proposta pelo método de Ward e retidos sete *clusters*); e, em segundo lugar, para designação da solução final, um método de otimização (não hierárquico), o *K-means*, através da seleção de centroídes iniciais correspondentes aos valores médios de cada subdimensão na solução a sete *clusters*, definida previamente pelo método hierárquico. Os sete *clusters* explicam 76,1% ( $R^2=0,761$ ) da variância total.

Do ponto de vista técnico os parâmetros da análise de clusters são inconclusivos a quantos clusters reter, pelo que o número de sete clusters foi escolhido por se entender que oferece a interpretação mais fidedigna dos perfis de CS-UE, sem aumentar a entropia pelo uso de um número excessivo de clusters, nem por simplificar demasiado a sua configuração pelo uso de um número menor de clusters.

A subdimensão de CS-UE que mais diferencia os clusters é a confiança [ $F(6, 19755)=17014,316$ ;  $p<0,001$ ], embora tal se possa dever mais à distribuição polarizada desta variável, relacionado com a estrutura das variáveis originais. Em segundo lugar, são as práticas transfronteiriças, as não integrativas [ $F(6, 19755)=8904,517$ ;  $p<0,001$ ] e depois as integrativas [ $F(6, 19755)=7559,933$ ;  $p<0,001$ ] que mais diferenciam os perfis de CS-UE. Ou seja, à partida, mais do que a dimensão subjetiva de CS-UE, a relação de perfis de cidadãos de CS-UE distingue-se pela realização de práticas no espaço europeu, e que na base são mais influenciadas pelas desigualdades sociais. Seguem-se a legitimidade das instituições europeias [ $F(6, 19755)=3015,629$ ;  $p<0,001$ ], o reconhecimento dos direitos dos outros cidadãos da UE [ $F(6, 19755)=2461,895$ ;  $p<0,001$ ], a filiação [ $F(6, 19755)=2227,489$ ;  $p<0,001$ ], a pertença [ $F(6, 19755)=2087,517$ ;  $p<0,001$ ] e a aceitação [ $F(6, 19755)=1044,504$ ;  $p<0,001$ ], por ordem decrescente. Então, os cidadãos da UE estão mais separados pela sua interação na vertente objetiva de CS-UE do que pelas atitudes face aos outros cidadãos e face às instituições. Neste sentido, apesar de o espaço ideacional ter maior transversalidade na sua influência nas várias dimensões de CS-UE, são as condições de vida de existência objetivas que à partida têm maior potencial para impactar na distinção de perfis de CS-UE.

### 8.2.1 Descrição dos clusters de coesão social

A Figura 8.1, mostra a distribuição da coesão social na UE, segundo os clusters.



Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Figura 8.1 – Descrição dos clusters de indivíduos de coesão social na UE

O cluster 3, de coesão baixa, distingue-se dos restantes seis pela menor pontuação em todas as subdimensões de CS-UE, e em particular nas relações horizontais, onde é o único cluster com pontuação média abaixo do ponto médio. É o cluster de baixa CS-UE.

Os clusters 2 e 6 são bastante próximos nas pontuações na vertente subjetiva de CS-UE, com valores intermédios nas subdimensões de legitimidade e de filiação e na pertença, mas valores baixos na confiança nas instituições europeias. Distinguem-se nas pontuações na vertente objetiva de CS-UE, com o cluster 6 a pontuar baixo em ambas as práticas, e o cluster 2 a pontuar alto. São, portanto, clusters de coesão subjetiva intermédia, com coesão objetiva baixa (cluster 6) ou coesão objetiva alta (cluster 2).

O cluster 4 tem pontuações altas nas relações horizontais e verticais, com exceção da filiação. Também pontua baixo na vertente objetiva. Sendo que a pontuação na pertença é média alta, pode-se considerar como sendo constituído por indivíduos que apesar de boas relações com outros cidadãos e com as instituições, preferem não pertencer ao grupo.

Os clusters 1, 5 e 7, têm pontuações altas na vertente subjetiva, mas diferem na vertente objetiva. Destes, o cluster 5 tem uma pontuação média na subdimensão de filiação, mas é o que mais pontua na vertente objetiva, em ambos os tipos de práticas. É um cluster de coesão alta, mas de filiação intermédia. Por sua vez os clusters 1 e 7 têm todas as pontuações na vertente subjetiva altas, mas o cluster 1 pontua baixo nas práticas integrativas e alto nas não integrativas, sendo que o cluster 7 pontua baixo em ambos os tipos de práticas. Assim, o cluster 1 é de coesão subjetiva alta, mas dual na vertente objetiva, enquanto o cluster 7 é de coesão subjetiva alta e coesão objetiva baixa.

O Quadro 8.11 apresenta uma síntese da análise dos perfis dos clusters, e propõe uma nomenclatura segundo os perfis de CS-UE.

Quadro 8.11 – Perfis dos clusters de indivíduos de CS-UE

	Cluster 1	Cluster 7	Cluster 5	Cluster 4	Cluster 2	Cluster 6	Cluster 3
Dimensões de CS-UE	Subjetiva e objetiva não integrativa	Subjetiva	Reticente	Subjetiva reticente	Objetiva	Moderada	Baixa
Relações horizontais	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta	Baixa
Relações verticais	Alta	Alta	Alta mas Filiação média	Alta mas Filiação baixa	Média mas Confiança baixa	Média mas Confiança baixa	Baixa
Pertença	Alta	Alta	Alta	Média-Alta	Média	Média	Baixa
Práticas	Dual	Baixa	Alta	Baixa	Alta	Baixa	Baixa
n ( $\Sigma$ 19170)	4293	2523	2625	1928	2404	2836	2562
% ( $\Sigma$ 100)	22,4	13,2	13,7	10,1	12,5	14,8	13,4

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

No quadro anterior a denominação de coesão subjetiva sinaliza pontuações altas na vertente subjetiva de CS-UE, em particular nas relações verticais e na pertença, pois as relações horizontais distinguem menos entre clusters.

Por outro lado, a denominação de coesão objetiva refere a pontuações altas na vertente objetiva de CS-UE, as práticas.

A denominação de reticentes sinaliza um perfil de menor pontuação na subdimensão de filiação em relação às outras subdimensões de CS-UE dentro do mesmo cluster.

A designação de moderada sinaliza perfis com pontuação intermédia na vertente subjetiva das relações verticais e pertença.

O cluster mais representativo é o de coesão subjetiva e objetiva não integrativa, pouco mais de um quinto dos cidadãos da UE. Os restantes clusters têm um peso entre os 10 a 15%. Cerca de três quintos dos cidadãos demonstram um bom grau de coesão subjetiva (59,4%: clusters 1, 7, 5 e 4), enquanto um quarto revela bons níveis de coesão objetiva (26,2%: clusters 2 e 5). O cluster mais desfavorável para a CS-UE, de coesão baixa, representa 13,4% dos cidadãos.

Em termos da subdimensão de filiação, a mais difícil de explicar, cerca de um terço dos cidadãos (35,6%: clusters 1 e 7) revelam altos níveis de filiação. Porém, dois quintos dos cidadãos demonstram níveis moderados de filiação, pouco acima do ponto médio (41,0%: clusters 5, 2 e 6). Por último, quase um quarto evidencia níveis de filiação baixos (23,5%: clusters 3 e 4).

## 8.2.2 Caracterização dos perfis dos clusters

Interessa agora proceder a uma caracterização dos sete *clusters*. Para tal, foram utilizadas as cinco dimensões relacionais discutidas ao longo deste texto. Em primeiro lugar é apresentada a caracterização segundo as condições de vida, Quadro 8.12, em segundo lugar de acordo com o espaço ideacional, Quadro 8.13, e em terceiro lugar com a CS-nacional, Quadro 8.14.

Quadro 8.12 – Caracterização dos perfis de clusters de coesão social na UE, segundo as condições de vida

Perfis de coesão social na UE		Cluster 1	Cluster 7	Cluster 5	Cluster 4	Cluster 2	Cluster 6	Cluster 3
		Subjetiva e objetiva não integrativa	Subjetiva	Reticente	Subjetiva reticente	Objetiva	Moderada	Baixa
		%						
Origem	Nativo	99,0	99,6	90,1	98,7	96,6	99,3	99,3
	Migrante	1,0	0,4	9,9	1,3	3,4	0,7	0,7
Género	Masculino	48,6	43,7	48,4	43,6	51,7	47,4	50,4
	Feminino	51,4	56,3	51,6	56,4	48,3	52,6	49,6
Faixas Etárias	15 - 24 anos	9,9	6,8	11,1	10,2	9,0	6,9	4,9
	25 - 34 anos	12,0	7,1	18,5	12,7	15,5	11,4	11,1
	35 - 44 anos	17,5	9,5	20,4	17,3	19,5	14,3	13,9
	45 - 54 anos	17,3	14,6	17,7	18,9	20,4	15,9	18,3
	55 - 64 anos	18,6	19,3	14,5	17,1	19,0	20,1	21,6
	65 ou mais anos	24,7	42,8	17,7	23,9	16,6	31,4	30,2
Escolaridade	Básico	5,5	20,2	6,3	15,7	9,0	22,2	22,8
	Secundário	32,5	44,3	37,6	50,6	49,2	47,5	53,3
	Superior	53,9	30,6	47,0	26,7	35,9	26,4	21,6
	Estudante	8,0	4,9	9,0	7,0	6,0	3,8	2,3
Grupos socioeconómicos	API	0,7	3,4	1,2	2,2	2,0	3,3	2,3
	PTI	3,9	3,7	4,3	3,4	4,4	4,7	4,2
	GPL	6,8	3,6	7,6	3,2	6,2	3,1	3,5
	DPT	33,1	17,2	25,7	15,3	18,5	11,5	10,1
	PAS	40,4	35,8	39,3	39,2	40,3	37,3	37,0
	TM	15,1	36,3	21,9	36,8	28,5	40,0	42,8
Condição perante o trabalho	Domésticas	2,8	4,4	4,3	4,8	3,6	5,2	5,6
	Estudantes	8,0	4,8	8,9	6,8	5,9	3,8	2,2
	Reformados ou incapacitados	27,1	47,6	19,7	28,2	21,1	37,1	37,3
	Desempregados	3,8	4,6	4,6	4,5	6,5	9,4	9,3
	Empregados	58,3	38,6	62,6	55,6	63,0	44,5	45,6
Privação monetária	A maioria das vezes	2,6	8,2	4,6	8,2	8,3	13,4	20,5
	De vez em quando	18,2	24,7	23,5	31,2	29,2	29,5	32,5
	Quase nunca/nunca	79,2	67,0	71,9	60,7	62,5	57,2	47,1
Privação material	Alta	4,2	25,5	9,2	18,4	9,8	20,9	24,9
	Media	28,0	38,8	33,2	41,1	33,1	40,8	40,0
	Baixa	67,7	35,7	57,7	40,5	57,1	38,3	35,1
Uso de internet	Todos/Quase todos os dias	88,9	57,0	84,2	70,9	82,1	63,6	59,0
	Frequentemente/As vezes	6,1	11,6	8,1	11,7	9,0	12,2	13,9
	Nunca/Sem acesso	5,0	31,4	7,7	17,4	8,9	24,2	27,1
		média						
Bem-estar subjetivo	Individual	0,77	0,67	0,75	0,68	0,68	0,61	0,56
	Pessoal	0,71	0,61	0,68	0,63	0,60	0,53	0,48
	Nacional	0,60	0,53	0,61	0,57	0,49	0,43	0,38
	Europeu	0,62	0,61	0,64	0,62	0,50	0,48	0,41

Notas: percentagem em coluna.

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

O cluster de coesão subjetiva e objetiva não integrativa, cluster 1, distingue-se pela maior proporção de cidadãos com o ensino superior, a presença de mais dirigentes e profissionais técnicos (DPT), pessoal administrativo e dos serviços (PAS), e grandes proprietários e profissionais liberais (GPL), os grupos

socioeconómicos mais favorecidos. Caracteriza-se ainda por uma considerável percentagem de empregados, por quem quase nunca ou nunca está em privação monetária, baixa privação material, e elevada frequência de uso de internet, portanto incluídos na sociedade digital. Obtêm ainda as maiores pontuações no bem-estar subjetivo.

Em segundo lugar, o cluster de coesão subjetiva, cluster 7, distingue-se do anterior por baixas pontuações nas práticas não integrativas, maior proporção de indivíduos do sexo feminino, de pessoas mais velhas (mais de 65 anos), maior proporção de escolaridade de ensino básico e secundário, e maior presença de grupos socioeconómicos de menor prestígio e hierarquia organizacional, tais como os agricultores e pescadores independentes (API) e os trabalhadores manuais (TM). Tem a maior proporção de reformados de todos os clusters, e maiores proporções de indivíduos em alta privação material e de exclusão da sociedade digital. Em termos de bem-estar subjetivo este cluster tem pontuações intermédias.

Isto significa que apesar de os clusters 1 (coesão subjetiva alta com práticas não integrativas altas) e 7 (coesão subjetiva alta com ausência de práticas), terem pontuações próximas na vertente subjetiva de CS-UE, é notório que possuem perfis sociodemográficos e socioeconómicos distintos. Neste caso, é evidente que o perfil com maior proporção de categorias sociais com maior posse de capitais económicos e culturais, mais bem posicionados na estrutura social e em situações de vida mais favorecidas, incluídos na sociedade digital realizam substancialmente mais práticas não integrativas no espaço europeu. Assim, a semelhança de pontuações na vertente subjetiva de CS-UE só será explicada através da caracterização sociocultural adiante.

O cluster da coesão reticente, cluster 5, com pontuações altas em todas as subdimensões de CS-UE, com exceção da pontuação intermédia na filiação, tem um perfil próximo ao da coesão subjetiva e objetiva não integrativa (cluster 1). Ou seja, têm maiores níveis de escolaridade, baixos níveis de privação monetária e material, com representação dos grupos socioeconómicos de maior capital económico e prestígio (dirigentes e profissionais técnicos (DPT) e grandes proprietários e profissionais liberais (GPL), empregados, com elevado uso da internet, e equilíbrio entre géneros. Distingue-se do cluster de coesão subjetiva e objetiva não integrativa por ter a maior representação de migrantes, daqui a pontuação mais elevada na subdimensão de práticas integrativas, e por ter mais jovens e menos adultos mais velhos. Fica por explicar porque pontuam menos na subdimensão de filiação comparativamente ao cluster de coesão subjetiva e objetiva não integrativa

Relativamente ao cluster 4, a coesão subjetiva reticente, ou seja, boas pontuações na vertente subjetiva de CS-UE com reticência na filiação, tem a maior proporção de mulheres. Tem a segunda maior proporção de escolaridade do ensino secundário, níveis menores ou intermédios de grupos socioeconómicos mais favorecidos e com representação considerável de pessoal administrativo e dos serviços (PAS) e trabalhadores manuais (TM), e níveis de privação monetária e material médios. Sendo que as faixas etárias têm maior representação da idade média, poder-se-á considerar como um conjunto

de indivíduos de posição social e situação de vida intermédia. Daqui, talvez a explicação de pontuações baixas nas práticas, mas não as mais baixas, e um posicionamento intermédio nas atitudes e na pertença face à UE. A caracterização de perfil sociográfico e socioeconómico intermédio está em linha com pontuações intermédias de bem-estar. Mas são reticentes porque pontuam o mais baixo na subdimensão de filiação, o que só será explicável após a análise do seu perfil sociocultural.

O cluster 2, de coesão objetiva, ou seja, com realização considerável de práticas apesar de pontuações intermédias na vertente subjetiva, têm uma percentagem considerável de migrantes, de adultos de meia-idade, com escolaridade a tender para o secundário e superior, em linha com a maior representação de pessoal administrativo e dos serviços (PAS), mas também de grandes proprietários e profissionais liberais (GPL), mas não de dirigentes e profissionais técnicos (DPT). Tem maior proporção de empregados, com níveis de privação monetária média-baixas, privação material baixa, e elevado uso da internet. São um conjunto de indivíduos que está situado algo a meio da estrutura social, com níveis de bem-estar individual e pessoal intermédios. Apesar disso, tendem a revelar menores bem-estar subjetivos nacional e, principalmente, europeu. O facto de possuir mais migrantes, menos mulheres, e maior nível de escolaridade superior comparativamente ao cluster 4 pode, em parte, diferenciar a maior pontuação nas práticas fronteiriças face ao último. A menor pontuação na vertente subjetiva face ao cluster 4 é explicável após a caracterização sociocultural.

O cluster 6, de coesão moderada, ou seja, com níveis intermédios de coesão subjetiva mas baixa coesão nas práticas, tem maiores proporções de indivíduos com menor capital escolar, menos jovens e mais velhos, onde predominam em proporção os trabalhadores manuais (TM), domésticas, desempregados e reformados, com níveis de privação monetária e material a tenderem para o médio-alto, e menor uso de internet. Os níveis de bem-estar são os segundos mais baixos. Corresponde a categorias sociais menos bem posicionadas na estrutura social e na situação de vida face aos clusters já descritos, o que é coerente por pontuar pouco na vertente objetiva de CS-UE. Tendo perfil socioeconómico e sociodemográfico distinto do cluster 2, a igualdade de pontuações na vertente subjetiva de CS-UE explica-se por terem um perfil sociocultural próximo, como se verá adiante.

Por último, o cluster 3, de coesão baixa, baixa coesão, tem a maior proporção de escolaridades dos ensinos básico e secundário, a maior de trabalhadores manuais (TM) e a menor de dirigentes e profissionais técnicos (DPT), mais desempregados e menos estudantes, portanto menos jovens. Tem a maior privação monetária e material e dos usos mais baixos de internet. É o cluster com pior posição na estrutura social e na situação de vida, confirmando pelos menores níveis de bem-estar face a qualquer um dos outros clusters.

A leitura do quadro precedente permitiu identificar que a diferentes clusters estão associados diferentes perfis das condições de vida, desigualdades sociais e bem-estar. A partir desses perfis foi possível explicar mais a distinção na pontuação das práticas transfronteiriças do que na vertente subjetiva de CS-UE, onde escapou explicar pontuações semelhantes em perfis sociodemográficos e socioeconómicos distintos, assim como o inverso. O Quadro 8.13 permite retirar conclusões adicionais

uma vez que apresenta a caracterização sociocultural dos clusters segundo os valores e as representações da UE.

Quadro 8.13 – Caracterização dos clusters de indivíduos de coesão social na UE, segundo o espaço ideacional

Perfis de coesão social na UE		Cluster 1	Cluster 7	Cluster 5	Cluster 4	Cluster 2	Cluster 6	Cluster 3
		Subjetiva e objetiva não integrativa	Subjetiva	Reticente	Subjetiva reticente	Objetiva	Moderada	Baixa
<b>Média</b>								
Proximidade de valores europeus		0,57	0,56	0,62	0,60	0,49	0,45	0,33
<b>Valores socioeconómicos (média)</b>								
Estado social		0,76	0,75	0,73	0,71	0,65	0,67	0,57
Liberalismo		0,66	0,66	0,67	0,66	0,56	0,55	0,46
Protecionismo		0,44	0,52	0,52	0,57	0,46	0,47	0,43
Empreendedorismo		0,77	0,75	0,75	0,71	0,68	0,68	0,58
<b>Valores socio-humanos (média)</b>								
Valores	Democracia e direitos	0,34	0,31	0,31	0,29	0,28	0,28	0,25
	Inclusão	0,18	0,18	0,19	0,20	0,17	0,18	0,17
	Pluralismo	0,14	0,12	0,13	0,10	0,11	0,11	0,10
	Individualidade	0,19	0,16	0,19	0,18	0,21	0,19	0,18
<b>Valores sociopolíticos (%)</b>								
Esquerda		9,2	12,2	11,0	12,9	10,7	12,8	11,6
Centro-esquerda		27,1	22,7	21,2	18,3	20,5	20,9	17,2
Centro		38,4	37,7	40,9	35,7	41,9	40,6	39,1
Centro-direita		19,5	17,5	17,3	20,2	19,3	16,7	19,3
Direita		5,8	9,9	9,6	12,9	7,7	8,9	12,8
<b>média</b>								
Representação	Representações positivas	0,47	0,38	0,41	0,29	0,29	0,25	0,14
	Representações negativas	0,13	0,12	0,12	0,16	0,25	0,24	0,35
	Integração europeia	0,82	0,82	0,84	0,74	0,67	0,66	0,34
	Semelhança entre europeus	0,64	0,63	0,70	0,65	0,56	0,51	0,37
	Democracia e direitos da UE	0,57	0,50	0,50	0,44	0,40	0,35	0,25

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Os clusters 1, coesão subjetiva e objetiva não integrativa, 7, coesão subjetiva, e 5, coesão reticente, que revelam todos coesão subjetiva alta têm as maiores pontuações na perceção de proximidade dos valores europeus, em valores socioeconómicos de Estado social, liberalismo e empreendedorismo, em valores socio-humanos de democracia e direitos, e de pluralismo. Também demonstram maiores pontuações nas representações positivas da UE, na integração europeia, na perceção de semelhança entre europeus, e no nível de democracia e direitos da UE. Por outro lado, têm menores pontuações nas representações negativas da UE.

Assim, os clusters anteriores têm proximidade considerável a partir da sua caracterização sociocultural, o que explica pontuações muito semelhantes na vertente subjetiva da CS-UE. A distinção do cluster 5, de coesão reticente, ou seja, menor pontuação na subdimensão de filiação face aos dois clusters anteriores, não é captada através da caracterização sociocultural dos clusters. Se é verdade que revelam maiores níveis de protecionismo, e menores níveis de representações positivas, de democracia e direitos, e de valores de democracia e direitos face ao cluster 1, o que justificaria a menor pontuação

relativa na filiação, também é verdade que essas mesmas pontuações são iguais às do cluster 7, que pontua alto na filiação. Este dado inconclusivo reforça alguns dos resultados anteriores, de que a subdimensão de filiação é mais difícil de captar com os fatores utilizados neste estudo.

No que diz respeito à distinção na vertente subjetiva entre os clusters 2, coesão objetiva, e 4, coesão subjetiva reticente, que não foi captada pelas condições de vida, pois o cluster 2 tem um perfil socioeconómico ligeiramente mais favorável do que o cluster 4, é notória a clivagem sociocultural entre ambos os perfis. O cluster 2, com menor pontuação na vertente subjetiva da CS-U do que o cluster 4, pontua menos em quase todos os indicadores de valores e representações. Apenas pontua mais nos valores socio-humanos de individualidade e nas representações negativas da UE. Todavia, o cluster 2 pontua mais que o cluster 4 na subdimensão de filiação, o que poderá ser explicado por o último pontuar consideravelmente mais nos valores socioeconómicos de protecionismo.

Em terceiro lugar, se ficou demonstrado que pontuações distintas na vertente objetiva de CS-UE entre os clusters 2, coesão objetiva, e 6, coesão moderada, se pode dever a diferentes perfis socioeconómicos e sociodemográficos, por outro lado, a igualdade dessas pontuações na vertente subjetiva pode ser explicada pela caracterização sociocultural dos clusters, que é muito semelhante. As pontuações nos valores, representações da UE, e na CS-nacional como se verá de seguida, são próximas.

Por último, regista-se que o cluster 3, de coesão baixa, tem a maior pontuação nas representações negativas da UE, e menores pontuações nas outras representações e valores.

O Quadro 8.14, que apresenta as pontuações médias dos clusters nos indicadores de CS-nacional, tem uma leitura semelhante às dimensões de bem-estar subjetivo e do espaço ideacional. As melhores pontuações registam-se nos clusters de maior coesão subjetiva, e em particular no cluster 1, de coesão subjetiva e objetiva não integrativa. As piores pontuações registam-se nos clusters de coesão moderada e baixa, e em particular no último. Coesão nacional e CS-UE são compatíveis.

Quadro 8.14 – Caracterização dos clusters de indivíduos de coesão social na UE, segundo a coesão social nacional

Tipo de coesão social	Cluster 1	Cluster 7	Cluster 5	Cluster 4	Cluster 2	Cluster 6	Cluster 3
	Subjetiva e objetiva não integrativa	Subjetiva	Reticente	Subjetiva reticente	Objetiva	Moderada	Baixa
	média						
Satisfação com a democracia	0,99	0,93	0,98	0,94	0,82	0,77	0,68
Confiança nas instituições	0,67	0,63	0,63	0,59	0,36	0,35	0,29
Ligação ao país	0,89	0,90	0,84	0,84	0,81	0,85	0,80
Está feliz a viver no país	0,89	0,85	0,85	0,78	0,79	0,78	0,71

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Como último exercício desta tese, avalia-se a distribuição dos cidadãos pelos clusters de CS-UE, dentro de cada país. O objetivo é perceber que tipos de CS-UE prevalecem em cada um dos Estados-Membros, Quadro 8.15.



Quadro 8.15 – Distribuição dos clusters de indivíduos de coesão social na UE dentro dos Estados-Membros

	Cluster 1		Cluster 7		Cluster 5		Cluster 4		Cluster 2		Cluster 6		Cluster 3		Total	
	Subjetiva e objetiva não integrativa		Subjetiva		Reticente		Subjetiva reticente		Objetiva		Moderada		Baixa		N	%
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
França	127	19,1	98	14,8	36	5,5	51	7,7	71	10,7	146	22,0	133	20,1	663	100,0
Bélgica	188	20,9	56	6,2	195	21,7	152	17,0	153	17,1	68	7,6	86	9,6	898	100,0
Países Baixos	369	53,5	63	9,1	66	9,5	24	3,5	72	10,4	48	7,0	48	6,9	690	100,0
Itália	61	9,0	84	12,4	93	13,6	114	16,7	77	11,3	65	9,5	187	27,4	682	100,0
Luxemburgo	70	19,5	24	6,7	169	47,0	23	6,3	53	14,7	17	4,9	3	0,9	360	100,0
Dinamarca	334	46,6	121	16,9	66	9,2	47	6,5	47	6,6	54	7,6	47	6,6	717	100,0
Irlanda	196	26,2	37	4,9	243	32,5	68	9,1	116	15,5	46	6,1	42	5,7	750	100,0
Reino Unido	125	20,4	29	4,8	93	15,2	24	3,9	139	22,7	79	12,9	122	20,0	610	100,0
Grécia	106	12,1	146	16,6	49	5,6	46	5,2	115	13,1	249	28,3	169	19,2	881	100,0
Espanha	86	11,3	196	25,9	68	8,9	71	9,4	62	8,2	232	30,7	42	5,6	757	100,0
Portugal	185	25,9	153	21,4	106	14,9	78	10,9	37	5,1	130	18,2	26	3,6	715	100,0
Alemanha	439	39,7	145	13,1	126	11,4	53	4,8	129	11,6	129	11,6	87	7,9	1107	100,0
Finlândia	389	50,9	98	12,9	80	10,4	51	6,7	46	6,1	66	8,6	34	4,4	764	100,0
Suécia	362	48,8	67	9,1	75	10,1	65	8,7	68	9,2	58	7,8	46	6,2	741	100,0
Áustria	232	29,5	47	6,0	80	10,1	127	16,1	101	12,9	65	8,3	134	17,1	787	100,0
Chipre	111	27,3	45	11,0	81	19,9	29	7,2	55	13,4	28	7,0	58	14,2	407	100,0
Chéquia	86	12,5	51	7,4	140	20,4	48	7,0	117	17,1	99	14,4	146	21,2	686	100,0
Estónia	254	40,0	97	15,2	106	16,7	43	6,8	56	8,8	38	5,9	41	6,5	635	100,0
Hungria	137	15,0	176	19,4	69	7,6	263	28,9	57	6,3	147	16,2	59	6,5	908	100,0
Letónia	185	30,8	92	15,2	99	16,4	41	6,8	77	12,8	63	10,5	46	7,6	603	100,0
Lituânia	186	27,4	156	23,0	161	23,6	56	8,2	35	5,2	57	8,3	29	4,3	681	100,0
Malta	127	38,7	54	16,4	59	17,8	30	9,1	32	9,8	13	3,8	14	4,3	330	100,0
Polónia	73	11,4	39	6,0	249	38,6	72	11,2	103	16,0	74	11,5	34	5,3	644	100,0
Eslováquia	77	11,2	15	2,1	296	42,7	32	4,6	164	23,7	37	5,4	71	10,3	693	100,0
Eslovénia	131	15,3	60	7,1	101	11,8	135	15,8	174	20,3	128	15,0	126	14,7	855	100,0
Bulgária	110	18,5	147	24,6	60	10,0	103	17,3	25	4,1	84	14,0	68	11,4	596	100,0
Roménia	89	11,4	146	18,7	75	9,6	197	25,3	98	12,6	77	9,9	97	12,5	780	100,0
Croácia	141	17,0	108	13,1	45	5,4	156	18,9	70	8,5	162	19,7	144	17,4	826	100,0

Fonte: produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Nos países nórdicos, da Finlândia, Dinamarca, Suécia, Estónia, e os do Centro-Norte, Alemanha, Países Baixos e ainda Malta, entre 40 a 55% dos seus cidadãos estão incluídos no cluster 1 de coesão subjetiva e objetiva não integrativa. Outro conjunto de países que também têm uma boa parte dos seus cidadãos colocados no cluster 1, entre 25 a 30%, são a Áustria, Chipre, Lituânia, Letónia e Portugal. Ora, entre estes dois conjuntos, estão os países nórdicos, do Báltico, do Centro-Norte da Europa (curiosamente de língua anglo-saxónica, Áustria, Alemanha e Países Baixos), os insulares do Sul

(Chipre e Malta), e Portugal.

A Irlanda, o Luxemburgo, a Polónia, a Eslováquia, Bélgica, Chéquia e Chipre têm proporções assinaláveis no cluster 5, de coesão reticente. Ou seja, pontuam alto em todas as subdimensões de CS-UE, mas são mais reticentes á filiação. Relembre-se que este cluster tem a maior representação de jovens entre todos os clusters, e a segunda mais alta de ensino superior.

A França, Espanha e a Grécia são os países onde maior proporção de cidadãos se coloca no perfil de coesão moderada, cluster 6. Portanto, uma coesão de baixa confiança nas instituições europeias, mas de legitimidade, filiação e pertença moderadas.

A Hungria e a Roménia têm representação acima dos 20% no cluster 4, de coesão subjetiva reticente, ou seja, pontuam alto na vertente subjetiva de CS-UE, mas são algo reticentes face à filiação.

O Reino Unido, a Eslováquia e a Eslovénia têm pelo menos 20% dos seus cidadãos no cluster 2, de coesão objetiva, portanto, bons níveis de práticas transfronteiriças.

No cluster 7, de coesão subjetiva, destacam-se os cidadãos da Espanha, Portugal, Lituânia, e Bulgária, portanto, países periféricos com bons níveis de CS-UE subjetiva, mas algo excluídos das práticas no espaço social europeu.

No cluster 3, de coesão baixa, é de assinalar as proporções de ou acima de 20% em França, Itália, Reino Unido, Chéquia e Grécia. Relembre-se que este é o cluster de caracterização socioeconómico e sociodemográfica menos bem colocado na estrutura social e em situações de vida de maior privação. Por isso, é curioso notar que em França, Itália e Reino Unido, países de riqueza assinalável, existe uma parte considerável desse perfil de cidadãos que estão afastados do espaço social europeu e das suas instituições. Facto é que são países com desigualdade social também assinalável.

### **8.3 Síntese do capítulo**

O principal objetivo deste capítulo foi o de completar a resposta à primeira pergunta de investigação: como se configura e caracteriza a CS-UE. Os resultados confirmam o argumentado na hipótese 1c de trabalho: a coesão social na UE relaciona-se de modo variável com as dimensões relacionais das condições de vida, do espaço ideacional e da coesão social nacional.

Através de regressões multidimensionais as representações da UE continuam a ser a principal dimensão com efeito na CS-UE. É, aliás, a única dimensão relacional cujos todos os indicadores se mantêm com efeito significativo em todas as subdimensões de CS-UE. Seguem-se os valores como segunda dimensão mais relevante.

As regressões também confirmam que é relevante distinguir a qualidade dos fatores do espaço ideacional, as representações e os valores. Diferentes representações e diferentes valores têm efeitos distintos consoante as subdimensões de CS-UE.

O conjunto global das dimensões relacionais usadas neste estudo explicam mais a confiança e a legitimidade das relações verticais e a pertença, e tem menor capacidade explicativa das relações horizontais, da filiação e das práticas transfronteiriças. Dada essa menor capacidade em captar uma

magnitude alta da variação explicada em algumas das subdimensões de CS-UE, foram testados modelos de regressão onde as práticas transfronteiriças e a pertença são incluídas como fatores das relações horizontais e verticais. E os resultados mantêm o efeito significativo das representações da UE, em todas as subdimensões de CS-UE. Porém, também confirmam a transversalidade da pertença na CS-UE, dado que tem dos maiores efeitos, e significativos, em todas as subdimensões das relações horizontais e verticais, o que consubstancia uma vez mais o argumento da identidade como elemento de ligação entre o nível micro e o macro.

Uma descoberta interessante é a de que a subdimensão de filiação tem um comportamento dual: em termos de pontuação correlaciona-se mais com as relações verticais, mas a estrutura dos seus fatores está mais próxima às das relações horizontais e das práticas.

Em termos da subdimensão da aceitação, além das representações e da pertença, realça-se o efeito dos valores de Estado social, inclusão e pluralismo, e do espectro político à esquerda do centro. Ou seja, valores de transcendência e universalismo estão mais associados à aceitação de outros europeus.

Em termos da subdimensão de reconhecimento, também se realça o efeito da integração europeia e das práticas não integrativas, portanto, aspetos formais de reconhecimento relacionados com aspetos formais de mais integração europeia e de objectividade no campo das práticas de curta duração no espaço da UE.

Nas subdimensões de confiança e de legitimidade também as representações de integração europeia e os valores de liberalismo são importantes, assim como o bem-estar subjetivo europeu. Em linha com o último, também existe um efeito considerável dos indicadores análogos da CS-nacional. A confiança nas instituições nacionais é importante na confiança das instituições europeias, e legitimidade das instituições nacionais é relevante na legitimidade das instituições europeias. As representações negativas da UE têm efeito negativo considerável.

Na subdimensão de filiação as representações positivas têm maior efeito que as negativas, mas é importante reter que os valores de protecionismo se destacam de todos os outros em termos de maior magnitude, e por terem efeito negativo considerável.

Na subdimensão de pertença, a seguir às representações é o sentimento de ligação ao país que maior efeito tem, seguindo-se as práticas transfronteiriças.

Na dimensão das práticas consubstancia-se a maior preponderância das desigualdades sociais, uma vez que os maiores efeitos se registam na escolaridade, no estatuto de estudante, na privação material, e nos grupos socioeconómicos.

Ressalva-se que as representações negativas da UE podem impedir mais a CS-UE do que as representações positivas a beneficiam, pois tendem a ter um efeito de maior magnitude que as últimas, principalmente nas relações verticais e pertença.

Para completar, a leitura sintética do acima exposto permite concluir que além da CS-UE ser um espaço multidimensional, também o espaço dos fatores que a explicam o é, principalmente na

diferenciação dentro dos espaços das representações e dos valores. E, além de associações entre indicadores substantivamente próximos, também se consubstancia a diferenciação e autonomia entre níveis de análise, localizando-se a UE num nível distinto dos nacionais e individuais.

No que respeita à caracterização do espaço de CS-UE a análise de clusters permitiu identificar sete clusters de indivíduos onde a CS-UE se manifesta de forma distinta. Curiosamente, esses clusters diferenciam mais ambas as práticas transfronteiriças do que as restantes subdimensões, com exceção da confiança nas instituições. Quer isto dizer que, as condições de vida podem ter maior impacto na CS-UE do que aquele dado a crer pela magnitude dos seus efeitos nas subdimensões de CS-UE. Isto porque é nas práticas que os indivíduos mais se diferenciam.

Os sete clusters permitem ainda retirar conclusões pertinentes quando se cruzam a sua descrição com a sua caracterização, demonstrando como a multidimensionalidade do espaço de CS-UE se articula com a multidimensionalidade dos seus fatores. Comprova-se que as condições de vida explicam mais a distinção de clusters na vertente objetiva de CS-UE, enquanto o espaço ideacional explica mais as diferenças entre clusters na vertente subjetiva.

Em primeiro lugar, as relações horizontais diferenciam pouco os clusters, com um único cluster a pontuar baixo nesta dimensão. Esse cluster, que tem pontuações baixas em todas as subdimensões de CS-UE, é caracterizado pelas piores condições de vida e pela caracterização sociocultural mais penalizadora de CS-UE. Então, os outros seis clusters com diferentes caracterizações sociodemográficas, socioeconómicas e socioculturais pontuam muito próximo nas relações horizontais, em linha com a menor capacidade explicativa dos modelos de regressão.

Em segundo lugar, quando as condições de vida e a caracterização sociocultural tendem a ser semelhantes entre clusters, resultando em perfis de coesão muito semelhantes, a presença de valores de protecionismo e a localização no espaço político à direita contribuem para um perfil mais reticente à filiação, e piores níveis de relações horizontais.

Em terceiro lugar, quando existe distinção nas condições de vida, resultando em diferentes perfis nas práticas transfronteiriças, a coesão subjetiva pode ser próxima quando a caracterização sociocultural também o é.

Em quarto lugar, também há o caso em que apesar de condições de vida opostas, a coesão objetiva ser alta. Aqui, quem tem menos boas condições de vida pode ter uma trajetória de vida migrante e de mobilidade, e ao realizarem práticas integrativas indiretamente também realizam práticas não integrativas.

Por último, salienta-se que a distribuição dos cidadãos entre clusters de coesão social é díspar entre Estados-Membros, salientando-se que a França e a Itália seguem uma tendência próxima à do Reino Unido, com proporções consideráveis de cidadãos de coesão baixa. Também se regista um cluster com representação significativa de jovens que é mais reticente à filiação, na Polónia, Eslováquia, Irlanda, Luxemburgo, Bélgica, Chéquia e Chipre.

Parte IV

# **CONCLUSÃO**



## 9. Discussão final

Fundado nos problemas sociais mais desafiadores que a UE enfrenta na sua história mais recente, o objetivo principal deste trabalho foi o de avaliar os níveis de CS-UE e explicá-los à luz das suas relações com as condições de vida (as desigualdades sociais e o bem-estar subjetivo), o espaço ideacional (valores e representações da UE), e com os níveis de coesão social nacionais.

A tese iniciou com a revisão da literatura sobre coesão social, e que permitiu propor uma definição que regeu a sua operacionalização. Foram também definidas e operacionalizadas dimensões que têm relação com a coesão social. A partir desse ponto, procedeu-se às análises da configuração do espaço de CS-UE, e das relações entre a CS-UE e essas dimensões relacionais.

### 9.1 Sobre o conceito de coesão social

Definir estritamente coesão social em termos sociológicos, e não políticos, foi um dos primeiros desafios deste trabalho. Como se demonstrou no capítulo 1, existem dois tipos de discursos sobre coesão social: o discurso político e o discurso académico. Sendo que as instituições europeias têm um entendimento próprio do conceito de coesão social no seu território, a primeira missão, para assim lhe chamar, foi a de demonstrar que esse não era o caminho desta tese. Este trabalho de investigação funda no discurso académico, e em particular no da disciplina sociológica. Findada a revisão de literatura, ficou patente a distinção entre a definição proposta de coesão social em comparação à das instituições europeias.

A definição aqui defendida está em linha com o diagnóstico social que impulsionou a ideia deste projeto. Estabelece a coesão social como um conjunto de relações, entre cidadãos e entre estes e as instituições. Por outras palavras, relações horizontais e relações verticais. E considera um conjunto de atitudes e de práticas nesses dois eixos, ou seja, coesão tem uma vertente objetiva e outra subjetiva. No fundo, a definição apresentada neste estudo segue o essencial das principais propostas contemporâneas e académicas de coesão social (Jenson, 2000; Chan et al., 2006, Dragolov et al., 2012; Delhey et al., 2018, Leininger et al., 2021).

Face a esta abordagem foram excluídas da definição três dimensões que para alguns autores e instituições, nomeadamente no discurso político, são consideradas como dimensões de coesão social: os valores, as desigualdades sociais, e o bem-estar subjetivo. Porém, argumentou-se ao longo do texto, que a inclusão destas dimensões na definição de coesão social envolve um posicionamento axiológico, além de que quando discutidas à base de uma metateoria sociológica devem ser encaradas ou como fatores que promovem a coesão social ou como sua consequência. A análise das relações entre a CS-UE e essas dimensões relacionais demonstrou a pertinência desta separação.

Assim, baseado num discurso académico, os resultados apresentados nesta tese confirmam a diferenciação entre relações horizontais e verticais na base da coesão social. A operacionalização

estatística do conceito efetuada nos capítulos 3 e 4 identificou esses dois tipos de relações na estrutura das atitudes dos indivíduos.

Nas relações horizontais foram identificadas duas subdimensões, a aceitação e o reconhecimento de outros cidadãos da UE, pelo que inclui um lado informal e outro formal. Os níveis de reconhecimento são ligeiramente superiores ao da aceitação, indicando que apesar de reconhecidos os direitos formais e legais dos outros cidadãos europeus no espaço físico da UE, e, portanto, a sua legitimidade, na informalidade a sua pertença é menos reconhecida, ou seja, menos aceite.

Nas relações verticais, a operacionalização ditou que a mesma é constituída por três subdimensões: a confiança nas instituições europeias, a legitimidade dessas instituições, e a atitude perante a filiação do respetivo país à UE. Também aqui se denota uma certa distinção entre relações informais, a confiança, e formais, a legitimidade e a filiação. E, tal como nas relações horizontais, a pontuação nas relações de cariz informal, a confiança, é ligeiramente menor que a pontuação nas relações formais. Então, é mais reconhecido o direito da UE e a legitimidade da sua ação como instituição de governança, do que é admitida a aceitação de exposição e vulnerabilidade face à UE.

Comparando as relações horizontais e verticais, os cidadãos tendem a estar menos ligados às instituições europeias do que uns aos outros. Um pormenor importante, é que o questionário usado não tinha a questão da avaliação da confiança nos outros cidadãos europeus, o que seria o indicador mais fiável para comparar diretamente o nível entre relações horizontais e verticais. Todavia, com base nos resultados obtidos é provável que a CS-UE, e o apoio ao projeto europeu, seja mais influenciado pelas relações verticais, em particular a confiança e a legitimidade. De facto, a filiação é um caso particular de relação vertical uma vez que determina em instância última a atitude perante pertencer ou não ao grupo. Os resultados desta tese evidenciam a particularidade da filiação, uma vez que é autónoma das outras duas subdimensões. A regressão multivariada onde a filiação é a variável dependente e onde as outras sete subdimensões de CS-UE são as variáveis independentes mostra que a filiação é mais explicada pelas relações verticais e a pertença. O carácter distintivo da filiação ganha mais relevo quando analisada face às dimensões relacionais, como se concluirá na próxima seção.

A definição de coesão social apresentada também integra a pertença como uma subdimensão importante. Ora, também aqui os resultados comprovam a relevância da pertença na CS-UE, uma vez que é a subdimensão mais transversal a todas as outras subdimensões (relações horizontais, relações verticais, e práticas). Aqui, denota-se que a definição de pertença vai além da identidade, sendo a última um dos indicadores que compõem a pertença. Pertença foi considerada em termos de aspetos formais e informais ao nível horizontal e vertical. A aceitação dos outros, a cidadania, a ligação emocional ao lugar como espaço físico e à unidade geopolítica, o autorreconhecimento ou autocategorização. A operacionalização estatística confirma a multidimensionalidade da pertença tal como discutido nos debates mais contemporâneos do tema. Por exemplo, se por um lado a aceitação é considerada uma base da pertença, por outro a operacionalização das relações horizontais da CS-UE evidencia que também o reconhecimento, um lado formal de aceitação, poderá ser importante na pertença, são duas componentes



de uma mesma dimensão na relação entre cidadãos. Assim, considera-se que a sugestão de Halse (2018) é apropriada, a pertença tem sido pouco teorizada em detrimento da identidade, a última uma das subdimensões da pertença no campo subjetivo, ou seja, como autorreconhecimento da pertença sem envolver necessariamente a inclusão (Halse, 2018; Anthais, 2018). Deste modo, julga-se adequado manter o conceito de pertença em detrimento da identidade na definição de coesão social. Isto, porque também existem evidências de que o conceito de pertença deve surgir autonomizado face às atitudes das relações horizontais e verticais. A análise demonstrou que a pertença tanto pode ser incorporada nas subdimensões das relações horizontais e verticais. A sugestão de Stryker (1980) é pertinente, a identidade, como autocategorização, poderá ser um elemento intermediador na relação entre os níveis micro e macro. Se das oito subdimensões operacionalizadas neste estudo apenas se pudesse escolher uma para medir a CS-UE, a pertença é o indicador mais ajustado.

A vertente objetiva de CS-UE foi operacionalizada através de um conjunto de práticas transfronteiriças no espaço da UE, que são indicadores de integração social nos planos micro e meso, práticas não integrativas, e de integração em sistemas funcionais societais no plano macro, práticas integrativas. Esta opção de práticas no espaço transnacional em detrimento de redes de sociabilidade de proximidade, por exemplo familiares e comunitárias, e de participação em organizações e associações coletivas locais, deve-se à defesa de que a coesão social deve ser avaliada face à ligação direta ao objeto. A sua pertinência ficou demonstrada aquando das análises das relações entre a CS-UE e as dimensões relacionais, em concreto o bem-estar subjetivo e a coesão social nacional, discutidas adiante.

O espaço das práticas transfronteiriças demonstra níveis consideráveis de práticas não integrativas, interações de curta duração. Do lado oposto revela níveis baixos de práticas que envolvem a integração nos sistemas funcionais societais de outros Estados-Membros, logo, práticas de longa duração.

São as práticas transfronteiriças que não envolvem integração que à partida poderão ter maior potencial em aumentar a coesão social, o que poderá ter uma analogia com o argumento de Granovetter (1973) de que, mais do que laços fortes, são os laços fracos que promovem a coesão social. Por outras palavras, as práticas de baixo grau de integração poderão promover mais a coesão social do que as de maior grau de integração.

Se se equacionar que as práticas não integrativas se associam a tipos de interação social com maior grau de informalidade, e as práticas integrativas a tipos de interação social em ambientes de maior formalidade, embora persistam graus de formalidade e informalidade em ambos os tipos de práticas, será mais a interação social em contextos informais que contribuirá para a CS-UE, quer na sua relação direta, quer por ser o tipo de práticas mais realizadas. As práticas integrativas são importantes, mas têm um efeito não cumulativo, em vez do grau de integração nos sistemas funcionais (em quantos sistemas se integrou entre o social, económico, educacional e de saúde) de outro estado-membro, é mais determinante se realizou ou não pelo menos uma prática integrativa. Neste último caso os níveis de CS-UE são similares aos de quem realizou pelo menos duas a três práticas integrativas. O que se retém é

que maiores níveis de interação em contextos formais contribuem menos para o aumento da CS-UE do que o aumento de interação social em contextos informais.

Do exposto, propõe-se um pequeno ajuste na definição de coesão social face à definição proposta no final do capítulo 1. A alteração é a de incluir a referência aos aspetos formais e informais das relações:

*“Coesão social refere-se à qualidade positiva das relações verticais e horizontais entre os indivíduos, os grupos, e entre ambos e as instituições, e é definida em termos geopolíticos. É caracterizada por uma vertente subjetiva, as atitudes, que podem ser de cariz informal, como por exemplo a aceitação e a confiança nos outros e/ou nas instituições, ou de cariz formal, tais como o reconhecimento dos outros, inclusive de grupos, e a legitimidade das instituições. Por outro lado, é caracterizada por uma vertente objetiva, que se manifesta em comportamentos e ações face ao objeto, as práticas, que também podem ser de natureza informal ou formal, tais como as redes de sociabilidade e a inclusão/participação e a integração. Incluiu o foco no bem comum e a pertença ao grupo, pois envolve um sentimento de pertença e a identidade.”*

## **9.2 Das dimensões relacionais de coesão social na União Europeia**

Como referido, os valores, as desigualdades sociais e o bem-estar subjetivo são considerados fatores ou consequências de coesão social. Dar-lhes um estatuto autónomo num modelo conceptual e analítico permitiu avaliar a forma como se relacionam com a coesão social, o que se provou uma opção assertiva. Considerou-se que num plano macro o sistema cultural e a estrutura distributiva orientam e condicionam a ação, as atitudes e as práticas.

Assim, como dimensões do sistema cultural considerou-se em sentido mais estrito o espaço ideacional composto pelos valores e as representações da UE. As desigualdades compõem a estrutura relacional, caracterizando-se pelas condições de vida objetivas. O bem-estar subjetivo foi conceptualizado como condição de vida subjetiva. Adicionalmente, uma vez que alguns estudos apontavam para a intermediação da relação entre os cidadãos e as instituições nacionais na relação entre os cidadãos e as instituições europeias (McLaren, 2006; Muñoz, Torcal, & Bonetz, 2011; Verhaegen & Hooghe, 2013; Scalise, 2015; Di Mauro & Memoli, 2015; Persson, Parker, & Widmalm, 2019), também foi avaliada a relação entre a CS-nacional e a CS-UE.

Ao longo dos capítulos 5 a 8 foram apresentadas essas relações. Os resultados comprovam que as condições de vida, o espaço ideacional e a CS-nacional diferenciam a CS-UE em todas as suas dimensões, relações horizontais, relações verticais, pertença e práticas. É evidente a relevância da distinção teórico-analítica entre relações horizontais e verticais, a autonomização da pertença, e a autonomização entre as vertentes subjetiva e objetiva, pois os níveis de CS-UE diferenciam-se segundo cada uma das dimensões relacionais.

O espaço ideacional e a CS-nacional têm relação mais intensa com a vertente subjetiva da CS-UE. Por outro lado, as condições de vida, e em particular as condições de existência objetivas, as

desigualdades sociais, são a dimensão que mais se relaciona com a vertente objetiva de CS-UE. Assim, nas relações entre as dimensões relacionais e a CS-UE, denota-se um paralelismo substantivo, subjetivo com subjetivo, objetivo com objetivo. Não obstante, as representações da UE são a dimensão relacional que capta a CS-UE de modo mais transversal, seguindo-se os valores. Esta constatação está em linha com a sugestão de Schrodter et al. (2015), e com os resultados de Henriques (2020), de que as representações da Europa estão subestimadas na avaliação da identidade europeia e de que é importante distinguir a qualidade das mesmas. Este estudo demonstra que esses argumentos se aplicam não só à pertença, mas de modo transversal à CS UE. Os resultados também estão em linha com as descobertas de que a votação no Brexit foi mais influenciada por disposições culturais (sistema cultural) do que distributivas (desigualdades sociais) (Alabrese et al., 2018; Abreu & Oner, 2020).

As diferenciações das relações e dos efeitos entre as várias dimensões relacionais e a CS-UE demonstram a pertinência em distinguir entre as vertentes objetivas e subjetivas de coesão social. A criação de indicadores compósitos de coesão social que agrupem indicadores subjetivos e objetivos, tal como na proposta de Dragolov et al (2014) e Delhey et al. (2018), onde por exemplo constroem um índice de ligações horizontais com base em redes sociais (indicador objetivo), a confiança nos outros e a aceitação da diversidade (indicadores subjetivos), apesar de estatisticamente coerente, impede a deteção da diferenciação nas relações com os seus fatores/consequências. Por outro lado, também a proposta de Langer (2017), onde argumenta que coesão social é fundada em estrito na subjetividade, nomeadamente em perceções, elimina uma componente objetiva relevante das práticas e com explicação distinta das atitudes.

Também é importante registar que na proposta de definição de coesão social apresentada, existem evidências empíricas da pertinência de a mesma ser diretamente ligada ao objeto. Na fase de operacionalização da coesão social é importante respeitar o nível de análise do objeto, e as relações entre esse e os outros níveis. Por exemplo, para medir a CS-UE é mais pertinente avaliar a interação social no plano societal europeu e não no nacional ou no local. Entre as evidências que sustentam o argumento citam-se que 1) a relação entre a CS-UE é mais relevante com o bem-estar subjetivo europeu, 2) os valores da UE como projeto democrático e de direitos são mais importantes do que os respetivos valores pessoais, e 3) conceitos substantivos semelhantes têm comparação entre os níveis nacionais e europeu, tais como a confiança e a legitimidade. Adicionalmente, 4) as representações da UE têm lição direta ao objeto, e são a dimensão mais explicativa de CS-UE.

Diferentes valores diferenciam as subdimensões de CS-UE, uma vez que valores socio-humanos de pluralismo e de inclusão, e valores socioeconómicos de Estado social, e sociopolíticos à esquerda do centro estão mais associadas às relações horizontais, pertença e filiação, e menos à confiança e legitimidade das relações verticais. E valores socioeconómicos de liberalismo e sociopolíticos à direita do centro estão mais relacionados com a confiança e a legitimidade das relações verticais, enquanto o protecionismo tem um efeito negativo significativo na filiação. Valores socio-humanos de

individualidade relacionam-se positivamente com as práticas transfronteiriças, mas negativamente com a pertença. E países onde subsistem estruturalmente mais valores de individualidade tendem a ter menor CS-UE de modo transversal.

Do exposto, poder-se-á dizer que, a ação dos cidadãos fundada em processos racionais subjetivos axiológicos e cognitivos envolvem processos reflexivos que distinguem os vários níveis de análise (local, nacional, europeu, etc). Esses processos associam os elementos (por exemplo os valores que a UE simboliza, as representações da UE, o bem-estar subjetivo da UE) de cada um desses níveis aos respetivos objetos (dos exemplos anteriores, à UE) com maior intensidade do que os associam a objetos situados noutros níveis. No caso da CS-UE, a reflexividade terá, à partida, um papel como mecanismo mediador entre a estrutura e a ação. Apesar de as representações da UE de natureza instrumental serem as mais representativas no espaço europeu, a ação instrumental terá menor relação e menos influência na CS-UE do que a ação baseada na crença, em valores e representações.

A subdimensão de filiação à UE, como indicador último de envolvimento no grupo, tem um comportamento distinto da confiança e da legitimidade das instituições europeias. A distinção reporta-se a uma certa dualidade: por um lado as pontuações tendem a ser mais semelhantes com as pontuações nessas duas subdimensões de relações verticais. Por outro lado, o seu comportamento com as dimensões relacionais tende a ser mais semelhante ao das relações e dos efeitos nas relações horizontais e na pertença de CS-UE. Quer isto dizer que a estrutura dos fatores que explicam a filiação aproxima-se mais da estrutura dos fatores das relações horizontais e da pertença. O apoio à UE pode apresentar características distintas e não necessariamente semelhantes ao que contribui para a confiança e legitimidade das suas instituições. Atitudes de confiança e de legitimidade nas instituições europeias podem não implicar obrigatoriamente o apoio às mesmas. Deste modo, é discutível se o apoio difuso à UE, como utilizado na ciência política, pode ou não ser medido por indicadores de confiança e/ou legitimidade das suas instituições. A confiança e a legitimidade são mais influenciadas pelo bem-estar societal nacional e europeu, e pela CS-nacional do que é a filiação, reforçando a relação de nível da CS-UE com indicadores sociais. Por outro lado, o bem-estar pessoal, a posição na estrutura social e respetivas disposições, e as situações de vida objetivas têm efeitos não significativos ou baixos na confiança e na legitimidade, enquanto o oposto ocorre com a filiação. Assim, a filiação poderá ser captada mais por indicadores de nível micro ou meso, situações de vida, em comparação à confiança e à legitimidade que poderão ser mais influenciadas por contextos de nível societal.

De facto, dado que as diferenças entre Estados-Membros explicam menos de 10% da variação da filiação, é possível que esta seja mais influenciada por contextos de maior proximidade ao indivíduo, provavelmente regionais e/ou comunitários. Tal, explicaria a menor capacidade explicativa dos fatores utilizados neste estudo sobre a filiação. Se, como Abreu e Oner (2020), e Alabrese e outros (2018) argumentam, a votação do Brexit foi menos influenciada pelas propriedades dos agentes e mais por diferenciação cultural dentro do próprio Reino Unido, então esses fatores culturais poderão ser mais determinantes a escalas inferiores à nacional, como as regionais, locais, entre outras. Esta hipótese está

em consonância com os resultados de Scalise (2015), que apontam para que as atitudes sobre a Europa emergem a partir de narrativas multinível, dos contextos e instituições locais, aos regionais, nacionais e transnacionais.

Todavia, os resultados apresentados nesta tese permitem lançar uma outra possibilidade para compreender a filiação. Sendo que a filiação é a subdimensão de CS-UE mais diferenciada pelos clusters de Estados-Membros segundo a proximidade dos valores, das representações, e da CS-nacional, é plausível que a sua distinção também resida em fatores transversais e estruturais a alguns países, nomeadamente nos sistemas culturais. Diferenças culturais entre blocos de Estados-Membros poderão explicar mais do que as diferenças culturais entre países. Esta constatação é muito interessante, dado que colocará a compreensão da filiação num contexto macroestrutural acima dos Estados-Membros. Logo, o que aqui se acrescenta é que a filiação poderá estar mais relacionada aos níveis situados quer abaixo quer acima dos países. Por outras palavras, os contextos de maior proximidade, dentro dos países, e a estrutura cultural de blocos dentro da própria UE, poderão ser mais impactantes na atitude face à filiação à UE.

Em suma, o espaço da CS-UE é multidimensional, e relaciona-se com um conjunto também multidimensional de dimensões a vários níveis de análise, demonstrando a complexidade do fenómeno. Aspectos de nível micro, envolvendo a reflexividade e as disposições incorporadas, passando por contextos de interação de maior proximidade a contextos sociais, incluindo uma determinada intermediação dos contextos nacionais, todos influenciam significativamente a CS UE. Em particular, a intermediação do nível nacional cria uma dualidade teórico-analítica uma vez que os Estados-Membros são elementos situados no plano macro meta teórico, mas que têm um certo carácter intermédio quando se estuda a CS-UE, como que situados num plano meso do ponto de vista estritamente analítico.

### **9.3 Pistas para investigações futuras**

Os resultados apresentados neste estudo permitem um avanço no conhecimento teórico e empírico do fenómeno da coesão social, e em particular no contexto do espaço geopolítico da UE, cumprindo um dos objetivos enumerados na introdução. Acredita-se que esta discussão teórica e empírica sobre o conceito de coesão social, e as suas especificidades no espaço da UE, é profícua. Porém, antes de avançar com pistas para investigações futuras interessa sublinhar algumas das limitações deste estudo, pois todas as investigações as têm, e esta não é exceção.

No sentido mais geral a operacionalização da CS-UE e das suas dimensões relacionais foi constrangido ao conjunto de variáveis presentes no questionário. Uma das limitações é a ausência de alguns indicadores que poderiam otimizar a operacionalização da CS UE, destacando-se a confiança nos outros cidadãos europeus e um indicador direto das redes de sociabilidade no espaço transnacional. Porém, mesmo sem a confiança nos outros europeus a distinção entre relações horizontais e verticais ficou claramente demonstrada, assim como a diferenciação dos seus fatores. Também as práticas

integrativas conseguiram captar o espaço das interações transfronteiriças de menor intensidade. Assim, para investigações futuras sugere-se comparar os níveis de confiança em outros cidadãos europeus face aos níveis de confiança nas instituições europeias, assim como testar a diferenciação entre ambos com as dimensões relacionais de CS-UE. O mesmo se aplica a indicadores de sociabilidade e interação social no espaço da UE. Poder-se-á recorrer a inquéritos que detenham estas variáveis, ou em alternativa recomenda-se que o Eurobarómetro passe a incluir com regularidade esses indicadores.

Uma outra limitação é a de que face aos resultados obtidos seria pertinente testar fatores representativos de unidades territoriais inferiores aos estados nacionais, dado que podem ser contextos com influência relevante em algumas das subdimensões de CS-UE. O Eurobarómetro apenas é representativo da população de cada Estado-Membro. Esta é uma sugestão mais ambiciosa, no sentido em que é parca a existência de inquéritos aos indivíduos representativos desses territórios, e comparáveis em todo o espaço europeu.

Mas será possível, e recomenda-se, testar modelos de regressão multinível com a inclusão de variáveis independentes que sinalizem clusters de Estados-Membros, segundo as dimensões relacionais da CS-UE. Ou seja, clusters de países definidos por semelhança de valores, de representações da UE, de CS-nacional, de bem-estar e de desigualdades. Uma sugestão é iniciar esse trabalho explorando os diversos clusters de países apresentados ao longo desta tese.

No caso das dimensões relacionais destaca-se a menor capacidade do inquérito do Eurobarómetro em recolher dados sobre os valores. Denotou-se uma restrição na escolha dos valores disponíveis, e na própria estrutura de recolha de dados. Não foi possível replicar estruturas de valores presentes na literatura. Os índices construídos têm limitações, uma vez que resultam do somatório de valores distintos. Porém, apesar dessas limitações os resultados obtidos confirmam a relevância de alguns valores para a CS-UE. Em investigações futuras será importante confirmar a relação entre tipologias de valores consolidadas na literatura científica e a CS-UE, recorrendo a outros inquéritos internacionais. Em alternativa, o inquérito do Eurobarómetro poderá incluir novas questões neste tópico, ou proceder a mudanças nos tipos de variáveis. Em vez de variáveis dicotómicas de resposta múltipla limitada, sugere-se construir variáveis de escala para cada um dos valores listados.

Uma sugestão importante para trabalhos futuros é o de aprofundar o estudo da relação entre o espaço ideacional e a coesão social na UE, onde se incluem pelo menos valores e representações. A relação entre as desigualdades sociais e a CS-UE é particularmente importante na vertente objetiva de CS-UE, mas esse campo já tem literatura significativa produzida, por exemplo: (Fligstein, 2008; Recchi, e Favell 200; Kuhn 2012; Kuhn, 2015; Mitchel, 2015; Mol & Ekamper, 2015; Delhey, Deutschmann, & Cirlanaru 2015; Recchi 2015; Henriques 2017; Mol, 2018; Henriques, 2021)], apesar de a sua articulação com as restantes dimensões de CS-UE também necessitar de aprofundamento. Todavia, é importante reter que as desigualdades sociais como condições de existência objetivas podem também ser uma base a partir da qual se estruturam representações e valores.

Sugere-se também investigar e confirmar a pertinência em definir e medir a coesão social diretamente face ao objeto, tendo em consideração as relações entre níveis de análise. Esta clarificação será importante para uma definição mais consensual e robusta do conceito, mas também porque permitirá avaliar melhor a coesão social face aos seus fatores e consequências.

Também se propõe debater o estatuto do conceito de bem-estar, para que seja clara a sua distinção com as desigualdades sociais. A sugestão passa por responder à seguinte questão: existem ou não condições de vida objetivas que não se traduzem em diferentes possibilidades e oportunidades de vida? Ou seja, se há ou não condições de vida objetivas que não são desigualdades sociais. Em caso afirmativo, então, cabe avaliar se as essas condições objetivas podem ou não ser consideradas bem-estar objetivo. Nesta tese provou-se útil a distinção entre bem-estar objetivo e subjetivo, que no segundo caso o demarcou inequivocamente das desigualdades sociais, estas no plano objetivo. E sugere-se que deve ser investigado a pertinência da avaliação do bem-estar, pelo menos subjetivo, a diferentes níveis de análise, individual, pessoal/familiar, comunitário, regional, nacional, europeu, uma vez que ficou demonstrada a existência de relações de nível e entre níveis consoante as dimensões de CS-UE em estudo.

As relações entre níveis de análise também se encontram expressas na relação entre a coesão social nacional (CS-nacional) e a CS-UE. Neste caso é importante avaliar e descobrir os fatores intermediadores na relação entre ambas, em concreto entre a CS-nacional e a subdimensão da filiação da CS-UE, porque existem fatores de compensação que invertem o sentido da relação.

#### **9.4 Políticas públicas e desafios para a União Europeia**

O aprofundamento das questões discutidas nas seções anteriores da conclusão, poderá contribuir para compreender melhor o espaço da CS-UE, quer no contexto europeu quer nos contextos nacionais. A visão consolidada das relações de nível, do micro ao macro, de aspetos individuais a categoriais, dos níveis comunitários a regionais, incluindo a intermediação dos contextos nacionais, permitirá delinear políticas públicas que foquem os indivíduos mais reticentes ao projeto de integração europeia.

Este trabalho construiu uma base para a criação de indicadores de CS-UE que pode fundar um sistema de monitorização complementar ao atual sistema do *European Council on Foreign Relations*, o *Cohesion Monitor Radar* (ver: Janning 2016a; Janning, 2016b; Klavehn, 2016), que apresenta limitações. Tal, possibilitará avaliar a evolução da qualidade dos laços dos cidadãos com as instituições europeias e com os outros cidadãos. E, uma vez aprofundado o estudo dos fatores/consequências da CS-UE, essa monitorização favorecerá a tomada de decisões públicas focadas no melhoramento das fundações da coesão social no espaço da UE, fortalecendo os mecanismos e o funcionamento das instituições democráticas europeias, e, por conseguinte, a sua legitimidade.

Um dos desafios é o de compreender, não quem apoia o projeto europeu e quem está ligado a outros europeus, pois essas categorias sociais já são conhecidas e estão identificadas (são as de maior posse de capitais e as mais bem posicionadas na estrutura social), mas o de divisar quem está mais afastado e

menos ligado. Dentro das categorias sociais menos favorecidas a heterogeneidade é mais elevada, e é mais difícil sinalizar os fatores diferenciadores. Este ponto é particularmente importante para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável listados na introdução deste trabalho, nomeadamente promover a inclusão social e igualdade de oportunidades e promover sociedades inclusivas, assegurando a participação e representatividade de todos.

Em linha com o desafio anterior, um outro é o de que parte dos fatores de CS-UE poderão estar situados a dois níveis opostos. O primeiro é o dos contextos locais e o segundo é o macroestrutural de blocos de países. Por um lado, os contextos locais são muitos sendo complicado alcançá-los sem a intermediação das instituições nacionais, regionais e locais. Por outro lado, o contexto macroestrutural, onde os Estados-Membros se organizam por blocos, acrescenta um nível de complexidade ao problema, e demonstra que pode existir um grau de estruturação da CS-UE mais complexo do que o pensado face a considerar estritamente os países como singularidades. Acresce que, a constituição destes blocos pode ultrapassar as classificações tradicionais de Norte-Sul, Este-Oeste, UE15-Novos membros, Euro-Não Euro. Os exemplos mais emblemáticos são os da França e da Itália, países fundadores das instituições antecedentes à união, do ocidente, da zona euro, que em termos de valores, representações e CS-nacional estão mais próximos de países do Leste, como a Chéquia, Hungria, Eslováquia, Eslovénia, Croácia, Roménia, Bulgária. E em termos de CS-UE têm, também, proximidade ao Reino Unido. Algumas sociedades europeias poderão estar a passar por processos que estão a ter impacto na CS-UE. Na França, na Itália, na Grécia, na Chéquia uma porção significativa de cidadãos tem um perfil de baixa CS-UE, coincidente com o Reino Unido que já abandonou a união. E esse perfil é caracterizado por uma larga representação de cidadãos das categorias sociais menos bem posicionadas na estrutura social e em situações de vida em privação alta. Um outro perfil de cidadãos, constituído maioritariamente por jovens e detentores de ensino superior são reticentes à filiação na UE. Países como a Polónia, Eslováquia, Chéquia, mas também a Irlanda e Luxemburgo tem representação considerável desse perfil. Também na Hungria e Roménia se verificam cidadãos reticentes ao projeto europeu, embora estes de categoria social e fase de vida intermédias. Por outro lado, em países como a Finlândia, Dinamarca, Suécia, Alemanha, Áustria, Países Baixos, Estónia, Lituânia, Letónia, Chipre, Malta e Portugal o perfil dominante é favorável à CS-UE, intersetando a zona euro e não euro, Norte e Sul, Oeste e Leste.



## Referências bibliográficas

- Abreu, M., & Öner, Ö. (2020). Disentangling the Brexit vote: The role of economic, social and cultural contexts in explaining the UK's UE referendum vote. *Environment and Planning A*, 52(7), 1434–1456. <https://doi.org/10.1177/0308518X20910752>
- Acket, S., Borsenberger, M., Dickes, P., & Sarracino, F. (2011). Measuring and validating social cohesion: a bottom-up approach. Fonds National de la Recherche, Working Paper No 2011-08, Luxemburgo.
- Agirdag, O., Huyst, P., & van Houtte, M. (2012). Determinants of the Formation of a European Identity among Children: Individual- and School-Level Influences. *Journal of Common Market Studies*, 50(2), 198–213. <https://doi.org/10.1111/j.1468-5965.2011.02205.x>
- Agirdag, O., Phalet, K., & Van Houtte, M. (2016). European identity as a unifying category: National vs. European identification among native and immigrant pupils. *European Union Politics*, 17(2), 285–302. <https://doi.org/10.1177/1465116515612216>
- Almeida, João F. (1986), *Classes Sociais nos Campos. Camponeses parciais numa região do noroeste*, Lisboa, Instituto das Ciências Sociais.
- Akaeda, N. (2022). Social trust and well-being inequality according to social stratification. *Research in Social Stratification and Mobility*, 82. <https://doi.org/10.1016/j.rssm.2022.100733>
- Akaliyski, P., Welzel, C., & Hien, J. (2022). A community of shared values? Dimensions and dynamics of cultural integration in the European Union. *Journal of European Integration*, 44(4), 569–590. <https://doi.org/10.1080/07036337.2021.1956915>
- Akoglu, H. (2018). User's guide to correlation coefficients. *Turkish Journal of Emergency Medicine*, 18(3), 91–93. <https://doi.org/10.1016/j.tjem.2018.08.001>
- Alabrese, E., Becker, S. O., Fetzer, T., & Novy, D. (2019). Who voted for Brexit? Individual and regional data combined. *European Journal of Political Economy*, 56(August 2018), 132–150. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2018.08.002>
- Alaminos, A., O. Santacreu. 2009. Living across cultures in a transnational Europe. 98-119 in *Pioneers of European Integration Citizenship and Mobility in the UE*, edited by E. Recchi and A. Favell. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited.
- Alesina, A., Di Tella, R., & MacCulloch, R. (2004). Inequality and happiness: Are Europeans and Americans different? *Journal of Public Economics*, 88(9–10), 2009–2042. <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2003.07.006>
- Alexander, J. (1986) *Sociological Theory Since 1945*, London, Hutchinson.
- Almeida, J. Ferreira, Fernando Luís Machado, e António F. Costa (2006), *Classes sociais e valores em contexto europeu*, em Jorge Vala, e Anália Torres (orgs.), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, ICS,. 69-96.

- Andreotti, A. (2020). Inequality and social transnationalism: A relationship to work on. *Partecipazione e Conflitto*. University of Salento. <https://doi.org/10.1285/i20356609v13i1p817>
- Andrews, F. M., & Withey, S. B. (1976). Social Indicators of Well-Being. In *Social Indicators of Well-Being*. Springer US. <https://doi.org/10.1007/978-1-4684-2253-5>
- Andrews, R., Jilke, S., Van de Walle, S. (2014). Economic Strain and Perceptions of Social Cohesion in Europe: Does Institutional Trust Matter? *European Journal of Political Research*, 53(3), 559–579. <https://doi.org/10.1111/1475-6765.12052>
- Andrews, R., Guarneros-Meza, V., & Downe, J. (2016). Public Management Reforms and Social Cohesion in Europe: The view from the top. *Public Management Review*, 18(4), 558–582. <https://doi.org/10.1080/14719037.2015.1014399>
- Anthias, F. (2018). Chapter 6 Identity and Belonging: Conceptualizations and Reframings through a Translocational Lens. *Contested Belonging: Spaces, Practices, Biographies*, 137–159.. <https://doi.org/10.1108/978-1-78743-206-220181007>
- Antonsich, M. (2010) Searching for Belonging: An Analytical Framework. *Geography Compass* 4.6: 644–659. doi: 10.1111/j.1749-8198.2009.00317.x
- Archer, M. (1995), *Realist Social Theory. The Morphogenetic Approach*, Cambridge, Cambridge University Press
- Archer, M. (1996a), *Culture and Agency. The place of culture in social theory. Revised edition*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Archer, M. (1996b), The Sociological Approach to the Tension Between Human Equality and Social Inequalities, em *The Study of the Tension Between Human Equality and Social Inequalities From the Perspective of the Various Social Sciences*, Cidade do Vaticano, Pontifical Academy of Social Sciences.
- Archer, M. (1996c), Social Integration and System Integration: Developing the Distinction, em *Sociology*, 30 (4), 679-699.
- Archer, M. (2003a), *Realist Social Theory. The Morphogenetic Approach*, Cambridge, Cambridge University Press, citado por Ana Caetano (2011), Para uma Análise Sociológica da Reflexividade Individual, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 66, p. 157-174.
- Archer, M. (2003b), *Structure, Agency and the Internal Conversation*, Cambridge, Cambridge University Press, citado por Ana Caetano (2011), Para uma Análise Sociológica da Reflexividade Individual, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 66, 157-174.
- Archer, M. (2007), The trajectory of the morphogenetic approach: an account in the first-person, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 54, 35-47
- Archer, M. (2010), Routine, Reflexivity, and Realism, em *Sociological Theory*, 28 (2), Estados Unidos da América, 272-303.
- Archer, M. (2015), How Agency is Transformed in the Course of Social Transformation: Don't Forget the Double Morphogenesis, em Margaret Archer (org.), *Generative Mechanisms Transforming the*

- Social Order*, Suíça, Springer, 135-158.
- Archer, M. (2017) *Structure, Culture and Agency. Selected Papers of Margaret Archer* editado por Tom Brock, Mark Carrigan, e Graham Scambler, Reino Unido, Routledge.
- Archer, M., & Elder-Vass (2012), Cultural System or norm circles? An exchange, em *European Journal of Social Theory*, 15 (1), 93-115.
- Armington, Klaus, and Besir Ceka. 2014. The Loss of Trust in the European Union During the Great Recession Since 2007: The Role of Heuristics from the National Political System. *European Union Politics* 15(1): 82-107.
- Bail, C. A. (2008). The configuration of symbolic boundaries against immigrants in Europe. *American Sociological Review*, 73(1), 37–59. <https://doi.org/10.1177/000312240807300103>
- Barbalet, J. (2019) The Experience of Trust: Its Content and Basis. *In Trust in Contemporary Society. International Comparative Social Studies* (42). DOI:10.1163/9789004390430\_003
- Beaudonnet, L. (2015). A Threatening Horizon: The Impact of the Welfare State on Support for Europe. *Journal of Common Market Studies*, 53(3), 457–475. <https://doi.org/10.1111/jcms.12196>
- Beauvais, C., & Jenson, J. (2002). *CPRN Discussion Paper Social Cohesion: Updating the State of the Research*. Canadian Policy Research Networks Inc. Retrieved from <http://www.cprn.org>
- Beckfield, J. (2009). Remapping inequality in Europe: The net effect of regional integration on total income inequality in the European union. *International Journal of Comparative Sociology*, 50(5–6), 486–509. <https://doi.org/10.1177/0020715209339282>
- Bee, C. (2017). Active Citizenship in the UK. In *Active Citizenship in Europe*. [https://doi.org/10.1057/978-1-137-45317-4\\_9](https://doi.org/10.1057/978-1-137-45317-4_9)
- Bellow, E. 2011. European identity: Does Europe Exist?, Dortmund Fachhochschule - impEct, 5.
- Benny, C., Patte, K. A., Veugelers, P., Leatherdale, S. T., & Pabayo, R. (2022). Income inequality and depression among Canadian secondary students: Are psychosocial well-being and social cohesion mediating factors? *SSM - Population Health*, 17. <https://doi.org/10.1016/j.ssmph.2021.100994>
- Bergbauer, S. (2018). Explaining European Identity Formation. In *Explaining European Identity Formation*. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-67708-8>
- Berger, P. (1998) *The Limits of Social Cohesion. Conflict and Mediation in Pluralist Societies*. Routledge.
- Berger-Schmitt, R. (2000), Social Cohesion as an Aspect of the Quality of Societies: Concept and Measurement, EuReporting Working Paper No. 14, Centre for Survey Research and Methodology (ZUMA), Mannheim.
- Berger-Schmitt, R. (2002a). Considering social cohesion in quality of life assessments: Concept and measurement. *Social Indicators Research*, 58(1–3), 403–428. <https://doi.org/10.1023/A:1015752320935>

- Berger-Schmitt, Regina (2002b), Social Cohesion between the Member States of the European Union: Past Developments and Prospects for an Enlarged Union, in *Czech Sociological Review*, Vol. 38, No. 6: 721–748.
- Bergman, M. & Joye, D., (2005). *Comparing Social Stratification Schemata: CAMSIS, CSP-CH, Goldthorpe, ISCO-88, Treiman, and Wright*. Cambridge Studies in Social Research, 10.
- Berman, Y., Philips, D. (2004). Indicators of Social Cohesion. Paper submitted to the *European Network on Indicators of Social Quality of the European Foundation on Social Quality*, Amsterdam. 1–37.
- Bertelsmann Foundation. (2013). Social Cohesion Radar. Measuring Common Ground. An International Comparison of Social Cohesion.
- Bertin, G. (2015). The Social Model and the Construction of the European Identity. *Italian Journal of Sociology of Education*, 7(2), 278–300.
- Biró-Kaszás, É. (2010). Habermas on European constitution and European identity. *Journal of Social Research and Policy*, 1(2), 79–92.
- Blau, Peter. (2006), Macrostructural Theory, em *Handbook of Sociological Theory*, Jonathan Turner (org.), California, University of California, 343-352.
- Blokke, P. (2007). Rethinking Europe: Social Theory and the Implications of Europeanization. *International Sociology* (22). <https://doi.org/10.1177/026858090702200216>
- Bølstad, J. (2015). Dynamics of European integration: Public opinion in the core and periphery. *European Union Politics*, 16(1), 23–44. <https://doi.org/10.1177/1465116514551303>
- Boomgaarden, H. G., Schuck, A. R. T., Elenbaas, M., & de Vreese, C. H. (2011). Mapping UE attitudes: Conceptual and empirical dimensions of Euroscepticism and UE support. *European Union Politics*, 12(2), 241–266. <https://doi.org/10.1177/1465116510395411>
- Bourdieu, P. (1984), *Distinction. A Social Critique of the Judgement of Taste*, Estados Unidos da América, Havard University Press.
- Bourdieu, P. (1985), The Social Space and the Genesis of Groups, em *Theory and Society*, Springer. 14 (6), 723–744.
- Bourdieu, P. (1986), The Forms of Capital, em *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*, J. G. Richardson (org.), Nova Iorque, Greenwood Press, 241–258.
- Bourdieu, P. (1987), What Makes a Social Class? On The Theoretical and Practical Existence Of Groups, em *Berkely Journal of Sociology*, 32, 1-17.
- Bourdieu, P. 1990. *The Logic of Practice*. USA: Stanford University Press.
- Bourdieu, P. (1998), *Practical Reason. On the Theory of Action*, Stanford, California, Stanford University Press.
- Bourdieu, P. (1989), *O Poder Simbólico*, Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (2007), *A Distinção. Crítica social do julgamento*, Porto Alegre, Editora Zouk.
- Bourdieu, P. (2007), *A Economia das Trocas Simbólicas*, São Paulo, Perspectiva.
- Bourdieu, P.(2013), *Outline of a Theory of Practice*, Cambridge, Cambridge University Press.

- Bourdieu, P., e Wacquant, L. (1992), *An Invitation to Reflexive Sociology*, Cambridge, Polity Press.
- Börzel, T. A., & Risse, T. (2020). Identity Politics, Core State Powers and Regional Integration: Europe and beyond. *Journal of Common Market Studies*, 58(1), 21–40. <https://doi.org/10.1111/jcms.12982>
- Bottoni, G. (2018). A Multilevel Measurement Model of Social Cohesion. *Social Indicators Research*, 136(3), 835–857. <https://doi.org/10.1007/s11205-016-1470-7>
- Boucher, G. (2013). European social cohesions. *Patterns of Prejudice*, 47(3), 215–234. <https://doi.org/10.1080/0031322X.2013.797170>
- Boucher, G., & Samad, Y. (2013). Introduction: social cohesion and social change in Europe. *Patterns of Prejudice*, 47(3), 197–214. <https://doi.org/10.1080/0031322X.2013.814870>
- Bovens, A. M., Erp, J. Van, Douglas, S., Graaf, B. De, Mak, E., Bos, K. Van Den, Dijn, A. De, & Gädeke, D. (2020). Institutional Legitimacy in Open Societies. Think Paper Series, 2, Utrecht University.
- Bremer, B., Genschel, P., & Jachtenfuchs, M. (2020). Juncker’s Curse? Identity, Interest, and Public Support for the Integration of Core State Powers. *Journal of Common Market Studies*, 58(1), 56–75. <https://doi.org/10.1111/jcms.12980>
- Bruter, M. 2005. Citizens of Europe? The emergence of a Mass European Identity. Great Britain: Palgrave Macmillan.
- Bruzelius, C., Chase, E., Hueser, C., & Seeleib-Kaiser, M. (2014). *The Social Construction of European Citizenship and Associated Social Rights*.
- Bryman A. (2012 [2001]), *Social Research Methods*, 4ª Edição, Oxford, Oxford University Press.
- Burchi, F., von Schiller, A., & Strupat, C. (2020). Social protection and revenue collection: How they can jointly contribute to strengthening social cohesion. *International Social Security Review*, 73(3), 13–32. <https://doi.org/10.1111/issr.12243>
- Burchi, F., & Zapata-Román, G. (2022). *Inequality and social cohesion in Africa: Theoretical insights and an exploratory empirical investigation* (IDOS Discussion Paper 16/2022). Bonn: German Institute of Development and Sustainability (IDOS). <https://doi.org/10.23661/idp16.2022>
- Burns, J., Lefko-Everett, K., & Njozela, L. (2018). From definition to measurement: constructing a social cohesion index for South Africa. Working Paper Series 217, 217, 24. [http://www.caps.uct.ac.za/bitstream/handle/11090/904/2018\\_217\\_Saldrup.pdf?sequence=1](http://www.caps.uct.ac.za/bitstream/handle/11090/904/2018_217_Saldrup.pdf?sequence=1)
- Buscha, F., Müller, D. and Page, L. (2017) *Can a Common Currency Foster a Shared Social Identity across Different Nations? The Case of the Euro*. Westminster Research.
- Caetano, A. (2011), Para uma Análise Sociológica da Reflexividade Individual, *Sociologia, Problemas e Práticas*, (Online) 66, 2011, 157-174. Disponível em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/spp/n66/n66a08.pdf>

- Cannone, M. (2009), Searching for Social Capital, in Jouni Häkli & Claudio Minca (eds.), *Social Capital and Urban Networks of Trust*, Farnham/Surrey: Ashgate.
- Carmo, R. M., & Nunes, N. (2013). Class and social capital in Europe: A transnational analysis of the European Social Survey. *European Societies*, 15(3), 373–387. <https://doi.org/10.1080/14616696.2012.691171>
- Carmo, R. M., Rio, C., & Medgyesi, M. (2018). *Reducing inequalities: A challenge for the European Union? Reducing Inequalities: A Challenge for the European Union?* Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-65006-7>
- Carvalho, H. (2008), *Análise Multivariada de Dados Qualitativos. Utilização da Análise de Correspondências Múltiplas com o SPSS*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Casanova, J. (2004), *Natureza Sociais*, Oeiras, Celta Editora.
- Casanova, J. (1995), A ‘Teoria da Prática’ – Uma prática menos teorizada, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 17, 61-73.
- Citrin, J., J. Sides. 2004. Can Europe Exist Without Europeans? Problems of Identity in a Multinational Community. *Advances in Political Psychology*, Elsevier, 41-70.
- Chan, J., To, H. P., & Chan, E. (2006). Reconsidering social cohesion: Developing a definition and analytical framework for empirical research. *Social Indicators Research*, 75(2), 273–302. <https://doi.org/10.1007/s11205-005-2118-1>
- Cheong, H. P., Edwards, R., Goulbourne, H., & Solomos, J. (2007). Immigration, social cohesion and social capital: A critical review. *Critical Social Policy*. 27(1). <https://doi.org/10.1177/0261018307072206>
- Ciaglia, S., Fuest, C., & Heinemann, F. (2018). What a feeling ?! How to promote European identity. *EconPol Policy Report*, 2. Retrieved from [https://www.cesifo-group.de/DocDL/EconPol\\_Policy\\_Report\\_9\\_2018\\_European\\_Identity.pdf](https://www.cesifo-group.de/DocDL/EconPol_Policy_Report_9_2018_European_Identity.pdf)
- Coleman, J. (1988). Social Capital in the Creation of Human Capital Author. *The American Journal of Sociology*, 94(Supplement), S95–S120. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.22.6.723>
- Cores-Bilbao, E., Méndez-García, M. del C., & Fonseca-Mora, M. C. (2020). University students’ representations of Europe and self-identification as Europeans: a synthesis of qualitative evidence for future policy formulation. *European Journal of Futures Research*, 8(1), 1–17. <https://doi.org/10.1186/s40309-019-0159-y>
- Costa, A., Mauritti, R., Martins, A., Nunes, N., & Romão, A. (2015), *A Constituição de um Espaço Europeu de Desigualdades*. Observatório das Desigualdades e-Working Papers, N.º 1/2015: 1-21; ISCTE-IUL, CIES-IUL, ISSN 2183-4199, doi: 10.15847/CIESODWP012015. Disponível em <http://wp.me/P4h6tu-p3>.
- Costa, A. (2008), *Sociedade de bairro: dinâmicas sociais da identidade cultural*, Oeiras, Celta Editora, 2º edição.
- Costa, A. (2012), *Desigualdades Sociais Contemporâneas*, Lisboa, Mundos Sociais;

- Crompton, Rosemary (2007), *Class and Stratification. An introduction to current debates*, Cambridge, Polity Press, 2ª edição.
- Dahrendorf, R. (1995) Report on Wealth Creation and Social Cohesion in a Free Society. Commission on Wealth Creation & Social Cohesion.
- De Berry, J. P., & Roberts, A. (2018). Social Cohesion and Forced Displacement, 1–41. Retrieved from <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/125521531981681035/social-cohesion-and-forced-displacement-a-desk-review-to-inform-programming-and-project-design>
- De Vries, C. E. (2020). Don't Mention the War! Second World War Remembrance and Support for European Cooperation. *Journal of Common Market Studies*, 58(1), 138–154. <https://doi.org/10.1111/jcms.12981>
- Delanty, G. (2002). Models of European Identity: Reconciling Universalism and Particularism. *Perspectives on European Politics and Society*, 3 (3): 345-359. <https://doi.org/10.1080/15705850208438841>
- Delanty, G. (2005). What does it mean to be a 'European'? *Innovation*, 18 (1): 11-22. <https://doi.org/10.1080/1351161042000334763>
- Delanty, G. (2006). *Handbook of contemporary European social theory*. Routledge, London. <https://doi.org/10.4324/9780203086476>
- Delhey, J. (2005). *A trade-off between enlargement and integration? An analysis of trust between UE nationalities*. WZB Discussion Paper, 1–27. Retrieved from <http://skylla.wzb.eu/pdf/2005/i05-203.pdf>
- Delhey, J. (2007). Do enlargements make the European union less cohesive? An analysis of trust between UE nationalities. *Journal of Common Market Studies*, 45(2), 253–279. <https://doi.org/10.1111/j.1468-5965.2007.00711.x>
- Delhey, J., Boehnke, K., Dragolov, G., Ignácz, Z. S., Larsen, M., Lorenz, J., & Koch, M. (2018). Social cohesion and its correlates: A comparison of western and asian societies. *Comparative Sociology*, 17(3–4), 426–455. <https://doi.org/10.1163/15691330-12341468>
- Delhey, J., Deutschmann, E., Graf, T. & Richter, K. (2014). Measuring the Europeanization of Everyday Life: Three New Indices and an Empirical Application, *European Societies*, (Online), 16 (3), p. 355-377. <https://doi.org/10.1080/14616696.2014.904916>
- Delhey, J., Deutschmann, E., & Richter, K. (2014). *The Stratification of Europeans' Transnational Activities*. Retrieved from [http://www.horizontal-europeanization.eu/downloads/pre-prints/PP\\_HoEu\\_2014-04\\_delhey\\_etal.pdf](http://www.horizontal-europeanization.eu/downloads/pre-prints/PP_HoEu_2014-04_delhey_etal.pdf)
- Delhey, J., E. Deutschmann, and K. Cirlanaru. (2015). Between 'class project' and individualization: The stratification of Europeans' transnational activities. *International Sociology*, 30 (3): 269–293. <https://doi.org/10.1177/0268580915578744>





- Deutschmann, E., Delhey, J., Verbalyte, M., & Aplowski, A. (2018). The power of contact: Europe as a network of transnational attachment. *European Journal of Political Research*, 57(4), 963–988. <https://doi.org/10.1111/1475-6765.12261>
- D’Hooge, L., Achterberg, P., & Reeskens, T. (2018). Imagining class: A study into material social class position, subjective identification, and voting behavior across Europe. *Social Science Research*, 70, 71–89. <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2017.11.003>
- Di Mauro, D., V. Memoli. (2016). Attitudes Towards Europe Beyond Euroscepticism. Supporting the European union through the Crisis. E-book: Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-42954-0>
- Dickes, P., Valentova, M., & Borsenberger, M. (2010). Construct Validation and Application of a Common Measure of Social Cohesion in 33 European Countries. *Social Indicators Research*, 98(3), 451–473. <https://doi.org/10.1007/s11205-009-9551-5>
- Dickes, P., Valentova, M., & Borsenberger, M. (2011). A multidimensional assessment of social cohesion in 47 European countries. *Methodology*, 11.
- Dickes, P., & Valentova, M. (2012). Construction, validation and application of the measurement of social cohesion in 47 European countries and regions. *Social Indicators Research*, 113(3), 827–846. <http://doi.org/10.1007/s11205-012-0116-7>.
- Dinesen, P. T., & Sønderskov, K. M. (2012). Trust in a Time of Increasing Diversity: On the Relationship between Ethnic Heterogeneity and Social Trust in Denmark from 1979 until Today. *Scandinavian Political Studies*, 35(4), 273–294. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9477.2012.00289.x>
- Dragolov, G., Ignác, Z., Lorenz, J., Delhey, J., & Boehnke, K. (2013). *Social Cohesion Radar Measuring Common Ground. An International Comparison of Social Cohesion*. Bertelsmann Stiftung, Alemanha.
- Dragolov, G., Ignác, Z., Lorenz, J., Delhey, J., & Boehnke, K. (2014). *Social Cohesion Radar, Measuring Common Ground: An International Comparison of Social Cohesion. Methods Report*, Bertelsmann Stiftung, Alemanha 1–55. Retrieved from <http://aei.pitt.edu/74134/>
- Drakos, K., Kallandranis, C. & Karidis, S. (2019). Determinants of trust in institutions in times of crisis: Survey-based evidence from the European Union. *JCMS: Journal of Common Market Studies*, 57(6), 1228{1246.
- Duchesne, S., Frazer, E., Haegel, F., & Ingelgom, V. Van. (2013). *The Palgrave Macmillan Citizens’ Reactions to European Integration Compared Overlooking Europe*. Palgrave Macmillan.
- Durkheim, E. (1978) *On Institutional Analysis*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Durkheim, E. (1893) A Divisão do Trabalho Social, em Braga da Cruz, *Teorias Sociológicas. Os fundadores e os clássicos (Antologia de textos I Volume)*, Lisboa, Fundação Calouste de Gulbenkian, 7ª edição, 2013, 313-323.

- Durkheim, E. (1999). *Da divisão do Trabalho Social*. 2nd Edition. São Paulo: Martins Fontes.
- Durkheim, E. (2013) *Solidariedade Mecânica e Orgânica*, em Braga da Cruz, *Teorias Sociológicas. Os fundadores e os clássicos (Antologia de textos I Volume)*, Lisboa, Fundação Calouste de Gulbenkian, 7ª edição, 2013, 325-343.
- Durkheim, Émile (1992), *O Suicídio*, Lisboa, Editorial Presença, 5ª edição.
- Esping-Andersen, GØsta (2003), *Social Foundations of Postindustrial Economies*, Oxford, Oxford University Press.
- Easthope, H. (2009). Fixed identities in a mobile world? The relationship between mobility, place, and identity. *Identities*, 16(1), 61–82. <https://doi.org/10.1080/10702890802605810>
- Easton, D. (1975). A Re-Assessment of the Concept of Political Support. *British Journal of Political Science*, 5(4), 435–457. <https://doi.org/10.1017/S0007123400008309>
- European Commission. (2004). Representations of Europe and the nation in current and prospective member-states: media, elites and civil society. UERONAT. Final report. Luxembourg: European Communities.
- European Commission (2007), *Special Eurobarometer 278. European Cultural Values*, (Online). Disponível em [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/ebs/ebs\\_278\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_278_en.pdf) Base de dados: Eurobarometer 67.1 (Feb-Mar 2007). TNS OPINION & SOCIAL, Brussels [Producer]. GESIS Data Archive, Cologne. ZA4529 3.0.1, DOI: 10.4232/1.10983
- European Commission (2012), *The Development of European Identity/Identities: Unfinished Business - A Policy Review*, (Online). Disponível em <http://www.euroidentities.org/>
- European Council on Foreign Relations. (2016). *UE Cohesion Monitor*. Retrieved from <http://www.ecfr.eu/eucohesionmonitor#>
- Erickson, R., Goldthorp, H. (1992) *The Constant Flux: A Study of Class Mobility in Industrial Societies*. Clarendon Press.
- Fakultät, V., & Lechler, M. (n.d.). *Marie Lechler: Employment Shocks and anti-UE Sentiment*. Retrieved from <http://epub.ub.uni-muenchen.de/49414/>
- Favell, A. (2008). *Eurostars and Eurocities. Free Movement and Mobility in an Integrating Europe*. Oxford: Blackwell Publishing
- Ferguson, B., Langlois, S., & Roberts, L. W. (2009). Social cohesion in Canada. *Tocqueville Review*, 30(2), 69–101. <https://doi.org/10.1353/toc.0.0017>
- Ferreira, J.M. Carvalho, J., Carvalho, A., Raposo, R., Graça,J., e Marques, R. (2013), *Sociologia*, Lisboa, Escolar Editora.
- Fitzduff, M. (2007). Measuring Social Inclusion and Cohesion – the Challenges. *Practical Strategies to Promote Social Integration*, (2), 10–13. Retrieved from [http://www.un.org/esa/socdev/sib/egm%2707/documents/Mari\\_Fitzduff.pdf](http://www.un.org/esa/socdev/sib/egm%2707/documents/Mari_Fitzduff.pdf)

- Fligstein, N. (2008). *Euroclash. The UE, European Identity, and the Future of Europe*. Oxford: Oxford University Press.
- Fligstein, N. (2009). *Who are the Europeans and how does this matter for politics? European Identity*. IRLE Working Paper #162-07 <https://doi.org/10.1017/CBO9780511806247.007>
- Fonseca, X., Lukosch, S., & Brazier, F. (2019). Social cohesion revisited: a new definition and how to characterize it. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, 32(2), 231–253. <https://doi.org/10.1080/13511610.2018.1497480>
- Foret, F. (2009). Symbolic dimensions of UE legitimization. *Media, Culture and Society*, 31(2), 313–324. <https://doi.org/10.1177/0163443709103777>
- Fornäs, J. (2012). Signifying Europe. Intellect, UK.
- Friedkin, N. E. (2004). Social cohesion. *Annual Review of Sociology*, 30, 409–425. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.30.012703.110625>
- Fuchs, D. (2011). Cultural diversity, European identity and the legitimacy of the UE. 27-57 in *Cultural diversity, European identity and the legitimacy of the UE*, edited by D. Fuchs and H. Klingermann. UK: Edward Elgar Publishing Limited.
- Gallagher, M, Lopez, S. & Preacher, K. (2009) The Hierarchical Structure of Well-Being. *Journal of Personality* 77:4, 1025-1050. doi: 10.1111/j.1467-6494.2009.00573.x
- Garben, S. (2020). Collective Identity as a Legal Limit to European Integration in Areas of Core State Powers\*. *Journal of Common Market Studies*, 58(1), 41–55. <https://doi.org/10.1111/jcms.12975>
- Giardiello, M. (2014). The generative theory of social cohesion and civic integration. *European Scientific Journal*, Special Edition, 2, 80–89.
- Genova, E (2016) To have both roots and wings: nested identities in the case of Bulgarian students in the UK. *Identities* 23(4):392–406. <https://doi.org/10.1080/1070289X.2015.1024125>.
- Giddens, Anthony (2000), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, 4ª Edição, Celta Editora.
- Giddens, Anthony (2009), *Sociology*, Cambridge, Polity Press, 9ª Edição.
- Ghiglione, R., Matalon, B, (1992 [1978]), *O inquérito. Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora.
- Gobel, M. S., Benet-Martinez, V., Mesquita, B., & Uskul, A. K. (2018). Europe’s Culture(s): Negotiating Cultural Meanings, Values, and Identities in the European Context. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 49(6), 858–867. <https://doi.org/10.1177/0022022118779144>
- Gomez, R. (2015). The economy strikes back: Support for the UE during the Great Recession. *JCMS: Journal of Common Market Studies*, 53 (3), 577{592.
- Gomez-Chacón, I. 2011. What makes us Europeans? Identity construction in the school framework. 173-190 in *European Identity. Individual, Group and Society*, edited by I. Gomez-Chacón. Bilbao: University of Deusto.

- Goodwin, M. J., & Heath, O. (2016). The 2016 Referendum, Brexit and the Left Behind: An Aggregate-level Analysis of the Result. *Political Quarterly*, 87(3), 323–332. <https://doi.org/10.1111/1467-923X.12285>
- Gough, I., Olofsson, G. (1999) *Capitalism and Social Cohesion: Essays on Exclusion and Integration*. Palgrave Macmillan.
- Goubin, S. (2018) Is inequality a latent construct? An assessment of economic inequality indicators and their relation with social cohesion in Europe. *Social Indicators Research* 136(21): 21-40.
- Granovetter, M. S. (1973). The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, 78(6).
- Green, A., Janmaat, J. G., & Han, C. (2009). *Regimes of social cohesion*. LLAKES Research Papers 1. London: Centre for Learning and Centre for Learning and Life Chances in Knowledge Economies and Societies.
- Green, A., & Janmaat, J. G. (2011). *Regimes of Social Cohesion*. Palgrave Macmillan <https://doi.org/10.1057/9780230308633>
- Gregersen, K. (2013). Assessing the glue that holds society together: social cohesion arguments in liberal democracy. *Tidsskrift for Medier, Erkendelse Og Formidling*, 1(2), 78–94.
- Grenfell, M. (org.) (2008), *Pierre Bourdieu. Key Concepts*, Reino Unido, Acumen Publishing Limited.
- Grundy, S., & Jamieson, L. (2007). European identities: From absent-minded citizens to passionate Europeans. *Sociology*, 41(4), 663–680. <https://doi.org/10.1177/0038038507078919>
- Halse, C. (2018). Theories and theorising of belonging. In C. Halse (Ed.), *Interrogating belonging for young people in schools* (1-28). Cham: Palgrave Macmillan.
- Hastings, O. P. (2018). Less equal, less trusting? Longitudinal and cross-sectional effects of income inequality on trust in U.S. States, 1973–2012. *Social Science Research*, 74, 77–95. <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2018.04.005>
- Helliwell, J., Huang, H., & Wang, S. (2016) New Evidence on Trust And Well-Being, Working Paper 22450. Retrieved from <http://www.nber.org/data-appendix/w22450>
- Hechter, M. (1983) *The Microfoundations of Macrosociology*. Temple University Press, Philadelphia.
- Henriques, João (2016), A Fronteira da Intimidade. Identidade europeia e relações íntimas intraeuropeias, *Dissertação de Mestrado*, ISCTE-IUL, Lisboa.
- Henriques, J. 2017. Desigualdades, interações transnacionais e identidade europeia. E-Working Papers, 212/2017, ISCTE-IUL, CIES-IUL, ISSN 1647-0893.
- Henriques, J. P. (2020). Representations of Europe and a typology of European identity. *Comparative Sociology*, 19(4–5), 585–608. <https://doi.org/10.1163/15691330-BJA10022>
- Henriques, J. (2021). Cross-border interactions and European identity: What fosters a strong sense of European belonging? *Comparative Sociology*, 20(3), 380–401. <https://doi.org/10.1163/15691330-bja10034>
- Herreros, F., & Criado, H. (2009). Social trust, social capital and perceptions of immigration. *Political Studies*, 57(2), 337–355. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.2008.00738.x>

- Hickman, M. J., & Mai, N. (2015). Migration and Social Cohesion: Appraising the Resilience of Place in London. *Population, Space and Place*, 21(5), 421–432. <https://doi.org/10.1002/psp.1921>
- Hobolt, S. B., & De Vries, C. E. (2016). Public Support for European Integration. *Annual Review of Political Science*. Annual Reviews Inc. <https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-042214-044157>
- Hofmann, S. C., & Mérand, F. (2020). In Search of Lost Time: Memory-framing, Bilateral Identity-making, and European Security. *Journal of Common Market Studies*, 58(1), 155–171. <https://doi.org/10.1111/jcms.12976>
- Holmes, D. 2009. Experimental identities (after Maastricht)’ in European Identity. 52-81 in European Identity, edited by J. Checkel, and P. Katzenstein. UK: Cambridge University Press.
- Hooghe, L., & Marks, G. (2001). *Multi-level governance and European integration*. Rowman & Littlefield Publishers.
- Hooghe, L., G. Marks. (2008). European Union? *West European Politics*, 31 (1-2): 108-129
- Hooghe, M., & Verhaegen, S. (2017). The effect of political trust and trust in European citizens on European identity. *European Political Science Review*, 9(2), 161–181. <https://doi.org/10.1017/S1755773915000314>
- Huici, Carmen, Ángel Gómez, e Antonio Bustillos (2010), Identidade Nacional, Regional e Europeia: identidade comparativa e diferenciações em Espanha, em José M. Sobral, e Jorge Vala (org.), *Identidade Nacional, Inclusão e Exclusão Social*, Lisboa, ICS, p. 173-190.
- Hulse, K., & Stone, W. (2007). Social cohesion, social capital and social exclusion: A cross cultural comparison. *Policy Studies*, 28(2), 109–128. <https://doi.org/10.1080/01442870701309049>
- Hurtado, S., & Carter, D. F. (1997). Effects of college transition and perceptions of the campus racial climate on Latino college students' sense of belonging. *Sociology of Education*, 70(4), 324–345. <https://doi.org/10.2307/2673270>
- Huyst, P. (2008). We have made Europe, now we have to make Europeans: Researching European Identity among Flemish Youths. *Journal of Contemporary European Research*, 4 (4): 286-302.
- Iarossi, G. (2011), *O Poder da Conceção em Inquéritos por Questionário*, Lisboa, Fundação Calouste de Gulbenkian.
- Immerfall, S., Priller, E., & Delhey, J. (2010). Association and Community. In *Handbook of European Societies* (7–37). Springer New York. [https://doi.org/10.1007/978-0-387-88199-7\\_2](https://doi.org/10.1007/978-0-387-88199-7_2)
- Inglehart, R. (1970) Cognitive Mobilization and European Identity. *Comparative Politics*, 3,45-70 .
- Inglehart, R. F. 1991. “Trust between nations: primordial ties, societal learning and economic development.” Pp. 145-185 in Eurobarometer. The dynamics of European public opinion. Essays in honour of Jacques-René Rabier, edited by K. Reif, and R. F. Inglehart. London: Macmillan/Houndmills.
- Inglehart, R. (1997) *Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic, and Political Change in 43 Societies*. Princeton University Press,

- Jacobone, V., and G. Moro. 2015. Evaluating the impact of the Erasmus programme: skills and European identity. *Assessment & Evaluation in Higher Education*, Routledge, 40 (2): 309-328. doi: 10.1080/02602938.2014.909005
- Janmaat, J. (2011). *Regimes of Social Cohesion: Societies and the Crisis of Globalisation*. Palgrave Macmillan. Retrieved from <https://www.researchgate.net/publication/263917454>
- Janmaat, J. G. (2011). Social Cohesion as a Real-life Phenomenon: Assessing the Explanatory Power of the Universalist and Particularist Perspectives. *Social Indicators Research*, 100(1), 61–83. <https://doi.org/10.1007/s11205-010-9604-9>
- Janning, J. (2016), Crisis and Cohesion in the UE: A Ten-Year Review, European Council on Foreign Relations. Retrieved from [http://www.ecfr.eu/publications/summary/crisis\\_cohesion\\_ten\\_year\\_review](http://www.ecfr.eu/publications/summary/crisis_cohesion_ten_year_review)
- Janning, Josef (2016), Making Sense of Europe’s Cohesion Challenge, European Council on Foreign Relations. Retrieved from [www.ecfr.eu/publications/summary/making\\_sense\\_of\\_europes\\_cohesion\\_challenge](http://www.ecfr.eu/publications/summary/making_sense_of_europes_cohesion_challenge)
- Jeannotte, S. (2000). Social Cohesion Around the World: an International Comparison of Definitions and Issues. *Department of Canadian Heritage, Strategic Research* (819), 1–116. Retrieved from [http://socialsciences.uottawa.ca/governance/sites/socialsciences.uottawa.ca.governance/files/social\\_cohesion\\_around\\_world.pdf](http://socialsciences.uottawa.ca/governance/sites/socialsciences.uottawa.ca.governance/files/social_cohesion_around_world.pdf)
- Jennissen, R., Bovens, M., Engbersen, G., & Bokhorst, M. (2023). Strengthening Social Cohesion. 101–134. [https://doi.org/10.1007/978-3-031-14224-6\\_6](https://doi.org/10.1007/978-3-031-14224-6_6)
- Jenson, J. (1998). *Mapping social cohesion: The state of Canadian research*. Canadian Policy Research Networks Study No. F-03. Available at URL: <http://www.cprn.org>
- Jenson, J. (2002). Identifying the Links: Social Cohesion and Culture. *Canadian Journal of Communication*, 27(2), 1–7. <https://doi.org/10.22230/cjc.2002v27n2a1289>
- Jenson, J., (2010). *Defining and measuring social cohesion*. Commonwealth Secretariat.
- Joye, D., N. Schobi, E. Green. 2010. Imigração, União Europeia e Identidade Nacional: será a Suíça um caso especial?. 155-172 in *Identidade Nacional, Inclusão e Exclusão Social*, edited by J.M. Sobral, J. Vala. Lisboa: ICS.
- Judt, Tony (2011), *Pós-guerra. História da Europa desde 1945*, Lisboa, Edições 70.
- Judt, Tony (2008), *Reappraisals. Refelctions on the Forgotten Twentieth Century*, London, William Heinemann.
- Karstens, F. (2020). Let Us Europeans Move: How Collective Identities Drive Public Support for Border Regimes inside the UE. *Journal of Common Market Studies*, 58(1), 116–137. <https://doi.org/10.1111/jcms.12983>
- Kary, T. (2019). *Public Attitudes Towards the European Union: A study explaining the variations in public support towards the European Union within and between countries over time*. [Tese de Doutoramento, Universidade de Åbo Akademi.] Åbo Akademi University Press.

- Karv, T. (2020). Public Attitudes Towards the European Union: A study explaining the variations in public support towards the European Union within and between countries over time. Åbo Akademi University Press, Finland.
- Kearns, A., & Forrest, R. (2000). Social cohesion and multilevel urban governance. *Urban Studies*, 37(5–6), 995–1017.
- Keyes, C. (1998) Social Well-Being. *Social Psychology Quarterly*, 61 (2), 121-140.
- King, R. (2018). Theorising new European Youth Mobilities. In *Population, Space and Place* (Vol. 24). John Wiley and Sons Ltd. <https://doi.org/10.1002/psp.2117>
- Klavehn, C. (2016), How to capture cohesion: A methodological note, in Josef Janning, Keeping Europeans Together. Assessing the State of UE Cohesion, European Council on Foreign Relations, p. 133-138. Retrieved from [http://www.ecfr.eu/publications/summary/keeping\\_europeans\\_together7130](http://www.ecfr.eu/publications/summary/keeping_europeans_together7130)
- Koelet, Suzana, Christoph van Mol, e Helga A.G. de Valk (2014), *Social embeddedness in a harmonized Europe: The social networks of European migrants with a native partner in Belgium and the Netherlands*, Working Paper 2014/11, Netherlands Interdisciplinary Demographic Institute (NIDI). DOI: 10.1111/glob.12123
- Kohlbacher, J., Reeger, U., & Schnell, P. (2015). Place Attachment and Social Ties - Migrants and Natives in Three Urban Settings in Vienna. *Population, Space and Place*, 21(5), 446–462. <https://doi.org/10.1002/psp.1923>
- Kolstø, P., & Tyldum, G. (2006). Common Values and Social Cohesion in Ethnically Divided Societies. *Ethnicity Studies*, 1, 121–146.
- Kuhn, T. (2012). Why Educational Exchange Programmes Miss Their Mark: Cross-Border Mobility, Education and European Identity. *Journal of Common Market Studies*. 50 (6): 994–1010. <https://doi.org/10.1111/j.1468-5965.2012.02286.x>
- Kuhn, T. (2015). *Experiencing European Integration: Transnational Lives and European Identity*. Oxford: Oxford University Press.
- Kuhn, T., & Nicoli, F. (2020). Collective Identities and the Integration of Core State Powers: Introduction to the Special Issue. *Journal of Common Market Studies*, 58(1), 3–20. <https://doi.org/10.1111/jcms.12985>
- Kuhn, T., Van Elsas, E., Hakhverdian, A., & van der Brug, W. (2016). An ever wider gap in an ever closer union: Rising inequalities and euroscepticism in 12 West European democracies, 1975-2009. *Socio-Economic Review*, 14(1), 27–45. <https://doi.org/10.1093/ser/mwu034>
- Lamont, M., & Pierson, P. (2019). Inequality generation & persistence as multidimensional processes: An interdisciplinary agenda. *Daedalus*, 148(3), 5–18. [https://doi.org/10.1162/DAED\\_a\\_01748](https://doi.org/10.1162/DAED_a_01748)

- Lauterbach, F., & De Vries, C. E. (2020). Europe belongs to the young? Generational differences in public opinion towards the European Union during the Eurozone crisis. *Journal of European Public Policy*, 27(2), 168–187. <https://doi.org/10.1080/13501763.2019.1701533>
- Lawler, E. J., & Yoon, J. (1996). Commitment in exchange relations: Test of a theory of relational cohesion. *American Sociological Review*, 61(1), 89–108. <https://doi.org/10.2307/2096408>
- Lee, M., Ginting, E., Wang, L., Wang, M., & Bank, A. D. (2019). Maintaining Social Cohesion in the People's Republic of China in the New Era. *Asian Development Bank*, Working paper series. 22.
- Leininger, J., Burchi, F., Fieldler, C., Mross, K., Nowack, D., Schiller, A., Sommer, C., Strupat, C. & Ziája, S. (2021). *Social Cohesion: a New Definition and a Proposal for its Measurement in Africa*. German Institute of Development and Sustainability. <https://doi.org/10.23661/dp31.2021.v1.1>
- Lenard, O., Miller, D. (2018) Trust and National Identity. in Ulasner, M., *The Oxford handbook of social and political trust* Oxford University Press, 57-74.
- Leonardi, R. (2005). Cohesion policy in the European Union: The Building of Europe. *Cohesion Policy in the European Union: The Building of Europe*, 1–215. <https://doi.org/10.1057/9780230503861>
- Levine, J., & Hogg, M. (2014). Relational Cohesion Theory. In *Encyclopedia of Group Processes & Intergroup Relations*. SAGE Publications, Inc. <https://doi.org/10.4135/9781412972017.n211>
- Lessard-Phillips, L., Fajth, V., & Fernandez-Reino, M. (2020). Migrants' social relationships, identity and civic participation in the UK. *Migration Observatory Briefing*, COMPAS, University of Oxford, October, 1–13.
- Lima, M., Novo, R. (2006) Nós por cá todos bem? Bem-estar subjectivo e social em Portugal e na Europa. Em Vala, J., & Torres (orgs). *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, 147-182. Imprensa das Ciências Sociais. Lisboa.
- Lipps, O., & Oesch, D. (2018). The working class left behind? The class gap in life satisfaction in Germany and Switzerland over the last decades. *European Societies*, 20(4), 549–571. <https://doi.org/10.1080/14616696.2018.1448106>
- Lloyd, B., & Thurow, L. (1997). The future of capitalism. *Leadership & Organization Development Journal*, 18(2), 93–98. <https://doi.org/10.1108/01437739710168454>
- Lockwood, David (1956), Some Remarks on The System, em *The British Journal of Sociology*, 7 (2), 134-146.
- Lockwood, D. (1999). Civic integration and social cohesion. In I. Gough & G. Olofsson (Eds.), *Capitalism and social cohesion: Essays on exclusion and integration*, 63–84. London: Palgrave Macmillan
- Lovec, M., Brglez, M., Svetličič, M., Novak, M., & Cicero). (2019). *Populism and attitudes towards the UE in Central Europe*. Retrieved from [https://www.researchgate.net/publication/331651290\\_Populism\\_and\\_attitudes\\_towards\\_the\\_UE\\_in\\_Central\\_Europe](https://www.researchgate.net/publication/331651290_Populism_and_attitudes_towards_the_UE_in_Central_Europe)



- Lovell, T. (n.d.). *(Mis)recognition, Social Inequality and Social Justice: Nancy Fraser and Pierre Bourdieu*.
- Lu, H., Gao, S., Tan, Z., Zhou, X., & Wu, R. (2007). The major research advances of mesoscale weather dynamics in China since 2003. *Advances in Atmospheric Sciences*, 24(6), 1049–1059. <https://doi.org/10.1007/s00376-007-1049-y>
- Luedtke, A. (2005). European integration, public opinion and immigration policy: Testing the impact of national identity. *European Union Politics*, 6(1), 83–112. <https://doi.org/10.1177/1465116505049609>
- Luhmann, S. (2017). A Multi-Level Approach to European Identity: Does Integration Foster Identity? *Journal of Common Market Studies*, 55(6), 1360–1379. <https://doi.org/10.1111/jcms.12554>
- Lysoňková, M. (2017). Should a European project be universalistic? The case of Jürgen Habermas' conception of European identity. *Human Affairs*, 27(1), 3–14. <https://doi.org/10.1515/humaff-2017-0001>
- Machado, F., Costa, A., Mauritti, R., Martins, S., Casanova, J., Almeida, J. (2003) Classes sociais e estudantes universitários: Origens, oportunidades e orientações. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66.
- Markus, E. A. (2021). *Emeritus Professor Andrew Markus Mapping Social Cohesion*. Scanlon Foundation Research Institute.
- Matthijs, M., & Merler, S. (2020). Mind the Gap: Southern Exit, Northern Voice and Changing Loyalties since the Euro Crisis. *Journal of Common Market Studies*, 58(1), 96–115. <https://doi.org/10.1111/jcms.12984>
- Marôco, J. (2014), *Análise Estatística com o SPSS Statistics* (6ª edição). Lisboa: Report Number.
- Marx, K., (1974), *O Capital*, Delfos Editora
- Marx, K. (1975b), *As lutas de classes em França*, Editorial Estampa.
- Marx, K., (1975a), *A ideologia alemã*, Lisboa, Livros Presença.
- Mau, S., and J. Mewes. (2012). Horizontal Europeanisation in Contextual Perspective: What drives cross-border activities within the European Union?. *European Societies*, 14 (1): 7-34. <https://doi.org/10.1080/14616696.2011.638083>
- Mau, S. (2015). *Inequality, Marketization and the Majority Class. Inequality, Marketization and the Majority Class: Why Did the European Middle Classes Accept Neo-Liberalism?* Macmillan Master Series. <https://doi.org/10.1057/9781137511614>
- Mauritti, R., Martins, S., Nunes, N., Romão, A. & Costa, A.. (2016). The Social Structure of European Inequality. A multidimensional perspective. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 81: 75-93. doi: 10.7458/SPP2016818798
- Mauro, D. Di, & Memoli, V. (n.d.). *Attitudes Towards Europe Beyond Euroscepticism: Supporting the European Union through the Crisis*. Palgrave Macmillan.

- McLaren, L. M. (2006). Identity, Interests and Attitudes to European Integration. *Identity, Interests and Attitudes to European Integration*. <https://doi.org/10.1057/9780230504240>
- McMillan, D. W., & Chavis, D. M. (1986). Sense of community: A definition and theory. *Journal of Community Psychology*, 14(1), 6–23. [https://doi.org/10.1002/1520-6629\(198601\)14:1<6::AID-JCOP2290140103>3.0.CO;2-I](https://doi.org/10.1002/1520-6629(198601)14:1<6::AID-JCOP2290140103>3.0.CO;2-I)
- McNamara, K. R., & Musgrave, P. (2020). Democracy and Collective Identity in the UE and the USA. *Journal of Common Market Studies*, 58(1), 172–188. <https://doi.org/10.1111/jcms.12978>
- Medrano J. (2008). Europeanization and the emergence of a European Society. IBEI Working Paper, 2008/12.
- Medrano, J. (2010). Unpacking European identity. *Politique Européenne*, 30: 46-66.
- Medrano, J. D. (2011). Social Class and Identity. *Sociology of the European Union*. Edited by Favell, A. & Guiraudon, V. UK: Palgrave Macmillan.
- Mendez, C., & Bachtler, J. (2016). European Identity and Citizen Attitudes to Cohesion Policy: What do we know?, European Policies Research Centre, 1–43. Retrieved from [http://www.cohesify.eu/downloads/Cohesify\\_Research\\_Paper1.pdf](http://www.cohesify.eu/downloads/Cohesify_Research_Paper1.pdf)
- Merton, R. (1970). *Sociologia: Teoria e Estrutura*. São Paulo: Editora Mestre Jou.
- Meyer, S., & Ward, P. R. (2009). Reworking the sociology of trust: making a semantic distinction between trust and dependence. *Proceedings of the Australian Sociological Association Conference*, May, 1–16. Retrieved from <http://www.tasa.org.au/conferences/conferencepapers09/appliedsociology.htm>
- Midtbøen, A. H. (2015). Citizenship, integration and the quest for social cohesion: nationality reform in the Scandinavian countries. *Comparative Migration Studies*, 3(1). <https://doi.org/10.1007/s40878-015-0002-y>
- Mihalcea, A., R. Savulescu, A. Vitelar. 2013. Generation Y: between a civic and a cultural European identity. *Revista Română de Comunicare oi Relații Publice*: 61-75.
- Minkus, L., Deutschmann, E., & Delhey, J. (2019). A Trump effect on the UE's popularity? The U.S. Presidential election as a natural experiment. *Perspectives on Politics*, 17(2), 399–416. <https://doi.org/10.1017/S1537592718003262>
- Mischke, M. (2014). *Public attitudes towards family policies in Europe: Linking institutional context and public opinion*. Springer Fachmedien. <https://doi.org/10.1007/978-3-658-03577-8>
- Mol, Christof (2013), Intra-European Student Mobility and European Identity: A Successful Marriage?, *Population, Space and Place*, (Online), 19, p. 209–222. DOI: 10.1002/psp.1752
- Mol, Christof, e Peter Ekamper (2015), *Destination cities of European Exchange Students*, Working Paper: 2015/05, (Online), Netherlands Interdisciplinary Demographic Institute (NIDI). DOI: 10.1080/00167223.2015.1136229

- Mol, C., H. Valk, L. Wissen. 2015. Falling in love with(in) Europe: European binational love relationships, European identification and transnational solidarity. *European Union Politics*. Sage Publications, 16 (4): 469-489. <https://doi.org/10.1177/146511651555886>
- Moody, J., & White, D. R. (2003). Structural cohesion and embeddedness: A hierarchical concept of social groups. *American Sociological Review*, 68(1), 103–127. <https://doi.org/10.2307/3088904>
- Moscovici, S. (1988). Notes Towards a Description of Social Representations. *European Journal of Social Psychology*, 18(3): 211 – 250. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420180303>
- Mouzelis, N. (1991) *Back to Sociological Theory. The Construction of Social Orders*. Palgrave Macmillan.
- Muñoz, J., Torcal, M., & Bonet, E. (2011). Institutional trust and multilevel government in the European Union: Congruence or compensation?. *European Union Politics*, 12(4), 551–574. <https://doi.org/10.1177/1465116511419250>
- Nelsen, B. F., & Guth, J. L. (2016). Religion and the Creation of European Identity: The Message of the Flags. *Review of Faith and International Affairs*, 14(1), 80–88. <https://doi.org/10.1080/15570274.2016.1145476>
- Newton, K., Stolle, D., Zmerli, S. (2018) Social and Political Trust, in Uslaner, E., *The Oxford handbook of social and political trust* Oxford University Press, 37-56.
- Nicoli, F., Kuhn, T., & Burgoon, B. (2020). Collective Identities, European Solidarity: Identification Patterns and Preferences for European Social Insurance. *Journal of Common Market Studies*, 58(1), 76–95. <https://doi.org/10.1111/jcms.12977>
- O'Brien, T. (2019). The Oxford handbook of social and political trust. *European Journal of Cultural and Political Sociology*, 6(4), 515–518. <https://doi.org/10.1080/23254823.2019.1662622>
- OECD (2020). *How's Life? 2020: Measuring Well-being*. OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/9870c393-en>
- Pagani, C. (2014). Diversity and social cohesion. *Intercultural Education*, 25(4), 300–311. <https://doi.org/10.1080/14675986.2014.926158>
- Parker, John (2000), Bourdieu: Structuration through Power, em John Parker, *Structuration*, Buckingham, Open University Press, 39-51.
- Parsons, Talcott (1982), *On Institutions and Social Evolution*, Chicago and London, The University of Chicago Press.
- Parsons, Talcott (1970), *Social Structure and Personality*, London, The Free Press.
- Pernicka, S., & Lahusen, C. (2018). Power and Counter Power in Europe. The Transnational Structuring of Social Spaces and Social Fields. *Osterreichische Zeitschrift Fur Soziologie*, 43, 1–11. Springer Fachmedien Wiesbaden. <https://doi.org/10.1007/s11614-018-0295-9>

- Persson, T., Parker, C. F., & Widmalm, S. (2019). How trust in UE institutions is linked to trust in national institutions: Explaining confidence in UE governance among national-level public officials. *European Union Politics*, 20(4), 629–648. <https://doi.org/10.1177/1465116519857162>
- Petithomme, M. (2008). Is there a European identity? National attitudes and social identification toward the European Union. *Journal of Identity and Migration Studies*, 2(1), 15–36. Retrieved from [http://www.e-migration.ro/jims/Vol2\\_no1\\_2008/JIMS\\_vol2\\_no1\\_2008.pdf#page=17](http://www.e-migration.ro/jims/Vol2_no1_2008/JIMS_vol2_no1_2008.pdf#page=17)
- Pickett, Kate, e Richard Wilkinson (2011), *The Spirit Level. Why Greater Equality Makes Societies Stronger*, New York, Bloomsbury Press.
- Phillips, D. (2008). *Social inclusion, social exclusion, social capital and social cohesion: tensions in a post-industrial world*. The Hong Kong Journal of Social, 42 (1), 3-31. <https://doi.org/10.1142/S021924620800003X>
- Phillips, D., & Robinson, D. (2015). Reflections on Migration, Community, and Place. *Population, Space and Place*, 21(5), 409–420. <https://doi.org/10.1002/psp.1911>
- Pichler, F., & Wallace, C. (2007). Patterns of formal and informal social capital in Europe. *European Sociological Review*, 23(4), 423–435. <https://doi.org/10.1093/esr/jcm013>
- Pichler, F. (2008). Social-structural differences in identification with Europe. *Perspectives on European Politics and Society*, 9(4), 381–396. <https://doi.org/10.1080/15705850802416770>
- Pichler, F., & Wallace, C. (2009). Social capital and social class in Europe: The role of social networks in social stratification. *European Sociological Review*, 25(3), 319–332. <https://doi.org/10.1093/esr/jcn050>
- Pinto-martinho, A. & Sousa, J. (2022). Confiança e uso dos media na União Europeia: determinantes sociomediáticas da confiança nas autoridades locais e regionais. *Media&Jornalismo*, 161–178. [https://doi.org/10.14195/2183-5462\\_41\\_9](https://doi.org/10.14195/2183-5462_41_9)
- Pires, R. (2003). *Migrações e Integração. Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*. Oeiras: Celta Editora.
- Pires, R. (2007) Árvore conceptuais: uma reconstrução multidimensional dos conceitos de ação e de estrutura. *Sociologia Problemas e Práticas*, 53, 11-50.
- Pires, R. (2012), O problema da integração, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 24, p.55-87.
- Pollmann, A. (2007) National and European identities: notions of reconcilability and inclusiveness in a case study of German trainee teachers. *Compare*, 37(1), 89–104. <https://doi.org/10.1080/03057920601061844>
- Portela, M., Neira, I., & Salinas-Jiménez, M. del M. (2013). Social Capital and Subjective Wellbeing in Europe: A New Approach on Social Capital. *Social Indicators Research*, 114(2), 493–511. <https://doi.org/10.1007/s11205-012-0158-x>
- Portes, Alejandro (1998), Social capital: its origins and applications in modern sociology, *Annual Review of Sociology*, 24: 1–24.

- Portes, Alejandro (2000), Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33: 133-158
- Pöttschke, S., M. Braun. (2019). Social transnationalism and supranational identifications. 115-136 in Recchi, E., Favell, A., Apaydin, F., Barbulescu, R., Braun, M., Ciornei, I., Cunningham, N., Medrano, J. D., Duru, D. N., Hanquinet, L., Pöttschke, S., Reimer, D., Salamońska, J., Savage, M., Jensen, J. S., & Varela, A. 2019. *Everyday Europe*. In *Everyday Europe*. UK: Policy Press.
- Putnam, Robert (2000), *Bowling Alone: Collapse and Revival of American Community*, New York: Simon & Schuster.
- Quivy, Raymond, e LucVan Campenhoudt (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, Lisboa.
- Rajulton, F., Ravanera, Z. R., & Beaujot, R. (2007). Measuring social cohesion: An experiment using the Canadian National Survey of Giving, Volunteering, and Participating. *Social Indicators Research*, 80(3), 461–492. <https://doi.org/10.1007/s11205-006-0011-1>
- Recchi, E. & Favell, A. (2009). *Pioneers of European Integration: Citizenship and Mobility in the UE*. Edward Elgar Publishing.
- Recchi, E. (2014). Pathways to European identity formation: a tale of two models. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, 27(2), 119–133. <https://doi.org/10.1080/13511610.2013.873709>
- Recchi, E. (2015) *Mobile Europe. The Theory and Practice of Free Movement in the UE*. UK: Palgrave Macmillan.
- Recchi, E. (2016). The Citizenship Gap in European Societies: Conceptualizing, Measuring and Comparing ‘Migration Neutrality’ across the UE. *International Migration*, 54(6), 181–200. <https://doi.org/10.1111/imig.12292>
- Recchi, E., A. Favell, F. Apaydin, R. Barbulescu, M. Braun, I. Ciornei, N. Cunningham, J. D. Medrano, N. Duru, L. Hanquinet, S. Pöttschke, D. Reimer, J. Salamońska, M. Savage, J. S. Jensen, and A. Varela. (2019). *Everyday Europe*. In *Everyday Europe*. UK: Policy Press.
- Richards, L., & Paskov, M. (2016). Social class, employment status and inequality in psychological well-being in the UK: Cross-sectional and fixed effects analyses over two decades. *Social Science and Medicine*, 167, 45–53. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2016.08.042>
- Ritzer, G. (2011), *Sociological Theory*, UEA, McGraw-Hill, 8ª edição.
- Ritzer, G., e Ryan, J. (2011), *The concise encyclopedia of Sociology*, Reino Unido, Blackwell Publishing.
- Ritzer, G. (2007), *The Blackwell Encyclopedia of Sociology*, Reino Unido, Blackwell Publishing.
- Rodríguez-Pose, A., & von Berlepsch, V. (2014). Social Capital and Individual Happiness in Europe. *Journal of Happiness Studies*, 15(2), 357–386. <https://doi.org/10.1007/s10902-013-9426-y>

- Rosenfeld, M. (2005). The European treaty-constitution and constitutional identity: A view from America. *International Journal of Constitutional Law*, 3(2–3), 316–331. <https://doi.org/10.1093/icon/moi022>
- <https://www.dropbox.com/s/6vma14mhm1uqvhl/978-3-030-86186-5.pdf?dl=0>
- Royuela, V. (2020). Construction of a Composite Index of European Identity. *Social Indicators Research*, 148(3), 831–861. Retrieved from <https://doi.org/10.1007/s11205-019-02226-5>
- Ruelens, A. (2019). *Multilevel Analysis of Political Trust: Advanced Methods and Applications*. [Tese de Doutoramento, KU LUEVEN, Faculty of Psychology and Educational Sciences].
- Ruelens, A., & Nicaise, I. (2020). Investigating a typology of trust orientations towards national and European institutions: A person-centered approach. *Social Science Research*, 87. <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2020.102414>
- Saggat, S., Somerville, W., Ford, R., & Sobolewska, M. (2012). The Impacts of Migration on Social Cohesion and Integration. *Migration Observatory Briefing*, COMPAS. University of Oxford, 1–77.
- Saint Denis, X. (2012). Sociology of the European Union. *Politique Européenne*, 36(1), 194. <https://doi.org/10.3917/poeu.036.0194>
- Sasaki, M. (2019). Trust in Contemporary Society. *International Comparative Social Studies* (Vol. 42). <https://doi.org/10.1163/9789004390430>
- Scalise, G. (2015). The Narrative Construction of European Identity. Meanings of Europe ‘from below’. *European Societies*, 17 (4): 593-614. <https://doi.org/10.1080/14616696.2015.1072227>
- Scherer, M. (2015). The Religious Context in Explaining Public Support for the European Union. *Journal of Common Market Studies*, 53(4), 893–909. <https://doi.org/10.1111/jcms.12224>
- Schiefer, D., & van der Noll, J. (2017). The Essentials of Social Cohesion: A Literature Review. *Social Indicators Research*, 132(2), 579–603. <https://doi.org/10.1007/s11205-016-1314-5>
- Schilke, O., Reimann, M., & Cook, K. S. (2021). Trust in Social Relations. *Annual Review of Sociology*, 47, 239–259. <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-082120-08285>
- Schmeets, H., & Coumans, M. (2013). The assessment of social cohesion and social exclusion in the Netherlands. Paper prepared for the UNESCO workshop on measuring and assessing inclusive social policies, Paris.
- Schmeets, H., & Coumans, M. (2015). The Socially Excluded in the Netherlands: The Development of an Overall Index. *Social Indicators Research*, 122 (3), 779-805.
- Schober, P., & Schwarte, L. A. (2018). Correlation coefficients: Appropriate use and interpretation. *Anesthesia and Analgesia*, 126(5), 1763–1768. <https://doi.org/10.1213/ANE.0000000000002864>
- Schroedter, J., J. Rössel, G. Datler. 2015. European Identity in Switzerland: The Role of Inter-marriage, and Transnational Social Relations and Experiences. *ANNALS, AAPSS*, 662: 148-168.

- Schwartz, Shalom (2005), “Basic Human values: Their content and structure across countries”, in A. Tamayo e J. Porto (eds.), *Valores e Comportamentos nas Organizações*, Petrópolis, Vozes, pp.21-55.
- Schwartz, S. H. (2006). Basic Human Values: An Overview Basic Human Values: Theory, Methods, and Applications Introduction to the Values Theory. *Jerusalem Hebrew University*, 48(January 2005), 49–71.
- Scanlon Foundation Research Institute. (2021). What is social cohesion? Retrieved from <https://scanloninstitute.org.au/research/mapping-social-cohesion/what-social-cohesion%0Ahttps://scanloninstitute.org.au/what-social-cohesion>
- Scott, J. (2004), *Stratification and Power. Structures of Class, Status and Command*, Cambridge, Polity Press.
- Scott, J. (2006), *Fifty Key Sociologists. The Contemporary Theorists*, Londres, Routledge.
- Sheldon, S. (1980) Symbolic Interactionism. A Social Structural Version. Benjamin/Cummings Publishing Company.
- Sigalas, E. 2010. Cross-border mobility and European identity: The effectiveness of intergroup contact during the Erasmus year abroad. *European Union Politics*, Sage Publications, 112: 241–265. doi: 10.1177/1465116510363656.
- Silva, F. (2004), Cidadãos da Europa? Algumas reflexões sobre o patriotismo constitucional. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70: 127-145.
- Simmel, G. (1978). *The Philosophy of Money*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Simmel, G. (2013) O Cruzamento de círculos sociais. 573-578 em *Teorias Sociológicas. Os Fundadores e os Clássicos (Antologia de textos)*, 7ª edição, editado por Braga da Cruz. Lisboa: Fundação Calouste de Gulbenkian.
- Sinnott, R. (2005), An Evaluation of the Measurement of National, Subnational and Supranational Identity in Crossnational Surveys, *International Journal of Public Opinion Research*, (Online), 18 (2), p. 211–223. Disponível em <http://hdl.handle.net/10197/1846>
- Slootweg, A., van Reekum, R., & Schinkel, W. (2019). The raced constitution of Europe: The Eurobarometer and the statistical imagination of European racism. *European Journal of Cultural Studies*, 22(2), 144–163. <https://doi.org/10.1177/1367549418823064>
- Social Wellbeing Agency (2018) Are we making a difference in the lives of New Zealanders – how will we know? Working Paper. SIA. New Zealand. <https://swa.govt.nz/assets/Uploads/Are-we-making-a-difference-in-the-lives-of-New-Zealanders-how-will-we-know.pdf>
- Sommer, C. (1994). Social cohesion and economic development: Unpacking the relationship Standard-Nutzungsbedingungen. <https://doi.org/10.23661/bp16.2019>
- Spanning, R., Wallace C., Datler, G. (2008). *What leads young people to identify with Europe? An exploration of the impact of exposure to Europe and political engagement on European identity*

- among young Europeans. *Perspect Eur Polit Soc*, 9(4), 480-498.  
<https://doi.org/10.1080/15705850802416929>
- Steckermeier, L. C., & Delhey, J. (2019). *Better for Everyone? Egalitarian Culture and Social Wellbeing in Europe. Social Indicators Research* (Vol. 143). Springer Netherlands.  
<https://doi.org/10.1007/s11205-018-2007-z>
- Strath, B. (2002). A European Identity: To the Historical Limits of a Concept. *European Journal of Social Theory*, 5-4: 387-401.
- Strath, B. 2006. Future of Europe. *Journal of Language and Politics*, 5(3): 427-448. doi: 10.1075/jlp.5.3.09str.
- Stråth, B. (2017). Identity and social solidarity: an ignored connection. A historical perspective on the state of Europe and its nations. *Nations and Nationalism*, 23(2), 227-247.  
<https://doi.org/10.1111/nana.12299>
- Taylor-Gooby, P., Leruth, B., & Chung, H. (2017). *After austerity: welfare state transformation in Europe after the Great Recession*. Oxford University Press.  
<https://doi.org/10.1093/oso/9780198790266.001.0001>
- Tausig, M. (2013). The Sociology of Work and Well-Being. In *Handbooks of Sociology and Social Research* (pp. 433-455). Springer Science and Business Media B.V. [https://doi.org/10.1007/978-94-007-4276-5\\_21](https://doi.org/10.1007/978-94-007-4276-5_21)
- Teney, C., & Deutschmann, E. (2018). Transnational Social Practices: A Quantitative Perspective. In *Emerging Trends in the Social and Behavioral Sciences* ( 1-15). Wiley.  
<https://doi.org/10.1002/9781118900772.etrds0456>
- Therborn, Göran (2004), *Between Sex and Power. Family in the world, 1900-2000*, London, Routledge.
- Therborn, Göran (2006), *Meaning, mechanisms, patterns, and forces: an introduction*, in Göran Therborn (ed.), *Inequalities of the World. New Theoretical Frameworks, Multiple Empirical Approaches*, London, Verso, pp. 1-58.
- Therborn, Göran (2013) *The Killing Fields of Inequality*. Polity.
- Thye, S. R., Yoon, J., & Lawler, E. J. (2002). The theory of relational cohesion: Review of a research program research program. *Advances in Group Processes*, 19, 139-166.  
[https://doi.org/10.1016/S0882-6145\(02\)19006-0](https://doi.org/10.1016/S0882-6145(02)19006-0)
- Tilly, C. (1999). *Durable Inequality*. University of California Press.  
<https://doi.org/10.1525/9780520924222>
- Tilly, Charles (2005), “*Historical perspectives on inequality*”, in Mary Romero and Eric Margolis (eds.), *The Blackwell Companion to Social Inequalities*, Malden, Blackwell, pp. 15-30.
- Tönnies, F. (2013) *Comunidade e Sociedade*. em Braga da Cruz, *Teorias Sociológicas. Os fundadores e os clássicos*. 7ª edição. Lisboa: Fundação Calouste de Gulbenkian.



- Toshkov, D., & Kortenska, E. (2015). Does Immigration Undermine Public Support for Integration in the European Union? *Journal of Common Market Studies*, 53(4), 910–925. <https://doi.org/10.1111/jcms.12230>
- Turner, J. (2014). *Theoretical Sociology. A concise introduction to twelve sociological theories*, UEA, SAGE Publications.
- Turner, J. (2013). *Theoretical Sociology. 1830 to the Present*, UEA, SAGE.
- Udrea, G. (2013). National and European identity: an empirical research on how Romanian students experience identities during their long-term studies abroad. *Romanian Journal of Communication and Public Relations*, 1, 17–35.
- União Europeia (2017). *O ABC do direito da União Europeia*. Luxemburgo.
- União Europeia (2018). *A União Europeia. O que é que faz*. Luxemburgo.
- United Nations Development Programme (2019). *Human development report 2019: beyond income, beyond averages, beyond today: inequalities in human development in the 21st century*. Retrieved from <https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2019>
- Uslaner, E. (2011). The Moral Foundations of Trust. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.824504>
- Uslaner, E. (2018) *The Oxford handbook of social and political trust* Oxford University Press.
- Uslaner, E. (2019). The Historical Roots of Well-Being and Social Cohesion. *UNDP Human Development Report*, 1, 1–31.
- Vala, J. & Castro, P. (2013). Pensamento social e representações sociais. 9ª edição . 579-599 in *Psicologia Social*, editado por Vala, J. & Monteiro, M.. Lisboa: Fundação Calouste de Gulbenkian.
- Vasconcelos, Pedro (2011), *Capital Social, Solidariedade Familiar e Desigualdade Social no Portugal Contemporâneo*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, Departamento de Sociologia, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa,.
- Vasilopoulou, S., & Talving, L. (2019). Opportunity or threat? Public attitudes towards UE freedom of movement. *Journal of European Public Policy*, 26(6), 805–823. <https://doi.org/10.1080/13501763.2018.1497075>
- Vergolini, L. (2011a) Does Economic Vulnerability Affect Social Cohesion? Evidence from a Comparative Analysis. *The Canadian Journal of Sociology / Cahiers canadiens de sociologie*, 36(1), 1-23.
- Vergolini, L. (2011b) Social cohesion in Europe: how the different dimensions of inequality affect social cohesion? *International Journal of Comparative Sociology*, 52(3): 197-214.
- Verhaegen, S., Hooghe, M., & Quintelier, E. (2014). European Identity and Support for European Integration: A Matter of Perceived Economic Benefits? *Kyklos, International Review for Social Sciences*. 67(2): 295-314. <https://doi.org/10.1111/kykl.12055>

- Verkuyten, M., Wiley, S., Deaux, K., & Fleischmann, F. (2019). To Be Both (and More): Immigration and Identity Multiplicity. *Journal of Social Issues*, 75(2), 390–413. <https://doi.org/10.1111/josi.12324>
- Watters, S. M., Ward, C., & Stuart, J. (2020). Does normative multiculturalism foster or threaten social cohesion? *International Journal of Intercultural Relations*, 75, 82–94. <https://doi.org/10.1016/j.ijintrel.2020.02.001>
- Weber, L. R., & Carter, A. I. (2003). *The Social Construction of Trust*. Kluwer Academic Publishers. <https://doi.org/10.1007/978-1-4615-0779-6>
- Weber, M. (1972c), Tipos de dominação, em Cruz, Braga (2013), *Teorias Sociológicas. Os fundadores e os clássicos (Antologia de textos I Volume)*, Lisboa, Fundação Calouste de Gulbenkian, 7ª edição, pp 681-724.
- Weber, M. (1972b), Partidos, em Cruz, Braga (2013), *Teorias Sociológicas. Os fundadores e os clássicos (Antologia de textos I Volume)*, Lisboa, Fundação Calouste de Gulbenkian, 7ª edição, pp 725-728.
- Weber, M. (1972a), Status e Classes, em Cruz, Braga (2013), *Teorias Sociológicas. Os fundadores e os clássicos (Antologia de textos I Volume)*, Lisboa, Fundação Calouste de Gulbenkian, 7ª edição, pp 729-736.
- Weber, M. (1972d), Classes, Status e Partidos, em Cruz, Braga (2013), *Teorias Sociológicas. Os fundadores e os clássicos (Antologia de textos I Volume)*, Lisboa, Fundação Calouste de Gulbenkian, 7ª edição, pp 737-752.
- Weber, M. 1978. *Economy and Society, Volume I e II*. Berkeley: University of California Press.
- Weber, M. (1989), *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Lisboa, Editorial Presença.
- Weber, M. (2005), *Três tipos de poder e outros escritos*, Lisboa, Tribuna da História.
- Weber, M. (2019), *Economy and Society*, Cambridge, Harvard University Press.
- Whelan, Christopher, e Bertrand Maître (2009) The ‘Europeanisation’ Of Reference Groups *European Societies*, (Online), 11 (2), p. 283-309. DOI: 10.1080/14616690701846938
- Wellings, B. (2015). Integrating indifference: a comparative, qualitative and quantitative approach to the legitimacy of European integration. *West European Politics* (Vol. 38). <https://doi.org/10.1080/01402382.2015.1065071>
- Williams, C. J., & Bevan, S. (2019). The effect of public attitudes toward the European Union on European Commission policy activity. *European Union Politics*, 20(4), 608–628. <https://doi.org/10.1177/1465116519857161>
- World Health Organization (2021a) Health promotion glossary of terms 2021. Geneva: World Health Organization.
- World Health Organization (2021b) Towards developing WHO's agenda on well-being. Geneva: World Health Organization.

- Wright, E. O. (1997), *Class Counts. Comparative studies in class analysis*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Yoon, J., Thye, S. R., & Lawler, E. J. (2013). Exchange and cohesion in dyads and triads: A test of Simmel's hypothesis. *Social Science Research*, 42(6), 1457–1466.  
<https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2013.06.003>
- Yuval-Davis, N. (2011). *The politics of belonging: intersectional contestations*. London: Sage.
- Ziller, C. (2015). Ethnic diversity, economic and cultural contexts, and social trust: Cross-sectional and longitudinal evidence from European regions, 2002-2010. *Social Forces*, 93(3), 1211–1240.  
<https://doi.org/10.1093/sf/sou088>



# **ANEXOS**



## Anexo A

### 3. Dados e operacionalização de conceitos e dimensões

Todos os resultados são de produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

#### Construção das subdimensões de CS-UE

Todas as componentes foram construídas através de Análises de Componentes Principais Categorias (ACPCat).

#### Relações horizontais: reconhecimento

Quadro A. 1 – Resultado ACPCat da subdimensão do reconhecimento da CS-UE

Indicador	Loadings	% Variância	Alpha Cronbach
<i>Para cada uma das seguintes afirmações, diga-me se pensa ser uma coisa boa, uma coisa má ou uma coisa nem boa nem má.</i>			
O direito dos cidadãos da UE de viver em todos os Estados-Membros da UE	0,922	78,0%	0,931
O direito dos cidadãos da UE a trabalhar em todos os Estados-Membros da UE	0,920		
O direito dos cidadãos da UE de viver em Portugal	0,899		
O direito dos cidadãos da UE de trabalhar em Portugal	0,898		

#### Relações verticais: confiança

Quadro A. 2 - Resultado ACPCat da subdimensão da confiança da CS-UE

Variáveis	Loadings	% Variância	Alpha Cronbach
Confiança no Parlamento Europeu	0,913	67,2%	0,886
Confiança na Comissão Europeia	0,900		
Confiança no BCE	0,841		
Confiança na UE	0,789		

#### Relações verticais: legitimidade

Quadro A. 3 - Resultado ACPCat da subdimensão da legitimidade da CS-UE

Indicador	Loadings	% Variância	Alpha Cronbach
Diria que é muito otimista, otimista, pessimista ou muito pessimista em relação ao futuro da União Europeia?	0,839	53,0%	0,818
De uma maneira geral, a União Europeia tem para si uma imagem muito positiva, positiva, neutra, negativa ou muito negativa	0,824		
Satisfação com o estado da democracia na UE	0,804		
Os interesses de Portugal são devidamente tomados em consideração na UE	0,748		

## Pertença

Quadro A. 4 - Resultado ACPCat da dimensão da pertença de CS-UE

Variáveis	Loadings	% Variância	Alpha Cronbach
Em que medida se sente ligado à UE?	0,912		
Em que medida se sente ligado à Europa?	0,882	66,4%	0,859
Sente-se cidadão da UE?	0,850		
Está feliz a viver na UE	0,691		

## Práticas transfronteiriças: não integrativas

Quadro A. 5 - Resultado ACPCat da subdimensão das práticas não integrativas da CS-UE

Variáveis	Loadings	% Variância	Alpha Cronbach
Menor controlo nas fronteiras	0,803		
Melhoria dos direitos dos consumidores na UE	0,794	63,1%	0,821
Custos mais baixos das comunicações na UE	0,840		
Direitos no transporte aéreo na UE	0,787		

## Práticas transfronteiriças: integrativas

Quadro A. 6 - Resultado ACPCat da subdimensão das práticas integrativas da CS-UE

Variáveis	Loadings	% Variância	Alpha Cronbach
Viver noutro país da UE	0,781		
Trabalhar noutro país da UE	0,873	63,9%	0,870
Estudar noutro país da UE	0,889		
Receber assistência média noutro país da UE	0,847		



## Construção dos índices de bem-estar subjetivo

Todas as componentes foram construídas através de Análises de Componentes Principais Categóricas (ACPCat).

Quadro A. 7 – Resultados das ACPCat da subdimensão de bem-estar subjetivo

Indicador	Variáveis	Loadings	% Variância	Alpha Cronbach
Bem-estar pessoal	Profissional	0,853	75,2%	0,834
	Financeira do agregado familiar	0,981		
Bem-estar nacional	Em geral	0,879	66,7%	0,853
	Economia	0,890		
	Emprego	0,830		
	Serviços públicos	0,751		

## Construção dos indicadores de valores

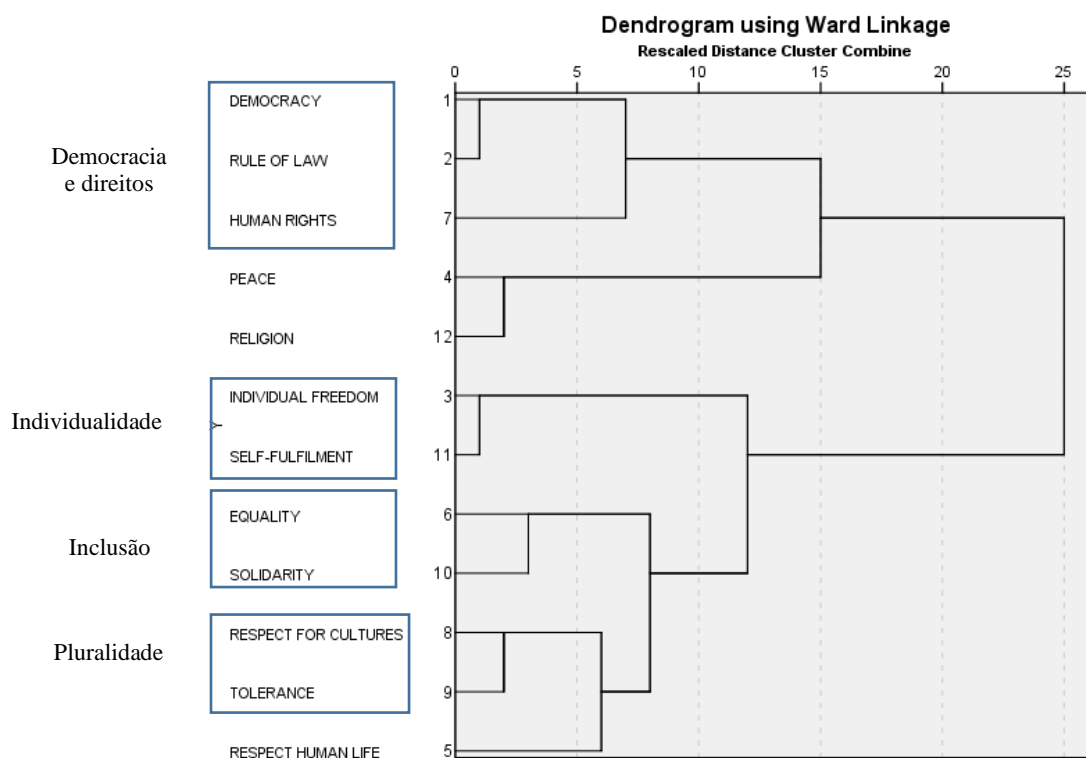
### Valores socio-humanos

Primeiro passo: cálculo da matriz de componentes usando uma ACPCat.

Quadro A. 8 – Matriz das componentes da ACPCat dos valores socio-humanos

Valores	Loadings das componentes											
	Dimensão											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Democracia	0,626	-0,167	-0,265	-0,199	0,078	0,003	0,138	-0,224	0,035	-0,162	0,585	0,161
Estado de direito	0,461	0,282	0,017	-0,024	0,319	0,257	0,220	0,375	-0,438	0,209	-0,310	0,133
Liberdade individual	-0,060	0,643	0,003	-0,409	-0,296	-0,121	0,117	0,095	0,333	-0,354	-0,175	0,155
Paz	0,250	-0,531	0,455	-0,221	-0,172	-0,252	-0,345	-0,074	-0,127	-0,131	-0,349	0,164
Respeito pela vida humana	-0,436	0,190	0,582	0,167	-0,056	-0,084	0,145	0,016	-0,374	-0,018	0,461	0,153
Igualdade	-0,246	-0,190	-0,448	0,157	-0,437	0,426	-0,320	0,350	-0,177	-0,156	0,073	0,143
Direitos humanos	0,286	0,264	-0,019	0,741	-0,155	-0,190	-0,185	-0,176	0,271	0,263	-0,079	0,157
Respeito por outras culturas	-0,251	0,030	-0,065	0,223	0,675	0,163	-0,196	-0,235	0,039	-0,523	-0,145	0,102
Tolerância	-0,291	-0,153	-0,269	-0,140	0,369	-0,551	-0,115	0,467	0,174	0,264	0,116	0,126
Solidariedade	-0,306	-0,343	-0,284	0,102	-0,131	-0,103	0,695	-0,282	-0,069	0,038	-0,290	0,132
Autorrealização	-0,262	0,211	-0,156	-0,413	0,054	0,198	-0,321	-0,521	-0,122	0,498	-0,027	0,103
Religião	-0,075	-0,269	0,386	-0,057	0,109	0,549	0,158	0,157	0,589	0,222	0,045	0,098

Segundo passo: agrupamento dos valores de acordo com a estrutura da matriz dos *loadings* das componentes: análise hierárquica de clusters com método de Ward.



Notas: os direitos humanos são incluídos no índice de democracia e direitos, com a democracia e o Estado de direito, uma vez que face à CS-UE aumenta a capacidade explicativa do índice. Por sua vez o respeito pela vida humana não aumenta a capacidade explicativa do índice de pluralidade, onde se incluem o respeito pelas outras culturas e a tolerância, logo foi excluído.

Figura A. 1 – Dendrograma da análise de clusters da matriz de *loadings* das componentes de valores socio-humanos

### Valores socioeconómicos

Todas as componentes foram construídas através de Análises de Componentes Principais Categorias (ACPCat).

Quadro A. 9 – Resultados das ACPCat dos valores socioeconómicos

Indicador	Variáveis	Loadings	% Variância	Alpha Cronbach
Estado Social	Estado social	0,754	37,2%	0,790
	Segurança	0,751		
	Solidariedade	0,748		
	Serviços público	0,687		
	Pequenas e médias empresas	0,665		
	Sindicatos	0,587		
Liberalismo	Comércio livre	0,741	35,6%	0,782
	Liberalização	0,722		
	Concorrência	0,715		
	Grandes empresas	0,708		
	Globalização	0,707		

### Construção dos indicadores das representações da UE

Todas as componentes foram construídas através de Análises de Componentes Principais Categorias (ACPCat).

Quadro A. 10 – Resultados das ACPCat das representações da UE

Indicador	Variáveis	Loadings	% Variância	Alpha Cronbach
Representações positivas	Democracia	0,627	29,1%	0,663
	Paz	0,583		
	Uma voz mais forte no mundo	0,579		
	Diversidade cultural	0,575		
	Prosperidade económica	0,531		
	A liberdade de viajar, estudar e trabalhar em qualquer parte da UE	0,500		
	Proteção social	0,472		
	Euro	0,415		
Representações negativas	Mais criminalidade	0,678	35,2%	0,631
	Desperdício de dinheiro	0,661		
	Não existir controlo suficiente de fronteiras externas	0,617		
	Perda de identidade cultural	0,569		
	Burocracia	0,522		
	Desemprego	0,490		
Integração europeia	Política Comercial	0,728	43,7%	0,859
	Política Externa	0,724		
	Política Energética	0,723		
	Política de Defesa	0,698		
	Mercado Único Digital	0,691		
	Política de Migração	0,648		
	Área de Livre Circulação de cidadãos	0,628		
	União Económica e Monetária	0,620		
	Alargamento a outros países	0,509		

### Construções dos indicadores de coesão social nacional

Todas as componentes foram construídas através de Análises de Componentes Principais Categorias (ACPCat).

Quadro A. 11 – Resultados das ACPCat da coesão social nacional

Indicador	Variáveis	Loadings	% Variância	Alpha Cronbach
Confiança nas instituições nacionais	Parlamento nacional	0,762	42,5%	0,857
	O governo nacional	0,760		
	Administração pública	0,750		
	Autoridades públicas regionais e locais	0,720		
	A justiça / o sistema judicial	0,713		
	Polícia	0,659		
	Partidos políticos	0,615		
	Forças armadas	0,575		
	Comunicação social	0,562		



## Anexo B

### 4. Coesão social na União Europeia

Todos os resultados são de produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

Quadro A. 12 – Resultados das ACPCat de 2ª ordem da coesão social na UE

<b>Dimensão</b>	<b>Subdimensão</b>	<b>Loadings</b>	<b>% Variância</b>	<b>Alpha Cronbach</b>
Relações horizontais	Aceitação	0,665	46,6%	0,819
	Reconhecimento	0,645		
Relações verticais	Confiança	0,727		
	Legitimidade	0,848		
	Filiação	0,522		
Pertença	Pertença	0,845		
Práticas	Não integrativas	0,550		
	Integrativas	0,358		

## Clusters de Estados-Membros das relações horizontais

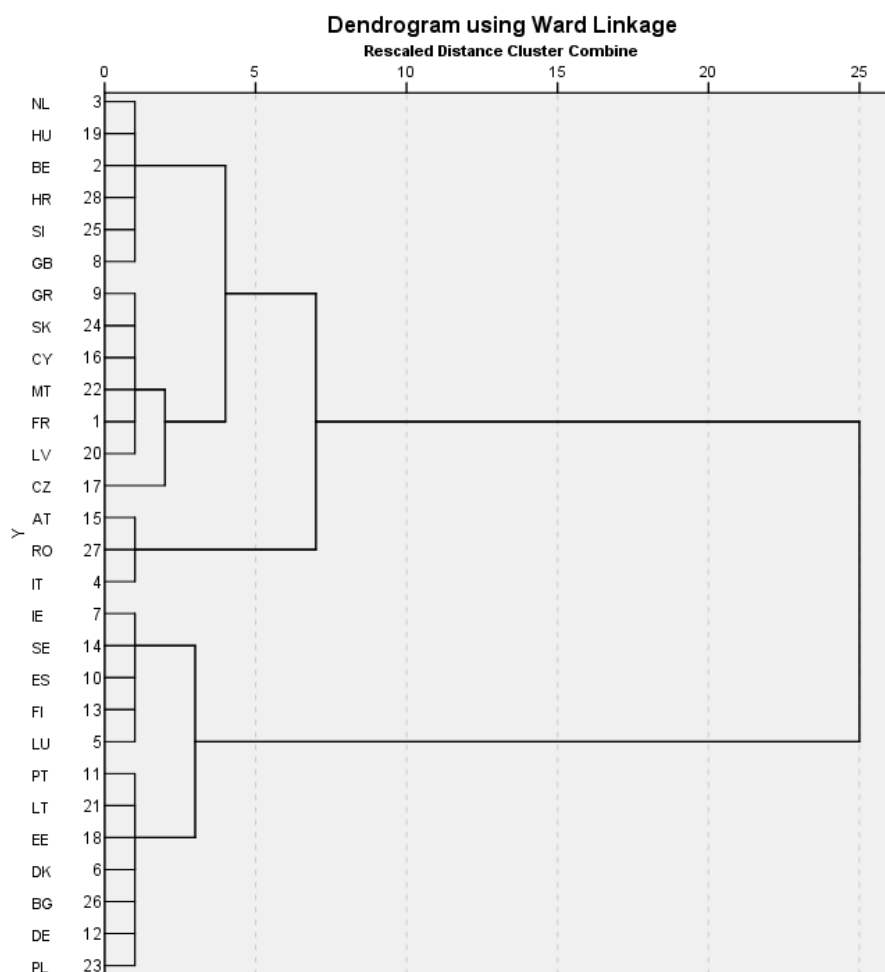


Figura A. 2 – Dendrograma da análise de clusters de Estados-Membros das relações horizontais

Quadro A. 13 – Teste da ANOVA aos clusters de Estados-Membros das relações horizontais

<i>ANOVA</i>		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Aceitação	Between Groups	0,109	4	0,027	31,131	0,000
	Within Groups	0,020	23	0,001		
	Total	0,129	27			
Reconhecimento	Between Groups	0,098	4	0,025	40,325	0,000
	Within Groups	0,014	23	0,001		
	Total	0,112	27			

## Clusters de Estados-Membros das relações verticais

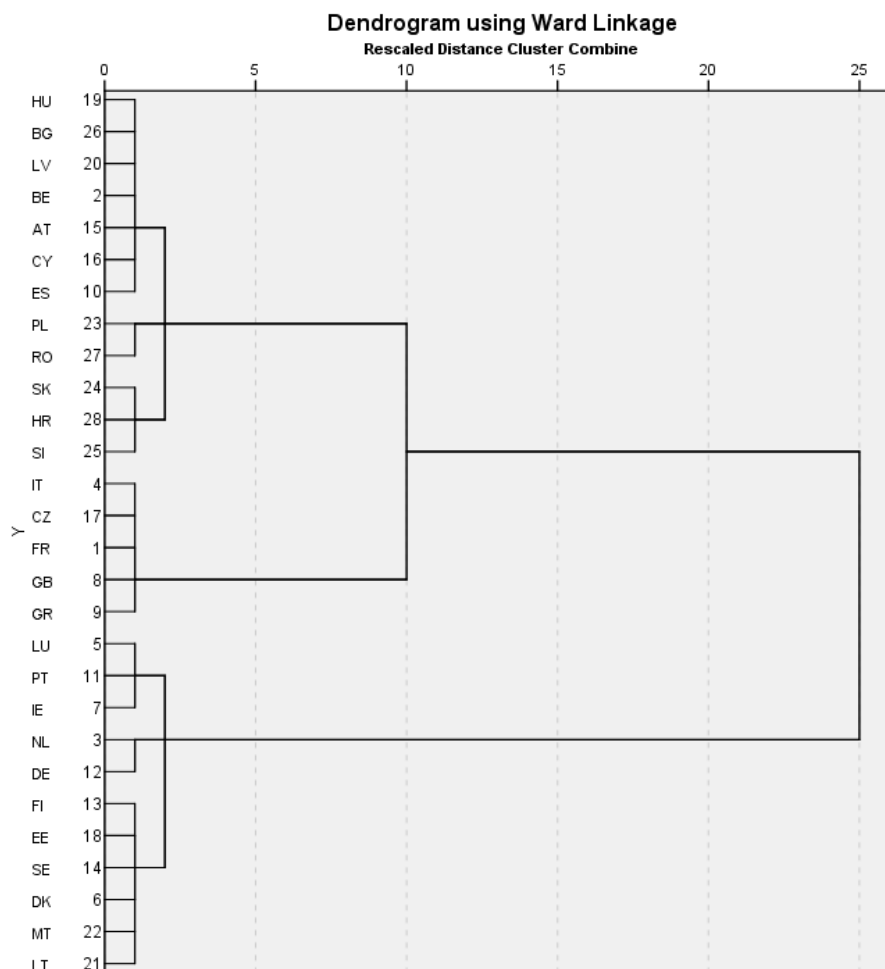


Figura A. 3 – Dendrograma da análise de clusters de Estados-Membros das relações verticais

Quadro A. 14 – Teste da ANOVA aos clusters de Estados-Membros das relações verticais

<i>ANOVA</i>		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Confiança	Between Groups	0,312	2	0,156	41,911	0,000
	Within Groups	0,093	25	0,004		
	Total	0,405	27			
Legitimidade	Between Groups	0,046	2	0,023	42,463	0,000
	Within Groups	0,014	25	0,001		
	Total	0,060	27			
Filiação	Between Groups	0,173	2	0,087	32,980	0,000
	Within Groups	0,066	25	0,003		
	Total	0,239	27			

## Clusters de Estados-Membros das práticas transfronteiriças

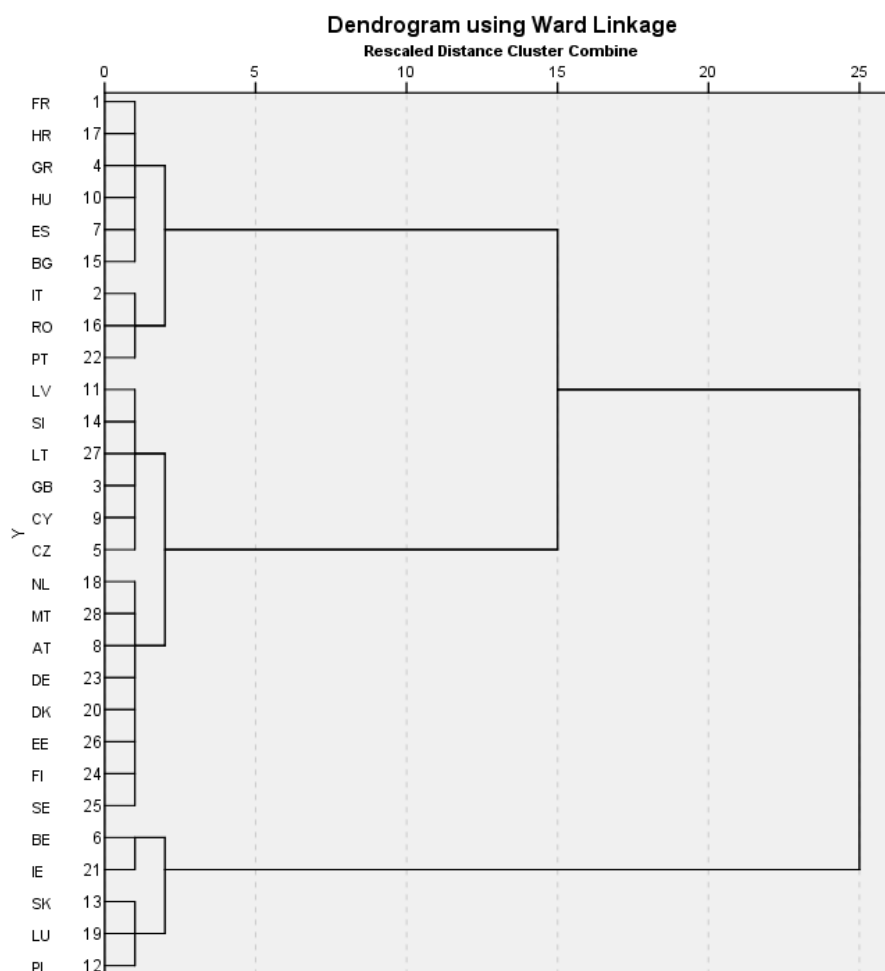


Figura A. 4 – Dendrograma da análise de clusters de Estados-Membros das práticas transfronteiriças

Quadro A. 15 – Teste da ANOVA aos clusters de Estados-Membros das práticas transfronteiriças

<i>ANOVA</i>						
		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Práticas integrativas	Between Groups	0,354	2	0,177	50,032	0,000
	Within Groups	0,089	25	0,004		
	Total	0,443	27			
Práticas não integrativas	Between Groups	0,522	2	0,261	98,166	0,000
	Within Groups	0,066	25	0,003		
	Total	0,589	27			



**Clusters de Estados-Membros de coesão social na UE**

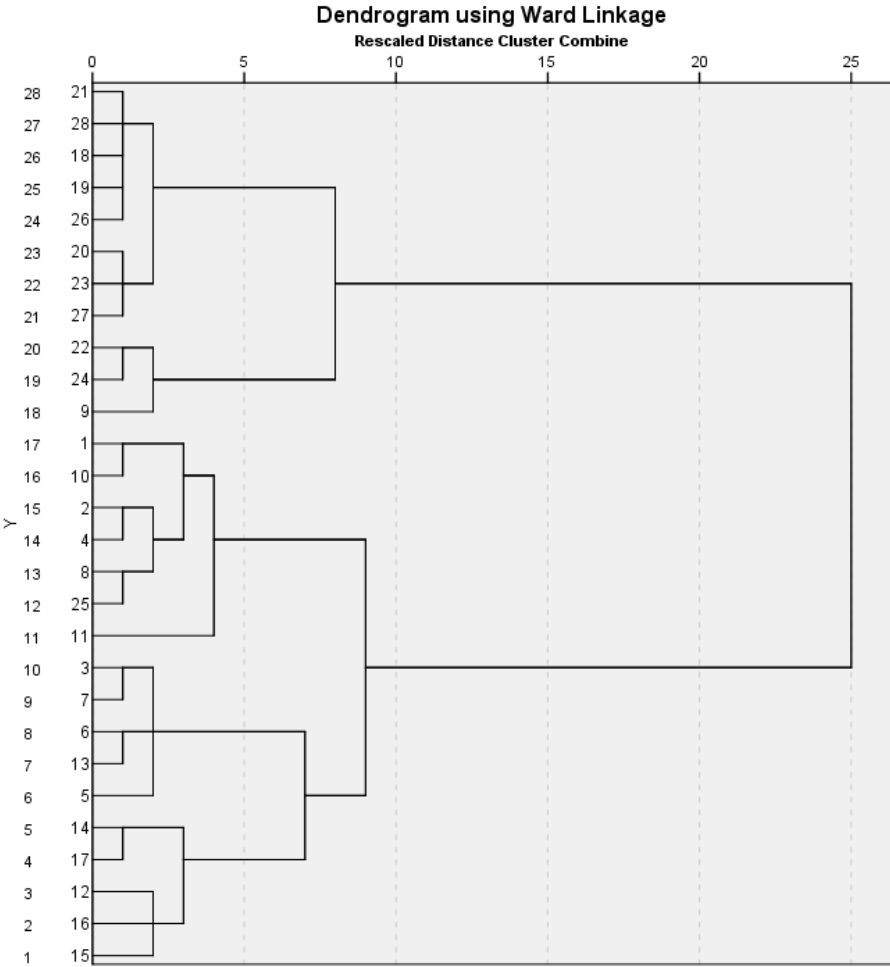


Figura A. 5 – Dendrograma da análise de clusters de Estados-Membros de coesão social na UE

Quadro A. 16 – Teste da ANOVA aos clusters de Estados-Membros de coesão social na UE

		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Aceitação	Between Groups	16,797	4	4,199	9,466	0,000
	Within Groups	10,203	23	0,444		
	Total	27	27			
Reconhecimento	Between Groups	14,726	4	3,682	6,899	0,001
	Within Groups	12,274	23	0,534		
	Total	27	27			
Confiança	Between Groups	19,785	4	4,946	15,767	0,000
	Within Groups	7,215	23	0,314		
	Total	27	27			
Legitimidade	Between Groups	20,326	4	5,082	17,513	0,000
	Within Groups	6,674	23	0,29		
	Total	27	27			
Filiação	Between Groups	19,822	4	4,956	15,879	0,000
	Within Groups	7,178	23	0,312		
	Total	27	27			
Pertença	Between Groups	15,746	4	3,936	8,045	0,000
	Within Groups	11,254	23	0,489		
	Total	27	27			
Práticas integrativas	Between Groups	17,614	4	4,403	10,79	0,000
	Within Groups	9,386	23	0,408		
	Total	27	27			
Práticas não integrativas	Between Groups	18,182	4	4,546	11,857	0,000
	Within Groups	8,818	23	0,383		
	Total	27	27			

## Anexo C

### 5. Condições de vida e coesão social na UE

Todos os resultados são de produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

#### Desigualdades sociais

Quadro A. 17 – Correlações entre a coesão social na UE e as desigualdades sociais, a nível transnacional, variáveis ordinais

	Relações horizontais			Relações verticais		Pertença	Práticas	
	Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Não Integrativas	Integrativas
Faixas Etárias	-0,132 ***	-0,076 ***	-0,070 ***	-0,115 ***	-0,022 ***	-0,115 ***	-0,241 *	-0,165 ***
Escolaridade	0,193 ***	0,141 ***	0,192 ***	0,177 ***	0,147 ***	0,229 ***	0,342 *	0,193 ***
Privação Monetária	-0,164 ***	-0,185 ***	-0,190 ***	-0,171 ***	-0,170 ***	-0,221 ***	-0,158 *	-0,045 ***
Privação Material	-0,124 ***	-0,099 ***	-0,101 ***	-0,096 ***	-0,123 ***	-0,170 ***	-0,301 *	-0,089 ***
Internet	0,171 ***	0,123 ***	0,105 ***	0,110 ***	0,088 ***	0,191 ***	0,326 *	0,165 ***

Notas: *Rho de Spearman*, \*\*\* p<0,001

#### Bem-estar subjetivo

##### Análise às subdimensões de bem-estar subjetivo pessoal

No caso do bem-estar- pessoal, as correlações entre a situação financeira do agregado familiar e a da situação profissional com as subdimensões de CS-UE são muito próximas. Embora a primeira relaciona-se ligeiramente em maior intensidade com a confiança e a legitimidade das instituições europeias, enquanto a situação profissional tem maior correlação com a filiação, Quadro A.18. Conquanto, a ordem de grandeza de ambas as dimensões, profissional e familiar, são muito semelhantes, não se destaca nenhuma em particular, pelo que o indicador de bem-estar subjetivo pessoal é um bom indicador das relações entre o nível pessoal de bem-estar e o nível de CS-UE em geral.

Quadro A. 18 – Correlações entre as pontuações médias nas subdimensões de CS-UE e o bem-estar subjetivo pessoal.

	Relações horizontais			Relações verticais		Pertença	Práticas	
	Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Não Integrativas	Integrativas
<b>Bem-estar pessoal</b>	<b>0,184 **</b>	<b>0,121 **</b>	<b>0,243 **</b>	<b>0,244 **</b>	<b>0,110 **</b>	<b>0,251 **</b>	<b>0,258 **</b>	<b>0,118 **</b>
Situação profissional	0,163 **	0,135 **	0,229 **	0,218 **	0,122 **	0,234 **	0,228 **	0,077 **
Situação financeira do agregado familiar	0,188 **	0,132 **	0,255 **	0,248 **	0,099 **	0,246 **	0,241 **	0,105 **

Notas: Correlação *Rho de Spearman*; \* p<0,05; \*\* p<0,01; \*\*\* p<0,001

## Análise às subdimensões de bem-estar subjetivo nacional

O indicador de bem-estar subjetivo nacional tem correlações maiores com as subdimensões de CS-UE do que os seus indicadores de bem-estar isolados, comprovando a pertinência da sua construção, Quadro A.19. A exceção são as práticas, onde a situação do emprego no país tem maior correlação com as práticas integrativas e não integrativas, embora seja uma diferença ligeira.

Por outro lado, a situação geral do país é o indicador com maiores correlações com as relações horizontais e verticais, portanto as atitudes.

As práticas transfronteiriças são mais captadas por indicadores específicos, neste caso a situação do sistema económico, seja tanto pelo mercado laboral como pela situação da economia. Assim, a situação da economia do país é o segundo indicador com melhores correlações, sendo mais transversal que o indicador da situação geral pois tem melhores correlações com as práticas. Tal sugere uma fiabilidade aceitável na leitura dos resultados do indicador usado para medir o bem-estar subjetivo ao nível europeu (a situação da economia europeia).

Tal como se tem vindo a constatar a filiação é a dimensão de CS-UE mais difícil de captar, registando as menores correlações.

Quadro A. 19 – Correlações entre as pontuações médias nas subdimensões de CS-UE e o bem-estar subjetivo nacional.

	Relações horizontais		Relações verticais			Pertença	Práticas	
	Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Não Integrativas	Integrativas
<b>Bem-estar nacional</b>	<b>0,228 **</b>	<b>0,127 **</b>	<b>0,322 **</b>	<b>0,353 **</b>	<b>0,119 **</b>	<b>0,301 **</b>	<b>0,244 **</b>	<b>0,149 **</b>
País em geral	0,205 **	0,116 **	0,315 **	0,352 **	0,117 **	0,281 **	0,204 **	0,119 **
Economia do país	0,214 **	0,115 **	0,290 **	0,320 **	0,112 **	0,276 **	0,237 **	0,138 **
Emprego do país	0,188 **	0,115 **	0,285 **	0,296 **	0,093 **	0,255 **	0,258 **	0,168 **
SP do país	0,193 **	0,118 **	0,277 **	0,291 **	0,091 **	0,253 **	0,153 **	0,077 **

Notas: Correlação *Rho de Spearman*; \*  $p < 0,05$ ; \*\*  $p < 0,01$ ; \*\*\*  $p < 0,001$

## Clusters de Estados-Membros de bem-estar subjetivo

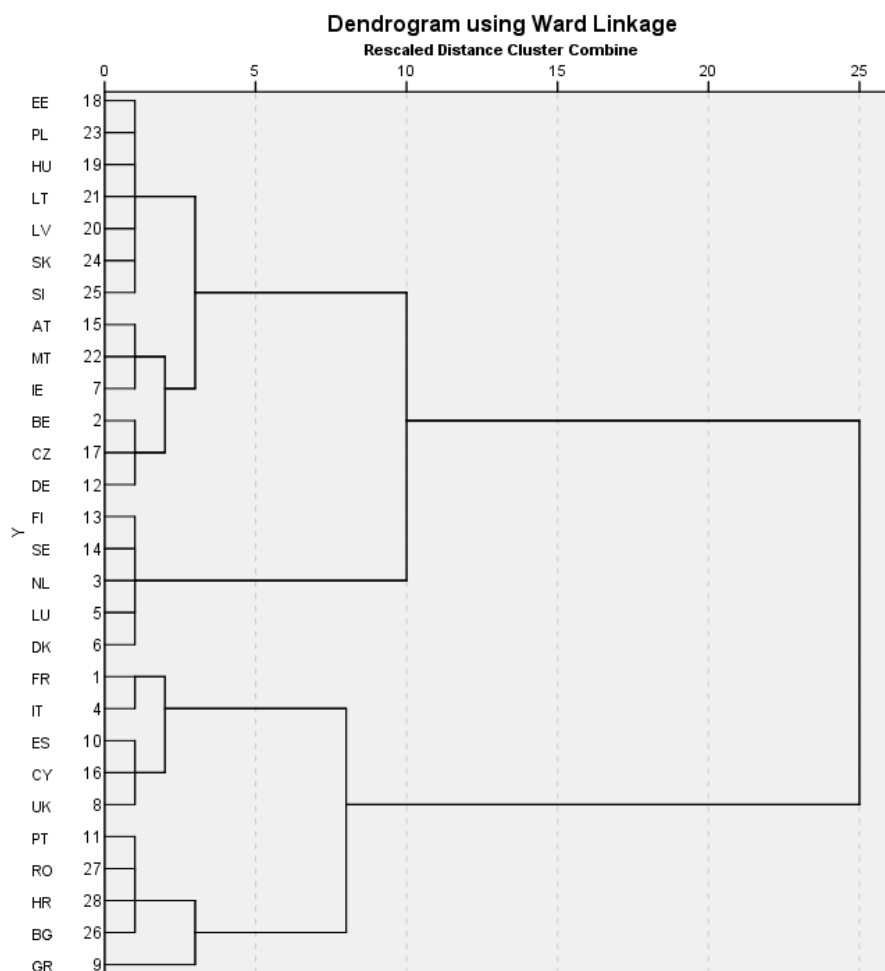


Figura A. 6 – Dendrograma da análise de clusters de Estados-Membros de bem-estar subjetivo

Quadro A. 20 – Teste da ANOVA aos clusters de Estados-Membros de bem-estar subjetivo

ANOVA		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Bem-estar individual	Between Groups	0,119	3	0,040	20,042	0,000
	Within Groups	0,047	24	0,002		
	Total	0,166	27			
Bem-estar pessoal	Between Groups	0,195	3	0,065	31,763	0,000
	Within Groups	0,049	24	0,002		
	Total	0,244	27			
Bem-estar nacional	Between Groups	0,350	3	0,117	30,620	0,000
	Within Groups	0,091	24	0,004		
	Total	0,442	27			
Bem-estar europeu	Between Groups	0,067	3	0,022	14,024	0,000
	Within Groups	0,038	24	0,002		
	Total	0,105	27			

Quadro A. 21 – Teste da ANOVA aos clusters de Estados-Membros de bem-estar subjetivo segundo as subdimensões de CS-UE

<i>ANOVA</i>		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Aceitação	Between Groups	0,025	3	0,008	1,905	0,157
	Within Groups	0,103	23	0,004		
	Total	0,128	26			
Reconhecimento	Between Groups	0,019	3	0,006	1,555	0,227
	Within Groups	0,092	23	0,004		
	Total	0,111	26			
Confiança	Between Groups	0,139	3	0,046	4,946	0,009
	Within Groups	0,215	23	0,009		
	Total	0,354	26			
Legitimidade	Between Groups	0,010	3	0,003	1,835	0,169
	Within Groups	0,043	23	0,002		
	Total	0,053	26			
Filiação	Between Groups	0,072	3	0,024	3,730	0,025
	Within Groups	0,149	23	0,006		
	Total	0,221	26			
Pertença	Between Groups	0,057	3	0,019	6,112	0,003
	Within Groups	0,072	23	0,003		
	Total	0,129	26			
Práticas integrativas	Between Groups	0,080	3	0,027	1,694	0,196
	Within Groups	0,362	23	0,016		
	Total	0,441	26			
Práticas não integrativas	Between Groups	0,330	3	0,110	9,900	0,000
	Within Groups	0,256	23	0,011		
	Total	0,586	26			

## Anexo D

### 6. O espaço ideacional e a coesão social na UE

Todos os resultados são de produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

#### Análise descritiva dos indicadores dos valores

Quadro A. 22 – Distribuição da percepção proximidade/distanciamento de valores entre Estados-Membros

	N	%
Muito distantes	2055	7,5%
Distantes	8634	31,4%
Próximos	13809	50,3%
Muito próximos	1127	4,1%
NS/NR	1840	6,7%
Total	25624	100,0%

Quadro A. 23 – Distribuição dos valores socioeconómicos

	Estado social		Liberalismo		Empreendedorismo		Proteccionismo	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Baixo	541	2,0%	1013	3,7%	695	2,5%	3234	11,8%
Médio baixo	4412	16,1%	6483	23,6%	3506	12,8%	8342	30,4%
Médio alto	13718	50,0%	14608	53,2%	14037	51,1%	8978	32,7%
Alto	8317	30,3%	4288	15,6%	7186	26,2%	2504	9,1%
NS/NR	475	1,7%	1070	3,9%	2040	7,4%	4406	16,0%
Total	26989	100,0%	26394	100,0%	25424	100,0%	23058	100,0%

Quadro A. 24 – Distribuição dos valores sociopolíticos

	N	%
Esquerda	2515	9,2%
Centro-esquerda	5418	19,7%
Centro-esquerda	9120	33,2%
Centro-direita	3644	13,3%
Direita	1673	6,1%
NS/NR	5093	18,5%
Total	22371	100,0%

Quadro A. 25 – Médias de coesão social na UE, segundo os valores socio-humanos

Dimensão	Indicadores	Relações horizontais		Relações verticais		Pertença		Práticas	
		Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Não integrativas	Integrativas
Democracia e direitos	Democracia	0,64	0,85	0,60	0,73	0,65	0,66	0,51	0,24
	Direitos Humanos	0,63	0,87	0,57	0,73	0,65	0,66	0,50	0,23
	Estado de direito	0,63	0,86	0,59	0,71	0,64	0,65	0,50	0,23
Inclusão	Igualdade	0,63	0,84	0,54	0,71	0,61	0,63	0,46	0,24
	Solidariedade	0,62	0,84	0,57	0,72	0,64	0,64	0,45	0,21
Pluralidade	Tolerância	0,64	0,85	0,58	0,72	0,64	0,66	0,50	0,23
	Respeito por outras culturas	0,65	0,88	0,55	0,71	0,66	0,65	0,50	0,21
Individualidade	Liberdade individual	0,61	0,84	0,53	0,71	0,63	0,63	0,49	0,22
	Autorrealização	0,59	0,81	0,49	0,69	0,63	0,59	0,48	0,21
Outros	Respeito pela vida humana	0,61	0,85	0,50	0,70	0,61	0,62	0,43	0,19
	Paz	0,61	0,85	0,55	0,71	0,65	0,64	0,47	0,22
	Religião	0,57	0,78	0,43	0,66	0,54	0,52	0,37	0,22

### Clusters de Estados-Membros de valores

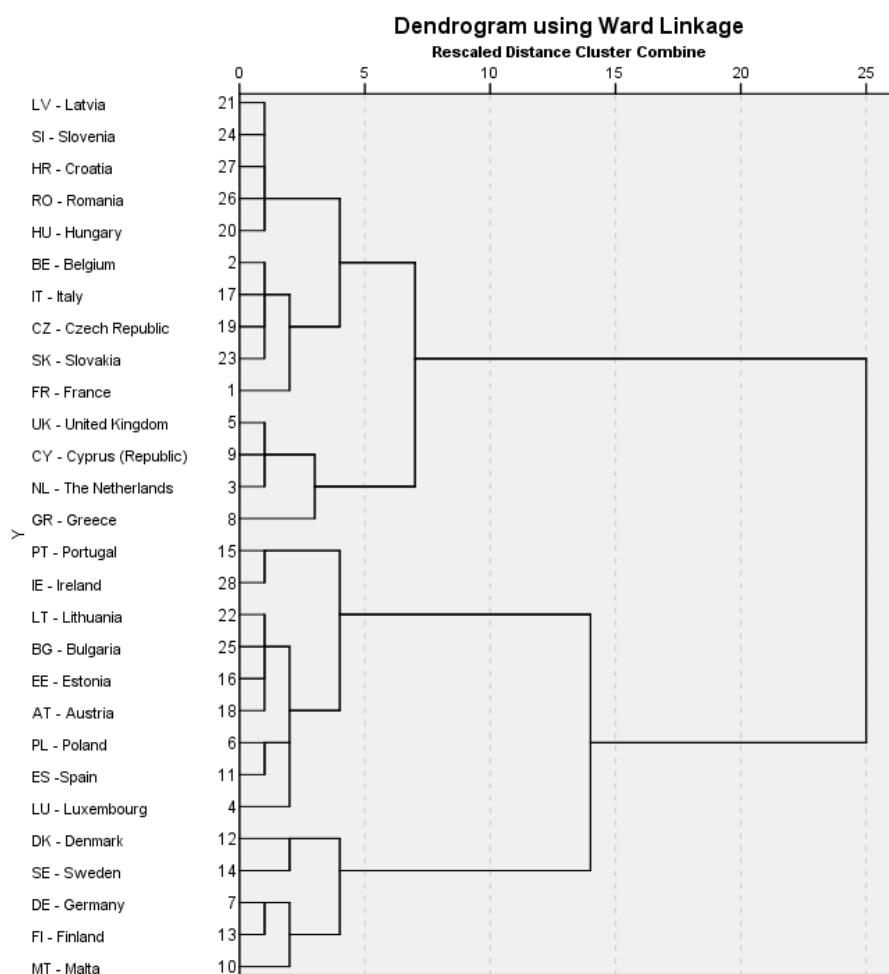


Figura A. 7 – Dendrograma da análise de clusters de Estados-Membros de valores



Quadro A. 26 – Teste da ANOVA aos clusters de Estados-Membros de valores

<i>ANOVA</i>		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Estado social	Between Groups	0,046	3	0,015	16,411	0,000
	Within Groups	0,023	24	0,001		
	Total	0,069	27			
Liberalismo	Between Groups	0,037	3	0,012	10,073	0,000
	Within Groups	0,030	24	0,001		
	Total	0,067	27			
Proteccionismo	Between Groups	0,047	3	0,016	2,055	0,133
	Within Groups	0,182	24	0,008		
	Total	0,229	27			
Empreendedorismo	Between Groups	0,039	3	0,013	7,460	0,001
	Within Groups	0,042	24	0,002		
	Total	0,082	27			
Democracia e Direitos	Between Groups	0,066	3	0,022	39,202	0,000
	Within Groups	0,013	24	0,001		
	Total	0,079	27			
Inclusão	Between Groups	0,002	3	0,001	,244	0,865
	Within Groups	0,080	24	0,003		
	Total	0,082	27			
Pluralidade	Between Groups	0,001	3	0,000	,130	0,941
	Within Groups	0,049	24	0,002		
	Total	0,050	27			
Individualidade	Between Groups	0,025	3	0,008	4,556	0,012
	Within Groups	0,044	24	0,002		
	Total	0,069	27			

Quadro A. 27 – Teste da ANOVA aos clusters de Estados-Membros de valores segundo as subdimensões de CS-UE

		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Aceitação	Between Groups	0,067	3	0,022	8,536	0,000
	Within Groups	0,062	24	0,003		
	Total	0,129	27			
Reconhecimento	Between Groups	0,036	3	0,012	3,730	0,025
	Within Groups	0,077	24	0,003		
	Total	0,112	27			
Confiança	Between Groups	0,174	3	0,058	6,028	0,003
	Within Groups	0,231	24	0,010		
	Total	0,405	27			
Legitimidade	Between Groups	0,030	3	0,010	7,999	0,001
	Within Groups	0,030	24	0,001		
	Total	0,060	27			
Filiação	Between Groups	0,113	3	0,038	7,233	0,001
	Within Groups	0,125	24	0,005		
	Total	0,239	27			
Pertença	Between Groups	0,046	3	0,015	4,073	0,018
	Within Groups	0,090	24	0,004		
	Total	0,135	27			
Práticas integrativas	Between Groups	0,034	3	0,011	0,666	0,581
	Within Groups	0,409	24	0,017		
	Total	0,443	27			
Práticas não integrativas	Between Groups	0,062	3	0,021	0,939	0,437
	Within Groups	0,527	24	0,022		
	Total	0,589	27			

## Análise descritiva dos indicadores das representações da UE

Quadro A. 28 – Distribuição das representações positivas

	N	%
Nulo	4147	15,1%
Baixo	11895	43,3%
Medio	8921	32,5%
Alto	2501	9,1%
Total	27464	100,0%

Quadro A. 29 – Distribuição das representações negativas

	N	%
Nulo	13359	48,6%
Baixo	10537	38,4%
Medio	2867	10,4%
Alto	701	2,6%
Total	27464	100,0%

Quadro A. 30 – Distribuição da do nível de integração europeu admitido

	N	%
Nada a favor	1373	5,1%
Pouco a favor	3598	13,5%
A favor	6677	25,0%
Muito a favor	15015	56,3%
Total	26662	100,0%

Quadro A. 31 – Distribuição da percepção de semelhança entre europeus

	N	%
Discordo totalmente	1735	6,7%
Discordo	6760	26,2%
Concordo	14010	54,3%
Concordo totalmente	3306	12,8%
Total	25809	100,0%

Quadro A. 32 – Distribuição da UE como um projeto democrático e de direitos

	N	%
Nulo	7542	27,5%
Baixo	8907	32,4%
Medio	7034	25,6%
Alto	3981	14,5%
Total	27464	100,0%

## Clusters de Estados-Membros de representações da UE

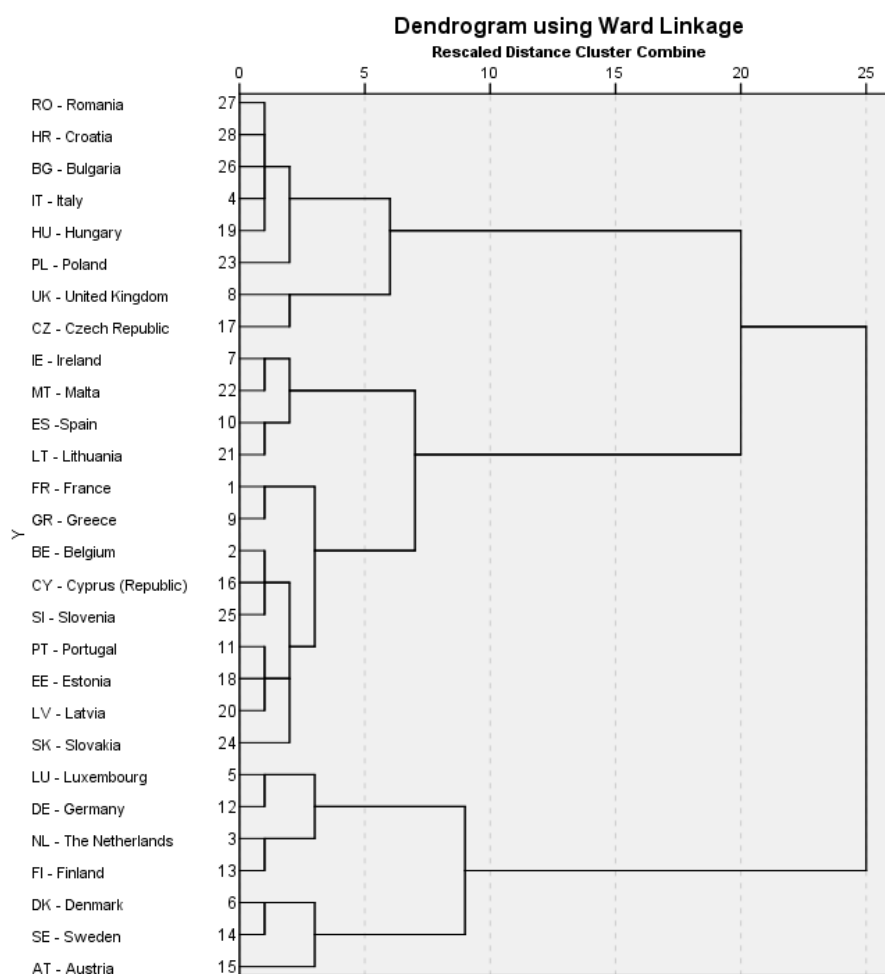


Figura A. 8 – Dendrograma da análise de clusters de Estados-Membros representações da UE

Quadro A. 33 – Teste da ANOVA aos clusters de Estados-Membros de representações da UE

ANOVA		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Representações positivas	Between Groups	0,103	2	0,052	84,610	0,000
	Within Groups	0,015	25	0,001		
	Total	0,118	27			
Representações positivas	Between Groups	0,021	2	0,010	3,682	0,040
	Within Groups	0,071	25	0,003		
	Total	0,092	27			
Integração europeia	Between Groups	0,094	2	0,047	11,910	0,000
	Within Groups	0,098	25	0,004		
	Total	0,192	27			
Semelhança entre europeus	Between Groups	0,001	2	0,000	0,145	0,866
	Within Groups	0,057	25	0,002		
	Total	0,058	27			
Democracia e direitos	Between Groups	0,038	2	0,019	20,101	0,000
	Within Groups	0,024	25	0,001		
	Total	0,062	27			

Quadro A. 34 – Teste da ANOVA aos clusters de Estados-Membros de representações da UE segundo as subdimensões de CS-UE

<i>ANOVA</i>						
		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Aceitação	Between Groups	0,029	2	0,014	3,556	0,044
	Within Groups	0,101	25	0,004		
	Total	0,129	27			
Reconhecimento	Between Groups	0,021	2	0,010	2,836	0,078
	Within Groups	0,092	25	0,004		
	Total	0,112	27			
Confiança	Between Groups	0,085	2	0,042	3,301	0,053
	Within Groups	0,321	25	0,013		
	Total	0,405	27			
Legitimidade	Between Groups	0,005	2	0,003	1,250	0,304
	Within Groups	0,055	25	0,002		
	Total	0,060	27			
Filiação	Between Groups	0,117	2	0,059	12,051	0,000
	Within Groups	0,122	25	0,005		
	Total	0,239	27			
Pertença	Between Groups	0,051	2	0,025	7,457	0,003
	Within Groups	0,085	25	0,003		
	Total	0,135	27			
Práticas integrativas	Between Groups	0,001	2	0,000	0,027	0,973
	Within Groups	0,442	25	0,018		
	Total	0,443	27			
Práticas não integrativas	Between Groups	0,145	2	0,073	4,099	0,029
	Within Groups	0,443	25	0,018		
	Total	0,589	27			



## Anexo E

### 7. De coesão social a coesão social: dos Estados-Membros à UE

Todos os resultados são de produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

#### Construção do índice de confiança nas instituições nacionais

Quadro A. 35 – Resultados das ACPCat da subdimensão da confiança da coesão social nacional

Subdimensão	Variáveis	Loadings	% Variância	Alpha Cronbach
Instituições políticas	Parlamento nacional	0,892	69,9%	0,812
	Governo	0,886		
	Partidos políticos	0,775		
Administração pública	Administração pública	0,858	65,1%	0,765
	Autoridades regionais/locais	0,847		
	Justiça / o sistema judicial	0,766		
Forças de segurança e justiça	Polícia	0,870	62,7%	0,733
	Exército	0,800		
	Justiça / o sistema judicial	0,746		

**Clusters de Estados-Membros de coesão social nacional**

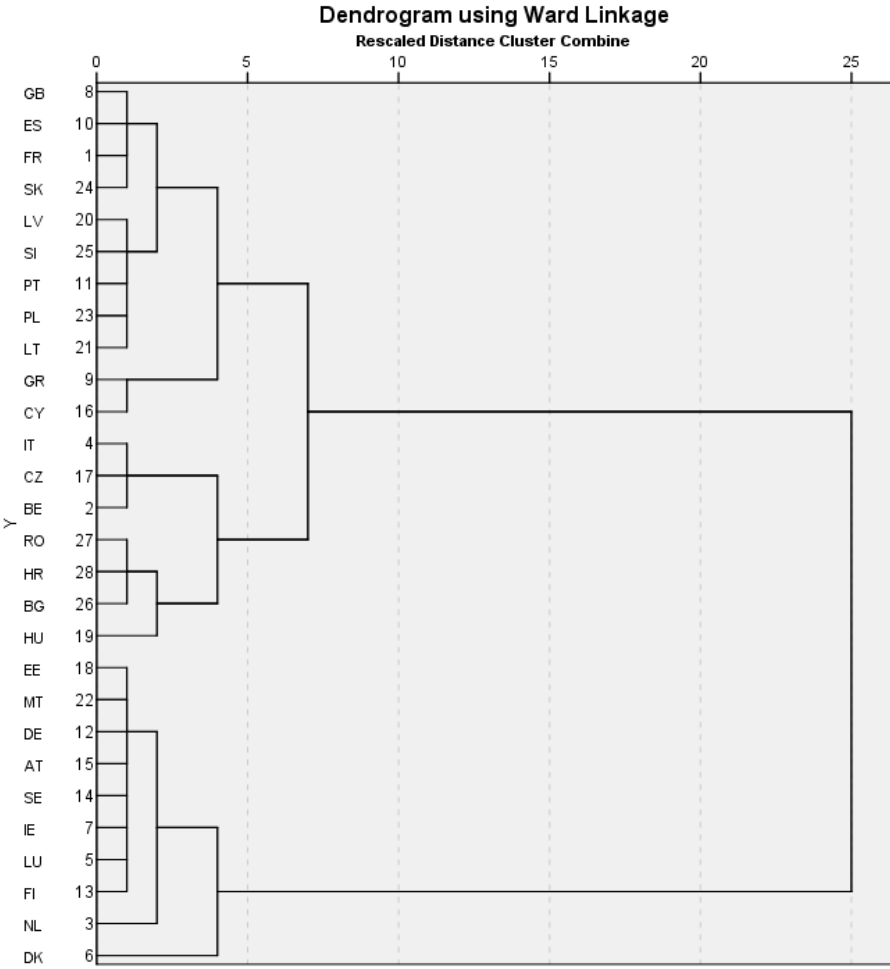


Figura A. 9 – Dendrograma da análise de clusters de Estados-Membros de coesão social nacional



Quadro A. 36 – Teste da ANOVA aos clusters de Estados-Membros de coesão social nacional

<i>ANOVA</i>		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Satisfação com o funcionamento da democracia no país	Between Groups	1,999	2	1,000	27,426	0,000
	Within Groups	0,911	25	0,036		
	Total	2,911	27			
Confiança nas instituições nacionais	Between Groups	4,757	2	2,378	42,179	0,000
	Within Groups	1,410	25	0,056		
	Total	6,166	27			
Sentimento de ligação ao país	Between Groups	0,147	2	0,074	3,543	0,044
	Within Groups	0,519	25	0,021		
	Total	0,666	27			
Felicidade em viver no país	Between Groups	1,600	2	0,800	46,464	0,000
	Within Groups	0,430	25	0,017		
	Total	2,030	27			

Quadro A. 37 – Teste da ANOVA aos clusters de Estados-Membros coesão social nacional segundo as subdimensões de CS-UE

<i>ANOVA</i>		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Aceitação	Between Groups	0,033	2	0,017	4,354	0,024
	Within Groups	0,096	25	0,004		
	Total	0,129	27			
Reconhecimento	Between Groups	0,027	2	0,014	4,024	0,031
	Within Groups	0,085	25	0,003		
	Total	0,112	27			
Confiança	Between Groups	0,153	2	0,077	7,621	0,003
	Within Groups	0,252	25	0,010		
	Total	0,405	27			
Legitimidade	Between Groups	0,013	2	0,006	3,347	0,052
	Within Groups	0,047	25	0,002		
	Total	0,060	27			
Filiação	Between Groups	0,120	2	0,060	12,516	0,000
	Within Groups	0,119	25	0,005		
	Total	0,239	27			
Pertença	Between Groups	0,051	2	0,026	7,656	0,003
	Within Groups	0,084	25	0,003		
	Total	0,135	27			
Práticas integrativas	Between Groups	0,010	2	0,005	0,291	0,750
	Within Groups	0,433	25	0,017		
	Total	0,443	27			
Práticas não integrativas	Between Groups	0,223	2	0,112	7,626	0,003
	Within Groups	0,366	25	0,015		
	Total	0,589	27			



## Anexo F

### 8. Dimensões relacionais de coesão social na UE numa perspetiva multidimensional

Todos os resultados são de produção própria com dados do Eurobarómetro 95.1

#### Testes ao ajustamento dos modelos de regressão logística

Notas:

É apresentado o modelo que inclui todas as variáveis independentes, portanto o modelo multidimensional, com todas as dimensões relacionais de coesão social (desigualdades sociais, bem-estar subjetivo, valores, representações da UE, coesão social nacional).

Os modelos unidimensionais, onde se inserem as desigualdades sociais, ou o bem-estar subjetivo, ou os valores, ou as representações, ou a coesão social nacional, têm todos menor capacidade explicativa, colocam corretamente menos casos.

#### Subdimensão da Aceitação

<i>Hosmer and Lemeshow Test</i>		
Chi-square	df	Sig.
15,765	8	0,046

		Predicted		
		Aceitação		Percentage Correct
		Negativa	Positiva	
Aceitação	Negativa	1335	2644	33,6
	Positiva	674	10940	94,2
Overall Percentage				78,7

#### Subdimensão da Filiação

<i>Hosmer and Lemeshow Test</i>		
Chi-square	df	Sig.
33,961	8	0,000

		Predicted		
		Filiação		Percentage Correct
		Não	Sim	
Filiação	Não	2102	2899	42,0
	Sim	1231	9072	88,1
Overall Percentage				73,0

## Teste ao ajustamento dos modelos de regressão ordinal

Notas:

Foram testados modelos com várias funções de ajustamento (Log-log complementar, Probit, e Logit) aos dados de acordo com a distribuição. Apenas se apresenta o modelo cuja função melhor se adapta aos dados.

É apresentado o modelo que inclui todas as variáveis independentes, portanto o modelo multidimensional, com todas as dimensões relacionais de coesão social (desigualdades sociais, bem-estar subjetivo, valores, representações da UE, coesão social nacional).

Os modelos unidimensionais, onde se inserem as desigualdades sociais, ou o bem-estar subjetivo, ou os valores, ou as representações, ou a coesão social nacional, têm todos menor capacidade explicativa, colocam corretamente menos casos.

### Subdimensão da Aceitação

#### *Model Fitting Information*

Model	-2 Log Likelihood	Chi-Square	df	Sig.
Intercept Only	32152,373			
Final	28169,806	3982,567	80	0,000

#### *Goodness-of-Fit*

	Chi-Square	df	Sig.
Pearson	49044,401	44446	0,000
Deviance	28169,806	44446	1,000

### Subdimensão da Filiação

#### *Model Fitting Information*

Model	-2 Log Likelihood	Chi-Square	df	Sig.
Intercept Only	37283,460			
Final	32732,047	4551,414	80	0,000

#### *Goodness-of-Fit*

	Chi-Square	df	Sig.
Pearson	71992,042	43858	0,000
Deviance	32732,047	43858	1,000

## Modelos de regressão linear unidimensionais de CS-UE

Quadro A. 38 – Adequabilidade e variação explicada dos modelos de regressão unidimensionais de coesão social na UE

v.d.'s v.i.'s	Relações horizontais			Relações verticais		Pertença	Práticas	
	Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença	Não Integrativas	Integrativas
Desigualdades sociais	$R^2 = 0,062^{***}$ F(20,25002) = 82,862	$R^2 = 0,046^{***}$ F(20,26144) = 63,584	$R^2 = 0,077^{***}$ F(20,23664) = 99,267	$R^2 = 0,069^{***}$ F(20,26487) = 97,505	$R^2 = 0,050^{***}$ F(20,24321) = 63,456	$R^2 = 0,120^{***}$ F(20,26104) = 177,780	$R^2 = 0,215^{***}$ F(20,23863) = 324,498	$R^2 = 0,090^{***}$ F(20, 24701) = 121,482
Bem-estar subjetivo	$R^2 = 0,083^{***}$ F(4,22670) = 512,067	$R^2 = 0,049^{***}$ F(4,23534) = 302,684	$R^2 = 0,194^{***}$ F(4,21852) = 1314,196	$R^2 = 0,240^{***}$ F(4,23742) = 1870,448	$R^2 = 0,029^{***}$ F(4,22253) = 167,603	$R^2 = 0,176^{***}$ F(4,23517) = 1259,070	$R^2 = 0,102^{***}$ F(4,21629) = 611,875	$R^2 = 0,017^{***}$ F(4,22247) = 97,752
Valores	$R^2 = 0,139^{***}$ F(13,17524) = 218,084	$R^2 = 0,116^{***}$ F(13,18011) = 182,181	$R^2 = 0,233^{***}$ F(13,17104) = 399,268	$R^2 = 0,320^{***}$ F(13,18074) = 653,729	$R^2 = 0,088^{***}$ F(13,17304) = 127,729	$R^2 = 0,217^{***}$ F(13,17980) = 382,632	$R^2 = 0,074^{***}$ F(13,16709) = 103,200	$R^2 = 0,029^{***}$ F(13,17130) = 38,688
Rep. da UE	$R^2 = 0,178^{***}$ F(5,24421) = 1059,496	$R^2 = 0,230^{***}$ F(5,25410) = 1521,159	$R^2 = 0,333^{***}$ F(5,23270) = 2325,400	$R^2 = 0,450^{***}$ F(5,25530) = 4177,924	$R^2 = 0,182^{***}$ F(5,23924) = 1067,886	$R^2 = 0,379^{***}$ F(5,25295) = 3086,243	$R^2 = 0,114^{***}$ F(5,23254) = 599,281	$R^2 = 0,036^{***}$ F(5,24028) = 177,359
CS-Nacional	$R^2 = 0,080^{***}$ F(4,24833) = 536,498	$R^2 = 0,057^{***}$ F(4,25868) = 389,241	$R^2 = 0,311^{***}$ F(4, 3653) = 2663,254	$R^2 = 0,285^{***}$ F(4,26076) = 2601,130	$R^2 = 0,045^{***}$ F(4,24241) = 285,652	$R^2 = 0,200^{***}$ F(4,25847) = 1611,137	$R^2 = 0,068^{***}$ F(4,23669) = 433,000	$R^2 = 0,022^{***}$ F(4,24461) = 137,968

## Modelos de regressão linear unidimensionais em que a pertença e as práticas são variáveis independentes

Nota:

a pertença também é variável dependente quando só se inserem as práticas como variáveis independentes

Quadro A. 39 – Adequabilidade e variação explicada dos modelos de regressão unidimensionais de coesão social na UE, em que a pertença e as práticas são variáveis independentes

v.d.'s v.i.'s	Relações horizontais			Relações verticais		Pertença
	Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Filiação	Pertença
Pertença	$R^2 = 0,169^{***}$ F(1,25572) = 5220,262	$R^2 = 0,145^{***}$ F(1,26738) = 4531,916	$R^2 = 0,264^{***}$ F(1,24198) = 8674,950	$R^2 = 0,369^{***}$ F(1,27038) = 15818,861	$R^2 = 0,105^{***}$ F(1,24891) = 2924,647	-
Práticas	$R^2 = 0,053^{***}$ F(2,22905) = 647,074	$R^2 = 0,054^{***}$ F(2,23908) = 677,339	$R^2 = 0,067^{***}$ F(2,21716) = 781,366	$R^2 = 0,087^{***}$ F(2,24083) = 1144,809	$R^2 = 0,031^{***}$ F(2,22348) = 357,400	$R^2 = 0,138^{***}$ F(2, 23837) = 1910,360

## A questão da filiação

### Análise de componentes principais da estrutura dos efeitos dos modelos multidimensionais

Quadro A. 40 – Análise de componentes principais à estrutura dos efeitos dos modelos de regressão multidimensionais, solução a 3 componentes

*Rotated Component Matrix<sup>a</sup>*

	Component		
	1	2	3
Filiação	<b>0,853</b>	-0,051	0,191
Reconhecimento	<b>0,842</b>	0,135	0,221
Aceitação	<b>0,717</b>	0,330	0,277
Pertença	<b>0,699</b>	0,384	0,407
Integrativas	-0,017	<b>0,966</b>	0,042
Não Integrativas	0,438	<b>0,746</b>	0,096
Confiança	0,231	-0,068	<b>0,885</b>
Legitimidade	0,309	0,246	<b>0,835</b>

Extraction Method: Principal Component Analysis.  
Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.<sup>a</sup>

Quadro A. 41 – Análise de componentes principais à estrutura dos efeitos dos modelos de regressão multidimensionais, solução a 4 componentes

*Rotated Component Matrix<sup>a</sup>*

	Component			
	1	2	3	4
Aceitação	<b>0,853</b>	0,192	0,153	0,274
Pertença	<b>0,719</b>	0,299	0,322	0,360
Integrativas	0,244	<b>0,920</b>	-0,004	-0,180
Não Integrativas	0,116	<b>0,824</b>	0,139	0,485
Confiança	0,081	-0,015	<b>0,915</b>	0,264
Legitimidade	0,516	0,173	<b>0,764</b>	0,039
Filiação	0,321	0,004	0,216	<b>0,833</b>
Reconhecimento	0,586	0,104	0,179	<b>0,625</b>

Extraction Method: Principal Component Analysis.  
Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.<sup>a</sup>

## Análise de clusters da estrutura dos efeitos dos modelos multidimensionais

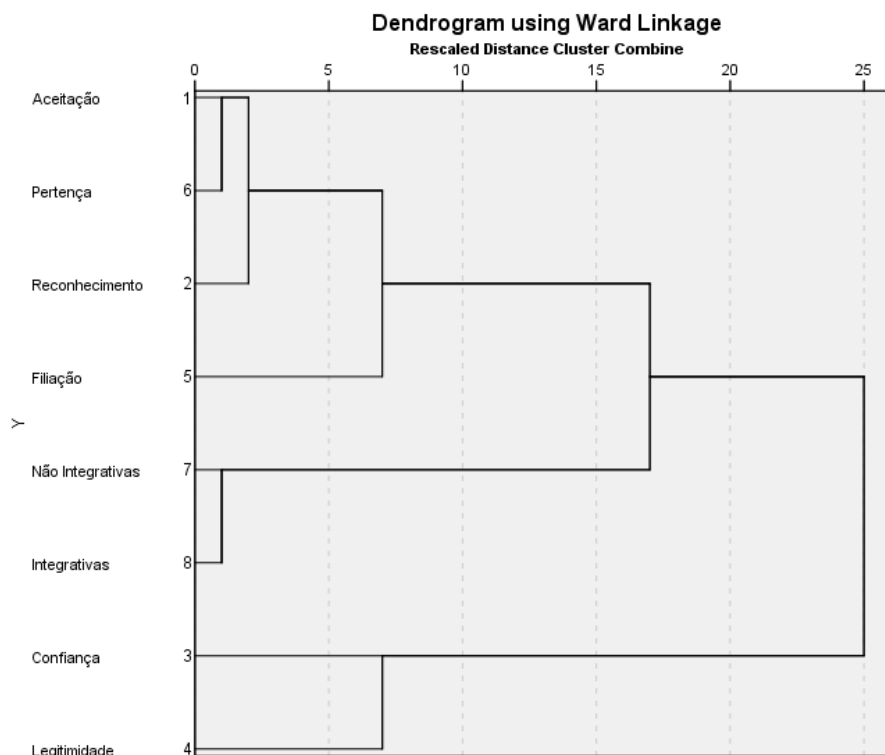


Figura A. 10 – Dendrograma da análise de clusters da estrutura dos efeitos dos modelos multidimensionais

### Regressão linear unidimensional quando a filiação é variável dependente e as outras subdimensões de CS-UE são variáveis independentes

Quadro A. 42 – Adequabilidade e variação explicada dos modelos de regressão unidimensionais de coesão social na UE, quando a filiação é variável dependente e as outras subdimensões de CS-UE são variáveis independentes

v.i.'s \ v.d	Relações horizontais		Relações verticais		Pertença	Práticas	
	Aceitação	Reconhecimento	Confiança	Legitimidade	Pertença	Não Integrativas	Integrativas
Filiação	$R^2 = 0,043^{***}$ $F(2,24030) = 1073,746$	$R^2 = 0,079^{***}$ $F(1,24969) = 2128,262$	$R^2 = 0,089^{***}$ $F(1,22917) = 2227,763$	$R^2 = 0,105^{***}$ $F(1,25131) = 2947,748$	$R^2 = 0,105^{***}$ $F(1,24891) = 2924,647$	$R^2 = 0,023^{***}$ $F(1,22877) = 543,342$	$R^2 = 0,001^{***}$ $F(1,23605) = 20,107$

## Clusters de coesão social na UE: análise transnacional

Quadro A. 43 – Teste da ANOVA aos clusters de coesão social na UE

*ANOVA*

		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Aceitação	Between Groups	326,473	6	54,412	1044,504	0,000
	Within Groups	1029,113	19755	0,052		
	Total	1355,586	19761			
Reconhecimento	Between Groups	627,734	6	104,622	2461,895	0,000
	Within Groups	839,521	19755	0,042		
	Total	1467,255	19761			
Confiança	Between Groups	2825,001	6	470,834	17014,316	0,000
	Within Groups	546,676	19755	0,028		
	Total	3371,677	19761			
Legitimidade	Between Groups	292,329	6	48,722	3015,629	0,000
	Within Groups	319,169	19755	0,016		
	Total	611,498	19761			
Filiação	Between Groups	886,166	6	147,694	2227,489	0,000
	Within Groups	1309,861	19755	0,066		
	Total	2196,027	19761			
Pertença	Between Groups	430,392	6	71,732	2087,168	0,000
	Within Groups	678,942	19755	0,034		
	Total	1109,334	19761			
Práticas não integrativas	Between Groups	2241,598	6	373,600	8904,517	0,000
	Within Groups	828,845	19755	0,042		
	Total	3070,442	19761			
Práticas integrativas	Between Groups	1791,977	6	298,663	7559,933	0,000
	Within Groups	780,441	19755	0,040		
	Total	2572,418	19761			